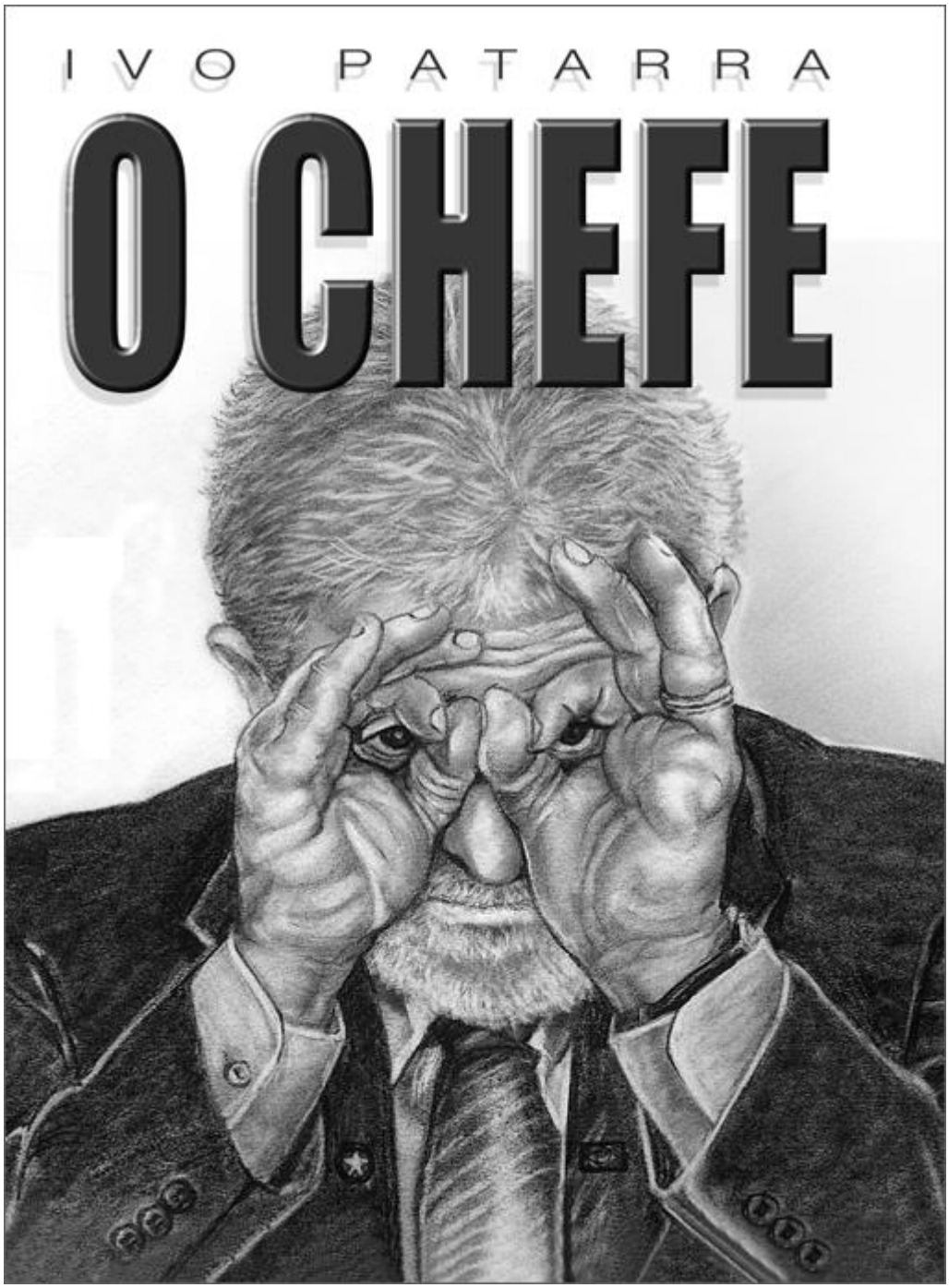

Nos dois governos do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, diversos casos de corrupção sacudiram o País. O mais grave ficou conhecido como escândalo do mensalão. Dirigentes do PT foram denunciados por montar uma organização criminosa. Lula tratou de abafar investigações e proteger correligionários e aliados

Ilustração de Anamaria Mota, com base em foto de Dida Sampaio/AE, publicada em 18 de fevereiro de 2009

Índice

Capítulo 1

'O governo Lula é o mais corrupto de nossa história'

Capítulo 2

Montanhas de dinheiro: em pacotes, malas, carros-fortes e até em cuecas

Capítulo 3

Lula, o chefe

Capítulo 4

A história do 'acordo criminoso' da chapa Lula/José Alencar em 2002

Capítulo 5

O escândalo do dossiê: flagrante de R$ 1,7 milhão em dinheiro vivo

Capítulo 6

Os 403 dias que marcaram o escândalo do mensalão

Capítulo 7

Na denúncia do procurador-geral da República, mensalão foi ação de 'organização criminosa'

Capítulo 8

O assassinato do prefeito Celso Daniel, coordenador da eleição de Lula em 2002

Capítulo 9

Promotores pediram prisão de Antonio Palocci, acusado por envolvimento com a 'máfia do lixo'

Capítulo 10

Oito ministros do governo Lula. Oito casos de corrupção

Capítulo 11

O presidente do Senado, aliado de Lula. Outro caso de corrupção

Capítulo 12

Sob a conveniência da 'segurança nacional', Lula não revelou gastos com cartão corporativo

Capítulo 13

Em 5 anos, Lula repassou R$ 12,6 bilhões para ONGs. Dinheiro para amigos, mal fiscalizado

Capítulo 14

Traquinagens da família Lula da Silva. As andanças de Genival, o "Vavá"

Capítulo 15

Duas tragédias, apagão aéreo e corrupção na Infraero. Compadre de Lula ganhou milhões

Capítulo 16

STF abriu processos contra 40 mensaleiros. José Dirceu foi acusado de corrupção ativa e formação de quadrilha

Capítulo 17

Dois anos depois, Polícia Federal desmantelou outra organização criminosa nos Correios

Capítulo 18

TCU recomendou paralisar obras irregulares; Petrobras foi campeã em aumento de custos

Capítulo 19

Apesar do desgaste, Lula defendeu José Sarney e retribuiu apoio recebido no caso do mensalão

Capítulo 20

Lula: 'Sarney tem história para que não seja tratado como se fosse pessoa comum'

Capítulo 21

Na crise do mensalão, o PT temeu o *impeachment*. A oposição não agiu. Lula deu a volta por cima

Capítulo 1

'O governo Lula é o mais corrupto de nossa história'

Qual a justificativa para o presidente da República nomear como ministro e integrante de seu primeiro escalão de auxiliares o homem que publicara, num dos jornais mais importantes do País, que ele, o presidente, era o chefe do governo "mais corrupto de nossa história"?

Pois Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, nomeou o filósofo Roberto Mangabeira Unger no primeiro semestre de seu segundo mandato, em 2007, ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, especialmente constituída para abrigá-lo. E não adiantou nem o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) inviabilizá-la tempos depois, durante uma rebelião para obter mais cargos no governo e proteção para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o então presidente do Senado, acusado de corrupção. Apesar de o PMDB derrotar a Medida Provisória que criara o posto para Roberto Mangabeira Unger, Lula deu um jeito na situação, nomeando-o novamente, desta vez como ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos. A posição do detrator estava garantida.

"Pôr fim ao governo Lula" é o título do artigo de Roberto Mangabeira Unger publicado na Folha de S.Paulo em 15 de novembro de 2005, no sugestivo dia da Proclamação da República. O ano de 2005 havia sido marcado pela eclosão do escândalo do mensalão. Este é o parágrafo de abertura do artigo:

"Afirmo que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional. Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor a seus desmandos."

O que poderia ter levado o presidente da República a nomear como ministro o autor dessas acusações? E Roberto Mangabeira Unger não estava brincado, a julgar pela defesa que fez do impeachment de Lula. Ao denunciar "a gravidade dos crimes de responsabilidade" supostamente cometidos pelo presidente, o então futuro ministro afirmou em seu artigo que Lula "comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocou dinheiro por poder e poder por dinheiro e que depois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para interromper a investigação de seus abusos".

Alguém poderia argumentar que a nomeação de Roberto Mangabeira Unger seria um mal necessário. Coisa da política. E tentar explicá-la pela importância do filósofo, um professor da prestigiada Universidade de Harvard, das mais importantes dos Estados Unidos, por quase 40 anos. O Brasil, portanto, não poderia prescindir da experiência e do prestígio de Roberto Mangabeira Unger, que teria muito a contribuir com o País.

Será mesmo? A cerimônia de posse do filósofo não demonstrou isso. Poucos ministros, cadeiras vazias, menos de uma hora de solenidade. E mesmo antes da criticada viagem de Roberto Mangabeira Unger à Amazônia, em 2008, na qual defendeu o desvio de águas da região para abastecer o Nordeste, sem considerar que centenas de milhares de amazonenses ainda não dispunham de água encanada, o ministro já era considerado, em âmbito do governo, "café-com-leite". Ou seja, não lhe era atribuída importância, nem de seu trabalho haveria algo para se aproveitar.

Outro trecho do artigo de Roberto Mangabeira Unger: "Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente. As provas acumuladas de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são, porém, mais do que suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento. Desde o

primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se e deixou que seus mais próximos se imiscuíssem, em disputas e negócios privados".

Talvez, então, a razão para a nomeação de Roberto Mangabeira Unger tenha sido de ordem político-partidária. Ou seja, o filósofo traria para o governo a base social representada por seu partido, ampliando o número de legendas que davam sustentação à administração Lula no Congresso. Como vimos, no entanto, Roberto Mangabeira Unger passou a maior parte da vida nos Estados Unidos, o que o forte sotaque não deixava desmentir. Não possuía qualquer base social, nem traria consigo qualquer força orgânica da sociedade.

Quanto a seu partido, o minúsculo PRB (Partido Republicano Brasileiro) tinha menos de 8 mil filiados quando Roberto Mangabeira Unger se tornou ministro e era um dos menores partidos políticos do País. Não agregava praticamente nada à base aliada de Lula. Por apoio político-partidário não faria sentido nomear Roberto Mangabeira Unger. Afinal, o PRB, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, possuía apenas três deputados federais, um senador e o vice-presidente da República, José Alencar (MG), que saíra do PL (Partido Liberal) em decorrência do escândalo do mensalão e foi o grande incentivador da nomeação do filósofo.

Em outro trecho do famoso artigo, Roberto Mangabeira Unger afirmou que "Lula fraudou a vontade dos brasileiros", ameaçava a democracia "com o veneno do cinismo" e tinha um projeto de governo que "impôs mediocridade". E mais: "Afirmo que o presidente, avesso ao trabalho e ao estudo, desatento aos negócios do Estado, fugidio de tudo o que lhe traga dificuldade ou dissabor e orgulhoso de sua própria ignorância, mostrou-se inapto para o cargo sagrado que o povo brasileiro lhe confiou".

Para fazer a vontade de seu vice José Alencar, um homem leal e doente, Lula só precisaria ter dito que gostaria muito de nomear alguém indicado por ele, mas não poderia ser o homem que o acusara de chefiar o governo mais corrupto da história. Poderia ser qualquer um, menos aquele que conclamara o Congresso a derrubá-lo da Presidência da República, por corrupção. Por que Lula nomeou Roberto Mangabeira Unger, autor de acusação tão séria? Nas páginas deste livro, o leitor será convidado a encontrar a resposta.

Capítulo 2

Montanhas de dinheiro: em pacotes, malas, carros-fortes e até em cuecas

Da mesma forma que não se pode deixar de reconhecer os avanços das políticas sociais responsáveis por tirar milhões de brasileiros da pobreza nos dois governos do presidente Lula, não há como minimizar o expressivo crescimento econômico e o incremento da inserção do Brasil no cenário mundial, também registrados no período.

A era Lula significou, contudo, a continuidade do jeito criminoso de se fazer política no Brasil. Com a ressalva das honrosas exceções, o grande objetivo das ações dos representantes do povo manteve-se o mesmo: usar cargos públicos para participar de esquemas cuja finalidade primordial era desviar o dinheiro dos contribuintes. Obter comissões e caixinhas. Propinas. Para boa parte dos políticos brasileiros, independentemente da coloração partidária, a atividade política ainda é o caminho fácil do enriquecimento.

A notícia em destaque nas primeiras páginas dos jornais, no auge do escândalo do mensalão, chocou o País: uma bolada de R$ 200 mil, acondicionada numa maleta, e outros US$ 100 mil escondidos na cueca, tudo transportado pelo assessor de um deputado do PT (Partido dos Trabalhadores, a legenda fundada pelo presidente Lula), preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

José Adalberto Vieira da Silva trabalhava para o deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do então presidente nacional do PT, José Genoino (SP). Rápido, José Adalberto apagou a memória do celular. Disse ser agricultor. O dinheiro em seu poder, procurou justificar, era resultado do comércio de verduras. Logo foi desmascarado. Confessou quem era. Detido pela polícia, usou o paletó para cobrir o rosto e se esconder dos fotógrafos.

Outra imagem que marcou os anos Lula é a da montanha de dinheiro apreendida pela Polícia Federal no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, pouco antes das eleições nas quais Lula conquistaria seu segundo mandato, em 2006. O R$ 1,7 milhão em cédulas de reais e dólares seriam usados pelo PT para comprar um dossiê contra políticos da oposição.

A Polícia Federal acusou Hamilton Lacerda, coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), candidato petista a governador de São Paulo naquele ano, de ter levado o dinheiro da corrupção ao hotel. Ele foi filmado por câmeras de segurança no saguão do Ibis Congonhas, um dia antes da ação policial. Portava uma mala e se mostrava tenso.

Nas mãos cerradas de Hamilton Lacerda, a mala preta de viagem com a alça em volta do ombro, uma garantia a mais de que ninguém roubaria a preciosa carga no lobby do hotel. Ele pegou o elevador e entrou num quarto. Saiu sem a mala. Na madrugada seguinte, voltou ao Ibis. Desta vez com uma maleta e uma sacola plástica. Tudo filmado. Foi embora depois, sem a sacola. A explicação da Polícia Federal: o R$ 1,7 milhão não coube na mala que Hamilton Lacerda trouxera na véspera, e ele retornou com mais dinheiro.

Quando o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou o escândalo do mensalão, apresentou ao País o empresário Marcos Valério, dono de agências de publicidade. Roberto Jefferson era presidente nacional do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido da base aliada de Lula. Confessou que Marcos Valério entregou-lhe R$ 4 milhões em 2004. Roberto Jefferson descreveu Marcos Valério e como recebeu a propina:

- É carequinha, falante e fala em dinheiro como se fosse assim uma coisa que caísse do céu. Primeiro foram R$ 2,2 milhões. Em duas malas enormes, notas de R$ 50 e R$ 100, etiquetadas por Banco Rural e Banco do Brasil. E três dias depois, (...) ele volta com R$ 1,8 milhão. Notas de R$ 50 e R$ 100, Banco Rural e Banco do Brasil e a promessa de outras quatro parcelas iguais.

Roberto Jefferson citou Emerson Palmieri, apresentado como tesoureiro informal do PTB:

- Eu pedi ao Emerson Palmieri que guardasse o dinheiro no cofre de um armário de aço, grande.

Emerson Palmieri confirmou os dois pagamentos. E acrescentou que as duas malas com a bolada eram "de rodinhas". E a maioria das notas de R$ 50, sendo "poucas notas de R$ 100". O tesoureiro deu mais detalhes: foi encarregado por Roberto Jefferson de dividir o dinheiro no que chamou de "bolos" de R$ 150 mil e R$ 200 mil:

- Não coube tudo no cofre do partido, passei uma parte para um armário do lado. Entreguei a chave ao deputado Roberto Jefferson e ele me pediu sigilo.

Outra testemunha importante do escândalo do mensalão, a secretária de Marcos Valério. Fernanda Karina Ramos Somaggio relatou que Marcos Valério mantinha frequentes contatos com Delúbio Soares, tesoureiro do PT, e fazia reuniões "com o pessoal do PT":

- Quando ele saía para as reuniões, antes de sair, passava no andar de baixo, no Departamento Financeiro, e saía com uma mala.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Fernanda Karina Ramos Somaggio deu pormenores. Mencionou Geysa Dias dos Santos e Simone Vasconcelos, funcionárias de confiança da agência de publicidade SMPB, de Marcos Valério:

- Quando o senhor Marcos ia a Brasília, sempre no dia ou no dia anterior eram sacadas grandes quantias de dinheiro, pela Geysa ou pelos boys. Os boys falavam que tinha saque de R$ 1 milhão. O dinheiro era levado para o Departamento Financeiro da agência, onde a Simone e a Geysa dividiam os maços e colocavam nas malas.

Outro trecho do depoimento de Fernanda Karina:

- O senhor Marcos passava na empresa e pegava as malas para levar no avião fretado. Algumas vezes, a Simone dizia que ficava em um hotel em Brasília, dentro de um quarto, o dia todo, contando dinheiro. E era um entra e sai de homem que ela ficava muito cansada. Ela só contava dinheiro e passava para essas pessoas.

À CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou corrupção nos Correios, Fernanda Karina falou da logística dos saques de dinheiro vivo no Banco Rural:

- A Simone ligava, avisando que os boys iam passar no banco e a agência abria mais cedo. Eram dois ou três boys que se dirigiam ao banco para dar garantia, em caso de assalto. Acontecia pelo menos uma vez por semana. O dinheiro era acomodado em valises tipo 007, que ficavam no Departamento de Finanças da agência.

Fernanda Karina envolveu outras pessoas, como o líder do PMDB, deputado José Borba (PR), que renunciaria ao mandato durante as investigações do escândalo do mensalão, e Silvio Pereira, o secretário-geral do PT, surpreendido com um jipe importado em seu nome, mimo de uma empresa contratada pela Petrobras:

- Uma vez, eu me lembro que o senhor Marcos saiu com uma mala e foi para Brasília no avião do Banco Rural. E eu sabia que nessa mala tinha dinheiro. Ele pediu para eu ligar para o José Borba e depois para Delúbio ou Silvio Pereira, para dizer que estava indo para Brasília encontrar José Borba.

Ministro dos Transportes de Lula, Anderson Adauto (PL-MG) também foi acusado por Fernanda Karina:

- O irmão dele foi lá na agência, pegou uma mala de dinheiro e foi embora.

Outro caso rumoroso ocorreria no gabinete do ministro Anderson Adauto, no segundo semestre de 2003. Da reunião teriam participado, além de Anderson Adauto, Roberto Jefferson, outros dois deputados e Delúbio Soares, que supostamente levou uma mala de dinheiro para dividir entre os presentes.

Foi rico o depoimento de José Francisco de Almeida Rego à Polícia Federal. Ele era tesoureiro do Banco Rural e contou como a SMPB de Marcos Valério remetia dinheiro de Minas Gerais a Brasília. Os saques tornaram-se usuais desde o início de 2003, no primeiro ano do governo Lula. As retiradas chegavam à casa dos R$ 200 mil por operação. Um fax mencionava os valores e os nomes dos sacadores.

O tesoureiro José Francisco de Almeida Rego cuidava da liberação do dinheiro junto ao Banco Central. Para evitar que os saques ficassem volumosos, trabalhava com notas de R$ 50 e R$ 100. Era tudo levado a uma determinada sala do Banco Rural em Brasília. As cédulas eram colocadas em bolsas trazidas pelos próprios sacadores. Gente apressada que ia embora, em geral, sem conferir os valores.

Simone Vasconcelos também cuidava de fazer retiradas na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Mas nem sempre levava o dinheiro com ela. Assinava recibos e listava os nomes daqueles que passariam depois para receber. Desta forma, os nomes dos beneficiários não ficavam registrados como sacadores. As pessoas simplesmente não eram identificadas.

As investigações do escândalo do mensalão demonstraram que Marcos Valério operou a distribuição de dinheiro a deputados que apoiavam o governo Lula. Simone Vasconcelos fazia o trabalho de coordenar a entrega das somas. Foram atribuídos a ela saques de R$ 6,1 milhões. Cenas de cinema em outubro de 2003. Simone Vasconcelos fez duas retiradas, uma de R$ 800 mil e outra de R$ 650 mil. A bolada chegou de carro-forte ao escritório da SMPB em Brasília.

Em depoimento à CPI dos Correios, Simone Vasconcelos disse que se sentia "constrangida e preocupada de estar sendo identificada por desconhecidos", e também por estar "entregando altas somas de dinheiro para estes, sem ao menos saber quem eram".

Uma vez, Marcos Valério quis saber a cor da blusa de Simone, "para que fosse identificada pelo estranho que deveria receber o dinheiro". Ela também levou dinheiro a hotéis de luxo onde estava Marcos Valério. As entregas chegavam a R$ 300 mil.

Em determinada ocasião, outra cena cinematográfica: Simone Vasconcelos teve de localizar um táxi estacionado na frente de um certo centro de compras em Brasília e entregar ao ocupante desconhecido um pacote de dinheiro.

Outro que chamou a atenção no esquema Marcos Valério foi um policial mineiro de nome David Rodrigues Alves, a quem foram atribuídos saques de até R$ 6,5 milhões. Ele informou que recebia pagamento variando entre R$ 50 e R$ 100 por vez que ia buscar dinheiro em agências do Banco Rural em Belo Horizonte. Tinha a incumbência de levar as somas a Cristiano de Mello Paz, sócio de Marcos Valério na SMPB. Palavras do policial:

- Os pacotes já estavam prontos nas agências, eu apenas assinava o recebimento. Meu trabalho era retirar o dinheiro e entregar na SMPB.

De acordo com David Rodrigues Alves, ficava tudo separado no banco, em maços lacrados. O transporte era feito em caixas de sapato, de camisa ou de telefone celular, dependendo da quantia. Ele confessou que fazia até três viagens por dia. Carregava de R$ 50 mil a R$ 150 mil por vez.

Para não vincular Lula ao esquema de corrupção, o poderoso ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), braço direito do presidente, fez o que pôde para evitar ser relacionado a Marcos Valério. Se fosse descoberta ligação entre os dois, ficaria difícil dizer que Lula não tinha nada a ver com o escândalo do mensalão. Afinal, o presidente era o grande beneficiário do esquema: o suborno de parlamentares garantia maioria no Congresso para o governo Lula. O esforço de José Dirceu foi em vão.

A ligação José Dirceu/Marcos Valério ficou escancarada na compra de um apartamento em São Paulo por Maria Ângela Saragoça, ex-mulher de José Dirceu. Depois de ser contratada pelo BMG, banco também próximo de Marcos Valério e envolvido no esquema, Maria Ângela Saragoça recebeu empréstimo do Banco Rural. Ela também queria um apartamento novo. Vendeu o velho a Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Na hora de comprar o novo, levou dinheiro vivo, dentro de uma sacola.

Um caso terrível foi o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Aqui, José Dirceu também acabou envolvido. Ele foi acusado pelo promotor Amaro Thomé, responsável pela investigação da morte de Celso Daniel:

- Parte dos recursos arrecadados em Santo André era utilizada em campanhas eleitorais do PT, levado em malas de dinheiro para o escritório de Dirceu.

Bruno Daniel, irmão do prefeito morto, afirmou ter ouvido do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP), detalhes do caminho da propina em Santo André. Antes de ser guindado para o governo Lula, Gilberto Carvalho era secretário do prefeito Celso Daniel. Do depoimento de Bruno Daniel à CPI dos Bingos, referindo-se a Gilberto Carvalho:

- Ele foi claro: disse que os recursos arrecadados eram enviados ao PT para serem usados no financiamento de campanhas. Era ele quem entregava o dinheiro a José Dirceu. Ele disse que havia momentos de tensão porque carregava o dinheiro, sem segurança, em seu Corsa preto e, em uma só ocasião, entregou R$ 1,2 milhão ao deputado Dirceu.

Em sessão sigilosa da CPI dos Bingos, uma ex-empregada de Celso Daniel disse ter encontrado três sacolas com dinheiro no apartamento do então prefeito. Antes de ser morto, no início de 2002, Celso Daniel era coordenador da campanha de Lula a presidente da República.

José Dirceu também foi envolvido com a distribuição de dinheiro na campanha eleitoral para prefeito de Londrina (PR), em 2004. Na época ele ainda era o superministro do presidente Lula. Quem o denunciou foi Soraya Garcia, assessora financeira do prefeito Nedson Micheletti (PT), candidato à reeleição. Segundo ela, José Dirceu circulou na cidade num automóvel blindado da marca BMW:

- O ministro José Dirceu veio a Londrina em 18 de setembro. Era um sábado e durante a semana todo o mundo no comitê financeiro reclamava de dificuldades para pagar contas de campanha. Na segunda-feira o comitê tinha R$ 300 mil em caixa. Todo esse dinheiro era em notas de R$ 100 e com lacre do Banco do Brasil.

Soraya Garcia prestou depoimento à Polícia Federal. Oficialmente, a campanha eleitoral do PT em Londrina saiu por R$ 1,3 milhão. Já de acordo com ela, custou R$ 7,8 milhões. O dinheiro aparecia dentro de sacos plásticos de lixo e em sacolas de lojas.

Outro caso ocorrido na campanha de reeleição de Nedson Micheletti em Londrina. Foi narrado pelo motorista Rogério Bicheri. Ele trabalhava para o PT e recebeu ordens de pegar dinheiro vivo no apartamento de Zeno Minuzo, um assessor de Paulo Bernardo (PT-PR), nomeado por Lula ministro do Planejamento. Do motorista:

- Fui duas vezes lá, em setembro e em outubro de 2004, dirigindo o carro de Fábio Reali, assessor do prefeito. Estacionei e o Fábio voltou com 20 envelopes, todos com nomes de coordenadores e vereadores em campanha. Era coisa de uns R$ 50 mil. Ele botou dois envelopes no porta luvas, e o resto debaixo do banco. Ele disse que dessa forma, se fôssemos roubados, levariam menos dinheiro.

Diversos casos vincularam malas recheadas de dinheiro ao PT nos anos Lula. No final de 2007, veio à tona a história de uma mala abarrotada com R$ 500 mil, entregue ao partido do presidente da República por duas empresas supostamente laranjas que teriam agido a serviço da empresa multinacional norte-americana Cisco, interessada em vender produtos de informática para a Caixa Econômica Federal.

Um caso que deu o que falar envolveu a multinacional norte-americana Gtech, da área de sistemas de informação, e a mesma Caixa Econômica Federal. Vale a pena registrar a acareação promovida pela CPI dos Bingos entre Rogério Buratti, ligado ao esquema do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), a quem a Caixa estava subordinada, e Marcelo Rovai, diretor da empresa multinacional.

A discussão entre os dois era sobre a propina que Rogério Buratti disse ter sido oferecida pela Gtech para renegociar um contrato com a Caixa. A multinacional estaria disposta a desembolsar entre R$ 500 mil e R$ 16 milhões, dependendo do que ficasse acertado, sendo que no final do negócio a empresa teria consumado um pagamento de R$ 5 milhões a uma intermediária da corrupção, uma empresa de nome MM Consultoria. A reação de Marcelo Rovai ao dirigir-se a Rogério Buratti, que se tornara dono de empresas de ônibus:

- O senhor recusou R$ 16 milhões. O senhor, com a sua biografia, recusou? Quantos ônibus dava para comprar com esse dinheiro?

Agora o depoimento à CPI dos Bingos de Walter dos Santos Neto, da tal MM Consultoria. Ele estava protegido por *habeas-corpus* para não ser preso. Tentou dar origem lícita para os R$ 5 milhões e, para justificar o destino do dinheiro e negar ter sido um intermediário da propina, disse sofrer do distúrbio "compulsão ou disfunção do gasto". Declarou assim:

- Posso dizer que a motivação que sempre tive em relação ao dinheiro vem de uma deformação de minha personalidade, a necessidade de ver o dinheiro, de se sentir com o poder.

Assim, Walter dos Santos Neto alegou ter sacado R$ 650 mil transferidos pela Gtech, por exemplo, e mandado entregar o dinheiro em sua casa em carro-forte, a fim de gastá-lo:

- Minhas despesas são chocantes, gasto com frivolidades. Sou uma pessoa doente e comecei a fazer tratamento psiquiátrico.

Depois que José Dirceu foi cassado por corrupção, Antonio Palocci virou o superministro de Lula. Mas por pouco tempo. Caiu sob a acusação de ter determinado a violação do sigilo bancário de um homem simples, o caseiro Francenildo Santos Costa, encarregado de cuidar de uma mansão em Brasília que ficou conhecida como a "casa dos prazeres". Lá, a turma de Antonio Palocci se divertia com garotas de programa.

A agenciadora das prostitutas era Jeany Mary Corner. Ela contou que Rogério Buratti, fiel escudeiro de Antonio Palocci, montou um esquema no qual as "meninas" punham dinheiro dentro de revistas que eram colocadas em envelopes de papel. E saíam por Brasília entregando a "correspondência". Elas teriam pagado mensalões de R$ 50 mil a oito deputados. Jeany Mary Corner também recebeu R$ 50 mil. Para ficar quieta. Justificou:

- Fiquei no anonimato todo esse tempo. Fui muito digna. Diferentemente de outros que abriram a boca. Por isso, pedi ajuda. Isso é chantagem?

O caseiro Francenildo Santos Costa viu a dinheirama que rolava na "casa dos prazeres". Afirmação dele ao envolver Vladimir Poleto, também ligado a Antonio Palocci:

- Via, via notas, pacotes de R$ 100 e R$ 50 na mala de Vladimir. Ele trazia muito dinheiro.

Vladimir Poleto prestava serviços para Antonio Palocci desde quando o ministro da Fazenda de Lula era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Depois da morte do prefeito Celso Daniel, o prefeito Antonio Palocci assumiu o papel de coordenador de campanha de Lula.

Alguns meses antes da eleição, Vladimir Poleto foi a Brasília de avião apanhar três caixas de bebida, todas lacradas com fitas adesivas. Caixas de uísque e de rum cubano. Dentro, cédulas norte-americanas. O dinheiro, US$ 1,4 milhão ou US$ 3 milhões, dependendo da versão, teria vindo de Cuba para irrigar a campanha de Lula.

Transportadas para São Paulo, as tais caixas foram parar nas mãos de Ralf Barquete, outro prócere da "república de Ribeirão Preto", e levadas num automóvel Omega, blindado, até o destino final: as mãos do tesoureiro Delúbio Soares.

Delúbio Soares, aliás, tornou-se bode expiatório para as tramoias do PT. Num dos raros momentos em que se despiu do papel de único responsável por todos os males, o tesoureiro, amigo histórico de Lula, escreveu uma carta endereçada ao PT, para afirmar que o caixa 2 é "prática antiga e habitual no partido, pela qual jamais se viu uma punição". E, com ironia:

"Respeito a ingenuidade. Não sei, no entanto, de onde imaginavam que o dinheiro viria – se do céu, puxado por renas e conduzido por um senhor vestido de vermelho – e menos ainda me recordo de que alguma preocupação com a origem desses recursos tenha me sido transmitida."

Mais uma montanha de dinheiro, desta vez para pagar parte da encomenda de 2,7 milhões de camisetas à Coteminas, empresa do vice-presidente da República, José Alencar. O PT levou em *cash* R$ 1 milhão. O dinheiro foi entregue por Marice Corrêa de Lima, coordenadora administrativa do partido, ao presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, filho de José Alencar. Palavras dele:

- Era dinheiro do PT. Eu não tinha por que pensar diferente.

A essa altura, final de 2005, o PT já tinha afastado Delúbio Soares para tentar se livrar dos problemas. Reação do novo tesoureiro, Paulo Ferreira:

- Não há nada dessa natureza registrado. Nenhum pagamento de R$ 1 milhão à Coteminas.

O novo tesoureiro não levou em conta que Marice Corrêa Lima, depois de entregar a pacoteira, assinou recibo. Confrontado novamente, Paulo Ferreira disse que ela "cumpriu ordens, nem sabia o que estava levando". Em seguida, corrigiu-se:

- Pode não ter sabido, entendeu?

Para tentar salvar a pátria, Delúbio Soares. Explicou que o R$ 1 milhão, dinheiro de caixa 2, estava no cofre do PT. Não convenceu o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR):

- Ninguém neste País acredita que ele tenha guardado R$ 1 milhão em espécie durante quase um ano, enquanto diuturnamente era abordado por credores.

Além de Delúbio Soares, perdeu o emprego o petista Henrique Pizzolato. Era diretor de marketing do Banco do Brasil. Comprou um apartamento a uma quadra da praia de Copacabana, no Rio, por R$ 400 mil. Um mês antes, Henrique Pizzolato havia enfiado nos bolsos R$ 326 mil, em dinheiro vivo, sacado de uma conta bancária da DNA Propaganda, outra agência de publicidade de Marcos Valério. O pacote com as notas foi retirado em uma agência do Banco Rural, no centro do Rio.

Amigo de Lula há 30 anos, o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) também terminou envolvido com pacotes de dinheiro. Quem o denunciou foi o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho da Barcelona". O operador de Devanir Ribeiro era o próprio filho do deputado, Marcos Lustosa Ribeiro, o Marcão. Usava o gabinete do pai, na época vereador em São Paulo. As trocas de dólares por reais eram frequentes. Dependendo da quantia, o dinheiro era carregado em sacolas, envelopes ou, como disse Marcelo Viana, incumbido de transportar as cédulas para o gabinete de Devanir, preso às meias ou debaixo da roupa.

Em depoimento conjunto às CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, Toninho da Barcelona confirmou as operações com Marcão. Durante a sessão, Devanir Ribeiro procurou intimidá-lo, ameaçando-o com um processo. Em resposta, o doleiro enumerou somas e datas em que pacotes de

dinheiro foram levados ao filho Marcão, em 2002: US$ 30 mil em 10 de julho, US$ 25 mil em 17 de julho, US$ 20 mil em 5 de agosto, US$ 8,5 mil em 9 de agosto, US$ 10 mil em 10 de agosto e US$ 35 mil em 30 de setembro.

Quem também mexeu com dinheiro vivo foi Zilmar Fernandes Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha eleitoral que elegeu Lula em 2002. Duda Mendonça confessou que recebeu R$ 10,5 milhões em uma empresa *offshore* nas Bahamas. Mas não foi só. Parte do acerto da campanha ficou para ser recebido, em dinheiro vivo, na agência do Banco Rural situada na avenida Paulista, em São Paulo. Zilmar Fernandes Silveira encarregou-se de buscar os pacotes, de R$ 300 mil. Palavras dela:

- Cheguei na tesouraria do Rural e o rapaz me trouxe um pacote de dinheiro. Eu me assustei, porque pensei que ia receber um cheque administrativo.

A sócia de Duda Mendonça logo se acostumou à rotina. Confessou que voltou nos dias seguintes para pegar mais duas boladas de R$ 300 mil cada uma, e depois para fazer outras duas retiradas, de R$ 250 mil cada vez. Total: R$ 1,4 milhão.

Em 16 de julho de 2003, Marcos Trindade e Paulo Antônio Bassoto, militantes do PT do Rio Grande do Sul, tentaram embarcar com R$ 200 mil em dinheiro vivo no aeroporto de Congonhas. Marcos Trindade carregava R$ 50 mil. Conseguiu. Paulo Antônio Bassoto, com R$ 150 mil, foi detido. Para evitar o problema, Marcos Trindade passou a viajar de ônibus. Fez quatro viagens. Confessou que levou R$ 850 mil em dinheiro vivo do valerioduto, sempre de Belo Horizonte a Porto Alegre.

Quem também viajou de ônibus transportando dinheiro foi Geraldo Reis, do PT da Bahia. Foi para Vitória da Conquista (BA) com uma mala carregada com R$ 200 mil. Dois assaltantes acabaram com a festa. De acordo com o testemunho de passageiros que estavam no ônibus, os ladrões reagiram surpresos ao abrir a mala. Foram embora satisfeitos. O PT não registrou queixa na polícia.

Ainda na Bahia, o caso do deputado Josias Gomes (PT-BA), um dos denunciados por envolvimento no escândalo do mensalão. Acusado de receber R$ 100 mil repassados por Marcos Valério, negou. Disse que fora ao Banco Rural apenas para obter informações sobre um empréstimo. Depois, confessou o saque. Esteve pessoalmente na agência e apresentou o próprio documento antes de fazer a retirada. Agiu como amador. Ao conceder entrevista, Josias Gomes declarou que o mensalão nunca existiu e foi criado pela imprensa. O discurso do deputado:

- Refuto as acusações que me são impostas. Não sou corrupto. Jamais o serei.

No Maranhão, o tesoureiro local do PT, Luís Henrique Sousa, se gabou ao dizer numa reunião do partido que a direção nacional do PT enviara um emissário a São Luís com uma mala repleta de "verdinhas". Na verdade não eram dólares, mas R$ 327 mil em reais. O dinheiro de caixa 2 teria sido mandado por determinação do então presidente do PT, José Genoino (SP).

A história de outra mala de dinheiro foi narrada por Wendel Resende de Oliveira, que trabalhou como motorista para a deputada Neyde Aparecida (PT-GO). Os R$ 200 mil foram transportados por ele do Diretório Nacional do PT em São Paulo para Goiânia. Por orientação da deputada, o motorista viajara a São Paulo de avião, apanhara a mala e seguira de ônibus até a capital de Goiás. Era mais seguro assim. Entregou a mala ao filho da deputada. O dinheiro teria sido repassado depois ao irmão de Neyde Aparecida, candidato a prefeito de Quirinópolis (GO) na época, e a Carlos Soares, irmão de Delúbio Soares.

Quando ainda era o poderoso tesoureiro do PT, Delúbio Soares telefonou ao vice-presidente do partido em Brasília, Raimundo Ferreira da Silva Júnior, e pediu para ele buscar um envelope. Raimundo Ferreira sabia que o conteúdo era dinheiro vivo, mas não quanto:

- O Delúbio me ligou de São Paulo e pediu para que eu fosse até a agência do Rural, onde deveria pegar um dinheiro que ele estava precisando para umas despesas. Ele me disse que precisava de alguém de confiança para buscar o pacote. Como sou amigo dele, nada mais natural.

Agora, o PT de Mauá (SP). Altivo Ovando Júnior era secretário de Habitação da Prefeitura local, comandada pelo PT. O grupo Peralta queria construir um centro de compras. Precisava da administração municipal que desapropriasse alguns imóveis. Altivo Ovando Júnior contou como Valdemir Garreta, ligado a Marta Suplicy (PT-SP), nomeada depois ministra do Turismo de Lula, abordou o empresário Armando Jorge Peralta:

- Se não der dinheiro, não vai ter shopping.

Valdemir Garreta teria exigido R$ 1,8 milhão. O empresário topou dar seis parcelas de R$ 300 mil cada. Quem confessou ter buscado duas das parcelas em Osasco (SP) foi o próprio Altivo Ovando Júnior. A primeira veio em cheque. A segunda, em dinheiro vivo, acabou nas mãos de José Mentor (PT-SP), que foi vereador líder da prefeita Marta Suplicy na Câmara Municipal de São Paulo, antes de ser eleito deputado federal. Trecho do depoimento de Altivo Ovando Júnior ao Ministério Público:

"O dinheiro lhe foi entregue em uma caixa de arquivo, destas de papelão, devidamente lacrada."

Em 2007, no primeiro ano do segundo mandato de Lula, o Brasil foi atormentado pelas sucessivas denúncias de corrupção contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado e protegido de Lula. Uma das acusações contra Renan foi feita pelo advogado Bruno Miranda Ribeiro Brito Lins, em depoimento à Polícia Civil de Brasília.

Bruno Miranda, afilhado de casamento de Renan Calheiros, denunciou que pelo menos em seis ocasiões foi encarregado pelo lobista Luiz Garcia Coelho, amigo e sócio de Renan, de buscar dinheiro, supostamente de propina. Bruno Miranda havia sido casado com a filha do lobista. O advogado confessou:

- Às vezes, tinha muito dinheiro. Depois parava, vinha pouquinho. Que eu tive acesso, o maior foi de R$ 3 milhões no BMG. Peguei uma sacola.

Em seu depoimento, Bruno Miranda relatou que em 2005 viajou de carro a Belo Horizonte, para apanhar um pacote com R$ 300 mil em notas de R$ 100 e R$ 50, que seria repartido em Brasília. O advogado revelou que a propina facilitou uma negociata no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), presidido na época pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), ligado a Renan Calheiros. A história vai ser contada adiante. De qualquer forma, Bruno Miranda contou que levou R$ 150 mil a Carlos Bezerra no hotel Metropolitan.

O advogado também envolveu na tramoia outro aliado de Renan, o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ministro da Previdência Social e responsável pelo INSS no primeiro mandato de Lula, Romero Jucá foi afastado depois da abertura de inquérito para investigar o envolvimento dele com desvio de empréstimos e com propriedades rurais fantasmas. No segundo mandato, Lula escolheu Romero Jucá como líder do Governo no Senado.

Um motorista de Romero Jucá, aliás, chegou a admitir ter feito um saque de R$ 50 mil na agência do Banco Rural do Brasília Shopping:

- Eu só cheguei lá e disse: "Meu nome é Roberto Jefferson Marques". Aí, o cara falou: "Ah, tudo bem". Só isso. E me entregou um envelope amarelo, grampeado em cima. Não abri, não fiz nada.

Ao denunciar o escândalo do mensalão ao STF (Supremo Tribunal Federal), o procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, afirmou em seu relatório que o líder do PMDB

na Câmara, deputado José Borba (PR), compareceu ao Banco Rural do Brasília Shopping para sacar R$ 200 mil. Recebeu o dinheiro das mãos de Simone Vasconcelos, a prestativa auxiliar de Marcos Valério. Do relatório do procurador-geral, ao explicar que Borba procurara o tesoureiro do banco, João Francisco de Almeida Rego:

"Todavia, José Borba recusou-se a assinar qualquer documento que comprovasse o recebimento da importância acima, fazendo com que Simone Vasconcelos se deslocasse até essa agência, retirasse, mediante a sua própria assinatura, a quantia acima informada, e efetuasse a entrega desse numerário ao então parlamentar."

Denunciado por envolvimento no escândalo do mensalão, José Borba renunciou ao mandato. Ele teria sido encarregado de receber, quase sempre à noite, uma fila de deputados do PMDB, numa sala da Câmara. Um total de 55 deputados do PMDB, todos da base aliada do governo Lula, teriam recebido mensalões. As quantias teriam variado de R$ 10 mil a R$ 200 mil, dependendo do cacife de cada um. O procurador-geral só acusou o líder Borba.

Um dos operadores do PMDB teria sido o advogado Roberto Bertholdo, assessor de José Borba e integrante do Conselho de Administração da hidrelétrica de Itaipu, nomeado no governo Lula. Bertholdo teria viajado em jatinho particular com uma caixa de papelão abarrotada com R$ 8 milhões em dinheiro vivo. Ficou com medo de transportar a quantia?

- Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo.

Antonio Celso Garcia, o "Tony Garcia", foi amigo de Bertholdo. Depois, acusou-o:

- O Bertholdo nunca andava com menos de R$ 50 mil, R$ 100 mil em dinheiro. Ele falava que era para fazer coisas eventuais, atender um ou outro.

Roberto Bertholdo também acusou, mas mirou o líder do PP (Partido Progressista), deputado José Janene (PR), outro a cumprir importante papel na base aliada do governo Lula, durante o primeiro mandato da administração do PT. Aqui, Bertholdo também envolveu um doleiro, Alberto Youssef. Afirmou ter visto o homem levar sacolas de dinheiro ao apartamento de José Janene em Brasília, para subornar parlamentares que apoiavam Lula:

- Por pelo menos três vezes. Uma vez, ele abriu uma sacola para mostrar algo ao Janene e vi que eram reais. Em uma outra vez, as sacolas eram tão pesadas que a Cleide, a cozinheira do Janene, teve que ajudar o Youssef a levar as sacolas para um aposento interno do apartamento.

De fato, o PP esteve sempre nas fileiras de sustentação do governo Lula no Congresso. E o presidente da República não poupou esforços na hora de proteger o aliado e presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), acusado de cobrar propina de um fornecedor da Câmara. Sebastião Buani, dono do restaurante Fiorella, deu dinheiro a Severino Cavalcanti, a fim de receber autorização para reajustar o valor das refeições e a manter o estabelecimento aberto. Sebastião Buani confessou:

- O dinheiro foi entregue em envelopes pardos, nós saíamos pelos corredores com o dinheiro nas mãos, eu e ele andando pelos corredores.

Apesar dos esforços de Lula, o mensalinho de Severino Cavalcanti, no valor de R$ 10 mil, levou o presidente da Câmara a renunciar ao mandato. Severino Cavalcanti ficou com medo de ser cassado e queria se eleger novamente. Não conseguiu ser deputado em 2006, mas foi eleito prefeito João Alfredo (PE) em 2008. Segundo Buani, ele só decidiu parar de subornar o deputado depois de um pedido da filha, Gisele Buani:

- Um dia minha filha me viu contando dinheiro numa quarta-feira para pagar a propina, e disse: "Pai, sai dessa vida porque a gente não precisa disso. O senhor está deixando de pagar funcionários que moram longe e ganham pouco para pagar propina".

João Cláudio Genu, que ocupou o cargo de chefe de gabinete do deputado José Janene (PP-PR), foi apontado como responsável pela distribuição de envelopes com dinheiro a deputados do PP. Após aderir ao governo Lula, em 2003, a bancada do PP pulou de pouco mais de 20 para 56 parlamentares. Mensalinhos e mensalões variavam de R$ 5 mil a R$ 30 mil, conforme o quilate do político. A grana era distribuída na "pensão", como era conhecido o apartamento de José Janene, ou na sala da liderança do PP na Câmara.

Em depoimento à Polícia Federal, João Cláudio Genu admitiu que fez vários saques em dinheiro vivo na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Ele confessou retiradas no total de R$ 850 mil. Mas negou ter distribuído o dinheiro a deputados. Disse que funcionava como uma espécie de "mula", apenas transportando valores. Pegava os envelopes entregues por Simone Vasconcelos, punha dentro de uma pasta tipo 007, sem conferir, e entregava, sem mexer, na presidência do PP.

Na denúncia do procurador-geral da República, João Cláudio Genu foi acusado de receber dinheiro em malas e sacolas e também dentro de um quarto do hotel Grand Bittar ou na sede da agência de publicidade SMPB, em Brasília. Outro operador da distribuição da propina dentro do PP teria sido o deputado João Pizzolatti (PP-SC). Ele foi acusado de circular com dinheiro dentro de malas nos corredores da Câmara, protegido por funcionários da área de segurança do Congresso. Não foi denunciado.

O PL (Partido Liberal) ocupou papel de destaque na sustentação política do primeiro mandato de Lula. O presidente do partido, Valdemar Costa Neto (SP), foi acusado pela ex-mulher, Maria Christina Mendes Caldeira, de pagar as despesas sempre em dinheiro vivo:

- Teve uma época em que comecei a reclamar muito e ele passou a usar eventualmente um cartão. Mas ele mantinha um cofrão em nossa casa que parecia um armário. Tenho as notas fiscais desse cofre. Quando nos separamos, saí denunciando a existência dele. E o Valdemar mandou uma empresa ir lá retirar o cofre.

Em depoimento à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, Maria Christina Mendes Caldeira relatou uma conversa entre Valdemar Costa Neto e o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), na qual o assunto era o suborno de parlamentares para engordar a bancada do PL:

- Ouvi a conversa e vi o dinheiro, guardado no cofre da nossa casa.

Ela ouviu conversas sobre malas de dinheiro e disse ter visto uma mala repleta de dólares destinada ao deputado maranhense Remi Trinta. Maria Christina Mendes Caldeira contou que Valdemar Costa Neto gostava de andar de jatinho e torrar dinheiro em cassinos. Em uma noite, no Uruguai, perdeu US$ 500 mil. Em outra ocasião, em Las Vegas, nos Estados Unidos, deixou R$ 300 mil num cassino. Ela revelou também:

- Na volta de uma viagem acabei trazendo, sem saber, uma mala de dinheiro.

Na CPI do Mensalão, Jacinto Lamas, que atuou como tesoureiro do PL, afirmou ter ido buscar, por orientação de Valdemar Costa Neto, pacotes, envelopes e encomendas, sempre em dinheiro vivo, na sede da SMPB em Belo Horizonte, e na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. Quando ia pegar o numerário em hotéis, Simone Vasconcelos fazia a entrega:

- Era sempre um acerto entre o Valdemar e o Delúbio.

No segundo mandado de Lula, o PL se transformou em PR (Partido da República). Valdemar Costa Neto, que havia renunciado ao mandato para evitar possível cassação, disputou a eleição seguinte e foi novamente eleito deputado federal. Mas ficou de fora da presidência do novo partido. O PR continuou na base aliada de Lula. Em 2007, Emílio de Paula Castilho, assessor e sobrinho do deputado Aracely de Paula (PR-MG), foi preso com quase R$ 80 mil em dinheiro vivo.

A soma estava em uma caixa de papelão dos Correios, embrulhada com papel e lacrada com fita adesiva, dentro de uma mala de roupas no automóvel de Emílio de Paula Castilho. Nervoso, ele disse aos policiais que a grana era fruto da venda de um carro usado. Depois corrigiu para dois veículos. Por fim alegou que eram três automóveis, comprados por um homem com nome incerto, que teria feito o negócio sem ao menos ver o que estava comprando, "só na confiança".

Outro escândalo da era Lula que não pode deixar de ser mencionado é o dos sanguessugas, escancarado pela Polícia Federal no último ano do primeiro mandato da administração do PT. O esquema fraudulento envolveu possivelmente dezenas de deputados, prefeituras e funcionários do Ministério da Saúde. Fornecia ambulâncias a preços sobrevalorizados.

O advogado Eduardo Mahon comentou o depoimento de Maria da Penha Lino, funcionária do Ministério da Saúde presa durante a operação. Ele citou o trecho em que Maria da Penha Lino se refere ao motorista Fernando Freitas, encarregado de transportar à garagem do Congresso os donos da empresa que negociavam as ambulâncias:

- Na garagem, pegavam as malas e colocavam o dinheiro no paletó, nas meias e nas cuecas. Passavam pelo detector de metal da chapelaria. Não dava nada. Subiam à Câmara. Iam de gabinete em gabinete, fazendo os acertos. Acabava o dinheiro, voltavam para o carro e pegavam mais. Na cara dura, na cueca, na meia.

Cassado por corrupção, o ex-ministro José Dirceu resolveu desabafar à revista Piauí. Já corria o ano de 2008. José Dirceu mencionou o episódio da construção da sede do PT em Porto Alegre, em 2001. Sabia do que estava falando: na época, José Dirceu era o presidente do partido e Delúbio Soares, o tesoureiro.

De acordo com José Dirceu, a obra em Porto Alegre "foi feita só com dinheiro de caixa 2". Ele acrescentou: "era com mala de dinheiro". O ex-presidente do PT chamou de "esse pessoal" as lideranças gaúchas do partido:

- Chegava para Delúbio e falava: "Delúbio, preciso de R$ 1 milhão". Como é que alguém vai arrumar esse dinheiro assim, de uma hora para outra?

José Dirceu explicou:

- O pobre do Delúbio tinha de ir aos empresários conseguir doações. Aí, estoura o mensalão e esse pessoal vem dizer que o Delúbio era o homem da mala. O que não dizem é que a mala era para eles.

Em outro trecho da entrevista, Dirceu atacou a ex-senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Expulsa do PT, ela passou a denunciar condutas inadequadas de parte das lideranças do partido. O ataque de José Dirceu:

- Ela votou contra a cassação do Luiz Estevão. Votou mesmo, e por motivos impublicáveis.

Heloísa Helena reagiu, chamando José Dirceu de "ladrão dos cofres públicos" e de andar "passeando pelo Brasil e gastando todo o dinheiro que ele roubou do povo":

- Se durante toda a carreira dele de homem público medíocre e ladrão ele cometeu inúmeros atos que certamente não podem ser publicados, eu, como mulher trabalhadora, nunca fui capaz de nenhum ato impublicável.

Em 2009, a Polícia Federal desencadeou a Operação Boi Barrica e indiciou Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), um dos maiores aliados de Lula. Fernando Sarney foi acusado de montar um esquema para desviar dinheiro público usando a Valec, empresa estatal encarregada de construir a ferrovia Norte-Sul.

A relação de Fernando Sarney com a Valec se dava por intermédio do diretor de Engenharia da estatal, Ulisses Assad. Uma parte da obra, no valor de R$ 45 milhões, teria sido entregue à Lupama. Conforme as investigações, a Lupama era uma empresa de fachada ligada ao grupo de Fernando Sarney para desviar dinheiro da ferrovia.

Para pagar pelos serviços de Ulisses Assad, Fernando Sarney teria mandado propina por meio de seu motorista. Uma mala de dinheiro seguiu de Brasília para São Paulo. Os federais estavam na cola, mas não contaram com o zelador do prédio da família Sarney na capital paulista. Ele percebeu a movimentação e ajudou o motorista a entrar escondido com a mala dentro do porta-malas de um carro de Fernando Sarney. O homem se safou.

Capítulo 3

Lula, o chefe

O Palácio do Planalto bem que tentou abafar, mas desde o início o presidente Lula esteve no centro da crise política. O escândalo do mensalão eclodiu em 14 de maio de 2005, com a divulgação de uma gravação clandestina pela revista Veja. Maurício Marinho, funcionário dos Correios, pôs no bolso do paletó R$ 3 mil. Propina. De cara, a evidente vinculação do PTB ao esquema de corrupção. Os Correios eram área de influência do partido, uma das agremiações integrantes da base aliada do Governo Federal, capitaneada pelo PT, a legenda de Lula.

Enquanto os telejornais escancaravam a fita com as imagens de Maurício Marinho enfiando o dinheiro no bolso, Lula apressava-se em defender o deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente nacional do PTB. Palavras de Lula, alto e bom som, em 17 de maio de 2005:

- Precisamos ter solidariedade com os parceiros, não se pode condenar ninguém por antecipação.

Lula se pronunciou durante almoço com aliados. O presidente insistiu:

- Parceria é parceria. Tem de ter solidariedade.

E arrematou, para não deixar dúvidas:

- Essa é a hora em que Roberto Jefferson vai saber quem é amigo dele e quem não é.

Lula estava preocupado. Recorda-se que, alguns meses antes, dissera a seguinte frase endereçada a Roberto Jefferson, em meio ao noticiário que especulava sobre um pagamento de R$ 10 milhões do PT ao PTB, com vistas a "comprar" o apoio dos trabalhistas às eleições municipais de 2004:

- Eu te daria um cheque em branco e dormiria tranquilo.

A gravação de Maurício Marinho trouxe outras complicações. Como se sabe, ele desandou a conversar com os interlocutores que o subornavam, sem saber que estava sendo gravado. O funcionário dos Correios mencionou uma empresa, a Novadata, pertencente a Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de

Lula havia mais de 20 anos. A Novadata fornecia computadores para o Governo Federal. Apenas nos dois anos e meio da primeira administração Lula, faturou R$ 284,5 milhões, sendo R$ 110 milhões em contratos com a Caixa Econômica Federal, R$ 100 milhões em contratos de locação de 27.500 computadores para a Petrobras e R$ 16,2 milhões em vendas aos Correios.

Aqui uma pausa, para registrar: Lula passou o *réveillon* de 2001 na mansão de Mauro Dutra em Búzios, no badalado litoral do Rio. O mesmo Maurinho que fez contribuições ao PT, arrecadou dinheiro para o partido e emprestou avião a Lula. Na fita, Maurício Marinho fala de "acertos" em licitações. Descreve manobra da Novadata para superfaturar computadores. A empresa tentou fazer o preço de cada computador vendido ao governo dar um salto injustificado, de R$ 3.700 para R$ 6.000.

Logo nos primeiros dias da crise, Lula trabalhou abertamente contra a ideia de se criar uma CPI para investigar a corrupção nos Correios. Foi decisão de governo: a administração federal iria liberar dinheiro de emendas ao Orçamento a todos os parlamentares que votassem contra a CPI. Faltou combinar com os jornais.

Roberto Jefferson foi destaque no noticiário político. As incursões do presidente do PTB nos subterrâneos de Brasília revelaram várias suspeitas de corrupção. Lula achou por bem se afastar do aliado, mas continuou a trabalhar contra a instalação da CPI. Roberto Jefferson estava cada vez mais isolado. Os estrategistas do presidente não imaginaram que o desgaste do político fluminense o levasse a uma reação explosiva.

Em 6 de junho de 2005, Roberto Jefferson concedeu uma entrevista-bomba ao jornal Folha de S.Paulo. O Brasil não seria mais o mesmo. A manchete, na primeira página, para não deixar dúvidas: "PT dava mesada de R$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson". O escândalo do mensalão assumiria contornos dramáticos.

Leal ao presidente que procurou protegê-lo, Roberto Jefferson tentou deixá-lo fora da crise. Mas logo implicou o superministro José Dirceu (PT-SP). A Folha de S.Paulo também reproduzia a reação de José Dirceu, assim que ouviu Roberto Jefferson falar sobre os repasses. Infere-se que a tarefa de fazer as operações de distribuição do dinheiro era de responsabilidade do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Palavras de José Dirceu

- Eu falei para não fazer.

Ora, se o todo-poderoso ministro da Casa Civil, braço direito de Lula, disse a Delúbio Soares para não fazer, fica implícito que a prática fora pensada, discutida e provavelmente era de amplo conhecimento do chamado "núcleo duro" do governo. Destaca-se que Delúbio tinha relação histórica com Lula.

Mas voltemos a Roberto Jefferson, que envolveu no seu relato à Folha de S.Paulo outros importantes auxiliares do presidente. Se os mencionados já não conhecessem os fatos, ficariam com a obrigação de tomar providências assim que foram informados. Afinal, Lula não poderia permanecer alheio à existência de um esquema que entregava dinheiro a parlamentares. Isso, claro, se já não soubesse muito bem o que acontecia.

Roberto Jefferson contou que levou informações sobre o mensalão ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE). Da mesma forma que José Dirceu, deveria informar o presidente sobre o que lhe fora relatado. Assim, providências enérgicas impediriam o prosseguimento da prática de suborno. E faria isso como dever de lealdade, independentemente das suas convicções. Conforme Jefferson, Ciro Gomes lhe disse que não acreditava na história da transferência de dinheiro de caixa 2 para a base aliada.

Rodeado de ministros leais, Lula não fugiria do seu dever constitucional de determinar imediata abertura de investigações, com a finalidade de punir eventuais culpados. Outra hipótese, porém: Lula

teria dado carta branca às operações de suborno. Agora, deixaria o tempo amainar a situação, confiando na falta de memória da imprensa e dos brasileiros.

Depois foi a vez de Miro Teixeira (PT-RJ), ministro das Comunicações. Os deputados José Múcio (PTB-PE) e João Lyra (PTB-AL) testemunharam a conversa na qual Roberto Jefferson pediu para Miro Teixeira contar tudo a Lula. Tem mais. Jefferson também discutiu o problema com o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), o então líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, e garante que expôs tudo ao ministro Antonio Palocci (PT-SP), outro integrante do "núcleo duro" do governo. O recado estava dado.

Aparentemente, só Miro Teixeira levou a coisa a sério. Pelo menos num primeiro momento. A prova é que informações prestadas por ele fizeram o Jornal do Brasil denunciar em manchete, em 24 de setembro de 2004: "Planalto paga mesada a deputados". Trecho de abertura da reportagem: "O governo montou no Congresso um esquema de verbas e cargos para premiar partidos fiéis ao Planalto. Chama-se mensalão".

Não houve consequências. O então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), prometeu instaurar sindicância para apurar a denúncia do Jornal do Brasil, mas foi tudo engavetado às pressas. E Miro Teixeira capitulou. Antes disso, no entanto, havia narrado o caso a Lula. Aí é que a coisa pega. Miro Teixeira era oriundo do PDT (Partido Democrático Trabalhista), mas se transferira para o PT e assumira a liderança do governo Lula na Câmara dos Deputados. O episódio aconteceu logo após o escândalo que culminou com a saída de Waldomiro Diniz do Ministério da Casa Civil, no primeiro grande caso de corrupção da era Lula, a ser relatado adiante.

Miro Teixeira, no papel de líder, era assediado por deputados que temiam pelo fim da "mesada" fornecida pelo governo, uma hipótese aventada com a saída de Waldomiro Diniz. Afinal, o assessor de José Dirceu, defenestrado da Casa Civil, cuidava justamente da relação da administração federal com o Congresso. Miro Teixeira foi duro. Em 25 de fevereiro de 2004, disse ao presidente que deixaria a liderança do governo. Não aceitava os pagamentos. Com ar de surpresa, Lula garantiu desconhecer o assunto. E disse que iria discuti-lo, sem falta, com José Dirceu. Nada. Pouco mais de um mês depois, Miro Teixeira voltou ao Palácio do Planalto e pediu para sair da liderança. Infelizmente, não levou o caso até as últimas consequências. Substituiu-o o deputado Professor Luizinho (PT-SP), que viria posteriormente a ser acusado de envolvimento no mesmo escândalo do mensalão.

Em 5 de janeiro de 2005, Roberto Jefferson levou o assunto diretamente a Lula. Quem testemunhou foi o ministro Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), do Turismo. Nenhuma providência tomada. Roberto Jefferson voltou a Lula novamente, em 23 de março de 2005. Desta vez, várias pessoas ouviram a conversa sobre as "mesadas do Delúbio". Jefferson expôs tudo. Presenciaram José Dirceu, Aldo Rebelo e José Múcio. Todos os três, aliás, já sabiam do assunto. Além deles, ouviram o relato o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) e o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP). Da mesma forma, eles não poderiam mais alegar desconhecimento. Jefferson afirmou:

- Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira.

Reação de Lula:

- Que mensalão?

Interessante destacar que no segundo mandato de Lula, Walfrido dos Mares Guia e José Múcio, braços direito e esquerdo de Roberto Jefferson no PTB até eclodir o escândalo do mensalão, seriam promovidos por Lula. Walfrido iria do morno Ministério do Turismo para o chamativo Ministério das Relações Institucionais, exatamente para ser o responsável pela relação do governo com o Congresso. E Múcio sairia da liderança do PTB para a liderança do governo na Câmara. E quando Walfrido fosse afastado depois da acusação de envolvimento com o chamado mensalão mineiro, Lula não teria

dúvidas: promoveria mais uma vez Múcio, nomeando-o ministro das Relações Institucionais. Em 2009, Lula recompensaria os bons serviços prestados por Múcio, indicando-o para uma vaga no TCU (Tribunal de Contas da União).

Por que os aliados de Roberto Jefferson assumiram papéis de destaque na administração Lula? É simples: porque blindaram Lula no episódio das denúncias de Roberto Jefferson. Não respaldaram nem deram eco às acusações que poderiam levar ao *impeachment* do presidente. E foram recompensados por terem sido leais.

Mas voltemos uma vez mais no tempo. Houve outro episódio, dez meses antes daquele encontro entre Jefferson e Lula, em 23 de março de 2005. Ocorreu na noite de 25 de maio de 2004. O curioso é que, desta vez, Lula introduziu o assunto. A comitiva do presidente estava em viagem oficial à China. Lá pelas tantas, depois do farto jantar, Lula se virou para o deputado Paulo Rocha (PT-PA) e perguntou se ele já ouvira falar do pagamento de mesadas a parlamentares. Para entender: durante os desdobramentos do escândalo do mensalão, Paulo Rocha preferiu renunciar ao mandato a correr o risco de ser cassado, justamente por ter feito saques de dinheiro de caixa 2. Rocha negou a história, obviamente. Mas outros três deputados que estavam no jantar na China confirmaram a veracidade da conversa à revista Veja.

Com a explosão do escândalo do mensalão, Aldo Rebelo (PC do B-SP) foi escalado para falar em nome do Palácio do Planalto. Admitiu que Lula ouvira mesmo o relato de Jefferson em 23 de março de 2005, mas tratou de proteger o presidente. Para Rebelo, a denúncia envolvia o PT e outros partidos, não o governo. Ora, o PT é o partido de Lula. E os outros partidos dão sustentação política ao governo Lula. Estavam sendo pagos para isso. Como protegê-lo?

O líder de Lula no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou explicar a reunião de 23 de março:

- Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia, nem discutiu o assunto na reunião. Depois, Lula chamou Aldo e Chinaglia e perguntou se havia comentários sobre isso na Câmara. Não houve denúncia, apenas o relato de boato.

Para Aloizio Mercadante, portanto, Lula, o grande beneficiário da maioria forjada para apoiar o seu governo no Congresso, não tinha providências a tomar sobre o assunto. Pois, afinal, não havia "comentários" sobre o tema.

A Folha de S.Paulo ainda circulava com a denúncia de Roberto Jefferson sobre o mensalão naquele 6 de junho de 2005, quando o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), veio a público revelar que dois deputados receberam propostas para se transferir à base aliada do governo Lula, em troca de dinheiro. Mais lenha na fogueira.

Pior: em 5 de maio de 2004, Marconi Perillo já havia levado o fato diretamente ao conhecimento de Lula. Na época, o presidente disse que iria apurar. Não fez nada. De qualquer forma, não teria sentido dizer que não sabia do assunto. Meses depois, fustigado, o Palácio do Planalto se posicionou sobre o episódio por meio de nota. Informou que Lula não se recordava de nenhum comentário do governador Marconi Perillo a respeito de uma tentativa de suborno de deputados. Mais uma vez, Lula foi convenientemente escondido.

Em 12 de junho de 2005, nova entrevista de Roberto Jefferson à Folha. Ele deu detalhes da conversa com Lula, dentro do gabinete do presidente:

- Ele me pediu que explicasse como funcionava o mensalão. Eu disse. Depois ele se levantou, me deu um abraço e eu saí.

Na entrevista, a chave para entender por que o escândalo do mensalão não foi contido nos bastidores da política, e virou mesmo um escândalo. Roberto Jefferson relatou à repórter Renata Lo Prete a primeira conversa com Lula para falar dos repasses, em janeiro de 2005. Roberto Jefferson esforçou-se em salvaguardar o presidente:

- E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam. Mas o que eu estranho é que a Abin, depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Alguém, dentro do governo, não gostou que nós passamos essa informação ao presidente.

O "alguém" de Jefferson era o ministro José Dirceu. Teria sido acionado por Lula. E a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) entrara em ação, segundo o presidente do PTB. No final das contas, mostrou-se desastrosa a estratégia de fuçar a vida de Jefferson para descobrir podres do deputado, com vistas a obter o seu silêncio. Ele não aceitou a chantagem. O tiro saiu pela culatra.

Dia 13 de junho de 2005, o seguinte à entrevista da Folha: a assessoria de José Dirceu divulgou informações segundo as quais o relacionamento entre o ministro da Casa Civil e o presidente Lula era excelente. Bobagem. O importante do "recado" de José Dirceu estava na frase que, segundo a assessoria, o ministro havia proferido. A fala de Dirceu foi divulgada como sendo textual, entre aspas, e serviu para definir a sua relação com Lula:

- Não faço nada que não seja de comum acordo e determinado por ele.

Estava tudo aí. Dirceu, ao travar combate para não ser expelido do governo, fez ameaça velada a Lula, como quem diz: "Não ouse me fritar, muito menos me demitir. Sei demais. Posso e vou comprometê-lo". Mas ficou nisso. Dirceu jamais fez nada, apesar de, em outros momentos da crise, ter voltado a insinuar que poderia pôr o dedo na ferida. Chegou a alfinetar o presidente em algumas ocasiões, como da vez que fez críticas a Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", em entrevista concedida no início de 2008 à revista Piauí.

O mais importante da frase em que Dirceu deu o "recado" a Lula, porém, é a confissão de que agia conforme o acertado com o presidente. Por si só, a frase deveria ter se constituído em elemento de peso para justificar a abertura de processo por crime de responsabilidade contra Lula.

Em 14 de junho de 2005, Roberto Jefferson prestou depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Foi um dia histórico. Ele pediu o afastamento de José Dirceu do governo. Na prática, sentenciou à queda o homem mais importante da história do PT, depois de Lula:

- Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula.

Para complicar as coisas, entrou em cena Fernanda Karina Ramos Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério. A essa altura, Marcos Valério, o empresário dono de agências de publicidade e principal operador do mensalão, já era uma celebridade. Fernanda Karina disse em entrevista à revista Isto É Dinheiro que Marcos Valério tinha comunicação direta com José Dirceu.

O superministro de Lula também foi acusado de receber dinheiro do esquema de corrupção montado em Santo André (SP). Quem fez a denúncia foi Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito Celso Daniel (PT). Aqui, Lula voltou ao centro da crise. Francisco Daniel disse que o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, transportou R$ 1,2 milhão de propina em seu carro. A origem do dinheiro, devidamente entregue ao então presidente nacional do PT, José Dirceu, seria a propina arrecadada na Prefeitura de Santo André.

José Dirceu foi afastado do governo em 16 de junho de 2005. Fazendo-se de alheio aos problemas, como sempre, Lula deu entrevista em Luziânia (GO) para dizer que as denúncias eram "vazias". Entrementes, nos bastidores de Brasília, o presidente trabalhava para frustrar a CPI dos Bingos, uma

nova fonte de investigações contra o seu governo. Prometeu mundos e fundos para quem ficasse ao seu lado, mas não impediu a instalação da comissão.

Um episódio que mostrou Lula como sujeito atuante nos bastidores de seu governo, e não alguém sempre por fora dos "detalhes" comprometedores, como procurava se mostrar. Foi o caso da "simples" nomeação do diretor de Engenharia da empresa estatal Furnas Centrais Elétricas. O assunto relatado por Roberto Jefferson ocupou várias páginas de jornal. Não era para menos. O diretor, Dimas Toledo, administrava, de acordo com Roberto Jefferson, uma "sobra" de R$ 3 milhões ou R$ 4 milhões por mês, dependendo da versão, dinheiro abocanhado quase integralmente pelo PT.

O caso Furnas acabou contribuindo para o desgaste da relação PT/PTB, pois o partido de Roberto Jefferson não aceitava ficar à margem, relegado a um segundo plano. Pois bem: na partilha de cargos do governo, ficou combinado que Jefferson exerceria influência em Furnas. Ele queria trocar Dimas Toledo. Lula era simpático ao pleito do PTB. O presidente dissera a Jefferson:

- Roberto, por que está demorando tanto?

Lula não aceitaria argumentação alguma que prejudicasse o PTB:

- Nada disso. O Dimas vai sair.

No caminho, porém, estava José Dirceu, aparentemente cioso da fortuna em comissões e propina. Quando a casa caiu, Roberto Jefferson contou a história aos jornais. A reação instantânea do Palácio do Planalto foi afastar todos os citados, inclusive Dimas Toledo. Mas a história de Roberto Jefferson revelou que Lula tinha pleno conhecimento do que se passava nos porões do governo e palpitaria nas nomeações para cargos de escalões inferiores.

Outro caso vinculado diretamente a Lula ocorreu em 8 de julho de 2005, a partir de notícia publicada pelo jornal O Globo. A Telemar, uma das maiores operadoras de telefonia do País, investira R$ 5 milhões na pequena Gamecorp, de Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha". Como se sabe, a Telemar fora constituída com recursos de origem pública, provenientes do Banco do Brasil, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e fundos de pensão de empresas estatais. Além disso, era empresa concessionária de serviço público, regulada pelo Governo Federal.

O negócio Telemar/Gamecorp foi intermediado pela consultoria de Antoninho Marmo Trevisan, outro amigo de Lula. Para o presidente, porém, nada de errado. A reação dele, nervosa, pretendendo pôr um ponto final no assunto que envolvia seu filho:

- Estão querendo mexer na minha vida privada. Isso é uma baixaria, um golpe baixo, um desrespeito. Isso é irracional.

Voltemos a um acontecimento importante, ocorrido em 17 de junho de 2005. Lula deu a famosa entrevista em Paris, divulgada com exclusividade pelo programa Fantástico, da Rede Globo. O impressionante da história foi o coro do presidente ao que acabara de ser dito por Marcos Valério e Delúbio Soares, ambos metidos até o pescoço na lambança do escândalo do mensalão. A estratégia dos três, apesar da diferença de tom das intervenções, foi a mesma: negar os pagamentos a parlamentares, ou seja, o crime de corrupção, e pôr tudo na conta de simples repasses para quitar dívidas de campanha, usando caixa 2. Um crime menor, portanto, apenas eleitoral. Para Lula, o PT fez o que é feito no Brasil, sistematicamente:

- E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.

Enquanto Lula minimizava a crise, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) acusava o que chamou de "crime de quadrilha":

- Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correios e Furnas, para fazer transações ilícitas. Favoreceram essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido.

Difícil tapar o sol com a peneira. Olívio Dutra (PT-RS), petista histórico, foi demitido do Ministério das Cidades. Ressentido, desabafou durante entrevista: a "disputa" e a "concentração de poder no governo" fizeram crescer a "erva daninha". Referia-se à erva daninha da corrupção.

Para ajudar a entender Lula, um acontecimento de 1995, dez anos antes do escândalo do mensalão. Outro petista histórico, o economista Paulo de Tarso Venceslau, procurou o presidente para conversar. Denunciou-lhe um esquema de corrupção que envolvia o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula. Ele vinha usando o nome de Lula para desviar dinheiro de prefeituras do PT. Venceslau não aceitava a prática, uma forma de irrigar os cofres do partido.

O economista achou que Lula o ajudaria a extirpar o corrupto que manchava o nome do PT, mesmo que o caso envolvesse seu compadre. Resultado: Paulo de Tarso Venceslau foi expulso do partido. Quanto a Teixeira, continuou firme e forte. Venceslau concedeu entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo:

- Lula foi o primeiro a saber do caso. Sabia do comprometimento do seu compadre, sabia do volume de dinheiro público envolvido, e fez questão não só de acobertar, mas de punir quem tinha descoberto.

O economista comparou Lula nos dois casos. Na década de 90, candidato a presidente, ao ser informado das andanças de Teixeira atrás de comissões em prefeituras, e depois, presidente da República, com o escândalo do mensalão:

- Eu levei para ele, pessoalmente. E o tempo todo fingiu que não sabia. Evidentemente que Lula não operava, assim como não está operando hoje. Mas como ele sabia naquela época, ele sabe hoje, sempre soube.

Depoimento de José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara. Quem roubou a cena foi Roberto Jefferson. Veio à tona a operação Portugal Telecom. Os fatos: o ministro Walfrido dos Mares Guia pediu ajuda a Lula para resolver problemas financeiros do PTB. Com o suposto conhecimento do presidente, Marcos Valério e Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB, viajaram a Lisboa atrás de uma "comissão" que poderia chegar a R$ 100 milhões. A jogada pressupunha uma transferência de US$ 600 milhões do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), outro órgão do governo brasileiro envolvido nas denúncias. Se desse certo, os R$ 100 milhões irrigariam os caixas 2 do PT e do PTB. Marcos Valério chegou a Portugal se dizendo "consultor do presidente do Brasil". E ele era mesmo.

Mais uma história apimentada misturando Lula e caixa 2. Foi publicada em 4 de agosto de 2005, pelo jornal O Estado de S. Paulo. Diz respeito a uma entrevista do presidente ao Programa do Ratinho, do SBT, em 2004. A aparição de Lula na televisão teria sido comprada com R$ 2,1 milhões do valerioduto, como ficou conhecido o canal pelo qual corria o dinheiro movimentado por Marcos Valério. A soma teria viabilizado um acerto entre o deputado José Borba (PMDB-PR), aliado do governo, e o apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o "Ratinho". As partes negaram, obviamente. Dias depois, o escândalo do mensalão levaria Borba a renunciar ao mandato.

Um caso intrigante, o da exoneração de Márcio Araújo de Lacerda (PSB-MG), então secretário-executivo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE). Márcio Lacerda, que seria eleito prefeito de Belo Horizonte em 2008, estava na lista de sacadores de Marcos Valério, agraciado com R$ 457 mil. O dinheiro teria sido usado para pagar os serviços publicitários de uma agência que trabalhou na campanha de Lula, no segundo turno de 2002, conforme admitiu o tesoureiro Delúbio

Soares. A eleição de Lula, portanto, teria sido irrigada com dinheiro de caixa 2. O caso repercutiu durante o depoimento de Delúbio Soares à CPI do Mensalão. Eis o diálogo travado entre Delúbio Soares e o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), que faleceu em 2007 no desastre com o avião da TAM no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Pergunta de Júlio Redecker:

- O dinheiro foi enviado para Ciro Gomes?

- Sim.

- Pagou despesas de campanha de Ciro ou Lula?

- De Ciro.

- Mas Ciro disse que foi serviço prestado pelo marqueteiro dele no segundo turno à campanha de Lula.

- Não foi. O dinheiro pagou serviços prestados pelo (publicitário) Einhart à campanha de Ciro no segundo turno.

- Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou a candidatura Lula.

- O Einhart trabalhou com o Duda Mendonça. Eles filmaram o Ciro para o programa de Lula no segundo turno. O dinheiro pagou despesas que o Ciro teve no segundo turno.

- Então o dinheiro de Valério, de caixa 2, pagou despesas de campanha de Lula no segundo turno.

Delúbio silenciou.

A crise assumiu contornos dramáticos em 11 de agosto de 2005. O publicitário Duda Mendonça confessou à CPI dos Correios que recebeu R$ 10,5 milhões de Marcos Valério em depósitos no exterior. Note-se bem: trata-se de dinheiro de caixa 2, não declarado, sem origem definida, usado para pagar serviços prestados na campanha de 2002, no pleito que elegeu Lula. Dia seguinte, em discurso no Planalto, Lula quis dar fim ao caso:

- O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas.

Em 13 de agosto de 2005, a revista Época publicou entrevista com Valdemar Costa Neto (PL-SP), o primeiro deputado a renunciar durante as investigações do escândalo do mensalão. Em foco, uma reunião ocorrida em 2002 para decidir o apoio do PL ao PT e a indicação de José Alencar para vice de Lula.

O encontro se deu no apartamento do então deputado Paulo Rocha (PT-PA), em Brasília. Paulo Rocha, aliás, também renunciaria em 2005, com medo de ser cassado, depois de não conseguir negar a sua participação no esquema de corrupção. Lula estava presente à reunião no apartamento de Paulo Rocha. Depois de árdua negociação, durante a qual Lula, discreto, teria se retirado a um aposento ao lado, fechou-se o acordo pelo qual o PT se prontificava a transferir R$ 10 milhões para o PL, a fim de obter o apoio do partido de José Alencar. Época perguntou a Valdemar Costa Neto:

- Lula sabia que a conversa no quarto era sobre dinheiro?

- Ele sabia. O presidente sabia o que a gente estava negociando. Olha, ele e o Zé Dirceu construíram o PT juntos. O Lula sabia o que o Dirceu estava fazendo. O Lula foi para lá para bater o martelo. Tudo o que o Zé Dirceu fez foi para construir o partido.

Note-se bem: Valdemar Costa Neto era o presidente do partido do vice-presidente da República. A sigla pertencia à base aliada do governo. A confissão dele teria sido outro elemento importante para justificar a abertura de processo por crime de responsabilidade contra Lula.

Vale registrar trecho da entrevista de Hélio Bicudo, respeitável jurista, à revista Veja. Hélio Bicudo, quadro histórico do PT, desligou-se do partido:

- Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

- Por que o presidente não tomou nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou?

- Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma.

Desabafo do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), outro acusado de envolvimento no escândalo do mensalão, durante uma reunião do Campo Majoritário, a corrente do PT cujas lideranças máximas sempre foram Lula e José Dirceu. Desgastado com as notícias de corrupção, o Campo Majoritário teve o nome alterado para Construindo um Novo Brasil, no segundo mandato de Lula. De qualquer forma, João Paulo Cunha fez ameaças veladas a Lula durante aquela reunião. Reclamou de ingratidão e hipocrisia. Apesar de feitas a portas fechadas, as ameaças acabaram na imprensa. Não foram desmentidas. O envolvimento de Lula, por João Paulo Cunha:

- Quem tomou a decisão de fazer alianças? Foi o Zé Dirceu? Quem exigiu o contrato com Duda Mendonça?

Em outras palavras, Lula não só sabia, como estava por trás de tudo. Era o chefe. Continuou a ser o chefe.

Insatisfeitos com o presidente, próceres do PT mantiveram a carga sobre Lula. Em entrevista à Folha de S.Paulo em 25 de setembro de 2005, José Dirceu disse quem, em sua opinião, eram os responsáveis pela crise:

- Muita gente. Parece que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores que participaram da construção de toda essa estratégia comigo.

- E o presidente.

- E o próprio presidente da República. É isso o que eu digo. A responsabilidade é de todos nós. Nós temos que debater isso, num congresso do partido, e fazer o balanço.

- O senhor acha que o presidente da República assume a responsabilidade que tem?

- Não quero nominar ninguém. O que eu não aceito é prejulgamento, que foi tudo errado, que foi tudo um fracasso, que a política de alianças do PT estava errada. Tudo foi aprovado democraticamente.

José Dirceu respondeu se Lula participou das discussões:

- Participou. Todos participaram. Mas eu quero discutir e avaliar. Eu não quero julgar ninguém porque eu não quero que me prejulguem. O que não aceito é a imagem de que eu fiz tudo sozinho e depois

apareceu Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Sereno, que são o mal. Então corta esse mal e o PT está salvo. Isso é maniqueísta. E eu não mereço isso.

Em outro trecho da entrevista, o jornal faz um comentário:

- As pessoas que votaram no PT a vida inteira imaginavam que votavam num partido que tinha práticas diferentes.

- Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao País. Nós assumimos compromissos na campanha eleitoral com partidos e repassamos recursos. Se fossem da arrecadação oficial do PT, não teria problema nenhum. Como foram recursos de empréstimos tomados num banco e foram repassados fora da prestação de contas, há uma ilegalidade aí que vai ser punida pela Justiça.

Como se vê, José Dirceu deu eco à estratégia que desvincula o dinheiro movimentado durante o escândalo do mensalão da prática de corrupção, atribuindo as somas entregues a políticos a empréstimos bancários. Ele também fala sobre a política de alianças e o programa de governo de Lula:

- Então estão julgando Lula também. Tem de saber qual é o julgamento e qual é o grau de responsabilidade de cada um.

- E a responsabilidade política? As pessoas votam no Lula e ele não sabe de nada? É difícil acreditar que ele ignorava tudo.

- Não é isso. É que ele não tem responsabilidade. Eu não posso atribuir responsabilidade a ele no grau dele. O Lula tem responsabilidade política porque ele era líder do PT. Mas os graus são diferentes. Não posso atribuir a ele responsabilidade sobre o caixa 2. Aí eu não vou atribuir.

- Ele não tem responsabilidade como liderança?

- Isso é uma pergunta que tem de ser dirigida a ele. Eu não vou responder por ele.

Menos de duas semanas depois, foi a vez de Lula conceder entrevista. Ele falou ao programa Roda Viva, da TV Cultura. E retribuiu à altura:

- Feliz o País que tem um político da magnitude do Zé Dirceu.

Em outro momento da entrevista, Lula volta à carga:

- Qual a acusação que existe contra o Zé Dirceu?

Uma entrevista perigosa para o presidente. O entrevistado é Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT. Falou à Folha de S.Paulo, em 2 de outubro de 2005:

- A minha responsabilidade não é diferente da de nenhum outro dos 21 membros da executiva nacional do PT. O nível de decisão que eu tinha não era diferente do de nenhum dos 21 membros da executiva nacional do PT.

"Silvinho" evitou citar nomes:

- Eu assumo a responsabilidade como membro da direção do PT, em que pese a direção do PT ter realmente a noção do que estava acontecendo. Ninguém é hipócrita de achar que não sabia que existia caixa 2. Qual membro da direção do PT não sabia disso?

O repórter perguntou se o então presidente do partido, José Genoino (SP), sabia do esquema de caixa 2. Palavras de Silvinho:

- Eu pergunto: qual o membro da alta direção do PT que não poderia supor que pudesse existir?

Silvinho se desligou do PT após admitir que havia ganhado um jipe Land Rover de presente de uma fornecedora da Petrobras. Depois, assumiria a responsabilidade perante a Justiça e, para não ser processado, concordaria em prestar serviços comunitários. Saiu livre.

Um fardo pesado para Lula, o caso Santo André. Em 23 de novembro de 2005, a empresária Rosângela Gabrilli depôs à CPI dos Bingos. Trouxe à luz meandros do esquema de corrupção engendrado na administração do ex-prefeito Celso Daniel (PT).

A irmã dela, Mara Gabrilli, pediu ajuda diretamente a Lula. Esteve no apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP), e conversou com ele por 20 minutos. Descreveu um quadro de extorsão contra prestadores de serviços à Prefeitura de Santo André, controlada pelo PT, como a empresa da família dela. Lula ficou de "averiguar e tomar providências". Desabafo de Mara Gabrilli, confirmando o depoimento da irmã:

- Ninguém fez absolutamente nada. Nunca tive uma resposta.

Chamada a depor na mesma CPI dos Bingos, Mara Gabrilli revelou novas informações sobre o encontro dela com Lula. Na ocasião, contara ao presidente que Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", estava envolvido no esquema de corrupção. Sombra também era acusado de mandar matar Celso Daniel. Durante a reunião com Mara Gabrilli, o presidente Lula virou-se para os três assessores que o acompanhavam para dizer:

- Nossa, eu achei que o Sérgio Gomes já estava muito longe.

Como sempre, Lula dissimulou. Fez que não sabia o que se passava. Conveniente. O incrível é que o tal Sombra não saía do noticiário dos jornais. Vivia prestando depoimentos a CPI, Ministério Público e Polícia Civil. Como poderia estar "muito longe"? Como o presidente seria tão desinformado?

Lula não tomou providências para resolver o problema em Santo André, conforme se comprometera. Ao invés disso, a família de Mara Gabrilli passou a sofrer pressões. Ela explicou à CPI o que aconteceu após a conversa em São Bernardo do Campo. Referiu-se ao ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), um dos acusados de envolvimento no esquema de corrupção:

- Ocorreu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Além de Santo André, a crise política teve outra ramificação importante em Ribeirão Preto (SP), terra de Antonio Palocci (PT-SP). Irromperam sucessivos indícios de condutas inadequadas e corrupção na cidade, na época em que a administração municipal estava sob o comando do prefeito Antonio Palocci. Apesar da gravidade das denúncias que só se avolumavam, Lula fez reiteradas defesas do seu ministro da Fazenda.

Quanto mais era denunciada a participação de Antonio Palocci na malversação dos contratos de limpeza pública de Ribeirão Preto, mais manifestações de Lula a elogiar o ex-prefeito. Como justificar a defesa de alguém cujos procedimentos e o envolvimento em possíveis falcatruas ficava cada vez mais evidente?

O noticiário era farto: inquéritos, provas documentais e testemunhas. Principalmente os depoimentos do advogado Rogério Buratti. Ele manteve ligações estreitas com o PT, mas decidiu contar o que sabia

para melhorar sua situação na Justiça. Por que, então, a solidariedade a Antonio Palocci? Aparentemente, só havia uma explicação: Antonio Palocci sabia demais. Impossível a Lula simplesmente demiti-lo e mandá-lo de Brasília de volta a Ribeirão Preto. Neste sentido, Palocci era uma pedra no sapato do presidente.

Ao admitir a hipótese de *impeachment* de Lula, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, falou da proximidade do presidente com Luiz Gushiken (PT-SP), outro integrante do "núcleo duro" do Palácio do Planalto. Roberto Busato tratou do caso Visanet, ou seja, do dinheiro de publicidade do Banco do Brasil que, de acordo com as investigações da CPI dos Correios, foi desviado para o PT:

- A revelação de repasses de verba de publicidade da Visanet, ligada ao Banco do Brasil, a agências de Marcos Valério, e de distribuição a parlamentares sempre em épocas apropriadas ao governo, atingiu mortalmente o coração de Gushiken. E, ao atingir Gushiken, atinge Lula, na medida que o presidente não tomou nenhuma atitude para afastá-lo do governo. É prova inconteste de que Lula sabia exatamente de todo o esquema e estava de acordo com a sua existência.

Para Roberto Busato, não havia dúvidas:

- A participação de Lula é absolutamente baseada pela proximidade de quem sempre foi confidente e grande amigo de Gushiken. O ex-ministro realmente comandava toda a área de comunicação do Governo Federal, onde havia um desvio de dinheiro público para atividades partidárias e delituosas no sentido de corromper o Congresso Nacional.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o economista Paulo de Tarso Venceslau apresentou mais evidências de que Lula tinha conhecimento sobre o que se passava à sua volta. Gente próxima do presidente estava exposta a denúncias de corrupção. Paulo de Tarso Venceslau relatou em 17 de janeiro de 2006 que enviara em 1995 uma carta a Lula para contar sobre as peripécias do amigo e compadre do presidente, advogado Roberto Teixeira. Na década de 80, Teixeira emprestara um imóvel para Lula morar em São Bernardo do Campo.

Roberto Teixeira representava uma empresa que vivia batendo nas portas das prefeituras do PT para obter contratos sem licitação, com base "em notas falsas e rasuradas". Apesar de informado, Lula nada fez na época. Como se vê, a coisa vinha de longe.

Insatisfeito com a falta de ação de Lula, Paulo de Tarso Venceslau procurou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sempre muito próximo do presidente. Reação de Aloizio Mercadante ao ler a carta endereçada a Lula, segundo a versão não desmentida de Paulo de Tarso Venceslau:

- Ele ficou chocadíssimo e disse: "Isso é nitroglicerina pura". Mas não fez nada. Afirmava que tentava sem conseguir. O silêncio continuou.

Pergunta-se: como "tentava sem conseguir"? Mercadante tinha acesso privilegiado a Lula. Sempre teve. Em 1994, por exemplo, foi candidato a vice-presidente da República quando Lula tentou chegar ao Palácio do Planalto pela segunda vez. Se Mercadante alertou sobre a inconveniência da presença de Teixeira mas não conseguiu afastá-lo do PT, a resistência teria sido do próprio Lula. Não havia outra hipótese. Venceslau também contou tudo a Frei Betto, outro amigo histórico de Lula. Frei Betto dirigiu-se assim a Venceslau:

- Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada do partido.

Lula protegia o esquema suspeito de corrupção, engendrado por seu compadre. Ressalte-se que isso ocorreu em 1995. Desde 1993, porém, Paulo de Tarso Venceslau vinha denunciando Roberto Teixeira.

Na época, Venceslau era secretário de Finanças de São José dos Campos (SP), cidade cuja prefeita era Ângela Guadagnin (PT-SP).

Ângela Guadagnin foi ouvida depois do depoimento de Venceslau. Ela admitiu outro problema, o de que Paulo Okamotto, homem de confiança do presidente Lula, percorria prefeituras do PT na década de 90. Paulo Okamotto ia atrás de listas de fornecedores das administrações. De posse dos nomes das empresas, ia a campo pedir dinheiro a quem mantinha contratos com os governos do PT. Ângela Guadagnin é outra estrela do PT que teve papel importante nos desdobramentos do escândalo do mensalão. Aqui, ela admitiu:

- O que fica desse episódio é que se conhecia o esquema de arrecadação paralela há muito tempo, desde 1993.

A coisa é anterior. Em 1989, a primeira eleição direta para presidente depois da ditadura militar. A primeira disputada por Lula. Ele mesmo, pessoalmente, pediu à então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, na época no PT, um esquema que alterasse a ordem cronológica dos pagamentos a empresas contratadas para fornecer bens e serviços à administração municipal.

Naquele final da década de 80, o Brasil vivia tempos de inflação galopante. Receber antes do prazo estipulado, portanto, permitiria fazer aplicações financeiras que renderiam bom dinheiro. Quem fosse contemplado com o benefício retribuiria à altura, com transferências generosas de dinheiro para o caixa 2 do PT. Luiza Erundina resistiu.

Em 1998, Lula foi candidato a presidente pela terceira vez. Em 9 de fevereiro de 2006, depôs ao Ministério Público o ex-secretário de Habitação de Mauá (SP), Altivo Ovando Júnior. No ano de 1998, aquela cidade da Grande São Paulo estava sob comando do prefeito Oswaldo Dias (PT). De acordo com o depoimento de Altivo Ovando Júnior, Lula pressionou por dinheiro para financiar a sua campanha eleitoral. Do depoimento:

"O declarante se recorda de que, no pleito de 1998, o presidente Lula compareceu no gabinete do prefeito de Mauá, oportunidade em que, utilizando termos chulos, cobrou de Oswaldo Dias maior arrecadação de propina em favor do PT."

Durante o depoimento, foi reproduzida frase atribuída a Lula:

"Ele dizia: ‘Pô, Oswaldão, tem que arrecadar mais, faz que nem o Celso Daniel em Santo André. Você quer que a gente ganhe a eleição como?"

Naquele ano, Lula voltou a perder, pela terceira vez consecutiva. Mas, em 2002, disputou novamente e foi eleito presidente da República. Passou a despachar no gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto. Após mais de três anos como o mais alto mandatário do País, ficaria difícil acreditar que não soubesse o que acontecia na sala bem ao lado da sua, ocupada durante parte daquele período de turbulência pelo superministro Antonio Palocci (PT-SP). E ali se urdiu a conspiração contra o caseiro Francenildo Santos Costa.

O rapaz havia desmascarado Antonio Palocci. Contestou as mentiras do ministro. Antonio Palocci procurava um meio de negar o impossível, o fato de ter sido um frequentador da "casa dos prazeres". A mansão fora alugada em Brasília pela "república de Ribeirão Preto", como ficou conhecido o grupo de colaboradores do então ministro, e costumava ser reduto para festas com garotas de programa.

Lula participou ativamente da tentativa de blindar Palocci. O presidente teria tramado o recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender o depoimento de Francenildo Santos Costa à CPI dos Bingos. As investigações sobre o caso mostraram que Lula fora informado pessoalmente da ordem de

Palocci para a violação do sigilo bancário do caseiro. Jorge Mattoso, o então presidente da Caixa Econômica Federal, avisara-o em 24 de março de 2006.

A rigor, Lula já recebera informações a respeito quatro dias antes, em 20 de março, quando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, relatou ao presidente o envolvimento de Antonio Palocci na quebra do sigilo. Palocci só seria afastado em 27 de março, uma semana depois. Naquele momento, não havia mais jeito de desvinculá-lo do crime. Durante todo o escândalo, para variar, Lula deu uma de quem não sabia de nada.

No auge da crise, em 23 de março, houve uma reunião na casa de Antonio Palocci. A revista Veja relatou que um sindicalista nomeado por Lula na vice-presidência da Caixa Econômica Federal fora escolhido para subornar algum funcionário da Caixa, com R$ 1 milhão. A ideia era encontrar alguém para assumir a violação do sigilo.

O tal sindicalista, Carlos Augusto Borges, era homem de confiança de Lula. Será possível que o presidente não soubesse da missão de Borges? Ou, ao contrário, teria sido exatamente o presidente quem o sugerira para pilotar a operação de suborno? Tudo indica que Lula considerava sua obrigação fazer o que estivesse ao alcance para salvar Antonio Palocci, que tantos serviços lhe prestara, desde a campanha eleitoral de 2002.

Lembra-se que foi Antonio Palocci quem assumiu o papel de coordenador daquela campanha, depois da morte de Celso Daniel. Infere-se que Antonio Palocci fez o que Celso Daniel estaria fazendo. Sabe-se que, depois da reunião na casa de Palocci, o ministro da Fazenda e Márcio Thomaz Bastos foram se encontrar com Lula no Palácio do Planalto.

Em 16 de abril de 2006, o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho, concedeu entrevista à Folha de S.Paulo. Ele reproduziu as palavras de José Dirceu ao procurá-lo na véspera da votação do processo que cassou o mandato de deputado de José Dirceu. O ex-ministro queria o apoio de Anthony Garotinho para não perder o cargo. José Dirceu teria dito assim:

- Saiba que tudo o que fiz, tudo, fiz porque o Lula mandou. Você acha que ia mandar bloquear o dinheiro do Rio e o Palocci iria obedecer? Todo político tem alguém que faz o lado mau. Estou pagando agora por ter feito o lado mau.

Publicada a entrevista, o comentário do ex-deputado José Dirceu, devidamente cassado, sobre a declaração de Anthony Garotinho:

- Não vou bater boca com ele.

Informações que vieram a público e não foram desmentidas, durante a segunda quinzena de abril de 2006, davam conta de que José Dirceu, depois de cassado, continuou a se reunir com Lula e integrantes do Governo Federal. Fora incumbido pelo presidente de tocar tarefas estratégicas, como a de se encontrar com o ex-presidente Itamar Franco, com quem Lula tentava uma aproximação política. A rigor, José Dirceu continuaria a cumprir missões para as quais seria designado por Lula no segundo mandato do presidente. Exemplos: a articulação em defesa do mandato do senador José Sarney (PMDB-AP), acusado de quebra do decoro parlamentar; o estreitamento dos laços políticos entre PT e PMDB; e a costura política em prol da candidatura da ministra Dilma Rousseff (PT-RS) à Presidência da República em 2010.

Se Lula manteve relacionamento estratégico com José Dirceu, era falácia o discurso do presidente de que fora apunhalado pelas costas no escândalo do mensalão. O afastamento de José Dirceu de seu governo teria sido só um jeito de manter as aparências. Mesmo nos bastidores, Dirceu era essencial a Lula.

José Dirceu pagou caro. Foi cassado justamente por ter sido apontado como o responsável pelo esquema de corrupção. Ele apenas o operava. E como Lula não interrompeu a parceria com José Dirceu, era conversa mole a de que o presidente havia sido traído.

Este livro é um empenho pela memória. Tantos os caminhos da corrupção, dos personagens corruptores e corrompidos, que ao longo dos 403 dias da crise do escândalo do mensalão fizeram esquecer e cansar. Ficamos anestesiados, descrentes. Temos de lembrar.

Lula não queria a verdade. Nunca a quis. O chefe de tudo foi, desde o início, como se verá no dia a dia dos acontecimentos, o próprio presidente Lula.

Capítulo 4

A história do 'acordo criminoso' da chapa Lula/José Alencar em 2002

A revelação dos detalhes da negociação entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal para acertar a chapa Lula/José Alencar que disputaria a Presidência da República em 2002 constituiu um dos episódios mais graves da era Lula. Não teve a repercussão merecida. A verdade é que não houve entendimento político em torno de propostas para o País, nem tampouco o debate sobre um programa de governo. Tratou-se de dinheiro, apenas. De quanto o PT repassaria para o PL, a fim de obter apoio do partido ao qual era filiado o homem que Lula desejava como seu vice-presidente.

Ao denunciar o escândalo do mensalão, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, qualificou a aliança eleitoral entre PT e PL de "acordo criminoso". Ele acusou o deputado cassado José Dirceu (PT-SP) e os presidentes nacionais das duas legendas, deputado José Genoino (PT-SP) e o na época ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), que havia renunciado para se livrar de eventual cassação do mandato por quebra de decoro. Mas deixou de fora Lula (PT-SP) e José Alencar (PL-MG). Trecho da denúncia encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal), na qual o procurador-geral abordou as operações de lavagem de dinheiro com as quais o PT pagou o PL:

"De fato, consciente de que os montantes eram oriundos de organização criminosa voltada para o cometimento de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, os denunciados articularam mecanismo para dissimular a origem, natureza e destino dos valores auferidos."

A história do acordo PT/PL quase não repercutiu porque foi revelada num dos momentos mais graves do escândalo do mensalão e acabou ofuscada pela enxurrada de acontecimentos. A revista Época que trouxe a entrevista com Valdemar Costa Neto confessando a operação de suborno circulou em 13 de agosto de 2005, no dia seguinte àquele em que Lula admitiu ter sido "traído por práticas inaceitáveis" e afirmou não ter vergonha de dizer ao povo brasileiro "que nós temos de pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas".

Lula, aliás, jamais iria apontar quem o traíra. Nem tampouco é o caso de simplesmente pedir desculpas para se livrar de atos criminosos. Lula procurava ganhar tempo na tentativa de reduzir os danos do depoimento do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios, ocorrido na véspera. Talvez tenha sido o fato mais marcante da crise. O homem responsável pela campanha que elegera o presidente da República confessara o recebimento de R$ 11,9 milhões em caixa 2. Dinheiro repassado por Marcos Valério, e que serviu para pagar os serviços prestados a Lula por Duda Mendonça em 2002. Para muitos analistas, teria sido o momento certo para deflagrar o processo por crime de responsabilidade contra Lula, cuja pena seria o seu *impeachment*.

Neste contexto, chegava às bancas de jornal a revista Época com a entrevista de Valdemar Costa Neto concedida aos repórteres Thomas Traumann e Gustavo Krieger. Como se sabe, Valdemar Costa Neto foi um dos artífices da aliança PT-PL. Ele dera os detalhes do acordo:

- Tudo começou nas negociações para fechar o apoio a Lula em 2002, com José Alencar, do PL, como vice. Tivemos muitas reuniões em Brasília, na casa do José Dirceu. Sempre participavam o João Paulo Cunha, quase sempre o Silvio Pereira, sempre o Delúbio Soares, além do José Alencar.

Valdemar Costa Neto contou que, com a aprovação da verticalização das eleições, ou seja, com a obrigatoriedade de as alianças regionais seguirem a coligação nacional, o PL precisou de dinheiro:

- A questão é que o PL precisava ter 5% dos votos para ter as verbas do fundo partidário. Com a verticalização, as nossas chances de chegar a 5% eram pequenas, porque só poderíamos coligar com o PT. Falei para o Zé Dirceu: "Para isso, preciso de uma estrutura muito maior para segurar meu pessoal". Ele falou: "Mas quanto?" Eu falei: "R$ 15 milhões, R$ 20 milhões".

O PT dizia não ter dinheiro. Valdemar Costa Neto envolveu Lula e Alencar:

- Já estávamos fazendo uma nota conjunta dizendo que a coligação PT-PL não ia sair quando me liga o Zé Alencar. Eu contei a ele que não conseguimos chegar a um número. "Não vou prejudicar nosso pessoal todo em troca de uma aliança", falei. O Zé Alencar disse para eu não assinar a nota conjunta. Daí 15 minutos, ele ligou e disse que o Lula viria no dia seguinte a Brasília resolver o assunto.

Ficou claro o envolvimento de Lula. Valdemar Costa Neto dissera que não se chegara a "um número", Alencar pediu um tempo e em 15 minutos telefonou e informou que Lula viajaria a Brasília para resolver. A negociação:

- A reunião foi no apartamento do deputado Paulo Rocha. Estavam lá o Lula, o José Alencar, o Dirceu e o Delúbio. O Lula chegou para mim e disse: "Quer dizer então que você é o nosso problema?" "Não posso matar o nosso pessoal", respondi. O Zé Dirceu não queria falar de dinheiro, queria negociar a participação no governo: "Valdemar, vamos governar juntos?" Respondi: "Mas, desse jeito, não vai sobrar ninguém na Câmara para governar junto com vocês". Depois o Lula até falou para o Zé Alencar: "Vamos sair porque esta conversa é entre partidos, não entre candidatos". Daí o Delúbio chegou perto de mim e disse: "Vamos conversar".

- E vocês falaram de números...

- O Lula e o Alencar ficaram na sala e fomos para o quarto eu, o Delúbio e o Dirceu. Eu comecei pedindo R$ 20 milhões, para levar uns R$ 15 milhões. Daí, ficou aquela discussão. Uma hora, o Zé Alencar entrou e falou: "E aí, já resolveram?" Eles achavam que iam arrecadar R$ 40 milhões. Eu falei: "Tira R$ 15 milhões para a gente. É justo". Eles ameaçaram ir embora. O Lula mandou ligar para o Patrus Ananias e avisou que, se a conversa não desse certo, ele seria o candidato a vice na chapa. Uma hora, o Dirceu chegou a dizer "acabou". Eles batiam tanto o pé comigo que eu pensei: "Ô povo firme. Esses vão me pagar rigorosamente em dia". Daí chamei o Zé Dirceu de volta para o quarto. O Zé Alencar veio junto. Falei: "Vamos acertar os R$ 10 milhões". Voltamos para a sala e avisamos: "Está fechado". Lembro ainda que o Zé Alencar falou "peça tudo por dentro".

- Lula sabia que a conversa no quarto era sobre dinheiro?

- Ele sabia. O presidente sabia o que a gente estava negociando. Olha, ele e o Zé Dirceu construíram o PT juntos. O Lula sabia o que o Dirceu estava fazendo. O Lula foi lá para bater o martelo. Tudo o que o Zé Dirceu fez foi para construir o partido.

- O vice-presidente José Alencar falava "tudo por dentro". E o presidente Lula dizia o quê?

- Nunca falou. Quando saí, ele me falou: "Então está liquidado o assunto". O Lula foi lá para autorizar a operação. E não vejo nada demais. O que ninguém esperava é que desse essa lambança.

Hora do pagamento. Delúbio Soares procurava Valdemar Costa Neto:

- Em fevereiro de 2003, ele falou que ia me dar a primeira parcela. Falou para eu mandar meu pessoal até a SMPB, em Belo Horizonte, para pegar o dinheiro. Perguntei quanto era. Ele disse: "Eu não sei. Vai lá". Mandei o Jacinto Lamas. Chegou lá, o Jacinto me liga: "Não é dinheiro, me deram um envelope". Eu falei: "Nem abre". E liguei para o Delúbio. Falei: "Delúbio, é um envelope". Ele falou: "Não tem problema, pode trazer". Mandei o Jacinto levar o envelope fechado para São Paulo, até o *flat* onde eu morava. Quando abri o envelope, eram cheques. O total era de R$ 800 mil. Todos cheques da SMPB, para uma empresa chamada Guaranhuns. Eu liguei de novo para o Delúbio. Ele falou: "Fica tranquilo, que eu vou mandar buscar o cheque aí". Passa uma hora, vem um segurança, desse pessoal que mexe com dinheiro, e falou assim: "Vim resgatar". E me deixou o dinheiro. Dinheiro vivo, *cash*. Estava numa daquelas malinhas com rodinhas, de levar no aeroporto. Chamei alguns fornecedores de campanha e eles pegaram todo o dinheiro.

- **Esse procedimento, de pegar cheques na SMPB e trocar por dinheiro em São Paulo, se repetiu?**

- Duas ou três vezes. O sujeito chegava, colocava o dinheiro na mesa e pedia que eu conferisse. Separava direitinho nos pacotes.

Valdemar Costa Neto garantiu que o dinheiro não seguia para deputados do PL, apenas para fornecedores de campanha. Nas viagens a Belo Horizonte, segundo ele, o tesoureiro Jacinto Lamas foi buscar um total de R$ 3,2 milhões. O presidente do PL disse que ficava preocupado com a logística de mandar pegar cheques na capital mineira, mas o esquema não incomodava Delúbio.

- Quando você está no governo, você é o dono do mundo. Você não tem preocupação com nada. Eu disse para ele: "Você está me mandando em cheque e eu quero em dinheiro. Para com isso. Me tira desse negócio lá de Minas Gerais, que está ficando ruim para mim". Aí, eles inventaram aquele negócio do Banco Rural. Mas foi só em setembro. De abril a setembro de 2003, não recebi nada.

- **O dinheiro era sempre entregue na SMPB ou no Banco Rural?**

- Não, teve dinheiro que eles entregaram para mim. Entregaram para o Jacinto em Brasília... O Jacinto chegou a receber em hotéis. Uma vez, em São Paulo, mandaram ele pegar o dinheiro num restaurante. Era sempre o Delúbio quem me avisava que o dinheiro estava liberado.

Os repórteres de Época perguntaram quando os pagamentos passaram a ser feitos diretamente no Banco Rural. Valdemar Costa Neto respondeu:

- O Delúbio falou: "Vou mandar o dinheiro para Brasília. Pega no Banco Rural". Isso me atrapalhava, porque os credores do PL estão em São Paulo. O Jacinto Lamas deixava o dinheiro comigo, e os credores iam receber lá em casa. Primeiro no hotel Academia de Tênis, onde eu morava. Depois na minha casa, em Brasília.

Valdemar Costa Neto levou uma "geladeira de um ano" do ministro José Dirceu, por divergências na Reforma da Previdência. Nesse período, de acordo com ele, "José Dirceu escolheu operar com o Roberto Jefferson. O Jefferson era o cara que estava sempre com eles, que andava com o Lula. Eles entraram nesta porque quiseram. Jefferson é um sujeito conhecido na praça".

- **Conhecido como?**

- Conhecido. Como um cara mal-intencionado, perigoso. Para indicar diretor de estatal... Ele diz que indicava diretores de estatais para arrecadar dinheiro para o PTB. Em dois anos de governo Lula, o PTB arrecadou oficialmente R$ 200 mil. Ele diz que arrecadava R$ 400 mil por mês em uma estatal. Onde ele punha esse dinheiro? Ia para o bolso dele. Eles acabaram como tinham de acabar. Em Brasília, você é obrigado a conviver com pessoas que não gosta. Mas não precisa colocar dentro de sua casa. Eles escolheram conviver com um cidadão assim. Eles indicavam aos deputados para ir para o PTB. Tem de perguntar para eles por que esta preferência.

Época indagou quanto Valdemar Costa Neto recebeu do esquema Valério:

- Foram R$ 6,5 milhões. Não chegou aos R$ 10,8 milhões que estão falando. Estão botando R$ 4 milhões a mais na minha conta. Dinheiro que foi repassado para a Guaranhuns e um outro cheque, que não é nosso.

- Delúbio Soares diz ter montado o caixa 2 sozinho. É possível que o ex-ministro José Dirceu não soubesse do que estava acontecendo?

- O Zé Dirceu sempre comandou o PT. O Zé e o Lula. Eu cheguei a cobrar o Zé diversas vezes no Planalto. Falei: "Zé, meu dinheiro está vindo pingado, em conta-gotas". Falei que eu queria receber tudo de uma vez. O Zé disse: "Calma que o Delúbio está providenciando o dinheiro para te pagar. Ele vai arrumar o dinheiro e resolver tudo".

- Ele sabia o que o Delúbio estava fazendo?

- É gente deles. Esse pessoal construiu o PT junto. Delúbio, Lula e José Dirceu são a mesma família. Por que, agora, na desgraça, só um vai pagar? Tenho certeza de que o Dirceu nunca fez nada que o presidente não aprovasse.

Três dias depois de publicada a confissão de Valdemar Costa Neto, o vice José Alencar concedeu entrevista durante evento no Palácio do Planalto. Confirmou as declarações de Valdemar:

- Tudo aquilo que ele fala é verdade. Houve uma reunião e houve um acordo. Esse acordo está registrado na imprensa no ano de 2002, um acordo eminentemente político.

Capítulo 5

O escândalo do dossiê: flagrante de R$ 1,7 milhão em dinheiro vivo

Lula conseguiu o que parecia impossível. Sobreviveu ao escândalo do mensalão. Mais que isso: não perdeu a popularidade e se tornou o favorito à própria sucessão. Provavelmente teria sido reeleito já no primeiro turno das eleições de 2006, não fosse um outro escândalo.

No País da corrupção e da impunidade, tamanha desfaçatez, duas semanas antes do pleito, talvez se explique pela crença de que após se livrar do episódio do mensalão nada mais poderia pegá-lo. Lula e o PT sentiram-se livres para delinquir novamente.

O novo esquema de corrupção serviu para levar as eleições ao segundo turno e confirmar os métodos daqueles que durante 20 anos, até a conquista do poder, definiram a si próprios como paladinos da ética na política.

A história começou em 15 de setembro de 2006, quando dois homens foram presos pela Polícia Federal no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, com o equivalente a R$ 1,7 milhão em dinheiro vivo. Um deles, o empresário Valdebran Carlos Padilha da Silva, ligado ao PT de Mato Grosso, foi apontado como lobista, receptador e próximo ao deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Foi tesoureiro da campanha de Alexandre César (PT) a prefeito de Cuiabá.

Valdebran Padilha mantinha ligações com Carlos Bezerra, que foi presidente do PMDB de Mato Grosso e presidente do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), no governo Lula. Além disso, tinha sido citado no escândalo do mensalão. Com Valdebran Padilha foram apreendidos R$ 758 mil em reais e outros US$ 109,8 mil em moeda norte-americana.

O outro homem preso no hotel em São Paulo, o advogado e ex-agente da Polícia Federal Gedimar Pereira Passos, também era ligado ao PT. Com ele acharam R$ 410 mil e outros US$ 139 mil em dólares. Gedimar Passos fazia parte da equipe da campanha de Lula à reeleição. Trabalhava no núcleo de inteligência do comitê eleitoral, encarregado de "tratamento de informações".

As escutas telefônicas que levaram às prisões registraram diálogos sobre uma negociação envolvendo a venda de materiais e documentos, com a finalidade de associar os candidatos do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin (SP), e ao Governo de São Paulo, José Serra, a operações de superfaturamento para a aquisição de ambulâncias por prefeituras, um esquema criminoso que ficou conhecido como a máfia dos sanguessugas.

As escutas telefônicas implicariam ainda o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, acusado de chefiar o esquema de venda das ambulâncias, e a revista Isto É, por ter publicado entrevista de Luiz Antônio Trevisan Vedoin com acusações a integrantes do PSDB. Luiz Antônio Vedoin foi preso. Por tratar da compra e venda de materiais e documentos, o caso ficou conhecido como o escândalo do dossiê.

Em depoimento à Polícia Federal, Gedimar Passos confessou ter sido contratado pela direção executiva nacional do PT para acertar com a família Vedoin, dona da empresa Planam Comércio e Representação, a compra de um dossiê contra políticos tucanos. A transação com os Vedoin traria em seu bojo, ainda, a entrega de uma papelada de 2 mil páginas com diversas denúncias, inclusive contra o próprio PT. Com a operação, o calhamaço seria tirado de circulação e não poderia mais ser usado contra o partido de Lula.

No depoimento, Gedimar Passos mencionou acordo entre o PT e um "órgão de imprensa" para a divulgação dos documentos de interesse da campanha do presidente Lula. Informou que R$ 1 milhão já teria sido entregue antecipadamente a um representante dos Vedoin.

Gedimar Passos implicou no escândalo um assessor especial da Presidência da República. Tratava-se de Freud Godoy, amigo de Lula havia 20 anos. Ele teria participado da trama ao providenciar o dinheiro para comprar o dossiê, entregando-o a ele próprio, Gedimar Passos, por intermédio de dois emissários do PT. Dias depois, Gedimar Passos voltaria atrás: retirou a informação e eximiu Freud Godoy de qualquer responsabilidade. Dessa forma, blindou Lula e ajudou a livrá-lo do escândalo.

Freud Godoy foi segurança pessoal de Lula desde o final da década de 80. Frequentava o apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP). Para se ter ideia da ligação dos dois, quando Lula assumiu a Presidência da República, em janeiro de 2003, levou Freud Godoy para morar com o casal presidencial na residência oficial do Palácio da Alvorada. O segurança também era figura certa em viagens no avião presidencial, o Aerolula.

Imediatamente, Freud Godoy pediu exoneração do cargo de assessor especial e abandonou a sala que ocupava no terceiro andar do Palácio do Planalto, a poucos metros do gabinete de Lula. À Polícia Federal, Freud Godoy admitiu conhecer Gedimar Passos e o relacionou à contratação da empresa Caso

Sistemas de Segurança, de propriedade de sua mulher, jornalista Simone Godoy, pelo comitê do PT em Brasília.

Freud Godoy introduziu mais um personagem importante da história: Jorge Lorenzetti, outro amigo pessoal de Lula, encarregado de preparar churrascos para o presidente. Mais do que churrasqueiro oficial de Lula, Jorge Lorenzetti, chefe de Gedimar Passos, era tido como "o homem da inteligência", escolhido por Lula para, entre outras coisas, cuidar de campanhas eleitorais em Santa Catarina. Nesse Estado foi fundador do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao partido) e o primeiro candidato petista a prefeito de Florianópolis, em 1985.

Na campanha de reeleição de Lula, em 2006, Jorge Lorenzetti foi nomeado para a sinistra posição de "analista de mídia e risco". Com tal objetivo licenciou-se do cargo de diretor administrativo do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), um banco federal, para o qual fora nomeado por influência de Lula. Jorge Lorenzetti mantinha ligações com José Dirceu (PT-SP), cassado por corrupção em 2005, e era conhecido arrecadador de fundos internacionais.

De acordo com Freud Godoy, Jorge Lorenzetti o apresentou a Gedimar Passos, a quem não conhecia, o que teria ocorrido em agosto de 2006, apenas um mês antes de o escândalo explodir. Foi no Diretório Nacional do PT, em Brasília. Gedimar Passos era o responsável pela segurança e a logística do comitê político de Lula.

Durante aquele mês, Freud Godoy admitiu ter se reunido em outros quatro momentos com Gedimar Passos, mas apenas a fim de discutir o processo de varredura nos telefones do comitê, trabalho para o qual a empresa em nome de sua mulher, Simone Godoy, fora contratada.

Freud Godoy também teria ligações com Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", outro segurança famoso que se tornou empresário, acusado de envolvimento na morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT).

Antes da eleição de Lula em 2002, Freud Godoy era chefe de segurança da Prodam, a empresa de processamento de dados da Prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT). A Caso Sistemas de Segurança, em nome de Simone Godoy, também trabalhou na área de segurança da campanha de Marta Suplicy à reeleição, em 2004.

O escândalo do dossiê repercutiu em todo o País. No depoimento que prestou à Polícia Federal, Gedimar Passos mencionou a revista Época: teria sido procurada por integrantes do PT, cuja missão seria a de garantir a publicação da notícia do dossiê contra o PSDB na grande imprensa. A investida não prosperou.

A revista, no entanto, emitiu nota para informar que Oswaldo Bargas, o "Valdo", responsável pelo setor de "trabalho e emprego" na campanha da reeleição de Lula, pediu uma reunião com jornalistas para apresentar denúncia contra políticos tucanos. Oswaldo Bargas também era amigo pessoal de Lula.

Na reunião, no hotel Crowne Plaza, em São Paulo, Oswaldo Bargas apareceu acompanhado de Jorge Lorenzetti, o amigo e churrasqueiro de Lula. Em relação a Jorge Lorenzetti, aliás, vieram à tona informações segundo as quais a Unitrabalho, uma fundação vinculada a universidades e a instituições de ensino superior, recebeu, por meio de convênios, R$ 18,5 milhões durante o governo Lula, a maior parte por intermédio do Ministério do Trabalho. Jorge Lorenzetti foi apontado como colaborador da Unitrabalho. Com o nome nos jornais, ele se afastou da campanha de Lula.

Antes de afastar-se, porém, Oswaldo Bargas envolveu outro peixe graúdo na história: o presidente do PT e coordenador-geral da campanha de Lula, o ex-ministro do Trabalho e deputado Ricardo Berzoini (PT-SP). Detalhe: a mulher de Oswaldo Bargas, Mônica Cristina Zerbinato, ocupava o cargo de secretária particular de Lula. Como se vê, tudo em família.

Segundo Oswaldo Bargas, que trabalhou com Ricardo Berzoini no Ministério do Trabalho, Ricardo Berzoini sabia que ele, Oswaldo Bargas, acompanhado de Jorge Lorenzetti, procuraram a revista Época para negociar a publicação de reportagem contra o PSDB.

Lula foi rápido no gatilho e afastou Ricardo Berzoini da coordenação da campanha. Em seguida, Ricardo Berzoini também perdeu o cargo de presidente do PT. Recuperaria-o depois da reeleição de Lula, com o apoio do presidente. Oswaldo Bargas também foi defenestrado. Um a um, caíram os homens do presidente naquele momento.

O caso do dossiê não parou de trazer revelações. Freud Godoy manteve relações com um dos próceres do escândalo do mensalão, o empresário Marcos Valério. A Caso Comércio e Serviços, uma segunda empresa ligada ao segurança-empresário, recebeu R$ 98,5 mil da SMPB Comunicações, uma das agências de publicidade de Marcos Valério.

Até a Duda Mendonça e Associados, igualmente famosa durante o escândalo do mensalão, pertencente a Duda Mendonça, o publicitário marqueteiro de Lula durante a campanha de 2002, pagou R$ 22,8 mil à Caso Sistemas de Segurança, de Simone Godoy. E mais: a Caso Sistemas de Segurança teria servido para o investidor Naji Nahas fazer um depósito de R$ 396 mil em favor de Freud Godoy, cerca de um mês antes da eclosão do escândalo do dossiê. Naji Nahas negou.

A sede da empresa de segurança em nome de Simone Godoy ficava em Santo André, onde o casal morava em apartamento luxuoso. Freud Godoy também era dono de um sobrado na cidade e de outro apartamento, este a poucas quadras do apartamento de Lula, na vizinha São Bernardo do Campo. O Ministério Público Federal abriu investigação para apurar um suposto saque de R$ 150 mil feito por Freud Godoy, em março de 2006.

Mais um nome no escândalo do dossiê: Expedito Afonso Veloso, filiado ao PT e diretor do Banco do Brasil em Brasília, onde exercia a função de responsável por "gestão de risco". Estava em licença remunerada, para participar da campanha de Lula. Quem mencionou o nome dele foi Valdebran Padilha. Expedito Veloso teria participado da preparação do dossiê e da estratégia para divulgá-lo, em negociação ocorrida em Cuiabá, com o empresário Luiz Antônio Vedoin.

Expedito Veloso acompanhou a entrevista de Vedoin a Isto É, ao lado de Oswaldo Bargas. Também esteve no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, onde o escândalo começou, com a apreensão do R$ 1,7 milhão. Descoberto, pediu demissão do Banco do Brasil e abandonou a campanha. Apesar de afastado do banco, Veloso continuava a receber salário de R$ 17 mil por mês.

Outro envolvido foi Hamilton Lacerda, coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a governador de São Paulo em 2006. Foi três vezes vereador pelo PT de São Caetano do Sul (SP). Até ser envolvido no escândalo, Hamilton Lacerda também exercia o cargo de assessor parlamentar de Aloizio Mercadante. Entre as explicações da revista Isto É para o caso, estava a de que Hamilton Lacerda atuou como intermediário da entrevista em que os Vedoin fizeram acusações contra José Serra.

O coordenador de Aloizio Mercadante reuniu-se com jornalista da revista e marcou o encontro entre a reportagem e Luiz Antonio Vedoin, em Cuiabá. Descobriu-se durante as investigações que as viagens e passagens aéreas dos assessores do PT à capital de Mato Grosso, para negociar o dossiê, teriam sido pagas com dinheiro do caixa da campanha de Lula.

Apanhado, Hamilton Lacerda foi forçado a deixar a campanha de Aloizio Mercadante. O senador, por sua vez, admitiu ter se encontrado com Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, dez dias antes da apreensão do R$ 1,7 milhão. Mas garantiu não ter tomado conhecimento da operação para prejudicar José Serra, seu adversário direto na disputa pelo Governo de São Paulo.

Para a Polícia Federal, Hamilton Lacerda levou o dinheiro apreendido ao hotel Ibis Congonhas. Ele foi filmado por câmeras de segurança no saguão do hotel, um dia antes das prisões. Portava uma mala. As imagens não deixaram dúvidas: o homem com cabelos grisalhos, um pouco tenso, entrou no lobby do hotel por volta das 8 horas da manhã. Nas mãos de Hamilton Lacerda, a mala preta de viagem, com a alça em volta do ombro esquerdo, para ninguém roubar a preciosa carga. Ele estava acompanhado de Gedimar Passos. Os dois pegaram o elevador. As câmeras também o filmaram andando pelo corredor onde ficava o quarto em que Gedimar Passos estava hospedado. Hamilton Lacerda entrou no quarto. Saiu em seguida. Sem a mala.

Mais tarde, Gedimar Passos foi filmado com a mesma mala, caminhando em direção ao restaurante do hotel. Foi fazer uma refeição, mas preferiu não deixar a preciosa carga no quarto. Na madrugada do dia 15, horas antes das prisões, Hamilton Lacerda voltou ao Ibis Congonhas. Desta vez, portava uma maleta e uma sacola plástica. Foi embora pouco depois. Sem a sacola. Para a Polícia Federal, ele fora levar uma segunda remessa de dinheiro ao hotel. O R$ 1,7 milhão não teria cabido em uma só mala.

Trecho do depoimento de Hamilton Lacerda à Polícia Federal: "O declarante informa que, provavelmente na última semana de agosto, foi contatado por Jorge Lorenzetti e Expedito Veloso, afirmando que existiam documentos em Cuiabá relacionados à ‘máfia dos sanguessugas’ e que poderiam ser utilizados na campanha em desfavor dos candidatos do PSDB, caso fossem verdadeiros; que o material existente teria um reflexo negativo na campanha nacional e estaduais onde concorresse o PSDB".

Ou seja, a campanha de Lula seria diretamente beneficiada pela operação. Quando as fotografias da montanha de dinheiro apreendida no Ibis Congonhas apareceram nos jornais, o PT tentou impedir a divulgação das imagens nos programas eleitorais. Não conseguiu. A reeleição de Lula teve de ficar para o segundo turno.

Em entrevista ao jornal O Globo, Lula foi questionado se perguntou aos envolvidos no escândalo, quase todos ligados historicamente a ele e ao PT, sobre quem teve a ideia de comprar o dossiê e qual era a origem do dinheiro. Resposta do presidente:

- Não perguntei nem perguntarei.

Tradução: Lula não sabia de nada, como sempre, nem se interessava em saber. Mais uma vez, porém, era beneficiário de um esquema de corrupção.

As investigações sobre o escândalo do dossiê continuaram no segundo mandato de Lula. Avançaram pouco, porém, resvalando sempre no falso dilema e na desculpa de que não havia sido descoberta a origem do R$ 1,7 milhão. O importante deveria ter sido o fato de que havia o dinheiro, devidamente apreendido, e que uma quadrilha fora desbaratada num ato criminoso. E que várias pessoas envolvidas acabaram desligadas de seus cargos, inclusive da campanha eleitoral do presidente da República.

A CPI dos Sanguessugas, responsável pela investigação do caso do dossiê em âmbito do Congresso Nacional, encerrou os trabalhos sem apontar nada consistente. Não responsabilizou ninguém. A Polícia Federal, encarregada da apuração do crime, chegou a acusar Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso e Gedimar Passos, todos homens da campanha de Lula, como os autores da operação.

Dos quatro, no entanto, acabou indiciando apenas Gedimar Passos, preso com o dinheiro no hotel Ibis Congonhas. Foi acusado de lavagem de dinheiro. Resumo da ópera: Lula foi blindado, mais uma vez.

Ao tirar o foco do Palácio do Planalto, a Polícia Federal tratou de culpar o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Além de Gedimar Passos, indiciou Valdebran Padilha, que fora preso com ele segurando a bolada, Hamilton Lacerda, o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, José Giácomo

Baccarin, tesoureiro de Aloizio Mercadante e suspeito de ser o dono do caixa 2, além do próprio candidato petista a governador, que seria beneficiado com a divulgação do dossiê.

Interessante notar que o relatório da Polícia Federal afirmava que Hamilton Lacerda, indiciado por lavagem de dinheiro, só fora chamado posteriormente a participar da ação, pelos quatro homens da campanha de Lula, sendo que três deles, como vimos, foram inocentados no final.

Ao justificar a acusação a Hamilton Lacerda, a Polícia Federal registrou que o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante era "pessoa da confiança do senador, não se imaginando que fosse tomar uma atitude daquela responsabilidade e risco sem sua anuência".

Outro trecho do relatório da Polícia Federal: "A alegação do candidato Aloizio Mercadante de que não teria autorizado ataques ao seu rival político José Serra e que, por consequência, nada sabia do dossiê, nos aparenta, no mínimo, inverossímil".

Mas ficou nisso. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, pediu o arquivamento da denúncia contra Aloizio Mercadante. O STF (Supremo Tribunal Federal) acatou. E seis meses após as eleições foi a vez do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) arquivar investigação judicial para apurar abuso do poder econômico e político por parte de Lula no escândalo do dossiê. O País da corrupção e da impunidade seguiu o mesmo.

Capítulo 6

Os 403 dias que marcaram o escândalo do mensalão

Nas décadas de 60 e 70 do século 20, não foram poucos os brasileiros a desafiar os "donos" do poder e a combater por liberdade e democracia. Muitos tombaram, mas a luta não foi em vão. O Brasil se transformou num país livre e democrático, como demonstraram os serviços prestados pela imprensa na apuração do escândalo do mensalão. No início do século 21, a luta das forças progressistas é por justiça social e distribuição de renda. E essa luta passa prioritariamente pelo combate à corrupção. A construção de uma sociedade sem tantas desigualdades pressupõe uma imprensa atuante, sempre pronta a denunciar o clientelismo, o fisiologismo e o chamado toma-lá-dá-cá. E a não tolerar a impunidade dos poderosos.

Jornalistas têm a missão de apontar a falta de transparência nas ações do poder constituído, a fim de garantir a boa aplicação do dinheiro público. Jornalistas denunciam desvios e demais expedientes lesivos aos direitos e aos legítimos interesses do povo. Se os homens públicos tiverem responsabilidade e espírito público, honestidade e seriedade, teremos as ferramentas necessárias para assegurar investimentos em projetos sérios, eficientes e de alcance social. Somente dessa forma o Brasil será um país desenvolvido e uma grande nação.

O escândalo do mensalão confirma, uma vez mais, que a imprensa livre, pluralista e vigilante é imprescindível à democracia a ao Estado de Direito. Nada melhor para a sociedade do que jornalistas determinados, incapazes de se curvar a pressões econômicas, chantagens políticas ou ao benefício das sempre generosas verbas publicitárias, em troca da omissão e do silêncio sobre o jogo sujo dos "donos" do poder.

Nesta cronologia dos 403 dias do escândalo do mensalão, muitos profissionais de imprensa aparecem citados nominalmente. São repórteres que não se intimidaram, não abaixaram a cabeça aos governantes da vez, e assim contribuíram de forma decisiva para desvendar os fatos e elucidar detalhes do maior esquema de corrupção governamental de que se tem notícia no Brasil, em todos os tempos.

Dia n°1

14/maio/2005 A revista Veja chega às bancas de jornal. Traz a reportagem "O homem-chave do PTB". Transcreve trechos de uma fita de 114 minutos de duração, filmada e gravada por dois homens. O interlocutor deles, Maurício Marinho, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), não sabe que uma câmera oculta registra todas as suas palavras.

O repórter de Veja, Policarpo Júnior, descreve a cena em que Marinho pega de um suposto empresário a propina – um maço de R$ 3.000 – e, sem conferi-lo, coloca-o no bolso esquerdo do paletó. É uma "aula de corrupção", afirma o repórter, que em outro trecho se refere aos "políticos desonestos que querem cargos apenas para fazer negócios escusos – cobrar comissões, beneficiar amigos, embolsar propinas, fazer caixa 2, enriquecer ilicitamente. Quem tem intimidade com o poder de Brasília sabe que esses casos não são a exceção – e em alguns bolsões de corrupção são até mesmo a regra".

O flagrante vai para o noticiário dos telejornais. As imagens chocam. Mostram Maurício Marinho, inspirado, que desanda a conversar. Ele conta detalhes dos bastidores políticos do governo do presidente Lula. O funcionário acha que está trocando ideias com dois empresários interessados em vender equipamentos de informática aos Correios. Vai logo dizendo: é preciso fazer "um acerto" para se tornar fornecedor dos Correios. De várias formas, explica:

- Dólares, euros, tem esquema de entrega em hotéis. Se for em reais, tem gente que faz ordem de pagamento, abre conta.

Maurício Marinho tranquiliza os interlocutores. O esquema é seguro:

- A gente procura agora ter muito cuidado com telefone, falar o mínimo possível.

E mais o seguinte:

- Uns têm escritório, a gente vai direto no escritório. Para evitar conversa, para evitar problema.

Os números: "os acertos" variam de 3% a 10% do total. Depende do negócio. E podem ser feitos no final do dia, ali mesmo, nos Correios:

- Vamos conversar mais ou menos às 18, depois das 18, que acabou o expediente e o pessoal vai embora. Fica só a secretária, depois vai embora também e acabou.

Agora, a política: o funcionário da estatal federal explica estar ali em defesa dos interesses do PTB. O partido, da base aliada do governo Lula, tem o deputado Roberto Jefferson (RJ) como presidente. Trechos da gravação:

- Nós somos três e trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PTB, pelo Roberto Jefferson.

- É uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou o departamento-chave. Tudo que nós fechamos o partido fica sabendo.

- O novo diretor é da nossa agremiação. Quem vai cobrir a Diretoria de Tecnologia é o Fernando Bezerra, líder do PTB no Senado, com o apoio do Roberto Jefferson.

Agora, sobre o deputado Roberto Jefferson:

- Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado.

- Eu não faço nada sem consultar. Tem vez que ele vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio. Ele é doidão.

Na fita, Marinho revela que os achaques do PTB também ocorrem em outras empresas públicas. Cita Petrobras, Eletronorte e Infraero, todas estatais administradas pelo Governo Federal. Mas os negócios vão além, é garantido:

- Nós temos outras 18 empresas de porte nacional.

É sábado, mas a gravidade da denúncia publicada por Veja faz Lula convocar os ministros das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE), da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Na mesma noite, o ministro das Comunicações, a quem os Correios estão subordinados, divulga nota oficial: afasta Maurício Marinho e o superior hierárquico dele, Antonio Osório Batista, diretor de Administração. Antonio Osório Batista é um ex-deputado do PTB da Bahia, integrante da direção executiva do PTB. Fora nomeado por indicação de Roberto Jefferson.

Reação do presidente nacional do PT, José Genoino (SP):

- Essas coisas só não acontecem com o PT.

2

15/5/2005 Telefones não param de tocar em Brasília. Auxiliares do presidente Lula, nervosos, conversam com líderes da base aliada. De outro lado, o PTB cobra apoio a Roberto Jefferson. Quer solidariedade do governo. A mesma que recebeu o ministro José Dirceu, em fevereiro de 2004. Na época, uma outra fita de vídeo captou imagens e a conversa do assessor e braço direito de José Dirceu, Waldomiro Diniz. Ele pedia propina a "Carlinhos Cachoeira", um empresário do jogo. Em troca, oferecia facilidades em negócios com o Governo do Rio de Janeiro.

Detalhe: Roberto Jefferson já recebera um aval de Lula em 2004. Ocorreu num encontro, em outubro, para tratar de uma denúncia grave. Nas eleições daquele ano, o PT teria comprado, por R$ 10 milhões, o apoio eleitoral do PTB. Frase atribuída a Lula na ocasião:

- Você atravessou o oceano sozinho. Eu te daria um cheque em branco e dormiria tranquilo.

Atravessou o oceano sozinho? Tradução: não abriu a boca. Ou, no linguajar político da época: matou no peito, não envolveu mais ninguém.

3

16/5/2005 O ministro José Dirceu concede entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Afirma: o governo Lula "não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção". Rebate insinuações de fisiologismo:

- A indicação de pessoas de outros partidos não é prática fisiológica.

Dirceu se manifesta contra uma CPI para investigar corrupção nos Correios:

- O governo já tomou todas as providências que deveria tomar.

Na mesma linha, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), trata de minar a criação da CPI. Para ele, o teor da fita com as cenas e as declarações de Maurício Marinho é "uma história mal contada, uma coisa esquisita, até ridícula".

4

17/5/2005 Lula defende o deputado Roberto Jefferson em almoço com líderes da base aliada no Palácio do Planalto. Diz ser contra a CPI:

- Precisamos ter solidariedade com os parceiros, não se pode condenar ninguém por antecipação.

E insiste, para que todos ouçam, ao chamar para perto de si o líder do PTB na Câmara, deputado José Múcio (PE):

- Zé Múcio, diga ao Roberto Jefferson que sou solidário com ele. Parceria é parceria. Tem de ter solidariedade. O Roberto Jefferson é inocente até prova em contrário. Quem tiver culpa no cartório que pague. Essa é a hora em que o Roberto Jefferson vai saber quem é amigo dele e quem não é.

Em discurso de 41 minutos no plenário da Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson nega o esquema de corrupção nos Correios e diz que o PTB é tão ético quanto o PT. E ele, Jefferson, tão ético quanto o presidente do PT, José Genoino. Refuta a acusação de que o PTB é fisiológico, mas lista os cargos ocupados pelo partido no governo Lula:

- Temos a presidência do Instituto de Resseguros do Brasil, a vice-presidência da Caixa Econômica Federal, uma diretoria da BR Distribuidora, da Embratur, da Eletronorte e da Eletronuclear, além das Delegacias de Trabalho do Rio e de São Paulo.

Para Roberto Jefferson, os R$ 3.000 recebidos por Maurício Marinho não eram propina, mas pagamento de uma consultoria.

- Ele não vendia nem comprava nada. Ele estava sendo contratado como consultor.

Sobre seu relacionamento com o funcionário, diz:

- Estive com ele três ou quatro vezes. Ele esteve uma vez no meu aniversário. Outra vez, no aeroporto. Esteve uma vez na liderança do partido. Mas nunca integrou nossos quadros e nunca recebeu delegação para pedir recursos a qualquer pessoa.

Agora, o relacionamento de Jefferson com o PT, por Jefferson:

- Houve uma conversa entre mim e o Genoino. Iríamos apoiar o PT em alguns Estados, e o PT, que segundo os jornais possuía um caixa de mais de R$ 120 milhões, iria transferir recursos para o PTB. Isso acabou não se concretizando. Genoino não pôde, disse que não dava para sustentar as suas campanhas, quanto mais as minhas. Não foi algo que ferisse a moral, a ética ou a boa relação republicana entre partidos.

Em seguida, fazendo um gesto teatral:

- Vou descer da tribuna e assinar o pedido de CPI. Nada temo. O PTB não se preocupa com investigação.

Comentário do líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP):

- Jefferson se saiu bem. Nem os opositores mais duros do governo questionam a ética do deputado.

Nos bastidores, porém, governo e aliados buscam evitar a abertura da CPI. O líder do PL na Câmara, deputado Sandro Mabel (GO), telefona para os colegas e apela para que não endossem as investigações. O líder do PT, deputado Paulo Rocha (PA), faz a mesma coisa. Diz Paulo Rocha:

- A CPI é um instrumento de disputa política que a oposição usa contra o governo.

5

18/5/2005 Em café da manhã com líderes partidários, Lula manifesta-se mais uma vez contra a CPI. Manda um recado, ao elogiar o ministro da Justiça, que também é o chefe da Polícia Federal:

- Todos sabem que o Márcio Thomaz Bastos tem credibilidade para apurar o caso dos Correios.

Na saída do mesmo encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), um aliado do governo, desqualifica a CPI. Nas palavras dele:

- Todo mundo sabe como começa uma CPI, mas não sabe como termina. Além do mais, quem tem o poder de oratória do Roberto Jefferson sabe colocar bem as palavras. Ele provou que não tem nada para que possa ser condenado.

O apelo do presidente e os esforços da tropa de choque do governo não impedem a decisão dos parlamentares, contrária a deixar as investigações só nas mãos da Polícia Federal. A oposição protocola requerimento com o pedido de abertura de CPI. O documento recebe as assinaturas de 230 deputados e de 46 senadores, dos quais 101 deputados e 10 senadores aliados do Planalto.

Novos trechos da fita em que Maurício Marinho revelou a corrupção nos Correios são publicados nos jornais. Na gravação, o funcionário envolveu a Novadata, do empresário Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de Lula. Ele já atuara como arrecadador de dinheiro para campanhas do PT. A empresa, especializada em informática, fornecia computadores ao Governo Federal. Maurício Marinho referiu-se a uma operação favorecendo a Novadata em licitação. O diálogo começa com o interlocutor que gravava a conversa:

- **E a Novadata acertou daí direto com a diretoria...**

- Foi direto com a diretoria.

- **Ou foi com você?**

- Não, foi eu, o diretor e o Godoy. Mas como teve um negócio, era um negócio grande, o Godoy saiu... Veio até de São Paulo...

Maurício Marinho mencionou o diretor Antonio Osório Batista e um assessor dele, Fernando Godoy, também afastado devido ao escândalo. O diálogo prosseguiu com uma pergunta sobre a contratação da Novadata. Como se sabe, Marinho não tinha conhecimento de que estava sendo gravado:

- **Acertaram com o Osório direto então?**

- Não, o Osório não acerta. É comigo ou com o Godoy.

O jornal Folha de S.Paulo denuncia os negócios da Novadata com o governo Lula. Renderam R$ 273,5 milhões em menos de dois anos e meio. Só com a Caixa Econômica Federal, vendas de R$ 95 milhões. Foram fechados três novos contratos com os Correios, por R$ 15,3 milhões. No quarto acerto com a Novadata, os Correios fizeram um aditivo e acrescentaram R$ 5,5 milhões a um contrato de R$ 98 milhões.

A denúncia assume contorno ainda maior: Lula passou o *réveillon* de 2001 na mansão de Mauro Dutra em Búzios (RJ), uma das praias mais badaladas do Brasil. Maurinho pôs avião à disposição de Lula.

Em outro trecho da gravação com a câmera escondida, Maurício Marinho trata das relações da Novadata com os Correios:

- Olha, no fornecimento de material, o mais forte é ele. Aqui no Correio, é. Computador, esses negócios, é a Novadata. Pelo menos nos últimos dois anos eles têm vencido quase todas aqui dentro.

Ainda Maurício Marinho, sobre uma licitação de "se não me engano R$ 60 milhões, coisa assim". "Eles", no caso, é a Novadata:

- Mas como eles perceberam que só estavam eles e eles achavam que podiam ganhar mais, falaram "olha, nós não vamos partir para abrir o processo, você dá como 'deserta' e marca uma outra abertura".

"Deserta", no linguajar dos certames públicos, é a licitação para a qual não se apresentam concorrentes. Tem de ser refeita. Diz Maurício Marinho:

- O preço inicial do computador que nós tínhamos colocado em R$ 3.700 na licitação, eles pediram para aumentar... Sabe para quanto foi a licitação, um item, eram quatro itens? Foi R$ 6.000. Olha que absurdo...

No discurso da véspera na Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson chegou a denunciar um certo comandante Molina, que o teria procurado duas semanas antes da divulgação da fita, em nome do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Molina teria tentado vender a gravação clandestina, a mesma cujo teor fora publicado por Veja. Roberto Jefferson diz que recusou o negócio. Mas não o denunciou. O PMDB, por sua vez, negou qualquer envolvimento com a corrupção nos Correios. Pressionava o governo. Não queria problemas. Ameaçou Lula com CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz. O comandante Molina foi inocentado.

Para entender: dentro do loteamento promovido pelo governo Lula, o PTB ficou com uma diretoria dos Correios, o PT com duas e o PMDB com três, incluindo a Financeira. E isso sem falar na indicação do próprio presidente dos Correios, o ex-deputado João Henrique de Almeida, também uma nomeação da cota do PMDB.

Aqui, cabe uma explicação: ao lotear estatais entre vários partidos, a administração Lula optou por trabalhar com as "porteiras abertas", o que tornou a gestão das empresas mais complexa. Se tivesse sido adotado o modelo de "porteiras fechadas", ou seja, se cada estatal fosse entregue em sua totalidade para a administração de um só partido da base aliada, este seria o responsável direto pelo que acontecesse, para o bem ou para o mal.

É por isso que desvendar os meandros do escândalo do mensalão se tornou tarefa complicada. Os acertos e as interações envolviam várias forças políticas e interesses diversos, que precisavam ser sempre contemplados, casando diferentes setores da administração, uns se sobrepondo a outros.

Mas voltemos ao ex-deputado João Henrique Almeida, o presidente dos Correios. Rapidamente, ele anuncia a suspensão de uma licitação suspeita. Não era para menos. Os detalhes de bastidores foram descritos na gravação clandestina com Maurício Marinho. O negócio de R$ 61 milhões pretendia viabilizar a aquisição de medicamentos para funcionários dos Correios. João Henrique Almeida também toma outra providência: impede o acesso de jornalistas à documentação sobre o processo de compra de remédios.

Na gravação, Maurício Marinho cita o diretor de Recursos Humanos dos Correios, Robinson Koury Viana da Silva, suplente do senador Ney Suassuna. Portanto, outro indicado do PMDB. O relato é rico, traz detalhes de uma parte da negociata tramada com o suplente de senador. Vale a pena:

- Todos os projetos dele, nós que fazemos o projeto básico. Mesmo no RH. O pessoal dele não tem muito trâmite no negócio, a gente monta, passa pra ele, aí ele chama o departamento e diz: "Eu quero isso". Mas ninguém sabe que é nós que estamos fazendo. Então o nosso negócio é assim. Tem uma licitação que vai ser... São 60 milhões em beneficiamento de saúde. (...) Fizemos tudo aqui. A decisão dele não conseguia desenrolar, desenrolar, um ano sentado em cima. Fechamos o projeto. Apareceram umas quatro empresas, deputado "a", senador "b", um rolo danado. "Meu amigo, o negócio é seu. Você quer que a gente trabalhe com quem?" Ele falou: "Infelizmente vou defender as quatro, porque as quatro virão através dos caciques e eu não posso fechar porta para ninguém". "Tudo bem, então vou colocar o preço com as quatro suas, entendeu, mando a carta, com toda a planilhinha, daquelas quatro". Fechei todo o processo, eram no mínimo três, tinha quatro, entendeu? (...) O processo está pronto. Tá pronto! Fechado, redondo. Ele adotou o recurso, o recurso é dele, da área dele, dos recursos humanos, do RH. Tá? Aí mandaram o processo de volta. O que nós fizemos chegou pra nós. Aí nós adotamos os nossos documentos, assinamos e pedimos autorização. O presidente, é acima de 650 mil, autorizou a abertura. Tá no comitê de análise. Saiu do comitê de análise, está sendo publicado. Dentro de poucos dias vocês vão ver aí na *internet*, tá lá, Diário Oficial. Agora, é um negócio grande. O que é que ele fez? Aí o acerto que a gente faz. Nesse tipo de negócio, ele que vai fechar, tem participação. Só que uma parte da participação vai vir pra nós. Entendeu? O negócio é dele, é capitaneado (inaudível o trecho da gravação)... Ele que levantou a bola, nós fizemos viabilizar o negócio dele. Só isso. Mas nós temos uma participação. Dessa participação dele, a gente passa para o nosso partido. Entendeu? Que é ele que me sustenta, segura a gente aqui.

8

21/5/2005 A revista Veja traz nova denúncia. Com o título "Mesada de R$ 400 mil para o PTB", a acusação de que Lídio Duarte, o presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), uma estatal federal, vinha sendo pressionado a entregar R$ 400 mil por mês ao PTB. Um corretor de seguros, Henrique Brandão, agia em nome do deputado Roberto Jefferson e exigia a quantia do presidente do IRB.

A reportagem relata que Lídio Duarte ficou em dúvida, não sabia ao certo se Henrique Brandão falava mesmo em nome do PTB. A saída foi procurar Roberto Jefferson. A revista Veja documenta:

"Na conversa, Jefferson não deixou dúvidas: disse que era amigo de Henrique Brandão havia mais de 30 anos, repetiu que as despesas do partido eram altas e que precisava da colaboração financeira dos dirigentes indicados para seus cargos pelo PTB. Em outras palavras: quem tinha cargo tinha que roubar."

Eis a íntegra da transcrição da declaração de Lídio Duarte a Veja:

"A história é a seguinte: dizem que o partido tem despesas com o diretório, com as festas, com os jantares, com não sei o quê. Cada indicado tem de botar lá R$ 400 mil por mês, entendeu?"

Lídio Duarte pede demissão. Em seu lugar assume Luiz Appolônio Neto, sobrinho do deputado Delfim Netto (PP-SP), outro apadrinhado de Roberto Jefferson e tido também como ligado ao então deputado Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP), um ex-governador de São Paulo.

O IRB tem monopólio do mercado nacional de resseguros internacionais. Movimenta cerca de US$ 450 milhões por ano. Faz operações com 23 corretoras credenciadas, como a de Henrique Brandão. Escreve Veja:

"Apenas no primeiro ano, a corretora de Brandão abocanhou 10% de todos os seguros de embarcações e 20% dos de empresas aéreas. Desde 2003, nesse ambiente esplendorosamente favorável, os negócios de Brandão, o amigo de três décadas de Roberto Jefferson e empregador de seu genro, crescem a um ritmo de 25% ao ano."

Em declarações ao jornal O Estado de S. Paulo, Lídio Duarte afirma ter se recusado a fazer contratações de apaniguados políticos. A pedido de Jefferson, recebeu deputados do PTB como Nelson Marquezelli (SP) e Elaine Costa (RJ), que solicitaram nomeações para pessoas do seu círculo de influência:

- Expliquei que isso não era possível, porque no IRB todos os funcionários são de carreira, todos concursados.

A regra do concurso público não vale, como se verá, para os cargos de alta direção no IRB. Em outra reportagem, o Estadão informa que os principais postos da estatal estão loteados entre PTB, PT, PMDB e PP. O jornal destaca o papel exercido por Luiz Eduardo Lucena, indicação do PP, na Diretoria Comercial do IRB:

"Com tanta autonomia, o apadrinhado do PP chegou a manipular, em média, R$ 300 milhões em contratos, que geraram R$ 21 milhões de comissões de corretagem."

9

22/5/2005 O ministro Márcio Thomaz Bastos anuncia a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar denúncias de corrupção no IRB. O governo Lula quer convencer parlamentares e a opinião pública de que já toma as providências necessárias. Não quer apurações políticas em âmbito do Congresso. Do líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP):

- O governo está investigando, orientando e estimulando a investigação pela Polícia Federal, Controladoria-Geral da União etc. Evidente que nessas circunstâncias uma CPI não é necessária. Cabe aos líderes da base continuar a discutir com suas bancadas.

Lula segue em viagem de uma semana para a Coreia do Sul e o Japão. Durante o voo, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), vice-líder do governo, traduz o sentimento do presidente aos jornalistas que estão a bordo:

- Esta lista de assinaturas da CPI é muito clara. Vai acabar o pão-de-ló e o cafuné para quem quiser jogar contra o governo. Tem de acabar essa conversa de verba, de obra. Essa conversa não vamos mais ter com quem não for do governo, no ônus e no bônus.

11

24/5/2005 O deputado Roberto Jefferson reage a declarações do presidente do PT, José Genoino, segundo as quais o governo precisava "requalificar" a base de apoio no Congresso Nacional:

- Genoino disse que o PT não empurra lixo para debaixo do tapete. Todos sabem que empurra.

Roberto Jefferson diz que o partido de Lula é traiçoeiro. Compara-o à fábula do escorpião que pede ao sapo para atravessar o rio em suas costas. Promete não picá-lo, mas trai. Não consegue contrariar a própria natureza. Os dois morrem afogados.

- O PTB é o sapo.

O presidente do PTB confidencia que os ministros José Dirceu e Aldo Rebelo (PC do B-SP), das Relações Institucionais, estiveram em sua própria casa no dia anterior.

- Eles só faltaram se ajoelhar para pedir a retirada das assinaturas.

No caso, a retirada das assinaturas que endossavam a criação da CPI dos Correios. E, com ironia:

- Mas a CPI que pega o governo, com 18 estatais, com tentáculos enormes, vamos trazer aqui o tesoureiro do PT, o segundo tesoureiro, o "Silvinho", vamos trazer o Dirceu. Ah!, essa é importante...

Mas Roberto Jefferson acabará retirando a sua assinatura do pedido de criação da CPI dos Correios. Vai se arrepender amargamente, como se verá.

12

25/5/2005 Em sessão tumultuada, o Congresso cria a CPI dos Correios. 236 deputados e 52 senadores assinam o requerimento que autoriza a investigação, bem mais do que o número mínimo necessário, de 171 deputados e 27 senadores. A derrota do governo é expressiva porque 14 deputados e um senador do PT votam pela instalação da comissão.

13

26/5/2005 Outra empresa na área de influência do PTB vai parar nos jornais. A Folha de S.Paulo publica que a Eletronuclear, uma subsidiária da Eletrobrás, recomendou a contratação da corretora Assurê Corretagem de Seguros. É a empresa de Henrique Brandão, o amigo de Roberto Jefferson, escolhida para intermediar um seguro de US$ 3,6 milhões das Usinas Angra 1 e 2, em 2004. O negócio teria rendido US$ 360 mil a Brandão.

A recomendação foi feita pela Eletronuclear, por meio de carta à Bradesco Auto-Re, do grupo Bradesco, que vencera uma licitação. Carlos Padilha, diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear, assinou a carta recomendando a Assurê. Filiado ao PT, Carlos Padilha é ex-prefeito de Angra dos Reis (RJ).

Já o diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletronuclear, Luiz Rondon Teixeira Magalhães Filho, foi nomeado pelo PTB. O principal assessor dele, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, é genro de Roberto Jefferson e mantém relações com Henrique Brandão. A Assurê contribuiu para a campanha da vereadora Cristiane Brasil Francisco, filha de Jefferson, à Câmara Municipal do Rio. Deu R$ 70 mil em dinheiro. O próprio Brandão, em pessoa, apareceu na relação de doadores, com R$ 10 mil.

15

28/5/2005 A revista Veja traz depoimento do líder do governo Lula no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN). A história é reveladora. O senador queria emplacar um afilhado político, Ezequiel Ferreira de Souza, no cargo de diretor de Tecnologia dos Correios. Mas de nada valeram os compromissos e as promessas, ou o esforço de Fernando Bezerra. O caso envolveu um personagem importante da crise, o então secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o "Silvinho". Diz o senador:

- No início do ano estive com o Silvio Pereira. Eu disse a ele que o governo tinha um compromisso comigo que não havia sido cumprido. Silvio respondeu que havia uma diretoria dele nos Correios, a de Tecnologia, e que poderia colocar o Ezequiel lá.

Fernando Bezerra informa que o assunto ficou de ser encaminhado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Pouco tempo depois, o senador recebeu telefonema do ministro do Turismo, Walfrido dos

Mares Guia (PTB-MG). A pedido dele, Fernando Bezerra apresentou o afilhado ao ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Diz Fernando Bezerra:

- Fiquei surpreso quando a conversa começou. Eunício disse que não poderia nomeá-lo naquele momento e que precisaria de uma semana ou uma semana e meia. A justificativa de Eunício é que não ficava bem para ele nomear o Ezequiel sem resolver as questões de nomeação nos Correios do PMDB. Eu disse a ele que esse cargo, a Diretoria de Tecnologia, havia sido prometido ao Ezequiel por Lula, na frente do Roberto Jefferson e do Fleury. O cargo prometido ao Ezequiel era do PT. O PMDB não tinha nada a ver com isso. Saí de lá e liguei para o José Dirceu. Ele me disse que a nomeação era uma ordem do presidente e que ela iria sair.

Não saiu. O que chegou ao senador, conforme a sua própria explicação, foi uma carta anônima:

- A nota dizia que a nomeação não sairia porque havia uma licitação no valor de US$ 56 milhões. A carta dizia também que a licitação tinha um sobrepreço de 20%.

Para a revista Veja, a nomeação "atrapalharia uma licitação fraudulenta dirigida por Eduardo Medeiros, diretor de Tecnologia dos Correios e homem ligado ao PT". E mais: a fim de viabilizar a licitação para a compra de *kits* de informática destinados aos Correios, o diretor Eduardo Medeiros e um assessor dele, Edilberto Petry, "estavam definindo especificações dos equipamentos sob orientação da Novadata, empresa pertencente a Mauro Dutra, o amigo de Lula".

Após receber a carta anônima, o senador Bezerra encontrou o ministro das Comunicações num jantar em Brasília. Ouviu de Eunício Oliveira:

- Procure ver as verdadeiras razões para o veto ao Ezequiel na Casa Civil.

17

30/5/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, divulga informações da CGU (Controladoria-Geral da União), que descobriu um contrato fraudulento de R$ 8 milhões para os Correios comprarem 1.500 cofres. Foi Maurício Marinho quem fez o "acerto". Os cofres são menores do que os previstos no contrato. Em troca, teria havido um "desconto".

22

4/6/2005 Mais um petardo contra o presidente do PTB. A revista Época estampa, na capa: "O laranja de Roberto Jefferson". Documenta a história do dono de uma pequena sorveteria de beira de estrada, em Cabo Frio (RJ). Foi motorista, segurança e funcionário de gabinete de Jefferson.

Ex-camelô, Durval da Silva Monteiro enfrenta problema para pagar a conta de luz da sorveteria. O pequeno estabelecimento tem 25 metros quadrados, mas o sorveteiro "ganhou" duas emissoras de rádio de Jefferson, suspeito de ser o verdadeiro dono dos negócios. Uma das emissoras, a Rádio Matozinho FM, de Três Rios (RJ), não rendeu um centavo a Durval em 20 anos. Sobre a outra, em Paraíba do Sul (RJ), o sorveteiro não tinha sequer informações. Não fazia nem ideia de que era um dos donos do negócio. Trecho da entrevista publicada em Época traz a reação do sorveteiro:

- Rádio Clube Vale do Paraíba? Eu não sou sócio dela não. Isso aí é um troço novo para mim. Rádio Clube Vale do Paraíba... Vou lá buscar ela! Quero um pedaço dela já, já. Essa rádio eu até acho que era sócio dela também.

24

6/6/2005 Entrevista-bomba de Roberto Jefferson. O deputado denuncia para a Folha de S.Paulo a

existência do mensalão. O Brasil não será mais o mesmo. "PT dava mesada de R$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson", é a manchete de primeira página. A entrevista, concedida à jornalista Renata Lo Prete, põe Brasília em polvorosa.

O presidente do PTB cita o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, homem da cúpula petista e da confiança do presidente Lula. Acusa-o de dar dinheiro a representantes do PP e do PL, em troca de apoio ao governo no Congresso. Jefferson relata o diálogo que manteve com o ex-presidente do PTB, José Carlos Martinez, morto em acidente aéreo, em outubro de 2003:

- Um pouco antes de o Martinez morrer, ele me procurou e disse: "Roberto, o Delúbio está fazendo um esquema de mesada, um mensalão, para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R$ 30 mil para cada deputado. O que você me diz disso?" Eu digo: "Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar".

Em outro trecho, Roberto Jefferson conta que Delúbio Soares manteve contato com o líder do PTB na Câmara dos Deputados, José Múcio (PE):

- Final de dezembro, início de janeiro, o doutor Delúbio o procura: "O Roberto é um homem difícil. Eu quero falar com você. O PP e o PL têm uma participação, uma mesada, eu queria ver se vocês aceitam isso". O Múcio respondeu que não poderia tomar atitude sem falar com o presidente do partido.

Em seguida, Roberto Jefferson menciona uma reunião entre os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Pedro Henry (PP-MT), para pressionar José Múcio:

- "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que conversa é essa? Vão dar uma de melhores que a gente?" Aí o Múcio voltou a mim. Eu respondi: "Isso desmoraliza. Tenho 22 anos de mandato e nunca vi isso acontecer no Congresso Nacional".

Roberto Jefferson diz à jornalista Renata Lo Prete ter procurado o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG):

- No princípio de 2004, liguei para o ministro Walfrido e disse que precisava relatar algo grave. Conversamos num voo para Belo Horizonte. "Walfrido, está havendo essa história de mensalão". Contei desde o Martinez até as últimas conversas. "Em hipótese alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar".

O deputado diz que passou por "brutal pressão", pois os parlamentares do PTB sabiam que os colegas do PL e do PP recebiam o mensalão.

- Fui ao ministro Zé Dirceu, ainda no início de 2004, e contei: "Está havendo essa história de mensalão. Alguns deputados do PTB estão me cobrando. E eu não vou pegar. Não tem jeito". O Zé deu um soco na mesa: "O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer". Eu pensei: vai acabar. Mas continuou.

Agora, o diálogo de Roberto Jefferson com o ministro Ciro Gomes (PSB-CE), da Integração Nacional:

- Lá para junho eu fui ao Ciro Gomes. Falei: "Ciro, vai dar uma zebra neste governo. Tem um mensalão. Hoje eu sei que são R$ 3 milhões, R$ 1,5 milhão mensal para o PL e para o PP. Isso vai explodir". O Ciro falou: "Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso".

- Aí fui ao ministro Miro Teixeira, das Comunicações. Levei comigo os deputados João Lyra e José Múcio. Falei: "Conte ao presidente Lula que está havendo o mensalão". Nessa época o presidente não nos recebia. Falei isso ao Aldo Rebelo, que então era líder do governo na Câmara.

- **A quem mais no governo o senhor denunciou a situação?**

- Disse ao ministro Palocci: "Tem isso e é uma bomba". Fui informando a todos do governo a respeito do mensalão. Me recordo inclusive de que, quando o Miro Teixeira, depois de ser ministro, deixou a liderança do governo na Câmara, ele me chamou e falou: "Roberto, eu vou denunciar o mensalão. Você me dá estofo?" Eu falei: "Não posso fazer isso. Vamos abortar esse negócio sem jogar o governo no meio da rua. Vamos falar com o presidente Lula que está havendo isso". Me recordo até que o Miro deu uma entrevista ao Jornal do Brasil denunciando o mensalão e depois voltou atrás.

- No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do ministro Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: "Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando mensalão aos deputados". "Que mensalão?", perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente.

- **Qual foi a reação dele?**

- O presidente Lula chorou. Falou: "Não é possível isso". E chorou. Eu falei: "É possível sim, presidente". Estava presente ainda o Gilberto Carvalho.

- Toda a pressão que recebi neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse mensalão, que contaminou a base parlamentar. Tudo o que você está vendo aí nessa queda-de-braço é que o mensalão tem que passar para R$ 50 mil, R$ 60 mil. Essa paralisia resulta da maldição que é o mensalão.

- **Isso não existia também no governo passado?**

- Nunca aconteceu. Eu tenho 23 anos de mandato. Nunca antes ouvi dizer que houvesse repasse mensal para deputados federais por parte de membros do partido do governo.

- **O que, em sua opinião, levou a essa situação?**

- É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso. Quem é pago não pensa.

- **O que fez o presidente Lula diante de seu relato?**

- Depois disso parou. Tenho certeza de que parou, por isso está essa insatisfação aí. Ele meteu o pé no breque. Eu vi ele muito indignado. Pressão, pressão, pressão, pressão. Dinheiro, dinheiro, dinheiro, dinheiro, todo mundo tem, todo mundo tem. Acho que foi o maior erro que o Delúbio cometeu.

Para Jefferson, "o governo agiu para isolar o PTB", para "circunscrever a desonra ao PTB". Ele não perdoa o discurso em que José Genoino falou em "requalificar" a base de apoio ao governo:

- O PTB é uma base desqualificada. Foi isso que afetou. Não segurou ninguém. Não são parceiros, não são solidários.

Ele prossegue:

- Eu sempre disse aos meus companheiros, e eles são testemunhas desde o início, o PT não tem coração, só tem cabeça. Ele nos usa como uma amante e tem vergonha de aparecer conosco à luz do dia. Nós somos para o PT gente de segunda, eu sempre me senti assim. A relação sempre foi a pior possível.

E mais:

- Você não pode confiar, o que está fechado não está fechado. Tudo o que é dito não é cumprido. Toda a palavra que é empenhada não é honrada. O PT esgarçou, esgarçou, esgarçou a minha autoridade como presidente do PTB, porque prometeu e não cumpriu. O pior foi na eleição, o que o Genoino fez comigo. Ele e o seu Delúbio.

Em outra parte da entrevista à Folha, o presidente do PTB responde a denúncias sobre o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Relata encontro com o presidente da estatal, Lídio Duarte:

- Por volta de agosto de 2004, eu o chamei ao meu escritório no Rio e disse: "Quero que você me ajude, procurando essas pessoas que trabalham com o IRB, para fazerem doações ao partido nesta eleição, porque estamos em situação muito difícil". Ele ficou de tentar. Em setembro, ele voltou a mim e disse: "Deputado, não consegui que as doações sejam por dentro, com recibo. Querem dar por fora, e isso eu não quero fazer". Eu falei: "Então não faça".

Jefferson conta que Lídio Duarte aproximou-se de Luiz Eduardo de Lucena, diretor Comercial do IRB, indicado para o cargo pelo líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR). Instala-se uma queda-de-braço entre PTB e PP:

- O Palocci conversa comigo e diz o seguinte: "Roberto, vamos fazer uma saída por cima. Nós temos o diretor Administrativo, um homem de altíssimo gabarito, o Appolônio Neto, sobrinho do Delfim Netto, fez um dos melhores trabalhos de modernização do IRB. A gente passa o Appolônio como sendo do PTB, e ele sendo sobrinho do Delfim, que é do PP, e a gente resolve a situação". Eu falei: "Não sou problema, está dada a solução". O doutor Appolônio foi uma indicação salomônica do ministro Palocci.

O presidente do PTB também reclama que o PT, com 20% da base, responde pela indicação de 80% dos cargos:

- Mesmo o IRB: o PTB tem a presidência, mas todos os cargos são do PT. A Eletronorte: o presidente, doutor Roberto Salmeron, é um dos melhores quadros do PTB. Mas, de novo, toda estrutura abaixo é do PT. O diretor mais importante, o de Engenharia, é o irmão do ministro Palocci.

O escândalo do mensalão explode em Brasília. O ministro das Relações Institucionais, escalado pelo Palácio do Planalto, comenta a entrevista de Roberto Jefferson. Admite que Lula fora informado por Jefferson do suposto pagamento de mesadas a deputados do PL e do PP, em 23 de março de 2005. Nervoso, Aldo Rebelo (PC do B-SP) afirma:

- É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação.

O ministro confirma a reunião em que Jefferson levou o assunto ao presidente da República. Estavam presentes, entre outros, o ministro Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e ele próprio, Aldo Rebelo. Diz Aldo:

- De passagem, durante essa conversa, Jefferson fez referência ao pagamento a parlamentares na Câmara... Jefferson não fez referências nem a fatos nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirma que Lula foi avisado por Jefferson. E também menciona a reunião de 23 de março:

- Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia, nem discutiu o assunto na reunião. Depois, Lula chamou Aldo e Chinaglia e perguntou se havia comentários sobre isso na Câmara. Não houve denúncia, apenas o relato de boato.

O deputado Miro Teixeira (RJ), que se desligara do PT e voltara ao PDT, confirma os relatos feitos por Jefferson e põe mais lenha na fogueira:

- O relato do Roberto Jefferson foi mais amplo. Não posso relatar em detalhes, pois não tenho elementos de prova. Mas ele descreveu uma cena de corrupção em um ambiente ministerial, a que ele assistiu.

A "cena de corrupção", como definiu Miro Teixeira, tinha, segundo Jefferson, um ministro, representantes de três partidos e um diretor de departamento. Ocorreu num ministério e, na ocasião, o integrante de um partido deu dinheiro a outro, de outra legenda. Quando ouviu o relato de Jefferson, Miro Teixeira era ministro das Comunicações de Lula. Reação de Miro Teixeira, segundo ele mesmo:

- Vamos agora ao presidente da República.

Miro Teixeira afirma que Jefferson se recusou e que, sem provas, teria sido irresponsável se encaminhasse a denúncia. O Jornal do Brasil publicou reportagem sobre o assunto em 24 de setembro de 2004. Mas Miro Teixeira, fonte da notícia, não deu sustentação posterior às informações. O caso não foi investigado pela Câmara dos Deputados.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), também testemunha: aliados do governo Lula procuraram dois deputados federais goianos e ofereceram mesada para que trocassem de partido.

- Foi um assédio. Era para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo, por uma mesada de R$ 40 mil por mês e R$ 1 milhão por ano de bônus.

O mais grave: o governador conta que relatou o caso ao presidente da República em 5 de maio de 2004, durante uma visita de Lula a Rio Verde (GO). Segundo Marconi Perillo, Lula reagiu como se não soubesse, disse que iria apurar e responsabilizou o governo passado, período no qual, conforme Lula, esse tipo de expediente teve início. O governador não aceitou:

- Eu retruquei. Disse que estava falando do que estava acontecendo no governo atual, no governo dele.

O ministro Ciro Gomes (PSB-CE) confirma a procedência das denúncias de Roberto Jefferson:

- É fato que, há um ano, ele esteve na minha sala e, numa conversa, disse que havia um boato de que haveria essa prática de dinheiro para uma fração de parlamentares que, segundo mencionou, estavam no PL e no PP.

Para Ciro Gomes, porém, não existiam provas do esquema:

- Perguntei se ele tinha dados mais objetivos, que me obrigassem a tomar alguma atitude de levar adiante a informação. Ele não tinha.

O ministro Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG) ouviu por duas vezes os "boatos de mesadas" feitos por Roberto Jefferson. Ele confirma que testemunhou a reunião de 23 de março, da qual Lula participou:

- Ele falou no final da reunião, disse que tinha boatos sobre um mensalão, mas ficou nisso. Logo depois fomos embora.

Aqui, claramente, o ministro do Turismo, importante aliado de Jefferson, posiciona-se de forma a minimizar a denúncia e a proteger Lula. E será recompensado no segundo mandato do presidente da República, no qual ocupará, durante um período, o cargo de ministro das Relações Institucionais.

O prefeito do Rio, Cesar Maia (PFL), vem a público para dizer que somas em dinheiro eram distribuídas de forma aberta durante almoços mensais realizados em restaurantes de Brasília. Descreve que tomou conhecimento do esquema por intermédio de 15 parlamentares, com os quais conversou.

- O dinheiro chegaria em uma mala, e os pacotes eram distribuídos.

De forma reservada, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) avaliam que, em tese, Lula pode sofrer processo de *impeachment*, por crime de responsabilidade. O presidente da República teria prevaricado se ficar provado que, informado a respeito da existência do mensalão, não tomou providências para investigar as denúncias.

Declaração do jurista Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia, um conceituado advogado:

- A rigor, se ficar comprovado o ato de corrupção, há várias implicações penais. Configura, inclusive, o crime de responsabilidade por parte do presidente, o que o sujeita a *impeachment*.

Fábio Konder Comparato acrescenta, a respeito de Lula:

- Ele, de qualquer maneira, estava ciente e mandou prosseguir, ou ficou ciente e, como diz Jefferson, mandou frear a coisa, mas não tomou providências para apurar responsabilidades.

O PPS (Partido Popular Socialista) inicia processo de coleta de assinaturas para criar a CPI do Mensalão. Em decorrência da crise, o apadrinhado de Roberto Jefferson na presidência da Eletrobrás, Roberto Salmeron, demite-se do cargo. Outra consequência do escândalo: o assessor dos Correios, Fernando Godoy, já afastado, é indiciado pela Polícia Federal.

Enquanto isso, aparentemente alheio à gravidade dos fatos, o PT trata de emitir nota em que nega a existência do mensalão. E seu presidente, José Genoino, manifesta-se mais uma vez contrário à CPI dos Correios. A essa altura, a comissão já é fato consumado. O PT sabe disso e toma providências para blindar o tesoureiro Delúbio Soares. Proíbe-o de dar entrevistas e o isola na sede do partido, em São Paulo. O tesoureiro só sai de lá à noite, apressado. O carro dele é escoltado por duas motocicletas.

Apreciador de charutos cubanos, Delúbio Soares usa carro blindado, tem intimidade com Lula e o comando do PT. Em 2004, contudo, foi denunciado por comprar propriedade rural em Goiás com dinheiro vivo. No mesmo ano pediu que o Banco do Brasil comprasse 70 ingressos por R$ 1.000 cada

um, para um show musical. Detalhe: a arrecadação serviria para comprar uma nova sede para o PT. Denunciada, a operação foi desfeita.

25

7/6/2005 Acuado, Lula determina a demissão de diretores do IRB, dos Correios e solicita ao PT o afastamento do tesoureiro Delúbio Soares. Contrariado, José Genoino trata de defender o que chama de "patrimônio ético" do partido. E diz que o assunto mensalão jamais circulou na legenda:

- O que aconteceu com o Delúbio? Uma denúncia falsa e mentirosa.

O secretário-geral do partido, Silvio Pereira, o "Silvinho", descarta investigação sobre as atividades de Delúbio Soares:

- Não há necessidade. Não há nada contra ele. No mesmo tom, Paulo Ferreira, secretário de Relações Internacionais do PT:

- Delúbio é quadro de confiança e seu afastamento não está em pauta.

O tesoureiro permanece recluso, protegido da imprensa. No final do dia, deixa a sede do PT apressado, mais uma vez. Agora, abaixado no banco de trás de um carro, com vidros escuros. Outro veículo, para despistar, deixara o local pouco antes, pretendendo confundir os jornalistas. Coisa de máfia.

Declaração da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). A ex-petista diz que o governo Lula entregou a máquina pública "para ser parasitada por delinquentes de luxo":

- Tenho absoluta convicção de que ninguém da cúpula palaciana do PT age isoladamente na montagem dos crimes contra a administração pública. Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula. Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual.

26

8/6/2005 O tesoureiro Delúbio Soares, com um broche do PT no peito, concede entrevista. Fala a um batalhão de jornalistas. Não convence. Apesar de orientado por advogados e pela cúpula do PT, Delúbio está nervoso, usa frases de efeito, evasivas, e não responde a parte das perguntas. Diz Delúbio:

- Nós não aceitamos chantagem. Não me prejulguem pela versão de uma chantagem porque o Brasil é maior do que essas acusações. Estou muito indignado. Estão tentando chantagear não só o PT, mas também o governo e também o Congresso. O PT não se rende e não se vende.

Perguntado sobre suas idas ao Palácio do Planalto, sede do Governo Federal, apesar de não ter cargo público, o tesoureiro diz:

- Lá estive várias vezes, para tratar dos assuntos de interesse do PT. É isso que aconteceu.

A respeito da entrega de dinheiro a partidos da base aliada:

- O PT participou, no ano passado, de campanha eleitoral. Os acordos eleitorais foram tratados entre os partidos. O PT e os partidos da base aliada fizeram acordos que foram traduzidos em apoio aos candidatos nos municípios. Isso foi feito em comum acordo entre os partidos.

Delúbio Soares responde acerca da ligação com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP), cujo partido foi citado por Roberto Jefferson como um dos beneficiários do mensalão:

- Não tenho nenhuma restrição, o presidente do PL tem sido uma pessoa correta. Não tenho nenhum problema de encontrar o presidente do PL, seja na minha casa, seja no escritório do PT, seja na sede do PT ou em Mogi das Cruzes, onde fui visitá-lo, em apoio ao candidato do PL naquela cidade.

A Polícia Federal investiga denúncias de extorsão praticadas por Maurício Marinho nos Correios. Um dos dez empresários que prestaram depoimento, Haroldo Cláudio, dono de uma empresa de calçados, disse que recebeu proposta para pagar R$ 350 mil de propina. Se desse o dinheiro, ganharia licitações na estatal. Segundo o empresário, Maurício Marinho disse que os valores iriam para o PTB.

27

9/6/2005 O Congresso instala a CPI dos Correios. O deputado Sandro Mabel (PL-GO) nega ter proposto à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) que deixasse a oposição e ingressasse na base aliada do governo, em troca de mesada de R$ 30 mil e bônus de R$ 1 milhão. Sandro Mabel admite ter conversado com Raquel Teixeira, mas nega que ofereceu dinheiro. E envolve o vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG):

- A deputada uma vez me procurou e disse: "Sandro, estou querendo ter mais espaço". Até havia uma assessora dela. Eu falei: "Raquel, o PL está sempre de portas abertas". José Alencar já tinha falado isso para ela. Estamos precisando de mulher. Agora, financeiro? Recusamos 15 parlamentares em um ano, vamos dar recursos financeiros para quê? Em primeiro lugar, não temos nem recursos.

28

10/6/2005 A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) divulga nota oficial para explicar que o recém-afastado presidente dos Correios, João Henrique Souza Almeida, integrante da cota do PMDB no governo Lula, vai ser intimado a depor e poderá responder a processo por prevaricação e improbidade administrativa. Motivo: antes do escândalo nos Correios vir a público, João Henrique Almeida recebeu prazo para afastar Maurício Marinho da estatal e relatar à Polícia Federal atividades supostamente ilícitas do funcionário. Não o fez. A Abin esclarece que havia infiltrado agentes entre empresários descontentes, porque recebeu informações sobre a ocorrência de fraudes em licitações nos Correios.

29

11/6/2005 Nova gravação clandestina com diálogos mantidos por Maurício Marinho chega à imprensa. Desta vez, é divulgada na Folha de S.Paulo. Investigações sugerem disputas comerciais como causa das escutas. As conversas revelam tentativas de extorquir empresários que desejavam firmar contratos para fornecer bens e serviços aos Correios.

A fita segue o mesmo padrão da anterior. Marinho recebeu em sua sala interlocutores supostamente ligados a empresários, interessados em negócios com os Correios. Sem saber que estava sendo gravado, uma vez mais mencionou seus contatos com o deputado Roberto Jefferson e com Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, o genro de Jefferson e assessor da diretoria da Eletronuclear. Trecho do diálogo, que começa com o interlocutor:

- Eles querem garantir a condição deles dentro dos Correios. É mais do que importante, é vital até, para essa empresa. E queriam saber daí de você, de mim, me disseram, "olha, Joel, vê se é ele mesmo a pessoa".

- Nós estamos conversando aqui. Eu vou sair daqui ainda hoje e vou direto para o diretor, tá?

- O que eu precisava saber de você... Mas isso bem exato e prático. Quais seriam os valores, incluindo a diretoria. Porque aí eu acerto com você as coisas, e você faz essa distribuição.

- Normalmente é feito isso, todo negócio é acertado... Tem algo que sobe, né?, e um "x" que fica embaixo. Isso é acertado assim.

- Sim, mas você me deixa numa condição meio tranquila, porque efetivamente você tem essa condição de negociação.

- Tenho. O que for acertado... O que for fechado é o que sobe.

Para ficar claro: o que "sobe" é a propina endereçada ao diretor dos Correios que autoriza o contrato. O que fica "embaixo" é a comissão para Maurício Marinho, por ter encaminhado o negócio.

"O PT assombra o Planalto", diz o título de reportagem de Veja. A revista afirma que o mensalão, no valor de R$ 30 mil, é pago "para um plantel estimado de uns 90 deputados, o que daria cerca de R$ 2,7 milhões mensais". Informa ter conversado com três ministros, cinco deputados e um senador, e que "todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão". Afirma que os nove políticos pertencem ao PT, PMDB, PSB, PP e PFL. "Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição".

A revista Veja publica declaração de um deputado petista que pede para não ser identificado. Segundo ele, o PT despreza o Congresso:

- O PT acredita que é um poder burguês. Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro.

O jornal O Estado de S. Paulo denuncia: Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, é funcionário fantasma. Professor de matemática da Secretaria de Educação de Goiás, recebe salário mas não vai trabalhar. Está licenciado, com remuneração mensal de R$ 1.242,56, para prestar serviços ao sindicato da categoria, em Goiânia. Mas há cinco anos Delúbio responde pelas finanças do PT e vive no eixo São Paulo-Brasília, bem distante de Goiás. Antes disso, foi secretário sindical do PT por cinco anos, e tampouco prestou serviços ao sindicato. Delúbio costuma se apresentar, falsamente, como professor aposentado.

30

12/6/2005 Nova entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à repórter Renata Lo Prete, da Folha de S.Paulo. Traz denúncias contra o governo Lula, auxiliares do presidente, integrantes da base aliada no Congresso, representantes do PT. E introduz um novo personagem à opinião pública: o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Roberto Jefferson explica a origem do dinheiro do mensalão:

- Vem de operações com empresas do governo e com empresas privadas.

- Que operações?

- Transferência de dinheiro à vista. Esse dinheiro chega a Brasília, pelo que sei, em malas. Tem um grande operador que trabalha junto do Delúbio, chamado Marcos Valério, que é um publicitário de

Belo Horizonte. É ele quem faz a distribuição de recursos. Sei que o deputado José Janene é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega, vem, é tido como um dos operadores do mensalão. Inclusive eu já vi o ministro Zé Dirceu muito irritado com ele porque ele se apresentava como "operador do Zé Dirceu". Ele também é um dos homens que constroem o caixa para repartição entre deputados do PP e do PL.

- **Qual era exatamente o papel de Marcos Valério?**

- Ele é operador do Delúbio, desde o início do governo. O Janene faz a mesma operação. É de conhecimento notório.

- **O senhor poderia citar nomes de deputados que recebiam essa remuneração mensal?**

- Isso eu vou deixar para a imprensa investigar. Mas eu sei que as direções do PP e do PL recebiam. Não é segredo. Eles insinuaram isso para o Zé Múcio, que não quis entrar.

Outro trecho:

- Se você perguntar: "Tem provas? Fotografou? Gravou?" Não. Mas era conversa cotidiana na Câmara a repartição de mesada entre os deputados da base aliada, em especial o PL e o PP. Nunca ouvi falar do PMDB, e tenho certeza de que os deputados e os senadores do PT jamais receberam isso.

- **O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, já anunciou a decisão de processá-lo.**

- É um direito dele. Na colocação que fiz, eu o atingi duramente. Ele tem o direito democrático de me processar.

- **Houve problema de dinheiro entre PT e partidos da base na campanha municipal?**

- Eu e o líder Zé Múcio acalmamos nossa base dizendo o seguinte: o PTB não vai ter mensalão, que desmoraliza e escraviza o deputado, e nas eleições a gente compõe com o PT uma troca de apoio e pede o financiamento para candidaturas que nós entendemos que devemos ganhar. Foi pedida ao PTB, pelo José Genoino, uma planilha por Estados de campanhas a prefeito que o PT financiaria para nós. Apresentamos uma planilha de R$ 20 milhões. Esse recurso foi aprovado pelos dois e pelo Marcelo Sereno. No princípio de julho de 2004, eu reuni o partido e comuniquei. O repasse do dinheiro se dará em cinco etapas.

- O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: R$ 4 milhões, em dinheiro, em espécie. Em duas parcelas: uma de R$ 2,2 milhões e, três dias depois, uma de R$ 1,8 milhão. Quem trouxe o recurso à sede do PTB foi o Marcos Valério, em malas de viagem. Eu e o Emerson Palmieri dividimos esses recursos entre candidatos. E assumimos o compromisso, que era o do Genoino comigo, que outras parcelas viriam. Elas não vieram, e os candidatos do PTB que haviam assumido compromissos de campanha entraram em crise brutal. Essas coisas foram esticando a corda, tensionando a relação do PTB com o PT.

- **Que avaliação o senhor faz das reações dos membros do governo citados em sua entrevista anterior?**

- Os ministros foram covardes com o presidente. O Palocci sabia do mensalão porque eu falei para ele. O Walfrido errou por não ter dito ao presidente sobre o mensalão, porque eu falei com ele. O ministro Ciro sabia. O Zé Dirceu, conversei várias vezes com ele sobre o mensalão. Deixaram o presidente completamente desinformado de algo que viciou a relação do governo, e do comando do PT em especial, com a base aliada no Congresso.

- Quando de minha conversa com o presidente este ano, lá no gabinete dele no Palácio do Planalto, estávamos eu e o ministro Walfrido, quando eu disse a ele do mensalão. Ele tomou um susto. Expliquei a ele no que consistia: um repasse de recursos do Delúbio para líderes e presidentes de partidos da base aliada dividirem um dinheiro por mês com representantes de suas bancadas, em especial o PP e o PL. O PTB fora convidado a participar e repelira.

- Acho que os ministros traíram a confiança do presidente. Como pode ministros minimizarem, dizendo que não havia importância em minhas palavras, e ter essa explosão no Brasil quando a Folha as coloca para a opinião pública? Só eles não tinham dimensão da explosão que isso iria provocar? O presidente, foi como se alguém dissesse "olha ali a tua mulher com outro homem". Aquela reação de surpresa, de mágoa, as lágrimas brotaram. Ele me pediu que explicasse como funcionava o mensalão. Eu disse. Depois ele se levantou, me deu um abraço e eu saí.

- E o que eu sei, até pela vivência da Casa, essas coisas não se escondem, é que houve uma atitude forte, porque o mensalão secou. E nós estamos assistindo a uma crise de abstinência. O corpo mole é porque está faltando aquilo que o Delúbio sempre transferiu a líderes e presidentes da base: o dinheiro para pagar o exército de mercenário, as bancadas de aluguel.

Em outro trecho da entrevista, a repórter pergunta:

- **Como se estabeleceu a relação do PTB com a cúpula petista?**

- Quando, lá atrás, o José Carlos Martinez era presidente do PTB, e nós começamos a constituir a relação, depois de nomeado o Walfrido Mares Guia ministro do Turismo, o segundo cargo foi o do delegado Regional do Trabalho no Rio, Henrique Pinho. Toda a estrutura abaixo dele foi nomeada pelo Silvio Pereira. Outro cargo: Fernando Cunha, para a BR Distribuidora. Toda a estrutura abaixo do Fernando Cunha foi nomeada pelo Silvio Pereira. Na área de Petrobras, de petroquímica, quem manda é ele.

- Um dia, perguntei: "Mas como é isso? Vocês dão a cabeça e tomam o corpo?" E ele disse que esse era o jeito do PT de repartir o poder. Foi assim no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. A primeira indicação para o Dnit, feita pela bancada de São Paulo, acho que é Pimentel o nome, esse que hoje aparece nos jornais. Toda a estrutura abaixo foi montada pelo Silvio e pelo Delúbio. O gerente, um tal de Lauro Corrêa, é homem do PT. Ele mandava mais que o diretor-geral do Dnit. O PT nomeava as pessoas que controlavam a estrutura do poder por baixo dos nomeados do PTB.

- **A quem o senhor se refere quando fala na direção do PT?**

- Genoino, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Zé Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias vezes eu conversei com o Genoino e com o Delúbio no gabinete do ministro Zé Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Silvio Pereira. Isso no início do governo. Há uma sala contígua à do gabinete do ministro Zé Dirceu no Palácio do Planalto, e de vez em quando nós fazíamos essas conversas. 90% das conversas eram feitas no Palácio, numa salinha que era reservada ao Silvio Pereira. De vez em quando o Delúbio metia a mão na porta, entrava, sentava, conversava e saía. O Zé Dirceu participava da conversa, e o Genoino também.

Roberto Jefferson lembra o encontro com Lula, em janeiro de 2005, quando falou do mensalão pela primeira vez ao presidente da República:

- E quando eu disse a ele, olhando nos olhos dele, do mensalão, o choque dele... Eu tenho seis mandatos. Eu sou deputado federal desde o presidente Figueiredo. Eu nunca tinha ouvido falar de financiamento de bancada aliada na base pelo partido do governo. E contei isso ao presidente Lula. E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam. Mas o que eu estranho é que a Abin,

depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Alguém, dentro do governo, não gostou que nós passamos essa informação ao presidente.

Quanto à reação do governo, desde que decidiu contar o que sabe dos pagamentos a deputados, Jefferson afirma:

- Num primeiro momento, o Zé Dirceu ficou muito hostil comigo depois do meu discurso na Câmara, quando eu assinei a CPI. Na véspera, houve reunião da executiva do PTB para que todos os companheiros assinassem a CPI e nós devolvêssemos os cargos ao governo.

Roberto Jefferson comenta o encontro, em sua casa, com José Dirceu e Aldo Rebelo. Os dois homens de confiança de Lula pediram para ele retirar o nome do requerimento de criação da CPI. O presidente do PTB argumentou que desejava a restauração da sua honra, e que a revista Veja vinha promovendo um "verdadeiro linchamento". Reação de Dirceu, segundo Jefferson:

- Ele respondeu: "Roberto, na Veja não tenho nenhuma ação, porque a Veja é tucana". Eu falei: "Mas O Globo e a Globo estão repetindo o linchamento". Ele falou: "No O Globo eu falo por cima. Dá para segurar".

Jefferson conclui:

- Retirar a assinatura foi o meu maior erro. Depois que fiz isso, recrudesceu o noticiário contra o PTB. Eu entendi que foi uma armadilha do Zé Dirceu para mim. Recrudesceu o noticiário, e eu vi claramente a mão do governo.

- **Viu onde e como?**

- Nas matérias que saíram na revista Época e no O Globo no fim de semana seguinte. Violentamente contra mim e contra o PTB. Eu falei: "Eu errei, eu me enfraqueci ao retirar a assinatura da CPI, e o Zé Dirceu armou essa arapuca pra mim". (...) Eu vejo nitidamente o dedo desse segmento, Zé Dirceu, Genoino e Delúbio, para colocar esse cadáver podre no colo do PTB.

A Folha de S.Paulo publica o editorial "Adeus às ilusões". O jornal afirma:

"A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se revelando um dos maiores estelionatos eleitorais da história democrática do País. Todas as bandeiras que um dia caracterizaram o Partido dos Trabalhadores foram conspurcadas. Até mesmo o que se afigurava como o último baluarte petista, uma relação diferenciada com a ética e a coisa pública, se reveste de tons de 'bravata', para utilizar um termo empregado pelo próprio presidente da República ao negar propostas antes defendidas pelo seu partido."

Em outro trecho, o editorial aponta:

"Em termos sociológicos, a ausência de um projeto ajuda a explicar a crise da legenda. Sem uma utopia à qual aspirar, o poder pelo poder transformou-se em razão de existência. Muitos de seus expoentes mostraram-se deslumbrados com as mordomias, benesses e oportunidades de ascensão social oferecidas pela nova situação."

O jornal conclui:

"Galgado ao comando do País, o partido enredou-se na trama do fisiologismo e da corrupção. Suas virtudes transmutaram-se em vícios. O despreparo, a ambição e o oportunismo derrotaram a esperança."

31

13/6/2005 O ministro José Dirceu (PT-SP) faz saber, por meio de sua assessoria de imprensa, que "minha relação com o presidente é excelente". E manda o recado, pelos jornais:

- Não faço nada que não seja de comum acordo e determinado por ele.

Na declaração, todo o veneno e a ameaça implícita. José Dirceu seria capaz de vir a público e contar a verdade? Fica claro que não aceitaria ser exonerado por Lula. Ao mesmo tempo, a denúncia, gravíssima: se José Dirceu foi o grande operador, o cérebro do esquema de suborno de parlamentares para que apoiassem o Governo Federal e tudo era em "comum acordo e determinado" pelo presidente da República, não restavam dúvidas: Lula era o chefe da corrupção e deveria responder pelo esquema delituoso.

É importante ressaltar que José Dirceu faz as afirmações por intermédio de seus auxiliares. Isso significa que as palavras usadas na declaração haviam sido pensadas e medidas antes da divulgação, o que só aumenta a gravidade delas. Não foi um desabafo, portanto. Nem algo falado sem querer, que escapou, no calor de uma situação indesejada, sob pressão de repórteres experientes. Tampouco foram palavras pinçadas de uma entrevista, para propositadamente prejudicá-lo. Nada disso. Dirceu manda dizer, ainda:

- Sou um soldado do partido e do governo.

Talvez em nenhum outro momento da crise Lula tenha ficado tão exposto. Afinal, o todo-poderoso ministro-chefe da Casa Civil, braço direito do presidente da República, acusado de comandar o esquema de corrupção, diz, com todas as letras, que fez o "determinado por ele", Lula.

Mais uma justificativa para abrir um processo de *impeachment* contra o presidente. Processo nunca aberto, afinal.

O presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), vai à forra. Depois de acusado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) de envolvimento no escândalo do mensalão, dispara contra o oponente. Para Valdemar Costa Neto, Jefferson quer "tomar dinheiro" de alguém. Diz duvidar da doação de R$ 4 milhões do PT ao PTB, em 2004. Motivo: o PTB está "cheio de cargos no governo", e "ajudando um monte de empresários". Palavras do presidente do PL:

- Como é que vai dar dinheiro em campanha para um cara que tem milhares de cargos? Há diversos empresários que atuam nessas empresas que podem fazer doações para o partido. Qual é a justificativa para dar um mundo de cargos e, depois, dar dinheiro para eleição? Isso não bate.

Claríssimo! Os cargos no governo servem para fazer dinheiro: existem acordos para que empresários entreguem somas de recursos a agentes políticos responsáveis por sua contratação, e a funcionários públicos que, em conluio, fazem as medições dos serviços e bens comprados pelo governo. Ou seja: tudo poderia custar menos. E quem paga a conta? O público. É dinheiro do povo.

Voltemos ao ataque de Valdemar Costa Neto contra Roberto Jefferson:

- Como não bate ele reclamar do mensalão. Um camarada que extorque empresas abrirá mão de mesada? Vai querer em dobro. Vai dizer: "Tô bravo porque tem mesada?" Ele falava aquilo para conseguir mais cargo. Foi com essa história de mensalão para conseguir mais espaço.

Para Valdemar Costa Neto, não tem lógica uma estratégia para fornecer mesadas a dezenas de deputados:

- Quem vai administrar um negócio desse? Você tem um problema em casa, com a mulher, um assessor... O pessoal deda.

Ele próprio, Valdemar Costa Neto, será denunciado pela ex-mulher. A história vem adiante.

A deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) confirma ter recebido oferta em dinheiro para mudar de partido e fazer parte da base aliada do governo. Recusa-se, porém, a dar detalhes do episódio:

- A verdade me obriga a dizer que sim, eu fui convidada a mudar de partido. Agora, a responsabilidade me obriga a parar por aqui. Porque não posso provar. Vai ser a palavra de uma pessoa contra a palavra da pessoa que me fez o convite.

O diretor de Administração e Finanças da Embratur, Emerson Palmieri, pede exoneração do cargo. Ele foi citado por Roberto Jefferson como tesoureiro informal do PTB. Teria a função de receber pagamentos do PT ao PTB.

O funcionário dos Correios Maurício Marinho admite ao Ministério Público Federal ter feito contatos com mais de 300 fornecedores e prestadores de serviços. Todos interessados em assinar contratos com os Correios. A notícia ganha destaque nos jornais. Ele confessou que o genro de Roberto Jefferson, Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, intermediou o acesso de empresários à estatal federal. Trecho do depoimento:

"Marcus Vinícius foi muitas vezes na ECT. Marcus Vinícius pedia ao depoente que atendesse determinados fornecedores, entre os quais César de tal (fornecedor de copiadoras) e Cristiano Brandão ou outra pessoa (área de tecnologia). Que não consegue se recordar de outras pessoas, mas pode informar que Marcus Vinícius o apresentou a outros fornecedores mais de duas vezes."

32

14/6/2005 O Brasil pára a fim de ver e ouvir o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A sessão dura quase sete horas, entre a fase de depoimento e os debates. Provoca um terremoto político. Repleto de acusações, declarações contundentes e ironias, o depoimento de Jefferson reafirma denúncias feitas à Folha de S.Paulo. A confissão e o testemunho do deputado comprometem o governo Lula. Sobre o mensalão:

- Desde agosto de 2003 é voz corrente em cada canto desta Casa, em cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro, que o 'seu' Delúbio, com conhecimento do 'seu' José Genoino, sim, tendo como pombo-correio o 'seu' Marcos Valério, um carequinha, que é publicitário lá em Minas, repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão.

Jefferson refere-se ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares:

- Atendi na minha casa, no princípio de 2004, janeiro, fevereiro... O Delúbio foi simpático. Fumou um charuto. Simples, um homem simples, mas cumprindo uma missão. Cheio de melindres e de tato para falar comigo. Com aquele jeitão dele de goiano do interior, disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha que pudesse haver, foi a expressão que ele usou, e que faria alguns repasses para o PTB.

- Com o Zé Dirceu eu falei sobre esse assunto uma meia dúzia de vezes. Não é, Zé Dirceu? Não é? Ao Genoino, o presidente do partido, falei uma meia dúzia de vezes.

- Disse isso ao ministro Palocci. Ele nega. Mas, Palocci, com todo o respeito, disse isso a vossa excelência, olhando dentro dos seus olhos.

Agora, Jefferson mira outros deputados, envolvidos com corrupção:

- Será que eu estou falando em um convento de virgens? Será que só eu ouvi falar em mensalão? Eu apenas destampei a panela, deputado.

- Tem muita gente do PP que está acima disso, tem muita gente do PL que está acima disso. Mas deputado Valdemar Costa Neto, deputado José Janene, Pedro Corrêa, Sandro Mabel, Bispo Rodrigues, Pedro Henry. Me perdoem, de coração, não posso ser cúmplice de vocês.

Para Valdemar Costa Neto (PL-SP), que o acusara de mentiroso:

- Eu afirmo que o senhor recebe repasses.

Dirigindo-se novamente a Valdemar, que é o presidente nacional do PL:

- Diga os nomes dos seus que recebem o mensalão. Vossa excelência recebe e reparte.

Roberto Jefferson aponta que o dinheiro, "no início, era para transferência de partido. Depois, foi para votação". E mais:

- Um dia, pedi a um companheiro: (...) Avisa ao Pedro Henry que, se ele tomar os dois deputados do PTB que está tentando com aquela mala de dinheiro, vou para a tribuna e conto a história do mensalão. Aí, refluiu, mas o mensalão não parou.

Sobre a saída do deputado Luiz Piauhylino (PDT-PE) do PTB:

- O motivo não é nobre, não é justo, foi por dinheiro.

- Provas não tenho, mas tenho provação. Provação vivi, porque além de eles receberem a mesada, ainda ficavam tentando os nossos deputados: "Vem para cá, seu otário. Olha, está na mala. Vocês não tem. Aqui tem".

Jefferson dá novos detalhes do acordo PT/PTB:

- Em maio do ano passado, conversamos eu, o tesoureiro do meu partido, Emerson Palmieri, o doutor Delúbio, o presidente José Genoino e o Marcelo Sereno. Lá no prédio da Varig, onde fui várias vezes, e os senhores podem buscar informação na portaria, porque lá a gente tem que se identificar. Pedi ao presidente do PT, ex-deputado Genoino, um apoio para a campanha do meu partido. "Sem problema. Você me dá um planejamento de custo das campanhas do PTB". Fizemos. Voltamos. Nos reunimos de novo com os três e eles aprovaram R$ 20 milhões para o financiamento das campanhas do PTB em todo o Brasil.

- Eles cumpriram a primeira parte do acordo, em princípios de julho, com R$ 4 milhões. O dinheiro foi levado para o partido (...) pelo senhor Marcos Valério. Foi quando estive com ele pela primeira vez. É carequinha, falante e fala em dinheiro como se fosse assim uma coisa que caísse do céu. Primeiro foram R$ 2,2 milhões. Em duas malas enormes, notas de R$ 50 e R$ 100, etiquetadas por Banco Rural e Banco do Brasil. E três dias depois, (...) ele volta com R$ 1,8 milhão. Notas de R$ 50 e R$ 100, Banco Rural e Banco do Brasil e a promessa de outras quatro parcelas iguais. Perguntei ao Genoino: "Como é que a gente vai fazer para justificar esse dinheiro?" Ele falou: "No final a gente faz a entrada, via partido, e a saída, conta-contribuição". Perfeito. Mas até hoje essas notas não chegaram. Isso gerou uma crise brutal no meu partido...

- Voltei ao Zé Dirceu, uma, duas, dez vezes, e disse: "Zé, está esgarçando, estou perdendo autoridade". Ele falou: "Roberto, a Polícia Federal é meio tucana. Meteu em cana 62 doleiros, agora, na véspera da eleição. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil".

Jefferson usa o depoimento para mandar recado a José Dirceu. Ou, melhor: o recado é para Lula mesmo.

- Eu percebi que o governo quis botar um cadáver podre, que atinge o senhor Delúbio Soares, que atinge o senhor Silvio Pereira, que atinge o senhor Zé Dirceu... Estão dizendo que eu sou réu... Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula. Rápido, saia daí rápido, Zé, para você não fazer mal a um homem bom, correto e de quem tenho orgulho de ter apertado a mão.

A origem do dinheiro da corrupção:

- Tem de perguntar isso ao Genoino e ao Delúbio, mas pelo que ouvi da conversa do Marcos Valério, quando ele foi levar os recursos ao PTB na eleição, ele faz via agência de publicidade, na relação de contratos que tem com algumas empresas do governo.

Sobre o financiamento de campanhas eleitorais, feito com dinheiro de empresas:

- Nenhum partido aqui recebe ajuda na eleição que não seja assim. Nenhum. Tenho a coragem de dizer de público aqui. Não aluguei meu partido, não fiz dele um exército de mercenário, nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel. Aqui todos sabem de onde vem, só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. Estou assumindo isso aqui e faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson. O dinheiro vem dos empresários que, na maioria das vezes, mantêm relação com as empresas públicas. É assim e sempre foi.

Jefferson toca no problema dos Correios, na acusação de que participou de esquema de corrupção:

- Não consegui compreender ainda por que o zeloso Ministério Público, a zelosa Polícia Federal, a zelosa Corregedoria da União não investigaram a Diretoria de Informática... E 60% do depoimento do senhor Maurício Marinho apontam lá para a diretoria do 'seu' Silvinho Pereira, secretário-geral do PT.

- Não entendi por que não pesquisaram a Novadata ainda. Não sei por que correm atrás de um óbolo de R$ 3 mil, quando os contratos que desfalcam os Correios são de bilhões. Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público, a ciosa Polícia Federal e a ciosa Corregedoria da República ainda não investigaram o correio aéreo noturno, do 'seu' Silvinho Pereira, onde as contas de superfaturamento nos primeiros anos da atual gestão chegam a superfaturamento de 300%.

- A Skymaster? Eu nunca tinha ouvido falar. Sei agora, porque gente boa dos Correios está começando a me dar essas informações. E a Novadata? Naquela época não sabia nada, mas gente boa dos Correios começa a me dar agora essas informações. Assim como gente boa começa a me dar informações, deputado Valdemar Costa Neto, das licitações da Valec, do ex-deputado Juquinha, do PL. Como gente

boa começa a me dar o que está acontecendo no Dnit, lá do PL. Coisas que, se Deus quiser, a CPI vai conhecer.

A revista Isto É Dinheiro publica duas entrevistas com Fernanda Karina Ramos Somaggio, ex-secretária do empresário Marcos Valério, dono das agências de publicidade DNA Propaganda e SMPG Comunicação. Fernanda Karina acusa Marcos Valério de envolvimento com o esquema de compra de deputados. Conta que havia encontros frequentes de Marcos Valério com dirigentes do PT. Cita Delúbio Soares, Silvio Pereira e reuniões em hotéis de São Paulo e Brasília.

- **Em que hotéis?**

- O Blue Trees, em Brasília, o L'Hotel, em São Paulo, o Sofitel, também em São Paulo.

A secretária testemunhou saídas de dinheiro:

- Com certeza. O Marcos Valério ficava o tempo todo com o Delúbio Soares. Era o Marcos quem pegava o negócio e levava de um lugar para o outro.

- **Onde o dinheiro era retirado?**

- Era sempre no Banco Rural. E era coisa grande. Algumas vezes pouco, R$ 50 mil, R$ 30 mil. Às vezes muito, mas muito mais.

Para ela, Delúbio Soares era o mais próximo de Marcos Valério no esquema:

- Depois, o Delúbio abriu as portas e aí tinha o José Dirceu, o Silvio Pereira.

- **Como era o contato com o ministro José Dirceu?**

- Havia ligações. A gente ligava e pedia para a menina do Delúbio colocar ele em contato com o Marcos Valério.

- **Então o Valério tinha uma comunicação direta com o Dirceu?**

- Sim.

- **A senhora relata também que o irmão do ex-ministro Anderson Adauto teria recebido dinheiro da agência. Isso aconteceu no Ministério?**

- Não. O irmão dele foi lá na agência, pegou uma mala de dinheiro e foi embora.

A ex-secretária conta que Marcos Valério mantinha contato com os deputados José Mentor (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP). Marcos Valério pagou passagens aéreas para Silvana Jupiassu, assessora de João Paulo Cunha. A filha de Silvana Jupiassu também ganhou bilhetes aéreos.

- Isso porque ela facilitava o contato com o João Paulo.

Em outra parte da entrevista, Fernanda Karina envolve outra funcionária de confiança de Marcos Valério nas operações de saques de dinheiro:

- Eram pedidos frequentes. Era tudo feito pela Simone Vasconcelos. Era ela quem ia de vez em quando para Brasília pagar.

Fernanda Karina fala das atividades de Marcos Valério:

- Ele faz intermediação de negócios. Por exemplo: a SMPB tem a conta do Banco do Brasil na parte de esportes através da Multi Action, uma das empresas do grupo. E é tudo negociata. Eu sei que eles passam dinheiro para o pessoal do governo.

- **Como isso é feito?**

- O Marcos Valério manda e tem um pessoal do Departamento Financeiro que faz isso.

- **E como a senhora tinha conhecimento?**

- Ele era meu chefe. Eu estava sempre com ele. Todo mundo sabe que tem mutreta no fato de a empresa ter um bom dinheiro no Banco do Brasil.

- **Haveria pagamento de propinas a gente do governo?**

- Eu já vi sair muito dinheiro de lá.

- **Em que situações?**

- Vi sair R$ 100 mil em dinheiro para o irmão do Anderson Adauto, no fim de 2003, quando ele era ministro dos Transportes.

- **E para o pessoal do Banco do Brasil?**

- O Marcos Valério dá muitas festas para eles, muitos paparicos, muitos mimos.

- **Ele oferece viagens de jatinho para eles?**

- Não, o Marcos usa o jato do Banco Rural, eventualmente. O Delúbio Soares também anda no jato do Banco Rural.

Em outro trecho, o repórter Leonardo Attuch indaga se Marcos Valério fez pagamentos para obter contas publicitárias do governo. Diz Fernanda Karina:

- Com certeza. Quando você entra numa concorrência, a gente já sabe quem vai ganhar e quem não vai. Eles fazem a licitação pública, mas é um jogo de cartas marcadas. Tem quem vai pegar a melhor parte da conta, a pior parte da conta.

- **A senhora viu?**

- Olha, para o Banco do Brasil, o Marcos dava festas. Festas para a alta cúpula e para a área de marketing.

A revista Isto É Dinheiro pergunta como os pagamentos eram feitos:

- Tinha duas pessoas da área financeira, a Simone Vasconcelos, e uma assistente, a Geysa, que cuidavam de tudo.

- **A senhora tem noção de quanto?**

- Já vi o *boy* sair com motorista para tirar R$ 1 milhão do Banco Rural. Era para depois dividir o dinheiro, entendeu?

A Folha de S.Paulo divulga o relatório "Agências & Anunciantes", do jornal Meio & Mensagem. Traz informações sobre o faturamento da agência DNA Propaganda, de Marcos Valério. É o que mais cresceu em 2004, com um aumento superior a 200%. Dos R$ 23,2 milhões de faturamento registrados em 2003, o valor subiu para R$ 70,5 milhões. A agência atende as contas do Banco do Brasil, Eletronorte e Ministério do Trabalho.

Já a SMPB, outra agência de Marcos Valério, cuida da conta dos Correios. Teve faturamento de R$ 39,9 milhões em 2004, sendo R$ 29,6 milhões apenas com os Correios. Além de atender o Banco Rural, a SMPB foi contratada pelo Ministério dos Esportes e pela Câmara dos Deputados, na gestão do presidente João Paulo Cunha (PT-SP).

Ex-tesoureiro nacional e secretário-geral do PP, Benedito Domingos afirma aos jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo que tomou conhecimento de um esquema de pagamento de mensalões a parlamentares do PP. A distribuição de dinheiro era feita no apartamento do deputado José Janene (PP-PR), localizado em edifício da Asa Sul, em Brasília.

- Você sabe que as pessoas tinham, mas não sabia de onde vinha.

Benedito Domingos conversa com o repórter Expedito Filho, de O Estado de S. Paulo. Diz que o mensalão era conhecido como "apoio financeiro", e entendido como uma espécie de caixa 2:

- O zunzunzum era muito forte. Um grupo sempre frequentou a casa do Janene. Sempre houve uma grande movimentação. A casa do Janene era chamada de pensão.

33

15/6/2005 O governo conquista o comando da CPI dos Correios. Nomeia dois aliados para os cargos principais da comissão: o presidente será o senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Osmar Serraglio tinha boas ligações com José Dirceu. Apoiara a candidatura do filho do ministro, José Carlos Becker (PT), a prefeito da cidade de Cruzeiro do Oeste (PR).

Delcídio Amaral e Osmar Serraglio acenam com investigações restritas aos Correios, deixando de fora denúncias acerca do mensalão. Na véspera, parlamentares de cinco partidos entregaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pedido para a criação da CPI do Mensalão. O requerimento continha assinaturas de 255 deputados e 41 senadores.

Os jornais destacam que durante os trabalhos da CPI do Banestado, no início do governo Lula, o relator e deputado José Mentor (PT-SP) apresentou sete requerimentos relacionados ao Banco Rural, determinou a quebra de sigilo bancário da instituição, solicitou cópia de inquérito policial sobre investigações de empresas do banco no exterior, ouviu diretores e convocou a presidente da instituição para depor. No final do processo, não concluiu nenhuma investigação relativa ao Rural.

Outra notícia: o Banco Rural foi condenado a pagar multa de US$ 5,9 milhões por ilegalidades cometidas no mercado de câmbio, na década de 80. O Rural teria permitido remessas de dinheiro ao exterior, com a falsificação dos nomes dos verdadeiros remetentes.

34

16/6/2005 Demite-se do cargo o ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). Considerado a face do PT no governo, era o mais poderoso auxiliar de Lula. Perdeu força em fevereiro de 2004, em consequência do escândalo Waldomiro Diniz. Com as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ficou sem condições de permanecer no governo. Sai contrariado. Volta à Câmara dos Deputados para exercer mandato por São Paulo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), dos mais respeitáveis parlamentares do Congresso Nacional, defende investigação para apurar se Lula sabia do mensalão. Quer saber se o presidente da República agiu para investigar o esquema e punir eventuais responsáveis. Jefferson Péres está convicto: Lula "foi conivente, prevaricou":

- Não acho que o presidente Lula seja capaz de um ato desonesto, no sentido de enriquecer ilicitamente. Agora, que ele sabia, com certeza sabia.

Para o senador, "ninguém, só quem acredita em Papai Noel, pode imaginar que José Dirceu com o senhor Delúbio, amigos, companheiros de partido, que há muitos anos acompanham o presidente da República, tenham feito tudo isso com o seu desconhecimento. E ficou comprovado, ou há fortes indícios de que ele sabia".

Jefferson Péres admite que um eventual processo de *impeachment* "pode levar o País a uma instabilidade muito grande". Entende, contudo, que a situação justifica uma investigação sobre o presidente:

- Se ficar evidenciado que o presidente realmente sabia e não tomou providências, não podemos, em nome da estabilidade, fingir que não sabemos e ficar de braços cruzados, senão nós é que estaremos prevaricando também.

O senador amazonense explica que responsabilizar alguém por corrupção não exige farta documentação para servir de prova. Diz Jefferson Péres:

- Provas são provas. Há provas documentais, técnicas, periciais e testemunhais. Se a testemunha for idônea, se o seu depoimento for convincente, a testemunha vale também, é uma prova.

Cerco ao ministro Luiz Gushiken (PT-SP). Ele comanda a Secom, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e é um dos auxiliares mais próximos de Lula. A Folha de S.Paulo publica que a mulher de Marco Antônio da Silva, diretor de eventos da Secom, trabalha para a empresa Multi Action, ligada a Marcos Valério.

A publicitária Telma dos Reis Menezes Silva ocupa posto estratégico de representante da Multi Action, uma realizadora de eventos. Ela mantém contatos com órgãos públicos em nome da empresa de Valério. O detalhe: cabe à Secom opinar e determinar o conteúdo de editais de licitação que definem contratações na área de comunicação do Governo Federal. É a Secom de Gushiken que controla a publicidade e os patrocínios oficiais do governo.

Marco Antônio da Silva nega qualquer irregularidade. Afirma que não tem envolvimento com o trabalho da mulher. A Folha pergunta-lhe para quem Telma dos Reis Menezes Silva trabalha. O marido:

- Não sei. Deve trabalhar para vários eventos.

- **Sua mulher nunca lhe disse para quem trabalha?**

- Eu evito. Minha mulher não é política, não é militante, não é filiada.

- **Como ela conheceu Marcos Valério?**

- Não sei.

- **O ministro sabe dessa situação?**

- Acho que não. É uma questão de foro pessoal. Eu relativizei de forma primária, por ela já ser do mercado. Ela é uma pessoa ingênua em relação a essas coisas. Problemas políticos daqui eu não comento em casa.

35

17/6/2005 O Campo Majoritário, maior segmento interno do PT, liderado pelo deputado José Dirceu (PT-SP), decide manter nos quadros do partido o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário-geral, Silvio Pereira. De acordo com Delúbio Soares, as acusações contra ele são falsas. Ele avisa que não deixará o cargo, pois "seria uma confissão de culpa":

- Agi dentro das regras da política.

Manifestação de Silvio Pereira:

- O que eu fiz foi decisão partidária. Se eu sair, vai ter de sair todo o mundo.

Em reunião do PT, o presidente do partido, José Genoino, recusa-se a pôr em discussão o afastamento dos dois dirigentes. Para ele, as acusações são inconsistentes:

- Não será sequer objeto de avaliação. Será adotado o melhor para o partido.

36

18/6/2205 A revista Época traz a manchete de capa "Homem da Mala". A reportagem, de Diego Escosteguy, traça um perfil de João Cláudio Genu, chefe de gabinete do líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR). João Cláudio Genu é apontado como braço direito de José Janene, e "principal executivo na operação do mensalão". Época registra:

"O partido de Janene teria um esquema de arrecadação muito semelhante ao do PTB de Jefferson. Apadrinhados bem posicionados em estatais garantem a arrecadação. O PP instalou diretores na Petrobras, em Furnas, no Instituto de Resseguros do Brasil e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O dinheiro chega a Brasília trazido por emissários ou pelo próprio Genu. Depois, é distribuído. Segundo relato de um parlamentar, vem em envelopes."

A revista aponta que, após aderir ao governo Lula, o PP engordou a bancada do partido. Passou de pouco mais de 20 para 56 parlamentares. E informa que os mensalões, no PP, variavam de deputado para deputado:

"Os valores variam de R$ 5 mil a R$ 30 mil, a depender da importância do político recompensado. O local de entrega varia. Às vezes é o apartamento do próprio Janene, apelidado de 'a pensão' dentro da bancada do PP. Outras, a própria sala da liderança. Em alguns casos, a casa que Genu mantém para

festas no bairro Park Way, em Brasília. O chefe de gabinete de Janene é apontado como responsável pela logística da operação. O mensalão vinha sendo usado para atrair novos deputados e para garantir que alguns deles seguissem fielmente as orientações do partido."

Sobre o patrimônio de João Cláudio Genu, cujo salário é de R$ 5.720:

"O assessor é dono de um apartamento de luxo, uma casa no setor de mansões de Brasília e cinco carros, dois deles importados. Numa avaliação pessimista, nos últimos cinco anos, amealhou entre R$ 1,5 milhão e R$ 2 milhões. Metade disso só no governo atual. Na declaração que entregou ao Imposto de Renda no início do ano, declarou ter ganho menos de R$ 80 mil em 2004. Pelo recolhimento de CPMF, a Receita descobriu que passaram por suas contas bancárias R$ 680 mil no mesmo período."

A revista Isto É também destaca o deputado José Janene (PP-PR), chefe de João Cláudio Genu. O relato dos repórteres Amaury Ribeiro Jr. e Luiz Cláudio Cunha é demolidor:

"Curiosamente, nos dois primeiros anos do governo Lula, que coincidem com a ideia milagrosa do mensalão denunciado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson, Janene desencravou da miséria. Documentos obtidos por Isto É em cartórios, órgãos oficiais e sindicatos rurais do Paraná mostram que Janene e sua mulher, Stael Fernanda, viraram proprietários em 2003 e 2004 de uma dezena de fazendas, imóveis e uma frota de carros importados avaliados em cerca de R$ 7 milhões. O casal amealhou tudo isso ganhando, junto, R$ 200 mil anuais, média mensal de R$ 16,5 mil – pouco mais que meio mensalão. Nesta fantástica engenharia financeira não estão incluídas outras joias de seu patrimônio: rebanhos de gado e ovinos, safras de soja e a mansão de R$ 2 milhões, ainda em construção, encravada no Royal Golf, um elegante condomínio fechado na zona mais elegante de Londrina, onde é vizinho, entre outras personalidades endinheiradas, do locutor global Galvão Bueno."

O jornal O Estado de S. Paulo entrevistou o ex-assessor parlamentar, ex-coordenador de campanha e sobrinho do deputado José Janene (PP-PR), Aristides Barion Júnior. Ele ataca o tio. Diz não se surpreender com denúncias que apontam José Janene como operador do esquema do mensalão:

- Surpreso, eu? Claro que não. O Zé é terrível, você não conhece ele. Quando o Zé vê que o cara é menor, ele esmaga. Se vê que não pode com o cara, tenta fazer um acordo. O Zé é o número um do mensalão, não tenho dúvida.

Aristides Barion Júnior conta ao repórter Fausto Macedo que José Janene lhe deve US$ 1 milhão, dinheiro que foi emprestado para a campanha eleitoral de 1994. Afirma que o tio ficou rico depois de entrar para a política:

- O Zé mora em um apartamento que vale mais de R$ 1 milhão, tem fazenda, carros importados, tem avião, tem dois apartamentos na praia, mas é tudo em nome de terceiros.

José Janene é réu em sete ações civis na Justiça do Paraná. Tem acusação por suposto ato de improbidade administrativa, desvio de verbas públicas na Prefeitura de Londrina (PR) e enriquecimento ilícito. O sobrinho conta como José Janene age nas campanhas eleitorais:

- Aí você tira suas conclusões. As campanhas são ostensivas, ele gasta uma fortuna. Na última eleição, não tinha uma esquina em Londrina que não tinha duas ou três pessoas dele com bandeiras. É muito dinheiro. Ele trabalha em cidadezinha pequena. Vai lá, acerta com o prefeito e com os vereadores, 60, 80 cidades pequenas. Aí faz votos, manda bala sem dó nem piedade.

As agências de publicidade de Marcos Valério são mais uma vez notícia de jornal. A Folha de S.Paulo traz reportagem informando que a Polícia Civil de Minas Gerais investiga a DNA e a SMPB por compra de notas fiscais frias. O inquérito policial traz 23 notas falsas, mas suspeita-se de número ainda maior.

Do repórter Mario Cesar Carvalho: "O uso de notas frias por agências de publicidade que trabalham para o governo é um método clássico para desviar dinheiro. Imagine que a agência X contratou 10 figurantes para um comercial. Na nota fiscal, os 10 podem virar 100 e a diferença em dinheiro vai para partidos ou políticos".

A reportagem informa que Valério já foi condenado a dois anos e 11 meses de reclusão porque suas agências sonegaram contribuições previdenciárias. Segundo a sentença, a DNA "deixou de recolher contribuições sociais devidas valendo-se de expedientes escusos diversos, sobretudo omitindo, de seus registros contábeis, fatos geradores daqueles tributos".

O jornal explica: "A agência não lançava na folha os valores pagos a empregados a título de remuneração e também fazia pagamentos a empregados da empresa como se fossem trabalhadores autônomos. A escrituração de pagamentos de salários em 'contabilidade paralela' foi comprovada com a apreensão de um documento que descreve os 'procedimentos adotados para efetuarmos pagamentos de salários aos funcionários que recebem seus vencimentos através do caixa (2)'".

Mais uma das agências de publicidade de Marcos Valério: contratos assinados no governo Lula permitiram faturamento de R$ 150 milhões. O contrato da agência SMPB com a Câmara dos Deputados, na gestão do ex-presidente João Paulo Cunha (PT-SP), talvez seja o mais curioso. Com três aditivos, o valor subiu de R$ 9 milhões para R$ 21,8 milhões.

Em 2004 Marcos Valério criou a Estratégia Marketing e Promoção, para cuidar de campanhas eleitorais. A empresa foi contratada para a campanha de um aliado de João Paulo Cunha, que disputava a Prefeitura de Osasco (SP). Campanha vitoriosa, Emídio de Souza (PT) foi eleito. O passo seguinte: a SMPB disputa licitação para ganhar a conta de publicidade da Prefeitura.

37

19/6/2005 O programa Fantástico, da TV Globo, entrevista a publicitária Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP). Ela descreve conversas que ouviu do ex-marido, segundo as quais o governo de Taiwan fez uma contribuição ilegal para a campanha de Lula, em 2002. A transação teria sido intermediada por Valdemar Costa Neto e o tesoureiro Delúbio Soares. Diz Maria Christina:

- Essa doação foi entregue para o Delúbio, foi administrada para o Delúbio. Eu não tenho prova de que o PT sabia disso, porém ele representava o acesso ao PT.

Da doação, em dinheiro, no valor de US$ 2 milhões, Valdemar Costa Neto, segundo a ex-mulher, ficou com 20%. Ou seja, US$ 400 mil. Ela comenta a amizade entre Valdemar Costa Neto e Delúbio Soares:

- O integrante do PT que tinha uma relação profundamente estreita, que era o único que estava o tempo inteiro com ele, que estava envolvido com todas as coisas que ele fazia, se chama Delúbio.

Maria Christina Mendes Caldeira acusa Valdemar Costa Neto de comprar, com R$ 30 mil desviados do PL, móveis, esculturas e objetos decorativos para a casa em que os dois moravam, em Brasília. O deputado teria adquirido também dois cofres de aço para a residência.

38

20/6/2005 O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) concede entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Reafirma a existência de esquema de corrupção no governo Lula. Cita três lideranças do PT na organização das operações de suborno: José Genoino, Delúbio Soares e Silvio Pereira. Acrescenta: "A última palavra era sempre do Zé Dirceu". Roberto Jefferson define o ex-ministro como "uma espécie de presidente do PT":

- Tudo que era fechado no PT tinha que ser homologado lá na Casa Civil.

Jefferson sugere o afastamento dos três dirigentes dos quadros do PT.

- É melhor que eles saiam para salvar a imagem do PT e melhorar a imagem do governo.

Em outro momento da entrevista, Roberto Jefferson acusa o esquema de distribuição de dinheiro para deputados da base aliada do governo Lula. Envolve, com ironia, o deputado João Pizzolatti (PP-SC):

- Era feito no café da manhã. O deputado subia e descia com um pacotinho. Conhecido no início dos anos 90 como um dos líderes da "tropa de choque" do governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), Roberto Jefferson opina que o nível de corrupção no governo Lula é ainda maior do que aquele que levou ao *impeachment* de Fernando Collor. Para o deputado, o esquema montado naquela época por PC Farias, o tesoureiro de Collor, "era menor, malfeito, às claras, com o rabo de fora".

Roberto Jefferson volta a falar dos R$ 4 milhões que diz terem sido repassados pelo PT ao PTB. Refere-se ao tesoureiro informal do PTB, acionado por ele assim que o dinheiro chegou. Diz o deputado:

- Eu pedi ao Emerson Palmieri que guardasse o dinheiro no cofre de um armário de aço, grande.

39

21/6//2005 Depois de prestar depoimento à Polícia Federal e negar o teor da entrevista que dera à revista Isto É Senhor com acusações ao empresário Marcos Valério e a integrantes do PT e do governo Lula, a secretária Fernanda Karina Ramos Somaggio concede nova entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo. Explica que recuara das primeiras declarações por medo. Um advogado orientou-a melhor, e agora ela confirma as denúncias:

- Estava com muito medo porque na terça-feira, depois que saí do meu trabalho, na rua por onde passo, veio uma pessoa, um motoqueiro, e parou a moto ao lado do meu carro, fechou meu carro. E disse que, se falasse qualquer coisa, eu colocaria a vida da minha filha e do meu marido em risco.

A secretária Fernanda Karina volta a pôr o dedo na ferida. Diz que Marcos Valério costumava manter contato com o tesoureiro Delúbio Soares, "todos os dias". Ela menciona as reuniões "com o pessoal do PT", após Marcos Valério efetuar saques de grandes quantias em dinheiro:

- Quando ele saía para as reuniões, antes de sair, passava no andar de baixo, no Departamento Financeiro, e saía com a mala.

O repórter Ismar Madeira indaga sobre o destino do dinheiro:

- Eles nunca falaram nomes. Esses nomes eu desconheço. Eu sabia que o dinheiro ia para Brasília, e que eles distribuíam lá. Mas para quem, quando e onde, eles não falavam. Era entre eles.

Declaração de Fernanda Karina:

- Dinheiro eu sabia que tinha dentro de malas, mas nunca foi aberto o dinheiro. Mas sempre sabia. Eles tomavam muito cuidado com o dinheiro, claro.

Sobre o relacionamento entre Valério e o deputado José Dirceu (PT-SP):

- Sei que ele conversava muito com o 'seu' José Dirceu, o ministro. Apesar de o ministro ligar diretamente para o celular dele, eu liguei para o ministro uma vez. Mas ele sempre falava.

Sobre a relação de Valério com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP):

- Estreitas. Sempre que pedia para ligar, eu ligava, falava com a secretária dele em Brasília e ele retornava para o celular do senhor Marcos... As conversas não eram conversas abertas, né? Sempre conversavam por código.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) afirma ter ouvido conversas da deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) sobre uma oferta de dinheiro. A proposta teria sido encaminhada pelo líder do PL na Câmara, deputado Sandro Mabel (GO), para que Raquel Teixeira trocasse o PSDB pelo PL, a fim de fazer parte da base aliada do governo Lula. Do deputado Carlos Alberto Leréia:

- Não sei de valores. Só sei que ela recebeu uma oferta em dinheiro.

Em seu depoimento, Carlos Alberto Leréia confirma: o governador Marconi Perillo (PSDB) relatou o episódio de assédio à deputada tucana a Lula, durante um evento em Rio Verde (GO), no dia 4 de maio de 2004:

- Foi no carro do presidente, na presença do motorista e do ajudante de ordens de Lula.

Para registrar: a CPI dos Correios não convocou o motorista nem o ajudante de ordens para depor.

40

22/6/2005 O STF (Supremo Tribunal Federal) determina que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nomeie senadores para compor a CPI dos Bingos. Proposta no início de 2004, a CPI fora engavetada por decisão do então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que apoia o governo.

Além de apurar suspeitas de lavagem de dinheiro e a suposta ligação de casas de bingo com o crime organizado, a comissão de inquérito foi proposta com a finalidade de investigar atividades do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares do Ministério da Casa Civil, Waldomiro Diniz. Ele acabou afastado do governo Lula depois da divulgação de uma fita no início de 2004, na qual aparece pedindo propina ao empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o "Carlinhos Cachoeira". Quando a gravação foi feita, em 2002, Waldomiro Diniz era o presidente da Loterj (Loteria Estadual do Rio), na gestão da governadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) depõe no Conselho de Ética da Câmara. Afirma que recebeu proposta em dinheiro do deputado Sandro Mabel (PL-GO) para se transferir ao PL e apoiar o governo Lula. Da deputada:

- Sandro fez a seguinte colocação: "O PL quer se repaginar e ter uma cara nova. Temos que ter uma mulher, mas não qualquer mulher. Queremos uma mulher que faça a diferença". Confesso que me senti lisonjeada.

Segundo Raquel, Sandro Mabel fez vários elogios, dizendo que ela "viajaria pelo Brasil adequando a educação ao perfil do PL". Então, veio a oferta:

- Houve sim uma proposta de R$ 30 mil por mês, que poderia chegar a R$ 50 mil. Em dezembro, eu receberia mais R$ 1 milhão. Fiquei indignada. Não perguntei mais nada e a conversa acabou ali.

A deputada decidiu pedir conselho ao governador Marconi Perillo (PSDB). Ela não denunciou o caso por falta de provas:

- Era uma conversa sem testemunhas. Seria a minha palavra contra a dele. Qualquer pessoa sensata só fala o que pode provar.

A secretária Fernanda Karina Ramos Somaggio concede entrevista à imprensa. Acrescenta novos detalhes às atividades do empresário Marcos Valério. Fala do relacionamento do ex-chefe com integrantes do PT. É questionada sobre "malas de dinheiro" para políticos em Brasília:

- Os acertos para saques no Banco Rural eram feitos pela Gerência Financeira da SMPB e também por Marcos. Várias vezes, quando ele precisava de dinheiro, falava diretamente com a diretoria do banco.

Fernanda Karina menciona "*boys* e motoqueiros" que tinham a função de ir ao Banco Rural e ao Banco do Brasil buscar dinheiro:

- As pessoas do Departamento Financeiro falavam que na mala tinha dinheiro. Não falavam o valor.

Marcos Valério encarregava-se de transportar o dinheiro a Brasília:

- Era para político, porque Marcos sempre estava conversando com político.

Fernanda Karina reafirma: Marcos Valério e o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, voavam em avião do Banco Rural:

- O Banco Rural sempre disponibilizava o avião, para quando eles precisassem.

A secretária fornece detalhes sobre a licitação para a escolha da agência de publicidade que atenderia a conta dos Correios. Foi um período em que Marcos Valério manteve intenso contato com Delúbio Soares, Silvio Pereira, secretário-geral do PT, e outras "pessoas do PT em Brasília". As conversas eram incompreensíveis, sempre "codificadas":

- O que aconteceu foram vários telefonemas, várias viagens a Brasília durante o processo de licitação. As pessoas que iam às reuniões nunca eram faladas. Eu sempre soube que eram o Marcos, o Delúbio e o Silvio Pereira, algumas vezes. As reuniões eram sigilosas, fora da empresa, fora de Belo Horizonte.

A licitação dos Correios chamou a atenção da secretária Fernanda Karina. Antes da sua conclusão, todos os funcionários da SMPB já sabiam que a agência iria ganhar a conta publicitária da estatal federal:

- No final de 2003, houve uma festa preparada dois dias antes da divulgação do resultado da licitação, para os funcionários comemorarem a conquista da conta.

O TCU (Tribunal de Contas da União) aponta sobrepreço em dois contratos dos Correios com a empresa Skymaster Airlines, contratada para o serviço de postagem noturna. A Diretoria de Operações da estatal, responsável pelo negócio, estaria na área de influência do secretário-geral do PT, Silvio Pereira.

O contrato assinado em janeiro de 2004 previa gastos anuais de R$ 78 milhões. Num dos casos examinados, o TCU apurou acréscimo de 108% no valor contratado. O preço de um voo de R$ 213 mil, em dezembro de 2003, subiu para R$ 445 mil em 2004.

O TCU compara valores de duas linhas aéreas exploradas pela Varig, nos patamares de R$ 115,7 mil e R$ 27 mil. No caso dos Correios, os custos dos mesmos serviços subiram, sem justificativas, para R$ 229,2 mil e R$ 75 mil.

41

23/6/2005 A publicitária Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), conversa com a repórter Angélica Santa Cruz, do jornal O Estado de S. Paulo. Conta detalhes de como o deputado costumava pagar as despesas, sempre em dinheiro vivo, inclusive quando comprava bilhetes aéreos para viagens internacionais:

- Teve uma época em que comecei a reclamar muito e ele passou a usar eventualmente um cartão. Mas ele mantinha um cofrão em nossa casa que parecia um armário. Tenho as notas fiscais desse cofre. Quando nos separamos, saí denunciando a existência dele. E o Valdemar mandou uma empresa ir lá retirar o cofre.

Maria Christina insinua que houve a "compra" de um pequeno partido político, o PST (Partido Social Trabalhista). A adesão do PST ao PL teria sido obtida com dinheiro vindo de uma agência de publicidade. A agência, por sua vez, teria um contrato com uma empresa estatal. Maria Christina não acrescenta maiores detalhes:

- Tenho provas de que ele usa verbas do PL em despesas pessoais. Ele tem dois carros em Moji que estão em nome do partido. Tenho cópias de cheques que passei para empresas que mobiliaram nossa casa e que saíram em nome do partido.

42

24/6/2005 Levantamento feito pela revista Isto É escancara saques milionários de dinheiro vivo, em contas bancárias das agências de publicidade SMPB e DNA, de Marcos Valério. Só no período que vai de julho de 2003 a maio de 2005, R$ 20,9 milhões foram retirados do Banco Rural, em Belo Horizonte.

Os dados em poder do Ministério Público foram obtidos junto ao Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) e se referem a retiradas superiores a R$ 100 mil. O relatório registra os saques de R$ 16,5 milhões de contas da SMPB. Da DNA, outros R$ 4,4 milhões.

Houve 103 saques na boca do caixa, média de uma retirada por semana, sempre em valores acima de R$ 100 mil. As investigações identificaram que duas pessoas faziam os saques. Uma delas, Geyza Dias dos Santos, da SMPB, havia sido mencionada por Fernanda Karina Ramos Somaggio. Da Isto É:

"Em janeiro de 2004, por exemplo, foram retirados R$ 2,8 milhões. Em setembro do mesmo ano foi retirado R$ 1,3 milhão. Em 2003 se deram os maiores saques nas contas das duas empresas: R$ 11 milhões, no total. Apenas entre setembro e outubro foram feitos 20 saques na seguinte sequência: seis de R$ 250 mil, quatro de R$ 300 mil, três de R$ 100 mil, dois de R$ 200 mil, um de R$ 112 mil, um

de R$ 350 mil, um de R$ 500 mil (o maior deles, no dia 10 de outubro) e um último de R$ 385 mil. Em 2003, os saques somaram R$ 11 milhões. No ano passado, as retiradas chegaram a R$ 10 milhões."

Divulgado relatório da comissão de sindicância realizada no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Detalha operações suspeitas de irregularidades que envolvem o presidente da estatal, Lídio Duarte, indicado pelo PTB, e o diretor comercial, Luiz Eduardo Pereira de Lucena, da cota do PP no governo Lula.

O documento indica conluio entre os dois altos funcionários do IRB e executivos das estatais Furnas Centrais Elétricas, Eletrobrás e Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) para favorecer de forma ilegal três corretoras de seguro: a Assurê, de Henrique Brandão, amigo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), e as empresas Cooper Gay, uma multinacional inglesa, e Alexander Forbes, de origem sul-africana.

A comissão de sindicância recomenda a abertura de processo criminal por tráfico de influência e ação cível por improbidade administrativa contra os dois dirigentes do IRB. Eles concederam vantagens indevidas às corretoras.

O relatório implica em irregularidades os diretores do IRB Luiz Appolônio Neto, sobrinho do deputado Delfim Netto (PP-SP), e Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, que teria sido indicado para o cargo pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Edison Lobão (PFL-MA), que viria a ser nomeado ministro de Minas e Energia no segundo mandato de Lula, pelo PMDB.

As corretoras citadas tiveram crescimento vertiginoso, graças a contratos de colocação de resseguros no exterior. Para a comissão de sindicância, os despachos que beneficiaram as empresas eram "desprovidos de fundamentação". O relatório cita a empresa aérea TAM, cujo resseguro seria realizado pela corretora Alexander Forbes, indicada por Lídio Duarte e Luiz Eduardo Pereira de Lucena, apesar de não levar em conta recomendações da própria TAM. Os dois também teriam favorecido a Alexander Forbes em outra oportunidade, numa renovação de apólices do sistema Usiminas.

Outro problema: a despeito de parecer técnico contrário, Luiz Eduardo Pereira de Lucena teria favorecido a Cooper Gay na renovação de seguro da Petrobras, contando com um "de acordo" de Lídio Duarte. Em mais um contrato da Petrobras contrariando parecer técnico, Lídio Duarte teria operado de forma a favorecer a Cooper Gay ao contratar uma empresa. Para isso, escreveu um simples "a Cooper poderia ser testada neste tipo de negócio".

43

25/6/2005 A revista Veja entrevista Marcos Valério. Descreve que o empresário "tem passado os dias trancado com um batalhão de advogados e mergulhado em documentos e fitas de vídeo", com a finalidade de esmiuçar o depoimento de Roberto Jefferson (PTB-RJ) à Comissão de Ética da Câmara.

Veja questiona Marcos Valério sobre saques em dinheiro com valores e datas compatíveis às denúncias de Roberto Jefferson. Ele responde:

- Reconheço que já fiz vultosas movimentações financeiras no Banco Rural. Tenho fazendas, compro animais. Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque. Tenho 13 cavalos de raça.

- Quando e como o senhor conheceu Delúbio?

- Em meados de 2002. Fui levado ao PT pelas mãos do deputado federal Virgílio Guimarães, meu conterrâneo da cidade de Curvelo (MG). Aí eu pedi e ele me apresentou à maioria do pessoal do PT, inclusive o Delúbio.

- Como foi o processo de aproximação com os outros líderes do PT?

- Foi também pelo Virgílio. Foi ele quem me apresentou ao ministro José Dirceu e a João Paulo Cunha.

Marcos Valério fala da amizade com Delúbio Soares:

- Nunca neguei que sou muito, mas muito amigo mesmo do Delúbio. Eu sou do interior, bicho do mato. O Delúbio é goiano, bicho do mato também. Houve aquela afinidade.

A revista pergunta sobre as 13 vezes que Marcos Valério esteve na sede do PT em Brasília, em 2005. Resposta:

- Fui tomar cafezinho com meu amigo Delúbio. Discutíamos futilidades e um pouco de política.

Evasivo, o empresário admite ter ido aos gabinetes dos ministros da Saúde, Humberto Costa (PT-PE), e dos Transportes, Anderson Adauto (PL-MG), discutir política e campanhas eleitorais. Quantas vezes Marcos Valério esteve com o ministro José Dirceu (PT-SP)?

- No período em que foi ministro, três ou quatro vezes, no máximo. Por telefone, devo ter falado duas vezes, logo no início do governo. Nossos encontros foram por acaso.

- Segundo relato de empresários ouvidos por Veja, o senhor foi visto várias vezes no Palácio do Planalto, na ante-sala do gabinete do ministro José Dirceu.

- Fui mesmo várias vezes ao Palácio do Planalto. Estive lá para visitar uma conterrânea do Delúbio, chamada Sandra Cabral.

- Sandra Cabral é assessora-chefe da Casa Civil. Que assuntos o senhor tinha para conversar com o braço-direito do então ministro José Dirceu?

- Ela é de Goiás, como o Delúbio. Como ele tem interesse em ser candidato a deputado federal, eu e a Sandra discutíamos os projetos do Delúbio. Conversamos muito sobre isso.

- O senhor está dizendo que esteve quatro ou cinco vezes no Palácio do Planalto apenas para conversar com a assessora-chefe da Casa Civil sobre uma provável candidatura do tesoureiro do PT a deputado federal?

- É isso mesmo. A Sandra é amiga do Delúbio e estava preocupada com a campanha dele.

Três dias depois de mencionada na entrevista de Marcos Valério, Sandra Cabral faria declarações a jornalistas na sede nacional do PT, em São Paulo. Diria não ver nada de errado em tratar da eventual candidatura de Delúbio Soares no Palácio do Planalto, sede do governo:

- O Planalto, no nosso governo, felizmente, é um palácio aberto. Não só à imprensa, como a qualquer outra pessoa que entra a qualquer hora. Meu gabinete é absolutamente aberto.

Após a entrevista, foi anunciada a saída de Sandra Cabral da Casa Civil.

44

26/6/2005 A Folha de S.Paulo informa que o patrimônio de Marcos Valério subiu de R$ 3,8 milhões para R$ 6,7 milhões, em apenas um ano. Justamente de 2002 para 2003, no primeiro ano do governo Lula. O jornal esclarece que praticamente todos os bens do empresário estão em nome dos filhos e da mulher, Renilda Santiago. O casal possui imóveis, carros de luxo e tem aplicações financeiras. A Folha descreve ganhos de Marcos Valério:

"Em 2002, recebeu das agências de publicidade (e coligadas) das quais é sócio R$ 504 mil a título de lucros e dividendos. No ano seguinte, foram R$ 2,95 milhões. Ou seja, o retorno que as empresas lhe proporcionaram no primeiro ano do governo Lula foi quase seis vezes maior do que em 2002."

46

28/6/2005 A Polícia Federal analisa documentos apreendidos nos setores de contabilidade das empresas de Marcos Valério, mas não encontra registros de transações com gado ou cavalos. Valério mencionara negócios no setor pecuário para justificar saques em dinheiro de R$ 20,9 milhões, feitos no Banco Rural. A investigação constatou número diferente: no governo Lula, o patrimônio de Valério teria saltado de R$ 2 milhões para R$ 6,7 milhões.

Pecuaristas estranham as alegações de Valério. R$ 20,9 milhões seriam suficientes para adquirir até 50 mil cabeças de bezerro de engorda, mas o nome de Valério é desconhecido no mercado de leilões de gado. Declaração de Daniel Bilk Costa, presidente do Sindicato Nacional dos Leiloeiros Rurais:

- Os poucos pecuaristas que têm mais de 5 mil cabeças de gado são conhecidos. Ninguém que gasta R$ 20 milhões, em dinheiro e à vista, fica no anonimato.

A agência de publicidade DNA foi multada em R$ 63,2 milhões pela Receita Federal em novembro de 2004, por movimentação financeira incompatível com a receita da empresa. A agência administrou R$ 268 milhões naquele ano, quantia acima do que poderia faturar com serviços de publicidade. Suspeita-se de dinheiro de caixa 2. As agências de Valério detêm cinco importantes contas de publicidade no governo Lula: Banco do Brasil, Eletronorte, Correios, Ministério do Trabalho e Ministério do Esporte.

A secretária Fernanda Karina Ramos Somaggio depõe no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Faz novas revelações sobre Marcos Valério:

- Quando o senhor Marcos ia a Brasília, sempre no dia ou no dia anterior eram sacadas grandes quantias de dinheiro, pela Geyza ou pelos boys. Os *boys* falavam que tinha saque de R$ 1 milhão. O dinheiro era levado para o Departamento Financeiro da agência, onde a Simone e a Geyza dividiam os maços e colocavam nas malas.

- O senhor Marcos passava na empresa e pegava as malas para levar no avião fretado. Algumas vezes, a Simone diz que ficava em um hotel em Brasília, dentro de um quarto, o dia todo, contando dinheiro. E era um entra e sai de homem que ela ficava muito cansada. Ela só contava dinheiro e passava para essas pessoas.

A funcionária Geyza Dias dos Santos trabalha no Departamento Financeiro da SMPB com a gerente Simone Vasconcelos. Simone também usava quartos do hotel Grand Bittar, em Brasília, onde se hospedava, para repartir o dinheiro da propina. Os *boys* são Marquinhos e Orlando, cujo trabalho era retirar dinheiro no Banco Rural e no Banco do Brasil e transportá-lo até a agência.

Fernanda Karina entrega a agenda de trabalho ao Conselho de Ética, com anotações do período em que foi secretária de Marcos Valério. Lista quatro encontros do empresário com Marcus Vinicius di Flora, secretário-adjunto da Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Traz referências a Márcio Lacerda, secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, braço-direito do ministro Ciro Gomes (PSB-CE). Uma ordem de Marcos Valério: é para deixar motorista à disposição de Delúbio Soares, sempre que o tesoureiro do PT estiver em Belo Horizonte.

Apontamentos na agenda Fernanda Karina registram encontros de Marcos Valério com os deputados José Mentor (PT-SP) e João Magno (PT-MG). Tem lembrete para a secretária presentear Marcus Vinicius di Flora e outro deputado, João Paulo Cunha (PT-SP), com canetas Mont Blanc. O nome do tesoureiro nacional do PL, Jacinto Lamas, homem de confiança do deputado Valdemar Costa Neto (SP), aparece três vezes. A agenda também registra o nome do petista Henrique Pizzolato, diretor de Marketing do Banco do Brasil, com quem Marcos Valério também se encontrava com certa frequência.

As retiradas de dinheiro, segundo a secretária Fernanda Karina:

- Os saques eram feitos antes das reuniões do senhor Marcos com os senhores Delúbio e Silvio Pereira, marcadas por mim nos hotéis Blue Tree Towers em Brasília, e Sofitel em São Paulo. O senhor Marcos só dizia que era para os amigos de Brasília.

"Detalhes" da agenda de Fernanda Karina: em 3 de dezembro de 2003, dois dias antes de reunião entre Marcos Valério e Silvio Pereira, secretário-geral do PT, o empresário sacou R$ 200 mil. Alguns dias depois, em 11 de dezembro, novo encontro com Silvio Pereira. Na véspera, retirada de R$ 120 mil. Outra anotação, esta de outubro de 2003: mandar flores a Silvio Pereira, um presente pelo nascimento da filha do secretário-geral. "Parabéns pela vinda de Luana. Que seja feliz", diz o recado, ditado por Marcos Valério.

47

29/6/2005 Apesar da resistência da base aliada do governo Lula, o Senado instala a CPI dos Bingos. Na CPI dos Correios, os governistas trabalham contra a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Marcos Valério. O esforço é em vão. Vencidos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Maurício Rands (PT-PE) tentam impedir o depoimento de Marcos Valério. Vencidos mais uma vez, insistem na definição de uma pauta restrita, limitando o questionamento ao empresário ao caso dos Correios. Não querem indagações acerca de saques em dinheiro vivo ou perguntas sobre as amizades de Marcos Valério dentro do governo Lula e do PT.

Marcos Valério, por sua vez, presta depoimento à Polícia Federal. Ao lado dele, três advogados para orientá-lo. Agora, ele nega ter usado dinheiro vivo para comprar gado, como havia declarado à revista Veja. Em sua nova versão, o dinheiro serviu para pagar fornecedores de empresas, comprar ativos e distribuir lucros entre os sócios. Sem maiores detalhes.

Depois da Polícia Federal, Marcos Valério presta esclarecimentos à Comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados. Não dá informações sobre os "ativos" nos quais teria aplicado o dinheiro sacado. Em relação à entrevista à revista Veja, teria sido só uma "brincadeira".

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado José Múcio (PE), líder do PTB na Câmara, confirma ter participado de jantar na casa de Roberto Jefferson (PTB-RJ), em Brasília, em março de 2005. Estavam presentes José Genoino, presidente nacional do PT, e os tesoureiros do PT e do PTB, Delúbio Soares e Emerson Palmieri. O encontro serviu para Jefferson pedir mais R$ 4 milhões ao presidente do PT. Com o dinheiro, acertaria a segunda parcela dos R$ 20 milhões

prometidos pelo partido de Lula ao PTB, para gastos supostamente efetuados na campanha eleitoral de 2004.

José Múcio também confirma reunião anterior, realizada em junho de 2004, na sede do PT, em Brasília, com as presenças de Roberto Jefferson, Emerson Palmieri, José Genoino, Delúbio Soares e do secretário de comunicação do PT, Marcelo Sereno, para fazer o acordo dos R$ 20 milhões. Para registrar: até o jantar de março de 2005, José Múcio desconhecia que o PT já havia repassado R$ 4 milhões para o PTB. Palavras dele:

- Foi quando ouvi falar nos R$ 4 milhões e quando o Roberto pediu outros R$ 4 milhões para regularizar a situação, porque ele tinha ficado numa situação extremamente desconfortável no partido, por causa do acordo não cumprido dos R$ 20 milhões. Ele disse: "Com R$ 4 milhões resolvo o problema".

Com elegância, José Múcio insinuou que Roberto Jefferson, presidente do PTB, teria ficado com os R$ 4 milhões para si:

- Tenho quase certeza absoluta de que não chegou ao partido.

Aqui, José Múcio se distancia de Roberto Jefferson, a quem servia como líder do PTB na Câmara. A recompensa por isso virá no segundo mandato de Lula, no qual será nomeado líder do governo na Câmara, ministro das Relações Institucionais e ministro do TCU (Tribunal de Contas da União).

Prestam depoimento no Conselho de Ética, ainda, José Genoino e a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO). José Genoino admite conhecer Marcos Valério:

- Eu estive apenas algumas vezes com ele, na sede do PT, para cumprimentar, numa relação social, na medida em que ele tinha relação mais próxima com o companheiro Delúbio Soares.

Raquel Teixeira relata telefonema de Alon Feuerwerker, assessor do ministro Aldo Rebelo (PC do B-SP), nos dias seguintes à entrevista na qual Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou a existência do mensalão.

- Ele disse que o objetivo era tratar de uma emenda minha de R$ 1 milhão.

A Folha de S.Paulo publica reportagem de Cláudia Trevisan, segundo a qual o PT emprestou R$ 3,6 milhões do Banco Rural em 2003, apesar de jamais ter tido conta na instituição financeira até Lula vencer as eleições de 2002. Em dezembro de 2004, o valor do empréstimo atingira R$ 5,1 milhões. Outro dado: quando o PT conseguiu o financiamento dos R$ 3,6 milhões, estava com o patrimônio líquido negativo, em R$ 4,2 milhões. Não era recomendável que um banco concedesse crédito.

Além do Banco Rural, o banco BMG. A Folha revela que o segundo banco, também com sede em Belo Horizonte, emprestou outros R$ 2,4 milhões ao PT em 2003. A dívida junto ao BMG chegou a R$ 2,7 milhões em 2004. O Banco do Brasil, por sua vez, único credor do PT em 2002, aumentou o nível de financiamentos ao partido. Dos R$ 705 mil registrados em 2002, foram R$ 1 milhão no ano seguinte. Em 2004, R$ 3,5 milhões. Ao mesmo tempo, o patrimônio líquido do PT alcançava R$ 24,7 milhões, negativos.

30/6/2005 Roberto Jefferson no ataque. A Folha de S.Paulo publica novas acusações do presidente nacional do PTB. Agora, um esquema de desvio de dinheiro engendrado na empresa Furnas Centrais Elétricas. A maracutaia envolveria o diretor de Engenharia da empresa, Dimas Toledo. Ele teria se reunido com Roberto Jefferson, na casa do deputado, em 13 de abril de 2005.

Roberto Jefferson diz à repórter Renata Lo Prete que "sobram" R$ 3 milhões por mês em Furnas. A operação teria sido relatada por Dimas Toledo. A divisão do dinheiro: R$ 1 milhão para o PT nacional, repassado ao tesoureiro Delúbio Soares; R$ 1 milhão para o PT de Minas Gerais, levado ao partido pelo diretor de Administração de Furnas, Rodrigo Botelho Campos; e R$ 1 milhão dividido meio a meio: R$ 500 mil para a diretoria de Furnas e R$ 500 mil para alguns deputados que deixaram o PSDB e ingressaram no PTB.

O presidente do PTB nomeou três deputados desse grupo: Osmânio Pereira (MG), Salvador Zimbaldi (SP) e Luiz Piauhylino (PE), sendo que o último já se transferira novamente, para o PDT. Coube ao grupo indicar o diretor de Finanças de Furnas, José Roberto Cesaroni Cury.

A história, confusa, vai até Lula. Jefferson explica: o PTB havia escolhido Francisco Pirandel para ser o diretor de Engenharia, no lugar de Dimas Toledo. No loteamento do governo Lula, coubera ao partido nomear o cargo ocupado por Toledo. Informado da "sobra" dos R$ 3 milhões por Toledo, que lutava para manter o cargo, Jefferson contou tudo ao ministro José Dirceu:

- Tudo o que o Dimas me explicou eu relatei depois ao Zé Dirceu. Ele confirmou que era isso mesmo. Percebi claramente que o Zé Dirceu estava jogando contra a nomeação do Pirandel.

A proposta de José Dirceu, segundo Roberto Jefferson:

- "Roberto, vamos resolver esse negócio por cima. Deixa o Dimas lá. A gente faz um acerto direto entre o PT e o PTB".

Jefferson aceitou. Em 26 de abril de 2005, no Palácio do Planalto, o último encontro de Jefferson com o presidente. Lula foi logo cobrando, não estava satisfeito com a situação em Furnas:

- "Roberto, por que está demorando tanto?"

Jefferson responde que estava sofrendo pressões, mas sem dar detalhes. E diz aceitar uma "solução de compromisso". Lula não quer:

- Nada disso. O Dimas vai sair.

Pouco mais de duas semanas depois, a revista Veja publicava a gravação com Maurício Marinho, em que Jefferson aparecia como o chefe da corrupção nos Correios. Veio a crise do mensalão e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (PT-RS), suspendeu tudo. Dimas Toledo ficaria no cargo.

Neste ponto, com as novas denúncias de Roberto Jefferson, o Palácio do Planalto exonera todos os diretores de Furnas mencionados por Jefferson. Para diminuir o desgaste, uma nota da estatal federal pontua que os afastados "solicitaram licenças de seus cargos, até que as apurações necessárias estejam concluídas". Caem Dimas Toledo, com 35 anos de Furnas, José Roberto Cesaroni Cury e Rodrigo Botelho Campos, ex-vice-presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT), indicado do PT.

Em mais uma sessão tumultuada, Roberto Jefferson presta depoimento à CPI dos Correios. Ele admite que pediu dinheiro ao diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório:

- Eu pedi a ele que, se possível, na relação com qualquer empresário privado, ele pudesse no final ajudar o caixa oficial do partido.

Jefferson também chama para si a responsabilidade sobre o destino dos R$ 4 milhões que, segundo ele, foram repassados ao PTB pelo PT. Recusa-se a dar nomes de supostos beneficiários do dinheiro.

- Não admito que o partido pegou, morre comigo a informação. Não vou prejudicar os inocentes, recebo na pessoa física, por omissão do presidente do PT e erro meu.

O foco do depoimento, o pagamento de mensalões:

- Na raiz do mensalão está o troca-troca de partido. Até luvas de R$ 1 milhão e financiamento de R$ 30 mil de taxa de manutenção nós já temos.

- O senhor Marcos Valério, versão moderna e macaqueada do senhor PC Farias, sacava R$ 1 milhão por dia nas contas do Banco Rural. Ou sacava em Minas Gerais ou no prédio do banco no Brasília Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem mensalão, que estão registrados na portaria, subiam até o escritório do banco para receber R$ 30 mil, R$ 40 mil, às vezes R$ 20 mil ou até R$ 60 mil.

- Tem que procurar no Banco do Brasil também, porque recordo que, dos recursos que recebi do PT, 60% eram notas etiquetadas do Banco do Brasil.

Jefferson chuta o pau da barraca:

- Não há, povo do Brasil, cidadãos do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de R$ 1 milhão ou de R$ 1,5 milhão. Mas a média, aqui na CPI e na Câmara, na prestação de contas, é de R$ 100 mil. Não há eleição de senador que custe menos que R$ 2 milhões ou R$ 3 milhões, mas a prestação de contas, na média, é R$ 250 mil. Esse processo começa na mentira e deságua no PC Farias, nos outros tesoureiros e, agora, no senhor Delúbio e no senhor Valério.

- É de deixar a gente perplexa. Ou alguém tem dúvida que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa de todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí? E as declarações da Justiça Eleitoral não traduzem a realidade. Nem a minha, porque é igual à dos senhores.

- Participei no passado de uma CPI, a CPI do PC, como advogado. Tentei fazer naquela CPI o que vi ontem aqui por parte de alguns políticos: impedir que as investigações avançassem. Procurei evitar que os fantasmas do PC Farias pudessem viver à luz do dia. E, nessa inversão de papéis, vi que muitos que ontem exorcizavam tais fantasmas agora estão caçando eles. Só que não são mais os fantasmas de PC. São os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério.

- PC Farias é pinto perto do que se vê de corrupção no PT.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) acusa Roberto Jefferson de ter servido "ao mais corrupto governo da história do Brasil, o de Fernando Collor de Mello". Jefferson retruca:

- Servi também ao de vossa excelência!

E vai em frente:

- Não tente empurrar nada para o PTB. No Rio Grande do Sul, o governo do PT viveu o escândalo do apoio dos bicheiros e tentou jogar tudo para debaixo do tapete. Bicheiros e Waldomiro Diniz são coisas do PT.

- O PT, que fez da ética e da moralidade a sua bandeira, rasgou agora a bandeira. A mim isso não traz felicidade. Chafurdou, se sujou como os outros no passado, nos quais atirou pedra. E para que isso não se repita temos de enfrentar a raiz do financiamento eleitoral. Esses fantasmas que ficam rondando o poder, Delúbio, PC Farias, Valério, é sempre a mesma prática.

- Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim perorar pelo deputado, absolutamente. Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família. Saio do Congresso da maneira que entrei, pela porta da frente. Ninguém vai me colocar de joelhos e com o rabo entre as pernas. Ninguém vai me acanalhar. Não faço papel do herói, porque não sou melhor que os senhores, sou igual. Não faço papel de vilão porque não sou, porque os senhores e senhoras não são melhores do que eu.

Já no final do depoimento, mais uma denúncia: Marcos Valério, em reunião intermediada pelo tesoureiro Delúbio Soares, ofereceu um negócio que renderia R$ 100 milhões ao PT e ao PTB. Uma operação no coração do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Jefferson tinha de convencer o presidente do IRB, Luiz Appolônio Neto, a fazer uma transferência de US$ 600 milhões de aplicações do IRB. Luiz Appolônio Neto fazia parte do círculo de influência de Jefferson. A comissão do negócio, os tais R$ 100 milhões:

- O Marcos Valério pediu que eu influenciasse na operação de transferência de US$ 600 milhões de uma conta que o IRB tem no exterior, não sei se na Inglaterra ou na Suíça, para o Banco Espírito Santo, em Portugal.

A proposta de Marcos Valério teria sido feita em abril de 2005, na sede do PTB, em Brasília. Na época, o Banco Espírito Santo manteria interesses no Brasil. Roberto Jefferson conta que, em seguida, telefonou para José Genoino, o presidente nacional do PT. Contou-lhe o que ouviu. Disse assim:

- "Zé, esse cara é doido, ele acha que chove dinheiro, que dinheiro dá em árvore." Resposta de José Genoino:

- Fica tranquilo, que ele resolve.

50

2/7/2005 A revista Veja traz detalhes da "sociedade secreta" entre Marcos Valério e o PT. A reportagem de Alexandre Oltramari conta a história do empréstimo de R$ 2,4 milhões do BMG ao PT. A operação foi avalizada por José Genoino, Delúbio Soares e Marcos Valério. O empréstimo, de fevereiro de 2003, não foi quitado pelo PT. O partido acabou socorrido por Valério. O empresário pagou uma das parcelas da dívida, no valor de R$ 350 mil.

De posse dos documentos que comprovavam a transação, Veja perguntou ao presidente do PT se Marcos Valério assinou aval para o partido. Com a palavra, José Genoino:

- Não sei de nada disso, não. Eu tenho de me informar. Acabei de descer do avião... Acho que não tem isso. Vou me informar. Me liga em uma hora.

Uma hora depois, na sede do PT em São Paulo:

- Olha, não tem isso, não. O que temos com o Marcos Valério são dívidas de campanha de políticos que ele fez para a gente como publicitário.

- **Ele nunca foi avalista do PT em alguma operação bancária?**

- Nunca. Ele nunca foi avalista do PT. Não tem isso, não.

A transação é comprometedora porque as agências de publicidade de Marcos Valério, como se sabe, dispõem de contratos com o Governo Federal avaliados em R$ 144,4 milhões. Da reportagem:

"Isso mostra a existência de um ciclo conhecidíssimo, mas que raramente se consegue trazer à luz com tanta nitidez como agora: o dinheiro sai dos cofres públicos, faz uma escala na conta da agência de publicidade e acaba aterrissando no caixa do PT."

Para entender melhor:

"No início do ano passado, a empresa de participações de Valério, a Graffiti, que controla a agência de publicidade DNA, contraiu um empréstimo de mais de R$ 15 milhões e deu como garantia a receita de um contrato publicitário que, pouco antes, fora firmado entre a SMPB e os Correios."

O repórter quis ouvir Valério. Ele havia negado em entrevista anterior que dera aval ao PT. Quem fala, porém, é o advogado e sócio, Rogério Tolentino:

- Por orientação dos advogados, ele não vai fazer nenhuma afirmação que possa conflitar com a defesa. Por isso, ele não pode confirmar, desmentir nem dar nenhum esclarecimento.

A direção do BMG também foi procurada, para explicar por que o banco não executou as garantias do empréstimo. Afinal, a operação não fora quitada pelo PT. A explicação, em nota:

"A direção do BMG não pode comentar as informações levantadas pela revista em respeito à lei do sigilo bancário."

As investigações mostram Marcos Valério no olho do furacão. Coincidem os saques de dinheiro no Banco Rural e o troca-troca partidário. O dinheiro saia do Banco Rural, os deputados deixavam a oposição e ingressavam na base aliada do governo Lula, em quatro partidos: PTB, PL, PP e o próprio PT.

Dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) indicam retiradas de R$ 6,4 milhões, entre agosto e outubro de 2003. Foi um período de grande migração partidária. As bancadas dos quatro partidos governistas ganharam 16 deputados. O crescimento da base aliada prosseguiu depois. A bancada do PL subiu de 26 para 52 parlamentares. A do PTB, de 26 a 47. E a do PP, de 49 a 55.

51

3/7/2005 O programa Fantástico, da TV Globo, conta a história de uma mala de dinheiro entregue ao deputado José Borba (PMDB-PR), líder do partido na Câmara. José Borba esteve na agência do Banco Rural no Brasília Shopping em dezembro de 2003, quando ocorreram saques em dinheiro vivo.

Relato da secretária Fernanda Karina Ramos Somaggio, entrevistada pelo Fantástico: Marcos Valério se encontrou com Borba três ou quatro vezes, em Brasília. E levou uma mala de dinheiro para o deputado. Diz Fernanda Karina:

- Uma vez, eu me lembro que o senhor Marcos saiu com uma mala e foi para Brasília no avião do Banco Rural. E eu sabia que nessa mala tinha dinheiro. Ele pediu para eu ligar para o José Borba e depois para Delúbio ou Silvio Pereira, para dizer que estava indo para Brasília encontrar José Borba.

José Borba nega conhecer Marcos Valério:

- Nunca houve contato, nenhum encontro.

52

4/7/2005 Cai Silvio Pereira, o secretário-geral do PT. "Silvinho", como é conhecido, disfarça o afastamento do partido com um pedido de licença. Entre outras coisas, ele foi acusado de organizar a distribuição de cargos no governo Lula, embora nunca tenha ocupado posição pública na administração federal. Costumava despachar dentro do Palácio do Planalto. É do grupo do deputado José Dirceu, o Campo Majoritário, corrente do PT que também abriga Lula.

Silvinho ganhou notoriedade ao defender a permanência do governador Flamarion Portela (RR) no PT, apesar das acusações de desvio de verba que pesavam contra ele. O governador acabou cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). É possível que o afastamento de Silvinho já tenha a ver com a história do jipe Land Rover que o secretário-geral ganhou de presente de uma empresa contratada pela Petrobras. O assunto ainda não é público.

A imprensa põe as mãos em relatório de prestação de contas do PT, do ano de 2004. O documento foi registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Em dois anos, o partido do presidente Lula reconheceu que fez empréstimos de R$ 28,1 milhões junto ao Banco do Brasil, Banco Rural e BMG. O BMG entrou com R$ 2,4 milhões, e os detalhes foram revelados pela revista Veja. O Banco Rural, com outros R$ 5,1 milhões. E o restante, R$ 20,6 milhões, veio do Banco do Brasil, sendo a maior parte em contratos de *leasing*, para supostamente comprar 10 mil computadores e impressoras para o partido.

A oposição estranha a relação entre o partido do presidente da República e o Banco do Brasil, que se recusa a divulgar garantias, avalistas, taxas de juros ou quaisquer dados sobre os contratos assinados com o PT. O Banco do Brasil também se nega a informar se as parcelas do empréstimo vêm sendo honradas pelo partido. Alega sigilo bancário. Balanço do próprio PT acerca do patrimônio líquido da sigla no final de 2004, porém, registra um resultado de R$ 24 milhões negativos.

Outra revelação: apesar de o PT não ter saldado a operação de crédito de R$ 2,4 milhões feita em 2003, o BMG destinou no ano seguinte mais da metade das suas doações às campanhas eleitorais do partido do presidente da República. Os dados são do TSE. Dos 26 candidatos que receberam R$ 795 mil do BMG, 20 pertenciam ao PT. Ficaram com R$ 505 mil da bolada.

Mais Marcos Valério. A Folha de S.Paulo apura que as agências DNA Propaganda e SMPB Comunicação, de Marcos Valério, registraram depósitos bancários de R$ 500 milhões em 2004:

"Especialistas do meio publicitário ouvidos pela reportagem calculam, com base em estimativas de gastos das duas agências com a compra de espaço para veiculação de comerciais, que os ingressos de recursos nas contas da DNA e da SMPB são três vezes superiores ao que poderia ser justificado com a atividade de publicidade e propaganda em 2004."

No editorial "O amigo publicitário", a Folha afirma que "a promiscuidade entre a vida financeira das empresas de Valério e a do PT tornou-se flagrante":

"O episódio não é apenas constrangedor. Trata-se de uma acintosa violação aos mais elementares princípios republicanos. O fato de um publicitário responsável por contas de órgãos governamentais pagar dívida do partido do presidente da República já é, em si, um escândalo."

A Agência Reuters divulga tabela com o cruzamento de dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda). Existem coincidências entre votações importantes no Congresso Nacional, para aprovar projetos de interesse do governo Lula, e saques de dinheiro das contas das empresas de publicidade de Marcos Valério.

A análise contempla R$ 21 milhões em retiradas, durante dois anos. Média de um mensalão de R$ 30 mil por dia. Nas datas de votação de projetos importantes para o governo, os saques diários subiam para R$ 106 mil.

O levantamento: a votação em segundo turno da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, em 24 de setembro de 2003, coincidiu com retiradas de R$ 1,2 milhão nos dias 23, 25 e 26 daquele mês. Em dezembro de 2003, a Reforma Tributária foi aprovada pelo Senado. Houve um novo pico de saques, no total de R$ 2,8 milhões, em janeiro de 2004.

Em março de 2004, o governo Lula precisou de apoio para neutralizar as investigações sobre o caso Waldomiro Diniz. Também queria aprovar Medida Provisória contra as casas de bingo, para sinalizar que não compartilhava das irregularidades. Retiradas no período: R$ 1 milhão. Em seguida, mais R$ 700 mil, nos dias em que o Congresso debatia e aprovava o novo salário mínimo.

Mais uma coincidência: a aprovação da Medida Provisória que deu status de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ocorreu em 1º de dezembro de 2004. Graças a ela, Meirelles ficou com foro privilegiado para se defender de denúncias de crime eleitoral, evasão de divisas, sonegação e lavagem de dinheiro. Dois dias antes, saques de R$ 480 mil no Banco Rural.

53

5/7/2005 Cai Delúbio Soares, o tesoureiro do PT acusado de tantas falcatruas. O afastamento é disfarçado de pedido de licença. Delúbio Soares desliga-se do PT, mas trata de proteger o presidente do partido, José Genoino. Isenta-o de qualquer responsabilidade nas decisões da área financeira do partido. E manda a surrada cantilena: acusa "conservadores" e "setores da direita" pelo escândalo do mensalão. Insiste: tudo não passa de manobra, cuja orquestração tem o objetivo de aprovar o *impeachment* de Lula.

Integrante do Campo Majoritário do PT, Delúbio Soares é considerado por correligionários e gente do próprio governo um "homem-bomba". Sabe demais. Sempre teve fortes ligações com Lula. A amizade com o presidente vem dos tempos de sindicalismo. Foi dirigente da CUT. Em 2000, entrou para a direção executiva do PT. Lula era o presidente de honra do PT. Participou de reuniões no Palácio do Planalto. Sem ocupar cargo no governo, foi convidado para eventos oficiais. Esteve na comitiva de Lula em viagem à África.

O líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba (PR), volta atrás e agora admite conhecer Marcos Valério. José Borba, aliado do governo Lula, divulga nota à imprensa para refutar qualquer comportamento ilegal. O resultado é desastroso. Termina acusando Marcos Valério de negociar cargos no governo. A repercussão do caso faz Borba perder o cargo de líder do PMDB. A nota:

"Nunca recebi do senhor Marcos Valério qualquer numerário ou recursos financeiros, limitando-se o relacionamento ao fato de que o mesmo fazia parte do grupo do PT, que exercia efetiva influência político-administrativa junto ao Governo Federal."

E mais: "O meu relacionamento com líderes do PT, integrantes de sua executiva nacional e o senhor Marcos Valério sempre foram delimitados pela tratativa da ocupação de cargos públicos, em razão de pleitos de integrantes de nossa bancada, sendo leviana e politiqueira qualquer especulação de favorecimento financeiro a deputados do PMDB".

E, por fim: "O que discuti com dirigentes do PT e o senhor Marcos Valério é o que lideranças partidárias discutem hoje e sempre discutiram em todos os governos, a nomeação de seus partidários para cargos na administração".

O Congresso instala a CPI do Mensalão. Mais uma derrota do governo. Durante dez dias, a bancada governista, orientada pelo Palácio do Planalto, tentou impedir a comissão de inquérito. Em seu lugar, propunha apurar a compra de votos, com a alegação de que era preciso investigar a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), ocorrida em 1998. Agora, com três CPIs em funcionamento, muda a tática do governo. A base aliada parte para confundir as investigações, tumultuar os processos, dispersar os trabalhos e cansar a opinião pública. Desmoralizar as CPIs.

Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) em poder da CPI dos Correios indica que a agência DNA Propaganda recebeu, durante os primeiros dois anos e meio da era Lula, R$ 419,2 milhões em depósitos, numa conta do Banco do Brasil em Belo Horizonte. A metade do dinheiro, R$ 219 milhões, foi depositada irregularmente, sem identificação da origem dos recursos.

O expediente contraria a legislação de combate à lavagem de dinheiro, que obriga os bancos a obter declarações dos clientes sobre a origem de depósitos com valores superiores a R$ 100 mil. Além disso, a informação sobre os depósitos precisa ser registrada no Banco Central. O relatório do Coaf também identificou, no último ano, uma movimentação de R$ 5,5 milhões, em dinheiro vivo. A quantia passou por uma conta da SMPB Comunicação, em agência do Banco Bradesco de Belo Horizonte. Marcos Valério obtém *habeas-corpus* para depor na CPI dos Correios sem correr o risco de ser preso.

Investigações mostram que Jacinto Lamas, tesoureiro do PL, esteve 15 vezes na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, nos dois primeiros anos do governo Lula. As visitas foram registradas no sistema de segurança do edifício. Em nove das 15 vezes, houve saques que totalizaram R$ 2,3 milhões.

Jacinto Lamas frequentava o Banco Rural nos horários em que as agências bancárias estão fechadas, no começo da manhã ou no período noturno. O sistema de segurança também registrou o nome de Alexandre Chaves Rodrigues, motorista do então presidente do PTB, José Carlos Martinez. Esteve na agência em 14 de janeiro de 2004, dia de um saque de R$ 250 mil.

54

6/7/2005 Marcos Valério depõe na CPI dos Correios. Nega conhecer o mensalão. Nega envolvimento em quaisquer irregularidades. Não satisfaz. Alega que pagou "fornecedores" com saques em dinheiro vivo de R$ 20,9 milhões. Tampouco convence quando diz que "a amizade por Delúbio" foi o motivo que o levou a ser avalista do empréstimo bancário de R$ 2,4 milhões ao PT. Parlamentares fazem graça da versão. Temendo a execução da dívida, Valério resolvera pagar uma parcela do empréstimo, no valor de R$ 350 mil.

Valério admite ter se reunido com o presidente do Banco Rural e o ministro José Dirceu (PT-SP) no Palácio do Planalto. Rechaça a hipótese de ter sido beneficiado em licitação que escolhia agência de publicidade para atender os Correios. E responde se fez doações a campanhas eleitorais:

- Se fiz alguma doação, foi dentro da lei... Doação, que me lembre, não. Como pessoa física, não fiz nenhuma doação.

Os empréstimos de R$ 20,6 milhões do Banco do Brasil para o PT derrubam dois dirigentes do banco. Caem os vice-presidentes de Finanças, Luis Eduardo Franco de Abreu, ligado ao PT, e o de Varejo, Edson Monteiro.

De novo o Coaf. Vem à tona que um procurador da Fazenda Nacional, Glênio Guedes, recebeu R$ 902 mil de Marcos Valério. Foram duas transferências, no final de 2003: uma de R$ 782 mil, outra de R$ 120 mil. À CPI, Valério disse ter conhecido o procurador num clube. Guedes foi afastado do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Motivo alegado: deu parecer a favor do arquivamento de um processo contra o Banco Rural.

O jornalista Gilberto Alípio Mansur admite ter recebido R$ 300 mil da SMPB, por serviços prestados à agência de Valério. Suspeita-se que ele intermediou encontro de Valério com a direção da Editora Três, que edita a revista Isto É, para evitar a publicação de entrevista com Fernanda Karina.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Carlos Rodrigues (PL-RJ), acusado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser um dos deputados operadores do mensalão, reconhece que se reuniu com Delúbio Soares e Silvio Pereira para fazer "negociações políticas".

Carlos Rodrigues lista as nomeações que fez no governo Lula: dois diretores da Companhia Docas do Rio, um diretor do Serviço de Patrimônio da União, o diretor-administrativo do Portus, fundo de pensão do sistema portuário, e um diretor do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

55

7/7/2005 E surge mais um empréstimo guardado em segredo pelo PT. O *site* da revista Época na *internet* divulga operação de crédito no Banco Rural, de maio de 2003, no valor de R$ 3 milhões. O PT é o beneficiário e o avalista do empréstimo, mais uma vez, Marcos Valério. Ele assina a transação com o presidente petista, José Genoino, e com o tesoureiro, Delúbio Soares.

Da reportagem dos jornalistas Ricardo Mendonça e Eliane Brum: "As novas revelações caíram como um petardo sobre a imagem pública do PT. E, da porta para dentro, o partido implodiu. Quando surgiu o primeiro empréstimo garantido por Valério, no BMG, Genoino negou sua existência depois de consultar o tesoureiro Delúbio Soares. Desmentido publicamente e desgastado, Genoino entrou em depressão e se confessou magoado com Delúbio, que não o teria informado corretamente. Na quinta-feira, quando foi procurado por Época para falar do novo empréstimo, a respeito do qual novamente não tinha o que explicar, o presidente do PT deixou a mágoa de lado e passou a xingar Delúbio pelos cantos do partido, em São Paulo".

Fernanda Karina Ramos Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, presta depoimento à CPI dos Correios. Reafirma denúncias e trata do relacionamento de Marcos Valério com o deputado José Mentor (PT-SP). O petista foi o relator da CPI do Banestado, uma comissão de inquérito encarregada de investigar remessas ilegais de dinheiro para o exterior, em 2004:

- Uma vez, quando Mentor telefonou com uma notícia sobre a CPI do Banestado, o senhor Marcos Valério mandou que eu pegasse as 25 pastas suspensas em que ele guardava notas fiscais e de investimentos e picotasse tudo. Foram feitos quatro sacos de papel picado. O Marcos Valério só saiu da minha frente quando eu tinha picado tudo.

Sobre a logística dos saques de dinheiro vivo no Banco Rural, em operações determinadas por Marcos Valério e tocadas por Simone Vasconcelos, pessoa de estrita confiança do empresário:

- A Simone ligava, avisando que os *boys* iam passar no banco e a agência abria mais cedo. Eram dois ou três *boys* que se dirigiam ao banco para dar garantia, em caso de assalto. Acontecia pelo menos uma vez por semana. O dinheiro era acomodado em valises tipo 007, que ficavam no Departamento de Finanças da agência.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), quer a confirmação de que o dinheiro ia mesmo para parlamentares no Congresso Nacional. Fernanda Karina Somaggio descreve o procedimento de Valério:

- Ele falava algumas vezes com o Delúbio e depois ligava para outras pessoas, falando: "Olá, deputado. Amanhã vou estar em Brasília". Um dia que eu o ouvi falando isso teve um saque, e ele viajou no dia seguinte.

Movimentação bancária de Marcos Valério intriga a CPI e dá pistas sobre os caminhos da corrupção. Trata-se de um crédito de R$ 2,4 milhões, seguido de um débito no mesmo valor. A operação foi mapeada pela Receita Federal. Ocorreu no BMG, em nome da Graffiti Participações, empresa de Marcos Valério, em 14 de julho de 2004.

O curioso é o valor do crédito, o mesmo da dívida de R$ 2,4 milhões contraída em fevereiro de 2003 pelo PT, com o aval de Marcos Valério, no mesmo BMG. Outra coincidência: naquele mesmo 14 de julho de 2004, Marcos Valério pagou R$ 350 mil da dívida do PT junto ao BMG. E mais: o Imposto de Renda da Graffiti não faz menção à origem do dinheiro, nem dá qualquer justificativa para o depósito de R$ 2,4 milhões na conta da empresa.

A Câmara dos Deputados rompe contrato com a SMPB. A agência de Marcos Valério havia sido contratada por R$ 9 milhões em 2003, quando o presidente da Câmara era o deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Durante a vigência do contrato, o petista assinou dois aditivos, autorizando acréscimos de R$ 4,7 milhões nos gastos de publicidade.

A Prefeitura de Osasco (SP), berço político de João Paulo Cunha e onde o prefeito, Emídio de Souza (PT), é aliado do ex-presidente da Câmara, anuncia o cancelamento de licitação para contratar agência de publicidade. Do certame, no valor de R$ 3 milhões, participavam 17 empresas. Vinha sendo liderado pela SMPB. Marcos Valério já prestara serviços em Osasco durante a campanha eleitoral, por meio da Estratégia Marketing, contratada para assessorar o então candidato Emídio de Souza.

Antes de anunciar o fim dos serviços da SMPB, o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), sucessor de João Paulo Cunha, já havia autorizado mais R$ 8,2 milhões para a agência de Marcos Valério.

Em cena, o ministro Luiz Gushiken (PT-SP). O publicitário Alarico Neves Assumpção prestava serviços à agência DNA de Marcos Valério. Aí, assumiu importante cargo na Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, comandada por Luiz Gushiken. Depois, acabou transferido para a SMPB, a outra agência de publicidade do mesmo Marcos Valério.

Alarico Neves Assumpção ocupou o posto de diretor de Mídia da Secom. Foi responsável pela supervisão de contas publicitárias do Governo Federal em ministérios e estatais. Antes de ir para a

SMPB, atuou no comitê do governo Lula que negociava preços de anúncios e respondia por gastos públicos com propaganda oficial.

A força de Luiz Gushiken vem da influência nos fundos de pensão de empresas estatais. O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini (PT-SP), é aliado histórico de Luiz Gushiken. Foi ele quem indicou o nome de Adacir Reis para chefiar a poderosa SPC (Secretaria de Previdência Complementar). Ela regula os 366 fundos de pensão do País, responsáveis por 960 planos de previdência complementar. Os fundos atendem 2,3 milhões de pessoas. Negócio de R$ 280 bilhões.

Outro aliado de Luiz Gushiken, José Valdir Gomes, foi nomeado na diretoria de Assuntos Atuariais da SPC, para exercer o controle estratégico dos fundos de pensão. Já Sérgio Rosa é presidente da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, o maior do País. Tem patrimônio de R$ 70 bilhões. Como Luiz Gushiken, Sérgio Rosa começou no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Veio de lá também outra indicação de Luiz Gushiken: Wagner Pinheiro, presidente da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, o segundo maior do País. Patrimônio de R$ 24,9 bilhões.

Lula põe fim a boatos sobre a saída do ministro Luiz Gushiken:

- Eu quero dizer aqui, para todo o mundo ouvir, que o companheiro Gushiken continuará dirigindo a Secom. O companheiro Gushiken cuida não apenas bem da Secretaria de Comunicação, mas do mundo de assuntos estratégicos, que é uma coisa extremamente importante. Eu acho que nós não podemos, a qualquer insinuação contra qualquer companheiro, a priori, achar que as pessoas são culpadas.

O deputado José Dirceu (PT-SP), por sua vez, defende a permanência de José Genoino no comando do PT. Em reunião do Campo Majoritário, a corrente hegemônica do PT, o ex-ministro fala em "conspiração das elites":

- Querem o *impeachment* do presidente Lula. É disso que se trata.

Agora, o loteamento de cargos na Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas, cujo patrimônio é de R$ 4,8 bilhões. A reportagem de Irany Tereza, do jornal O Estado de S. Paulo, aponta um rateio entre os partidos políticos da base aliada do governo Lula:

"A presidência do fundo foi entregue a Marcos Antonio Carvalho Gomes, funcionário de Furnas, ex-sindicalista e petista do grupo do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), e os demais diretores são indicados pelo PTB, PMDB e PP, num convívio administrativo extremamente conflituoso."

Os investimentos do fundo de pensão estavam concentrados em bancos de segunda linha, como o BMG e o Banco Rural. As aplicações no Banco Santos, quebrado em 2004, provocaram perdas de R$ 153,6 milhões.

Os "investimentos" no Banco Santos levaram ao afastamento do gerente de Investimentos do fundo, Benedito Siciliano, da cota do PTB. Ele foi dispensado, apesar dos protestos do diretor de Administração e Finanças, José Dias, nomeado pelo PMDB.

De acordo com o Estadão, "aplicações desse tipo, de alto risco, costumam gerar do banco compromissos de elevada rentabilidade. A suspeita é de que parte desse rendimento seria desviada para financiar partidos políticos".

56

8/7/2005 Os jornais estampam nas primeiras páginas as fotografias de uma bolada de dinheiro. Trata-

se do conteúdo de uma maleta com R$ 200 mil e de outros US$ 100 mil, carregados escondidos dentro da cueca do assessor de um deputado do PT. Não qualquer deputado. José Adalberto Vieira da Silva, preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, trabalha para o deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), líder petista na Assembleia Legislativa do Ceará, integrante do Diretório Nacional do PT e irmão do presidente nacional do partido, José Genoino (SP).

Antes de se calar e se recusar a prestar esclarecimentos à Polícia Federal, José Adalberto Vieira da Silva age com rapidez para apagar a memória do telefone celular. Diz ser agricultor. O dinheiro em seu poder, resultado da venda de verduras. Desmascarado, confessa ser assessor do irmão de José Genoino. Usa o paletó para cobrir o rosto e esconder-se dos fotógrafos.

José Nobre Guimarães, por sua vez, é um dos 14 parlamentares cujo nome aparece na agenda de Marcos Valério. Em entrevista, o deputado diz não saber por que seu nome está grafado entre os registros de Valério. Também ignora o que o assessor fazia em São Paulo. Deputado do Ceará, José Nobre Guimarães estava na capital paulista, no mesmo dia da prisão. Explicação dele:

- Foi tudo uma grande armação para atingir a mim e ao Genoino. Vou desvendar esse mistério.

Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT, depõe na Polícia Federal. Define-se como "dirigente profissionalizado da executiva nacional do PT". Salário, R$ 9.000 mensais. O delegado Luís Flávio Zampronha de Oliveira considera incompatíveis salário e patrimônio declarado: um apartamento em São Paulo, no valor de R$ 180 mil, uma casa de praia em Ilhabela (SP), avaliada em R$ 400 mil, e um jipe da marca Land Rover, no valor de R$ 80 mil, que, segundo o depoente, foi financiado. Veremos.

57

9/7/2005 Caem José Genoino, presidente nacional do PT, e Marcelo Sereno, secretário de Comunicação do partido. Marcelo Sereno é do grupo de José Dirceu. Em 2008, ele voltaria à cena, como principal executivo da Grandiflorum Participações, compradora da refinaria de petróleo Manguinhos, no Rio. Já José Genoino, ligado diretamente a Lula, manteve o PT sempre próximo do Palácio do Planalto. Outro petista afastado: José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de José Genoino, o homem dos US$ 100 mil na cueca.

Lula põe gente de seu primeiro time no PT. O ministro da Educação, Tarso Genro (PT-RS), desliga-se do governo e assume a presidência do partido. O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini (PT-SP), vira secretário-geral. E o da Saúde, Humberto Costa (PT-PE), é o novo secretário de Comunicação.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Tarso Genro fala de uma "crise de coerência moral do partido", com consequência "devastadora":

- O PT vive a pior crise da sua história.

59

11/7/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, leva ao ar conversa telefônica gravada pela Polícia Federal. Foi travada em agosto de 2004, quase dez meses antes de estourar o escândalo do mensalão. A fala é de Maria Auxiliadora de Vasconcellos, auditora fiscal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Ela foi presa sob a acusação de integrar uma quadrilha de fraudadores.

Na conversa com outra auditora, Maria Auxiliadora de Vasconcellos insinua que o ministro José Dirceu (PT-SP) e o ex-tesoureiro Delúbio Soares recebiam uma "mensalidade" da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). Em troca da propina, haveria relaxamento na fiscalização de

empresas fluminenses. No diálogo gravado, Maria Auxiliadora de Vasconcellos cita o ex-ministro da Previdência Social do governo Lula, Amir Lando (PMDB-RO):

- Chegou às mãos do Almir Lando. Aí foi que ele disse: "Olha, na realidade, o que acontece é o seguinte: eu, no Rio de Janeiro, não vou mexer, porque eu me comprometi a não mexer. O Rio tem um contrato com a Firjan." Ele mesmo abriu o jogo: "A Firjan dá uma mensalidade, dá não sei o quê, e quem vai buscar é o Delúbio de Souza, sei lá, Soares, para as empresas não serem fiscalizadas".

Outro trecho da gravação:

- O Amir Lando é uma pessoa maravilhosa, é uma pessoa acessível, e ele foi muito claro ao dizer: "No Rio de Janeiro, eu realmente não vou mexer porque eu tenho compromisso com o José Dirceu".

O Ministério Público tem três testemunhas do suposto esquema de pagamento de propina para autoridades do Governo Federal por parte da Firjan. Os auditores receberiam ordens para não multar determinadas empresas. Em um caso investigado, houve pressão para anulação de uma multa. Após a autuação, o empresário multado obteria o cancelamento do processo, por interferência política.

60

12/7/2005 Caem os ministros Luiz Gushiken (PT-SP), da Secom, e Romero Jucá (PMDB-RR), da Previdência Social. Romero Jucá, acusado de desviar dinheiro de um abatedouro de frangos, voltaria a ter forte influência na administração Lula no segundo mandato, como líder do governo no Senado e relator da CPI da Petrobras em 2009. Já Luiz Gushiken, integrante do "núcleo duro" de Lula, assegura por ora um cargo na assessoria do presidente. Vai cuidar de um certo Núcleo de Assuntos Estratégicos. A Secretaria de Comunicação e as verbas de propaganda da Presidência da República ficam por enquanto com a nova ministra da Casa Civil, Dima Rousseff (PT-RS).

Em depoimento à CPI dos Correios, Eduardo Medeiros, diretor de Tecnologia dos Correios nomeado por influência de Silvio Pereira, garante: nada sabe sobre cobrança de propina por parte de funcionários da estatal federal, cujo cargo de presidente e seis diretorias, reconhece, foram loteados entre PMDB, PTB e PT. Ele admite que tomou conhecimento em duas ou três ocasiões do vazamento de informações acerca de especificações técnicas de licitações. Era "comum", segundo ele, a visita de deputados aos Correios, acompanhados de empresários interessados em negócios com a estatal:

- A maioria era do PMDB, naturalmente, porque o ministro, o presidente e três diretorias eram do PMDB.

Durante o depoimento, surge o caso do empresário Vilmar Martins, da Metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais. Ele denunciou licitação dirigida e a cobrança de propina no valor de 20% do valor da nota fiscal, que deveria ser entregue em dólares, sendo a metade nas mãos do próprio Eduardo Medeiros. A chantagem: se o dinheiro não fosse pago, os Correios não aceitariam a mercadoria e não haveria pagamento. Depois de negar conhecer o empresário, Eduardo Medeiros, pressionado, confessa ter conversado com Vilmar Martins, "dois ou três dias" atrás.

Em outro depoimento à CPI, Antonio Osório, ex-diretor de Administração dos Correios, aponta na direção do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ele teria pedido dinheiro a diretores da estatal indicados pelo PTB. Alegou precisar de recursos para o caixa de campanha do partido. O dinheiro deveria ser fornecido por empresários que mantinham contratos com os Correios. Antonio Osório se reuniu com Roberto Jefferson em mais de 50 ocasiões.

A CGU (Controladoria-Geral da União) divulga relatório preliminar. Apurou 18 irregularidades em 69 contratos e licitações dos Correios. Um total de R$ 37,5 milhões em sobrepreços. Prejuízo potencial: R$ 79 milhões.

A Polícia Federal faz operações sigilosas de busca e apreensão de documentos nas instalações do Banco Rural em Lagoa Santa (MG) e no Brasília Shopping. Quer comprovar o que disse José Francisco de Almeida Rego, ex-tesoureiro do banco. Ele deu detalhes de como a SMPB remetia dinheiro de Minas Gerais para Brasília.

Segundo Almeida Rego, os saques se tornaram usuais desde o início de 2003, no primeiro ano da era Lula, e as retiradas chegaram a ultrapassar R$ 200 mil por operação realizada. O ex-tesoureiro recebia ligações da tesouraria da agência Assembleia do Banco Rural, em Belo Horizonte, onde a SMPB mantinha conta bancária. Eram solicitações para pagamentos em Brasília. Por fax eram indicados os valores e os nomes dos sacadores.

O tesoureiro tinha a responsabilidade de cuidar da liberação dos recursos junto ao Banco Central, e dos detalhes para a entrega. O dinheiro não deveria fazer volume. Por isso, vinha em notas de R$ 50 e R$ 100. Era levado para uma sala especial da agência. Ali as cédulas eram colocadas em bolsas que os próprios sacadores traziam. Tudo gente apressada que ia embora, em geral, sem conferir os valores.

José Francisco de Almeida Rego relata que Simone Vasconcelos, executiva da SMPB em Belo Horizonte, fazia retiradas na agência do Brasília Shopping. Mas não levava o dinheiro com ela. Assinava recibos e listava os nomes daqueles que passariam depois para receber. Na maioria das vezes eram pacotes de R$ 50 mil ou R$ 100 mil. As pessoas, por determinação dela, não precisavam se identificar. A Polícia Federal confirma que localizou documentos comprovando saques em nome da SMPB na agência do Banco Rural em Brasília, mas estranhou a falta de identificação dos sacadores.

61

13/7/2005 Mais uma versão para o caso do petista preso com R$ 200 mil numa maleta e US$ 100 mil na cueca. No início, José Adalberto Vieira da Silva alegou ser agricultor e o dinheiro, resultado da venda de verduras. Agora, o deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), chefe dele, envolve outro assessor de seu gabinete, José Vicente Ferreira. Os dois iriam usar o dinheiro para abrir uma locadora de veículos em Aracati (CE), em sociedade com um terceiro petista, Kennedy Moura Ramos. Diz o deputado Guimarães:

- Isso comprova que eu não tenho nada a ver com esse caso, nem o PT e muito menos o ex-presidente nacional do partido.

José Nobre Guimarães afirma que tudo foi uma "armação" contra o PT. Manifesta-se "decepcionado" e "traído" pelo assessor preso. A primeira pessoa que José Adalberto Vieira da Silva avisou ao ser detido foi Kennedy Moura Ramos. Ele é assessor especial da presidência do BNB (Banco do Nordeste do Brasil). O presidente, Roberto Smith, também pertence às fileiras do PT. Da mesma forma que Kennedy Moura Ramos, assumiu o cargo por conta da amizade e ligação com José Nobre Guimarães, o irmão de Genoino.

Kennedy Moura Ramos, ex-marido da presidente do PT do Ceará, Sônia Braga, foi assessor jurídico de José Nobre Guimarães. Kennedy Moura Ramos é responsável pelas finanças do PT no Ceará. Avisou José Nobre Guimarães da prisão do assessor. Pede exoneração dos quadros do BNB.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário de jogos Carlos Augusto Cachoeira, o "Carlinhos Cachoeira", ataca Waldomiro Diniz. Segundo ele, o ex-subchefe da Casa Civil e assessor direto do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) pediu propina de R$ 100 mil a R$ 300 mil, em troca de favorecimento em licitação. Na época, Waldomiro Diniz presidia a Loterj, estatal que administra loterias no Rio. Waldomiro Diniz teria dito que o dinheiro era para financiar campanhas eleitorais. Para Carlinhos Cachoeira, Diniz agia sozinho:

- Em todas as conversas, no final, era pedida propina. O Waldomiro dizia: "Quero 1% do contrato bruto". Ele sempre pedia dinheiro para campanha. Hoje, tenho certeza de que esse dinheiro ficava com ele.

62

14/7/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia que assessores e até familiares de deputados do PT estiveram no Banco Rural, na agência do Brasília Shopping, local de pagamento do mensalão. Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha (PA), foi à agência duas vezes. Reação do deputado Rocha: a funcionária foi fazer consulta médica em uma clínica neurológica, que também funciona no prédio.

Márcia Milanésio Cunha, casada com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), esteve no Banco Rural três vezes. Reação de João Paulo Cunha, por meio de nota à imprensa: a mulher esteve na agência bancária para resolver problema relativo ao pagamento de uma conta de televisão a cabo.

O presidente do PT na Bahia, deputado Josias Gomes, foi pessoalmente ao Banco Rural. Explicação dele:

- Como havia almoçado no shopping, fui ao banco pedir uma informação. Não fiz saques.

Os três não contaram a verdade.

Azeda o caso do assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), preso com R$ 200 mil numa maleta e US$ 100 mil na cueca. A matéria vai ao ar pelo Jornal Nacional, da TV Globo. Kennedy Moura Ramos, petista afastado do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) em consequencia do escândalo, não gostou de ser envolvido na história pelo deputado José Nobre Guimarães. Não engoliu a versão de que o dinheiro serviria para abrir uma locadora de carros no interior do Ceará. A entrevista ao JN:

- Não sei que rancores fizeram com que o deputado me fizesse uma vinculação a uma empresa que nunca ouvi falar.

Kennedy Moura Ramos vai além. Relata a conversa com José Nobre Guimarães, padrinho de seu casamento, quando ele lhe pediu para assumir que era o dono do dinheiro. Para Ramos, foi uma "proposta indecente":

- Ele falou que o Adalberto tinha que ser protegido por questões de Estado.

Kennedy Moura Ramos também descreve o diálogo com José Nobre Guimarães, quando lhe contou sobre a prisão de José Adalberto da Silva:

- Perguntou se ele tinha falado alguma coisa. Disse que não sabia. Ele disse: "Graças a Deus".

Outra contradição: José Vicente Ferreira, assessor de José Nobre Guimarães apontado pelo deputado como participante do negócio da locadora, havia concedido entrevista ao jornal O Povo, do Ceará.

Dissera que emprestou um cheque a José Adalberto Vieira da Silva, seu amigo, a fim de que pudesse comprar uma passagem aérea para Recife. José Vicente Ferreira não sabia da viagem a São Paulo. Muito menos de locadora.

O Ministério Público investiga a hipótese de Vieira da Silva ter sido um emissário de Kennedy Moura Ramos em São Paulo. A finalidade da viagem, buscar dinheiro de propina repassado por empresários que mantêm negócios com o BNB. No dia anterior à prisão, Vieira da Silva teria se deslocado até o escritório de um empresário do setor de construção civil do Grupo Cavan.

A polícia de Minas Gerais apreende restos de 2 mil notas fiscais da DNA Propaganda. Os documentos estavam jogados em 12 caixas de papelão, na casa do ex-policial Marco Túlio Prata, em Contagem (MG). Ele é irmão do contador da agência, Marco Aurélio Prata. Na residência são localizados dois tambores de lata, com notas fiscais carbonizadas.

Entre as notas fiscais queimadas, provavelmente registros frios, recibos da DNA relativos a serviços supostamente prestados por empresas terceirizadas ao Banco do Brasil, Eletrobrás e Ministérios do Trabalho e do Esporte.

Os policiais também acham documentos carbonizados, nos quais ainda se consegue ler o nome da DNA. Estavam numa rua de terra, sem movimento, bem perto da casa do irmão do contador de Marcos Valério. A papelada queimada encheu cinco sacos.

Cai o diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Ligado ao ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP), dividiu com ele apartamento em Brasília. Na campanha de Lula, Henrique Pizzolato, militante do PT havia 20 anos, trabalhou com Delúbio Soares para captar recursos.

Ele tinha relação próxima com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e era amigo de Ricardo Berzoini (PT-SP), ex-ministro do Trabalho e secretário-geral do PT. Henrique Pizzolato é desligado da presidência do Conselho Deliberativo da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil.

No governo Lula, Henrique Pizzolato ocupou o posto estratégico de responsável pelos gastos de propaganda do Banco do Brasil. Foram R$ 153 milhões em 2003, e R$ 262 milhões em 2004. Afastado Henrique Pizzolato, o Banco do Brasil rescinde contrato de publicidade com a DNA de Marcos Valério. Henrique Pizzolato também era amigo de Marcos Valério.

O ex-diretor de Marketing ficou conhecido por participar do episódio dos R$ 70 mil que o Banco do Brasil deu a um show de arrecadação de fundos, com objetivo de comprar uma sede nova para o PT. Com a divulgação da história, o dinheiro teve de ser devolvido. Ele também foi apontado como responsável por um evento artístico considerado suspeito, no valor de R$ 2,5 milhões, promovido pelo então governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT.

Banho de água fria. A base governista impede que a CPI dos Correios quebre os sigilos bancários, fiscais e telefônicos de José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira e do empresário Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de Lula. O Palácio do Planalto também consegue bloquear a convocação e o depoimento do ex-ministro Luiz Gushiken.

15/7/2005 Operação orquestrada. Marcos Valério vem a público por meio de nota e nega mais uma vez a existência do mensalão. Explica que, "em atenção a pedidos de Delúbio Soares", "contraiu vários empréstimos bancários em nome das agências de publicidade SMPB e DNA, no período de 2003 a 2005".

A nota, estratégia de defesa, diz que o dinheiro, "a título de empréstimos", foi depositado "na rede bancária para pessoas indicadas pelo então secretário de Finanças do PT, senhor Delúbio Soares". Em seguida, o empresário menciona que o dinheiro, segundo determinação de Delúbio Soares, servia para "saldar dívidas relacionadas a campanhas eleitorais".

O reconhecimento de que Marcos Valério participou de esquema para financiar o PT é manchete dos principais jornais do País. Poucos se dão conta da manobra: desviar as investigações do pagamento de propina. Em vez do mensalão, ou seja, do dinheiro entregue a parlamentares da base aliada do governo, crime grave de corrupção, a estratégia é fazer crer que o dinheiro foi repassado para pagar dívidas de campanha. Apenas um mero crime eleitoral.

Em entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério não fornece nomes, valores, número de operações bancárias, nem formas de ressarcimento do que teria sido emprestado ao PT. Nega a existência de malas para pagar grandes somas e de favorecimentos às suas empresas por parte de gente do governo.

A Folha de S.Paulo publica detalhes de alguns depoimentos secretos prestados à Corregedoria da Câmara dos Deputados. A reportagem conseguiu ler transcrições em notas taquigráficas. Num deles, José Genoino admite que Silvio Pereira usava mesmo sala do Ministério da Casa Civil, no Palácio do Planalto, para discutir a divisão de cargos federais entre os partidos da base aliada. Declaração de José Genoino:

- Ele conversava com os demais partidos e era o encarregado quando tinha conflitos. E tinha muitos conflitos com os partidos da base aliada. Ele fazia isso ou na sede do PT ou na liderança. Ou então na sala de reuniões ordinárias da Casa Civil.

Em outro depoimento, Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, afirmou que Marcos Valério havia sido designado pelo PT para obter R$ 20 milhões de empresários. O dinheiro seria repassado ao PTB nas eleições de 2004. O acerto foi feito em reuniões das quais participaram José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Roberto Jefferson e ele próprio, Emerson Palmieri.

O tesoureiro também contou detalhes dos R$ 4 milhões entregues por Valério. Foram dois pagamentos. O dinheiro chegou em duas malas "de rodinhas", em notas de R$ 50, na maioria, e umas "poucas notas de R$ 100".

O jornal Correio Braziliense traz a história do apartamento de Henrique Pizzolato. O diretor de Marketing do Banco do Brasil, afastado do cargo, comprou o imóvel de 160 metros quadrados por R$ 400 mil, em endereço dos mais valorizados do Rio de Janeiro, a uma quadra da praia de Copacabana.

Detalhe: neste mesmo dia da revelação do Correio Braziliense, um grupo de auditores da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, toma depoimento do *officeboy* Luiz Eduardo Ferreira da Silva. Ele conta que em 15 de janeiro de 2004, cerca de um mês antes da compra do apartamento em Copacabana, sacou R$ 326 mil de conta da DNA Propaganda em agência do Banco Rural do centro do Rio. E levou o pacote diretamente a Henrique Pizzolato.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), desabafa durante entrevista em Curitiba:

- Nunca imaginei que houvesse algo nesse sentido no País, independentemente de governo. Não significa que não possa ter existido em outros governos, mas na minha ótica pensei que, apesar de tudo o que se diz, nosso País não tivesse tantos tropeços no entrelaçamento entre a administração, políticos e empresas.

64

16/7/2005 Depois de Marcos Valério, a vez de Delúbio Soares apresentar a versão de que não houve o esquema do mensalão, ou seja, pagamentos de propina a parlamentares da base aliada do governo Lula, em troca de apoio no Congresso. O que houve, simples assim, foram repasses para quitar dívidas de campanha, por meio de caixa 2. Delúbio leva a explicação espontaneamente ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

O depoimento de Delúbio vaza em seguida para a imprensa. Faz parte da estratégia. Os jornais dão destaque. Delúbio procurou usar o procurador-geral para passar o recado de que o PT recebera cerca de R$ 40 milhões em empréstimos, mas, de maneira nenhuma, assegurava o tesoureiro, o dinheiro era fruto do desvio de verbas públicas ou teve sua origem no superfaturamento de contratos com estatais. Importante: os milhões, conforme frisara Valério, foram usados para acertar despesas de campanhas eleitorais, tão-somente.

A revista Veja não deixa por menos. A reportagem de capa, "Mensalão – quando e como Lula foi alertado", descreve cinco situações nas quais informações sobre o esquema de pagamento de propina chegaram aos ouvidos do presidente da República. A primeira vez, em 25 de fevereiro de 2004, por meio do deputado Miro Teixeira (RJ), na época filiado ao PT. O episódio ocorreu duas semanas após a queda de Wadomiro Diniz.

Escreve o repórter Otávio Cabral: "Waldomiro Diniz, na condição de braço-direito de José Dirceu, era quem cuidava da relação do governo com o Congresso e, com sua demissão, os credores do mensalão entraram em polvorosa. Miro Teixeira, que havia apenas três semanas assumira a liderança do governo na Câmara, começou a ser procurado pela tropa interessada em saber como seria paga a mesada dali em diante. O deputado ficou estupefato. Não sabia o que era mensalão. Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, Miro Teixeira recebeu várias sondagens. Numa delas, na manhã do dia 17, a pressão veio em comitiva. Eram três deputados juntos, querendo saber do futuro financeiro: Valdemar Costa Neto, presidente do PL, Sandro Mabel, líder do PL, e Pedro Henry do PP".

Miro Teixeira conversou reservadamente com Lula. Disse que deixaria o cargo de líder do governo por causa do mensalão. A revista Veja documenta:

"Lula demonstrou surpresa, disse que nunca ouvira falar naquilo e prometeu conversar com o então ministro José Dirceu para apurar a denúncia – mas não voltou a tocar no assunto. No dia 31 de março, Miro voltou ao Palácio do Planalto e, diante do fato de que nada fora feito a respeito do mensalão, pediu para deixar a liderança. Saiu no dia 6 de abril, sendo substituído pelo Professor Luizinho."

O segundo aviso ao presidente, em 5 de maio de 2004. Quem deu foi o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). O Palácio do Planalto, em comunicado oficial, deu a seguinte explicação à revista: Lula não se recorda de ter ouvido nenhum comentário de Marconi Perillo sobre o assunto.

O governador Marconi Perillo, no entanto, chegou a ilustrar a conversa com o presidente da República ao mencionar os casos de dois deputados de Goiás. Um deles virou escândalo. É o da deputada Raquel Teixeira (PSDB), a quem o deputado Sandro Mabel (PL) teria oferecido dinheiro para que se mudasse para o PL. Sobre o outro, o governador não deu detalhes. O motivo: o deputado Enio Tatico, do PSC, aceitou a proposta e se transferiu para o PL. Enio Tatico apresentou justificativa para a mudança:

- Mudei de partido porque o líder do PL é de Goiás e é meu amigo. Não recebi proposta.

O terceiro episódio. O próprio presidente abordou o assunto, durante viagem oficial à China. Aconteceu em 25 de maio de 2004. Durante um jantar, Lula perguntou ao deputado Paulo Rocha (PT-PA) se ele já ouvira falar sobre o pagamento de mesadas a deputados. Paulo Rocha negou ter ocorrido a indagação do presidente, mas dez deputados estavam na mesa do jantar. Três deles confirmaram a veracidade da conversa.

Nos outros dois casos, o aviso foi dado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). No primeiro deles, em 5 de janeiro de 2005, o ministro Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG) testemunhou a conversa. No segundo, em 23 de março de 2005, parte da alta cúpula do governo estava presente, no gabinete de Lula no Palácio do Planalto: José Dirceu (PT-SP), ministro da Casa Civil; Aldo Rebelo (PC do B-SP), ministro das Relações Institucionais; Walfrido dos Mares Guia, do Turismo; Gilberto Carvalho (PT-SP), chefe de gabinete do presidente; Arlindo Chinaglia (PT-SP), líder do governo na Câmara; e o deputado José Múcio (PTB-PE). A reportagem conclui:

"Se soube do assunto e não tomou providências, Lula pode ser acusado de crime de responsabilidade, previsto nos artigos 84 e 85 da Constituição e, também, na Lei nº 1.079, editada em 1950, conhecida como Lei do *impeachment*. Pela lei, o presidente, se soube do mensalão, tinha de ter mandado apurar. 'Se o presidente teve ciência disso, caracteriza-se uma omissão, que é um caso típico de crime de responsabilidade', afirma o jurista Miguel Reale Júnior, que redigiu a petição que resultou no *impeachment* de Fernando Collor, em 1992."

65

17/7/2005 Em surpreendente entrevista concedida na França e exibida no programa Fantástico, da Rede Globo, Lula faz coro às recentes versões sobre a crise política, que foram manifestadas por Delúbio Soares e Marcos Valério. Dessa forma, fecha a manobra para convencer a sociedade brasileira: houve "erros", sim, mas apenas decorrentes de empréstimos e operações de crédito, usados para pagar dívidas de campanha, por caixa 2. A versão oficial minimiza o escândalo do mensalão à manipulação de verbas não-declaradas.

Lula esforça-se para reduzir o problema. Exime-se de qualquer ato indevido, pois "já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT". Para o presidente da República, "o PT tem que explicar à sociedade brasileira que erros cometeu":

- O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil, sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo, porque o PT tem na ética uma das suas marcas mais extraordinárias. E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.

A oposição vai para cima. Acusa o governo de engendrar uma nova Operação Uruguai, em alusão ao esquema simulado pelos aliados do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, para tentar explicar a origem do dinheiro que financiava gastos do ex-presidente. Na época, um empréstimo de US$ 3,7 milhões foi forjado para justificar despesas de Fernando Collor. O presidente acabou afastado do cargo, depois de um processo de *impeachment*. Agora, a farsa contábil é a série de operações de

crédito de Marcos Valério. Os falsos empréstimos serviriam para esquentar dinheiro de caixa 2 oriundo de fontes ilegais, usado em acertos com políticos da base aliada.

O jornal O Estado de S. Paulo traz uma lista com os nomes de 22 deputados do PP. Testemunha cuja identidade é mantida em segredo aponta-os como destinatários de mensalões, distribuídos a mando do líder do partido, deputado José Janene (PR). Os operadores do esquema seriam João Cláudio Genu, chefe de gabinete de José Janene, e o deputado João Pizzolatti (PP-SC). Os locais de entrega da propina: o apartamento de Janene, em Brasília, e uma sala da Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados. Segundo a denúncia, Pizzolatti circulava com o dinheiro dentro de malas, nos corredores da Câmara, protegido por funcionários da área de segurança do Congresso.

Um perfil de Marcelo Sereno, ex-secretário de Comunicação do PT e ex-chefe de gabinete de José Dirceu (PT-SP), de quem também foi assessor especial, é publicado pela Folha de S.Paulo. Para ilustrar a reportagem, a fotografia de um prédio de alto padrão na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em cuja cobertura mora Marcelo Sereno. É atribuída a ele, ainda, a compra, em março de 2005, de um outro apartamento no Rio, no valor de R$ 700 mil.

Marcelo Sereno é acusado de "manipular" o Nucleos, fundo de pensão das estatais de energia nuclear. O objetivo seria levar dinheiro para as campanhas eleitorais do PT. Os repórteres Elvira Lobato e Leonardo Souza ouvem o petista Neildo de Souza Jorge, integrante do Conselho Deliberativo do Nucleos. Ele denuncia operações financeiras lesivas aos fundos de pensão:

- A grande mutreta é que eles compravam títulos públicos e depois vendiam com deságio para corretoras. Estas faturavam a corretagem e parte desse dinheiro, pelo que sabemos agora, iria para mensalões, caixas de campanha.

66

18/7/2005 O Brasil debate o caixa 2. É crime de falsidade ideológica prestar informações fraudulentas sobre a arrecadação de dinheiro para campanhas políticas sem declarar os valores à Justiça Eleitoral. Omitir receitas é crime de sonegação fiscal. Para a legislação de crimes contra o sistema financeiro nacional, considera-se fraude a movimentação de recursos de forma paralela, à margem da contabilidade legal. O caixa 2 é crime contra a ordem tributária.

Na prática, porém, o uso de caixa 2 em campanhas eleitorais não recebe punição. No máximo, multa. Ninguém fica preso por crime eleitoral. Muito mais grave é dar propina a parlamentares. Neste caso, o crime de corrupção pode condenar a 12 anos de prisão, fora processos e outras penas, caso sejam constatadas formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. E isso sem mencionar a perda do mandato, por crime de responsabilidade ou falta de decoro parlamentar.

Por isso o esforço dos envolvidos no escândalo do mensalão para descaracterizar a existência de um esquema de suborno de parlamentares. Ao circunscrever tudo ao rol de crimes eleitorais, os delitos poderiam ser diluídos para um número grande de receptores, se possível anônimos, o que, afinal, dificultaria a comprovação e a responsabilização dos culpados.

Cai o presidente da Petrobras, o ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Em seu lugar assume José Sérgio Gabrielli, também filiado ao PT. Justificativa do governo para o afastamento: José Eduardo Dutra vai disputar uma vaga no Senado em 2006. Faltam 15 meses para a eleição. Pela legislação, a

desincompatibilização precisa ocorrer seis meses antes do pleito. História mal contada. Dutra acabaria derrotado em 2006, mas no ano seguinte voltaria a ocupar cargo importante no sistema Petrobras, o de presidente da BR Distribuidora. Em 2009, apoiado por Lula, seria eleito presidente do PT.

Outras mudanças no governo: Antônio Batista Brito, diretor Comercial da Brasil Veículos, e Josenilton Andrade, do Centro Cultural Banco do Brasil, são afastados do Banco do Brasil. Motivo: reportagem do Correio Braziliense mostrou os dois pressionando um funcionário de baixo escalão. O episódio ocorreu no apartamento do petista Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, que participou da ação. Os três tentaram fazer o *boy* Luiz Eduardo Ferreira da Silva assumir a responsabilidade pelo saque de R$ 326 mil, o mesmo que motivou a saída de Henrique Pizzolato do Banco do Brasil. O dinheiro foi retirado pelo *boy* no Banco Rural, de conta bancária da agência de publicidade DNA, de Marcos Valério, e entregue a Henrique Pizzolato. Depois, o petista comprou um apartamento. O *boy* resistiu.

Em entrevista à Rádio Jovem Pan, de São Paulo, o respeitado senador Pedro Simon (PMDB-RS) comenta as acusações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Para Pedro Simon, o escândalo do mensalão vem sendo comprovado por fatos novos, todos os dias, e é mais grave do que aquele que vitimou o ex-presidente Fernando Collor de Mello:

- A coisa lá, a Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas para fazer transações ilícitas. Favoreceram essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido. O nome disso é peculato, é formação de quadrilha.

De Roberto Busato, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil):

- Valério e Delúbio são personagens menores, nessa comédia infame que estarrece a nação. Valem menos pelo que são e mais pelos personagens que buscam inutilmente ocultar e aos quais serviram, com ações criminosas nos subterrâneos da política.

67

19/7/2005 O escândalo do jipe Land Rover. Silvio Pereira está na CPI dos Correios, com *habeas-corpus* para não ser preso. Não precisa responder, se não quiser. Pode evitar perguntas, e mesmo cair em contradição. Não sairá algemado. Show de cinismo. O ex-secretário-geral do PT nunca ouviu falar em mensalão. Não tem ideia sobre empréstimos de Marcos Valério ao PT.

O que fez "Silvinho"? Segundo a sua própria versão, apenas um banco de dados, com mais de 5 mil nomes, todos de pessoas prontas a assumir postos no governo Lula. Gentilmente, Silvinho informa aos integrantes da CPI: existem 1.400 cargos ocupados por filiados do PT na administração federal. O secretário-geral não se lembra se viajou no avião de César Roberto Santos Oliveira, vice-presidente da GDK, empresa contratada da Petrobras:

- Eu mantinha contatos institucionais com César Oliveira, mas repito que não intermediei interesses da empresa.

Silvinho cala-se. Recusa-se a dizer se ganhou um jipe Land Rover da GDK:

- Não falo sobre meu patrimônio, por orientação dos advogados.

O Jornal Nacional, da TV Globo, localiza o vendedor do jipe. O carro está em nome de Silvio Pereira. Um telefonema para o homem que fez o depósito, de R$ 73.500. Confirmado: ele é funcionário da GDK.

José Paulo Boldrin, dono da revendedora de automóveis Eurobike, de Ribeirão Preto (SP), comprova o negócio. Recebeu o depósito de R$ 73.500 e vendeu o jipe, um Land Rover modelo Defender 90-SW, ano 2003. O carro já saiu da Eurobike em nome de Silvinho. E foi entregue na residência do secretário-geral do PT, na cidade de São Paulo.

A GDK doou R$100 mil para a campanha de Lula. Em 2003, primeiro ano de governo, faturou R$ 145 milhões em contratos com a Petrobras. Em 2004, venceu dez licitações promovidas pela estatal. Total em jogo: R$ 512 milhões. O maior contrato foi para reformar a plataforma de extração de petróleo P-34, no valor de US$ 88 milhões. Em 2005, mais cinco contratos celebrados com a Petrobras, no valor de R$ 272 milhões.

Na campanha eleitoral de 2004, a GDK só deu dinheiro para uma campanha política. Foi a de Osasco (SP), justamente o berço político de Silvinho. Doou R$ 400 mil para o candidato Emídio de Souza (PT), e com isso foi a maior doadora daquela campanha. O petista foi eleito.

Silvinho desliga-se do PT.

Evidências do mensalão. Deputados fizeram saques de dinheiro de contas das empresas de Valério, em agências do Banco Rural de Belo Horizonte e de Brasília. Documentos em poder da CPI dos Correios mostram autorizações de retiradas, beneficiando três deputados do PT, um do PP e um do PL.

Márcia Milanésio Cunha, mulher do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara dos Deputados, sacou R$ 50 mil. Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do deputado Paulo Rocha (PT-PA), o então líder do PT na Câmara, retirou R$ 470 mil. O deputado Josias Gomes (PT-BA) sacou duas vezes. Ele próprio, em pessoa, R$ 50 mil de cada vez. João Cláudio Genu, chefe de gabinete de José Janene (PR), líder do PP, levou R$ 1,1 milhão. Em nome do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) saíram R$ 150 mil.

Simone Vasconcelos, funcionária executiva de Marcos Valério e autora de vários dos pagamentos do mensalão, fez saques de R$ 6,1 milhões. Em outubro de 2003, em Brasília, Simone Vasconcelos efetuou duas retiradas, sendo uma de R$ 800 mil e outra de R$ 650 mil. O dinheiro foi entregue em carro-forte no escritório da SMPB na capital federal.

Tem mais: Jacinto Lamas, tesoureiro do PL, retirou R$ 1,3 milhão. As seguintes pessoas também fizeram saques: Vilmar Lacerda, presidente do PT do Distrito Federal. Total: R$ 100 mil. Raimundo Ferreira da Silva Júnior, assessor do deputado Paulo Delgado (PT-MG). Total: R$ 100 mil. Roberto Costa Pinho, ex-assessor, com currículo extenso: trabalhou para os ministros da Cultura e da Fazenda, Gilberto Gil e Antônio Palocci (PT-SP), e para o senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios. Total: R$ 350 mil. José Luiz Alves, secretário de Governo da Prefeitura de Uberaba (MG). Total: R$ 150 mil. O prefeito de Uberaba, Anderson Adauto (PL), aliás, foi ministro dos Transportes de Lula. E Solange Pereira de Oliveira, funcionária da tesouraria do PT de São Paulo. Total: R$ 100 mil.

Brasília vive um corre-corre. João Paulo Cunha (PT-SP) não comenta. Sai-se com um "tudo tem explicação". O deputado Professor Luizinho (PT-SP) defende João Paulo Cunha:

- A informação que tenho, do próprio João Paulo, é de que a Márcia esteve no Rural para resolver problema da televisão a cabo.

O ex-ministro Anderson Adauto não foge da briga. Segundo ele, Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, o ajudou a pagar uma dívida de campanha:

- Encerrei 2002, quando me elegi deputado federal, com uma dívida de campanha. Então, pedi para o Delúbio e ele me ajudou. Não sei precisar a quantia, mas foi entre R$ 100 mil e R$ 150 mil.

Foram R$ 150 mil, e Anderson Adauto era o ministro dos Transportes:

- Não vejo nenhuma irregularidade em ser ajudado para pagar dívidas de campanha.

Nas fileiras do PT, algumas "explicações": Vilmar Lacerda recebeu dinheiro para pagar dívidas de campanha. Solange Pereira de Oliveira, do Diretório de São Paulo, não quer comentar. E Raimundo Ferreira da Silva Júnior, que também é vice-presidente do PT do Distrito Federal, cumpriu ordens de Delúbio Soares. Buscou o envelope, mas não sabia quanto tinha dentro:

- O Delúbio me ligou de São Paulo e pediu para que eu fosse até a agencia do Rural, onde deveria pegar um dinheiro que ele estava precisando para umas despesas. Ele me disse que precisava de alguém de confiança para buscar o pacote. Como sou amigo dele, nada mais natural.

Cai Marco Antônio Silva, diretor de eventos da Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Era um dos mais importantes auxiliares do ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP). Militante do PT, foi acusado de favorecimento ilícito e tráfico de influência. É casado com Telma dos Reis Menezes da Silva, funcionária da Multi Action, empresa de organização de eventos de Marcos Valério. Em um ano de governo Lula, a Multi Action movimentou R$ 28 milhões.

Marco Antônio Silva integrou a comissão julgadora da licitação que escolheu a agência de publicidade contratada pelos Correios. Venceu a SMPB, de Marcos Valério. Contratada a SMPB, a Multi Action foi chamada para prestar serviços aos Correios.

68

20/7/2005 Mais evidências do mensalão. A CPI dos Correios usa os dados da quebra do sigilo bancário de Marcos Valério para identificar o caminho do dinheiro. Surge Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça. Foi identificada retirada de Zilmar Fernandes da Silveira de R$ 250 mil. Duda Mendonça foi o responsável pela campanha eleitoral de 2002, que elegeu Lula pela primeira vez. Além de orientar ações do presidente, Duda Mendonça gerencia contratos de publicidade da Petrobras, Ministério da Saúde e Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Rodrigo Barroso Fernandes, assessor do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), sacou R$ 274 mil. Com a notícia, é desligado da Prefeitura. E começa a novela de um tal Roberto Marques, amigo de José Dirceu (PT-SP) que fugiu feito o diabo da cruz para não esclarecer determinada retirada de R$ 50 mil.

Outros nomes: Paulo Menegucci, diretor dos Correios. Recebeu R$ 205 mil. Jair dos Santos, motorista do ex-presidente do PTB, Flávio Martinez. Sacou R$ 300 mil. Nestor Francisco de Oliveira, assessor do deputado Roberto Brant (PFL-MG). Pegou R$ 102 mil no banco. Cantídio Cotta Figueiredo, candidato a deputado pelo PTB. Sacou R$ 68 mil. Luiz Carlos de Miranda Faria, outro candidato do PTB. Fez retirada de R$ 68 mil. Benoni Nascimento de Moura, da corretora Bônus-Banval. Pôs a mão em R$ 255 mil. E Luiz Carlos Masano, também ligado à Bônus-Banval, recebeu R$ 50 mil. Suspeita-se das ligações da Bônus-Banval com o deputado José Janene (PP-PR).

Chamam a atenção, ainda, os saques atribuídos a David Rodrigues Alves, um policial mineiro, no valor de R$ 4,9 milhões. Localizado, o policial explica que foi contratado por Cristiano de Mello Paz, sócio de Marcos Valério.

A versão dele: recebia entre R$ 50 e R$ 100, sempre que ia buscar dinheiro no Banco Rural. Levava a grana diretamente a Cristiano de Mello Paz, na SMPB em Belo Horizonte. Diz o policial:

- Os pacotes já estavam prontos nas agências, eu apenas assinava o recebimento. Meu trabalho era retirar o dinheiro e entregar na SMPB. Quero deixar claro que eu fazia a retirada do dinheiro do banco. Eu não sacava e não sei de quem era o dinheiro.

Cristiano de Mello Paz, o sócio de Marcos Valério, informa, por meio da assessoria, que não conhece o policial. David Rodrigues Alves devolve, à altura: foi apresentado a Cristiano Paz por um doleiro, Haroldo Bicalho.

Chega ao Conselho de Ética da Câmara o teor de um depoimento prestado à Polícia Federal. É de Simone Vasconcelos, apresentada como diretora administrativa e financeira da SMPB, a agência de publicidade de Valério.

A confissão de Simone Vasconcelos choca. Sozinha, ela sacou R$ 6,1 milhões de contas de Valério no Banco Rural. Os números foram apurados pela CPI dos Correios e são irrefutáveis. Simone Vasconcelos entregou pacotes de dinheiro a desconhecidos. Ela pagava o mensalão a pessoas mandadas por Valério à agência do Rural em Brasília. Os apressados pegavam os pacotes, sem conferir, e punham o conteúdo em pastas executivas.

Simone Vasconcelos não tem a mínima ideia do destino do dinheiro, mas confessa: sentia-se "constrangida e preocupada de estar sendo identificada por desconhecidos", e também por estar "entregando altas somas de dinheiro para estes, sem ao menos saber quem eram".

Numa ocasião, Marcos Valério queria saber a cor da blusa de Simone Vasconcelos, "para que fosse identificada pelo estranho que deveria receber o dinheiro". Os valores variavam de R$ 50 mil a R$ 300 mil, sendo que, em algumas ocasiões, ela teve de levar altas somas até as mãos de Valério, em hotéis de luxo. Uma vez, carregou o dinheiro até um táxi que já a esperava na frente de um centro de compras em Brasília.

Mais números contra Marcos Valério. Dos R$ 836 milhões faturados nos últimos seis anos pelas 14 empresas nas quais o nome do empresário aparecia como sócio, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) descobre: R$ 500 milhões não tiveram origem identificada. E surge mais um braço financeiro de Marcos Valério: o BRB (Banco de Brasília), pelo qual passaram, em dois anos, R$ 100 milhões. É dinheiro atribuído às chamadas "contas lavanderia".

As movimentações são descritas como atípicas. Depósitos e transferências imediatas, que vão de R$ 20 mil e R$ 120 mil cada uma, feitas pelo sistema TED (Transferência Eletrônica Direta). O dinheiro é posto instantaneamente nas contas dos beneficiados.

Em cinco anos, Valério pagou R$ 26 mil de Imposto de Renda. Dinheiro para comprar um carro popular. Nada. Para o fisco, o empresário tem renda média mensal pouco superior a R$ 5.000. O patrimônio declarado de Valério, porém, é de R$ 18,5 milhões. 80% dos bens, nos nomes da mulher, Renilda de Souza, e dos filhos do casal. Em 2004, Valério pagou apenas R$ 2.800 em impostos. Em 2005, R$ 3.000. Um espanto.

Com estrela do PT na lapela, o tesoureiro Delúbio Soares depõe à CPI dos Correios. Protegido por *habeas-corpus*, não pode ser preso. Ao longo de todo o escândalo, como se verá, Delúbio Soares agiu sempre como um grande escudo, protegendo Lula e a cúpula do PT. Ele isenta o governo e integrantes do PT de quaisquer responsabilidades pelas transações financeiras com Marcos Valério. Assume todos os eventuais erros. Mata no peito. Orientado por advogados, evita falar em caixa 2:

- Não existe caixa 2, existe dinheiro não-contabilizado.

Delúbio Soares nega a existência do mensalão. Deixa dúvidas:

- Eu definia quem iria receber o dinheiro. Quem definia o método de pagamento do dinheiro era o Marcos Valério. Eu não sei como era feita a entrega do dinheiro.

E foi assim que tudo começou, segundo a versão de Delúbio Soares: Marcos Valério se ofereceu para pagar as dívidas de campanha, "eu concordei". Simples assim. Tudo "na base da confiança". Sem documentos ou contratos, sem que ninguém do partido tivesse conhecimento. E como devolver os quase R$ 40 milhões que foram emprestados dos bancos? O tesoureiro do PT provoca risos dos parlamentares presentes à sessão com a resposta que dá:

- Estou diante de um grande problema, e preciso resolvê-lo o mais rápido possível.

Delúbio Soares esquiva-se de responder sobre a quantia de R$ 29.436,26, dinheiro emprestado pelo PT ao presidente Lula, em 2003. O dinheiro vai dar muito pano para manga. Por ora, a informação: no livro-caixa do PT, oficialmente entregue ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o dinheiro foi quitado em quatro parcelas. Diz o tesoureiro:

- Nossa prestação de contas é rigorosa.

Questionado sobre a legalidade do ato, encerra o assunto:

- Não convém me pronunciar.

Depoimento à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do deputado Valdemar Costa Neto (SP), presidente do PL, faz relato sobre a conversa telefônica entre o ex-marido e o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), na qual os dois trataram de operação financeira para atrair deputados à bancada do PL.

- Ouvi a conversa e vi o dinheiro, guardado no cofre da nossa casa.

Ela testemunhou a entrega de uma mala repleta de dólares ao deputado maranhense Remi Trinta. Ouviu o diálogo em que Valdemar pediu para Jacinto Lamas, o tesoureiro do PL, pegar "várias malas" em Belo Horizonte:

- Ele era como o *boy* do Valdemar.

Além de movimentar altas somas, o ex-marido tinha o costume de andar de jatinho e torrar milhões em cassinos. Em uma noite, perdeu US$ 500 mil numa casa de jogo do Uruguai. Outra vez, foram US$ 300 mil em Las Vegas, nos Estados Unidos.

- Na volta de uma viagem acabei trazendo, sem saber, uma mala de dinheiro.

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) admite nos bastidores renunciar ao mandato. A mulher dele, Márcia Milanésio Cunha, sacou mesmo R$ 50 mil do valerioduto, no Banco Rural. Cunha chegou a escrever a carta de renúncia, mas José Dirceu (PT-SP) e os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, convencem-no a recuar.

Cunha não comenta a quase-renúncia. A assessoria, porém, já está pronta para rebater: os R$ 50 mil foram gastos integralmente na campanha eleitoral de Osasco (SP). Com o tempo, a versão vai ser aprimorada. E o deputado? Viajou com a família para destino ignorado. Por dez dias.

O Congresso Nacional instala a CPI do Mensalão. O governo tem o controle da comissão, com a nomeação do senador Amir Lando (PMDB-RO) para presidente, e do deputado Abi-Ackel (PP-MG) para relator. Amir Lando foi ministro da Previdência Social de Lula, é peemedebista fiel ao Planalto. Quem o banca é o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Abi-Ackel foi ministro da Justiça do presidente João Figueiredo (1979-1985), o último da ditadura militar. Aloizio Mercadante define Abi-Ackel:

- É um deputado acima de qualquer suspeita.

69

21/7/2005 Mais um deputado do PT no escândalo do mensalão. José Mentor (SP), ligado a José Dirceu (PT-SP) e à ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP), da qual foi líder de governo na Câmara Municipal de São Paulo, recebeu dois cheques, no total R$ 120 mil. Os comprovantes das transações estão entre aqueles que fazem referência aos R$ 50 milhões transferidos de contas atribuídas às empresas de Marcos Valério, via Banco do Brasil.

Os R$ 120 mil vieram da 2S Participações, empresa ligada a Marcos Valério, que movimentou R$ 26,4 milhões em dois anos. O dinheiro foi transferido para o escritório de advocacia de José Mentor. O deputado vincula a soma a serviço jurídico prestado a Rogério Tolentino, sócio de Valério. No escritório de José Mentor não há cópias do parecer que diz ter sido elaborado. José Mentor foi identificado por causa de um cheque nominal. Na maioria dos casos, porém, os cheques do Banco do Brasil em poder da CPI dos Correios mencionam números sigilosos, das contas bancárias dos favorecidos.

Detalhe importante: em julho de 2004, quando José Mentor pôs as mãos nos dois cheques, ele ocupava o cargo estratégico de relator da CPI do Banestado. A comissão investigava lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Suspeita-se que Mentor poupou o Banco Rural, ligado a Valério, no relatório final da CPI.

O deputado Paulo Rocha (PT-PA), líder do PT na Câmara dos Deputados, afasta-se do cargo. Ligado a José Dirceu (PT-SP), foi tesoureiro do PT do Pará e presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT) paraense. Sai sem explicar saques de R$ 470 mil, feitos pela assessora Anita Leocádia Costa. O dinheiro foi retirado de contas bancárias de Valério, no Banco Rural. Rocha promete conceder entrevista, mas some do gabinete.

A nota da assessoria de Paulo Rocha, coerente com as explicações de Lula, Delúbio Soares e Marcos Valério, mas contradizendo o que ele mesmo dissera anteriormente: o deputado pedira R$ 300 mil a Delúbio Soares para quitar gastos de campanha eleitoral no Pará. Não há menção sobre os R$ 170 mil restantes. Como se verá adiante, há mais dinheiro envolvido.

"Escárnio à nação" é o título do editorial da Folha de S.Paulo. Fala dos saques nas contas das empresas de Marcos Valério, que "indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários":

"Vai ficando cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política – o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime."

Outro trecho:

"Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no Governo Federal."

A Polícia Federal avança no caso da cueca milionária. Reúne indícios sobre a origem dos R$ 200 mil encontrados na maleta e os US$ 100 mil escondidos nas partes íntimas, tudo transportado por José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de José Genoino. A investigação aponta para propina. A suspeita vem do fato de Vieira da Silva ter se encontrado com o dono de uma empreiteira. Do procurador Márcio Torres, sobre o depoimento de Vieira da Silva ao Ministério Público Federal:

- Ele confirma que esteve com o empresário José Petronilho de Freitas. Disse que foi fazer uma visita e conversaram amenidades, nada a ver com o dinheiro.

O empresário é ligado ao grupo Cavan. Está em jogo um negócio de R$ 450 milhões. O sistema de transmissão de energia elétrica do Nordeste previa a construção de um linhão de 550 quilômetros ligando Teresina a Fortaleza. O empreendimento recebeu financiamento do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e envolve a Chesf (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco).

Recapitulando: ao receber a ordem de prisão no aeroporto de Congonhas, após ser flagrado com a dinheirama, Vieira da Silva telefonou ao amigo petista e assessor especial do BNB, Kennedy Moura, que seguiu para São Paulo. A propósito: José Nobre Guimarães também estava na capital paulista. Foi ele, aliás, quem indicou Kennedy Moura para o BNB de Lula. Vieira da Silva seria apenas "mula", alguém incumbido de transportar dinheiro.

Lula demite Olívio Dutra (PT-RS), ministro das Cidades. É um acordo para dar espaço ao PP. Em seu lugar assume Márcio Fortes (RJ), uma indicação do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). Olívio Dutra não esconde o ressentimento:

- O PT tem problemas muito sérios, que acabam respingando no governo.

Para Olívio Dutra, "disputa" e "concentração de poder no governo" deram espaço para o crescimento da "erva daninha" da corrupção. Ele não explica nem cita nomes, mas acrescenta, com gravidade:

- O problema foi provocado por figuras e políticos que predominaram por certo tempo dentro do nosso partido.

70

22/7/2005 A dívida de R$ 29.436,26 do presidente Lula. Durante cinco dias, o jornal Folha de S.Paulo solicitou explicações do Palácio do Planalto. A reportagem queria saber como o débito fora pago. O governo, finalmente, emitiu nota oficial: "A Presidência da República não tem conhecimento dessas informações, que devem ser buscadas junto ao Partido dos Trabalhadores".

O jornal recorda: no segundo dia, o Palácio do Planalto ainda respondeu que o dinheiro se referia a viagens de Lula, como presidente de honra do PT. Em seguida, estranhamente, retirou a informação. Ou seja, ela não procederia. Depois disso, nenhuma nova manifestação.

Dos dados da prestação de contas do PT, assinados pelo então tesoureiro Delúbio Soares e entregues ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral): a primeira das quatro parcelas que quitou a dívida de R$ 29.436,26 foi de R$ 12 mil, e o depósito efetuado em 30 de dezembro de 2003, ao final do primeiro ano do governo Lula.

No mesmo dia, coincidência! Extratos bancários do PT encaminhados ao mesmo TSE revelam um depósito *on line* na conta do Diretório Nacional. Nos extratos aparece o nome da funcionária Solange Pereira Oliveira, da tesouraria do PT. O nome dela também faz parte da lista dos sacadores de dinheiro das contas de Marcos Valério. Retirou R$ 100 mil, em dinheiro vivo.

A grande dúvida, que perdurava: a dívida de Lula teria sido paga com dinheiro de caixa 2, das contas de Valério? Outra informação, apurada pelos repórteres Marta Salomon e Rubens Valente: no mesmo dia 30 de dezembro de 2003, um saque na conta da SMPB de Valério. Não há identificação a respeito. O nome do sacador desapareceu do interior da sala da CPI dos Correios. Intrigante. Quem desapareceu também foi Solange Pereira Oliveira. Sumiu da sede do PT. A nova direção do PT não se manifesta a respeito.

Surgem indícios contra mais um deputado do PT. O Professor Luizinho (PT-SP) também usufruiu os serviços de caixa 2 de Marcos Valério. Ex-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, Luizinho é ligado a José Dirceu (PT-SP). O parlamentar, no entanto, manda Rosana Lima, sua solícita chefe de gabinete, negar qualquer problema: José Nilson dos Santos, identificado entre os sacadores do esquema do mensalão, não é o José Nilson dos Santos que trabalha para o Professor Luizinho. Trata-se de um homônimo. O José Nilson dos Santos assessor, segundo a chefe de gabinete, trabalha em Santo André (SP). "Nunca esteve em Brasília com a finalidade de sacar dinheiro no Rural. Não sacou R$ 20 mil de forma alguma".

O deputado José Borba (PMDB-PR) vai para o noticiário. Ele não aparece como sacador, nem funcionários dele aparecem como sacadores. Mas José Borba esteve no Banco Rural em Brasília, no mesmo dia e horário que Simone Vasconcelos, a fiel executiva de Marcos Valério.

Em 26 de novembro de 2003, Simone Vasconcelos fez quatro saques, num total de R$ 400 mil. De acordo com o sistema de controle, José Borba entrou no prédio apenas dois minutos antes de Simone Vasconcelos. Saiu cinco minutos depois. Uma semana na frente, em 3 de dezembro: Borba e Simone, novamente. No mesmo dia, no mesmo Banco Rural. Cenas de cinema.

Em viagem ao Rio, Lula ridiculariza as investigações sobre o mensalão:

- O que o povo quer mesmo é resultado. É saber se, no frigir dos ovos, a sua vida vai estar melhor do que quando nós entramos no governo.

Em outras palavras, Lula defende o "rouba, mas faz".

71

23/7/2005 A revista Época acusa o deputado Abi-Ackel (PP-MG), relator da CPI do Mensalão. Ele teria ligações com Marcos Valério, que doou R$ 100 mil à campanha dele para deputado federal, em 1998. O filho do parlamentar, Paulo Abi-Ackel, recebeu R$ 50 mil de Marcos Valério.

Abi Ackel dá entrevista. Não se lembra do fato, ocorrido sete anos atrás. Mas nega que as supostas doações possam prejudicar o trabalho do relator:

- Estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para votar com o governo. Em 1998, era outra situação.

Em seguida, a explicação: a contribuição de Marcos Valério foi recebida não por ele, mas pelo setor financeiro da campanha de Eduardo Azeredo (PSDB), candidato à reeleição ao Governo de Minas Gerais naquele ano. O depósito teria sido ordenado por Cláudio Mourão, o tesoureiro da campanha.

73

25/7/2005 A CPI dos Correios identifica novos depósitos milionários. Beneficiam a corretora Bônus-Banval, relacionada ao deputado José Janene (PP-PR). Num primeiro momento apareceram saques efetuados no Banco Rural, num total de R$ 305 mil, destinados a pessoas ligadas à empresa. Desta vez a Bônus-Banval aparece por ter recebido R$ 2,9 milhões da empresa 2S, de Valério, por meio de sete transferências eletrônicas do Banco do Brasil.

Surgem também depósitos suspeitos de R$ 6 milhões na conta de uma tal Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações. São transferências por meio de cheques do Banco Rural. Para constar: Garanhuns (PE) é a cidade de nascimento do presidente Lula. No endereço registrado da Guaranhuns, em Santana do Parnaíba (SP), apenas um terreno baldio, usado pela garotada do lugar como campinho de futebol.

O deputado Romeu Queiroz (PTB-MG) admite o recebimento de R$ 102 mil do valerioduto. O dinheiro veio da conta da SMPB no Banco Rural, em 31 de agosto de 2004. Romeu Queiroz assegura: o repasse não ficou com ele, mas foi transferido para candidatos às eleições daquele ano do interior de Minas Gerais, filiados ao próprio PTB e ao PT. O deputado não fornece nomes.

Mais um beneficiário do caixa 2 do PT. É o secretário de Finanças do PT de Minas Gerais, Carlos Magno Ribeiro Costa. Recebeu R$ 90 mil.

Jorge Moura, ex-presidente da Refer, o fundo de pensão dos ferroviários, acusa: Marcelo Sereno, homem de confiança de José Dirceu (PT-SP), tentou influenciar investimento de R$ 1,4 bilhão da Refer. Para Jorge Moura, Marcelo Sereno trabalhou para direcionar as aplicações do fundo de pensão em benefício dos bancos Rural, BMG, Santos e Pactual. Ele denuncia outras pressões, vindas do deputado Carlos Santana (PT-RJ). A mulher dele, Tânia Santana, ocupava cargo na diretoria da Refer. Do esquema participariam Cristina Montemor, presidente do Conselho Deliberativo da Refer, ligada a

Carlos Santana e a Juarez Barroso, integrante do PT e secretário de Administração da Prefeitura de Nova Iguaçu (RJ).

74

26/7/2005 Depoimento à CPI dos Correios. É de Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, mulher de Marcos Valério e sócia das agências de publicidade DNA e SMPB. Ponto alto do que ela diz: o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) participou de negociações que culminaram com dois empréstimos concedidos pelos bancos Rural e BMG ao PT. Ambas as operações financeiras foram avalizadas por Marcos Valério.

Renilda Santiago dá detalhes: José Dirceu viajou a Belo Horizonte no fim de 2004, para se reunir com dirigentes do Banco Rural e discutir empréstimos para o PT. O encontro foi no hotel Ouro Minas. Segundo ela, o ex-ministro também esteve com diretores do BMG em Brasília.

Por meio de nota, José Dirceu admite que manteve encontros com executivos dos dois bancos, mas nega ter tratado de empréstimos ao PT. De acordo com a assessoria de José Dirceu, a conversa com diretores do BMG, no Palácio do Planalto, tratou exclusivamente da conjuntura econômica.

A agenda do Ministério da Casa Civil informa, ainda, que houve uma terceira reunião, em agosto de 2003, também em Brasília, com Kátia Rabelo, presidente do Banco Rural. Durante os 30 meses em que permaneceu à frente da Casa Civil, José Dirceu confirma encontros com dirigentes de apenas quatro bancos: Rural, BMG, Bradesco e Citibank.

Não foi só o jipe Land Rover de Silvio Pereira. A GDK, contratada da Petrobras, também empregou Mônica Wagner, filha do ministro das Relações Institucionais de Lula, Jaques Wagner (PT-BA). Ela trabalha na empresa desde maio de 2004. Na época, o pai comandava o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeado por Lula. Em 2002, a GDK doou R$ 225 mil para a campanha do PT na Bahia. Jaques Wagner era candidato a governador. Perdeu. Em 2006, Wagner elegeu-se governador.

75

27/7/2005 Apesar das negativas, José Nilson dos Santos é mesmo assessor do deputado Professor Luizinho (PT-SP), ex-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados. Sacou R$ 20 mil em dinheiro, de conta bancária da SMPB de Marcos Valério. Foi em 23 de dezembro de 2003, no Banco Rural. Deixou o número do RG na agência. Reação do Professor Luizinho:

- Alguém está montando documentação falsa. Vou processar todos.

Em Santo André (SP), o assessor confirma o RG, mas se diz surpreso:

- Não sei o que aconteceu. Nunca entrei em uma agência do Banco Rural. Nem aqui nem em Brasília.

José Nilson dos Santos está na lista de 11 pessoas indicadas pelo PT a Marcos Valério. Todas autorizadas a fazer saques de dinheiro do caixa 2 do partido. Já faz sete anos que José Nilson dos Santos trabalha com Luizinho.

Dia seguinte, Luizinho admite, finalmente: José Nilson dos Santos sacou mesmo R$ 20 mil da conta da SMPB, no Banco Rural. Em nota à imprensa, o deputado reconheceu: o assessor se lembrou de um deslocamento para uma agência bancária, em São Paulo, em dezembro de 2003:

"No final de 2003, procurei o senhor Delúbio Soares para tratar deste assunto. Ele me orientou que retirasse o valor de R$ 20 mil em uma agência bancária na avenida Paulista. Só fui me dar conta que era o Banco Rural agora."

Luizinho, aguerrido defensor do governo Lula, justifica os R$ 20 mil, dez meses antes das eleições de 2004:

- O dinheiro foi usado na preparação de pré-campanhas de vereadores em municípios paulistas.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), envia ofício ao Conselho de Ética da Câmara. Confirma que alertou Lula sobre o esquema de pagamentos a parlamentares, em 5 de maio de 2004. Diz o documento:

"Relatei ao senhor presidente que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares em conversas informais em Brasília, porém sem provas concretas. Repeti o inteiro teor das informações que havia recebido. O senhor presidente disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria. Não sei quais foram as providências tomadas."

Marconi Perillo aponta duas testemunhas da conversa. Estavam dentro do carro em que manteve diálogo com Lula o motorista e o chefe da segurança do presidente. Como se sabe, os dois não seriam convocados a depor na CPI.

76

28/7/2005 Análise da movimentação das contas bancárias das empresas de Marcos Valério alimenta as provas do esquema de corrupção. Novas revelações vêm a público: o deputado João Magno (PT-MG) recebeu duas transferências eletrônicas da SMPB, por meio do Banco Rural. Um total de R$ 29 mil, em agosto e setembro de 2004. Por meio da assessoria, explicações, com a mesma ladainha: João Magno nunca teve contato com a SMPB, mas pediu ajuda financeira ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para saldar compromissos assumidos durante as eleições de 2002. Delúbio autorizou.

Outro que se apresenta para tentar explicar, o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG). Os R$ 50 mil depositados na conta dele, transferidos eletronicamente em agosto de 2004 da conta da SMPB no Banco Rural, fizeram parte das doações de campanha daquele ano. Vieram da empresa siderúrgica Usiminas, que teria contribuído para a eleição de Queiroz com R$ 102 mil. A SMPB, portanto, apenas teria repassado o dinheiro, imediatamente encaminhado por Queiroz, por sua vez, a candidatos a vereador de seis partidos, em 20 cidades. Quanto aos R$ 50 mil depositados diretamente em sua conta, foi um engano cometido por um assessor. Diz Romeu Queiroz:

- Não fiquei com nada.

Levantamento identifica novos saques de R$ 300 mil atribuídos a Jacinto Lamas, o tesoureiro informal do PL. O dinheiro foi repassado por meio da conta da SMPB no Banco Rural. Existem R$ 1,6 milhão em retiradas em nome de Jacinto Lamas. O irmão dele, Antônio de Pádua Lamas, assessor do PL, também fez um saque, de R$ 350 mil. Esteve no Banco Rural, em Brasília, em 7 de janeiro de 2004, por 14 minutos. Das 14h22 às 14h36.

Atualização de somas acrescenta mais R$ 1,6 milhão aos saques atribuídos ao policial mineiro David Rodrigues Alves. Os novos cálculos chegam a R$ 6,5 milhões. Identificados mais R$ 100 mil sacados por Roberto Pinho, assessor do PT. No total, ele retirou R$ 450 mil. Célio Siqueira, assessor do deputado Vanderval dos Santos (PL-SP), sacou outros R$ 150 mil.

Dados atualizados mostram que a empresa Guaranhuns recebeu R$ 7,1 milhões. A origem do dinheiro: cheques emitidos por empresas de Marcos Valério via Banco Rural, na agência do Brasília Shopping. Aberta mais uma investigação: a CPI dos Correios suspeita que a Guaranhuns é uma empresa de fachada, utilizada para lavar dinheiro e remeter ilegalmente divisas para o exterior. 99% do capital da empresa estão nas mãos de uma *offshore* chamada Esfort Trading, sediada no Uruguai. Outra suspeita: os R$ 7,1 milhões foram parar nas mãos do tesoureiro Jacinto Lamas, que repassou a soma ao deputado Valdemar Costa Neto (SP), presidente nacional do PL.

Entrevista com o economista Paulo de Tarso Venceslau. Ele relata ao repórter Luiz Maklouf, do jornal O Estado de S. Paulo, esquema de corrupção, de 1995, cujo operador era o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula. Roberto Teixeira representava a Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios). Por ter denunciado a trama, Venceslau foi expulso do PT em 1998. Para ele, Roberto Teixeira era o Marcos Valério da época:

- Ele era o grande operador. Ele se apresentava nas prefeituras em nome do Lula, para pegar dinheiro para o PT. Paulo de Tarso Venceslau conversou pessoalmente com Lula, naquele ano de 1995. Queria alertá-lo para os métodos ilícitos de Roberto Teixeira:

- Lula foi o primeiro a saber do caso. Sabia do comprometimento do seu compadre, sabia do volume de dinheiro público envolvido, e fez questão não só de acobertar, mas de punir quem tinha descoberto. Definição de Paulo de Tarso Venceslau: Lula é um caudilho, "e o partido se ajoelha diante dele. Esse ajoelhar foi mortal para o PT":

- O poder do Lula passou a ser quase que absoluto diante da máquina partidária. O partido se ajoelhou.

Em seguida, o economista fala do deputado José Dirceu (PT-SP):

- Até então aparentava manter uma velha amizade comigo, mas passou a ser meu algoz. Naquele momento ele provou ao Lula sua extrema lealdade. Um caudilho com esse poder, um partido de joelhos e um executor como o Zé Dirceu, só podia levar a isso que estamos vendo hoje.

- **Como pôde ser possível a montagem dessa máquina de dinheiro, o valerioduto, dentro do PT?**

- Silvio, Delúbio, essas pessoas foram postas no entorno de Dirceu. Silvinho, por exemplo, sempre foi uma pessoa medíocre no PT. Foi alçado a dirigente pelo Zé Dirceu e virou pau-mandado. Assim como o Delúbio. São pessoas que raciocinam muito pouco, não precisam pensar muito. Tinham de executar.

- **Paus-mandados de quem?**

- Do Zé Dirceu, que era o grande comandante, o grande chefe desse pessoal. Quem mandava e desmandava era Dirceu. A máquina partidária era controlada a mão-de-ferro por ele.

- **Delúbio Soares afirma que Dirceu não sabia do esquema.**

- Isso é conversa para boi dormir. Zé Dirceu controlava o partido, colocava as pessoas nos postos que lhe interessavam, mantinha sob rígido controle. É ingenuidade achar que não sabia a origem dos recursos. Até porque o Delúbio não tem capacidade, nem origem, formação, preparo nem nada para montar um aparelho desse tipo. Vamos ser realistas. É um sindicalista do interior de Goiás, professor de carreira do Estado, neófito em São Paulo, nunca circulou nas rodas do poder e de repente adquire amizade sólida com um grande operador chamado Marcos Valério. É piada achar que fez isso da cabeça dele.

Sobre Lula:

- O Lula sempre geriu de perto as questões que envolvem sua relação de poder. Claro que não vai estar mandando fazer, mas saber, ele sabia. Não os detalhes. Comparando com a época que estourou o negócio do Teixeira: a primeira pessoa que soube foi Lula. Eu levei para ele, pessoalmente. E o tempo todo fingiu que não sabia. Evidentemente que Lula não operava, assim como não está operando hoje. Mas como ele sabia naquela época, ele sabe hoje, sempre soube.

77

29/7/2005 Depoimento à Polícia Federal. É de João Cláudio Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR). Ele admite que fez vários saques em dinheiro vivo na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. De setembro de 2003 e janeiro de 2004, foram R$ 850 mil em retiradas. Genu agiu por determinação de Janene e dos deputados Pedro Corrêa (PP-PE) e Pedro Henry (PP-MT).

Genu nega que distribuiu dinheiro do mensalão a deputados do PP. Apenas transportou somas, como uma espécie de "mula". Segundo Genu, ele pegava o dinheiro dentro da agência, em envelopes entregues por Simone Vasconcelos, executiva de Marcos Valério. Tudo ia para dentro de uma pasta tipo 007, sem conferir. Da agência bancária, Genu ia para o anexo do Senado, onde estão a presidência e a sede do PP. Lá funcionava uma espécie de tesouraria do PP.

A Polícia Federal monta esquema para proteger a vida de Soraya Garcia. Ela cuidou das finanças da campanha de Nedson Micheletti (PT) à Prefeitura de Londrina (PR) em 2004. Militante do PT, acabou denunciando a sonegação de R$ 6,5 milhões nos gastos da campanha apresentados pelo PT à Justiça Eleitoral. Ela acusa o envolvimento do então deputado Paulo Bernardo (PT-PR), nomeado depois ministro do Planejamento de Lula, e de outro deputado, André Vargas (PT-PR). Declaração do promotor eleitoral Sérgio Correia de Siqueira sobre o caixa 2 que reelegeu Nedson Micheletti, com referências ao ministro Paulo Bernardo e ao deputado André Vargas:

- O que ela fala é que eles chegavam de Brasília num dia e o dinheiro aparecia no outro.

O dinheiro surgia dentro de sacos plásticos de lixo ou em sacolas de lojas. Oficialmente, a campanha custou R$ 1,3 milhão. De acordo com os números de Soraya Garcia, foram R$ 7,8 milhões. Ela relatou ao promotor que foi incumbida de fazer duas planilhas de despesas. Uma, em letras azuis, a oficial. A outra, em vermelho, mostrava o caixa 2. Depois que os documentos eram impressos, os arquivos tinham de ser apagados do computador.

Soraya Garcia põe no rolo o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP). Ele é natural da mesma Londrina. Gilberto Carvalho foi procurado várias vezes para dar socorro financeiro à campanha de Nedson Micheletti. Olha a coisa batendo na porta de Lula, novamente.

Em entrevista ao repórter Sérgio Gobetti, do jornal O Estado de S. Paulo, o deputado João Magno (PT-MG), ex-prefeito de Ipatinga (MG), confessa que errou ao receber R$ 50 mil do valerioduto em 2003. Diz que o dinheiro foi usado para pagar dívidas de campanha do ano anterior:

- Não declarei. Não digo que a gente não deva respeitar a lei, mas se não jogar as regras do jogo tem de deixar a política. Recebi consciente de que era desvio da lei, mas essa é a regra do jogo no Brasil.

João Magno apresentou Marcos Valério, um velho conhecido, aos deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e José Mentor (PT-SP). Valério também tinha bom relacionamento com o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG). Agora, essa: para obter dinheiro do caixa 2 do PT, o petista João Magno procurou Valério, e não Delúbio Soares. A confissão:

- Foi quando perguntei se era possível ele liberar algum dinheiro, para pagar dívidas da minha campanha. Ele disse que dependia de ter o consentimento do Delúbio. Ele não entregaria dinheiro sem autorização do PT.

Em 2002, antes de conversar com Marcos Valério, João Magno já havia ido a Delúbio Soares procurar "ajuda financeira". É revelador:

- Ele disse que ia ver o que era possível fazer. Naquele momento achei uma providência bastante solidária dele. Esse assunto não era discutido no Diretório Estadual, mas cada deputado sabia que existia essa fonte de ajuda.

78

30/7/2005 Um documento do Banco Rural autorizava Roberto Marques, o "Bob", amigo e uma espécie de ajudante-de-ordens do deputado José Dirceu (PT-SP), a sacar R$ 50 mil. O dinheiro, da SMPB. A matéria está na revista Veja. A prova, um fax, veio em papel timbrado do Banco Rural, endereçado à agência da avenida Paulista, em São Paulo, em 15 de junho de 2004. Bob trabalhava na Assembleia Legislativa de São Paulo, não muito longe da agência da avenida Paulista.

O saque vivo dos R$ 50 mil foi no dia seguinte. Mas quem fez foi um certo Luiz Carlos Manzano, sob suspeição de trabalhar como contador na Bônus-Banval. A corretora teria dado um emprego a Michele Janene, filha do deputado José Janene (PP-PR). José Dirceu e Bob negam. Não sabem nada sobre o saque de R$ 50 mil. A revista:

"A confirmação de que o Roberto Marques do documento do Rural é o mesmo Bob ajudante de Dirceu foi dada a Veja na última sexta-feira pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Sub-relator da CPI dos Correios, o parlamentar contou que foi procurado pelo próprio Marques na semana retrasada para tentar esclarecer o aparecimento de seu nome nos documentos contábeis do Banco Rural. Segundo o deputado, o assessor repassou o número de sua identidade e do CPF, para que ele pudesse conferir com os documentos em poder da CPI. O resultado da pesquisa, nas palavras do deputado, foi o seguinte: 'O número do RG conferia. Só não conferia o saque', diz."

Publicada a reportagem, Simone Vasconcelos, diretora administrativa e financeira da SMPB, confirma: Roberto Marques, o Bob de José Dirceu, recebeu mesmo autorização para o saque de R$ 50 mil. Carlos Abicalil evita a imprensa e não fala mais sobre o assunto. Deve ter tomado uma bronca.

80

1/8/2005 Marcos Valério faz tremer. Simone Vasconcelos depõe na Polícia Federal, em Brasília. Fornece uma lista elaborada por Valério, com os nomes de 31 pessoas. Traz os sacadores e beneficiários do mensalão. Todos autorizados pelo PT a fazer retiradas em dinheiro. Total que saiu das contas bancárias das empresas de Valério: R$ 55,8 milhões. Um esclarecimento: nem sempre os beneficiários foram pegar quantias em cédulas no banco. Os mais espertos mandaram assessores e familiares. Eis os principais nomes da lista, com os respectivos valores agraciados, por ordem de grandeza:

Duda Mendonça, publicitário e marqueteiro de Lula, responsável pela campanha eleitoral vitoriosa de 2002, R$ 15,5 milhões. Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, R$ 10,8 milhões. Diretório Nacional do PT, R$ 4,9 milhões. Deputado José Janene (PP-PR), R$ 4,1 milhões. Deputado Vadão Gomes (PP-SP), R$ 3,7 milhões. Manoel Severino dos Santos, presidente da Casa da Moeda e ligado ao PT do Rio de Janeiro, R$ 2,6 milhões. Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB, R$ 2,4 milhões.

Tome fôlego: deputado José Borba (PR), líder do PMDB, R$ 2,1 milhões. Marcelino Pies, tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, R$ 1,2 milhão. Anderson Adauto (PL-MG), ex-ministro dos Transportes

de Lula, R$ 1 milhão. José Carlos Martinez, falecido ex-presidente do PTB, R$ 1 milhão. Deputado Paulo Rocha (PT-BA), R$ 920 mil, bem mais, portanto, que os R$ 420 mil identificados anteriormente.

Rodrigo Barroso Fernandes, ex-secretário do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT-MG), também está na lista de Marcos Valério, agraciado com R$ 774 mil. Márcio Araújo de Lacerda, secretário-executivo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE), pegou R$ 457 mil. Roberto Costa Pinho, assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil, R$ 450 mil. Deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), R$ 400 mil.

E mais estes aqui, imperdíveis: Raimundo Ferreira da Silva Júnior, do PT do Distrito Federal, R$ 370 mil. Deputado João Magno (PT-MG), R$ 350 mil. Deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), R$ 350 mil. Deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), o irmão de José Genoino, R$ 250 mil. Vilmar Lacerda, presidente do PT do Distrito Federal, R$ 235 mil. Deputado Paulão (PT-AL), presidente do PT de Alagoas, R$ 160 mil. Deputado Josias Gomes (PT-BA), R$ 100 mil. Deputado João Paulo Cunha (PT-SP), R$ 50 mil. José Adelar Nunes, tesoureiro do PT de Santa Catarina, R$ 50 mil. E deputado Professor Luizinho (PT-SP), R$ 20 mil.

A estratégia de Valério: convencer a Polícia Federal de que a lista dos R$ 55,8 milhões tem origem em empréstimos bancários, e que o dinheiro foi totalmente repassado, por meio de caixa 2, a pessoas indicadas pelo PT. Valério queria um acordo, o benefício da delação premiada. Um abrandamento de penas, para evitar possível condenação. Em troca, forneceria informações. Mais alguns pedidos de Valério: ele não quer ser preso e quer o desbloqueio de R$ 1,8 milhão, aplicado no nome da mulher, Renilda Santiago.

Valério mantém pressão sobre o PT. Quer negociar, ser protegido. Por ora, ameaça: pode revelar os detalhes de suposta reunião entre cinco integrantes do PT e o vice-presidente do BMG, Roberto Rigotto. O encontro teria ocorrido durante o período de votação da Medida Provisória 130, que tratou de crédito consignado para aposentados. História enroladíssima, como se verá adiante. De qualquer forma, Valério jamais falou publicamente dos tais detalhes, durante a crise do escândalo do mensalão. Provavelmente, porque conseguiu o que desejava. Com o negócio, o BMG obteve exclusividade para operar créditos consignados, durante alguns meses. Fez um dinheirão.

Outro petardo: escancarados bastidores da relação entre Marcos Valério e José Dirceu (PT-SP), o superministro do presidente Lula. A psicóloga Maria Ângela Saragoça, ex-mulher de Dirceu, foi contratada pelo BMG em 2003. Trabalhava meio expediente em uma agência em São Paulo, por R$ 3.265. Um mês depois, obteve empréstimo de R$ 42 mil do Banco Rural.

O dinheiro foi usado para pagar parte do apartamento comprado por ela no tranquilo bairro de Perdizes, em São Paulo. Antes de comprá-lo, porém, Maria Ângela teve de vender o antigo imóvel, situado na Vila Madalena. Quem o comprou por R$ 115 mil foi o advogado Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Depois, alugou-o a Ivan Guimarães, petista que ocupou a presidência do Banco Popular do Brasil. O apartamento novo custou R$ 150 mil. O vendedor do imóvel concedeu entrevista ao jornal Estado de Minas. Maria Ângela foi comprá-lo com dinheiro vivo, trazido numa sacola.

Para anotar: a DNA, de Marcos Valério, fez campanha de lançamento do Banco Popular, braço do Banco do Brasil, sem licitação. Custos da campanha: R$ 25 milhões. O BMG aproveitou os bons ventos no governo Lula e fez lucrativa parceria com a Caixa Econômica Federal e o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) para operar sistema de créditos consignados.

Voltando à ex-mulher de José Dirceu. O ministro pediu emprego a Valério para ela, logo após a posse de Lula. A notícia sai no Correio Braziliense. Dirceu não quer falar sobre o assunto. Maria Ângela

divulga nota: diz que foi apresentada a Marcos Valério por Silvio Pereira, um velho conhecido, de mais de 20 anos. Dirceu, segundo ela, não tem nada a ver com isso:

"Em setembro de 2003, encontrei-o (Silvio Pereira) em companhia do senhor Marcos Valério, a quem fui apresentada. Conversamos sobre minha situação profissional e o publicitário mineiro se colocou à disposição para me indicar alguma empresa que eventualmente necessitasse de meus serviços. Também disse que tinha contatos se eu precisasse de financiamento para a compra do novo apartamento."

Renuncia o deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP). Ele preferiu perder o mandato a correr o risco de ficar inelegível até 2015, caso fosse cassado por envolvimento no escândalo do mensalão. Ficou livre para se candidatar em 2006. Valdemar Costa Neto não abriu mão do cargo de presidente do PL.

De Roberto Busato, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil):

- A renúncia não pode ser um salvo-conduto para a impunidade.

Valdemar Costa Neto profere discurso da tribuna na Câmara dos Deputados. Recebeu, sim, dinheiro do valerioduto, apesar de ter negado anteriormente. Todo o dinheiro do caixa 2 do PT foi usado, segundo ele, para pagar despesas de campanhas eleitorais. Não houve mesadas a deputados:

- Fui induzido ao erro quando aceitei receber recursos destinados à campanha, sem a devida documentação que oficializasse a doação.

O patrimônio de Valdemar Costa Neto, conforme declaração apresentada por ele ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) em 2002: R$ 2,9 milhões. Em Mogi das Cruzes (SP), base eleitoral de Valdemar, ele é conhecido como "Boy". De Frederico Augusto, irmão de Valdemar, ao repórter José Maria Mayrink, do jornal O Estado de S. Paulo:

- Não entendo como o *boy* tem tantos bens, pois nosso pai morreu pobre e não deixou quase nada para os filhos. Em Brasília, o discurso de renúncia do presidente do PL. Menção ao PT:

- Não tínhamos razões para suspeitar da origem dos recursos que recebíamos. Em nenhum momento poderíamos colocar sob suspeita as ações de um partido aliado que, junto conosco, venceu as eleições.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), elogia Valdemar Costa Neto. Severino falou exatamente desse jeito:

- Não posso deixar de ressaltar a prova da dignidade da maneira correta como vossa excelência agiu para engrandecer o mandato popular, que espero que São Paulo faça de volta.

Daria certo. Valdemar seria reeleito deputado federal em 2006. E o PL, chamuscado pelo escândalo do mensalão, viraria PR (Partido da República). Valdemar continuou forte nos bastidores, durante o segundo mandato de Lula.

81

2/8/2005 José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) enfrentam-se em sessão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Um duelo com ofensas, denúncias para todos os lados e muita ironia. Dirceu trata de proteger Lula, minimizando a influência que teve no governo do presidente. Jefferson rouba a cena. Eis as intervenções de Dirceu, retrucadas por Jefferson:

- Tenho consciência da tragédia que se abateu no PT. Sei da gravidade dos erros que setores da direção do PT cometeram na campanha de 2004, mas quero repetir que só respondo pelo que decidi, participei e autorizei.

- Tratei de todos os assuntos com vossa excelência, deputado José Dirceu, os republicanos e os não-republicanos. Vossa excelência nos deixava a todos à vontade para qualquer conversa, na ante-sala do presidente da República.

- O senhor se desentendeu conosco porque queria capturar vários órgãos públicos e não permitimos as nomeações.

- Falei do mensalão para o todo-poderoso José Dirceu, hoje humilde, ele deu um soco na mesa e disse: "Não pode, o Delúbio não está autorizado".

- No caso de se comprovar que o mensalão é realidade, quem vai decidir isso é a Justiça. Por enquanto é um indício, não uma certeza.

- O José Genoino era o vice-presidente do PT. O presidente de fato era José Dirceu. Tudo tinha de ser fechado e homologado depois na Casa Civil, pelo José Dirceu.

- Não é fato. Não é verdade.

- O acordo da Bahia foi fechado na Casa Civil. O acordo de São Paulo, o do Paraná que envolvia a nomeação em Itaipu, foi fechado na Casa Civil.

- Não posso ser prejulgado, transformado, como fez o deputado Roberto Jefferson, no chefe de quadrilha ou no chefe do maior esquema de corrupção no País.

- Foi o maior tráfico de influência, a maior corrupção política que eu já vi por parte de um partido. O braço desse partido no governo é vossa excelência.

- O falecido presidente Martinez recebeu R$ 1 milhão do Marcos Valério. Se esses saques são para o mensalão, como diz o deputado Roberto Jefferson, o PTB também recebeu.

- O senhor acusou um homem que não pode se defender, mas eu vou fazer isso por ele. O Martinez me mostrou que havia recebido do PT R$ 1 milhão para pagamento de programas de televisão de campanha, que são caríssimos.

- Jamais propus para qualquer deputado, deputada, senador, senadora, para qualquer presidente de partido, qualquer proposta que não fosse lícita, republicana.

- Não tem mensalão no Brasil. É conversa da imprensa, todos os jornais mentem, todas as revistas mentem. Os gestos do Delúbio não são de conhecimento de vossa excelência. As atividades de Marcos Valério, que foi 12 vezes à Casa Civil, vossa excelência não viu, não.

Comentário da jornalisa Dora Kramer, de O Estado de S. Paulo:

"Quem ouvisse pela primeira vez pensaria tratar-se do ministro da Pesca, não do chefe da Casa Civil, poderosíssimo, comandante de uns, integrante de outros e influente em todos os grupos de trabalho governamentais, participante ativo e explícito dos atos do PT nesse período."

Do jornalista Clóvis Rossi, da Folha de S.Paulo:

"Que diabo de político mambembe é esse que, tendo participado do alto comando petista por 12 anos, não percebeu que os seus colegas eram capazes de praticar 'atos' capazes de gerar o que o próprio Dirceu chamou de 'tragédia' do PT?"

Rossi acrescentou: "É, diga-se, o mesmo dirigente político que conviveu durante 13 anos com um certo Waldomiro Diniz e, ainda assim, foi incapaz de notar nele qualquer tendência delinquencial, a ponto de levá-lo para o coração do governo, posição a partir da qual negociava com delinquentes".

Roberto Jefferson denuncia: José Dirceu, com o conhecimento e o aval de Lula, articulou uma viagem de Marcos Valério e Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB, a Lisboa. O objetivo: negociar a captação de recursos junto à Portugal Telecom, para conseguir "fundos" e pagar dívidas de campanha do PT e do PTB. O ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), segundo Jefferson, foi quem pediu socorro ao presidente da República. O PTB precisava de dinheiro. Nasceu a operação Portugal Telecom.

Fatos denunciados: Valério e Emerson Palmieri voaram de primeira classe para a capital portuguesa, em 24 de janeiro de 2005, a fim de se encontrar com representantes do Banco Espírito Santo e com o ministro de Obras Públicas de Portugal, Antonio Mexia, que mantinha ligações com banqueiros. Valério queria se meter numa transferência de US$ 600 milhões do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). O dinheiro estava depositado numa instituição financeira do Reino Unido e com a jogada iria para o Banco Espírito Santo. O banco é um dos principais acionistas da Portugal Telecom. A "comissão" do negócio, de R$ 100 milhões, injetaria recursos de caixa 2 para "salvar" PT e PTB. Ao final, a "solução" acabou descartada, pelo alto risco.

Reação de José Dirceu:

- Não é verdade, isso não é fato. Nunca tive relação com a Portugal Telecom, de nenhum tipo. Nem administrativa, nem funcional, nunca tratei com a Portugal Telecom, nenhuma matéria.

Reação de Marcos Valério:

- Havia o rumor de que a Portugal Telecom estava comprando a Telemig Celular. Como a minha agência DNA tinha a conta da Telemig, fui a Portugal atrás de oportunidades de negócios. Palmieri foi comigo a passeio. É amigo e estava estressado.

Emerson Palmieri iria negar, como veremos.

Reação do Palácio do Planalto: em nota oficial, admitiu as visitas de dois representantes da Portugal Telecom a Lula, em Brasília. Agenda do encontro: "novos investimentos no Brasil". Da nota: "Em nenhum momento foi tratado qualquer assunto que não se referisse aos empreendimentos da companhia portuguesa no Brasil".

Marcos Valério depõe à Procuradoria-Geral da República. Afirma que se encontrou três vezes com o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), no Palácio do Planalto. Ele faz menção a contratos de gaveta, fechados com Delúbio Soares. Uma espécie de garantia para os bancos Rural e BMG, que teriam emprestado R$ 55,8 milhões ao PT.

Valério entrega cópia de documento assinado por Delúbio, dirigido ao BMG. O tesoureiro do PT assumia "o compromisso irretratável e irrevogável de garantir, como avalista e devedor solidário",

todas as operações de empréstimos firmadas com o PT e as empresas ligadas a Valério, a saber: DNA, SMPB, Graffiti e Rogério Tolentino Associados.

Os procuradores ficam intrigados. Delúbio Soares, um homem sem grandes posses, foi aceito como avalista de empréstimos milionários. O BMG também emprestou R$ 83,4 milhões às empresas de Marcos Valério, entre fevereiro de 2003 e abril de 2004.

Um momento do depoimento de Valério chama atenção: o empresário informa que R$ 4,9 milhões foram entregues, em dinheiro vivo, nas sedes do PT em São Paulo e em Brasília. Por fim: os advogados Aristides Junqueira e Pedro Fonseca, contratados para defender o PT no caso da morte do ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT), receberam R$ 185 mil em recursos do chamado valerioduto. O dinheiro que pagou os advogados, portanto, não tinha nada a ver com as tais dívidas de campanha.

Cai Márcio Araújo de Lacerda (PSB-MG), secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional. Amigo do ministro Ciro Gomes (PSB-CE), era seu assessor mais importante. Em 2002, foi coordenador financeiro da campanha de Ciro Gomes, então no PTB, à Presidência da República. Em 2008, Márcio Lacerda seria eleito prefeito de Belo Horizonte, apoiado pelo PT e pelo PSDB. O nome de Márcio Lacerda apareceu na lista do valerioduto, beneficiário de R$ 457 mil. Segundo ele, o dinheiro pagou a agência de publicidade que fez a campanha de Ciro a presidente:

- A campanha do Ciro terminou sem dívida e, no segundo turno, com o apoio à candidatura de Lula, houve uma junção das equipes na campanha do PT. O pessoal da agência New Trade, responsável pelo marketing de Ciro, integrou-se, a convite de Duda Mendonça, à campanha do PT e dos aliados nos Estados. O dinheiro foi depositado na conta da agência, não podia imaginar que tinha esse esquema todo.

O empresário Jacome Einhart, dono da New Trade, confirma e descreve o telefonema que deu ao publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha eleitoral de Lula:

- Liguei para o Duda e dei os parabéns pela vitória, e ele me chamou para ajudar no segundo turno.

O dinheiro do caixa 2 do PT repassado à New Trade saldou despesas da campanha de Lula à Presidência da República. Fato grave, mas sem os desdobramentos que poderiam ter ocorrido, nem as implicações merecidas.

Depoimento do ex-secretário de Segurança Nacional do governo Lula, Luiz Eduardo Soares, à CPI dos Bingos. Ele ouviu do empresário de jogos Sérgio Canozzi, em 2002, que o ex-presidente da Loterj do Rio, Waldomiro Diniz, levantava R$ 300 mil mensais de propina.

Sérgio Canozzi também teria oferecido suborno de R$ 10 milhões para a governadora do Rio, Benedita da Silva (PT), num esquema de desvio de dinheiro público. Luiz Eduardo Soares garante que denunciou a "oferta" ao secretário de Coordenação de Governo de Benedita da Silva, Marcelo Sereno, aliado de José Dirceu (PT-SP). Mais: fez três tentativas para contar o caso diretamente à governadora, mas ela desconversou. Waldomiro Diniz continuou na presidência da Loterj. Da governadora Benedita a Luiz Soares:

- Você deveria ser mais construtivo, e não ficar me trazendo mais problemas.

82

3/8/2005 A operação Portugal Telecom. Notícia do jornal Expresso, de Lisboa: o ex-ministro de Obras Públicas de Portugal, Antonio Mexia, recebeu Marcos Valério, "na qualidade de consultor do presidente do Brasil". O encontro, em outubro de 2004, teve caráter "de cortesia", com duração de 15 minutos. A conversa, "de circunstância", não teve "tema específico".

Em nota, a Presidência da República nega, "enfaticamente". Afirma que Marcos Valério não foi autorizado a representar Lula. Mas é fato: Valério foi recebido em audiência pelo ministro José Dirceu (PT-SP), em 11 de janeiro de 2005, 13 dias antes da viagem a Lisboa, em companhia do tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri. Para anotar: Valério foi ao encontro de Dirceu com o representante do Banco Espírito Santo no Brasil, Ricardo Espírito Santo. Ele é primo do presidente do banco, Ricardo do Espírito Santo Salgado. Dados em poder da CPI dos Correios mantêm registro de que Ricardo do Espírito Santo Salgado esteve no Brasil no fim de 2004, para jantar com Delúbio Soares.

Mais uma informação que corrobora a denúncia de Roberto Jefferson: o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) confirma que rejeitou proposta para aplicar US$ 100 milhões no Banco Espírito Santo. Não são os números de Jefferson, mas são números milionários. Quem forçou a posição do IRB pela rejeição da proposta, em abril de 2005, foi o diretor de Finanças da estatal, Alberto Pais, o único que não teria sido indicado por partidos políticos.

Simone Vasconcelos na CPI dos Correios. A diretora administrativa e financeira da SMPB conta que esteve cerca de 30 vezes em Brasília por determinação de Marcos Valério, em 2003. Foi tratar de retiradas de dinheiro, atendendo interesses de Delúbio Soares. Ela conhece um pouco da história do saque em nome de Roberto Marques, o "Bob", fiel amigo de José Dirceu:

- A Geyza Dias, gerente financeira da SMPB, autorizou o saque de R$ 50 mil do Rural em São Paulo, em nome dele. Mas no dia seguinte enviou outro fax ao Rural, mudando o destinatário. Se foi mudado, foi por ordem do Valério, que deve ter mudado a pedido do Delúbio.

Dava muito na cara.

Os R$ 50 mil, afinal, foram recebidos por um emissário da corretora Bônus-Banval. Na primeira fase das operações do valerioduto, aliás, o dinheiro era entregue em espécie ou mediante transferências eletrônicas, diretamente aos beneficiados. Depois, Marcos Valério procurou procedimentos mais seguros, dificultando a identificação dos recebedores. Passou a usar os serviços das corretoras Bônus-Banval e Guaranhuns para distribuir o dinheiro. Além de tudo, tinha outro problema: Simone Vasconcelos não aguentava mais lidar com tanto dinheiro. Palavras dela à CPI:

- Quando chegava ao Rural em Brasília tinha impressão de que até o guarda sabia que eu ia tirar dinheiro. Não gostava disso, pelo risco pessoal. Achava perigoso. Com o passar de alguns meses, fiquei incomodada, constrangida. Não me ocorreu que fosse ilegal, mas pedi para não fazer mais.

De Simone Vasconcelos:

- Não me arrependo de nada. Sou muito grata ao Marcos Valério. Ele me deu possibilidade de crescimento profissional. E quando fiquei incomodada por entregar valores, isso mudou. Fiz tudo por determinação do meu patrão.

Cai Manoel Severino dos Santos, presidente da Casa da Moeda, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda. Manoel Severino dos Santos aparece na lista de Valério como sacador de R$ 2,6 milhões. É um dos fundadores do PT no Rio. Foi secretário da ex-governadora Benedita da Silva (PT-RJ). Exerceu a função de tesoureiro informal do PT e trabalhou na campanha de reeleição de Benedita. É próximo de Marcelo Sereno e Delúbio Soares.

Mais denúncias: a DNA pagou R$ 34 mil mensais, entre abril de 2003 e dezembro de 2004, para a IFT (Idéias, Fatos e Texto), empresa do jornalista Luís Costa Pinto, em troca de serviços de comunicação aos deputados Professor Luizinho (PT-SP) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

A SMPB, outra agência de Marcos Valério, pagou R$ 20 mil mensais a Luís Costa Pinto, pela assessoria ao deputado João Paulo Cunha (PT-SP), na época em que ele presidia a Câmara dos Deputados. A CPI dos Correios descobriu uma transferência de R$ 50 mil das contas de Valério a Luís Costa Pinto.

83

4/8/2005 Mais uma história que passa raspando em Lula. O jornal O Estado de S. Paulo faz nova revelação sobre o caixa 2 do PT. A reportagem é de Christiane Samarco. Trata-se de R$ 2,1 milhões do valerioduto que foram entregues ao líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba (PR), em 2004.

Segundo o próprio José Borba, boa parte dos R$ 2,1 milhões foi repassada a Carlos Roberto Massa, o "Ratinho", apresentador do Programa do Ratinho, do SBT. Bancou uma entrevista-churrasco com Lula no programa de televisão. Foram cinco horas de gravação na Granja do Torto com Lula, registradas por seis câmeras do SBT. O programa foi ao ar em 30 de abril de 2004.

José Borba relatou a história a dois integrantes da cúpula do PMDB. José Borba intermediou pessoalmente o pagamento. Deu a entender que poderia renunciar ao mandato. Iria preferir isso a contar a verdade. Afinal, Ratinho é compadre e velho amigo. Financiara a campanha de José Borba a deputado em 2002, incluindo o empréstimo de um jatinho para ele percorrer o Paraná.

O Palácio do Planalto e Ratinho negam o pagamento. Da reportagem:

"Foi justamente a eleição de 2002 que aproximou Ratinho, que já foi deputado, e o candidato Lula, apoiado pelo PMDB de Borba no Paraná. Os contatos entre eles se estreitaram a ponto de a grande entrevista exclusiva ter sido acertada pelos dois em um café da manhã em Brasília, um mês antes do churrasco no Torto. A entrevista teria custado caro porque incluiu a participação da dupla sertaneja Bruno e Marrone, que cantou com Lula."

Em depoimento à CPI do Mensalão, Roberto Jefferson (PTB-RJ) conta detalhes da operação Portugal Telecom. Foi procurado por Marcos Valério, em março de 2005, para tratar do negócio com o Banco Espírito Santo, acionista da Portugal Telecom. Valério queria que Jefferson conseguisse uma transferência de US$ 600 milhões para o Banco Espírito Santo, cuja sede fica em Portugal. O dinheiro era do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e estava aplicado na Europa.

Além disso, Jefferson teria de atuar junto à Eletrobrás. A estatal federal precisaria reestatizar linhas de transmissão de energia. O Banco Espírito Santo providenciaria financiamento de R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões para isso. A comissão proposta para a trama era de 3%. Isso renderia uma bolada entre R$ 90 milhões e R$ 120 milhões, dinheiro que iria irrigar os cofres do PT e do PTB. Na época, o IRB e a Eletrobrás estavam na área de influência do PTB.

Havia outro negócio, proposto pelo então ministro José Dirceu (PT-SP). Renderia R$ 24 milhões por fora, também para PT e PTB. Esse o motivo da viagem de Valério e do tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, a Lisboa. Rogério Tolentino, sócio de Valério, também foi a Portugal.

Segundo Jefferson, Dirceu disse que a Portugal Telecom oferecera a bolada em nome de uma antecipação de recursos para futuras campanhas eleitorais. Jefferson afirma que Valério, Tolentino e Delúbio Soares viajavam com frequência a Portugal.

Em seu depoimento, Jefferson aponta a origem da crise política: dificuldades do PT e do PTB para pagar dívidas:

- Se as operações tivessem dado certo, as crises estariam sanadas. As tensões seriam superadas.

Para ele, os problemas começaram quando tomou a decisão de contar a Lula sobre o pagamento de mensalões. Jefferson acusa o ministro da Justiça:

- Passaram a perseguir a mim e ao PTB. O ministro Márcio Thomaz Bastos disse que divulgaria corrupção em três órgãos administrados pelo PTB, o IRB, os Correios e a Eletronorte.

Roberto Jefferson acrescenta:

- Procurei o José Dirceu e pedi que ele não "viajasse", mas ele não me deu ouvidos. Depois fiquei sabendo que os arapongas da Agência Brasileira de Inteligência estavam lá nos Correios, querendo me pegar.

Um "acordo" na CPI dos Correios impede a abertura dos sigilos bancários e fiscais de 11 fundos de pensão de empresas estatais. A alegação: a investigação iria gerar clima de instabilidade na economia, e prejudicar investimentos no Brasil. Deputados e senadores abrem mão da apuração das irregularidades num veio importante de abastecimento do caixa 2. Do deputado Maurício Rands (PT-PE):

- Os investimentos dos fundos são ativos da escala de bilhões. Temos de ter responsabilidade com a economia do País.

Com a decisão, o inquérito restringe-se a um pedido de informações à Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social.

A CPI dos Correios ouve o policial David Rodrigues Alves, autorizado a sacar R$ 6,5 milhões das contas das empresas de Marcos Valério, em agências do Banco Rural em Belo Horizonte. Ele confirma: o dinheiro ficava separado no banco, em maços lacrados. Transportava os valores para a SMPB, em caixas de sapato, caixas de camisa ou de celular, dependendo da quantia. Fazia até três viagens por dia, carregando de R$ 50 mil a R$ 150 mil. Em troca, recebia pagamento de R$ 50 a R$ 100 por viagem, mais o dinheiro do táxi.

Na CPI dos Bingos, Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da multinacional Gtech no Brasil, e Marcelo Rovai, ex-diretor de Marketing da empresa. Os dois acusam o advogado Rogério Buratti e Waldomiro Diniz, ex-subchefe do Ministério da Casa Civil. Ambos teriam tentado extorquir R$ 20 milhões da Gtech, em abril de 2003. A exigência caiu depois para R$ 6 milhões. Em troca, o Governo

Federal facilitaria a renovação de um contrato da multinacional norte-americana com a Caixa Econômica Federal. Rogério Buratti foi secretário de Governo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), quando ele era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

A história de Marcelo Rovai: ele aceitou conversar com Waldomiro Diniz, porque lhe informaram que o assessor de José Dirceu (PT-SP) era o terceiro homem mais importante do governo Lula. Quanto a Buratti, era poderoso o suficiente para impedir a assinatura do contrato. Afinal, já assessorara três petistas de peso: Palocci, José Dirceu e o deputado João Paulo Cunha (SP).

Os ex-dirigentes da Gtech negam o pagamento da propina. Senadores acreditam que, para evitar o rompimento do contrato de processamento de loterias, o dinheiro foi pago, e por isso a prorrogação, um negócio de R$ 650 milhões, recebeu sinal verde. Não ficou por aí a boa relação Gtech/governo Lula. Houve a criação de mais um jogo, a Loto Fácil, e o aumento de 50% no preço de outro, a Mega Sena, que também beneficiaram a Gtech.

Outra indicação do suborno: as ligações telefônicas entre Marcelo Rovai e Rogério Buratti. O ex-diretor da multinacional negou os telefonemas, mas a quebra de sigilo telefônico mostrou que os dois se falavam com frequência. É fato: a Caixa Econômica Federal prorrogou o contrato de US$ 100 milhões com a Gtech por mais um ano.

84

5/8/2005 A operação Portugal Telecom. O jornal português Público informa que Ricardo Espírito Santo Salgado, presidente do Banco Espírito Santo, confirmou o encontro mantido com Marcos Valério em Lisboa, no final de 2004. Na audiência, o banqueiro comentou que tinha dificuldade para marcar uma reunião com altos funcionários do governo Lula.

De volta ao Brasil, Valério marcou o encontro, sem problemas. Em dois dias estava agendado. A reunião ocorreu em 11 de janeiro de 2005. Ricardo Espírito Santo, representante do banco português no Brasil, foi recebido pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). Valério também estava na audiência. O banqueiro e Valério confirmaram, embora Dirceu tenha informado que não se lembrava da presença de Valério na reunião.

Outro diário português, o Jornal de Negócios, publica entrevista com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa. Ele também se reuniu com Valério, "grande empresário de Minas Gerais", em Lisboa. Em outubro de 2004, em audiência oficial realizada no Palácio do Planalto, ocorreu encontro entre Lula e Miguel Horta e Costa.

Em entrevista ao repórter Expedito Filho, do jornal O Estado de S. Paulo, Marcos Valério descreve José Dirceu como "avalista político" dos empréstimos bancários do Banco Rural e do BMG ao PT:

- Por que você acha que os bancos emprestaram? Algum banqueiro deste País daria o aval para Delúbio e Valério? Os bancos só deram aval porque sabiam que por trás tinha um conforto, uma garantia.

Segundo Valério, Delúbio Soares avisava José Dirceu sobre todas as transferências de dinheiro do valerioduto:

- Delúbio tinha fidelidade canina e não fazia nada sem conversar com Dirceu.

Mais bastidores do mensalão, na versão de Valério:

- Nos dois últimos anos, eu fui a pessoa mais íntima do Delúbio. Ele me disse que Zé Dirceu sabia das dívidas do partido, que Zé Dirceu sabia dos compromissos com os outros partidos da base. Delúbio assumiu mais compromissos do que realmente poderia. Além de Zé Dirceu, todo mundo na cúpula do PT sabia dos empréstimos de Delúbio e das transferências para diretórios do PT e para partidos aliados.

- Eu via a maneira como Silvinho Pereira respeitava o Delúbio, o Delúbio ao Genoino, e todos ao Dirceu.

Tudo começou no segundo turno da eleição para presidente da República, em 2002. Valério se aproximou de um velho amigo, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), conterrâneo dele da cidade de Curvelo (MG). Conheceu José Dirceu e a cúpula do PT. As operações de empréstimo e transferências começaram depois da eleição:

- No PP, os saques eram autorizados para João Cláudio Genu, chefe do gabinete da liderança, e distribuídos para os deputados pelo líder, deputado José Janene. O PL, primeiro partido a receber, tinha como distribuidor o deputado Valdemar Costa Neto, embora os saques fossem feitos pelo tesoureiro Jacinto Lamas. No PMDB, quem sacava era Maria Sebastiana, e o Borba distribuía.

Valério lembra-se de conversa que ouviu na sede do PT em Brasília, no edifício Varig. Era a respeito de uma discussão entre o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e o tesoureiro Delúbio Soares:

- Jefferson queria grana, chantageou e ameaçou o Delúbio. Ele me disse: "Vamos ter problemas com o Roberto Jefferson".

O publicitário Duda Mendonça emite nota para repudiar, "com veemência e indignação", o que chama de "tentativas absurdas e absolutamente improcedentes" de Marcos Valério. Duda Mendonça não aceita que ele e a sócia, Zilmar Fernandes da Silveira, sejam envolvidos no "inexplicável esquema de distribuição de dinheiro". Duda Mendonça foi apontado como o destinatário de R$ 15,5 milhões, por meio de cinco cheques lançados entre fevereiro e novembro de 2003.

A Polícia Federal indicia o coordenador financeiro da campanha de Fernando Pimentel (PT) a prefeito de Belo Horizonte. Chamado a depor, Rodrigo Barroso Fernandes prefere não se manifestar sobre os R$ 274 mil que recebeu, por meio do caixa 2 do PT. Com o nome na lista dos recebedores de dinheiro do valerioduto, Rodrigo Barroso Fernandes já havia pedido demissão da Prefeitura de Belo Horizonte.

85

6/8/2005 O PT decide suspender Delúbio Soares por tempo indeterminado, mas rejeita a abertura de processo de investigação sobre as atividades do tesoureiro. Do deputado Chico Alencar (PT-RJ), que depois se transferiria para o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade):

- Delúbio sabe de muita coisa. Ele não faria operações milionárias de moto próprio, e por isso tem que ter blindagem, proteção. O partido não quer ser melindrado. O Campo Majoritário está vivo e José Dirceu, trabalhando firme.

Para o deputado Mauro Passos (SC-PT), o receio é um só. Delúbio Soares poderia contar tudo o que sabe:

- Tornou-se perigoso, do ponto de vista que pode liquidar figuras do nosso partido e do nosso governo. Imagino o esforço para que não abra o verbo.

O jornal O Estado de S. Paulo comenta a decisão do PT, no editorial "Pizza no Diretório do PT". Critica a influência de José Dirceu e classifica Delúbio Soares como o "parceiro de falcatruas de Valério", autor de "negócios escabrosos", no "maior escândalo de corrupção de que se tem notícia no País."

A revista Época publica fotografia de casa ampla, de bom gosto, avaliada em R$ 600 mil. Recém-construída por José Dirceu. Fica no condomínio Vale de Santa Fé, em Vinhedo (SP). Tem 431 metros quadrados de área construída, piscina e churrasqueira, num belo terreno de 1.680 metros quadrados.

Análise da CPI dos Correios sobre operações financeiras. É de envolvidos no escândalo do mensalão. Traz dúvidas sobre movimentações de José Dirceu. Cerca de R$ 535 mil, transferidos ao ex-ministro entre os anos de 2000 e 2005, não dispõem de identificação. Não se sabe quem foram os depositantes. Para a assessoria de José Dirceu, o deputado está protegido por sigilo bancário, e não fará comentários sobre o assunto.

A operação Portugal Telecom. Quem se manifesta agora é o ex-diretor de Finanças da Embratur no governo Lula, Emerson Palmieri. O tesoureiro informal do PTB contesta a versão apresentada por Marcos Valério, segundo a qual ele, Palmieri, fora a passeio a Lisboa por estar estressado e ser amigo de Valério. Palmieri fala ao repórter Rubens Valente, da Folha de S.Paulo:

- Não sou amigo dele, não tenho nada com ele, eu o conheço há poucos meses.

Emerson Palmieri aproximou-se de Marcos Valério "por contingência". Foi a Portugal em "missão partidária", mas não há clareza sobre o encontro de Marcos Valério com representantes da Portugal Telecom:

- O Jefferson tinha combinado com José Dirceu e que era para eu acompanhar, para saber se iria ocorrer a reunião. Mais nada, eu não tinha detalhes disso.

Na explicação confusa, Palmieri diz ter sido convocado por Roberto Jefferson para a viagem. O deputado não explicou o motivo da ida a Portugal. Refere-se assim ao encontro entre Valério e diretores da empresa portuguesa:

- Ele não permitiu que eu entrasse na reunião, disse apenas que "provavelmente vamos equacionar em 20 dias o problema do PT e do PTB".

88

9/8/2005 Surge Paulo Okamotto, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), nomeado por Lula para o cargo. Apresenta-se como autor do pagamento da dívida de R$ 29.436,26 do presidente da República junto ao PT. Okamotto foi tesoureiro da campanha de 1989, a primeira em que o líder petista disputou a Presidência da República. A CPI dos Correios investiga se teve dinheiro de caixa 2 no pagamento da dívida. No Sebrae, Okamotto administra orçamento anual de R$ 900 milhões. Ele diz que pagou a dívida em quatro parcelas, mas não contou ao presidente:

- Tirei recursos da minha conta pessoal.

Okamotto não tem provas de que pagou. Não tem recibos, nada. A história não tem lógica. Ele diz que sacou dinheiro vivo em caixas eletrônicos em Brasília, e enviou os valores em espécie para São Paulo.

Na capital paulista, aconteceram os depósitos em conta bancária do PT, feitos de quatro agências diferentes do Banco do Brasil.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Marcos Valério confirma que destinou R$ 15,5 milhões das contas bancárias de suas agências para pagar o publicitário Duda Mendonça. O dinheiro foi entregue à sócia de Duda, Zilmar Fernandes da Silveira, e a outras pessoas autorizadas por ela. Zilmar é íntima da família presidencial. Cuida pessoalmente da imagem de Lula e da primeira-dama, Marisa Letícia. Faz isso desde a eleição de 2002. Sugere roupas novas para o presidente, e tratamentos estéticos para dona Marisa. No mercado publicitário, é tida como próxima de Delúbio Soares.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti diz que foi procurado por emissários da multinacional norte-americana Gtech, em abril de 2003. Eles queriam que Buratti fosse intermediário dos interesses da empresa junto ao ministro Antonio Palocci (PT-SP), para que houvesse a renovação de um contrato de R$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal. Em troca da influência, Buratti receberia uma comissão milionária de R$ 16 milhões.

Rogério Buratti garante que não aceitou a proposta, e isenta o ministro da Fazenda de qualquer irregularidade. A Gtech teve o contrato renovado. Buratti nega tráfico de influência, mas não desmente a amizade com Antonio Palocci. E desvia o foco do ministro. Diz suspeitar que a Gtech contratou, por R$ 5 milhões, a MM Consultoria. A empresa, esta sim, teria ajudado na obtenção do novo contrato. A MM seria ligada ao advogado Marcelo Coelho Aguiar, que foi assessor de Luiz Gushiken (PT-SP) na Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. A história teria desdobramentos.

Em Brasília, outra história eletrizante: o sacador do valerioduto que passou recibo. É Charles dos Santos Dias, assessor do ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA), candidato ao Governo do Pará em 2002, derrotado no primeiro turno. Dos R$ 920 mil do caixa 2 do PT em nome do deputado Paulo Rocha (PT-PA), R$ 300 mil foram retirados de conta da SMPB, em dinheiro vivo, na agência Assembleia do Banco Rural, em Belo Horizonte. Dias fez o saque.

O dinheiro teria sido usado para comprar o apoio político do ex-senador. Em troca da bolada, ele teria ficado ao lado de Maria do Carmo (PT-PA), candidata a governadora no segundo turno das eleições do Pará naquele ano. Ela também foi derrotada. De qualquer forma, Charles dos Santos Dias descontaria três cheques de R$ 100 mil cada um, em 6 de maio de 2003. Assinou recibo, deixou rastro: os números do RG, CPF e do telefone celular.

Do ex-senador Ademir Andrade, ao jornal O Estado de S. Paulo:

- Tenho 30 anos de vida pública dedicada à luta do povo, sempre na esquerda, defensor dos sem-terra. Nunca me servi de qualquer coisa de governo, tive sempre comportamento absolutamente impecável, e de repente me vejo envolvido em situações como essa.

89

10/8/2005 Na CPI do Mensalão, o vice-presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), trata de "esquentar" lista de sacadores das contas de Marcos Valério, numa jogada para envolver parlamentares de oposição no escândalo do mensalão. Um documento, supostamente apócrifo, relacionava 128 nomes para os quais teriam sido entregues R$ 10,8 milhões na campanha de reeleição

do governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) em 1998. Eduardo Azeredo perdeu aquele pleito para Itamar Franco (PMDB-MG).

No primeiro momento, Paulo Pimenta afirma que "achou" a lista com os nomes em cima da mesa de trabalhos da CPI. Diz supor que Marcos Valério a deixou ali, por distração, ao prestar depoimento à comissão. Mas Paulo Pimenta foi visto ao lado de Valério após o final do depoimento, na madrugada anterior, caminhando em direção à garagem do Senado.

Paulo Pimenta apressa-se em dar uma segunda versão. Foi mesmo até o carro de Valério pegar a tal lista, mas com o advogado de Valério. A história não prospera. O advogado, Marcelo Leonardo, nega. E, pior, fica provado que Pimenta saiu do Senado, naquela madrugada, dentro do carro de Valério.

Do jornalista Janio de Freitas, na Folha de S.Paulo:

"Assim tem agido a tropa de choque petista. Procura esvaziar tudo o tempo todo, sem decência no trato dos fatos, sem dignidade política e sem compostura pessoal. Disso só pode resultar a sua associação moral a Marcos Valério e a quantos acusados haja. E, como o PT domina as CPIs ao somar-se a seus aliados da 'base governista', as inquirições e investigações ficam prejudicadas, particularmente as referentes ao mensalão."

Paulo Pimenta renuncia à vice-presidência da CPI do Mensalão.

Depoimento à CPI dos Correios de Cristiano Mello Paz, sócio de Marcos Valério na agência de publicidade SMPB. Ele afirma que assinou "pilhas" de cheques identificados apenas como "assunto PT/Marcos Valério", sem saber o destino do dinheiro. Diz Cristiano Mello Paz:

- Marcos Valério fez uma reunião conosco em que falou da importância da aproximação com o partido. Toda agência de publicidade tem interesse em estar próxima. Não vejo nada de ilícito nisso.

Cristiano Mello Paz defende o sócio:

- Valério colocou a importância de ter bom relacionamento com o PT. Disse que queria se aproximar do PT e tomou a decisão de fazer o empréstimo, se nós concordássemos. Assinei na confiança e achei que deveria assinar.

Os cheques da "conta PT" vinham separadamente. Não eram nominais. Eram ao portador ou endereçados a determinadas empresas.

- Todas as vezes que os cheques chegavam na minha mesa eram pilhas desse tamanho, até me incomodava. Eu não tinha tempo para ficar conferindo.

Os parlamentares estranham. Que motivos teriam levado a agência a assumir riscos, emprestando dinheiro a um partido político? Justificativa de Paz:

- Senti desconforto por causa da dívida da empresa. O Valério dizia: "Não se preocupe, o PT vai pagar". Achei que tudo seria cumprido. Hoje vejo que foi um erro.

A Polícia Federal entrega à CPI dos Correios laudo apontando suspeitas de manipulação em números e informações do Banco Rural. Há indícios de transações que foram apagadas ou modificadas nas operações de crédito, débito, transferências bancárias e saques atribuídos às empresas de Valério.

Os peritos da Polícia Federal desconfiam de modificações feitas intencionalmente na contabilidade eletrônica do banco, para que coincidissem com as versões dos saques. As mudanças poderiam escamotear falsificações de valores, omitir sacadores e até incluir operações fantasmas. De acordo com dados da CPI, não há identificação sobre a origem de R$ 11,8 milhões, referentes a 50 movimentações das empresas de Valério no Banco Rural.

90

11/8/2005 A crise assume aspectos ainda mais chocantes. Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira depõem na CPI dos Correios. O marqueteiro de Lula aparece sem ser convocado. Confessa que recebeu R$ 11,9 milhões em caixa 2, de Marcos Valério. O dinheiro pagou serviços prestados na campanha de 2002, que elegeu Lula. Pior: R$ 10,5 milhões do total foram depositados no exterior, segundo Duda Mendonça, por orientação de Marcos Valério.

Duda Mendonça teria sido obrigado a constituir uma empresa *offshore*, cuja característica principal é a ausência de identificação dos donos. Nasceu a Dusseldorf, nas Bahamas. De acordo com a versão, Marcos Valério fez seguidos depósitos à Dusseldorf em 2003, por meio dos bancos BAC Flórida Bank, Banco Rural Europa, Israel Discount Bank de Nova York e a empresa Trade Link. Duda Mendonça não fornece senha ou extratos para permitir a análise da movimentação. Diz o marqueteiro de Lula:

- Esse dinheiro era claramente de caixa 2, a gente não é bobo. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção, queríamos receber. Não vou dar uma de santinho. Ou eu recebia daquele jeito, ou tomava cano.

Além dos R$ 10,5 milhões na Dusseldorf, Marcos Valério repassou R$ 1,4 milhão em dinheiro vivo, em várias parcelas. Duda Mendonça recebeu tudo. Os primeiros R$ 300 mil foram na agência do Banco Rural da avenida Paulista, em São Paulo. Zilmar Fernandes da Silveira foi buscá-lo:

- Cheguei na tesouraria do Rural e o rapaz me trouxe um pacote de dinheiro. Eu me assustei, porque pensei que ia receber um cheque administrativo.

A sócia de Duda Mendonça acostumou-se. Voltou à mesma agência nos dias seguintes para pegar mais duas boladas de R$ 300 mil cada uma, em dinheiro vivo. E depois fez outras duas retiradas, também em espécie, de R$ 250 mil cada. Total: R$ 1,4 milhão. Só parou porque disse ter sido assaltada. Aí um doleiro teria sido incumbido de fazer os saques na agência.

O depoimento de Duda abala o País. Além do marketing de Lula, o publicitário cuidou das campanhas dos candidatos do PT aos governos de São Paulo e do Rio, José Genoino e Benedita da Silva, e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Recebeu R$ 11,9 milhões de Valério, e outros R$ 3,6 milhões de Delúbio. Todos os R$ 15,5 milhões "por fora", sem nota fiscal.

As televisões transmitem o depoimento de Duda Mendonça. O publicitário escancara a promiscuidade entre público e privado nas relações do Governo Federal. Segundo ele, o pacote fechado com o PT para as eleições de 2002 era de R$ 25 milhões. Faltou o acerto de R$ 9,5 milhões do combinado, mas Duda Mendonça voltou a trabalhar para o partido do presidente Lula em 2004. Foi responsável pelas campanhas eleitorais em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Goiânia. Duda detém contas milionárias de publicidade do governo Lula, a saber: Petrobras, Secom e Ministério da Saúde. Juntas, renderam faturamento de R$ 120 milhões em 2003 e 2004. O acesso de Duda à esplanada dos Ministérios e ao ministro Luiz Gushiken (PT-SP) é constante. Recebeu o apelido de ministro da propaganda.

Ao depor à CPI, Duda Mendonça quer se livrar da acusação de evasão de divisas. O crime teria sido cometido por quem enviou o dinheiro ao exterior. Não ele. Duda apenas o recebeu e, portanto, seria autor de crime mais leve, de sonegação fiscal. Caso fizesse acerto com a Receita Federal antes da denúncia do Ministério Público, ficaria livre de processo criminal.

Repercussões do depoimento de Duda Mendonça: para o jornal Folha de S.Paulo, em editorial, "o presidente Lula perde o pouco de autoridade que lhe restava: como pode o governo exigir dos cidadãos e das empresas o cumprimento de obrigações fiscais se o mais alto magistrado da República chegou ao poder valendo-se de operações fraudulentas?"

O jornalista Clóvis Rossi, na mesma Folha, escreve que o depoimento do "publicitário do rei" mostra que não foram apenas deputados os beneficiados pelo valerioduto. "Foi o próprio presidente da República, cuja propaganda foi paga com esse dinheiro. Pior: não foram pagamentos feitos durante a campanha e, portanto, antes da presidência de Lula, mas depois da posse e depois de a agência de Duda ter obtido contratos de publicidade do governo".

O presidente do PT, Tarso Genro (RS), defende Lula:

- Não há nenhuma legitimação moral e jurídica para a proposta de *impeachment*. Vamos fazer todos os movimentos políticos, jurídicos e sociais para defender o mandato do presidente.

Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL):

- Agora se fecham todos os indícios de crime. E esse dinheiro não veio de empréstimo. Veio de licitações fraudadas, de investimentos de fundos em bancos que depois retribuíam. Tudo que o Código Penal diz que dá cadeia eles fizeram.

O deputado José Dirceu (PT-SP) alerta para "convulsão social", em caso de *impeachment* de Lula:

- Vocês acham que não vai acontecer nada no País se fizerem isso?

Enquanto Duda Mendonça depunha à CPI dos Correios, Marcos Valério comparece à CPI do Mensalão. Ele tampouco fora convocado. O depoimento não tem a mesma repercussão, mas cria um problema. Segundo Valério, foi o próprio Duda quem pediu para o dinheiro ser depositado no exterior:

- Fui procurado pelo Delúbio, que me incumbiu de pagar o Duda, por intermédio da Zilmar. Fiz os pagamentos à pessoa que ela indicou, o consultor financeiro de nome Jader.

A grana foi sacada pelo doleiro Jader Kalid Antônio, autor de 22 operações de retirada de dinheiro da SMPB. Diz Valério:

- Fui usado pelo PT e cuspido para fora. É muito mais fácil acusar o publicitário Valério do que o marqueteiro Duda Mendonça. É mais fácil falar em valerioduto do que em dirceuduto ou ptduto.

Ex-diretores do Banco Central são entrevistados pelos repórteres Fernando Dantas e Suely Caldas, do jornal O Estado de S. Paulo. Os pagamentos a Duda Mendonça no exterior seriam mais uma evidência de que os empréstimos dos bancos Rural e BMG ao PT e ao empresário Marcos Valério foram obras de ficção. As operações de crédito fariam parte, portanto, de estratégia para camuflar doações prévias, depositadas por empresas em contas bancárias no exterior, e cujos titulares seriam os próprios bancos envolvidos no esquema. Os empréstimos serviriam para cobrir as doações, e não eram para ser pagos.

Segundo a análise, não faria sentido aprovar empréstimos de milhões de reais, em operações avalizadas por dirigentes do PT, políticos com baixo patrimônio. A suspeita é de que os empréstimos não deveriam ser quitados e nem cobrados, pois já haviam sido pré-pagos com depósitos no exterior.

Em outro texto, Suely Caldas explica que os empréstimos foram inventados para "esquentar" dinheiro depositado no Banco Rural em paraíso fiscal:

"A empresa interessada em doar dinheiro ao governo Lula deposita, digamos, US$ 5 milhões na conta do Banco Rural, lá no paraíso fiscal. Feito isso, o Rural concede um empréstimo do mesmo valor, no Brasil, à SMPB, empresa de Marcos Valério. Em seguida, a SMPB repassa o dinheiro do 'crédito' aos 'protegidos' indicados por Dirceu/Delúbio (por enquanto, deputados do PT e de partidos aliados)."

A suspeita sobre a verdadeira face do esquema vinha do fato de o Banco Rural ter levado calote de R$ 6,5 milhões de Marcos Valério em 1998. Na época, Valério teria engendrado operação semelhante para a campanha de reeleição do governador de Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O esquema ficaria conhecido como mensalão mineiro. "Que banco sério premia o insistente e reincidente caloteiro com tantos outros milionários empréstimos?"

Da repórter Suely Caldas: "Além de comissões polpudas faturadas por eles, o Rural provisiona no balanço o 'prejuízo' decorrente do calote dos 'empréstimos', obviamente concebidos para se transformar em ativos podres. Com isso, o banco reduz 'seu lucro' e se livra do Imposto de Renda referente à parcela do falso 'prejuízo'".

O repórter Lourival Sant'Anna, do mesmo Estadão, obtém informações de bastidor, de fonte próxima a Delúbio Soares. Os gastos com a campanha de Lula, em 2002, teriam alcançado R$ 200 milhões. O PT admitiu despesas de R$ 21 milhões, quase dez vezes menos. Os R$ 21 milhões teriam sido suficientes para todas as despesas, e havia ainda uma sobra de R$ 11 mil. Nos números de verdade, ficaria uma dívida de caixa 2, de mais de R$ 20 milhões. E a arrecadação não-contabilizada teria sido de quase R$ 160 milhões.

A CPI dos Bingos recebe informações do Ministério Público de São Paulo. O advogado Rogério Buratti manteve relações próximas com Antonio Palocci (PT-SP), ministro da Fazenda, pelo menos até fevereiro de 2004. Mentira à CPI ao dizer que não tinha contato com Palocci. O ministro também negara.

Rogério Buratti foi secretário de Governo de Ribeirão Preto (SP), no período em que o prefeito da cidade era Antonio Palocci. Foi afastado por suspeita de corrupção. Motivo: fita gravada pelo próprio Rogério Buratti continha indícios de acerto ilegal com um empresário. A gravação, furtada por integrante do PT e divulgada, inviabilizou a permanência de Rogério Buratti na Prefeitura. Saiu do PT, e não teria mais convivido com Antonio Palocci.

Agora, sabe-se que ligou duas vezes de um telefone fixo, em 7 de fevereiro de 2004, para a casa do ministro, em Brasília. E no dia 21 daquele mês, mais uma vez, de um celular. Além disso, manteve contatos telefônicos com Juscelino Antonio Dourado, chefe de gabinete de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda. E fez outras 99 ligações para Ralf Barquete, um consultor da Caixa Econômica Federal. Os telefonemas ocorreram no período da renovação do contrato entre a Caixa e a multinacional Gtech. Ralf Barquete também foi secretário de Antonio Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Rogério Buratti minimiza a importância dos telefonemas ao ministro. Segundo o advogado, as conversas tiveram "caráter pessoal":

- Nunca disse que não conheço Palocci e não converso com ele. Disse que não tenho intimidade com ele. Foi isso que eu falei.

Antonio Palocci insiste na versão furada. Em nota emitida por sua assessoria, afirma que "eventuais telefonemas foram provavelmente tentativas de contato que não prosperaram". Sobre os contatos com Rogério Buratti nos últimos anos, "apenas sociais, eventuais e esporádicos". Muita água ainda vai passar por baixo dessa ponte.

91

12/8/2005 Lula improvisa em reunião ministerial no Palácio do Planalto:

- Eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas.

O presidente não diz com clareza a que se refere. Nem aponta os culpados:

- Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o País.

Lula não menciona que fora alertado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) para a existência do esquema de distribuição de mensalões:

- Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação.

O presidente jamais iria apontar os responsáveis pela suposta traição.

92

13/8/2005 A revista Veja traz entrevista com o jurista Hélio Bicudo, um dos quadros mais respeitáveis do PT. Ele diz à repórter Lucila Soares que o partido chegou ao governo sem projeto, tratou de aparelhar o Estado e adotou a "tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional":

- Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado partícipe do que está acontecendo.

- **O senhor acredita que o presidente Lula sabia dos fatos que estão vindo a público?**

- Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

- **Por que o presidente não tomou nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou?**

- Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma.

Em outro trecho, Hélio Bicudo trata de um caso que envolveu Lula:

- Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele.

- **Em que momento o senhor começou a perceber que o partido estava no caminho errado?**

- Quando a direção passou a tomar a frente das campanhas políticas. No início, a militância era a grande força eleitoral. Isso foi mudando na medida em que o partido começou a abandonar os

princípios éticos. A partir da campanha eleitoral de 1998 instalou-se definitivamente a política de atingir o poder a qualquer preço.

Hélio Bicudo abandona o PT.

O Jornal Nacional, da TV Globo, entrevista a mulher do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho da Barcelona". Ela não é identificada, por segurança. Diz temer pela vida do marido, preso na penitenciária de segurança máxima de Avaré (SP):

- Ele se transformou num arquivo vivo.

Em cartas endereçadas à família, Toninho da Barcelona contou que remeteu dinheiro ao exterior, por solicitação do PT, desde a primeira campanha de Lula a presidente, em 1989. Segundo ele, as remessas se multiplicaram na década de 90 e foram concentradas na empresa Trade Link, ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman, e em outra *offshore* situada no Panamá.

A mulher de Toninho da Barcelona fala ao Jornal Nacional de ameaças ao marido. Teriam sido feitas por supostos advogados que o procuraram na prisão, a mando do deputado José Mentor (PT-SP):

- Ele falou para mim que os advogados perguntaram se ele tinha mesmo revelações a fazer sobre as remessas do partido.

Toninho da Barcelona perguntou aos advogados o que ganharia para responder a pergunta. A resposta foi a seguinte:

- Temos três reis e um ás que podem ajudá-lo a sair daqui.

A revista Veja aborda o assunto. Para a publicação, as cartas de Toninho da Barcelona dão pistas sobre os caminhos do dinheiro:

"Os doleiros, normalmente, recebem dinheiro frio no Brasil – das mãos do dono do dinheiro ou de seu representante – e se encarregam de enviá-lo ao exterior, por meio de uma cadeia de laranjas."

94

15/8/2005 Técnicos da CPI dos Correios suspeitam da versão de Duda Mendonça. O publicitário disse ter sido obrigado a abrir empresa em paraíso fiscal para ser remunerado pela campanha que elegeu Lula em 2002. O problema: remessas de R$ 8,8 milhões à *offshore* Dusseldorf, nas Bahamas, foram feitas nos dias seguintes a saques em contas de Marcos Valério.

A coincidência de datas é considerada forte indicador de que o dinheiro dos depósitos teve origem no Brasil. Depois de sacado, os valores seriam depositados por doleiros em contas no exterior, até chegarem a *offshores* como a Trade Link, ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman. De lá, seguia transferência para a Dusseldorf. Como evidência, os técnicos apontam 35 dos 40 depósitos em dólares na conta de Duda Mendonça no BankBoston de Miami, cuja origem teriam sido recursos retirados do Banco Rural no Brasil.

Os dados: em 11 de março de 2003 sacaram-se R$ 300 mil do Banco Rural, em Belo Horizonte. No dia seguinte, a Trade Link autorizou uma transferência de US$ 83,6 mil (equivalente a R$ 300 mil, menos as comissões) para a Dusseldorf. No dia 12 de março de 2003, um dia depois, sacaram-se outros R$ 300 mil do Banco Rural de Belo Horizonte. Mais um dia, novo depósito em dólares, de valor equivalente, no BankBoston de Miami.

Para os técnicos da CPI, a exigência de Marcos Valério para que Duda Mendonça abrisse uma *offshore* em paraíso fiscal só faria sentido se o dinheiro já estivesse no exterior, sem a possibilidade de ser "internalizado" no Brasil, o que, aparentemente, não ocorreu.

Em entrevista a Lourival Sant'Anna, repórter de O Estado de S. Paulo, Roberto Busato, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), aponta motivos para a abertura de processo de *impeachment* contra Lula. Roberto Busato denuncia falhas da Polícia Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) para detectar movimentações de dinheiro do valerioduto. Diz Roberto Busato:

- Não é possível que esse Banco Rural tenha praticado tantos fatos que não foram detectados pela análise sistêmica que o Banco Central é obrigado a fazer. Onde estava a Receita Federal, com todos esses ilícitos tributários declarados? É incrível a inoperância de instrumentos do Estado brasileiro para evitar ou estancar uma corrupção sistêmica que estava ocorrendo dentro do governo Lula. Temos de reexaminar a legislação e as instituições.

- Os membros do PT envolvidos na corrupção fazem uma separação entre erro e corrupção, entendendo que em benefícios para o partido não há delito, mas erro. E que delito é apenas o aproveitamento próprio das verbas desviadas. Isso é desvio de conduta muito grave. Agiram criminosamente.

O presidente da OAB justifica o pedido de *impeachment*:

- O presidente é a expressão máxima do PT. Portanto, não me parece lógico que ele desconhecesse as práticas que seu partido estava adotando na sua própria campanha e, depois, dentro do seu governo. Havia denúncias a partir do caso Waldomiro Diniz. E o presidente da República nunca veio a público demonstrar transparência na solução desses problemas. Esses indícios todos autorizam juridicamente um pedido de *impeachment* do presidente.

A CPI dos Correios inicia o processo de notificação de 18 deputados envolvidos no escândalo do mensalão. Todos são convocados a apresentar suas defesas por escrito. A lista dos que podem ser cassados tem sete deputados do PT, quatro do PP, três do PL, dois do PTB, um do PMDB e um do PFL (Partido da Frente Liberal, cujo nome é alterado para Democratas durante o segundo mandato de Lula). Os nomes: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-BA), Josias Gomes (PT-BA), João Magno (PT-MG), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), Sandro Mabel (PL-GO), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Wanderval Santos (PL-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Romeu Queiroz (PTB-MG), José Borba (PMDB-PR) e Roberto Brant (PFL-MG).

95

16/8/2005 Uma comissão de 12 parlamentares da CPI dos Correios desloca-se a São Paulo para ouvir o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho da Barcelona". Ele se diz disposto a colaborar com as investigações, em troca de proteção e da revisão da condenação a 25 anos de prisão. Fornece os nomes de quatro expoentes que fizeram operações de remessa de dinheiro ao exterior: José Dirceu (PT-SP), Delúbio Soares, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Diz mais: a corretora Bônus-Banval fez operações para o líder do PP, deputado José Janene (PR), e também para José Dirceu. Fala de grandes quantias em moeda nacional, trocadas por dólares. Foi

pedido do deputado José Mentor (PT-SP). Informa conhecer detalhes de operações em Santo André (SP), feitas por doleiros que prestavam serviços ao PT. Cita o envolvimento do MTB Bank no esquema de remessa de divisas ao exterior, e relata operações cruzadas entre o Banco Rural e o BankBoston no exterior.

Em agosto de 2004, Toninho da Barcelona vendeu US$ 134 mil para o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Francisco Baltazar da Silva. Ele foi indicado para o cargo por Lula, depois de coordenar a equipe de segurança de Lula nas quatro eleições presidenciais disputadas pelo petista. Com o escândalo, Francisco Baltazar da Silva deixou o cargo.

O ministro Márcio Thomaz Bastos admite remessas de dinheiro e aplicações financeiras no exterior, mas ressalva: as operações, feitas pelo Unibanco, foram legais, por contratos de câmbio e registradas no Banco Central.

A Folha de S.Paulo reporta que duas diretoras uruguaias da Guaranhuns, empresa apontada como intermediária no esquema de distribuição de dinheiro do mensalão, foram denunciadas por lavagem de dinheiro pelo DEA (Departamento de Combate ao Narcotráfico, dos Estados Unidos). Elas teriam atuado com o Cartel de Juarez, uma organização de drogas mexicana.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, dá detalhes sobre a reunião em que o PT se comprometeu a repassar R$ 20 milhões para a campanha eleitoral do PTB em 2004:

- Estávamos eu e o deputado Roberto Jefferson, com José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno. Genoino disse que a contribuição seria de partido para partido, e os recibos seriam providenciados depois. Seriam cinco parcelas de R$ 4 milhões. Depois disso, Genoino levantou-se e disse que ia ligar para José Dirceu.

As negociações com o PT, segundo o tesoureiro do PTB, eram conduzidas principalmente por José Genoino e o tesoureiro Delúbio Soares.

- Depois, Delúbio nos apresentou Valério e passamos a tratar com ele.

Das cinco parcelas de R$ 4 milhões, só uma teria sido paga. Veio em duas etapas, em dinheiro vivo, no início de julho de 2004. Uma de R$ 2,2 milhões, outra de R$ 1,8 milhão. Palmieri foi encarregado por Roberto Jefferson de dividir o dinheiro em "bolos" de R$ 150 mil e R$ 200 mil. Do tesoureiro:

- Não coube tudo no cofre do partido, passei uma parte para um armário ao lado. Entreguei a chave ao deputado Roberto Jefferson e ele me pediu sigilo. Poucos dias depois, disse a ele que deveríamos providenciar um segurança para tomar conta daquela dinheirama. Ele me respondeu: "O dinheiro já não está mais aqui no PTB". Não sei para onde ele levou. Acho que Jefferson não distribuiu o dinheiro.

Jacinto Lamas, o ex-tesoureiro do PL, também depõe na CPI do Mensalão. Afirma ter ido buscar, por determinação do ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), "pacotes", "envelopes" e "encomendas", sempre em dinheiro vivo, na sede da SMPB em Belo Horizonte, e na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. Confessa também o recebimento em hotéis. Neste caso, Simone Vasconcelos, diretora da SMPB, entregava o dinheiro.

- Era sempre um acerto entre o Valdemar e o Delúbio.

17/8/2005 Preso o advogado Rogério Buratti, ex-secretário de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Acusado de tentar destruir contratos de venda de imóveis e cheques, documentos que o incriminariam em negócios suspeitos, Rogério Buratti é denunciado pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, num esquema de compra e venda de fazendas e de duas empresas de ônibus. Preso também o corretor de imóveis Claudinet Mauad, envolvido nas transações de Rogério Buratti.

Investigações sustentam que Rogério Buratti comprou três fazendas nos últimos dois anos. Por uma propriedade em Ituverava (SP), pagou R$ 280 mil. Em seguida, trocou-a por terras em Pedregulho (SP), que custaram R$ 600 mil. Em novo negócio, vendeu a fazenda de Pedregulho e comprou uma outra em Buritizeiro (MG), por R$ 1,2 milhão. Mais recentemente, teria se desfeito da última propriedade, e comprado duas empresas de ônibus por R$ 2,6 milhões, nas cidades de Rancharia (SP) e Presidente Venceslau (SP).

Para o Ministério Público, os negócios evidenciam operações de lavagem de dinheiro. Teriam sido firmados por meio de contratos de gaveta. As empresas de ônibus estariam em nome de terceiros. Interceptação telefônica autorizada pela Justiça indicaria que Buratti já comprara nova fazenda, em Catalão (GO).

Em 1992, Rogério Buratti chegou a Ribeirão Preto para coordenar a campanha vitoriosa do então candidato a prefeito, vereador Antonio Palocci. Chegou sem nada, dirigindo um fusca. O petista Palocci governou Ribeirão Preto de 1993 a 1996. Em 2000, foi eleito prefeito pela segunda vez. Em 2005, o patrimônio de Buratti ultrapassaria R$ 3 milhões. Ele acabou afastado da Prefeitura de Ribeirão por se meter com uma empreiteira. Veio a público a gravação de uma conversa suspeita entre Buratti e um empresário. Em seguida, Buratti trabalhou como assessor da Prefeitura de Matão (SP), na época também sob comando do PT.

De lá foi para a empreiteira Leão Leão, que havia sido a principal doadora da segunda campanha de Antonio Palocci a prefeito de Ribeirão. Buratti tinha o cargo de vice-presidente da Leão Leão em 2004, quando foi forçado a sair da empreiteira. Palocci era ministro da Fazenda de Lula e Buratti estava metido em novo escândalo, o da suposta extorsão de dinheiro da multinacional Gtech. A empresa norte-americana queria renovar um contrato com a Caixa Econômica Federal, subordinada justamente ao Ministério da Fazenda. Waldomiro Diniz também teria participado da operação.

Buratti é indiciado por suspeita de envolvimento em esquema de fraude em licitações e contratos irregulares de limpeza pública em Ribeirão e outras nove cidades de São Paulo e Minas Gerais, em benefício da Leão Leão. Palocci não comenta a prisão. Buratti fecha acordo com o Ministério Público. Iria colaborar com a Justiça nas investigações, em troca de redução da pena.

97

18/8/2005 Em depoimento à CPI do Mensalão, Delúbio Soares sai-se com evasivas. Além da sucessão de negativas, o ex-tesoureiro do PT não se lembra de mais nada. E os empréstimos de Marcos Valério ao partido? "Tem que verificar se foram R$ 55 milhões, R$ 56 milhões, R$ 58 milhões". Do dinheiro repassado ao publicitário Duda Mendonça, "não sei se são R$ 12 milhões, R$ 16 milhões, R$ 17 milhões". Sobre a grana que o PT ficou de dar ao PL pelo apoio em 2002, "algo em torno de R$ 9 milhões a R$ 10 milhões".

De acordo com Delúbio Soares, ele "não tinha nenhum tipo de controle sobre quanto foi pago, e a quem". Também nega a existência de documentação sobre empréstimos feitos por Marcos Valério:

- Não fizemos contabilidade nenhuma. Eu falava com o Marcos Valério, ele fazia o empréstimo. Não temos nem contabilidade de caderneta.

Delúbio Soares tem precisão cirúrgica, no entanto, quando interessa:

- O PT nunca comprou voto, nunca comprou deputados, nunca comprou votação.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) introduziu Marcos Valério:

- Quando o Virgílio me apresentou ao Marcos Valério, disse que ele tinha experiência em campanhas. Ao falar de experiência, quero dizer alguém que sabe trabalhar com recursos, que não faz mutreta.

Dos repasses de dinheiro do PT a partidos aliados:

- Parte do dinheiro era para resolver débitos de 2002. Uma parte para planejar, em 2003, as campanhas eleitorais de 2004. E uma parte para a eleição de 2004. Sei que foi uma ilegalidade. Pagar dívida de outro partido com dinheiro não-contabilizado é proibido pela lei eleitoral.

Apesar de se definir como "pessoa fiel", incapaz de delatar as pessoas, enumera parceiros com quem manteve negociações:

- No PMDB, rachado em relação ao apoio ao governo, o contato era feito com o deputado José Borba. No PTB, o contato inicial foi com o ex-presidente José Carlos Martinez e, depois da sua morte, com o deputado Roberto Jefferson. No PL, as conversas eram com o presidente, Valdemar Costa Neto. No PP, com o deputado José Janene.

O tesoureiro lista os diretórios do PT que receberam recursos de caixa 2. Cita São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

- Pedi para o Marcos Valério resolver com esses Estados.

Delúbio se atrapalha ao ser inquirido pelo deputado Júlio Redecker (PSDB-RS). O deputado procura esclarecer a transferência de R$ 457 mil do valerioduto para Márcio Lacerda, ex-secretário executivo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE). O dinheiro teria sido usado para quitar dívida com a agência New Trade, do publicitário Einhart Jacome Paz. Depois de trabalhar para Ciro no primeiro turno de 2002, o publicitário prestou serviços à campanha de Lula no segundo turno. O diálogo é tenso:

- **O dinheiro foi enviado para Ciro Gomes?**

- Sim.

- **Pagou despesas de campanha de Ciro ou de Lula?**

- De Ciro.

- **Mas Ciro disse que foi serviço prestado pelo marqueteiro dele no segundo turno à campanha de Lula.**

- Não foi. O dinheiro pagou serviços prestados pelo Einhart à campanha de Ciro no segundo turno.

- **Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou a candidatura de Lula.**

- O Einhart trabalhou com o Duda Mendonça. Eles filmaram o Ciro para o programa de Lula no segundo turno, o dinheiro pagou despesas que o Ciro teve no segundo turno.

- **Então o dinheiro de Valério, de caixa 2, pagou despesas de campanha de Lula no segundo turno.**

Delúbio silencia.

98

19/8/2005 Em depoimento na Delegacia Seccional da Polícia Civil de Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti admite esquema irregular de financiamento da campanha de Lula em 2002, com dinheiro de caixa 2 de casas de bingo de São Paulo e do Rio de Janeiro. A operação rendeu R$ 2 milhões à campanha, o que lhe foi confidenciado por Ralf Barquete, secretário da Fazenda do então prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci (PT). Para lembrar: o prefeito Palocci virou coordenador de campanha de Lula em 2002, substituindo o prefeito petista Celso Daniel, de Santo André (SP), assassinado. Ralf Barquete também morreu, vítima de câncer.

Rogério Buratti relata que as casas de bingo tinham interesse na regularização do jogo no Brasil. A Medida Provisória que regulamentava a atividade, elaborada a pedido do ministro José Dirceu (PT-SP), foi abandonada depois de divulgada a gravação em que Waldomiro Diniz aparecia pedindo propina ao empresário de jogo "Carlinhos Cachoeira". De Buratti aos seis promotores do Ministério Público que tomaram o depoimento:

- Em relação à exploração dos bingos no País, tenho conhecimento de que houve duas contribuições em 2002 para a campanha do presidente Lula, que foram efetivadas por dois grupos. Um do Rio, cujo nome desconheço, outro de São Paulo. O grupo de São Paulo ofereceu R$ 1 milhão. Não sei o montante oferecido pelo grupo do Rio. Acredito que seja em torno de R$ 1 milhão ou mais. A contribuição foi encaminhada diretamente ao comitê financeiro da campanha, na sede nacional do PT. O comitê era coordenado por Delúbio Soares, ele tinha conhecimento. O interesse dessas contribuições era a regulamentação do jogo de bingo no Brasil, o que não aconteceu.

O economista César Queiroz Benjamim, fundador do PT. Em entrevista ao repórter Wilson Tosta, do jornal O Estado de S. Paulo, ele afirma que tomou conhecimento de financiamentos irregulares de bancos e empreiteiras ao PT, durante a campanha presidencial de 1994. O dinheiro beneficiava o candidato Lula, derrotado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Na época, César Queiroz Benjamin fazia parte da coordenação da campanha do PT:

- Tentei discutir na direção nacional, não houve possibilidade, e resolvi levar ao encontro nacional do PT de 1995, que era o primeiro na sequência da eleição. E aí ficou claro para mim que já estava havendo no PT o início do esquema que agora vem à luz, inclusive com os mesmos personagens. Eu tive a percepção de que isso continha um perigo extraordinário, que era a entrada no PT, pesadamente, de esquemas de financiamento que teriam um impacto grande na vida interna do partido. O Dirceu foi eleito para a presidência, esse grupo que agora está nas manchetes assume cargos-chave, e fica claro que o PT tinha tido uma inflexão para pior. A direção passava a gerenciar interesses.

Segundo César Queiroz Benjamin, o processo de corrupção no PT talvez tenha começado antes, com esquemas de financiamento montados por Delúbio Soares. O tesoureiro petista representara a CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT) no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador):

- Até essa época, a Articulação, que é o grupo do Lula e do Dirceu, ainda disputava a hegemonia no PT, cabeça com cabeça. A minha interpretação é a de que esse grupo usou esquemas de financiamento heterodoxos para fortalecer a Articulação. Porque o FAT faz convênios com sindicatos. E assim fortaleceu as finanças da Articulação, que passa a manejar poder financeiro que é uma arma nova na luta. Passa a ter capacidade de financiar candidaturas, trazer pessoas, estabelecer pontes. Delúbio se tornou figura paradigmática. Foi tesoureiro da CUT, foi para o PT como tesoureiro. E esse grupo começa a ser conhecido como "os operadores".

Para César Benjamin, Lula "dissolveu por dentro os valores da esquerda":

- O Lula garante que foi traído, que não sabia. Mas eu não acredito nisso. Foram práticas sistemáticas durante mais de dez anos, do grupo que era mais próximo dele. Parece completamente inverossímil que ele fosse o único a não saber. Eu, que já estava fora do PT, sabia. Como o Lula poderia não saber?

- O grande legado do Lula é essa disseminação do antivalor. O valor da esperteza, o valor de se dar bem, de não estudar, ter orgulho de não estudar... Eu diria que o Lula sempre foi um grande guarda-chuva para os oportunistas no PT. Uma coisa é o partido ter um líder que é honesto, honrado. Então, quem quer ser picareta fica meio acuado. Pode até querer ser picareta, mas não é a regra. Outra coisa é você estar num ambiente em que veio de cima o exemplo. Então, sob a liderança do Lula, eu diria que se formou a pior geração de militantes da esquerda brasileira de toda a sua história: pragmática, oportunista, individualista, carreirista.

99

20/8/2005 A revista Veja obtém informações exclusivas do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho da Barcelona". Ele responde a uma lista de 20 perguntas do repórter Policarpo Junior. Relata o envolvimento do PT com o mundo das remessas de divisas para o exterior, as trocas de dólares por reais e outras transgressões. Fala de uma conta clandestina do PT operada pelo Trade Link Bank, uma *offshore* ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman.

O esquema funcionava para o PT sacar dinheiro do exterior e usá-lo no Brasil. Segundo Toninho da Barcelona, a operação era conduzida por Dario Messer, um doleiro do Rio. O Trade Link remetia o dinheiro para a *offshore* de Dario Messer, no Panamá. Ao mesmo tempo, uma quantia correspondente era liberada, em reais, no Banco Rural, em Belo Horizonte. Do repórter:

"O esquema é uma forte evidência de que os R$ 28 milhões que Valério diz ter obtido na forma de dois empréstimos junto ao Banco Rural sejam simplesmente recursos internados pelo PT a partir de sua conta clandestina no exterior."

Conforme a reportagem, "os cofres do PT viviam abarrotados de dólares. Em 2002, no auge da campanha presidencial, a casa de câmbio do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, a Barcelona, chegou a fazer trocas de moeda em ritmo quase diário". A revista implica o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), há 30 anos amigo de Lula:

"As trocas de dólares por reais, que se materializavam no gabinete do então vereador e hoje deputado Devanir Ribeiro, integram outro braço do esquema petista. Neste caso, o partido mantinha volumes consideráveis de dólares em dinheiro vivo, escondido em cofres ou malas ou cuecas, e acionava a casa de câmbio quando precisava convertê-los em reais. Em geral, quem ligava para a casa de câmbio Barcelona era o assessor legislativo da Câmara dos Vereadores, Marcos Lustosa Ribeiro – que vem a ser filho do deputado Devanir Ribeiro. No telefonema, "Marcão", como é conhecido, perguntava a cotação de venda e informava quanto queria trocar. No início de 2002, as trocas eram esporádicas e ocorriam a cada dez ou 15 dias. No meio do ano alcançaram ritmo alucinado. 'Com a aproximação das eleições tornaram-se quase diárias', lembra o doleiro."

O repórter entrevista Marcelo Viana, responsável pelas operações de balcão da Barcelona na época. As trocas de dólares por reais chegaram à casa dos R$ 500 mil semanais. Dependendo do volume, as somas eram entregues em sacolas ou envelopes, no gabinete do vereador Devanir Ribeiro. Diz Viana:

- Mas também já levei dinheiro preso às meias e debaixo da roupa.

Marcos Lustosa, o filho de Devanir, não nega. Ressalva, para livrar o pai:

- Não era dinheiro de política, meu pai não tinha nada a ver com isso. Era dinheiro que eu ganhava com serviços de informática que fazia na Câmara, e trocava por dólar. Coisa pequena, para meu uso mesmo.

O pai, convenientemente, esconde-se atrás do filho:

- Se o Marcos trocou dinheiro com Toninho da Barcelona, o problema é dele. O Marcos é maior de idade, casado, vacinado e cuida da vida dele.

Outro esquema relatado por Toninho da Barcelona funcionou em Santo André (SP), durante a administração do prefeito Celso Daniel (PT). Movimentou dinheiro a ponto de a cambista Nelma Cunha ter de acionar Toninho da Barcelona por não dispor das quantias solicitadas. Sobre a corretora Bônus-Banval, de São Paulo:

"Um dos esquemas mais complexos – mas igualmente clássico – do PT funcionava na corretora Bônus-Banval. Toninho da Barcelona conta que a corretora era usada pelo partido para intermediar operações fraudulentas e, assim, tornou-se uma das principais fontes de pagamento do mensalão. Sua especialidade eram as operações de 'esquenta-esfria', nas quais os prejuízos eram sempre dos fundos de pensão das estatais. 'As ligações entre o PT e a Bônus são estreitas. Os sócios são amigos íntimos de José Dirceu', acusa o doleiro."

101

22/8/2005 Cai Marcos Antonio Carvalho Gomes, presidente do fundo de pensão Fundação Real Grandeza, dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas e da Eletronuclear. Filiado ao PT, ele teria investido irregularmente R$ 151 milhões em certificados de depósitos bancários do Banco Santos. Do total aplicado, R$ 131 milhões não foram mais recuperados.

102

23/8/2005 Em depoimento à CPI do Mensalão, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), presidente do PL, dá explicações. Recebeu R$ 6,5 milhões em recursos do caixa 2 do PT, entre janeiro de 2003 e setembro de 2004. Pagou despesas com material de campanha do presidente Lula, no segundo turno das eleições de 2002. O jogo de Valdemar Costa Neto:

- A situação em São Paulo era difícil. Lula tinha vencido José Serra no primeiro turno por apenas 100 mil votos. Tínhamos que entrar com força. Encomendei o material e o dinheiro foi gasto para pagar os fornecedores.

Valdemar Costa Neto foi autorizado a fazer os gastos pelo tesoureiro Delúbio Soares, "porque ele estava cheio de dívidas e não podia mais procurar os fornecedores". Mas Valdemar não tem como comprovar os dispêndios:

- Só tenho recibos de R$ 1,7 milhão. Os outros R$ 4,8 milhões foram entregues sem comprovação. Estou tentando pegar alguns recibos no PT.

Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular, depõe na CPI dos Correios. Braço do Banco do Brasil, o Banco Popular foi criado em 2003 para fomentar a concessão de microcréditos. Em 2004, Ivan Guimarães alugou apartamento de Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Imóvel vendido por Ângela Saragoça, ex-mulher de José Dirceu (PT-SP).

No primeiro ano de funcionamento, o Banco Popular gastou R$ 29,7 milhões com propaganda, mais que os R$ 21,3 milhões liberados para a concessão de microcréditos. Diz Ivan Guimarães:

- Os gastos de marketing são mais elevados no primeiro ano, porque é preciso construir a imagem da instituição.

Em seu depoimento, ele atribui toda a responsabilidade pelas despesas e decisões sobre gastos de propaganda à diretoria de Marketing do Banco do Brasil, chefiada por Henrique Pizzolato.

- Remetíamos os recursos ao Banco do Brasil e eles efetuavam os dispêndios. Não tínhamos contato com agências de publicidade.

O Banco Popular contratou, sem licitação, a Lumens Serviço de Informação. Por R$ 35 mil por mês, a empresa de consultoria faria o "desenvolvimento de suporte à estrutura e gestão de serviços". A Lumens é de Bonerges Ramos Freire. Ele é casado com Patrícia Valente, irmã de Mônica Valente, mulher de Delúbio Soares. O negócio foi encerrado em abril de 2005.

103

24/8/2005 Depois de quase dois meses, o ex-líder do PT na Câmara dos Deputados, Paulo Rocha (PA), admite publicamente que a assessora Anita Leocádia Pereira Costa sacou R$ 620 mil do valerioduto. O dinheiro, explica o deputado, foi usado para pagar dívidas da campanha eleitoral no Pará, apesar de nada ter sido informado ao Tribunal Regional Eleitoral. Em relação aos outros R$ 300 mil atribuídos a Paulo Rocha na lista de Marcos Valério, o parlamentar informa que foram entregues ao PSB paraense.

Paulo Rocha, presidente do diretório do PT no Pará, considera o ato da assessora "irregular, mas não estranho". Afinal, justifica o deputado, Ana Leocádia Pereira Costa fez as retiradas "na condição de militante" do PT. Paulo Rocha não vê motivos para ser cassado:

- Não cometi nenhum crime. Não matei, não roubei. Cumpri meu dever de presidente regional do PT.

Em Passo Fundo (RS), o escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, amigo histórico de Lula, afirma que um pequeno grupo de dirigentes do PT "atola pé e alma na corrupção", e compromete todo um projeto. Frei Betto, nomeado para trabalhar no Palácio do Planalto como assessor especial de Lula, pediu para deixar o cargo depois de um ano. Ele concede entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo:

- Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Na ditadura, apesar de todo sofrimento, perseguições, prisões e assassinatos, nós saímos de cabeça erguida e certos de que tínhamos contribuído para a redemocratização do País. Agora, não. Esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira.

105

26/8/2005 O Ministério Público do Rio de Janeiro conclui inquérito que investigou gravação clandestina de conversa entre o empresário de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o "Carlinhos Cachoeira", e o então presidente da Loterj, a estatal fluminense de loterias, Waldomiro Diniz. A divulgação da fita, em fevereiro de 2004, provocou um escândalo. Em consequência, Waldomiro Diniz pediu demissão do Ministério da Casa Civil, onde era importante assessor de José Dirceu (PT-SP). Note-se: ele não foi demitido. Na gravação, Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira aparecem negociando contratos e propina, durante reunião realizada em 2002.

A Polícia Federal fez perícia na fita e não detectou montagem ou edição fraudulenta. O diálogo trata da doação de dinheiro do empresário a campanhas eleitorais, em troca de vantagens em contratos da Loterj. Waldomiro Diniz pede comissão de 1% sobre os negócios aprovados. O Ministério Público requer que a Justiça obrigue o ressarcimento aos cofres públicos, aplique multa e o puna com a perda dos direitos políticos. Note-se bem: Waldomiro Diniz não foi demitido do governo Lula. Pediu para sair.

Extrato bancário do PT na CPI dos Correios. É do período de 15 de dezembro de 2003 a 31 de maio de 2004. Mostra 23 depósitos ao partido, num total de R$ 3,2 milhões. Os depósitos têm valores redondos, e variam de R$ 20 mil a R$ 300 mil, como se fossem mensalinhos, mensalões e supermensalões. Era a época de glória da relação PT/Marcos Valério, com saques e pagamentos sem fim. Além dos valores redondos, chama a atenção que apenas dois dos 23 depósitos têm identificação. Um dos depositantes, Carlos Alberto Timóteo, é funcionário do PT. Mas não confirma a operação.

106

27/8/2005 A revista Época traz a reportagem "Lavanderia mensalão". Denuncia operações suspeitas de mais de R$ 100 milhões, com recursos dos fundos de pensão. De acordo com a revista, o dinheiro dos fundos foi parar nas mãos de operadores do mensalão e, em parte, acabou desviado e levado ao exterior, principalmente para paraísos fiscais do Caribe. O texto é assinado pelos repórteres Ricardo Grinbaum, Leandro Loyola e David Friedlander:

"O esquema foi executado em 2003 e 2004 e envolve pelo menos cinco fundos de pensão de empresas estatais. Os fundos, que são os investidores mais ricos do País, teriam perdido dinheiro – fraudando os associados de propósito."

A suspeita é de que dirigentes dos fundos, donos de cargos políticos, aplicavam os recursos, de forma intencional, em investimentos sabidamente perdedores. O prejuízo ficava com os trabalhadores que, supostamente, deveriam ter as suas poupanças administradas com eficiência, para não lhes faltarem recursos na hora de receber as pensões, no futuro. A maracutaia é justamente o rateio do dinheiro perdido, entre especuladores e políticos:

"A simulação da aposta no mercado financeiro servia para justificar a saída do dinheiro dos fundos. No mercado financeiro esse tipo de golpe é muito popular, até pela dificuldade em incriminar os responsáveis. Como as operações na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) são muito complicadas e todo dia há gente ganhando e perdendo milhões, quando alguém é apanhado em delito financeiro costuma se defender dizendo que errou na hora de aplicar e que isso faz parte do jogo."

107

28/8/2005 O jornal O Globo, do Rio, traz reportagem mostrando o resultado de trabalhos de auditoria realizados em contratos firmados pelos Correios no valor de R$ 7 bilhões, em 2003 e 2004. O assunto é grave. Foram constatados 525 tipos de irregularidades, a maior parte considerada de "alto risco" para os cofres públicos. O repórter José Casado mergulhou num mundo de licitações dirigidas, orçamentos irreais, pagamentos sem cobertura contratual, reajustes indevidos e pregões eletrônicos distorcidos.

A força tarefa que examinou os contratos de 40 departamentos da estatal foi formada por técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria-Geral da União). A maior distorção ocorreu no chamado "correio híbrido postal", sistema de correspondência eletrônica para grandes clientes. O projeto estava pronto em 2002, por R$ 861 milhões. A licitação foi suspensa. Reapareceu em 2004, com orçamento de R$ 4,4 bilhões. "Variação injustificada". Exigência de "capacidade

tecnológica de impressão de 100 milhões de páginas por mês" direcionaria o certame à American Bank Note.

Os auditores descobriram gastos fraudulentos de R$ 1,2 bilhão para comprar equipamentos, num projeto feito sem estudo de viabilidade, sem comprovação de gastos e sem informações adequadas sobre custos. Os resultados foram máquinas ociosas e *softwares* desperdiçados. O projeto foi definido como exemplo de "ineficiência e antieconomicidade".

A inspeção detectou vários rombos, como gastos de R$ 100 milhões em produtos dispensáveis. Houve despesas irregulares da ordem de R$ 175 milhões, no projeto "rede corporativa". Outros R$ 90 milhões, aplicados em "estudos de viabilidade", foram considerados "ineficientes e desatualizados".

108

29/8/2005 A semana começa quente no Congresso Nacional. Pronto o parecer que recomenda a cassação do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias do escândalo do mensalão. Para o relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), Jefferson comportou-se de forma incompatível com a ética e o decoro parlamentar. Jairo Carneiro acusa-o por receber dinheiro de caixa 2 na campanha de 2004 e por tráfico de influência em empresas estatais.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), não aceita a tese de que houve pagamentos de mensalões. Fazendo coro ao discurso governista, fala em dinheiro repassado com a finalidade de quitar dívidas eleitorais, algo "menos grave". Severino Cavalcanti sugere apenas censura ou repreensão para os envolvidos, não a perda de mandatos.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, admite ter havido distribuição de "recursos" a deputados, mas não aconteceu, necessariamente, em cotas mensais:

- Dependeu de migração partidária, das grandes votações.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) não usa meias palavras:

- Qual a diferença entre um deputado que recebeu recursos mensalmente e outro que recebeu para pagar despesa de campanha? Nenhuma. Ambos ficam comprometidos com o governo.

Fernando Gabeira (PV-RJ) critica a tese de que não-registro de dinheiro de campanha é crime menor:

- Não é só caixa 2. E tampouco importa se houve mensalão ou semestrão. Houve suborno.

De Ricardo Izar (PTB-SP), presidente da Comissão de Ética da Câmara:

- Existem provas cabais, e não meros indícios, de que houve pagamentos e retiradas irregulares de dinheiro, por parte de alguns parlamentares, oriundos das empresas do senhor Marcos Valério, via Banco Rural e outros meios. Algumas retiradas foram, inclusive, cíclicas, o que é um indício de um esquema de pagamento mensal e sistemático de deputados.

O deputado André Costa (PT-RJ) anuncia o seu desligamento do PT. Em nota, acusa a decadência moral e ética:

- O aparelhamento do partido, sob o rígido controle de uma oligarquia, tem produzido uma inaceitável corrupção de valores e práticas.

Também se desliga do PT o senador Cristovam Buarque (DF).

109

30/8/2005 Em depoimento à CPI do Mensalão, o operador de mercado José Carlos Batista, dono da empresa Guaranhuns. Diz ter sido contratado por Valério em novembro de 2002. Deveria intermediar entregas de dinheiro à coligação PT-PL. Ao PL, repassou R$ 4,5 milhões. Já foram identificados 63 depósitos da SMPB à Guaranhuns, no valor de R$ 6 milhões. Relata Batista:

- A partir de 2002, quase toda a semana eu levava em espécie dinheiro para os representantes da coligação com o PL.

O empresário conta mais uma história. Foi chamado por Valério para intermediar a aquisição de R$ 10 milhões em certificados de reflorestamento. A compra de títulos iria lavar dinheiro para pagar dívidas do PT e do PL. A Guaranhuns e a Bônus-Banval trabalharam juntas. Teriam sido criadas para atuar no financiamento de partidos políticos. No meio do depoimento, Batista resolve recuar. Desdiz o que afirmara, porque entende que iria se complicar.

- Se algum erro cometi, foi o de acreditar na hipnose coletiva que colocava o PT como partido da honestidade, da ética e da transparência.

Para o deputado José Rocha (PFL-BA), José Carlos Batista é um "laranja":

- Tudo indica que a Guaranhuns é uma empresa de fachada, usada para dificultar o rastreamento do dinheiro que saía das empresas do senhor Valério.

Em desabafo ao repórter Expedito Filho, de O Estado de S. Paulo, Valério:

- Minha vida virou um molambo. Eu virei um molambo. Fui usado e abandonado pelo PT, um partido de pessoas sem coração. Somente eu e Delúbio somos responsabilizados por tudo. Cadê José Dirceu? José Genoino? Silvinho Pereira? Antonio Palocci? Todos sumiram e só se fala em Marcos Valério como o responsável por tudo. Estão preparando uma pizza.

Marcos Valério se diz amigo de Delúbio Soares. Para ele, o ex-tesoureiro "não fez nada sem a ordem e orientação do ex-ministro José Dirceu":

- Delúbio não conta tudo o que sabe porque é um idiota. Ele tem uma fidelidade canina e é o único por quem eu tenho amizade. Mas eu tenho raiva do PT e gostar do Delúbio e odiar o PT pode parecer um paradoxo. Mas o Delúbio foi afastado, expulso e, como eu, abandonado.

110

31/8/2005 Entrevista de Soraya Garcia, assessora financeira do PT na campanha de reeleição do prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheletti (PT), em 2004. Ela fala ao repórter José Maschio, da Folha de S.Paulo. Acusa o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), de carregar dinheiro vivo para Londrina, onde circulou num automóvel blindado da marca BMW:

- O ministro José Dirceu veio a Londrina em 18 de setembro. Era um sábado e durante a semana todo o mundo no comitê financeiro reclamava de dificuldades para pagar contas de campanha. Na segunda-feira o comitê tinha R$ 300 mil em caixa. Todo esse dinheiro era em notas de R$ 100 e com lacre do Banco do Brasil. O Dirceu veio em um jatinho particular, chegou às 15h30 e foi embora antes das 17 horas.

Soraya Garcia menciona o coordenador da campanha de Nedson Micheletti, Augusto Dias Júnior. Ele confirmou, na época, que José Dirceu trouxera o dinheiro. Filiada ao PT, Soraya Garcia decidiu denunciar o que viu em razão do desencanto com a forma como o PT fez política em Londrina.

Mais dois envolvidos por Soraya Garcia: Gilberto Carvalho (PT-SP), chefe de gabinete de Lula, e a irmã dele, Márcia Lopes, vereadora licenciada do PT em Londrina e secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social:

- Eu nunca vi o Gilberto Carvalho trazer dinheiro pessoalmente a Londrina. Mas todas as vezes que existiam dificuldades de caixa, o Augusto Dias Júnior e o Jacks falavam que era preciso ligar para ele. E o dinheiro surgia.

Jacks Aparecido Dias é presidente do PT de Londrina. Sobre Márcia Lopes:

- Tinha também a Márcia Lopes, que era acionada para despesas em eventos. O Jacks e o Augusto me avisavam que eventos no Buffet Carvalho eram problema da Márcia Lopes. Aconteceram vários eventos desse gênero.

Soraya Garcia cita mais dois: o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o presidente do PT do Paraná, deputado André Vargas. Ambos participaram de reunião para decidir a contratação de cabos eleitorais:

- O Jacks disse que tinha reunido 2 mil pessoas que seriam contratadas por R$ 100 ao dia. O André Vargas perguntou ao Paulo Bernardo se o número de cabos eleitorais estava bom e se havia como pagá-los. O Bernardo falou que estava bom e que existia lastro para isso. Lastro era dinheiro. Além dos três, estavam na reunião o Augusto Dias Júnior, coordenador da campanha, e os candidatos a vereador Gláudio Renato Lima e Eloir Valença. Eu assisti à reunião, estava separando dinheiro para pagar despesas de campanha.

Depoimento à CPI dos Correios. É de Enivaldo Quadrado, dono da corretora Bônus-Banval. Ele conta que atendeu pedidos de Marcos Valério. Mandou um funcionário fazer três retiradas de dinheiro na agência do Banco Rural da avenida Paulista, em São Paulo, num total de R$ 605 mil. Dá como exemplo um dos saques, ocorrido em março de 2004, no valor de R$ 255 mil:

- Não havia saque de cheque. Era só chegar na agência do Rural, procurar o senhor Guanabara na tesouraria, e já estava tudo separadinho. O dinheiro foi entregue integralmente ao Valério.

Segundo Enivaldo Quadrado, Valério pediu indicações de investimentos para fundos de pensão. Na CPI, suspeita-se que os fundos abasteceram indiretamente o caixa 2 do PT. Faziam aplicações em instituições como o Banco Rural e o BMG, e em troca os bancos autorizavam empréstimos para as empresas de Marcos Valério, cientes de que o dinheiro não seria devolvido.

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) entrega relatório à CPI dos Correios. O documento classifica de "operações atípicas", com "movimentações incompatíveis" e "sistemáticas contabilizações de prejuízos", as operações do fundo Geap, ligado a vários Ministérios, e o Portus, fundo de pensão vinculado a companhias portuárias.

O Geap tem faturamento bruto anual de R$ 1,1 bilhão. Movimentou R$ 55 milhões entre janeiro de 2003 e março de 2005. Teve perdas de R$ 1,3 milhão nas transações. Além disso, efetuou dois saques suspeitos, em dinheiro, nos valores de R$ 201 mil e de R$ 144 mil. O Portus tem faturamento bruto anual de R$ 1 bilhão. Girou R$ 26,5 milhões e acumulou prejuízo de R$ 747 mil.

111

1/9/2005 Em sessão conjunta, as CPIs dos Correios e do Mensalão aprovam, por unanimidade, relatório denunciando 18 deputados federais por "um amplo conjunto de crimes políticos". O

documento solicita a abertura de processos de cassação de mandatos contra os citados. Os parlamentares fazem parte da lista de beneficiários dos saques das contas de Marcos Valério. Entre os crimes, improbidade administrativa, corrupção ativa e passiva, prevaricação, infração à legislação eleitoral e sonegação fiscal. O relatório vai para o Conselho de Ética da Câmara. Do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR):

- Não será fácil alguém se contrapor a algo tão evidente, aos fatos documentados. O que fizemos foi reunir provas.

Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL):

- Deve ficar claro que esses 18 são insignificantes perto do número de parlamentares que receberam dinheiro para ser base de bajulação do governo.

Do relatório:

"Em 2003, com a posse do novo governo, vivia-se um sonho de um Brasil diferente, com inclusão social, participação popular, boa escola e salário digno. Hoje, ao contrário, percebe-se um sentimento generalizado, misto de decepção e indignação por conta da corrupção política praticada pelos dirigentes de alguns partidos políticos e pelas suspeitas que pairam sobre membros do Congresso."

O documento refere-se ao deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ):

"Ninguém melhor do que quem, diuturnamente, compartilhava o exercício do poder, para destrinçar-lhe as entranhas. O parlamentar comandava, através de indicados, cargos nos Correios, IRB, Dnit, Eletronorte, etc."

"A ninguém convence a versão de que Valério tenha garantido os empréstimos do Banco Rural e do BMG ao PT apenas em nome da amizade com Delúbio Soares. Mais difícil ainda de acreditar é a alegação de que essa amizade justifica os empréstimos para financiar partidos."

Outro trecho do relatório:

"Cabe constatar a migração exagerada em direção a determinados partidos e os métodos de cooptação utilizados. Para explicar esse nebuloso esquema, é perfeitamente plausível a tese de que os empréstimos foram simulados para dar aparência lícita a dinheiro de origem ilícita, que seria destinado ao bolso de políticos sob o falso argumento de dívidas passadas. O que resta inconteste é o recebimento de dinheiro por parlamentares e dirigentes de partidos da base do governo na Câmara."

Agora, aborda o mensalão:

"O que menos interessa, a esse respeito, é a periodicidade dos pagamentos. O fato importante, do qual não podemos nos afastar, é o recebimento de vantagens indevidas."

Sobre estatais, acusa a "utilização de diretorias como forma de empresas contratadas pela administração pública contribuírem para partido, como se isso não fosse adicionado ao custo dos serviços, onerando a população".

O relatório traz críticas à prática do caixa 2:

"Quem admite o caixa 2 confessa ilícito eleitoral, o que, só por si, é merecedor de severa reprimenda, porque aceita a burla à eleição. Nada mais compromete a democracia que uma eleição viciada. Daí a necessidade de punição."

"Não há legitimidade em mandato financiado com caixa 2. A utilização de meios ilícitos para ganhar eleições, não como instrumento do interesse público, mas particular ou partidário, são condutas que atentam contra o princípio do estado democrático."

Os 18 deputados denunciados: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), João Magno (PT-MG), Josias Gomes (PT-BA), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Sandro Mabel (PL-GO), José Borba (PMDB-PR), Roberto Brant (PFL-MG), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por unanimidade, pedido de cassação de Roberto Jefferson. Ele é acusado de confessar o recebimento de R$ 4 milhões do PT por meio do valerioduto, e de fazer indicações partidárias para obter benefícios financeiros ao PTB. O processo segue para votação final e secreta no plenário da Câmara. Diz o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR):

- Jefferson confessou ter quebrado o decoro parlamentar ao participar, como beneficiário, do mais vergonhoso esquema de submissão do Legislativo ao Executivo.

Do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ):

- Ele não é um paladino da ética, mas um sócio dissidente de um esquema.

Do deputado Josias Quintal (PMDB-RJ):

- Jefferson prestou um serviço ao País e ao parlamento. Ele permitiu desvendar o esquema de corrupção.

Os principais jornais do País publicam fotografias de Lula ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). As imagens mostram solenidade em Brasília. Lula preside a cerimônia. Condecora Severino com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, a mais alta condecoração do Itamaraty. Os dois estão juntos, mais que nunca.

Criticado por defender punição branda aos envolvidos no escândalo do mensalão, Severino passa o dia ao lado de Lula. Além do evento no Itamaraty, se faz presente em solenidade no Palácio do Planalto e, depois, reúne-se com Lula, no gabinete presidencial. Para atrair Severino como aliado, Lula demitiu Olívio Dutra (PT-RS) e nomeou Márcio Fortes (PP-RJ) ministro das Cidades.

112

2/9/2005 Com a reportagem de capa "O mensalinho de Severino", a revista Veja denuncia esquema pelo qual o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), cobrou propina de R$ 10 mil mensais, de março a novembro de 2003, do empresário Sebastião Augusto Buani, concessionário do restaurante Fiorella, instalado no 10º andar do prédio da Câmara.

O repórter Alexandre Oltramari teve acesso ao texto no qual o empresário relata a extorsão. Sebastião Buani afirma que entregava envelopes com o dinheiro exigido pelo deputado às duas secretárias de Severino Cavalcanti, Gabriela Kênia Martins e Rucely Paula Camacho.

Algumas vezes, a propina ia diretamente às mãos de Severino. Um cheque foi descontado pelo motorista do deputado, numa agência do Bradesco. A gerente Jane de Albuquerque confirmou a operação. Em agosto, Sebastião Buani, em dificuldade, despachou envelope com apenas R$ 6 mil. O resultado:

- Levei uma bronca do deputado por telefone.

A partir de dezembro de 2003, o empresário não conseguiu mais pagar a propina. Em dois meses, perdeu seis das oito concessões de restaurantes e lanchonetes que tinha no Congresso. O repórter procurou o presidente da Câmara. Reação de Severino Cavalcanti, dando tapas na mesa, ao lado de um advogado, três assessores de imprensa e dois funcionários:

- Isso é uma mentira. Ele é um canalha, safado! Esse homem não merece as calças que veste.

Da reportagem:

"A defesa de Severino tem muito adjetivo, e pouca substância. O contrato de concessão de Buani para explorar o restaurante encerrou-se em janeiro de 2003, depois da quarta e necessariamente última prorrogação. Buani, no entanto, não foi convidado a se retirar. O deputado Severino mandou que fosse feita uma licitação para escolher o novo concessionário, mas a licitação não se realizou, e ficou tudo por isso mesmo. De tal modo que Buani operou seu restaurante ao longo de todo o ano de 2003 sem nenhum amparo legal."

O esquema teria começado no início de 2002. Sebastião Buani queria prorrogar a licença de funcionamento do restaurante. Procurou Severino, na época o primeiro-secretário da Câmara, responsável pela administração da Casa. O empresário foi obrigado a desembolsar R$ 40 mil, dinheiro que foi dividido, segundo Buani, entre Severino e o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE). O empresário obteve a prorrogação. A reportagem afirma:

"É o documento mais escandaloso e comprometedor de toda essa história. Ali, num clandestino ato de ofício, Severino prorroga a licença de Buani até 2005. Severino não tinha poderes para isso e, ao fazê-lo, produziu uma prova cabal das relações promíscuas que manteve com Buani."

Explicação de Severino:

- Eu sou um homem experimentado. Tenho mais de 40 anos de vida pública, mas não tenho a menor lembrança de ter assinado esse documento dando a prorrogação. O que pode ter acontecido é ter juntado esse negócio, ou alguém ter botado no meio dos documentos e eu ter assinado sem ler.

A revista Veja também relata o episódio da nomeação do deputado Augusto Nardes (PP-RS) como ministro do TCU (Tribunal de Contas da União). Aliado de Severino Cavalcanti, Augusto Nardes era suspeito de crime eleitoral, peculato e concussão. Quando soube da ficha do protegido do presidente da Câmara, Adylson Motta, presidente do TCU, pediu a Lula para não sancionar a nomeação, devido à "inobservância do requisito constitucional da reputação ilibada e idoneidade moral".

Lula assinou.

113

3/9/2005 A Folha de S.Paulo publica detalhes de reunião do Campo Majoritário do PT realizada na véspera, em São Paulo. A repórter Catia Seabra obtém informações de bastidor. O destaque foi o discurso do deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Ele é um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Fez desabafo "repleto de ameaças veladas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva", afirma o texto. Reclamou de ingratidão e hipocrisia:

- Quem tomou a decisão de fazer alianças? Foi o Zé Dirceu? Quem exigiu o contrato com Duda Mendonça?

Fica implícito que, para João Paulo Cunha, Lula é o responsável. Lula é o chefe. A aliança PT-PL, aponta o deputado, foi "quase uma exigência do Lula". O mensaleiro insistiu, sempre se referindo ao presidente da República:

- Éramos nós que dizíamos ser amigos do Duda Mendonça? Que frequentávamos a casa de praia do Duda Mendonça?

João Paulo Cunha também condenou a cassação de mandatos:

- Ninguém agiu por interesse pessoal. Se houve erro, não adianta crucificar o Zé Dirceu.

115

5/9/2005 Lula sai em defesa do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Pede ajuda ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Quer evitar que Severino seja obrigado a deixar a presidência da Câmara. Afinal, o deputado pernambucano se revelou um fiel aliado do governo na crise política. O ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, recebe orientação de Lula para atuar ao lado de Severino Cavalcanti, contra o afastamento pretendido pela oposição. Ao longo do dia, Jaques Wagner conversa com dirigentes petistas e integrantes da base aliada do governo. Pede a todos para que não critiquem Severino Cavalcanti.

Enquanto Jaques Wagner pressiona, circulam em Brasília cópias de um texto escrito por Sebastião Buani, o dono do restaurante Fiorella. Traz o título sugestivo "A história de um mensalinho". Em duas páginas, a denúncia de que Severino Cavalcanti recebeu 13 pacotes de dinheiro em 2003, num total de R$ 84 mil. O presidente da Câmara chegou a ligar até seis vezes num mesmo dia, para cobrar o pagamento da propina de R$ 10 mil mensais que estava atrasado. O dinheiro era uma exigência dele em troca de um contrato forjado de concessão, instrumento que permitiu o funcionamento do Fiorella, outros dois restaurantes e seis lanchonetes nas dependências do Congresso.

116

6/9/2005 A CPI dos Correios conclui análise de documentos provenientes da quebra dos sigilos telefônicos de duas estrelas do escândalo do mensalão. Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, fez 121 telefonemas para o Palácio do Planalto, sede do Governo Federal, em 2003 e 2004. Do total, 59 foram para o Ministério da Casa Civil, sob comando de José Dirceu, inclusive para Waldomiro Diniz, no período que antecedeu o seu afastamento.

As empresas de Marcos Valério, por sua vez, fizeram 129 ligações para a Presidência da República, no período em que a DNA e a SMPB disputavam licitações pertinentes a contratos publicitários com o Banco do Brasil, no valor de R$ 111 milhões, e com os Correios, no total de R$ 23 milhões. Foi entre agosto e dezembro de 2003. Do total de 268 chamadas das empresas de Marcos Valério sob suspeita, a grande maioria foi para a Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, sob comando do ministro Luiz Gushiken (PT-SP). O mesmo Luiz Gushiken que sempre negou qualquer interferência em contratos de publicidade de empresas estatais.

Em depoimento à Polícia Federal, Marcos Valério reafirma ter repassado R$ 15,5 milhões para Duda Mendonça, o marqueteiro de Lula, atendendo a pedido de Delúbio Soares. Mas nega ter depositado o dinheiro no exterior e refuta a acusação de que orientou Duda Mendonça a abrir conta fora do País, como condição para receber o pagamento por serviços prestados ao PT.

Segundo Marcos Valério, o dinheiro fazia parte do caixa 2 do PT e as parcelas eram sacadas por Zilmar Fernandes da Silveira. A sócia de Duda fazia as retiradas em agência do Banco Rural, em São

Paulo. Ela teria sido assaltada e, a partir daí, solicitou que os cheques fossem entregues ao doleiro Jader Kalid, em Belo Horizonte. Diz Marcos Valério:

- Zilmar falou que Jader seria seu consultor financeiro e ficaria encarregado de descontar os cheques emitidos para pagar Duda.

Explicação de Marcos Valério:

- A Zilmar afirmou que não poderia contabilizar os recebimentos, motivo pelo qual solicitou que os cheques fossem nominais à SMPB.

No depoimento, Valério cita o deputado José Janene (PP-PR), integrante da base aliada do governo Lula e suspeito de ser um dos operadores do mensalão. Segundo Valério, Janene foi o responsável pela indicação da corretora Bônus-Banval para intermediar pagamentos de dinheiro. Por meio da corretora, R$ 10 milhões foram repassados para PP, PL e PT, da seguinte forma: R$ 900 mil para o PL, R$ 1,2 milhão para o PP e R$ 7,9 milhões para o PT.

Em outro depoimento à Polícia Federal, o deputado José Mentor (PT-SP) tenta justificar o recebimento de R$ 120 mil de Marcos Valério. Alega que o dinheiro foi pagamento por "estudos jurídicos" feitos por seu escritório de advocacia, a pedido de empresas de Valério. José Mentor não apresenta documentos. Diz que o contrato foi verbal e que os tais estudos jurídicos não podem ser revelados, "por questões de sigilo profissional". A suspeita: José Mentor recebeu propina para favorecer o Banco Rural, ligado a Marcos Valério, durante a CPI do Banestado.

Também depõe à Polícia Federal Izeílton Carvalho de Souza, ex-gerente do restaurante Fiorella. Ele confirma: o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), recebeu propina de R$ 10 mil mensais em 2003, para que as portas do restaurante ficassem abertas. O dinheiro era entregue em envelopes ou em cheques. O pagamento ficou a cargo da diretora do restaurante, Gisele Buani, filha do dono, Sebastião Buani.

117

7/9/2005 Em Nova York, em viagem oficial para representar o Brasil em evento da União Interparlamentar, o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) está transtornado. Nas entrevistas concedidas, dá versões divergentes para tentar explicar o caso do mensalinho. Na primeira manifestação, pela manhã, nega a existência da propina. Mas faz uma ressalva:

- Eu não assinei esse contrato. E, se assinei, é um contrato normal, que deve estar junto com toda a documentação.

Minutos depois, se diz reticente:

- Tenho de ver o original. O ônus da prova cabe a quem denuncia.

No período da tarde, Severino volta a ser questionado. E volta a dizer que o contrato não existiu.

- Aquele documento não existe. Mas, se existe, é uma falsidade. Documento como aquele eu não assinei. Só pode ser um documento falso.

118

8/9/2005 O empresário Sebastião Buani concede entrevista coletiva. Ao lado de 50 funcionários e da mulher, Diana, revela os detalhes do escândalo do mensalinho de Severino Cavalcanti. Informa que entregou R$ 110 mil de propina ao deputado em 2002 e 2003, em troca de autorização para operar

restaurantes e lanchonetes no Congresso. Tudo começou ao pedir ajuda ao deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) a fim de prorrogar contrato de funcionamento do Fiorella. Na época, Severino era o primeiro-secretário da Câmara. A conversa ocorreu nos corredores do Congresso:

- Comentei com ele: "Estou com um pedido lá na mesa do primeiro-secretário e o senhor, que é amigo dele, poderia ver se pode dar uma decisão final, ou pode ou não pode, ou é lei ou não é". Pouco tempo depois, recebi um telefonema para comparecer ao gabinete de apoio do primeiro-secretário. Na conversa, o primeiro-secretário me disse: "Você sabe, eu sou um homem que não tenho empresas, e neste ano de eleição a gente precisa de uma ajuda".

Severino Cavalcanti pediu R$ 60 mil para renovar o contrato. Sebastião Buani recusou. Severino propôs R$ 50 mil. Nova recusa e o valor acabou fixado em R$ 40 mil, metade para Severino e metade para Gonzaga Patriota. O dinheiro foi pago, o empresário recebeu em abril um termo assinado por Severino, prorrogando a concessão por cinco anos.

Em outubro de 2002, porém, surgiu um problema. Sebastião Buani recebeu correspondência da direção da Câmara dos Deputados perguntando se ele tinha interesse em renovar a concessão, em caráter de emergência, por mais um ano. O empresário se sentiu enganado por Severino Cavalcanti. Concluiu que o documento assinado pelo deputado, colocado dentro de um processo administrativo, não tinha validade. Diz Sebastião Buani:

- Esse documento foi colocado dentro do processo e foi me dada uma cópia do processo com essa via dentro. Não existe isso de "não vi o documento", "não existe documento". Mas quando a gente abriu o processo, no lugar daquele papel prorrogando o contrato, havia outro do próprio Severino, dizendo que indeferia o processo por isso e aquilo. Pensei, então, "não estou acreditando", "fui enganado de uma forma... como eu caí numa dessa?" Dinheiro ganho suado, com dificuldade, por documento que não valia nada?

Inconformado, o empresário procurou Severino Cavalcanti para reclamar. Recebeu garantias de que não haveria problemas:

- Fui direto ao Severino e ele me disse: "Não se preocupe, enquanto eu estiver na Mesa Diretora você estará na Casa".

Sebastião Buani achou que estava tudo resolvido. Em janeiro de 2003, no entanto, Severino Cavalcanti o procurou novamente para dizer que seria assinado um contrato emergencial, com a prorrogação do contrato por um ano. De fato, a prorrogação de cinco anos, assinada anteriormente pelo deputado, não valia nada. Severino Cavalcanti disse:

- Quero que você ganhe muito dinheiro, porque você merece.

Foi aí que surgiu o acerto do mensalinho. Sebastião Buani já havia recebido autorização para aumentar em quase 40% o valor das refeições. Severino Cavalcanti pediu R$ 20 mil mensais para prorrogar o contrato. O empresário reclamou. A conversa teria demorado quatro horas:

- Ele bateu o pé, mas depois de muita negociação ficou por R$ 10 mil.

O mensalinho foi pago de fevereiro a agosto de 2003.

- O dinheiro era entregue em envelopes pardos, nós saíamos pelos corredores com o dinheiro nas mãos, eu e ele andando pelos corredores.

Sebastião Buani diz que resolveu interromper o pagamento da propina atendendo ao pedido da filha, Gisele, diretora da empresa.

- Um dia minha filha me viu contando dinheiro numa quarta-feira para pagar a propina, e disse: "Pai, sai dessa vida porque a gente não precisa disso. O senhor está deixando de pagar funcionários que moram longe e ganham pouco para pagar propina".

Suspenso o mensalinho, vieram os problemas. Sebastião Buani foi perdendo, uma a uma, as concessões para operar restaurantes e lanchonetes na Câmara. Só restou o restaurante Fiorella, agora com os dias contados.

Ainda em Nova York, Severino Cavalcanti reage à entrevista de Buani:

- É mentira, é mentira, é mentira.

Anunciada a demissão de Maurício Marinho, o funcionário dos Correios que foi pivô do escândalo do mensalão. Mas o homem filmado ao receber propina de R$ 3 mil continuará recebendo salário, de R$ 10 mil mensais, enquanto estiver em licença médica, cuja prorrogação pode se estender por nove meses.

120

10/9/2005 A revista Isto É denuncia que parte do dinheiro pago pelo PT ao publicitário Duda Mendonça veio de recursos públicos da Prefeitura de Belo Horizonte. Duda trabalhou na campanha de reeleição do prefeito da capital mineira, Fernando Pimentel (PT), em 2004. Segundo o repórter Amaury Ribeiro Jr., convênio de R$ 14 milhões foi assinado entre a municipalidade e o CDL (Clube dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte) para comprar e instalar cerca de 300 câmeras de segurança e filmar as ruas centrais da cidade.

O convênio recebeu a chancela do prefeito Fernando Pimentel e do empresário Glauco Diniz Duarte, diretor do CDL e dono da GD International, empresa que teria transferido o equivalente a R$ 2 milhões dos recursos municipais a uma conta do banco BAC Flórida. De lá, o montante teria sido encaminhado para a conta Dusseldorf, de Duda Mendonça, no BankBoston das Bahamas. O Ministério Público investiga as suspeitas de fraude, contrabando, superfaturamento e participação de empresas fantasmas.

121

11/9/2005 O ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, reúne-se reservadamente com Severino Cavalcanti (PP-PE). O encontro ocorre na residência oficial do presidente da Câmara, antes de uma entrevista que seria concedida por Severino. Durante o encontro, Jaques Wagner pede-lhe que tenha cautela nas declarações aos jornalistas. Quer evitar desmentidos posteriores. O governo Lula continua dando respaldo a Severino. Do ministro:

- O governo decidiu que não vai fazer prejulgamento e vai esperar a apuração da denúncia.

Trecho da entrevista de Severino Cavalcanti:

- O governo tem certeza absoluta de que não estou dentro desse enlameado que tentaram lançar em meu nome.

Reação do empresário Sebastião Buani, ao dizer que até pouco tempo atrás era bem-vindo no gabinete de Severino Cavalcanti:

- Ele não falou da ligação que tinha comigo, por que ia lá no restaurante, o tanto que me ligava. Se quebrarem o sigilo telefônico, vão estranhar por que um primeiro-secretário liga tanto para um concessionário.

A CPI dos Correios divulga levantamento parcial obtido com a quebra de sigilos telefônicos de 2003 a 2005. Os dados apontam três deputados envolvidos no escândalo do mensalão, trocando telefonemas com a SMPB, a agência de Marcos Valério usada para repassar dinheiro de caixa 2.

São eles: Professor Luizinho (PT-SP), com 13 ligações telefônicas, inclusive no dia 23 de dezembro de 2003, data do saque de R$ 20 mil atribuído a ele, na agência da avenida Paulista do Banco Rural, em São Paulo. Sandro Mabel (PL-GO) manteve nove conversas telefônicas. Ele é acusado de ter oferecido dinheiro para a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) mudar de partido. E José Janene (PP-PR) teria usado telefone celular para conversar com Valério.

122

12/9/2005 Renuncia o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Ele abre mão do mandato para evitar processo de cassação e eventual inelegibilidade. É acusado de ter recebido R$ 400 mil do valerioduto. Nega. Diz ter sacado R$ 250 mil, apenas para quitar dívidas referentes ao segundo turno da campanha que elegeu Lula em 2002. Na época, Carlos Rodrigues era presidente do PL no Rio. Ele faz referência ao presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto (SP), que também renunciara:

- Fui chamado pelo Valdemar para apoiar o presidente Lula. Apoiei, fiz dívida do partido, e o Valdemar mandou eu receber o dinheiro em dezembro de 2003.

Depois de almoçar com Lula, o ministro Jaques Wagner (PT-BA) desmente boatos de que o governo iria pedir ao PT e ao aliado PSB para não assinarem representação contra o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE):

- Não vou pedir. A decisão cabe a cada presidente de partido.

No período da tarde, o líder do PT, deputado Henrique Fontana (RS), que já anunciara a decisão de assinar representação contra Severino, tem encontro com Jaques Wagner e o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Henrique Fontana volta atrás. Diz o ministro Wagner:

- Prevaleceu o bom senso.

O deputado José Janene (PP-PR) não usa meias palavras:

- Severino tem o apoio integral, solidário e irrestrito da bancada do PP.

O empresário Sebastião Buani entrega à Polícia Federal extrato de sua conta bancária. Mostra um saque de R$ 40 mil, efetuado em 4 de abril de 2002. O dinheiro teria sido usado para pagar propina ao deputado Severino Cavalcanti. A retirada foi no mesmo dia em que Severino assinou documento com autorização para o funcionamento do restaurante Fiorella.

Em depoimento à Polícia Federal, três empregados do Fiorella confirmam que levaram dinheiro para as secretárias de Severino, a pedido de Sebastião Buani. O *maître* José Ribamar da Silva fez duas entregas. Ele cita a filha do empresário, Gisele Buani:

- Levei pacotes com dinheiro para a secretária. Não sabia quanto, porque estava lacrado, mas Gisele pedia para ter cuidado porque continha dinheiro.

O garçom Hélio Antônio da Silva levou três "encomendas":

- Não posso dizer que era para Severino, mas a recomendação foi que eu entregasse na primeira-secretaria.

O garçom Rosenildo Francisco Soares fez o serviço uma vez:

- Sabia que era dinheiro, mas para que, eu não sabia.

123

13/9/2005 O publicitário Duda Mendonça anuncia o pagamento de R$ 4,3 milhões para regularizar a situação dele junto à Receita Federal. A quantia seria o total de tributos sonegados pela Dusseldorf, a empresa *offshore* aberta pelo marqueteiro de Lula no paraíso fiscal das Bahamas. Com o envio da declaração retificadora do Imposto de Renda, o publicitário pretende impedir eventual condenação por crime de sonegação fiscal.

124

14/9/2005 A Câmara dos Deputados cassa Roberto Jefferson (PTB-RJ). A interrupção do mandato do deputado, autor da denuncia do mensalão, é endossada por 313 parlamentares. Outros 156 votam contra. Há ainda 13 abstenções, cinco votos em branco e dois nulos. O petebista fica inelegível até 2015. Em discurso de 42 minutos, Roberto Jefferson acusa Lula de ser um presidente relapso. "Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão". Roberto Jefferson afirma que tomou providências, assim que soube do esquema de pagamento da propina a deputados:

- Fiz uma peregrinação. Ao José Dirceu, como ministro-chefe da Casa Civil, falei isso umas dez vezes. Falei ao Ciro. Depois nós descobrimos que o Márcio, secretário-executivo do Ministério, tinha recebido do Marcos Valério R$ 500 mil para saldar contas de campanha. Mas falei ao Ciro, com lealdade. Ele disse: "Eu não acredito nisso". Falei ao ministro Miro Teixeira. Falei com o presidente.

Com a língua afiada, sua melhor característica, Roberto Jefferson ataca:

- Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus, mostrei ao Brasil o que é o governo Lula.

- Rufiões da pátria, proxenetas do parlamento. Este é o governo mais corrupto que testemunhei nos meus 23 anos de mandato, o mais escandaloso processo de aluguel de parlamentar.

- Meu conceito do presidente é que ele é malandro, preguiçoso. O negócio dele é passear de avião. Governar que é bom, ele não gosta.

Roberto Jefferson não perdoa o ex-ministro José Dirceu (PT-SP):

- O PT não tem projeto de governo. Eu quero dizer o PT, esse Campo Majoritário e essa cúpula que assaltou o Brasil. Rato magro, hein? Quem nunca comeu mel quando come se lambuza. Rato magro. PC Farias é aprendiz de feiticeiro ante essa gente que assaltou o Brasil. Rato magro. Mas eu nunca bati no peito para dizer que eu sou o paladino da ética e o campeão olímpico da moralidade. Todo fariseu e farsante emprega culpa ao adversário como se fosse um biombo para esconder os seus defeitos.

- O presidente escolheu o ministro José Dirceu como uma espécie de Jeany Mary Corner, o rufião do Planalto, para alugar prostitutas, algo que ele entendia poder fazer na Câmara dos Deputados. Tratou esta Casa como se fôssemos um prostíbulo.

O empresário Sebastião Buani apresenta prova contra o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Entrega à Polícia Federal cópia de um cheque de R$ 7.500, em nome de Gabriela Kênia Martins, secretária de Severino. O dinheiro foi sacado em 30 de julho de 2002 e é indício de extorsão, crime de concussão praticado pelo deputado. Diz Buani:

- Este cheque foi entregue ao deputado no restaurante. Ele ia quase diariamente almoçar e ali dava o aperto. "Não esquece que hoje nós temos uns compromissos, não vai me deixar na mão". Ele sempre dava um toque. Não deixa de ser um arrocho.

Naquele mês, período de férias no Congresso, o empresário alegou dificuldades para repassar o combinado a Severino, em razão do baixo movimento. Severino não quis saber. Falou assim, segundo Sebastião Buani:

- Você tira da sua conta na Suíça.

Na Polícia Federal, a secretária Gabriela Kênia Martins confirma o saque de R$ 7.500. E, como última tentativa de livrar Severino Cavalcanti, apresenta versão de que o dinheiro foi doação de Sebastião Buani ao próprio filho do deputado, Severino Cavalcanti Ferreira Júnior, morto depois em acidente de trânsito. Naquele ano, ele disputava uma vaga de deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sebastião Buani nega.

Na hoste do PT, o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), comenta a situação:

- Severino não aceita a hipótese de não trabalhar para esclarecer a verdade.

A frase é enrolada mesmo. Leia assim: Severino rejeita a hipótese de esclarecer a verdade.

A verdade, do mesmo dia 30 de julho de 2002: a secretária Gabriela Kênia Martins transferiu R$ 6.800 para a conta de Severino, após fazer a retirada dos R$ 7.500. Severino Cavalcanti pegou dinheiro de Sebastião Buani.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, concede liminar e impede o Conselho de Ética da Câmara de abrir processos contra seis deputados do PT, todos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Nelson Jobim argumenta que os parlamentares não tiveram o direito a defesa prévia. Na prática, a decisão dá mais tempo para os deputados renunciarem aos mandatos, a fim de preservarem os direitos políticos. Os beneficiados: Paulo Rocha (PA), Josias Gomes (BA), João Magno (MG), João Paulo Cunha (SP), Professor Luizinho (SP) e José Mentor (SP).

A boa notícia se espalha e, sem perder tempo, outros deputados mensaleiros também entram com o mesmo mandado no STF. São eles: José Dirceu (PT-SP), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), José Borba (PMDB-PR) e Wanderval Santos (PL-SP).

Com base na liminar do STF, a Mesa Diretora da Câmara decide dar mais tempo para a defesa dos deputados acusados. Adia por cinco sessões a abertura dos processos de cassação. No segundo mandato de Lula, Nelson Jobim (PMDB-RS) será nomeado ministro da Defesa.

Em depoimento à CPI do Mensalão, o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), afirma que o chefe de gabinete da liderança do partido, João Cláudio Genu, sacou apenas R$ 700 mil das contas de Marcos Valério. Segundo Valério, João Cláudio Genu recebeu R$ 4,1 milhões, entre setembro de 2003 e julho de 2004. Diz Pedro Corrêa:

- Nenhum outro saque feito por Genu nas agências do Banco Rural era do conhecimento do partido, nem foi autorizado pelo partido. Se houve saque, o dinheiro foi para pessoas que eu não conheço.

O dinheiro, pelo jeito, sumiu. Explicação de Corrêa para os R$ 700 mil:

- O Genu foi duas vezes ao Banco Rural sacar dinheiro para pagar os serviços do advogado Paulo Goyaz, que defendeu o deputado Ronivon Santiago em 36 ações.

Ronivon Santiago (PP-AC) ficou famoso com a confissão de que vendera por R$ 200 mil o voto a favor da emenda da reeleição, o que permitiu ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) concorrer novamente ao Palácio do Planalto, em 1998. Pedro Corrêa, por sua vez, informa que os tais R$ 700 mil do valerioduto não tiveram registro na contabilidade do partido. Nem quitaram dívidas de campanha eleitoral, como se vê. De Pedro Corrêa:

- Não foi contabilizado porque o PT não esclareceu quem era o doador.

125

15/9/2005 Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) entregue à CPI dos Correios aponta "irregularidades graves" em 15 de 54 contratos dos Correios. A auditoria encontrou indícios de favorecimento à empresa Novadata, do empresário Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo do presidente Lula, no valor de R$ 3,4 milhões. O consórcio Alpha, do qual a Novadata também faz parte, teria sido beneficiado irregularmente com R$ 5,5 milhões.

Há indícios de superfaturamento de R$ 53 milhões no contrato com a Skymaster, responsável pelo transporte de cargas para os Correios, e de irregularidades na compra de 1.500 cofres da empresa Conan, com pagamento indevido de R$ 4,8 milhões. A SMPB, de Marcos Valério, foi apontada por cometer sete infrações no contrato com os Correios. Entre elas, recebimento de comissões sem a prestação de serviços, superfaturamento na aquisição de bens e prestação de serviços e subcontratações sem justificativas contratuais.

129

19/9/2005 Lula reúne-se a portas fechadas com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). A conversa leva uma hora. O Palácio do Planalto não permite que a reunião seja fotografada. Severino entrou pela garagem, para evitar ser visto em público. Do que transpira do encontro, Severino Cavalcanti recebeu garantias do presidente de que o ministro das Cidades, Márcio Fortes (PP-RJ), será mantido no cargo. A indicação de Severino continuará valendo durante o segundo mandato de Lula.

O presidente da Câmara vai renunciar. Da mesma forma que Márcio Fortes, José Maurício Valadão Cavalcanti, filho de Severino, permanecerá no posto de superintendente federal de Agricultura em Pernambuco. Continuarão empregados em cargos de confiança na Câmara, ainda, os seguintes parentes de Severino: Olga Maria, nora; Catharina, filha; Marlene Cavalcanti, irmã; e Rafaella, neta. Todas com vencimentos entre R$ 1.600 e R$ 7.500.

O TCU (Tribunal de Contas da União) divulga resultado de auditoria que apontou indícios de lucros excessivos por parte da GDK, a empresa contratada pela Petrobras que ficou famosa ao dar um jipe Land Rover de presente ao ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Auditores do TCM encontraram indícios de superfaturamento de R$ 7,2 milhões, e sobrepreços de outros R$ 48,9 milhões. O suspeito "lucro excessivo" também foi obtido por despesas financeiras em duplicidade, direcionamento de licitação e falhas na elaboração de orçamentos em dois contratos de R$ 160 milhões.

130

20/9/2005 Em depoimento conjunto às CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho da Barcelona", acusa conluio entre a corretora Bônus-Banval, Marcos Valério, PT e PP. Condenado a 25 anos por lavagem de dinheiro, Toninho da Barcelona chega à sessão algemado e protegido por forte esquema de segurança. Ele levanta dúvidas sobre os empréstimos que Marcos Valério e Delúbio Soares dizem ter tomado nos bancos Rural e BMG. Diz o doleiro:

- Esse tipo de operação é comum nos casos em que as partes interessadas desejam esquentar dinheiro de origem ilícita.

Para Toninho da Barcelona, os empréstimos seriam uma forma de "esquentar" o dinheiro que Marcos Valério e o PT já dispunham no exterior. O montante teria ingressado no Brasil pelo Trade Link Bank, um braço do Banco Rural que faz operações com empresas *offshore*.

Toninho da Barcelona afirma que Dario Messer, "o principal doleiro do PT", enviava a moeda norte-americana do Panamá. A Barcelona Tour trocava os dólares por reais e entregava os valores convertidos à Bônus-Banval, cujo dono, Enivaldo Quadrado, era "amigo íntimo" do deputado José Dirceu.

A corretora transferia o dinheiro para pessoas indicadas pelo PT e pelo PP, principalmente ao deputado José Janene (PP-PR). Toninho da Barcelona afirma ter trocado US$ 2 milhões, a pedido de Dario Messer, entre 3 de setembro e 9 de outubro de 2002. Era o auge da campanha que elegeu Lula. A bolada, convertida em reais, rendeu cerca de R$ 7 milhões. Diz o doleiro:

- Esse dinheiro teve como destino a Bônus-Banval.

Toninho da Barcelona levanta suspeita contra o deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI do Banestado, que não o chamou para ser ouvido pela comissão. Os doleiros Dario Messer e Vivaldo Alves, o "Birigui", tampouco prestaram depoimento. Para Toninho da Barcelona, José Mentor procurou proteger o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP-SP), em troca do apoio dele a Marta Suplicy (PT-SP), que disputava o segundo turno da reeleição à Prefeitura de São Paulo, em 2004:

- O Mentor sabia que eu podia citar o Birigui como operador do Maluf, e aí as coisas poderiam se complicar.

O deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) também é citado pelo doleiro. Toninho da Barcelona afirma que trocou dólares para Marcos, filho de Devanir, então vereador em São Paulo. As operações ocorreram entre julho e setembro de 2002. Na sessão, Devanir procura intimidar o doleiro, ameaçando processá-lo.

Em resposta, Toninho da Barcelona enumera repasses feitos ao filho Marcos: US$ 30 mil em 10 de julho, US$ 25 mil em 17 de julho, US$ 20 mil em 5 de agosto, US$ 8,5 mil em 9 de agosto, US$ 10 mil em 10 de agosto e US$ 35 mil em 30 de setembro. Total: US$ 128,5 mil.

Parte do depoimento de Toninho da Barcelona é fechada ao público e restrita a apenas cinco parlamentares. O doleiro relata o que ouviu do doleiro Najun Turner, com quem ele estava preso na mesma cela. Os representantes do povo ouvem que o PT teria entregado R$ 8 milhões ao deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), em troca do seu apoio ao governo Lula.

Segundo o doleiro, a quantia foi paga nos meses de março e abril de 2005, após a eleição de Severino Cavalcanti à presidência da Câmara dos Deputados. De fato, o deputado foi eleito pela oposição, que pretendia derrotar Lula ao vencer o governista Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), candidato do Palácio do Planalto a dirigir o Legislativo. Depois, porém, Severino bandeou-se para o lado do presidente da República.

Toninho da Barcelona diz que foram dois depósitos para Severino: um de R$ 5 milhões, providenciado pelo esquema de Marcos Valério, e outro de R$ 3 milhões, intermediado por Dario Messer. O dinheiro teria sido repassado ao deputado José Janene (PP-PR).

O doleiro abordou o esquema de corrupção em Santo André (SP). Segundo Toninho da Barcelona, o dinheiro proveniente da propina paga por empresas de ônibus era depositado num banco nos Estados Unidos.

131

21/9/2005 Renuncia o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Ao abrir mão do mandato, evita a inelegibilidade até 2015, em caso de cassação. "Voltarei. O povo me absolverá", diz ele, adaptando o título do livro de Fidel Castro, A História me Absolverá. Severino anuncia que disputaria as eleições de 2006. De fato, ele iria concorrer, mas não se elegeria deputado. Em 2008, seria eleito prefeito de João Alfredo (PE). No discurso de despedida da Câmara, Severino ataca os jornalistas:

- Sempre defendi a liberdade de imprensa. Mas, em nosso País, liberdade de imprensa tem sido a porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para a destruição de reputações. Liberdade de imprensa, sim, mas o rigor da lei para os que enxovalham sem qualquer limite a honra e a dignidade alheias.

Das galerias da Câmara, os estudantes gritam:

- Vai embora, Severino, seu corrupto!

Seguranças entram em ação para esvaziar o recinto. Os estudantes, em coro:

- É mensalinho, é mensalão, queremos verbas para a Educação!

E mais, em ritmo de chacota:

- Congresso do mensalão, não vai prender nenhum ladrão!

Em depoimento à CPI dos Bingos, Jorge Luiz Dias, funcionário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, acusa o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), que renunciou ao mandato para evitar a cassação. É o caso do "mensalinho invertido".

Segundo ele, Carlos Rodrigues, um ex-bispo e ex-coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus, exigia de R$ 10 mil a R$ 15 mil mensais, de 22 deputados federais e 29 estaduais, em troca

de apoio. Funcionários dos deputados também eram obrigados a contribuir. Jorge Luiz Dias diz que Carlos Rodrigues faturava uma média de R$ 630 mil por mês.

Presente à sessão, Carlos Rodrigues nega as acusações, mas admite a força da Igreja Universal nas eleições:

- Um político com apoio da igreja salta do carro e tem 2 mil, 5 mil pessoas que dizem amém. O pastor diz: "Este é meu candidato, quero que vocês votem nele. Não quero só seu voto, mas os de sua família, seu pai, sua mãe, seu irmão, empregado e de seu patrão". Todos levantam a mão.

De acordo com Jorge Luiz Dias, Waldomiro Diniz e Carlos Rodrigues montaram um esquema de corrupção na Loterj, a estatal que administra as loterias no Governo do Rio. O esquema funcionava em conjunto com agências de publicidade e casas de bingo.

Uma das agências, a JOB Niterói, teria recebido R$ 134 mil por mês, durante um ano, para colar cartazes do jogo da raspadinha nas ruas. Parte do dinheiro, porém, voltava para o esquema. Jorge Luiz Dias confessa ter entregado o dinheiro a Carlos Rodrigues:

- Eu pegava os cheques, sacava e entregava o dinheiro na mão dele.

Durante o período em que Waldomiro Diniz presidiu a Loterj, os gastos da estatal fluminense com publicidade subiram de R$ 7,5 milhões para R$ 17,1 milhões, e chegaram a comprometer 34% da arrecadação da estatal. Em troca da autorização para abrir 13 casas de bingo, por sua vez, a dupla Waldomiro/Carlos Rodrigues teria recebido propina de R$ 1 milhão por mês.

A CPI dos Correios divulga relatório que aponta perdas de R$ 9 milhões em seis fundos de pensão, em decorrência de operações de compra e venda de títulos públicos. Suspeita-se que os prejuízos foram intencionais e têm relação com dinheiro do caixa 2 do PT.

As operações com saldos negativos estão concentradas em 12 corretoras. Entre elas, a Bônus-Banval, envolvida no escândalo do mensalão. Operações com a Bônus-Banval deram prejuízos de R$ 708 mil ao Geap, o fundo dos funcionários públicos federais.

O maior prejuízo detectado é da ordem de R$ 4,4 milhões e atingiu o Serpros, o fundo dos funcionários da estatal de processamento de dados. O segundo maior é o do Geap, com perdas atualizadas de R$ 2,2 milhões. E em terceiro lugar no *ranking* dos maus investimentos aparece o Portus, dos funcionários portuários, com perdas estimadas agora em R$ 846 mil.

O TCU (Tribunal de Contas da União) divulga os resultados de auditoria realizada no contrato da Câmara dos Deputados com a agência de publicidade SMPB. Responsabiliza o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara, por prejuízos de R$ 252 mil aos cofres públicos. O contrato investigado rendeu R$ 21,9 milhões à agência de Marcos Valério.

O relatório sugere que Cunha, diretores da Câmara e a SMPB devam ser obrigados a devolver os R$ 252 mil, devidamente corrigidos, pagos à empresa IFT (Ideias, Fatos e Texto), do jornalista Luís Costa Pinto. Subcontratada pela SMPB, a IFT não teria prestado os serviços para os quais foi paga.

Outro problema constatado diz respeito a pesquisas de opinião feitas pela Vox Populi, igualmente subcontratada pela SMPB, por R$ 757 mil. Foram incluídas perguntas de cunho político. Usaram dinheiro público para obter uma avaliação sobre o envolvimento do ex-ministro José Dirceu (PT-SP)

no caso Waldomiro Diniz, e fizeram perguntas sobre a popularidade do então presidente da Câmara, João Paulo Cunha.

Entre as irregularidades listadas, o uso do contrato com a agência de Marcos Valério para executar obras de construção civil nos estúdios da TV Câmara. A prorrogação do contrato entre a Câmara dos Deputados e a SMPB também foi considerada indevida.

132

22/9/2005 Em depoimento ao juiz Paulo Alberto Sarno, da 2ª Vara Federal de São Paulo, o doleiro Vivaldo Alves, o "Birigui", acusa o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP), de ter enviado ilegalmente US$ 161 milhões para os Estados Unidos. Birigui admite ter aberto em 1998 a conta Chanani, no Safra National Bank, em Nova York, mas a sua movimentação seria feita por Maluf.

De acordo com o doleiro, a conta foi aberta a pedido de Flávio Maluf, filho do ex-prefeito. Pai e filho estão presos na carceragem da Polícia Federal em São Paulo há 12 dias. Ambos são acusados de tentar impedir o depoimento de Birigui no processo que investiga Maluf por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão fiscal e formação de quadrilha.

Além da conta Chanani, Birigui denuncia a abertura de outras duas contas bancárias no exterior, a pedido de Flávio Maluf. Segundo o doleiro, de uma das contas foram transferidos US$ 5 milhões para o publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha derrotada de Paulo Maluf a governador de São Paulo, em 1998.

Conforme o Ministério Público, Paulo Maluf e parentes dele enviaram outros US$ 446 milhões para a Suíça. Os promotores responsáveis pela investigação das atividades do ex-prefeito afirmam que a origem do dinheiro estaria no desvio de verbas públicas da Prefeitura de São Paulo, de 1993 a 1996, durante a gestão do por ora prisioneiro federal.

Paulo Maluf, aliado do presidente Lula, ficaria preso por 41 dias.

134

24/9/2005 A revista Isto É publica entrevista com Soraya Garcia, assessora financeira do PT de Londrina (PR) nas eleições de 2004. Ela trabalhou no comitê de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT). A reportagem de Luiz Cláudio Cunha trata do esquema de aluguéis de automóveis para a campanha política. Soraya Garcia denuncia 17 notas em nome da Yaktur, empresa de turismo de São Paulo, e da Gtech, multinacional norte-americana envolvida no escândalo da renovação de um contrato de R$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal. Existe suspeita de extorsão e cobrança de propina na assinatura do contrato, crimes nos quais haveria a participação de dois importantes personagens da era Lula, Waldomiro Diniz e Rogério Buratti.

Os automóveis foram alugados para uso de assessores da campanha de Micheletti. A coisa enrolou quando um deles, Rafael Silva, ex-presidente da União Londrinense de Estudantes Secundaristas, bateu o carro. Isto É relata:

"Em 10 de novembro de 2004, a Avis ligou para Soraya, no PT, cobrando R$ 200 do seguro pela batida leve num pára-lamas do Celta dirigido por Rafael. 'Eu não sabia dos carros, não eram pagos por mim'. Soraya, então, ligou para a Avis de Curitiba e, lá, informaram que o locador era a Yaktur. Na Yaktur, deram um número de telefone em Brasília para Soraya tratar do problema. Ela ligou e a voz do outro lado respondeu: 'SMPB, bom dia!'. Exposto o caso, a moça explicou: 'Meu chefe, o senhor Marcos, não está. Ele viaja muito', esclareceu, sem citar o nome Marcos Valério. Mas pediu que Soraya ligasse para o gabinete do então deputado Paulo Bernardo na Câmara. 'Foi com ele que fizemos o negócio. A gente ficou de pagar só o mês, sem cobrir batidas'."

Em outro caso envolvendo a campanha em Londrina, a revista aborda o depoimento do motorista Rogério Bicheri à Polícia Federal. Ele trabalhava para o PT na época e disse ter recolhido dinheiro vivo no apartamento de Zeno Minuzo, um assessor do ex-deputado e ministro do Planejamento de Lula, Paulo Bernardo (PT-PR). Palavras do motorista:

- Fui duas vezes lá, em setembro e em outubro de 2004, dirigindo o carro de Fábio Reali, assessor do prefeito. Estacionei e o Fábio voltou com 20 envelopes, todos com nomes de coordenadores e vereadores em campanha. Era coisa de uns R$ 50 mil. Ele botou dois envelopes no porta-luvas, e o resto debaixo do banco. Ele disse que dessa forma, se fôssemos roubados, levariam menos dinheiro.

135

25/9/2005 O jornal Folha de S.Paulo publica entrevista do ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP), concedida à repórter Mônica Bergamo. Ela pergunta quem são os responsáveis pela crise política. Com a palavra, Dirceu:

- Muita gente. Parece que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores que participaram da construção de toda essa estratégia comigo.

- **E o presidente.**

- E o próprio presidente da República. É isso o que eu digo. A responsabilidade é de todos nós. Nós temos que debater isso, num congresso do partido, e fazer o balanço.

- **O senhor acha que o presidente da República assume a responsabilidade que tem?**

- Não quero nominar ninguém. O que eu não aceito é prejulgamento, que foi tudo errado, que foi tudo um fracasso, que a política de alianças do PT estava errada. Tudo foi aprovado democraticamente.

José Dirceu responde se Lula participou das discussões:

- Participou. Todos participaram. Mas eu quero discutir e avaliar. Eu não quero julgar ninguém porque eu não quero que me prejulguem. O que não aceito é a imagem de que eu fiz tudo sozinho e depois apareceu Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Sereno, que são o mal. Então corta esse mal e o PT está salvo. Isso é maniqueísta. E eu não mereço isso.

Outro trecho da entrevista:

- **As pessoas que votaram no PT a vida inteira imaginavam que votavam num partido que tinha práticas diferentes.**

- Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao País. Nós assumimos compromissos na campanha eleitoral com partidos e repassamos recursos. Se fossem da arrecadação oficial do PT, não teria problema nenhum. Como foram recursos de empréstimos tomados num banco e foram repassados fora da prestação de contas, há uma ilegalidade aí que vai ser punida pela Justiça.

O próprio deputado indaga à repórter se será julgado pela política de alianças e o programa de governo de Lula. E ele mesmo responde:

- Então estão julgando Lula também. Tem de saber qual é o julgamento e qual é o grau de responsabilidade de cada um.

- E a responsabilidade política? As pessoas votam no Lula e ele não sabe de nada? É difícil acreditar que ele ignorava tudo.

- Não é isso. É que ele não tem responsabilidade. Eu não posso atribuir responsabilidade a ele no grau dele. O Lula tem responsabilidade política porque ele era líder do PT. Mas os graus são diferentes. Não posso atribuir a ele responsabilidade sobre o caixa 2. Aí eu não vou atribuir.

- Ele não tem responsabilidade como liderança?

- Isso é uma pergunta que tem de ser dirigida a ele. Eu não vou responder por ele.

137

27/9/2005 Investigações da Receita Federal apontam suspeitas sobre o enriquecimento do publicitário Duda Mendonça. Em 2002, ano da eleição de Lula, os bens dele totalizavam R$ 6,8 milhões. Em 2004, chegaram a R$ 13 milhões líquidos, livres de dívidas e obrigações. Apesar do envolvimento de Duda Mendonça no escândalo do mensalão, ele mantém as contas publicitárias federais da Petrobras e do Ministério da Saúde.

O empresário Marcos Valério tinha R$ 5 milhões em 2002. Em 2004, no segundo ano do primeiro governo Lula, seu patrimônio chega a R$ 18,5 milhões. A movimentação financeira do empresário também impressiona. Passaram R$ 13 milhões por suas contas bancárias em 2003.

A Receita Federal vê indícios de sonegação de impostos de sete envolvidos no escândalo. São os deputados Romeu Queiroz (PTB-MG), Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), José Janene (PP-PR), Vadão Gomes (PP-SP) e os ex-deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ).

Romeu Queiroz declarou renda de R$ 420 mil em 2004, mas movimentou como pessoa física R$ 4,3 milhões, mais de dez vezes os rendimentos informados ao fisco. Josias Gomes declarou renda de R$ 33 mil em 2002. Depois que Lula se tornou presidente, passaram R$ 697 mil pelas contas do deputado em 2003, e R$ 678 mil em 2004. Em dois anos, 20 vezes mais.

Valdemar Costa Neto declarou renda de R$ 293 mil em 2002, mas movimentou R$ 827 mil. Carlos Rodrigues informou rendimento de R$ 446 mil, enquanto sua movimentação financeira chegou a R$ 1,8 milhão. A renda de João Paulo Cunha (PT-SP) e da mulher, Márcia Milanésio Cunha, subiu dos R$ 489 mil, declarados em 2002, para R$ 841 mil em 2004.

A Receita Federal descobriu mais: o deputado Paulo Fernando dos Santos (AL), presidente do diretório do PT de Alagoas, declarou renda de R$ 80 mil em 2004, mas movimentou R$ 1,3 milhão. O deputado Professor Luizinho (PT-SP) teve acréscimo patrimonial líquido de R$ 477 mil entre 2003 e 2004.

O deputado José Janene (PP-PR), estrela do escândalo do mensalão, declarou renda de R$ 565 mil em 2004. A movimentação financeira dele foi de R$ 1 milhão. O deputado Vadão Gomes (PP-SP), outro envolvido no escândalo, declarou renda de R$ 1,2 milhão em 2004. A Receita Federal apurou movimentação de R$ 2,8 milhões. E Jacinto Lamas, tesoureiro do PL, declarou R$ 495 mil em 2004. Movimentou R$ 1,9 milhão.

Ligações perigosas. O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia as andanças do empresário Arthur Wascheck, tido como o mandante da gravação na qual o alto funcionário dos Correios, Maurício Marinho, aparece recebendo propina de R$ 3 mil. Arthur Wascheck teria feito quatro depósitos, em dinheiro, no total de R$ 26 mil, ao então tesoureiro Delúbio Soares, entre 2003 e 2005.

141

1/10/2005 A revista Época traz à tona mais um jipe misterioso na história do PT. Desta vez, um Mitsubishi Pajero, modelo TR4, que custou R$ 70.500. A reportagem de Matheus Machado relata que até o estouro do escândalo do mensalão o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) podia ser visto circulando com o carro em Brasília. Quando não estava com Cunha, o veículo ficava guardado na garagem do seu apartamento funcional. Depois, o jipe sumiu.

A Polícia Federal descobriu que o Mitsubishi Pajero está em nome de Valdir Pereira Roque, um assessor de João Paulo Cunha lotado na Prefeitura de Osasco (SP), reduto eleitoral de Cunha e onde um aliado dele, Emídio de Souza (PT), foi eleito prefeito em 2004.

Chamou a atenção dos federais que R$ 29.500 do valor da compra do Mitsubishi Pajero foram depositados em dinheiro vivo na conta da concessionária que vendeu o automóvel. Os R$ 41 mil restantes vieram da venda de um automóvel EcoSport, modelo 2005, que estava em nome do irmão de Roque, Valmir. Ele também é funcionário da Prefeitura de Osasco, mas tem salário de R$ 1.700 e circula na cidade dirigindo um carro popular.

Convocado pela Polícia Federal para dar explicações, João Paulo Cunha disse ter usado o carro "por volta de duas vezes, e sua esposa por algumas vezes". Sempre a mulher no meio. Cunha não tem ideia do paradeiro do jipe.

142

2/10/2005 O jornal Folha de S.Paulo publica entrevista com o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o "Silvinho", afastado do cargo depois de ganhar um jipe Land Rover da GDK, empresa contratada da Petrobras. Ele admite ao repórter Leonardo Souza esquema de caixa 2 no PT. Diz Silvio Pereira:

- Eu assumo a minha responsabilidade política. A minha responsabilidade não é diferente da de nenhum outro dos 21 membros da executiva nacional do PT. O nível de decisão que eu tinha não era diferente do de nenhum dos 21 membros da executiva nacional do PT.

Silvinho evita citar nomes:

- Eu assumo a responsabilidade como membro da direção do PT, em que pese a direção do PT ter realmente a noção do que estava acontecendo. Ninguém é hipócrita de achar que não sabia que existia caixa 2. Qual membro da direção do PT não sabia disso?

O repórter pergunta se o então presidente do partido, José Genoino (PT-SP), sabia do esquema de caixa 2. Silvinho responde:

- Eu pergunto: qual o membro da alta direção do PT que não poderia supor que pudesse existir?

Sem dar nomes, o ex-secretário-geral envolve dirigentes de todo o País:

- Os 27 Estados bateram à porta do Delúbio. Por que os Estados não assumem isso, pô? Todo mundo pegava no pé do Delúbio para arrumar recursos, todo mundo, todo mundo. Agora ele está lá, sozinho. As pessoas não perguntavam: "Bom, de onde vem esse dinheiro?"

Silvinho admite o acordo PT-PTB nas eleições municipais de 2004, pelo qual o partido do presidente Lula ficou de repassar dinheiro de caixa 2 para o partido de Roberto Jefferson. Ele diz que a origem do acordo foi o isolamento de Marta Suplicy (PT-SP), candidata à reeleição na Prefeitura de São Paulo:

- O custo político para trazer o PTB e o PL para a campanha da Marta foi alto. O partido cabeça de chapa tem que arcar com todos os custos.

143

3/10/2005 Em entrevista à Folha de S.Paulo, o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirma que o dinheiro alimentador do caixa 2 do PT pode ter tido origem em recursos do próprio partido, mantidos no exterior. Para Delcídio Amaral, existem indícios de que os empréstimos de Marcos Valério eram fictícios:

- Você tem várias movimentações. Com o Valério pegando esses empréstimos entre aspas, porque a cada dia nós nos convencemos mais de que essas operações de empréstimo são de fachada.

A hipótese, portanto, é de que a história dos empréstimos pode ter sido falseada para justificar uma repatriação de dinheiro:

- Você poderia ter contas lá fora e os empréstimos seriam de fachada, empréstimos de você para você mesmo.

Uma das razões para os empréstimos terem sido apenas um meio de despistar a origem do dinheiro de caixa 2 é o fato de as operações de crédito não estarem registradas na contabilidade da SMPB, agência de publicidade usada para obter os empréstimos.

- Qualquer empresa minimamente séria contabiliza, principalmente operações desse montante. É absolutamente claro que isso era para não se pagar.

145

5/10/2005 A comissão de sindicância da Corregedoria da Câmara dos Deputados recomenda ao Conselho de Ética da Casa a abertura de processo de cassação contra 13 deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. São os seguintes: João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), João Magno (PT-MG), Josias Gomes (PT-BA), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Vadão Gomes (PP-SP), Pedro Henry (PP-MT), Wanderval Santos (PL-SP), José Borba (PMDB-PR) e Roberto Brant (PFL-MG). Além deles, os deputados José Dirceu (PT-SP), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Sandro Mabel (PL-GO) sofrem processo de cassação no Conselho de Ética.

A CPI dos Bingos faz acareação entre o advogado Rogério Buratti, o ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira, o diretor da multinacional Gtech, Marcelo Rovai, e o ex-consultor jurídico da Gtech, Enrico Gianelli. Em pauta, a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Getch, no valor de R$ 650 milhões, efetivado em abril de 2004. A Gtech acusa Rogério Buratti e Waldomiro Diniz de tentarem extorquir R$ 6 milhões da empresa, em troca da renovação. Buratti e Waldomiro, afinados, afirmam que a Gtech tentou suborná-los, oferecendo até R$ 16 milhões de propina pelo mesmo contrato.

A sessão é tumultuada e repleta de bate-bocas e xingamentos. Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) analisou a execução do contrato entre a Caixa e a Gtech, pelo qual a multinacional explorou serviços de loteria, entre abril de 2003 e agosto de 2004. No período foram pagos R$ 408 milhões à Gtech. O relatório concluiu que, do total, R$ 120 milhões representaram gastos desnecessários, cujos dispêndios não teriam acontecido se a renegociação do contrato fosse feita com rigor.

Durante a sessão, Marcelo Rovai afirma que Waldomiro Diniz foi até a Gtech em 1º de abril de 2004, para dizer que o contrato só seria assinado com a contratação de um consultor. Não mencionou o nome de ninguém. No dia seguinte apareceu o consultor Rogério Buratti, que pediu R$ 6 milhões.

Rogério Buratti, aos gritos, diz que a afirmação é mentirosa. E garante que Marcelo Rovai lhe ofereceu de R$ 500 mil a R$ 16 milhões, dependendo do que ficasse definido na renovação do contrato, e depois pagou R$ 5 milhões para a empresa MM Consultoria. Reação de Marcelo Rovai:

- O senhor recusou R$ 16 milhões? O senhor é tolinho por acaso? O senhor, com a sua biografia, recusou? Quantos ônibus dava para comprar com esse dinheiro?

De acordo com informações da CPI, houve mesmo um pagamento à MM Consultoria, no valor de R$ 5 milhões. Pode ter havido também um rateio da bolada entre os grupos do Ministério da Casa Civil, representado por Waldomiro Diniz, e o do Ministério da Fazenda, cujo expoente era Rogério Buratti. De qualquer forma, os R$ 5 milhões teriam sido descontados e transportados do agência bancária em carro-forte.

Depoimento à CPI do Mensalão. É de José Luiz Alves, ex-chefe de gabinete do primeiro ministro dos Transportes de Lula, Anderson Adauto (PL-MG), eleito prefeito de Uberaba (MG) em 2004. José Luiz Alves admite ter recebido R$ 200 mil do esquema de Marcos Valério, no Banco Rural. Afirma que o dinheiro foi usado para pagar dívidas da campanha de 2002, quando Anderson Adauto foi candidato a deputado federal. Informações de Valério dão conta de que José Luiz Alves sacou R$ 1 milhão de conta da agência SMPB. Anderson Adauto seria reeleito prefeito de Uberaba em 2008. Em novembro daquele ano, ele chegaria a ser afastado do cargo, em virtude do suposto envolvimento da administração municipal na chamada máfia dos parasitas, um esquema de corrupção em hospitais públicos. O juiz responsável pelo caso decretaria o sequestro dos bens de Anderson Adauto.

146

6/10/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Bruno Daniel, irmão do prefeito assassinado Celso Daniel (PT), confirma ter ouvido o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP), reconhecer ter levado dinheiro do esquema de corrupção de Santo André (SP) para o PT. Bruno Daniel conta que Gilberto Carvalho, então secretário de Governo de Santo André, pediu para conversar com a família em 26 de janeiro de 2002, após a missa de sétimo dia em memória de Celso Daniel:

- Eu e meu irmão ficamos surpresos com a detalhada revelação de Gilberto Carvalho, feita logo após a missa de sétimo dia de Celso Daniel. Ele foi claro: disse que os recursos arrecadados eram enviados ao PT para serem usados no financiamento de campanhas. Era ele quem entregava o dinheiro a José Dirceu. Ele disse que havia momentos de tensão porque carregava o dinheiro, sem segurança, em seu Corsa preto. Em uma só ocasião, entregou R$ 1,2 milhão ao deputado Dirceu.

Para o irmão de Celso Daniel, o prefeito foi morto porque não concordou com o destino que vinha sendo dado ao dinheiro desviado da Prefeitura de Santo André. Daniel queria que o dinheiro fosse apenas para o PT, mas estava enriquecendo empresários, políticos e pessoas ligadas à Prefeitura, como o ex-secretário e ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança de Celso Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", acusado de ser o mandante da morte do prefeito. Diz Bruno Daniel:

- Há evidências de que havia na Prefeitura de Santo André um esquema de arrecadação para o PT. Suponho que Celso enveredou naquilo como um mal necessário para viabilizar as atividades do partido e lamentavelmente deu no que deu. O que possivelmente aconteceu é que parcelas desses recursos

começaram a ser destinadas para outras finalidades, razão pela qual o Celso resolveu alterar a situação e esta pode ter sido a motivação do crime.

Bruno critica o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), para quem o assassinato foi um crime comum. Ele acha que o irmão foi torturado para contar se dispunha de provas do esquema de corrupção. Daniel pode ter sido torturado para fornecer números de senhas que dariam acesso ao dinheiro da propina, provavelmente guardado em contas bancárias no exterior. Diz Bruno:

- O povo de nossa cidade não aceita as explicações dadas até o momento, porque são superficiais e contraditórias para um crime que desde o início se revelou complexo. Falamos com outros membros do PT esperando trazer elementos para elucidar o caso. E o que posso afirmar é que poucas pessoas dentro do partido contribuíram para isso.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG) admite ter recebido R$ 350 mil de contas bancárias do empresário Marcos Valério. Ele afirma que o dinheiro, doação do PT, foi entregue à direção do PTB. Segundo Romeu Queiroz, dois assessores dele, orientados pelo então tesoureiro Delúbio Soares, sacaram a quantia:

- Não botei um centavo no bolso.

Presidente do PTB de Minas Gerais, Romeu Queiroz relata que um dos assessores, com receio de transportar as cédulas, "fez a besteira de depositar o dinheiro na minha conta". O deputado não desconfiou da origem dos recursos:

- O PT era sério.

147

7/10/2005 Algumas semanas depois de se dizer traído e pedir desculpas em pronunciamento de televisão pelos erros cometidos pelo PT, Lula reúne 67 dos 83 deputados do PT no Palácio do Planalto. Alguns acusados de envolvimento no escândalo do mensalão estão presentes. Lula lhes presta solidariedade:

- Vocês não são corruptos. Vocês cometeram erros, mas não de corrupção. Todos vocês são construtores do PT.

E, referindo-se diretamente aos parlamentares acusados:

- Vocês são companheiros que não têm nenhuma doença contagiosa, nada que impeça a nossa convivência.

Lula mostra-se fortalecido depois da eleição do governista Aldo Rebelo (PC do B-SP) para a presidência da Câmara dos Deputados. Ele substituiu Severino Cavalcanti (PP-PE), que renunciou ao mandato em meio ao caso do mensalinho. Sobre a CPI dos Bingos que fará acareação entre os irmãos de Celso Daniel e seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, Lula diz:

- É a CPI do fim do mundo.

149

9/10/2005 O jornal Folha de S.Paulo noticia o resultado de uma investigação da Procuradoria da República no Distrito Federal, sobre uso da máquina pública e tráfico de influência no Ministério da

Casa Civil. Os trabalhos foram conduzidos pelo procurador Luciano Sampaio Rolim. Conclusões: Waldomiro Diniz, ex-sub-chefe de Assuntos Parlamentares e um dos principais auxiliares do ex-ministro José Dirceu (PT-SP), organizou reuniões e audiências para José Carlos Becker de Oliveira, o "Zeca Dirceu", filho de José Dirceu, com pelo menos sete ministros de Estado.

Com o poder que lhe foi atribuído, Zeca Dirceu, um funcionário de terceiro escalão do Governo no Paraná, passou a circular em Brasília acompanhado de prefeitos paranaenses, que viajavam à capital federal para se aproveitar da influência do filho do ministro e obter projetos e recursos para suas cidades.

Em 2004, Zeca Dirceu foi eleito prefeito de Cruzeiro do Oeste (PR) pelo PT. Graças ao apoio do pai, teriam incluído pleitos de Zeca Dirceu em planilhas para execução orçamentária, algumas vezes de forma cifrada com as iniciais "JCB". Escrevem os repórteres Eduardo Scolese e Rubens Valente:

"Zeca passou a atuar como se fosse um deputado federal, o que lhe garantia publicidade, fotos em capas de jornais e prestígio no interior do Paraná."

E mais:

"Na pressa em atender o filho do ministro, funcionários do extinto Ministério da Assistência Social montaram, de forma irregular, processos com datas retroativas, o que provocou o comprometimento de recursos relativos a projetos que nem sequer existiam no Ministério."

Por determinação de Waldomiro Diniz, funcionários da Casa Civil trabalharam para acelerar repasses de interesse de Zeca Dirceu, apresentando-o como "filho do ministro José Dirceu", e pedindo "atenção especial" para os projetos encaminhados. Zeca Dirceu só precisava telefonar para dizer em quais Ministérios gostaria de ser recebido e as datas das viagens a Brasília.

A investigação identificou um tratamento especial concedido pela então chefe de gabinete da ministra da Assistência Social, Benedita da Silva (PT-RJ), Cícera Bezerra de Morais. Os processos relacionados ao filho de José Dirceu eram privilegiados. Trecho do depoimento da funcionária Maria de Fátima Gonçalves, chefe do protocolo do Ministério da Assistência Social:

"Em relação aos processos, Cícera chegou a passar pedaços de papel, sem qualquer timbre ou assinatura, indicando o nome do município e o assunto do convênio, para que a depoente desse origem a um processo, sem nenhuma documentação; que isso era feito para que existisse um número de processo que tornasse possível o empenho (reserva de recursos para pagamento); que tais processos eram empenhados e até mesmo publicados sem que tivessem nos autos ao menos uma folha; que, após a publicação, eram providenciados os documentos necessários à instrução do processo, documentos esses que nem sequer existiam no Ministério."

Maria de Fátima Gonçalves narrou que exerceu o cargo de chefe do protocolo por nove anos, mas nunca viu alguém sem mandato com tanto poder sobre a liberação de verbas.

- Cheguei a pensar que se tratava do próprio ministro.

Procurado pela reportagem do jornal, José Dirceu não se manifestou.

150

10/10/2005 Mais informações sobre o relacionamento entre a direção nacional do PT, o empresário Marcos Valério e os bancos Rural e BMG. O PT e Valério rolaram 30 vezes supostas operações de crédito feitas junto àquelas instituições financeiras. Ao longo de dois anos, os empréstimos não pagos alcançam R$ 100 milhões. Durante o período, foram efetuadas apenas quatro amortizações, num total

de R$ 3,6 milhões. Equivalem a cerca de 5% da dívida original, apontada em R$ 63 milhões, em valores corrigidos.

De acordo com o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentação financeira da CPI dos Correios, os bancos Rural e BMG mantiveram a política de autorizar a liberação de recursos, mesmo sem a quitação de dívidas anteriores. O deputado aponta o ocorrido em 14 de julho de 2004. Em 24 horas, o BMG rolou supostos empréstimos não pagos pelo PT e por Valério, no valor de R$ 18,1 milhões, e concedeu um novo crédito para a agência SMPB, no valor de R$ 3,5 milhões. Este empréstimo tampouco foi pago. Alguns meses depois, acabou rolado como os outros. Diz Gustavo Fruet:

- É estranho negociar sempre, sem nada receber. É o tipo de empréstimo contraído para não ser cobrado.

A quebra de sigilos telefônicos revela os caminhos do tráfico de influência nos subterrâneos de Brasília. A CPI dos Correios divulga dados de Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT que nunca ocupou cargo no governo Lula. Ele fez 670 ligações para números telefônicos da Presidência da República. E conversou frequentemente com diretores de empresas estatais como Correios, IRB, Furnas, Infraero e Eletronorte, além de falar com Marcos Valério e funcionários das agências de publicidade dele.

"Silvinho" recebeu 15 ligações do empresário Armênio Mendes, dono de casas de bingo em Santos (SP). Chamam a atenção, ainda, as 113 ligações telefônicas entre o ex-secretário-geral do PT e grandes construtoras – 65 dessas conversas com a OAS e 28 com a Odebrecht. Ele também discou para o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). E, por fim, foram identificadas 127 ligações entre Silvinho e Fernando Moura, conhecido como lobista e amigo do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

A quebra de sigilos telefônicos detectou ligações entre o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares e André Gustavo Vieira, dono da agência de publicidade Arcos, vencedora de um contrato com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Delúbio Soares também manteve 60 contatos telefônicos com empresas do Grupo TBA, que detêm contratos de informática com os Correios, Caixa Econômica Federal e Eletronorte.

O deputado João Magno (PT-MG), por sua vez, um dos mensaleiros sob risco de ter o mandato cassado por receber dinheiro de caixa 2, trocou 67 ligações com Marcos Valério e o sócio dele, Cristiano de Mello Paz.

151

11/10/2005 A Mesa da Câmara dos Deputados aprova a abertura de processos de cassação contra 13 deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Em sessão fechada, o Conselho de Ética da Câmara faz acareação entre a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) e o deputado Sandro Mabel (PL-GO). Ela o acusa de lhe ter oferecido R$ 30 mil mensais, mais R$ 1 milhão. Em troca, teria de mudar de partido e integrar a base aliada do governo Lula. Ele, cujo mandato corre risco de cassação, nega. Diz Raquel:

- O Sandro mente. Ele tem três versões diferentes para o convite que me fez: primeiro, disse que estava atrás de uma educadora com meu perfil. Depois, disse que me convidou a pedido do vice-presidente José Alencar. E fala ainda que eu estava sem espaço no PSDB e pedi para ser convidada a ir para o PL.

156

16/10/2005 O Ministério Público de Goiás abre investigação para apurar eventual crime de sonegação fiscal nas compras de propriedades em Buriti Alegre (GO) pela família de Delúbio Soares. Os pais do ex-tesoureiro do PT aparecem como donos de quatro imóveis com o total de 185 hectares. As aquisições foram feitas entre maio de 2004 e abril de 2005.

Num automóvel Omega blindado, recém-adquirido, pelo qual pagou R$ 67 mil, Delúbio Soares comemora o aniversário em Buriti Alegre. Na fazenda registrada em nome do pai, o ex-tesoureiro, protegido por dois seguranças, concede entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. Ele faz chacota com o escândalo do mensalão ao conversar com o repórter Expedito Filho:

- Nós seremos vitoriosos, não só na Justiça, mas no processo político. É só ter calma. Em três ou quatro anos, tudo será esclarecido e esquecido, e acabará virando piada de salão.

157

17/10/2005 Renunciam os deputados mensaleiros Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR). Eles abrem mão dos mandatos após o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitar recurso apresentado por deputados do PT. Os parlamentares pretendiam evitar a instauração dos processos de cassação por envolvimento no esquema do mensalão. Ao contrário do que pleiteavam, o STF considerou não ter havido cerceamento ao direito de defesa.

As renúncias de Paulo Rocha, acusado de receber R$ 920 mil de Marcos Valério, e de José Borba, a quem foram atribuídos saques de R$ 2,1 milhões, acontecem pouco antes de o Conselho de Ética da Câmara abrir processos contra os deputados acusados de se beneficiarem do esquema de corrupção. Com a manobra, Borba e Rocha mantêm o direito de disputar eleições.

Com a instauração dos processos, os outros denunciados não podem mais renunciar para evitar a inelegibilidade até 2015, caso sejam cassados. Já haviam renunciado os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ). Explicação de José Borba:

- O momento não me concederá a oportunidade de apresentação de plena e ampla defesa, equivalendo dizer que estarei, apesar de inocente, submetido a tribunal de exceção, onde subjetividade e arbítrio prevalecerão sobre provas.

Explicação de Paulo Rocha:

- O Congresso Nacional não assume que, nas investigações, não há mensalão. Há dinheiro de campanha sem estar contabilizado perante os tribunais. Isso é uma coisa que acontece na política brasileira.

Paulo Rocha seria eleito novamente deputado federal em 2006. José Borba não, mas se elegeria prefeito da pequena Jandaia do Sul (PR) em 2008.

158

18/10/2005 O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), relator do processo de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP), recomenda a perda do mandato do ex-ministro no Conselho de Ética, "como meio de restaurar a dignidade e a credibilidade" da Câmara dos Deputados. Júlio Delgado afirma:

- Não é eticamente concebível e muito menos crível que um parlamentar com tamanho poder de decisão e capacidade de articulação em seu partido e no governo, como José Dirceu, tenha permitido que o maior esquema de corrupção do sistema político pelo sistema econômico de que o País tem

notícia tenha sido idealizado e praticado por correligionários e pessoas de seu relacionamento, sem que ele soubesse, controlasse e coibisse.

Para Júlio Delgado, José Dirceu jamais deixou de ser deputado no período em que foi ministro da Casa Civil. Por isso, pode ser cassado por quebra de decoro parlamentar. O relatório denuncia a aliança política engendrada pelo governo do PT, que "envolvia um esquema de patrocínio de despesas de campanha e de incentivos financeiros". De acordo com Júlio Delgado, existem "evidências irrefutáveis" para afirmar que "Dirceu tinha poderes para ser o intelectual de todo este esquema ou, pelo menos, poderes suficientes para impedir que tais práticas prosperassem".

Em seu relatório, Júlio Delgado destaca o empréstimo do Banco Rural à ex-mulher de José Dirceu, Ângela Saragoça, e o emprego obtido por ela no BMG, por influência de Marcos Valério. Também cita Roberto Marques, o "Bob", assessor informal de José Dirceu, que fazia parte da lista de sacadores do valerioduto. O relatório cruza datas de votações importantes na Câmara, com as retiradas de dinheiro do esquema do mensalão. Do relatório:

"A maioria dos nomes dos sacadores é de parlamentares ou de pessoas ligadas a eles, e as datas de liberação coincidem com votações de interesse do governo na Câmara. O BMG emprestou ao PT R$ 2,4 milhões, em 17 de fevereiro de 2003, e R$ 40,4 milhões às empresas de Valério, entre 2003 e 2004. Esses R$ 40,4 milhões teriam sido repassados ao partido. Em 20 de fevereiro de 2003, três dias depois do primeiro empréstimo ser concedido, a diretoria do banco teve audiência com o então ministro da Casa Civil. Em 24 de fevereiro de 2003, a SMPB, a empresa de Valério responsável pela maioria dos saques no esquema de caixa 2, fechou a primeira operação financeira com o BMG, no valor de R$ 12 milhões."

A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) faz pedido de vista, mecanismo pelo qual obtém prazo para analisar o relatório de Júlio Delgado. A votação é adiada. José Dirceu ganha tempo.

161

21/10/2005 Técnicos das CPIs dos Correios e do Mensalão levantam a lógica dos pagamentos do valerioduto ao PL. Há cheques, depósitos em dinheiro e transferências eletrônicas, ao longo de vários meses. Em fevereiro de 2003, os repasses ao partido da base aliada de Lula foram de R$ 500 mil semanais, em intervalos de oito dias. Total: R$ 2 milhões. No mês seguinte, depósitos de R$ 300 mil por semana, durante cinco semanas. Total: R$ 1,5 milhão.

Em junho daquele ano começou uma operação que funcionou sempre da mesma forma: remessas em três dias consecutivos por semana, perfazendo R$ 200 mil a cada sete dias. O esquema foi até agosto e somou mais R$ 2,4 milhões. Em agosto houve um pagamento avulso, no valor de R$ 100 mil. Total repassado: exatos R$ 6 milhões. Cálculo do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS): se a quantia for repartida por 41, número de deputados e senadores do PL na época, o resultado é de R$ 29.268,29 mensais para cada parlamentar, número bem próximo da quantia de R$ 30 mil, apontada por Roberto Jefferson como sendo o valor do mensalão.

Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apura prejuízos de R$ 15,7 milhões em serviços de publicidade contratados pela Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, no período em que o ministro Luiz Gushiken (PT-SP) comandava o órgão. Não há quaisquer documentos que atestem, por exemplo, a produção de 1,2 milhão de revistas e encartes por parte da agência de publicidade Duda Mendonça Associados, pelos quais o governo desembolsou R$ 3 milhões.

O relatório do TCU aponta também superfaturamento de 200% em serviços de publicidade, envolvendo a agência Matisse Comunicação e Marketing. As duas agências trabalharam com apenas

quatro gráficas e os auditores constataram sobrepreços nos serviços de impressão. A agência de Duda Mendonça apresentou notas fiscais referentes a serviços não executados. A Secom, por sua vez, não dispunha de arquivo com notas fiscais, documentos de remessa de materiais e recibos de entrega do que teria sido produzido pelas duas agências. Mesmo assim, autorizou os pagamentos.

162

22/10/2005 A direção do PT reúne-se em São Paulo e afasta Delúbio Soares do partido. Alega "gestão temerária". Delúbio diz ter cumprido uma tarefa:

- Não traí e não sou um delator. Todos aqui sabem quantas vezes fui procurado por pessoas que me diziam que se não houvesse a contratação de shows com grandes artistas não seria possível ganhar a eleição.

Delúbio fez sua defesa por meio de carta endereçada ao PT. Segundo ele, a responsabilidade pelo caixa 2 deveria ser dividida com a direção do PT, pois, como tesoureiro, buscou apenas soluções para problemas que tiveram origem em decisões coletivas. Da carta de Delúbio:

"É óbvio, para aqueles que não querem adotar a hipocrisia como razão de viver, que recursos destinados ao pagamento de despesas não-contabilizadas não poderiam ser registrados na contabilidade do partido, independentemente da minha vontade". Delúbio é irônico:

"Respeito a ingenuidade. Não sei, no entanto, de onde imaginavam que o dinheiro viria – se do céu, num carro puxado por renas e conduzido por um senhor vestido de vermelho – e menos ainda me recordo de que alguma preocupação com a origem desses recursos tenha me sido transmitida."

O tesoureiro afirma que o caixa 2 é "prática antiga e habitual no partido, pela qual jamais se viu uma punição", mas é firme ao proteger Lula. Argumenta que "todos os nossos companheiros candidatos em 2002 e 2004, com exceção do presidente Lula, contaram com recursos não-contabilizados em suas campanhas". Não é o que vimos.

166

26/10/2005 A CPI dos Bingos promove acareação entre João Francisco Daniel e Bruno Daniel, os dois irmãos de Celso Daniel, e Gilberto Carvalho (PT-SP), chefe de gabinete do presidente Lula. Gilberto Carvalho foi secretário de Governo de Celso Daniel, na Prefeitura de Santo André (SP). Os irmãos acusam-no de admitir, em três ocasiões diferentes, logo após o assassinato do prefeito, que ele mesmo, Gilberto Carvalho, fora responsável pelo transporte de dinheiro da propina de Santo André para o então presidente do PT, José Dirceu (PT-SP). O chefe de gabinete de Lula nega. Diz João Francisco:

- Você se esqueceu que, naquele dia em casa, entre um pedaço de bolo de aipim e outro, você não parava de falar? Disse que tinha medo de transportar tanto dinheiro para José Dirceu num Corsa preto?

No início da acareação, João Francisco Daniel afirma ter se encontrado com Celso Daniel na véspera do aniversário do prefeito, em 1º de novembro de 2001. O prefeito petista seria assassinado dois meses depois. Naquela ocasião, lembra o irmão, Celso Daniel se disse preocupado:

- Ele estava muito triste, com problemas na Prefeitura de Santo André, e me disse: "Eu só gostaria de dizer que estou fazendo um dossiê contra Klinger, Ronan e Sérgio". Aquela declaração dele me deixou preocupado.

João Francisco Daniel volta a acusar Gilberto Carvalho. Refere-se também a Ronan Maria Pinto, empresário acusado de integrar o esquema de corrupção:

- Sinto que o senhor sofre, que sua alma está aprisionada. Em Santo André o senhor fazia a ligação entre a quadrilha formada por Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, com a cúpula do PT.

Agora, o áspero diálogo entre Bruno Daniel e Gilberto Carvalho, a começar com o irmão de Celso Daniel:

- Celso considerava que operar um esquema para financiar campanha era um mal necessário.

- Não posso aceitar que se fale que Celso praticava corrupção, porque ele não está aqui para se defender.

- Há evidências fortes de que havia um esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanhas do PT. Um exemplo disso é o depoimento da antiga empregada de Celso, que relata a existência de recursos no apartamento dele.

- O que me espanta é a distância que vocês tinham do seu irmão. Pelo amor de Deus, como acreditar no depoimento da empregada?

Durante a sessão da CPI dos Bingos, a leitura de trechos de 42 fitas com escutas telefônicas gravadas após a morte de Celso Daniel. Num diálogo entre o ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT) e Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", o primeiro diz que Gilberto Carvalho vai indicar um advogado criminalista para defender Sombra. Em outra conversa, o chefe de gabinete de Lula diz a Klinger Luiz de Oliveira:

- Ontem, tive uma conversa com o Zé Dirceu... O partido vai entrar meio pesado.

Em seguida, Gilberto Carvalho faz relato a Sombra:

- Marcamos para as 6 horas na casa do Zé Dirceu. Teremos uma conversa. Conversaremos sobre a nossa tática dessa semana. Vamos ter de ir para a contra-ofensiva.

O deputado Josias Quintal (PSB-RJ), relator do processo do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, recomenda a cassação do parlamentar ao Conselho de Ética da Câmara. Assessores de Romeu Queiroz, que é presidente do PTB de Minas Gerais, sacaram R$ 350 mil da agência SMPB de Marcos Valério, quantia supostamente repassada a candidatos do PTB nas eleições municipais de 2004. Outros R$ 102 mil teriam sido oriundos da siderúrgica Usiminas, mas tampouco foram registrados como contribuição de campanha à Justiça Eleitoral. Trecho do parecer de Josias Quintal:

"A participação do representado nas supramencionadas operações irregulares de repasse de verbas eleitorais e partidárias, mesmo que não realizadas no âmbito do Congresso Nacional, mostra-se suficiente para expor o Legislativo ao descrédito perante uma população já profundamente indignada com a dimensão do escândalo que se desvela e envolve diversos partidos políticos."

167

27/10/2005 A CPI do Mensalão promove acareação entre distribuidores e sacadores de dinheiro do caixa 2 do PT. O ex-tesoureiro Delúbio Soares mostra-se afinado com o empresário Marcos Valério. Mas não há entendimento. Os números do valerioduto, de R$ 55,8 milhões, não batem.

Delúbio diz ter autorizado R$ 12 milhões para o PL. Valério afirma que repassou R$ 10,8 milhões. Valdemar Costa Neto, o presidente do partido, garante que recebeu apenas R$ 6,5 milhões, e insiste: usou todo o dinheiro para pagar despesas de campanha do segundo turno da eleição de Lula e José Alencar (PL-MG), em 2002. Mas não apresenta qualquer comprovante:

- Ainda não tenho os recibos.

Delúbio declara que autorizou R$ 8 milhões para o PP, sendo R$ 4,5 milhões para o assessor João Cláudio Genu ou pessoas diretamente autorizadas pelo líder do partido, deputado José Janene (PR). Outros R$ 3,5 milhões foram para o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Marcos Valério afirma ter repassado R$ 4,1 milhões ao PP. Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMPB, fala na entrega de R$ 1,6 milhão a João Cláudio Genu. Ele, por sua vez, diz que recebeu apenas R$ 700 mil.

Emerson Palmieri, o tesoureiro informal do PTB, reafirma que Marcos Valério entregou R$ 4 milhões ao presidente do partido, Roberto Jefferson (RJ), em duas remessas. E dá os detalhes de como separou o dinheiro em pacotes de R$ 150 mil e R$ 200 mil, mas não sabe o destino do dinheiro, que ficou a cargo de Roberto Jefferson. Marcos Valério nega. Diz que jamais entregou qualquer quantia a Roberto Jefferson. Emerson Palmieri ironiza:

- Valério não entregou, Delúbio não entregou, José Dirceu não entregou, José Genoino não entregou. Roberto foi cassado por um crime que não existiu.

169

29/10/2005 A revista Veja denuncia um novo escândalo: o PT teria recebido dólares provenientes de Cuba. O dinheiro norte-americano chegou acondicionado em caixas de bebida. De acordo com o repórter Policarpo Junior, o comitê eleitoral de Lula pôs a mão, entre agosto e setembro de 2002, em US$ 3 milhões. O dinheiro foi entregue pelo cubano Sérgio Cervantes, conselheiro político da embaixada de Cuba no Brasil, e depois levado para Campinas (SP) escondido em duas caixas de uísque e uma de rum cubano, num avião Seneca. Vladimir Poleto, assessor do então prefeito Antonio Palocci (PT) em Ribeirão Preto (SP), estava com o dinheiro no avião.

Os dólares foram apanhados no aeroporto por Ralf Barquete, outro auxiliar de Antonio Palocci na Prefeitura de Ribeirão. De lá, a quantia foi transportada num automóvel Omega blindado, conduzido pelo motorista Éder Eustáquio Macedo, para o comitê de Lula no bairro de Vila Mariana, em São Paulo. Aos cuidados de Delúbio Soares. A revista obteve detalhes da história com o advogado Rogério Buratti, ex-secretário Palocci em Ribeirão. O relato:

"Buratti não queria falar sobre o assunto, mas não se furtou a confirmar o que sabia. 'Fui consultado por Ralf Barquete, a pedido do Palocci, sobre como fazer para trazer US$ 3 milhões de Cuba', disse Buratti."

Ralf Barquete morreu em 2004, vítima de câncer. Da reportagem: "Buratti sugeriu internar o dinheiro cubano pela via que lhe parecia mais fácil. 'Disse que poderia ser através de doleiros'. O advogado relata que, depois disso, não teve mais contato com o assunto, mas dias depois foi informado de seu desfecho. 'Sei que o dinheiro veio, mas não sei como'. As declarações de Buratti foram gravadas com seu consentimento". A revista Veja também entrevistou o economista Vladimir Poleto:

"A conversa estendeu-se das 10 da noite até as 3 da madrugada. Poleto, apesar da longa duração do contato, ficou assustado a maior parte do tempo. 'Essa história pode derrubar o governo', disse ele mais de uma vez, sempre passando as mãos pela cabeça, em sinal de nervosismo e preocupação. No decorrer da entrevista, no entanto, Poleto confessou que ele mesmo transportou o dinheiro de Brasília a Campinas, voando como passageiro em um aparelho Seneca em que estavam apenas o piloto e ele. Fez questão de ressalvar que, na ocasião, não sabia que levava dinheiro. Achava que era bebida. 'Eu peguei

um avião de Brasília com destino a São Paulo com três caixas de bebida', disse. 'Depois do acontecimento, fiquei sabendo que tinha dinheiro dentro de uma das caixas', completou, acrescentando: 'Quem me disse isso foi o Ralf Barquete. O valor era US$ 1,4 milhão'."

Vladimir Poleto contou que recebeu orientação para embarcar no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no avião emprestado por José Roberto Colnaghi, empresário e amigo de Palocci. Em Brasília, foi levado numa van até o apartamento em que recebeu do cubano as três caixas de "bebida", lacradas com fitas adesivas. A reportagem relata que ele deveria voar de volta para Congonhas, mas o mau tempo obrigou o piloto a descer em Viracopos.

Ralf Barquete estava no Omega blindado dirigido por Éder Eustáquio Macedo, nomeado depois funcionário do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. O motorista pôs as caixas no porta-malas e levou-as a Delúbio. Ele confirmou ter feito o serviço, mas recusou-se a falar novamente com a revista.

O Omega blindado pertencia à locadora de Roberto Carlos Kurzweil, empresário de Ribeirão Preto. O comitê eleitoral do PT o alugara. O motorista Eder Eustáquio Macedo era funcionário de Roberto Carlos Kurzweil e fora cedido ao PT. O repórter informa que o cubano Sérgio Cervantes é um velho conhecido de Lula e do ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Sérgio Cervantes sairia do Brasil sem problemas, dois dias depois de publicada a reportagem.

O empresário Roberto Carlos Kurzweil é dono da empresa Rek. Fez parte de consórcio que venceu em 1995 uma licitação suspeita de R$ 400 milhões, para implantar e operar, durante 15 anos, serviço de tratamento de esgotos em Ribeirão Preto. O negócio ocorreu na primeira administração do prefeito Antonio Palocci. Os prazos estabelecidos no contrato não foram cumpridos.

Vladimir Poleto tentou negar a entrevista: "Ele despachou um *e-mail* à revista pedindo para que não se fizesse 'uso do conteúdo' da conversa. Ali, sugere que não autorizou a gravação do diálogo e dá a entender que, diante de 'diversos copos de chope', pode ter caído involuntariamente no 'exacerbamento de posicionamentos'. Veja respondeu o *e-mail*, indagando as razões que o teriam levado a uma mudança tão radical de postura, mas Poleto não respondeu. Por essa razão, a revista mantém, no corpo desta reportagem, os termos do acordo selado com o entrevistado, que autorizou a publicação do conteúdo da conversa e a revelação de sua identidade. Houve, inclusive, uma gravação da entrevista, também devidamente autorizada por Poleto. A gravação, com sete minutos de duração, resume, na voz dele, os trechos mais importantes das revelações que fez em cinco horas de conversa no Plaza Inn. A tentativa de recuo de Poleto é uma expressão do peso da verdade".

A revista Isto É lista valores repassados pelo empresário Marcos Valério a pessoas indicadas pelo tesoureiro Delúbio Soares. Um irmão do próprio Delúbio, identificado como Carlos, aparece como beneficiário de R$ 260 mil. E o ex-presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), como recebedor de R$ 200 mil, e não apenas os R$ 50 mil apontados anteriormente.

Como se sabe, João Paulo Cunha, num primeiro momento, negou o saque e justificou a presença de sua mulher no Banco Rural do Brasília Shopping alegando que ela se deslocara até a agência a fim de resolver um problema com a conta de sua TV a cabo. Depois, admitiu uma retirada de R$ 50 mil, que foi feita por ela, mas apenas para pagar compromissos da campanha eleitoral de 2004. Simone Vasconcelos, a diretora da SMPB, já havia feito referência aos R$ 200 mil, ao mencionar dinheiro sacado por João Paulo Cunha. Agora, os R$ 200 mil surgem novamente.

A CPI dos Correios identificou 129 telefonemas entre João Paulo Cunha e as empresas de Marcos Valério, num período de menos de cinco meses, em 2003. Os dados mostram que o telefone celular usado pela SMPB para contatar o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, nas datas dos repasses de dinheiro

àquele partido, é o mesmo aparelho usado 53 vezes em ligações para o celular de João Paulo Cunha. O deputado não quis comentar.

172

1/11/2005 O Conselho de Ética da Câmara aprova por unanimidade o arquivamento da acusação contra o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO). De acordo com os 14 deputados que julgaram a ação, não há provas do envolvimento de Sandro Mabel no escândalo do mensalão.

Ele foi denunciado por Roberto Jefferson por participar do esquema de pagamentos ilegais de Delúbio Soares e Marcos Valério. Sandro Mabel também foi acusado de tentar comprar o apoio da deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) por R$ 30 mil mensais, e oferecer-lhe mais um pagamento de R$ 1 milhão. Em troca, ela deveria integrar a base aliada do governo Lula.

174

3/11/2005 A conexão Banco do Brasil e o caso Visanet. A CPI dos Correios anuncia ter desvendado a origem de pelo menos R$ 10 milhões do dinheiro usado no valerioduto, que abasteceu o caixa 2 do PT. É dinheiro público. Em entrevista, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), divulga documentos e desmonta a versão de que os supostos empréstimos bancários foram fonte exclusiva dos repasses do PT a parlamentares da base aliada.

De acordo com as investigações, a origem do dinheiro vem do adiantamento do pagamento de verbas de publicidade do Banco do Brasil para a divulgação da marca Visanet, uma administradora de cartões de crédito. A Visanet é empresa de direito privado e reúne vários bancos, inclusive o Banco do Brasil.

Em operações consideradas atípicas, o Banco do Brasil autorizou, em 2003 e 2004, repasses antecipados à agência de publicidade DNA Propaganda, de Marcos Valério, antes mesmo da aprovação das campanhas publicitárias. A DNA havia sido escolhida, sem licitação, entre todas as agências que atendiam a conta do Banco do Brasil, para cuidar da publicidade da Visanet.

Eis o caminho do dinheiro rastreado pela CPI: em 12 de março de 2004, R$ 35 milhões do Banco do Brasil, que haviam sido transferidos para a Visanet, foram depositados em conta bancária da DNA, no próprio Banco do Brasil. Em 15 de março, três dias depois, a DNA aplicou R$ 34,9 milhões desse dinheiro num fundo do Banco do Brasil. Em 22 de abril, após pouco mais de um mês, a DNA transferiu R$ 10 milhões do montante para o BMG. Detalhe: o favorecido pelo depósito é o próprio BMG. Em 26 de abril, quatro dias depois, o BMG empresta a mesma quantia, isto é, R$ 10 milhões, para a empresa Rogério Lanza Tolentino Associados, que tem sociedade com Marcos Valério. O empréstimo, não quitado, é um dos seis listados por Marcos Valério como sendo fonte dos recursos do caixa 2 do PT.

A CPI suspeita de outra operação do gênero, ocorrida em 2003, que teria servido para os mesmos fins. É a seguinte: em 19 de maio daquele ano foram repassados R$ 23,3 milhões para conta bancária da DNA no Banco do Brasil. No dia seguinte, a DNA aplicou R$ 23,2 milhões num fundo de investimento do Banco do Brasil. Em 26 de maio, uma semana após a primeira operação, a SMPB Comunicação, outra agência de publicidade de Valério, solicitou R$ 19 milhões emprestados ao Banco Rural. E esses mesmos R$ 19 milhões correspondem a um repasse de Valério ao tesoureiro Delúbio Soares.

As investigações da CPI dos Correios apontam que as operações tiveram o envolvimento do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Ele seria o responsável pela criação do sistema de antecipação dos pagamentos de publicidade para a Visanet. Henrique Pizzolato, militante do PT, foi afastado do Banco do Brasil depois de identificado como beneficiário de um saque de R$ 326 mil das contas de Marcos Valério. Teria usado o dinheiro para comprar um apartamento no Rio de Janeiro.

175

4/11/2005 O piloto Alécio Fongaro afirma ter sido o condutor do avião Seneca da operação Cuba. Ele confirma ter transportado, em julho de 2002, Vladimir Poleto, assessor do então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT), e três caixas de "bebida". Pilotava a serviço do empresário José Roberto Colnaghi. Diz que, durante a viagem, só conversou com Vladimir Poleto para informar-lhe que, devido ao mau tempo, não poderia aterrissar no aeroporto de Congonhas, conforme o planejado, e teria de voar até Viracopos, em Campinas (SP). Tudo conforme a reportagem da revista Veja.

Alécio Fongaro revela que, após o pouso, Vladimir Poleto desceu do avião sem as três caixas, e voltou em alguns minutos para perguntar ao piloto se o Seneca poderia decolar novamente e voar até o aeroporto vizinho de Amarais (SP), uma viagem de apenas sete minutos. Assim foi feito. Ao contrário de Viracopos, Amarais não tem controle de segurança e não é necessário declarar conteúdo de bagagem. Poleto retirou com tranquilidade a preciosa carga e a colocou no Omega blindado que já o esperava. O piloto nunca mais o viu.

O empresário José Roberto Colnaghi informa por meio de nota ter cedido por empréstimo, em 31 de julho de 2002, o avião Seneca de sua propriedade, citado na reportagem da revista Veja. Ele se exime de qualquer responsabilidade. Afirma apenas ter autorizado o uso da aeronave. Desconhece se o aparelho serviu para transportar dólares vindos de Cuba para abastecer a campanha de Lula. José Roberto Colnaghi é amigo do ministro Antonio Palocci (PT-SP), que usou várias vezes aviões do empresário, inclusive durante o primeiro mandato de Lula. Na campanha eleitoral de 2002, Palocci usou um avião Citation, também pertencente a José Roberto Colnaghi, para voar com o então presidente do PT, José Dirceu.

A Polícia Federal acusa o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional) de "criar dificuldades" para o acesso a documentos importantes relacionados às investigações do escândalo do mensalão e às movimentações de dinheiro do publicitário Duda Mendonça no exterior. O DRCI foi criado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, durante o governo Lula. Para a Polícia Federal, a ação do DRCI causa atrasos e adiamentos nas apurações federais.

O relatório da Polícia Federal acusa Wanine Santana Lima, coordenadora do DRCI, de criar restrições à entrega de documentos a policiais brasileiros em Nova York. Ela teria instruído autoridades norte-americanas a não repassar os papéis para a Polícia Federal, com o argumento de que informações sigilosas seriam propositadamente vazadas pelos policiais no Brasil. Diz o relatório:

"Enquanto as equipes policiais trabalhavam nas investigações no Brasil e operacionalizavam a ida a Nova York, a representante do DRCI encontrava-se no exterior buscando influenciar autoridades americanas a não repassar informações solicitadas às autoridades de investigação constituídas e legitimadas."

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprova parecer favorável à cassação do mandato de José Dirceu (PT-SP) por envolvimento no escândalo do mensalão. Dos 14 votos, 13 são favoráveis ao relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que recomenda a perda do mandato de José Dirceu. Só a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) vota contra o parecer.

A CGU (Controladoria-Geral da União) envia relatório à CPI dos Correios. Aponta prejuízos de R$ 2,5 milhões em contratos de publicidade firmados pelos Correios. Para os auditores, as agências de publicidade geraram despesas "adicionais e desnecessárias" à estatal. A CGU responsabiliza a Secom, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, sob o comando do ministro Luiz Gushiken (PT-SP), por montar comissões de licitação a fim de favorecer o empresário Marcos Valério. Contratos de R$ 72 milhões, com as agências SMPB, Link Bagg Propaganda e Giovanni FCB, teriam sido superfaturados. Provocaram perdas de R$ 567 mil.

177

6/11/2005 O jornal O Estado de S. Paulo denuncia que a empresa Soft Micro Tecnologia da Informática, do empresário José Roberto Colnaghi, recebeu R$ 12 milhões do Banco do Brasil por intermédio de contrato sem concorrência pública. O negócio permitiu que José Roberto Colnaghi vendesse programas de computador para 139 prefeituras do Estado de Tocantins.

De acordo com o repórter Chico Siqueira, o *software* da empresa de José Roberto Colnaghi foi vendido a dezenas de outras prefeituras. Uma delas é a de Penápolis (SP), onde Colnaghi mora. O negócio acabou na polícia. A administração municipal pagou R$ 1 milhão para alugar computadores do empresário por dois anos. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) constatou que a metade do dinheiro seria suficiente para comprar (e não alugar) um número ainda maior de computadores. O prefeito de Penápolis, José Luís dos Santos (PT), recusou-se a cancelar o contrato com Colnaghi.

O ex-presidente do PT, José Genoino, confirma ter viajado com o ministro Antonio Palocci (PT-SP) no jatinho de José Roberto Colnaghi, num voo de Brasília a Ribeirão Preto. José Genoino não comenta o uso do avião de propriedade de um empresário contratado pelo Banco do Brasil, por um ministro de Estado:

- Fiz uma viagem a convite de Palocci. Não vou emitir opinião sobre isso. Só estou confirmando que fiz a viagem a convite dele.

178

7/11/2005 Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Lula nega que houve pagamento de mensalões no Congresso. "Tenho certeza que não teve essa barbaridade", afirma o presidente. Em outro trecho da entrevista, Lula defende o deputado José Dirceu (PT-SP), apontado como o grande operador do esquema de pagamento a parlamentares.

- Feliz o país que tem um político da magnitude do Zé Dirceu.

Lula diz que seria advogado de defesa de José Dirceu:

- Qual é a acusação que existe contra o Zé Dirceu?

Apesar de Duda Mendonça, marqueteiro da campanha política que elegeu Lula em 2002, ter admitido o recebimento de recursos de caixa 2 no exterior, Lula rechaça o evidente crime eleitoral. Para ele, a prática foi reconhecida apenas pelo "nosso Delúbio", e tão somente nas eleições municipais de 2004.

O presidente da República também defende o filho, Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", cuja empresa recebeu aporte de R$ 5 milhões da Telemar, uma concessionária de serviços públicos:

- Todos os contratos são regulares, todos. Nenhum é irregular.

Lula não aceita que o ex-prefeito Celso Daniel foi vítima de crime político:

- Não acredito no envolvimento do PT no caso Celso Daniel.

Em depoimento sigiloso à CPI dos Bingos, testemunha mantida sob sigilo aponta o empresário Roberto Carlos Kurzweil como o intermediário que, em nome do prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT), conseguiu uma doação de R$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002. O dinheiro teria sido entregue por dois empresários angolanos, donos de casas de bingo em São Paulo. Roberto Carlos Kurzweil também seria o responsável pelo aluguel de um Omega blindado. O automóvel teria sido usado para transportar dólares vindos de Cuba que haviam sido doados ao PT.

O acerto com os dois empresários do jogo teria ocorrido durante um jantar promovido por Roberto Carlos Kurzweil em Ribeirão Preto. Segundo a testemunha, Antonio Palocci, coordenador da campanha de Lula, participou do encontro. O valor da doação é o mesmo que já fora apontado pelo advogado Rogério Buratti. De acordo com a testemunha sigilosa, Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda de Palocci em Ribeirão Preto, ficou encarregado de receber a quantia e entregá-la ao tesoureiro Delúbio Soares.

A CPI dos Bingos dispõe de documentos que apontam a suposta drenagem de dinheiro público da Prefeitura de Ribeirão Preto para o caixa 2 do PT. O esquema teria funcionado durante a segunda gestão do prefeito Antonio Palocci, em 2002. A administração municipal fazia medições de serviços de varrição e de coleta de lixo acima do efetivamente realizado, e pagava a mais à empreiteira Leão Leão. O dinheiro voltava depois ao PT, "por fora".

Um "mapa do pagamento de propinas" da Leão Leão, acusada por Rogério Buratti de dar mesada de R$ 50 mil a Antonio Palocci, como veremos detalhadamente depois, é apreendido pelo Ministério Público: os "acertos" em Ribeirão Preto chegavam a R$ 226 mil mensais.

Uma das medições suspeitas é a da varrição diária de 48 quilômetros do Bosque Municipal de Ribeirão. Um exagero. A coleta de lixo hospitalar apresentou despesas suspeitas. Em janeiro de 2002, o serviço custou R$ 43 mil. Em março do mesmo ano, pulou para mais de R$ 200 mil.

O Ministério Público investiga a saída de recursos da contabilidade da Leão Leão para três empresas que forneciam notas fiscais frias, simulando vendas à Leão Leão. A análise de 331 cheques, cujos valores foram sacados em dinheiro vivo na agência bancária que funciona dentro da Leão Leão, mostrou retiradas de R$ 2,8 milhões feitas pelas três empresas. Os promotores acreditam que o dinheiro era usado para pagar propinas. Eles apuraram que as empresas ficavam com 2% do valor das notas frias. O grosso do dinheiro saiu da Leão Leão em carro-forte.

Os números batem: os R$ 2,8 milhões supostamente desviados da Prefeitura de Ribeirão Preto, por meio de vendas fictícias atestadas por notas fiscais frias, em todo o ano de 2002, correspondem a 12 pagamentos mensais de R$ 226 mil, o suposto custo mensal da corrupção na Prefeitura de Palocci.

Documentos em poder da CPI dos Correios mostram que a agência DNA Propaganda, de Marcos Valério, usou contrato de publicidade com o Banco do Brasil como garantia para obter empréstimos de R$ 29 milhões junto ao Banco Rural, em benefício das empresas SMPB Comunicação e Graffiti. Depois, de acordo com Valério, o dinheiro foi usado para fazer pagamentos a políticos da base aliada do governo Lula, dentro do esquema de caixa 2.

O Banco do Brasil informou desconhecer que a DNA concretizou as operações financeiras dando como garantia contratos com a estatal. Já o Banco Rural alega que o Banco do Brasil foi notificado pela DNA, inclusive para transferir ao Rural os pagamentos decorrentes do contrato de publicidade.

A DNA recebeu R$ 150 milhões por meio de contrato com o Banco do Brasil. Seriam referentes a serviços prestados. Mais: a DNA não teria repassado R$ 37,6 milhões ao Banco do Brasil, ao deixar de prestar contas sobre a bonificação de volume, que é obtida com a veiculação de campanhas publicitárias. Com o escândalo do mensalão, o contrato foi rompido. O Banco Rural, por sua vez, alega que não recebeu os empréstimos concedidos.

Investigações da CPI dos Correios na Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários das estatais de energia nuclear, suspeito de desviar dinheiro para campanhas políticas. O fundo teria tido perdas entre R$ 9,3 milhões e R$ 22,7 milhões, conforme auditoria nas operações feitas com títulos públicos. Em 2004, a rentabilidade média dos fundos foi de 17%. A da Nucleos, de 5,7%.

180

9/11/2005 O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, determina o cancelamento do depoimento de Soraya Garcia, assessora financeira do PT de Londrina (PR) durante a campanha de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT) em 2004.

Soraya Garcia envolveu o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP), em operações com caixa 2. Todos teriam participado da movimentação "por fora" de R$ 6,5 milhões na campanha de Nedson Micheletti. Em entrevista ao repórter Leonardo Souza, da Folha de S.Paulo, Soraya Garcia é questionada sobre os R$ 300 mil que Dirceu teria trazido para a campanha de Londrina. Ela faz menção a Augusto Ermetio Dias Júnior, diretor-financeiro de Nedson Micheletti:

- Eu estava participando de um evento de confraternização do PT no dia 18 de setembro de 2004, do qual José Dirceu participaria. De quinta para sexta-feira, o Augusto me disse: "Soraya, temos de fazer um evento bem bonito, para agradar o prefeito e o José Dirceu, que está trazendo dinheiro".

- **Augusto disse quanto Dirceu estaria trazendo?**

- Não, ele não disse. Mas na segunda-feira, dia 20 de setembro, ele chegou com R$ 300 mil, em notas de R$ 100, com lacre do Banco do Brasil.

Em votação secreta, a Câmara dos Deputados absolve o deputado Sandro Mabel (PL-GO), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Sandro Mabel obtém 340 votos em sua defesa, contra 108 a favor da cassação do mandato. Há ainda 17 abstenções e 2 votos nulos. Não foram encontradas provas de que Sandro Mabel participou da distribuição de dinheiro do valerioduto, nem de que ofereceu suborno à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) para tentar trazê-la à base aliada do governo Lula.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Anderson Adauto (PL-MG), ex-ministro dos Transportes do presidente Lula, admite o uso de dinheiro de caixa 2 em todas as campanhas eleitorais das quais participou. Reconhece ter pedido dinheiro a Delúbio Soares a fim de pagar o que alegou ser despesas da campanha de 2002, quando disputou vaga na Câmara dos Deputados.

- Eu sabia que poderia muito bem ter resolvido os meus problemas de campanha com os fornecedores do Ministério dos Transportes, mas eu preferi procurar o Delúbio. Sabia que poderia, mas não fiz.

Disse mais à CPI:

- Nas 11 campanhas que disputei sempre foi assim. Nunca vi uma campanha se fechar da forma que é declarada no Tribunal Superior Eleitoral.

A lista de Marcos Valério registra R$ 1 milhão a Anderson Adauto, mas o ex-ministro afirma que recebeu apenas R$ 410 mil. O dinheiro, segundo ele, foi sacado no Banco Rural pelo próprio irmão, Edson Pereira de Almeida, e por seu chefe de gabinete no Ministério dos Transportes, José Luiz Alves. Anderson Adauto nega ter recebido o dinheiro dentro de seu gabinete de ministro, como informou José Luiz Alves à CPI:

- Posso ter recebido na rua, mas não no meu gabinete.

Da jornalista Dora Kramer, no jornal O Estado de S. Paulo:

"Se Anderson Adauto como ministro 'sabia' que teria perfeitas condições de usar o posto para desviar parte dos contratos de prestação de serviços em proveito próprio, estava, portanto, informando à CPI que o crime é recorrente, faz parte dos usos e costumes, é praticamente uma prerrogativa de um titular de pasta ministerial."

A jornalista acrescenta:

"Ministrada a lição, mestre Adauto saiu dali ileso, posando de vestal por ter aberto mão de tão líquido direito de desviar dinheiro público e ter procurado o tesoureiro de um outro partido para cobrar dele recursos cuja origem, disse, pouco se lhe dava conferir. Fosse dinheiro sujo ou limpo, não era problema dele."

No gabinete do ex-ministro Anderson Adauto teria ocorrido, no segundo semestre de 2003, uma reunião com a presença, além do próprio ministro, do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de outros dois deputados cujos nomes não foram revelados, e de Delúbio Soares, o onipresente tesoureiro do PT, que levara uma mala de dinheiro para ser dividida entre os presentes.

Em outro depoimento à CPI do Mensalão, os deputados ouvem Marcelino Pies, o ex-tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul citado na lista de Marcos Valério como beneficiário de R$ 1,2 milhão. Ele admite ter sacado dinheiro do valerioduto, mas garante que o total não passou de R$ 1,05 milhão.

Como quase todos, aliás, diz que pôs a mão em menos dinheiro do que lhe foi atribuído. Fica a impressão de que a lógica de os agraciados refutarem os valores totais reservados a eles, uma prática recorrente, deve-se ao fato de embolsarem percentual do bolo. Uma comissão. Propina da propina.

No caso do senhor Pies, parte do dinheiro do caixa 2 serviu para pagar despesas do Fórum Social Mundial, segundo ele. O resto segue a mesma ladainha, ou seja, a necessidade de quitar dívidas de campanha. No caso, as dívidas do ex-ministro da Educação do presidente Lula, Tarso Genro (PT-RS), que disputou e perdeu a eleição para governador do Rio Grande do Sul, em 2002. Depois de passar pela presidência do PT, Tarso Genro iria ser nomeado ministro da Justiça, no segundo governo Lula.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado Professor Luizinho (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão e sujeito a ter o mandato cassado, trata de explicar por que o assessor José Nilson dos Santos recebeu R$ 20 mil do valerioduto em 2003. De Luizinho:

- Não tem um centavo dos R$ 20 mil no meu mandato, na minha campanha ou em benefício pessoal. Não teve meu conhecimento, meu envolvimento, minha participação. E não é caixa 2, porque foi para processo do PT.

Luizinho quer fazer crer que o repasse foi decorrente de acordo entre o assessor e Delúbio Soares, e o dinheiro não poderia ter sido declarado:

- Não há como legalizar dinheiro de pré-campanha.

O petista admite ter errado ao não exonerar o assessor:

- Dei a ele um prazo para se defender e depois aviso prévio. Só o afastei no mês passado. Eu errei, mas não tem como retroagir.

O Conselho de Ética da Câmara recomenda, por 12 votos a 2, a cassação do mandato do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG).

O caso Visanet. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), reage ao contra-ataque de Marcos Valério. Segundo o empresário, não procede a acusação de que ele desviou dinheiro repassado pelo Banco do Brasil para campanhas publicitárias da Visanet, a fim de entregá-lo ao PT. Conforme Valério, ele já dispunha anteriormente de recursos aplicados na mesma conta bancária, com a finalidade de ajudar o PT.

De acordo com Serraglio, porém, não havia saldo na conta do Banco do Brasil da qual saíram os R$ 10 milhões, ao contrário das alegações de Valério. O dinheiro, portanto, teria vindo de uma transferência do Banco do Brasil, de R$ 34,9 milhões. Como se sabe, R$ 10 milhões daquela conta do Banco do Brasil foram para o BMG e, dali, houve um depósito no mesmo valor para a Rogério Lanza Tolentino Associados, empresa de um sócio de Valério. E, por fim, a mesma quantia entrou no cômputo dos supostos empréstimos para o PT.

Análise feita pela Receita Federal em lote de 2 mil notas fiscais emitidas pela DNA de Marcos Valério chega à CPI dos Correios. As notas, parcialmente queimadas, foram apreendidas pela Polícia Federal na periferia de Belo Horizonte. Entre elas identificou-se um documento fiscal falso, no valor de R$ 6,4 milhões, emitido pela agência de publicidade para a Visanet.

A Receita Federal detectou vários problemas na contabilidade da DNA. Os livros com registros de transações da empresa são de 16 de setembro de 2005, quatro meses depois da eclosão do escândalo do mensalão. Não foram encontrados livros contábeis das empresas de Valério, de 1998 a 2002. Desconfia-se que a documentação foi destruída.

Na dança dos números, Valério tenta convencer a CPI dos Correios que tem ainda a receber R$ 3,8 milhões da cota do Banco do Brasil relativa ao fundo da Visanet. O Banco do Brasil, ao contrário, alega que a DNA não comprovou gastos de R$ 9,1 milhões, do total de R$ 73,8 milhões repassados antecipadamente para a agência, num período de oito meses. As divergências soam manobra diversionista, para confundir a comissão de inquérito, as autoridades competentes e, principalmente, a opinião pública.

O TCU (Tribunal de Contas da União) conclui que os Correios pagaram indevidamente R$ 5,5 milhões ao consórcio contratado para prestar serviços de assistência técnica e fornecer equipamentos de informática às agências da estatal federal. O consórcio é formado pelas empresas Positivo Informática e Novadata. Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de Lula, é o dono da Novadata.

181

10/11/2005 Relatório parcial da CPI dos Correios solicita o indiciamento da dupla Delúbio Soares e Marcos Valério. Os dois são apontados como operadores de um esquema "acima de leis, Estado e Justiça". Ambos sofrem a mesma acusação de se "dedicarem a subtrair dos cofres públicos recursos que foram destinados a integrantes da base aliada", e por cometer diversos crimes, entre os quais falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, fraude em licitação, crime eleitoral e improbidade administrativa. Delúbio Soares e Marcos Valério têm os nomes citados por tráfico de influência, crime contra o sistema financeiro, crime contra a ordem tributária, fraude contábil e processual.

O documento da CPI refuta os tais empréstimos de R$ 55,8 milhões, para pagamentos determinados por Delúbio, o tesoureiro do PT, em benefício de parlamentares ligados ao governo Lula. Dessa forma, as alegadas operações de crédito não teriam passado de simulações para encobrir a origem do dinheiro. As fontes de verdade seriam contratos com o Banco do Brasil, repasses dos bancos Rural e BMG em troca de vantagens na administração federal, dinheiro guardado no exterior e internado no País e recursos de empresas privadas que contrataram agências de publicidade ligadas ao esquema de corrupção.

Manobra de parlamentares governistas impede a votação do relatório da CPI. Para atrasar os trabalhos, aliados do Palácio do Planalto pedem vista do documento e ganham prazo. Alegam que o texto precisa ser analisado melhor.

Depoimento à CPI dos Bingos. É de Vladimir Poleto, que está protegido por *habeas-corpus* concedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Não pode ser preso, mesmo que minta ou se recuse a responder perguntas. Nega ter transportado três caixas com dólares vindos de Cuba para a campanha de Lula, em 2002, num voo entre Brasília e Amarais, no interior de São Paulo.

Ex-assessor de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Vladimir Poleto acusa a revista Veja de publicar uma entrevista não autorizada. Diz que estava alcoolizado quando relatou o episódio dos dólares cubanos ao repórter Policarpo Junior. De Vladimir Poleto:

- Após tanto chope, sendo que eu havia começado a beber à tarde aquela cachacinha, minha capacidade de discernimento estava comprometida. Não me recordo se fiz declaração. Se eu fiz, foi mentirosa. O fato é que houve coação e constrangimento.

A estratégia de Vladimir Poleto se mostra desastrosa. A revista reproduz a entrevista concedida por ele em seu *site* na *internet*. A gravação é ouvida durante a sessão da CPI. A voz de Vladimir Poleto não caracteriza estado de embriaguez. Mostra-se serena e equilibrada. Reação do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE):

- O senhor é um cara-de-pau incrível.

Eis os principais trechos da conversa entre Vladimir Poleto e o repórter de Veja, durante a madrugada de 22 de outubro de 2005:

- A única coisa que eu sei é que peguei um avião de Brasília com destino a São Paulo com três caixas de bebida.

- **Depois que você fez esse transporte você... Foi informado do que efetivamente tinha dentro destas caixas?**

- Depois de todo o acontecimento, sim.

- **E o que te disseram?**

- Que tinha dinheiro numa das caixas. Só isso.

- **Quanto tempo depois do episódio você ficou sabendo disso, que era dinheiro ao invés de bebida?**

- Depois que eu ganhei uma garrafinha de Havana Club, que me foi presenteado, me falaram. Só isso.

- **Segundo a informação que eu tenho, o valor transportado teria sido de US$ 3 milhões.**

- Não. O valor que me disseram era US$ 1,4 milhão.

Em outro depoimento à CPI dos Bingos, Rogério Buratti, ao contrário de Vladimir Poleto, confirma o que dissera sobre a operação Cuba:

- Fui consultado, em 2002, pelo Ralf Barquete, dizendo ser a pedido do então prefeito Palocci, se eu conhecia algum mecanismo, alguma forma de trazer recursos do exterior para o Brasil. Esses recursos, pelo que me foi informado, seriam advindos de Cuba.

A consulta teria acontecido em maio ou junho de 2002. Em setembro, Ralf Barquete informou Rogério Buratti que "aqueles recursos tinham chegado":

- Entendi, pela informação que o Ralf me passou, que o desfecho teria sido o aporte dos recursos no Brasil, na campanha do presidente Lula. Agora, de que forma teria sido e qual o montante preciso, não tive essa informação.

183

12/11/2005 A revista Isto É Dinheiro publica detalhes do depoimento prestado cinco dias antes ao Ministério Público pelo advogado Rogério Buratti, secretário de Governo do ex-prefeito Antonio Palocci (PT) em Ribeirão Preto (SP). Ele contou detalhes de uma operação que teria culminado com a doação de R$ 1 milhão para a campanha eleitoral de Lula. De acordo com Rogério Buratti, a contribuição foi feita por dois empresários angolanos, donos de casas de bingo. O episódio teria ocorrido entre outubro e novembro de 2002. Na época, Antonio Palocci exercia o seu segundo mandato como prefeito de Ribeirão Preto e era coordenador da campanha eleitoral de Lula.

Os angolanos são José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio. Quem intermediou o encontro deles com Antonio Palocci foi o empresário Roberto Carlos Kurzweil. Além de Palocci e dos empresários, participou do jantar, no hotel Sofitel, em São Paulo, o então presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), Waldomiro Diniz.

Durante a reunião, Antonio Palocci teria prometido legalizar a atividade dos bingos. De fato, o programa de governo apresentado por Lula previa a regulamentação das atividades das casas de bingo. Posteriormente, porém, houve recuo e a edição de Medida Provisória que proibia o jogo. O governo

decidiu voltar atrás após a divulgação da fita em que Waldomiro Diniz pedia propina ao empresário de jogo Carlinhos Cachoeira.

Em seu depoimento, Rogério Buratti faz outra revelação: Jorge Yazigi, o "Bill", ex-diretor da empreiteira Leão Leão, foi nomeado, por indicação de Antonio Palocci, vice-presidente da Visanet. A empresa de cartões de crédito teria sido usada em esquema envolvendo o Banco do Brasil para desviar R$ 10 milhões ao PT. Outra informação de Rogério Buratti: o empresário José Roberto Colnaghi, dono do avião usado na operação Cuba, obteve contratos com o governo de Angola, graças à influência do ministro Palocci.

Em outra reportagem, Isto É Dinheiro traz entrevista com Henrique Pizzolato, o petista afastado da Diretoria de Marketing do Banco do Brasil, acusado de participar do esquema do mensalão. Ele nega ter sido responsável por repasses antecipados de R$ 58,3 milhões de verbas de publicidade para a Visanet. O dinheiro foi parar na DNA Propaganda, de Marcos Valério. Segundo Pizzolato, a decisão de fazer a antecipação foi do ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e do ex-ministro da Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Luiz Gushiken (PT-SP).

- Se existia algo montado para favorecer o PT, era em escalões superiores, muito acima da Diretoria de Marketing.

Henrique Pizzolato diz ao repórter Leonardo Attuch que recebeu orientação de Luiz Gushiken para autorizar os repasses antecipados:

- Ele mandou assinar.

- **Não é estranho pagar antecipadamente?**

- Eu nunca tinha visto isso. Eu dizia até que, ao colocar o dinheiro na frente, a gente perdia o poder de barganha com a agência. Mas me disseram que tinha de ser feito assim.

A revista Época publica entrevista com Carlos Godinho, ex-superintendente do Banco Rural. Ele afirma aos repórteres David Friedlander e Leandro Loyola que os empréstimos bancários a Marcos Valério e ao PT eram uma farsa. De acordo com Carlos Godinho, as operações de crédito foram renovadas mesmo sem a quitação das anteriores, porque o Banco Rural procurava obter, em troca, vantagens do governo. Carlos Godinho faz menção a Delúbio Soares e José Genoino, ex-presidente nacional do PT:

- Na conta da SMPB entrava dinheiro, mas o Marcos Valério não liquidava os empréstimos. É suspeito. No caso do PT, é o aval de duas pessoas que não têm patrimônio para garantir a operação.

- **O senhor acha que esses empréstimos foram feitos para não ser pagos?**

- Com certeza. São empréstimos para mascarar a entrada de recursos que vinham de outras formas. Você justifica qualquer recurso que entrou via empréstimo. Não era para pagar.

- **Se era tudo tão esquisito, por que o senhor não avisou? Sua função era essa.**

- Minha função era manter a instituição livre dos riscos operacionais, de imagem e legais. A diretoria foi alertada. Mas, como a prática do Rural era manter um relacionamento com os clientes, eles não

deram importância. No caso da SMPB, alertamos também para a movimentação dela, que estava fora dos padrões e tinha indícios de lavagem de dinheiro em função dos constantes saques em espécie.

Carlos Godinho recebeu ordens para não documentar as operações consideradas suspeitas da agência de Marcos Valério, e nem emitir boletins sobre os procedimentos com o PT:

- Mandaram não fazer nos casos da SMPB e do PT. Não deixaram colocar nos relatórios as irregularidades de movimentações acima dos padrões, de risco de crédito em função de constantes renovações. É que esses documentos ficam à disposição do Banco Central. Então mandaram tirar para o Banco Central não ter acesso.

- **Quando foi isso?**

- De 2003 a 2005 não se colocou nada das irregularidades. Não podia colocar. A gente colocava, mas na edição final eram deletadas. E a gente era obrigada a assinar o relatório modificado. Tinha de assinar daquela forma, já vinha da diretoria uma versão final para ser assinada.

187

16/11/2005 Termina de forma melancólica a CPI do Mensalão. O relator da comissão, deputado Abi-Ackel (PP-MG), ex-ministro da Justiça no governo militar do presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) e integrante da base aliada do governo Lula, sequer havia começado a elaborar o relatório final, 48 horas antes do prazo de encerramento. Pior: ao ser questionado por jornalistas, mostrou-se surpreso, como se não soubesse da data limite. "Vai acabar? Agora que estamos em várias frentes de investigação?", ousou perguntar. "O relatório está dentro de mim. É só ditar para alguém", afirmou, impassível.

No dia seguinte, véspera do término dos trabalhos, Abi-Ackel saiu-se com a seguinte explicação para o escândalo do mensalão:

- Não posso dizer se o repasse de dinheiro ocorreu de uma vez só ou em várias vezes. Fica a suspeita de que pode ter havido as duas formas. O problema é que não tenho como provar.

A CPI do Mensalão foi usada pela base governista para desviar atenção da CPI dos Correios. Aliados do Palácio do Planalto pretendiam investigar supostas irregularidades nos dois governos do presidente tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), mas a comissão de inquérito nunca deixou de funcionar como um apêndice da CPI dos Correios.

Em meio a muito bate-boca, a última sessão é encerrada sem a votação do tímido relatório final, feito às pressas por Abi-Ackel. Ele próprio, aliás, foi acusado de se beneficiar de dinheiro de Marcos Valério. Apesar de reconhecer a existência de repasses para o caixa 2 de campanhas políticas, Abi-Ackel não pede o indiciamento de ninguém. Admite, porém:

- Chame-se a isso mensalão, mensalinho, semanão ou quinzenão, o fato é que receberam.

Trecho do relatório final:

"Há múltiplos indícios de que houve distribuição de recursos a deputados da base. Isso não caracteriza exatamente o que se denominou mensalão, pagamentos sistemáticos, mas houve sem dúvida pagamentos de dinheiro em espécie, em alguns casos com uma só prestação, em outros com prestações sucessivas."

Em outro trecho, o relatório afirma que os recursos financeiros serviram para pagar "despesas de campanha presidencial, de governadores de Estado, de deputados federal e estadual, nas eleições de 2002, e de prefeito municipal em 2004". Não cita culpados:

"Não é possível relacionar os parlamentares que perceberam vantagens financeiras ilícitas, em virtude da ausência de provas concretas."

O nome de Paulo Abi-Ackel, filho do deputado, aparece na lista de beneficiários do caixa 2, com pagamento de R$ 50 mil. O deputado Abi-Ackel também teria recebido doação de R$ 100 mil de Marcos Valério, na campanha eleitoral de 1998. A indicação de Abi-Ackel para a relatoria da CPI teria sido acertada entre os deputados José Dirceu (PT-SP) e José Janene (PP-PR).

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprova relatórios de auditoria que apontam fraudes e serviços não-executados em contratos de publicidade com o Banco do Brasil, Correios e Ministério da Cultura. Prejuízo estimado: R$ 8,3 milhões. Os técnicos do TCU consideram que documentos em poder do governo não atestam o cumprimento dos contratos. Houve irregularidades em subcontratações de gráficas e produtoras de vídeo, feitas pelas agências, além de propostas e assinaturas forjadas.

Os maiores prejuízos foram encontrados nos contratos da DNA com o Banco do Brasil, sob responsabilidade de Henrique Pizzolato, o diretor de Marketing da estatal. O Banco do Brasil teria sido omisso e negligente. A DNA ficou indevidamente com R$ 4,2 milhões, dinheiro de bonificações que deveria ser repassado ao cliente, ou seja, voltar para o Banco do Brasil.

No Ministério da Cultura, os prejuízos do Governo Federal, da ordem de R$ 2 milhões, tiveram origem no contrato com a agência McCann Erickson. Entre as irregularidades, o TCU aponta que empresas participantes de licitações combinaram preços, antecipadamente.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado Wanderval Santos (PL-SP) acusa o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) por saque de R$ 150 mil. A retirada do dinheiro do valerioduto foi feita pelo motorista de Wanderval Santos, Célio Siqueira, no Banco Rural. Carlos Rodrigues renunciou ao mandato, após a acusação de participar do esquema.

De acordo com Wanderval Santos, parlamentares ligados à Igreja Universal do Reino de Deus eram submissos a Carlos Rodrigues. Ele costumava se servir dos funcionários dos deputados, como no caso do motorista Célio Siqueira. Ele teria recebido ordem para se deslocar até a agência do Brasília Shopping, pegar um envelope e levá-lo à casa de Rodrigues. Diz Wanderval:

- Eu não podia punir o Célio, porque ele cumpriu uma ordem. Ele era usado para fazer compras, levar filho na faculdade, pegar pessoas no aeroporto, sem que precisasse da minha autorização.

189

18/11/2005 Operações suspeitas indicam que a Caixa Econômica Federal favoreceu o BMG, um dos bancos envolvidos no escândalo do mensalão. O BMG, suposto credor de R$ 29,2 milhões que teriam sido emprestados ao PT e usados no caixa 2 do partido, teve lucro de R$ 210 milhões ao vender à Caixa Econômica Federal R$ 1,1 bilhão de sua carteira de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Se tivesse feito diretamente as operações de empréstimo, a Caixa poderia ter lucrado R$ 696 milhões. Em decorrência das operações com o BMG, os lucros do banco público ficaram restritos a R$ 346

milhões e, mesmo assim, dinheiro que entraria ao longo de três anos. Do senador Álvaro Dias (PSDB-PR):

- Se a Caixa deixou de ganhar, alguém ganhou no lugar dela.

Dos R$ 210 milhões de lucro do BMG, R$ 159 milhões correspondem à remuneração pela captação de clientes, um ágio integralmente quitado. Além disso, o banco privado mineiro teve lucro extra de R$ 51 milhões, obtido graças à fórmula usada para calcular o saldo devedor dos contratos. Declaração do senador Álvaro Dias:

- Temos razões de sobra para supor que essas operações tenham sido instrumento para calçar os tais empréstimos, que sempre reputamos fictícios, operações meramente contábeis.

De acordo com a repórter Marta Salomon, do jornal Folha de S.Paulo, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, assinou resoluções com vantagens ao BMG. Escreve a jornalista:

"A cronologia das negociações entre BMG e Caixa revela um negócio fechado às pressas. Entre a proposta formal do banco mineiro e a resolução do Conselho Diretor da Caixa, que autorizou a primeira compra de créditos referentes a empréstimos concedidos a aposentados e pensionistas, passaram-se apenas 23 dias."

Mais: "A cronologia das operações revela um detalhe estranho: a venda de parte da carteira de empréstimos é concretizada apenas três meses depois de o BMG ser autorizado por Medida Provisória a operar o crédito a aposentados e pensionistas do INSS com desconto em folha, em setembro de 2004".

192

21/11/2005 Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Roberto Brant (PFL-MG) admite ter recebido R$ 102 mil da agência SMPB, de Marcos Valério. Afirma que o dinheiro foi doação da empresa siderúrgica Usiminas. A quantia teria quitado despesas do programa de televisão de sua campanha a prefeito de Belo Horizonte, em 2004.

193

22/11/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Paulo Okamotto, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), responsabiliza o ex-tesoureiro Delúbio Soares por tê-lo orientado a pagar em dinheiro vivo a dívida do presidente Lula junto ao PT, de R$ 29.436,26.

Segundo Paulo Okamotto, o dinheiro foi usado por Marisa Letícia, mulher de Lula, durante viagem à China. Também serviu para acertar gastos de Lula com viagens a Cuba e a Europa, despesas médicas e um empréstimo de R$ 5 mil. O valor corresponde à remuneração mensal de Paulo Okamotto, de "pouco mais de R$ 30 mil", conforme declaração dele à CPI. Além do salário do Sebrae, Paulo Okamotto recebe como integrante do conselho da Brasil-Prev e é aposentado como metalúrgico. Diz Paulo Okamotto:

- Não sou um homem de posses.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o episódio mostra promiscuidade entre público e privado:

- Okamotto fez um favorzão ao presidente e recebe em troca um cargo dos mais cobiçados.

Indiciados pela Polícia Federal David Stival, ex-presidente do PT do Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, ex-tesoureiro do partido em Porto Alegre, e Marcos Trindade, militante petista. Todos são acusados de transferir R$ 1,05 milhão de Marcos Valério para o PT, em 2003. O dinheiro do valerioduto não foi contabilizado pelo partido. No total, o PT gaúcho sacou R$ 1,2 milhão da conta bancária da agência SMPB, sendo que R$ 150 mil teriam acertado despesas gráficas do Diretório Nacional do PT.

Depoimentos ao Conselho de Ética da Câmara. O presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), e o assessor da liderança do partido, José Cláudio Genu, admitem formalmente o recebimento de R$ 700 mil do valerioduto. O dinheiro pagou honorários do advogado do ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC). Eles negam que houve compra de deputados. Explicam que a soma não foi contabilizada porque ficaram aguardando o PT formalizar os "auxílios financeiros negociados com o Partido Progressista".

194

23/11/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Rosângela Gabrilli, proprietária da empresa de ônibus Expresso Guarará, afirma que Lula recebeu informação, em 2003, sobre esquema de extorsão montado pelo PT em Santo André (SP). As operações irregulares teriam continuado após a morte do prefeito Celso Daniel (PT), em 2002. O relato da situação foi feito ao presidente da República pela irmã de Rosângela, Mara Gabrilli, num encontro de 20 minutos no apartamento de Lula, em São Bernardo do Campo (SP).

De acordo com Rosângela Gabrilli, donos de empresas de ônibus em Santo André eram obrigados a contribuir para o caixa do PT desde 1997, no início da segunda gestão de Celso Daniel. Cabia ao Expresso Guarará o repasse de R$ 40 mil mensais. O dinheiro tinha de ser entregue em espécie, mas em determinado período ocorreram depósitos diretamente na conta bancária de Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", no Banespa.

Rosângela Gabrilli diz que Sérgio Gomes da Silva era o arrecadador do dinheiro, enquanto o empresário Ronan Maria Pinto cumpria o papel de "interlocutor junto aos empresários". Ela também relaciona Klinger Luiz de Oliveira (PT), ex-vereador e ex-secretário de Serviços Municipais de Celso Daniel, apontado como o líder do esquema.

- Os achaques eram feitos com intimidação e ameaça. Diziam que o Klinger tinha sempre um revólver preso na canela. Isso constrangia muito. E ele lembrava a cada momento: "Com o poder não se brinca, o poder tudo pode".

Em entrevista à repórter Mariana Caetano, de O Estado de S. Paulo, Mara Gabrilli diz que aguardou por 32 meses manifestação de Lula sobre as denúncias feitas por ela no encontro com ele em São Bernardo do Campo. O Palácio do Planalto não se pronuncia sobre o assunto. Mara Gabrilli conta que, na época, o presidente se comprometeu a "averiguar e tomar providências":

- Ninguém fez absolutamente nada. Nunca tive uma resposta.

Mara Gabrilli relata que pediu a Lula uma intervenção em Santo André:

- Contei como era o esquema, quem cobrava a propina, e como a Prefeitura tirou a licença para a empresa da minha família operar algumas linhas, em represália ao fato de meu pai não ter pagado propina em certo momento.

Na saída do encontro com Lula, Mara Gabrilli recebeu recomendação de um assessor do presidente para não revelar o teor da conversa.

- Ele pediu que eu dissesse aos jornalistas que estavam de plantão na porta do prédio que a conversa tinha sido sobre reabilitação. Contei a verdade.

195

24/11/2005 Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) admite que a mulher, Márcia Milanésio Cunha, sacou R$ 50 mil em dinheiro do Banco Rural, na agência do Brasília Shopping. João Paulo Cunha afirma que a retirada foi feita por orientação do tesoureiro Delúbio Soares. Nega que soubesse a origem do dinheiro, ou seja, a conta bancária da agência SMPB, de Marcos Valério. Diz João Paulo Cunha:

- Recurso você busca no tesouro do seu partido. Qual crime eu cometi? Eu peguei no lugar que eu sabia, que era a tesouraria nacional do PT.

Ele reconhece que não declarou o valor à Receita Federal:

- Eu admito que tenha problema contábil. Gostaria que alguém pudesse me dizer como posso corrigir.

As coisas são mais complicadas do que João Paulo Cunha quer fazer crer. Num primeiro momento, ele disse que sua mulher foi ao Banco Rural para resolver um problema com a conta da TV a cabo. Em seguida, outra versão do deputado: os R$ 50 mil foram providenciados por Delúbio Soares em São Paulo, transferidos da conta de Valério do Banco Rural de Belo Horizonte para a agência de Brasília, sacados em espécie por Márcia Milanésio Cunha e levados, em dinheiro vivo, para São Paulo. Segundo o deputado, para pagar despesas com pesquisas eleitorais em quatro cidades da Grande São Paulo.

Tem mais: apesar de negar que conhecia a origem do dinheiro, João Paulo Cunha manteve relações estreitas com Valério. A agência DNA, de Valério, fez a campanha de João Paulo Cunha para a presidência da Câmara. Algum tempo depois, eleito presidente, a SMPB, outra agência de Valério, foi contratada pela Câmara por R$ 10,7 milhões, para fazer propaganda da Casa. Como se não bastasse, Cunha recebeu Valério para tomar café da manhã em 3 de setembro de 2003, na residência oficial do presidente da Câmara. O saque de R$ 50 mil foi feito no dia seguinte. Sobre o café da manhã:

- Marcos Valério só foi me cumprimentar pela minha atuação na votação da Reforma Tributária.

Quanto aos R$ 50 mil, João Paulo Cunha apresentou três notas fiscais do Instituto de Pesquisa DataVale, para justificar as despesas com as pesquisas eleitorais ao longo de quatro meses. As notas, contudo, são sequenciais. Fica a suspeita de que foram providenciadas às pressas, pois não há lógica de a empresa só ter prestado serviços a um cliente, no período de quatro meses.

Por fim: João Paulo Cunha admite ao Conselho de Ética que recebeu de Valério uma caneta Montblanc, de presente de aniversário, e passagens aéreas para uma assessora e a filha dela. Valor do mimo: R$ 3.084,20. Cunha garante que doou o correspondente ao que ganhou ao programa Fome Zero.

197

26/11/2005 A revista Época publica reportagem apontando suspeitas de fraude no contrato de publicidade entre a SMPB e a Câmara dos Deputados, assinado e executado no período em que a Casa foi presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP). A matéria relata o afastamento do advogado Aléxis de Paula Souza, secretário de Controle Interno da Câmara. Ele pediu para sair alegando pressões, sanções e perda de atribuições, depois de ter examinado o contrato de publicidade de R$ 10,7 milhões com a empresa de Marcos Valério.

Aléxis de Paula Souza identificou indícios de fraude na escolha da agência e na execução do contrato. Auditores descobriram empresas e assinaturas fantasmas. Agências supostamente concorrentes funcionavam no mesmo endereço e compartilhavam telefone e fax, por ocasião da licitação. De acordo com a reportagem de Andrei Meireles e Ronald Freitas, a simulação permitiu à SMPB subcontratar prestadoras de serviço de seu interesse.

Segundo a denúncia, outras duas agências de publicidade, a Ogilvy e a Lowe, apresentaram condições técnicas melhores que as da vencedora da licitação. Apesar disso, foram preteridas. A revista Época descreve as irregularidades em 52 processos executados pela SMPB:

"Nesses casos, a agência de Marcos Valério tinha a obrigação de pedir orçamento a pelo menos três empresas e subcontratar a que cobrasse o menor valor – a SMPB ficava com 5% do valor pago à subcontratada. A praxe, porém, era a 'empresa que deveria ser subcontratada' apresentar uma proposta 'séria e firme, devidamente detalhada à qual se juntavam outras duas propostas de valor maior que o da primeira'. Em geral, essas propostas são fajutas, apenas para fingir que houve disputa: não foram encontradas pelos auditores, não detalhavam o serviço a ser prestado, não eram assinadas por um responsável nem sequer traziam um telefone de contato."

199

28/11/2005 A CPI dos Correios descobre seis transferências da corretora Bônus-Banval, num total de R$ 154 mil, para Rosa Alice Valente, assessora do líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR). A Bônus-Banval, como se sabe, é apontada como intermediária de repasses de Marcos Valério para beneficiários do mensalão. Um dos diretores da corretora, Enivaldo Quadrado, também transferiu R$ 11.628 para Rosa Alice Valente. Há ainda oito operações de José Janene para Rosa Alice Valente, somando R$ 139 mil. Por fim, foi detectado depósito de R$ 10 mil do publicitário Duda Mendonça para o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. As 16 operações relacionadas ocorreram de 2003 a 2005, principalmente em 2004, no auge do mensalão.

O jornal Folha de S.Paulo noticia suspeita de favorecimento do governo ao empresário José Roberto Colnaghi. Ele é o dono do avião Citation usado pelo ministro Antonio Palocci (PT-SP) em deslocamentos entre Brasília e Ribeirão Preto (SP). José Roberto Colnaghi é dono do avião Seneca usado para transportar dólares que teriam vindo de Cuba à campanha do PT em 2002.

Já se sabe do negócio de José Roberto Colnaghi com o Banco do Brasil, mediante o qual a empresa Soft Micro Informática fechou contrato milionário para instalar programas de computador em Tocantins. Desta vez, o repórter Mario Cesar Carvalho relata nova operação com o Banco do Brasil em favor de José Roberto Colnaghi, pela qual a Asperbrás, também de propriedade de Colnaghi, foi beneficiada com financiamento de US$ 8,5 milhões, para exportar equipamentos agrícolas a Angola. A taxa de juros do Proex (Programa de Financiamento às Exportações, do Banco do Brasil) chega a ser cinco vezes menor que operação similar em rede bancária comercial.

200

29/11/2005 Em depoimento repleto de evasivas à CPI dos Bingos, Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), nega irregularidades no relacionamento de integrantes da chamada "república de Ribeirão Preto", todos ligados a Antonio Palocci. Ademirson Ariosvaldo da Silva convive com Palocci há 18 anos. Nomes citados: Rogério Buratti, Vladimir Poleto, Juscelino Dourado e Ralf Barquete, morto em 2004.

Ademirson Ariosvaldo da Silva desconversa ao ser inquirido sobre dezenas de conversas telefônicas mantidas com Buratti e Barquete, durante o período da renovação do contrato entre a Caixa Econômica

Federal e a multinacional Gtech. Indagado a respeito de 1.411 telefonemas trocados com Vladimir Poleto em pouco mais de dois anos, resume tudo a "assuntos de amigos".

O secretário particular de Palocci admite ter ido nove vezes à "casa dos prazeres", o imóvel alugado por Vladimir Poleto no Lago Sul, em Brasília. Nega que o endereço serviu para empresários fazerem *lobby*, a fim de obter negócios no governo Lula. Ademirson oculta nomes de frequentadores do local. Tampouco diz o que fazia por lá. Registra-se: a "casa dos prazeres" era o lugar em que a "república de Ribeirão Preto" se divertia com garotas de programa. Antonio Palocci iria cair em consequência disso.

201

30/11/2005 Cassado o mandato do deputado José Dirceu (PT-SP), acusado de ser o mentor do esquema do mensalão. Com a decisão do plenário da Câmara dos Deputados, por 293 votos a favor e 192 contra, o ex-ministro da Casa Civil, homem-forte do PT e do governo Lula, fica inelegível até 2015. Comentário do jornalista Rogério Gentile, na Folha de S.Paulo:

"Imaginar que Dirceu articulou sozinho o caixa 2 e o esquema da compra de votos de parlamentares e de partidos, sem o conhecimento do presidente, é pior do que acreditar que o tesoureiro Delúbio Soares agiu por conta própria, sem o conhecimento de Dirceu."

Sobre a relação Lula/José Dirceu:

"Os dois sempre foram parceiros, numa relação de amor e ódio. Dirceu é a mão-de-ferro que Lula utilizou para controlar o PT, chegar ao poder e governar o País sem ter de comprometer sua imagem de mito. E Lula é a liderança popular que Dirceu nunca conseguiu ser e usou para se realizar como autoridade."

"Os dois são cara e coroa, com o perdão do chavão. Se um é culpado, como tudo leva a crer, outro também é. Ambos merecem a punição."

Em editorial, o jornal argumenta que "o presidente Lula poderia não saber dos detalhes, mas dificilmente desconheceria por inteiro as gravíssimas situações que foram reveladas à sociedade brasileira":

"A cassação do mandato do deputado José Dirceu é um item relevante da conta paga pelo governo petista para defender o presidente da República de acusações que pudessem desaguar na abertura de um processo de *impeachment*. Se coube ao ex-tesoureiro Delúbio Soares assumir a responsabilidade operacional sobre os desvios cometidos, foi reservado a Dirceu o papel de arcar com a responsabilidade política."

202

1/12/2005 A Petrobras prorroga contrato com o publicitário Duda Mendonça. Quase quatro meses após Duda Mendonça admitir que recebera R$ 10,5 milhões por meio do caixa 2 do PT na *offshore* Dusseldorf, nas Bahamas, em pagamento por serviços prestados à campanha eleitoral que elegeu Lula em 2002, a Petrobras anuncia a prorrogação de contratos de publicidade no valor de R$ 212 milhões anuais. Os serviços continuarão a ser prestados pelo mesmo *pool* de agências, o que inclui a Duda Mendonça Associados. Caberá ao marqueteiro administrar R$ 63 milhões até o fim do primeiro governo Lula.

O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia que o INC (Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal) constatou que as agências de publicidade DNA Propaganda e SMPB Comunicação, do

empresário Marcos Valério, imprimiram 80 mil notas fiscais falsas. O laudo do INC destaca três notas supostamente frias, emitidas para a Visanet em 2003 e 2004. Trazem valores de R$ 35 milhões, R$ 23,3 milhões e R$ 6,4 milhões. Do laudo:

"Várias dessas notas foram utilizadas para dar suporte a recebimento de recursos de empresas como o Banco do Brasil, a Eletronorte e como o Ministério do Trabalho". E mais: "Manipularam, falsificaram e alteraram registros e documentos, de modo a modificar os registros de ativos, de passivos e de resultados; omitiram milhares de transações nos registros contábeis; realizaram registros de transações sem comprovação ou as simularam; e aplicaram práticas contábeis indevidas".

Um escândalo.

Outro fato grave: a DNA usou nota fiscal fria, de R$ 12 milhões, como se a tivesse sido emitido à Eletronorte, para justificar a obtenção de empréstimo no mesmo valor junto ao BMG. Para o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), é difícil prender Marcos Valério:

- Acho que ele tem absoluta confiança na impunidade desse País e espera o processo que, com bons advogados, vai acabar nas calendas. É difícil falar que Marcos Valério, que tem meios, recursos e força, responderá pelo que fez.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Walter Santos Neto enfrenta dificuldades para explicar como gastou R$ 5 milhões, dinheiro transferido pela multinacional Gtech à MM Consultoria Jurídica. A empresa é suspeita de intermediar pagamento de propina a grupos ligados ao governo, por ocasião da renovação do contrato de R$ 650 milhões entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech. Importante salientar o nome de outro advogado, sócio de Walter Santos Neto na MM, na época do depósito de R$ 5 milhões: Marcelo Coelho de Aguiar, ex-assessor da Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que foi comandada pelo ministro Luiz Gushiken (PT-SP).

Em seu depoimento, protegido por *habeas-corpus* para não ser preso, Walter Santos Neto alega sofrer de distúrbio chamado de "compulsão ou disfunção do gasto", para justificar as despesas que fez com o dinheiro. Segundo ele, os R$ 5 milhões foram pagamento por ação junto ao Superior Tribunal de Justiça:

- Posso dizer que a motivação que sempre tive em relação ao dinheiro vem de uma deformação de minha personalidade, a necessidade de ver o dinheiro, de se sentir com o poder.

Em resumo: foi isso que, segundo ele mesmo, o levou a sacar em espécie uma das transferências da Gtech, de R$ 650 mil, e levar o dinheiro para casa, dentro de carro-forte, "para gastar depois". E assim a dinheirama se foi, em restaurantes, vinhos, viagens, presentes e em doações para amigos.

- Minhas despesas são chocantes, gasto com frivolidades. Sou uma pessoa doente e comecei a fazer tratamento psiquiátrico.

Acredite se quiser.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado João Magno (PT-MG) afirma possuir notas fiscais para justificar gastos relacionados aos R$ 426 mil que admite ter recebido de Marcos Valério. O dinheiro foi empregado, assegura, no pagamento de despesas das campanhas eleitorais de 2002 e 2004.

João Magno nega ter feito uso de caixa 2. E dá a seguinte explicação para o fato de só ter incluído os R$ 426 mil na prestação de contas de campanhas eleitorais após a eclosão do escândalo do mensalão:

- Reconheço que perfeito não sou. Alguma anomalia o processo teve, mas não admito ter feito caixa 2.

João Magno trata de responsabilizar o ex-tesoureiro Delúbio Soares:

- Ele teve dificuldade de mostrar como arrecadou os recursos. Para mim, era um dinheiro do partido.

205

4/12/2005 O caso Coteminas. O jornal Folha de S.Paulo informa que o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) identificou depósito de R$ 1 milhão, em dinheiro, em nome do PT, na conta bancária da Coteminas (Companhia de Tecidos Norte de Minas), cujo dono é o vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG). A operação não apareceu na quebra de sigilo bancário das 16 contas atribuídas ao PT, em seis instituições financeiras. Suspeita-se de caixa 2. O PT contraíra dívida de R$ 12 milhões junto à Coteminas, em troca do fornecimento de 2,7 milhões de camisetas, distribuídas como brinde de campanha nas eleições de 2004.

As repórteres Renata Lo Prete e Marta Salomon relatam que o PT ficara de pagar as despesas em três parcelas, até janeiro de 2005, mas não honrou nenhuma. O primeiro pagamento, o R$ 1 milhão detectado pelo Coaf, só foi feito em 17 de maio. E também foi só. O jornal entrevista Josué Gomes da Silva, filho do vice-presidente José Alencar e presidente da Coteminas. Ele afirma ter recebido o dinheiro em "*cash*", trazido por uma senhora:

- Era dinheiro do PT. Eu não tinha por que pensar diferente.

O novo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, diz que a operação não foi contabilizada pelo partido:

- Não há nada dessa natureza registrado. Nenhum pagamento de R$ 1 milhão à Coteminas.

206

5/12/2005 O vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG), concede entrevista para informar que Marice Corrêa de Lima, coordenadora administrativa do PT, foi a senhora encarregada de levar o pacote com R$ 1 milhão, em dinheiro vivo, ao escritório da Coteminas, em São Paulo. A soma foi depositada em conta bancária do Bradesco. Declaração do vice de Lula:

- Como, normalmente, os partidos políticos recebem de doadores ou coisa que o valha, e nós não temos nada com isso, recebemos em dinheiro e depositamos. Não existe nada na legislação brasileira que impeça o cidadão de vender uma mercadoria e receber na moeda do País. O caixa 2 não afetou em nada o procedimento da companhia. A Coteminas não tem nada com isso.

Denunciados os envolvidos no escândalo da cueca. O Ministério Público Federal conclui que eram propina os US$ 100 mil escondidos na cueca do assessor do PT do Ceará, José Adalberto Vieira da Silva, e os R$ 200 mil transportados por ele numa maleta. Ele foi preso ao tentar embarcar no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O dinheiro seria um acerto do contrato de R$ 300 milhões entre o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e o consórcio Alusa/STN (Sistema de Transmissão do Nordeste) para construir uma linha de transmissão de energia elétrica entre Teresina e Fortaleza.

José Adalberto Vieira da Silva trabalhava como assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do então presidente nacional do PT, José Genoino (SP). O deputado cearense também vai

responder ação judicial. Para o Ministério Público, o ex-assessor especial da presidência do BNB, Kennedy Moura Ramos, do grupo do deputado José Nobre Guimarães, foi o intermediário do negócio. Ele será acionado por improbidade administrativa.

O Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Ceará aprova o encaminhamento do pedido de cassação do mandato de José Nobre Guimarães. Ele admitiu ter recebido R$ 250 mil do valerioduto. A decisão não tem nada a ver com o caso da prisão do assessor José Adalberto Vieira da Silva, um outro processo. De qualquer forma, Guimarães não seria cassado.

A complicada rede em que trafega o dinheiro. Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) implica distribuidoras de títulos que obtiveram lucros milionários negociando com fundos de pensão no escândalo do mensalão. O esquema escancarado é o do Prece, o fundo de pensão da empresa de saneamento do Rio de Janeiro. Operações supostamente lesivas teriam contado com a participação dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Carlos Wilian (PTC-MG).

De acordo com auditoria da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, a Laeta DTVM e a Euro DTVM teriam ganhado cerca de R$ 5 milhões durante o governo Lula, em operações cujos prejuízos de igual valor sobraram para o Prece. A Laeta e a Euro manteriam conexão com as empresas Bônus-Banval e Guaranhuns. Ambas são investigadas por transações com dinheiro de caixa 2, repassado para políticos da base aliada do Governo Federal.

Conforme documentação do Coaf, outra empresa, a Natimar, recebeu transferência de R$ 525 mil da Euro. A Natimar depositou R$ 275 mil na RS Administração, uma *offshore* localizada no Panamá. A mesma RS teria recebido R$ 3,1 milhões em operação que envolveu a 2S Participações, de Marcos Valério, em triangulação que passou pela Bônus-Banval e também teria envolvido a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo.

O intrincado caminho do dinheiro: o Coaf apurou que a Laeta e a Guaranhuns são ligadas ao doleiro Lúcio Bolonha Funaro. Empresa tida como dele, a Royster Serviços, teria transferido R$ 5,5 milhões para a *offshore* RS, no Panamá, em 2004. A Erst Banking Empreendimentos, outra empresa de Funaro, movimentou R$ 25,5 milhões entre setembro de 2003 e março de 2004, em conta do extinto BCN, banco comprado depois pelo Bradesco.

207

6/12/2005 O caso Coteminas: Delúbio Soares vem a público assumir a responsabilidade sobre tudo. Em nota divulgada por seu advogado, o ex-tesoureiro do PT afirma que o R$ 1 milhão entregue à Coteminas fazia parte da reserva de caixa 2 do partido, alimentado por Marcos Valério. No dia em que o escândalo foi divulgado, Delúbio sugerira que o dinheiro não tinha origem nos repasses de Valério. Diz a nota com a nova versão de Delúbio:

"Quando perguntado sobre esse pagamento, lembrei-me de sua ocorrência, mas me equivoquei, achando que tinha sido feito com recursos contabilizados. Na verdade o pagamento foi feito em espécie, com dinheiro que tinha origem nos empréstimos feitos por Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores. Trata-se de parte do valor que, daqueles empréstimos, foi reservado para despesas do Diretório Nacional do partido."

Muito bem. Digamos que o R$ 1 milhão entregue à Coteminas era mesmo parte dos tais R$ 55,8 milhões atribuídos ao caixa 2. O último dinheiro desse esquema, conforme a versão do próprio Delúbio e de Valério, havia sido repassado ao PT em 1º de outubro de 2004. Difícil acreditar que R$ 1 milhão estivesse guardado no cofre do PT, por mais de sete meses, até o pagamento à Coteminas, em

maio de 2005. E, se estivesse mesmo guardado e disponível no cofre, não haveria explicação para o PT não ter quitado anteriormente parte da mesma dívida junto à Coteminas, uma vez que os compromissos assumidos com a empresa teriam vencido entre novembro de 2004 e janeiro de 2005.

Tampouco tem nexo afirmação de Delúbio, parte da mesma nota, segundo a qual "novas dificuldades financeiras" teriam impedido que as parcelas fossem "honradas na forma acordada". Ora, se o dinheiro já estava em caixa, as parcelas poderiam ter sido honradas, sem problemas. Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI dos Correios, irrita-se com Delúbio:

- Juridicamente, a nota pode evitar questionamentos, tiveram tempo para prepará-la. Mas, politicamente, é um desastre. É uma ofensa à inteligência, mais uma história inverossímil na sucessão de histórias inverossímeis.

Marcos Valério procura não se envolver com a versão de Delúbio Soares:

- Não posso falar que ele está mentindo ou falando a verdade. O dinheiro era do Delúbio, não sei o que ele fez com ele.

O novo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, parece se esquecer que Marice Corrêa de Lima, coordenadora administrativa do PT e responsável pela entrega do R$ 1 milhão, assinou recibo emitido pela Coteminas. Ao ser entrevistado, Paulo Ferreira diz que ela "cumpriu ordens, nem sabia o que estava levando". Em seguida, corrige-se:

- Pode não ter sabido, entendeu?

O presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, filho do vice-presidente José Alencar (PL-MG), dá risada ao ser informado de que dirigentes do PT não reconheciam a transação:

- Claro que eles sabiam. Eles que pagaram.

Do jornalista Fernando de Barros e Silva, no jornal Folha de S.Paulo:

"Quantos milhões 'não contabilizados' ainda estarão escondidos sob as desculpas esfarrapadas de Delúbio Soares? E quanto custam o silêncio e os contos de fada do ex-tesoureiro? E quem paga por eles?"

"Delúbio se tornou uma espécie de lixo atômico para o governo e para o PT. É o culpado por tudo, aquele que está sempre disposto a assumir tudo sozinho, mas ao mesmo tempo não pode ser imolado, precisa ser preservado a qualquer custo. A situação é esquizofrênica, mas a equação é simples: se ele explodir (ou falar a verdade), o governo implode, vem abaixo."

O jornalista acrescenta:

"Em condições normais, o milhãozinho que saiu do PT e – ninguém sabe, ninguém viu – foi parar na conta da Coteminas seria suficiente para fazer ruir qualquer governo. Paradoxalmente, Lula e o PT se beneficiam da miríade de falcatruas, da profusão de denúncias, do excesso de bandalheira revelada ao País. É como se cada nova história anulasse o efeito corrosivo das anteriores, sucessivamente, numa espécie de jogo entorpecente de soma zero."

A CPI dos Correios divulga relatório que aponta supostas perdas de R$ 784 milhões de 14 fundos de pensão, em operações realizadas junto à BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) e com títulos

públicos. O documento relaciona corretoras e pessoas físicas que tiveram lucros milionários com os negócios. Do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA):

- O que interessa à CPI são as recorrências, os resultados negativos sistemáticos e contínuos, com os fundos perdendo e os mesmos beneficiários ganhando sempre.

As perdas ocorreram em operações de compra e venda de contratos futuros e títulos públicos. Os fundos teriam comprado por preços acima dos praticados no mercado, e depois vendido por menos. A comissão investiga se a diferença significou prejuízos, se foram intencionais e desviados para fins políticos.

De acordo com o levantamento, entre os mais prejudicados aparecem o Prece, fundo de pensão dos funcionários da empresa de saneamento do Rio. Acumulou perdas de R$ 309 milhões. A Sistel, fundo das empresas de telecomunicações, teria amargado saldo negativo de R$ 154 milhões. A Petros, ligada à Petrobras, teve perdas de R$ 65 milhões. E a Funcef, da Caixa Econômica Federal, outros R$ 50 milhões negativos.

Na outra ponta, os eventuais beneficiados. Suspeita-se que parte do dinheiro pode ter sido remetida para o exterior. Entre as corretoras, as que mais ganharam, de acordo com o relatório, são a Laeta, Novinvest e Cruzeiro do Sul, com, respectivamente, R$ 55,3 milhões, R$ 30,7 milhões e R$ 26,4 milhões. A comissão quer identificar quem lucrou de maneira ilegal.

Depoimento à CPI dos Bingos. Mara Gabrilli confirma a reunião com o presidente Lula, na casa do presidente da República, em São Bernardo do Campo (SP), em março de 2003. Na ocasião, ela relatou pressões contra a empresa de ônibus Expresso Guarará, de sua família, por conta do esquema de corrupção montado na Prefeitura de Santo André (SP).

Mara Gabrilli conta aos senadores ter denunciado a Lula que a empresa era obrigada a pagar propina para operar em Santo André, governada pelo PT. Ela apontou a Lula o nome das pessoas que considerava responsáveis pelo esquema: o então secretário municipal Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança do prefeito Celso Daniel (PT), Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra".

De acordo com Mara Gabrilli, Lula se virou para os três assessores que o acompanhavam no encontro e disse assim:

- Nossa, eu achei que o Sérgio Gomes já estava muito longe.

Afirmação de Mara Gabrilli:

- Eu falei ao presidente sobre o pagamento da caixinha que meu pai era obrigado a fazer a cada dia 30. E falei da retaliação imposta à empresa desde que eu e minha irmã, Rosângela, denunciamos o fato ao Ministério Público.

Lula prometeu tomar providência e dar uma resposta. Não foi o que ocorreu:

- Aconteceu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Josias Gomes (PT-BA) confessa ter recebido R$ 50 mil das mãos de Delúbio Soares e sacado outros R$ 50 mil no Banco Rural, para quitar despesas eleitorais. O dinheiro, segundo ele, foi repassado para três candidatos a deputado estadual na Bahia, todos derrotados nas eleições de 2002. Diz Josias Gomes:

- Como poderia imaginar que ali estivesse sendo operado o esquema que saiu na imprensa? Involuntariamente, fui envolvido em algo que não sabia. Jamais ouvira falar em Marcos Valério.

208

7/12/2005 Depoimento à CPI dos Correios. Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, responsabiliza o ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP) e o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, pelo adiantamento à agência DNA, de Marcos Valério, de R$ 73,8 milhões de verbas de publicidade do Banco do Brasil destinadas à Visanet. Os procedimentos ocorreram em 2003 e 2004. De acordo com investigação da comissão de inquérito, R$ 10 milhões acabaram irrigando o caixa 2 do PT.

Henrique Pizzolato afirma ter sido procurado a primeira vez por um diretor e um gerente do Banco do Brasil, com o pedido de autorização para uma nota técnica que assegurava repasse adiantado de R$ 23,3 milhões para a DNA. O ex-diretor relata ter consultado Luiz Gushiken a respeito:

- O Gushiken disse: "Assina que não há nenhum problema". Entendi aquilo como uma ordem. Eu não ia questionar o ministro.

Luiz Gushiken foi afastado da Secom, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, durante o escândalo do mensalão. Recorde-se que o ex-ministro não se desligou do governo. Lula nomeou-o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos. Reação dele à afirmação de Henrique Pizzolato:

- O Pizzolato é confuso por natureza. O fato é que eu nunca soube sobre antecipação de pagamentos para a DNA.

209

8/12/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Carlos Roberto Godinho, ex-superintendente do Banco Rural, confirma informações prestadas à revista Época. Segundo ele, os empréstimos do Banco Rural a Marcos Valério, em fevereiro e setembro de 2003, num total de R$ 28,8 milhões, foram operações "de fachada", ou negócios "feitos para não serem pagos", com a finalidade estratégica de "maquiar" outras fontes de recursos.

Carlos Godinho explica que as suspeitas sobre as operações de crédito vêm da renovação desses empréstimos a cada 90 dias, sem que Marcos Valério pagasse os valores devidos. Detalhe: havia dinheiro nas contas correntes de Marcos Valério no próprio Banco Rural, que poderia ser usado para pagar os empréstimos. Já o Banco Rural, por sua vez, não fez provisionamentos, ou seja, reservas de recursos para cobrir eventuais prejuízos, uma exigência do Banco Central. Carlos Godinho também acusa o Banco Central de ter sido complacente com as supostas irregularidades. Diz Carlos Godinho:

- O fato de quantias astronômicas de Valério passarem pelo banco e não serem pagos os empréstimos mostra que eles foram feitos para não ser pagos.

Outro fator que levantou suspeitas: movimentações em contas da SMPB e da Grafitti, ambas ligadas a Marcos Valério, eram pelo menos dez vezes superiores ao faturamento declarado das empresas. Os saques efetuados por ambas, sempre em valores altos, eram muitas vezes em dinheiro vivo.

Suspeito, ainda, o Banco Rural, cliente da agência SMPB, pagar regularmente as campanhas publicitárias, apesar de supostamente a agência estar inadimplente com o banco. Em contrapartida, segundo Carlos Godinho, o Banco Rural teria sido beneficiado por aplicações financeiras de fundos de pensão, patrocinadas por empresas estatais. E isso compensaria a parceria.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. José Nilson dos Santos, ex-assessor do deputado Professor Luizinho (PT-SP), procura inocentar o parlamentar de envolvimento com um saque de R$ 20 mil do valerioduto. Segundo ele, a retirada foi de sua responsabilidade e autorizada por Delúbio Soares, um velho conhecido. Ao defender-se, porém, Luizinho admitira ter sondado Delúbio Soares sobre a possibilidade de receber R$ 20 mil, para o que alegou ser a campanha de pré-candidatos a vereador, em 2003. Mesmo sem querer, José Nilson Santos implica o deputado no saque:

- Havia consultado Luizinho sobre o dinheiro e ele disse que isso não era com ele, mas com o PT. Então, por conta própria, procurei o Delúbio.

Luizinho sabia.

210

9/12/2005 Em depoimento à Polícia Federal, Delúbio Soares é questionado sobre o R$ 1 milhão usado para pagar parte de dívida do PT junto à Coteminas. Segundo o ex-tesoureiro, o dinheiro estava guardado em cofre na sede nacional do partido, em São Paulo. Delúbio diz que o dinheiro ficava no cofre porque não fazia parte da contabilidade oficial do PT. Do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR):

- Ninguém acredita que ele tenha guardado R$ 1 milhão em espécie durante quase um ano, enquanto diuturnamente era abordado por credores.

Em entrevista à revista Carta Capital, Lula acusa setores oposicionistas de estarem "tentando fazer golpismo". A Folha de S.Paulo publica o editorial "Fantasia Golpista": "Hoje seria preciso um grau de alheamento descomunal para não perceber que a crise foi gerada pelo próprio governo, pelo PT e por aliados, que se enredaram em trama de corrupção cujas características e dimensões poderiam perfeitamente estimular a oposição a se empenhar em abrir processo de *impeachment* do presidente. Ressalte-se que o *impeachment* não é uma aventura golpista, mas um instrumento previsto na Constituição".

213

12/12/2005 A CPI dos Correios desvenda mais um tentáculo do caso Visanet. Recapitula-se uma das operações do esquema: R$ 34,8 milhões saíram do Banco do Brasil em 12 de março de 2004, sob pretexto de adiantamento de verbas de publicidade para a DNA. O dinheiro foi depositado numa aplicação da agência de Marcos Valério no Banco do Brasil e, de lá, saíram R$ 10 milhões para o BMG. Em seguida, os R$ 10 milhões foram usados formalmente para empréstimo à empresa Tolentino Associados, ligada a Valério. Esse dinheiro alimentou o caixa 2 do PT.

Aqui, entra a descoberta: uma transferência da Tolentino Associados pôs R$ 3,4 milhões na corretora Bônus-Banval, enquanto a 2S Participações, outra empresa de Valério, transferiu um total de R$ 3,2 milhões para a Bônus-Banval, cujo dinheiro era operado por outra corretora, a Natimar, ligada ao doleiro Najun Turner. E a Natimar foi a responsável pela transferência de R$ 578 mil para uma conta do Rural International Bank, da *offshore* Discovery SPL, um braço do Banco Rural nas Bahamas.

A Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, autua Paulo Figueiredo, ligado ao PC do B e ex-presidente da Nucleos, o fundo de pensão das empresas estatais de energia nuclear. Ele é acusado por irregularidades cometidas durante o governo Lula. Figueiredo e dois ex-diretores da Nucleos haviam sido denunciados por causar prejuízos ao fundo.

Numa das operações, houve perdas avaliadas em R$ 7,1 milhões em aplicações no Banco Santos, que posteriormente sofreu intervenção do Banco Central. Teria havido imperícia e imprudência dos dirigentes da Núcleos. Outro suposto prejuízo, também da ordem de R$ 7 milhões, foi decorrente de operação na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Faltariam análises prévias dos riscos envolvidos. As suspeitas vieram da baixa rentabilidade apresentada pelo fundo. Auditoria externa apontou prejuízos de até R$ 22,7 milhões em operações da Nucleos com títulos públicos, em 2004 e 2005.

214

13/12/2005 Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Wanderval Santos (PL-SP), acusado de receber R$ 150 mil do valerioduto, responsabiliza o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) pelo saque. Wanderval Santos admite ter sido sócio de Carlos Rodrigues em empresas radiofônicas. Carlos Rodrigues renunciou ao mandato de deputado federal em consequência do escândalo do mensalão. Segundo Wanderval, o saque foi efetuado por seu motorista, a mando de Carlos Rodrigues, em dezembro de 2003. Wanderval reitera que Rodrigues tinha ingerência sobre assuntos de deputados ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Diz Wanderval:

- Ele não era somente nosso orientador político, mas nosso orientador espiritual. Nunca pensamos que pudesse usar nossos funcionários para se locupletar pessoalmente.

215

14/12/2005 A Câmara dos Deputados absolve o primeiro mensaleiro, cuja cassação fora recomendada pelo Conselho de Ética. Trata-se do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), acusado de mandar um assessor sacar R$ 350 mil do esquema de Marcos Valério, e de ter recebido outros R$ 102 mil, "não-contabilizados", da empresa siderúrgica Usiminas, por intermédio da SMPB, agência de publicidade de Marcos Valério.

Em votação secreta, Romeu Queiroz obtém vitória folgada, com 250 votos contra a cassação. Outros 162 deputados votam pela perda do mandato. Há 22 abstenções, oito votos brancos e um nulo. Em sua defesa, Romeu Queiroz afirma que os R$ 350 mil foram retirados sem o seu conhecimento. Sobre a contribuição da Usiminas, alega ter sido usada integralmente para financiar campanhas eleitorais do PTB em Minas Gerais, em 2004. Diz Queiroz:

- O dinheiro teve doador certo, o PT. E teve destino certo, o PTB. Não me apropriei de qualquer centavo desses recursos.

Durante os trabalhos de convencimento dos deputados, o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), instalou-se na liderança do PTB na Câmara dos Deputados. Disparou telefonemas e pediu votos para Romeu Queiroz. Pelo que fez, recebeu o apelido de Papai Noel dos mensaleiros. Absolvido, Romeu Queiroz concede entrevista:

- O meu trabalho foi individualizado, conversei com cada deputado. A grande maioria do PT votou comigo, contei 50 votos.

Para a jornalista Dora Kramer, de O Estado de S. Paulo, aceitar o caixa 2 significa "acolher a lavagem de dinheiro no mundo da legalidade":

"Mais que tolerância com o crime de corrupção, a absolvição do deputado Romeu Queiroz – receptor assumido do dinheiro de origem ilícita do valerioduto – significou a instituição da vilania como norma de conduta na Câmara dos Deputados".

Para a jornalista, a Câmara dos Deputados, transformada num "poder amoral", "não exibiu embaraço em defender o indefensável; não guardou resquício de poder nem teve pejo de absolver o infrator contra a evidência da própria confissão, como se dissesse: a partir de agora, estejam todos autorizados a se envolver com operações financeiras suspeitas porque ao dono de mandato eletivo tudo é permitido. Locupletem-se, portanto, à vontade".

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo afirma que "a vitória de Queiroz convinha a Lula – que vive dizendo que o mensalão nunca ficou provado, não vê a hora de acabarem as denúncias e as apurações e só tem a ganhar quando os políticos são vistos como os pizzaiolos". O jornal ironiza Queiroz:

"Sábio homem: se o PT corrompia não para enriquecer os companheiros, mas para ajudar o seu governo a melhorar o Brasil, por que deveria ele ser castigado se tampouco usufruiu egoisticamente da dinheirama?"

Em editorial, a Folha de S.Paulo condena a absolvição de Queiroz. O jornal salienta que "não importa em quanto o deputado pôs as mãos nem o que fez com a soma, mas sim o fato de ter participado de prática vedada por lei": "Com esse veredicto, os deputados estão a afirmar que não há nada de errado com a utilização do caixa 2, prática que encobre uma série de crimes, entre os quais a sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção. Se o deputado que assumidamente recebe numerário ilegal não quebra o decoro parlamentar, é difícil imaginar o que possa romper a dignidade da Casa, que, aos olhos do público, vai cada vez mais se assemelhando a um antro de espertalhões".

219

18/12/2005 Em entrevista ao repórter Paulo Celso Pereira, do Jornal do Brasil, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirma ter sido traído pelo presidente Lula no episódio da fita que mostrou Maurício Marinho, alto funcionário dos Correios, recebendo propina:

- Fui a vários ministros dizer: "Está tendo o mensalão". Fiz várias vezes. Aí surge a história do Maurício Marinho recebendo R$ 3 mil, numa plantação que a Abin fez para tentar colocar um crime na minha vida e na do PTB.

Roberto Jefferson dá a sua versão por não ter acusado Lula na época em que denunciou o mensalão, embora agora afirme que já o considerava responsável:

- Sabia que o Lula eu não poderia atingir. Atirei então em volta dele. Peguei firme no Zé Dirceu e no Luiz Gushiken. E a consequência você está vendo.

- O senhor sempre repetiu que o presidente Lula não estava envolvido no mensalão. Hoje o senhor repete isso?

- Sempre entendi que o Lula sabia, eu só não tinha como provar. Já era difícil confirmar minha versão sem colocar o Lula na história. Se eu o colocasse então, nunca conseguiria afirmá-la. Foi uma estratégia. Atingi em volta, aquele núcleo duro do governo, e preservei o Lula. Bati duro no Zé Dirceu, no Gushiken, no Antonio Palocci, mas aí foi uma correria em cima de mim. Vários empresários do Rio e de São Paulo vieram me pedir para não desestabilizar a economia. Aí não peguei nele.

- Mas de que poderia tê-lo acusado?

- Disse a ele três vezes sobre o mensalão e ele nada fez. E o Palocci ainda tem um agravante, porque o Coaf é subordinado a ele. Se você sacar R$ 100 mil, o Coaf avisa ao ministro. Então, ele não sabia que o Valério havia sacado R$ 55 milhões em dinheiro? É claro que sabia. Mas foi poupado porque o mercado não quer desestabilizar a estrutura que tem favorecido os partidos.

- O senhor falou que foi uma estratégia de defesa não envolver o Lula. Em que ponto o senhor tem certeza da participação dele?

- Os três ministros do núcleo duro dele sabiam, montaram o mensalão, alugaram a base parlamentar. Você acha que o presidente não sabia? Os três mosqueteiros do rei sabiam e o rei não sabia? Eles agiam em causa própria sem que o Lula soubesse? É claro que o Lula sabia.

- O senhor afirma que foi ele que deu a ordem para iniciar o mensalão?

- A inteligência foi feita pelos três ministros do núcleo duro e o Lula aprovou. Eu só não podia provar. Se não acusando o Lula já fui cassado, imagina se eu acuso! Fui ao meu limite.

220

19/12/2005 A CPI dos Correios investiga fundos de pensão que fizeram operações de última hora para tentar salvar o Banco Santos, no final de 2004. Estão sob suspeita aplicações consideradas atípicas e fora de padrão efetuadas nas duas semanas anteriores à intervenção do Banco Central. Os investimentos seriam questionáveis porque já havia fortes rumores sobre a falta de liquidez do Banco Santos. Não faria sentido investir lá naquele momento.

Funcef (Caixa Econômica Federal), Nucleos (Eletronuclear) e Postalis (Correios) investiram R$ 23,3 milhões em CDBs no Banco Santos, naquele período. Mesmo em 12 de novembro, dia da intervenção, Postalis e Nucleos investiram respectivamente R$ 1 milhão e R$ 1,8 milhão, em títulos privados. Uma semana antes, a Funcef havia aplicado R$ 10 milhões. Naquelas duas semanas, o total de aplicações da Postalis atingiu R$ 9,7 milhões, e o da Nucleos chegou a R$ 3,6 milhões.

221

20/12/2005 Na véspera da divulgação de relatório preliminar da CPI dos Correios, o empresário Marcos Valério vem a público informar que recorreu à Justiça. Quer R$ 100 milhões do PT. Diz que o dinheiro foi emprestado ao partido, sendo R$ 55,8 milhões da dívida original e R$ 44,2 milhões de juros, atualização monetária e encargos financeiros. O ex-tesoureiro Delúbio Soares reconhece os empréstimos e a parceria com Valério, mas a nova direção do PT só admite dívida de R$ 2,4 milhões. É a parcela de uma operação de crédito feita com o BMG supostamente quitada por Valério em nome do PT.

Suspeita-se que o litígio entre Marcos Valério e o PT é forjado. Teria sido intencionalmente ensaiado e posto em prática com a finalidade de confundir e questionar o relatório da CPI. Afinal, se uma parte cobra uma dívida e a outra reconhece parte do passivo, é para fazer crer que os empréstimos de fato existiram e não houve quaisquer simulações nem créditos fantasmas.

Na ação anunciada por Marcos Valério, ele informa ter concedido seis empréstimos para o PT, em nome das empresas SMPB, Graffiti Participações e Rogério Tolentino Associados. Tudo indica, porém, que os empréstimos são operações de fachada, com o objetivo de acobertar o verdadeiro esquema, ou seja, transações ilícitas e desvio de dinheiro público.

Parte da mesma estratégia, a DNA de Valério apresenta notificação extrajudicial contra o Banco do Brasil. Decide cobrar R$ 13 milhões por serviços que diz ter prestado à Visanet. Trata-se da soma, segundo a agência, devida e não acertada pelo banco. Vale o mesmo raciocínio: se Valério cobra

dívida, faz crer que trabalhou e tem crédito junto ao Banco do Brasil. Questiona a origem do caso Visanet, isto é, o desvio de dinheiro para o PT.

A Assembleia Legislativa do Ceará rejeita, por 23 votos a 16, pedido de cassação do mandato do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE). O deputado admitiu ter recebido R$ 250 mil de Marcos Valério, dinheiro não-contabilizado, para a campanha derrotada de José Airton Cirilo (PT-CE) ao Governo do Ceará. O Diretório Nacional do PT negou ter feito o repasse.

222

21/12/2005 A CPI dos Correios divulga relatório preliminar. Em 411 páginas, o balanço de seis meses de trabalho. De acordo com o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o mensalão existiu de quatro formas. A primeira delas serviu para fazer repasses semanais de dinheiro. Vinha de contas de Marcos Valério e ia para a corretora Guaranhuns. O destino final, o PL. No primeiro ano da administração Lula, em 2003, foram 24 transferências para o PL, todas entre R$ 200 mil e R$ 500 mil. Ocorreram nos dias 11, 19 e 26 de fevereiro. Em março, nos dias 6, 12, 17, 24 e 31. E em junho nos dias 4, 11, 15 e 18. O último repasse foi em 27 de agosto de 2003. Total: R$ 6,5 milhões. Do relator:

- É o semanadão.

O segundo caminho do esquema, outro padrão de conduta. O mensalão foi usado para repasses e financiamentos a deputados que saíram das legendas pelas quais foram eleitos, e migraram para partidos ligados à base aliada. Entre 3 de abril e 18 de junho de 2003, ocorreram várias transferências de dinheiro para correligionários do PTB. Total: R$ 3,6 milhões.

O mesmo tipo de mensalão engordou a bancada do PP. Entre 20 de janeiro e 18 de fevereiro de 2004, o esquema PT/Marcos Valério lançou mão da corretora Bônus-Banval para intermediar pagamentos feitos em intervalos que variaram de 48 a 72 horas. Os repasses ao PP chegaram a R$ 800 mil.

A terceira forma de mensalão, apontada pela CPI, vinculou repasses de dinheiro a datas de votações de projetos de interesse da administração Lula no Congresso. A sistemática ocorreu de 27 de agosto de 2003 a 15 de janeiro de 2004. No período, foram identificados pagamentos de R$ 15 milhões. Em troca, os parlamentares votaram a favor das reformas da Previdência, Tributária, Lei de Falências e Lei da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), todas defendidas pelo governo Lula.

O derradeiro e quarto caminho da propina foi o pagamento de R$ 6,5 milhões ao PP, por meio de dez repasses efetuados entre 26 de abril e 1 de julho de 2004, pela corretora Bônus-Banval. O relatório traduz o termo "mensalão" como "fundo de recursos utilizado, especialmente, para atendimento a interesses político-partidários". Do relator Osmar Serraglio:

- Está provado que o mensalão existiu. No caso das votações, não estamos afirmando que houve uma vinculação direta. Estamos mostrando as datas. A inteligência de cada um é que vai dizer.

Um dos pontos considerados mais importantes do relatório preliminar da CPI dos Correios é uma auditoria feita pelo Banco do Brasil. Mostrou a ausência de notas fiscais para comprovar serviços relacionados a R$ 23,2 milhões transferidos à agência DNA. O dinheiro seria usado em campanhas publicitárias da Visanet. O resultado da auditoria indicaria desvio do dinheiro público que acabou no caixa 2 do PT.

Houve coincidência entre as datas de repasses de dinheiro do Banco do Brasil à Visanet, e os empréstimos feitos por Marcos Valério junto ao Banco Rural e ao BMG. Osmar Serraglio aponta

desvios de R$ 19,7 milhões, dinheiro enfiado no valerioduto. Numa das operações, os famosos R$ 10 milhões do Banco do Brasil à Visanet, a soma foi para a DNA, depois ao BMG e, em seguida, serviu de garantia a empréstimo que alimentou o caixa 2.

Em outra "coincidência", o relatório descreve operação perpetrada em maio de 2003 envolvendo R$ 23,3 milhões do Banco do Brasil. O dinheiro foi repassado à Visanet e a empresa de cartão de crédito pagou, nesse valor, serviços adiantados de publicidade à DNA. A agência de Valério, por sua vez, transferiu a quantia para um fundo no Banco do Brasil, e fez empréstimo no mesmo Banco do Brasil. Alguns dias depois, é a vez da SMPB fazer empréstimo no Banco Rural, para alimentar o caixa 2 do PT. Enquanto isso, a DNA quitava o financiamento de R$ 9,7 milhões junto ao Banco do Brasil. Do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio:

- Comprovamos a utilização de recursos da Visanet pelo valerioduto, com começo, meio e fim.

A CPI refuta versão de Marcos Valério e Delúbio Soares segundo a qual o caixa 2 foi irrigado por empréstimos bancários. Os supostos empréstimos, jamais devolvidos, teriam servido para justificar dinheiro na contabilidade das empresas de Marcos Valério. O levantamento da CPI constatou repasses de R$ 20,3 milhões à margem de contratos, em benefício das agências de publicidade de Valério. O dinheiro veio da siderúrgica Usiminas e de empresas do Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

O relatório também menciona manipulação do balanço da SMPB, para que a agência pudesse participar de licitação aberta pelos Correios, em agosto de 2003. A empresa de Marcos Valério acabou contratada, com mais duas agências de publicidade, para administrar uma conta anual de R$ 72 milhões. Em outro contrato dos Correios, suspeita-se de R$ 64 milhões superfaturados em serviços com a Skymaster. Osmar Serraglio concede entrevista:

- Tenho o maior apreço pelo PT, mas lamento a forma como vem se conduzindo, no sentido de defender o indefensável. Mensalão e caixa 2 são conceitos que não se excluem. Lamentavelmente, reconheço que temos um sistema de corrupção de parlamentares.

227

26/12/2005 O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, dá entrevista à repórter Lílian Christofoletti, da Folha de S.Paulo. Para ele, o ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP) é o mais próximo de Lula:

- Tudo o que já foi dito demonstra a completa culpabilidade da administração do governo Lula e, o que é pior, atingiu mortalmente o maior amigo do presidente.

Luiz Gushiken é o "confidente do presidente", pessoa tão íntima que, ao ser envolvido no escândalo do mensalão, deixou de ser ministro mas não foi afastado do Governo Federal. Lula o nomeou seu assessor especial. Busato:

- A revelação de repasses de verba de publicidade da Visanet, ligada ao Banco do Brasil, a agências de Valério, e de distribuição a parlamentares em épocas apropriadas ao governo, atingiu mortalmente o coração de Gushiken. E, ao atingir Gushiken, atinge Lula, na medida que o presidente não tomou nenhuma atitude para afastá-lo do governo. É prova inconteste de que Lula sabia exatamente de todo o esquema e estava de acordo com a sua existência.

- **Em que reside a sua certeza?**

- A participação de Lula é absolutamente baseada pela proximidade de quem sempre foi confidente e grande amigo de Gushiken. O ex-ministro realmente comandava toda a área de comunicação do

Governo Federal, onde havia um desvio de dinheiro público para atividades partidárias e delituosas no sentido de corromper o Congresso Nacional.

229

28/12/2005 Divulgado relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) com o registro de "operações atípicas", no valor de R$ 93 mil, em nome de Paulo Okamotto. Amigo de Lula e presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamotto apresentou-se como quem, de forma espontânea, resolveu pagar dívida de Lula junto ao PT, no valor de R$ 29.436,26.

O caso é confuso. Na presidência do Sebrae, Paulo Okamotto era sócio-gerente da Red Star, empresa que vende brindes do PT. Foi nesse período que ocorreram as operações atípicas. Levantaram suspeitas porque Paulo Okamotto pagou a dívida, apesar de considerá-la improcedente. Ainda por cima, disse que não contou nada a Lula. Ou seja, Lula não teria tomado conhecimento de que o problema estaria resolvido. Fica nítida a finalidade de blindar o presidente. Paulo Okamotto trabalha para não envolvê-lo na crise.

Importante acrescentar: depois de jornais publicarem a existência da dívida de Lula, passaram-se quase três semanas antes das primeiras explicações. E Paulo Okamotto se nega a fornecer datas e valores de supostos cheques com os quais teria feito os saques para quitar a dívida. Suspeita-se que o PT usou dinheiro de caixa 2 para pagar os tais R$ 29.436,26.

A história de Okamotto: fez saques em contas bancárias de Brasília, São Paulo e São Bernardo do Campo (SP). Dinheiro vivo. Em seguida, enviou os valores à direção do PT, para pagar a dívida. Okamotto diz que quitou em dinheiro, atendendo a pedido de Delúbio Soares. Tem mais: os depósitos em nome de Lula ao PT foram dispersos por quatro agências diferentes do Banco do Brasil na cidade de São Paulo. Tudo para que passasse despercebido.

230

29/12/2005 O Tribunal de Justiça de Goiás determina a indisponibilidade do automóvel registrado em nome do ex-tesoureiro Delúbio Soares. É um Omega blindado, importado, ano 2000. A deputada Neyde Aparecida (PT-GO) fica sem um Fiat modelo Palio Weekend, ano 2004. A decisão do juiz Ari Ferreira de Queiroz inclui ainda outros dois veículos, de propriedade de Noeme Diná Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás. A deputada Neyde Aparecida também presidiu a entidade.

Com a apreensão dos carros, o juiz quer assegurar parte do ressarcimento de R$ 165 mil, dinheiro que teria sido repassado indevidamente pela entidade sindical a Delúbio Soares. Lembramos que ele recebia pagamentos como dirigente sindical em Goiás, apesar de morar em São Paulo e trabalhar, por 16 anos, para o PT. As duas líderes sindicais atestaram que Delúbio Soares comparecia regularmente ao sindicato goiano para dar expediente. Para o Ministério Público, o caso configura enriquecimento ilícito do ex-tesoureiro. Os três são acusados de improbidade administrativa.

Delúbio Soares é demitido do cargo de professor de matemática da rede estadual de ensino de Goiás. Motivo: abandono de emprego.

Emprego há muito não exercido. Delúbio Soares era funcionário-fantasma.

A CGU (Controladoria-Geral da União) divulga as conclusões de auditoria realizada nos Correios. Aponta prejuízos de R$ 121 milhões, em contratos relativos ao transporte aéreo de cargas e à aquisição

de produtos e serviços de informática. As irregularidades envolvem o Consórcio Alpha, liderado pela empresa de informática Novadata. Ela pertence ao empresário Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de Lula. O contrato assinado com o consórcio teria gerado perdas de R$ 35 milhões aos cofres públicos, incluindo a falta de pagamento de multa em 2005, num prejuízo de R$ 22 milhões.

O maior "prejuízo estimado", de R$ 86 milhões, ocorreu na chamada rede postal noturna. Houve rombo de R$ 58,8 milhões em pagamentos superfaturados à empresa Skymaster. Outros descalabros: continuam desativadas 4.324 impressoras adquiridas por R$ 10,4 milhões, três anos antes. Existe pagamento suspeito de R$ 7 milhões para obras em Aparecida de Goiás (GO). Não foram feitas licitações para renovar 1.700 agências franqueadas. E, por fim, inexiste "comprovação da viabilidade econômica" de aditivo contratual assinado com o Bradesco em 2004. Valor do negócio: R$ 62 milhões. Previa a criação de 2.500 novos postos de atendimento nos Correios.

233

1/1/2006 Desliga-se do PT Francisco Whitaker, integrante da Comissão de Justiça e Paz da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). "O PT foi um sonho que desmoronou", resume Chico Whitaker, ao comentar o conteúdo da carta entregue por ele à direção do partido:

"Ao deixar-se infectar, profundamente, por todas as mazelas do mundo político, o atual PT levou de roldão o partido de tipo novo que procurávamos construir. Hoje ele não está voltado para a sociedade injustiçada, para ouvi-la e procurar responder aos seus anseios."

235

3/1/2006 Enviado à CPI dos Correios resultado de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre irregularidades no contrato entre a Caixa Econômica Federal e o BMG. A Caixa comprou, por R$ 1,1 bilhão, a carteira de crédito consignado do banco mineiro. A operação rendeu um lucro imediato ao BMG estimado em R$ 119 milhões. Conforme o relatório, não houve autorização legal específica para o contrato e o prazo de 18 dias para a concretização da transação foi recorde. Suspeito. Para completar, foram usados argumentos contraditórios para justificar o negócio. Pelo contrato, a Caixa passou a operar empréstimos pessoais do BMG, aqueles com desconto em folha de pagamento. O ganho da Caixa, de R$ 70 milhões, só será obtido após o vencimento dos empréstimos, em 36 meses. Do relatório do TCU:

"A celeridade na tramitação do processo do BMG e de suas demandas, aliada às condições de negociação e aos ótimos resultados atingidos pelo BMG, em detrimento da Caixa, denotam claro favorecimento à instituição financeira, (...) o que, por si só, macula todo o processo de aquisição de créditos consignados pela empresa desde a sua origem."

Recorde-se que, em valores atualizados, o BMG teria emprestado R$ 44,6 milhões ao PT e às empresas de Marcos Valério. As dívidas foram formalmente roladas, mas jamais pagas. A CPI investiga se o não-pagamento das operações de crédito é intencional, e se há relacionamento com eventuais favorecimentos do Governo Federal ao BMG.

Outro órgão federal, o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social, do Ministério da Previdência Social), também assinou convênio com o BMG. O TCU o considerou igualmente suspeito. Pelo acordo, o INSS deu facilidades ao banco mineiro, na mesma área de crédito consignado, os tais empréstimos descontados em folha de pagamento. O contrato teria burlado a legislação.

O INSS franqueou ao BMG toda a base de dados cadastrais de pensionistas e aposentados, e autorizou o banco mineiro a fechar contratos de empréstimos por meio de ligações telefônicas gravadas. Dessa forma, o BMG passou a saber quais eram, como localizar e como entrar em contato com centenas de

milhares de clientes potenciais, em todo o País. O INSS também permitiu que parte da carteira de crédito consignado do BMG fosse oferecida à Caixa.

239

7/1/2006 A revista Veja revela a existência de uma conta secreta e milionária do publicitário Duda Mendonça em banco de Miami. Foi descoberta por autoridades norte-americanas. O repórter Alexandre Oltramari relata que a conta foi bloqueada após a filha de Duda, publicitária Eduarda Mendonça, tentar sacar sem sucesso dinheiro aplicado e ordenar o fechamento da conta.

Duda, o pai, admitiu que cobrou R$ 25 milhões para fazer cinco campanhas eleitorais do PT em 2002. Confessou que R$ 10,5 milhões do total foram depositados fora do Brasil, em conta bancária em nome da empresa *offshore* Dusseldorf. Para evitar problemas de sonegação com a Receita Federal, Duda teria pagado R$ 4,3 milhões em impostos referentes a essa quantia.

Aspecto interessante da reportagem: o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça) chegou a elaborar ofício solicitando o bloqueio da conta em nome da Dusseldorf, mas o documento foi considerado "desleixado" e "desprovido de consistência". Por conta disso, as autoridades norte-americanas demoraram a tomar a medida. O "expediente" proporcionou tempo precioso para Duda Mendonça tratar de "limpar" a conta.

Relatório da Polícia Federal acusou a coordenadora do DRCI, Wanine Santana Lima, de atrapalhar a obtenção de documentos. Prejudicou o trabalho de delegados e agentes brasileiros nos Estados Unidos. Ela teria influenciado autoridades norte-americanas a não repassar informações sobre contas de Duda, com a intenção de inviabilizar os trabalhos das autoridades brasileiras.

242

10/1/2006 A CPI dos Correios não dispõe de informações sobre R$ 6 bilhões movimentados em contas bancárias suspeitas de participar do esquema do mensalão. Não se sabe a origem de R$ 3 bilhões que abasteceram as contas, nem tampouco se conhece quem foram os beneficiários de outros R$ 3 bilhões. Os números referem-se a depositantes e favorecidos não identificados em operações que envolveram agências do Banco Real – ABN Amro. A lista de algumas das empresas supostamente envolvidas e os respectivos valores movimentados: Visanet (R$ 3,6 bilhões), Skymaster Airlines (R$ 1,1 bilhão), Telemig Celular (R$ 866,9 milhões) e Amazônia Celular (R$ 237,4 milhões).

A comissão também investiga R$ 75,9 milhões em perdas de 13 fundos de pensão com títulos públicos, e a eventual relação dessas perdas com ganhos proporcionais de corretoras de valores ligadas ao valerioduto. O fundo Prece, dos funcionários da empresa de saneamento do Rio, teve perdas de R$ 35,7 milhões, e a Nucleos, das estatais de energia nuclear, de R$ 28,3 milhões.

Em 2005, a Prece aplicou R$ 29,5 milhões no Banco Rural. Os depósitos bancários de longo prazo no Banco Rural, naquele período, eram classificados como de alto risco. As operações que provocaram perdas para a Prece concentraram-se em dez corretoras, incluindo a Bônus-Banval, acusada de envolvimento no escândalo do mensalão, e a Laeta, ligada a Lúcio Funaro, um dos suspeitos de lavar dinheiro para o esquema de corrupção.

Não se sabe a origem nem o destino de R$ 69,8 milhões movimentados pelo doleiro Najun Turner, em contas do Banco Real. Ele é investigado pela CPI desde que seu nome e o de familiares apareceram como beneficiários de recursos da corretora Natimar, suspeita por ligações com a Bônus-Banval.

244

12/1/2006 A CPI dos Correios descobre 25 pagamentos mensais, ao longo de dois anos, ao deputado

João Herrmann Neto (PDT-SP). Ele é ligado à base de apoio do governo Lula. No total, as transferências ao parlamentar somaram R$ 79 mil, sempre por meio de depósitos bancários. Os primeiros pagamentos, a partir de março de 2003, foram de R$ 3.000. O mensalinho mereceu correção para R$ 3.800, e perdurou até o segundo trimestre de 2005, pouco antes de estourar o escândalo do mensalão. João Herrmann Neto não se manifesta. Ele foi contra a criação da CPI dos Correios. Disse, na época:

- A CPI é uma ferida maltratada, uma porta de entrada para infecções.

A comissão chegou a João Herrmann Neto a partir da quebra do sigilo bancário da empresa de aviação Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos). Ela é investigada por ligações com a Skymaster Airlines. Ambas são suspeitas de superfaturamento de até R$ 64 milhões em contratos com os Correios. Antonio Augusto Leite Filho, um dos donos da Beta até 2002, teria doado R$ 800 mil à campanha de Lula, por meio de outras empresas.

245

13/1/2006 O caso do deputado João Herrmann Neto (PDT-SP): o empresário Antonio Augusto Leite Filho divulga nota e admite que o parlamentar atuou como defensor dos interesses da Beta, e cita como exemplo os esforços do deputado para viabilizar a pavimentação da BR-163, a Cuiabá-Santarém (PA).

O pedetista emite nota para explicar a razão de receber dinheiro mensalmente da Beta. Segundo ele, a soma era destinada a ressarcir gastos com um carro Passat, importado e blindado, cujo uso era compartilhado por sua família e a de Ioannis Amerssonis, proprietário da empresa de aviação.

De acordo com João Herrmann Neto, o veículo "ficava disponível para os compromissos das crianças e familiares em comum na cidade de São Paulo ou em viagens. As despesas variáveis de combustível, pedágios, estacionamento, oficina e pequena manutenção quando pagas por mim eram prestadas contas e ressarcidas pelo senhor Ioannis". O deputado informa que o carro, "pelo elevado custo de manutenção", foi trocado por uma Toyota Hillux, ano 2005.

Para se defender, João Herrmann Neto apresenta extratos bancários que apontam saldos em sua conta corrente da ordem de R$ 600 mil a R$ 1 milhão. Ao argumentar que não precisava do mensalinho da empresa Beta, afirma ser um homem rico, com patrimônio pessoal de cerca de R$ 20 milhões.

A denúncia contra Herrmann Neto é arquivada na Câmara dos Deputados.

246

14/1/2006 A revista Isto É publica a reportagem "Peixe grande na rede do Ocean Bank", para se referir a uma nova conta bancária secreta, cujo beneficiário seria o publicitário Duda Mendonça. Foi descoberta em Miami, nos Estados Unidos. De acordo com os repórteres Gilberto Nascimento e Osmar Freitas Jr., a conta guardaria cerca de US$ 2,2 milhões em nome de empresa não identificada. Teria sido destinatária de remessa de US$ 400 mil, em março de 2002, por meio da casa de câmbio Disk Line, de São Paulo. Os doleiros Dario Messer e Helio Laniado teriam utilizado a casa de câmbio.

Duda Mendonça também é destaque na revista Veja. Reportagens de Alexandre Oltramari, Julia Duailibi, Otávio Cabral e Juliana Linhares lembram que no começo do governo Lula, antes do escândalo do mensalão, o marqueteiro era uma espécie de conselheiro do presidente, com quem se reunia ao menos uma vez por mês. Na época, a casa cinematográfica de Duda Mendonça na praia de Taipus de Fora (BA), na península de Maraú, com valor estimado em US$ 5 milhões, foi local de descanso para estrelas do PT. Passaram por lá os três integrantes do "núcleo duro" do governo Lula, os ministros José Dirceu, Luiz Gushiken e Antonio Palocci. Veja define Duda:

"Ele está envolvido com superfaturamento de contratos com órgãos públicos, remessas ilegais de dinheiro para o exterior, contas secretas em paraísos fiscais, sonegação de impostos e crime eleitoral. Pode-se creditar à sua genialidade a invenção de uma nova categoria da propaganda – o marketing bandido. É nessa modalidade que ele é um grande especialista". A revista informa que Duda Mendonça já era um publicitário rico quando começou a trabalhar para o PT em 2002. Tinha fortuna pessoal avaliada em R$ 6,8 milhões. A reportagem prossegue:

"Com o novo governo, seu patrimônio declarado deu um salto espantoso. Dono de quatro empresas, quatro fazendas, quatro terrenos, obras de arte, joias, três carros (um deles blindado), uma lancha, 8.119 cabeças de gado, 17 jumentos, um trator e R$ 5 milhões aplicados no banco, seu patrimônio pessoal dobrou, atingindo R$ 13 milhões no fim de 2004. Mágica? Não. A empresa de Duda ganhou três contas importantes e milionárias no governo – Petrobras, Ministério da Saúde e Presidência da República. Para a Duda Mendonça Associados, a principal empresa do publicitário, o governo petista foi muito bom. Seu faturamento aumentou de R$ 4,7 milhões em 2002 para R$ 43,3 milhões em 2004 – um crescimento de 820%, que multiplicou os lucros do marqueteiro e por consequência, seu patrimônio pessoal. Deve-se ressaltar que nessa fortuna não estão incluídos os milhões que Duda recebeu no exterior, o que permite concluir que seu patrimônio é infinitamente maior."

O jornal O Estado de S.Paulo destaca levantamento de técnicos da CPI dos Correios segundo o qual quatro contas bancárias de Duda Mendonça no BankBoston, todas em nome de empresas suas, receberam R$ 701 milhões. A maior parte dos depósitos ocorreu depois de 2003. Há um número considerável de depositantes sem identificação. A reportagem de Diego Escosteguy refere-se a uma suspeita sobre outros R$ 377 milhões. O dinheiro saiu das contas de Duda no BankBoston, sem identificação dos destinatários.

A revista Época traz notícia sobre relatório preliminar do TCU (Tribunal de Contas da União) com pedido à Procuradoria-Geral da República para a abertura de processo por crime de improbidade administrativa contra Lula e outros seis auxiliares do seu governo. Motivo: a distribuição de uma carta aos segurados do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), em 2004. A carta foi assinada pelo presidente da República e pelo ministro da Previdência Social, Amir Lando (PMDB-RO). Serviu para propagar uma suposta vantagem do crédito consignado. A medida teria favorecido o BMG, líder nacional de empréstimos em folha de pagamento.

Época informa que a história "esquisita" terminou com a interrupção da entrega das cartas. De acordo com a reportagem de Thomas Traumann, abriu-se auditoria para apurar irregularidades e destruíram-se 510 mil cartas, numa operação de prejuízos calculados em R$ 9,5 milhões. A carta de Lula mencionando o serviço de crédito e o desconto em folha aos aposentados teria servido como propaganda privada do BMG.

248

16/1/2005 Conclusão dos técnicos da CPI dos Correios: são R$ 23,9 bilhões os recursos suspeitos não identificados. A soma é o total da movimentação bancária atribuída a pessoas e empresas com suposto envolvimento no escândalo do mensalão. Integram o número bilionário os valores eventualmente desviados em irregularidades ocorridas em órgãos públicos da administração federal. Todos os R$ 23,9 bilhões dizem respeito a operações em bancos, das quais não constam as identificações dos nomes dos favorecidos nem tampouco dos responsáveis pelos depósitos.

Do que foi apurado, as seguintes instituições financeiras não prestaram as informações solicitadas pela CPI: Safra (operações referentes a R$ 10,7 bilhões), Real – ABN Amro (R$ 5,9 bilhões), Bradesco (R$ 3,7 bilhões), BankBoston (R$ 2,9 bilhões) e Citibank (R$ 516 milhões).

249

17/1/2006 Depoimento à CPI dos Bingos. O economista Paulo de Tarso Venceslau, expulso do PT em 1998, afirma que desde 1995 dirigentes do PT sabiam de esquema para a arrecadação de recursos por meio de caixa 2. Naquele ano, o próprio Venceslau enviou carta registrada em cartório ao então presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. Denunciou que a empresa Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios), ligada a Roberto Teixeira, compadre de Lula, agia de forma irregular em prefeituras administradas pelo PT. Ela era contratada sem licitação para fazer um trabalho baseado "em notas falsas e rasuradas", visando aumentar a arrecadação dos municípios com ICMS. Cobrava comissão de 20% pelos serviços.

Na década de 80, Lula morou de graça em imóvel de propriedade de Roberto Teixeira, em São Bernardo do Campo (SP).

Em seu depoimento, Venceslau afirma que a Cpem era apresentada como "empresa amiga que poderia ajudar nosso partido". Em 1993, Venceslau era secretário de Finanças da Prefeitura de São José dos Campos (SP), administrada pela prefeita Ângela Guadagnin (PT-SP). Venceslau relata que enviou cópias da carta encaminhada a Lula a várias lideranças do PT, entre as quais os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP):

- Levei a denúncia para o Aloizio. Ele ficou chocadíssimo e disse: "Isso é nitroglicerina pura". Mas não fez nada. Afirmava que tentava e não conseguia. O silêncio continuou.

Entre os conhecedores do esquema, Venceslau cita lideranças petistas, a saber: Gilberto Carvalho, Paulo Frateschi, José Genoino, Arlindo Chinaglia, Luiz Eduardo Greenhalgh e Paulo Okamotto, que ocupou a função de arrecadador de dinheiro para o partido. Venceslau lembra-se do recado que diz ter recebido na época de Frei Betto, amigo de Lula:

- Para explicar a situação, Frei Betto falou: "Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada do partido". Ninguém teve ousadia ou coragem para ficar do meu lado.

Venceslau acusa Paulo Okamotto:

- O Paulo, que não tinha função nenhuma no partido, me chamou de lado e me admoestou, dizendo: "Olha, rapaz, você precisa ter cuidado com o que fala". Ele era o bate-pau, o pau mandado que executa qualquer tarefa, não quer saber se é lícito ou não. O mesmo Paulo, que hoje é presidente do Sebrae, pedia nas prefeituras do PT a lista de empresários fornecedores, que tinham dinheiro para receber, com objetivo de visitá-los.

Para Venceslau, o seu afastamento da Prefeitura de São José dos Campos, em 1993, decorre do veto que impôs ao contrato com a Cpem. Entrevistada, a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), ex-prefeita do município, afirma que Venceslau foi demitido devido a "dificuldades de relacionamento", mas reconhece que auditoria na época constatou fraude e o contrato com a Cpem foi interrompido. Em relação a Paulo Okamotto, a ex-prefeita confirma que ele a procurou, atrás da lista de empresas fornecedoras da Prefeitura:

- Okamotto não era um Marcos Valério, estava mais para Delúbio. O que fica desse episódio é que se conhecia o esquema de arrecadação paralela há muito tempo, desde 1993.

Questionada se considerava normal o procedimento de Paulo Okamotto, Ângela Guadagnin dá a seguinte resposta:

- Não estou dizendo se era dinheiro ou caixa 2, mas que ele poderia se apresentar a um fornecedor, a qualquer empresa, e solicitar uma doação.

Técnicos da CPI dos Correios identificam 82 depósitos em dinheiro, sem registros dos nomes dos depositantes, nas contas bancárias do BankBoston ligadas ao publicitário Duda Mendonça e à sócia dele, Zilmar Fernandes da Silveira. Os depósitos somam R$ 2,2 milhões, sendo que 46 deles foram feitos a partir de 2003. Zilmar Fernandes da Silveira recebeu 41 depósitos sem identificação. O maior deles, de R$ 255 mil, em 20 de dezembro de 2002, logo após a eleição de Lula. O depósito mais alto saiu em nome da Comunicação e Estratégia Política, empresa de marketing de Duda Mendonça. Recebeu R$ 400 mil em 31 de agosto de 2004, ano de eleições municipais.

250

18/1/2006 A CPI dos Bingos apresenta relatório preliminar sobre o caso Caixa Econômica Federal/Gtech, que investiga contrato de R$ 650 milhões assinado entre a estatal do governo brasileiro e a multinacional norte-americana. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), solicita o indiciamento de três empresas e 34 pessoas. Entre elas, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e o secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), Ademirson Ariosvaldo da Silva. Fazem parte da lista Waldomiro Diniz, assessor do então ministro José Dirceu (PT-SP), e Rogério Buratti e Vladimir Poleto, do círculo ligado a Antonio Palocci (PT-SP) na época em que o ministro da Fazenda era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Para Garibaldi Alves, há indícios de que os grupos liderados pelos ministros Antonio Palocci e José Dirceu disputaram a propina da Gtech. Ele denuncia os suspeitos de envolvimento por formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. O relator acrescenta os crimes de falsidade ideológica e tráfico de influência para Poleto, e os de lavagem de dinheiro e contra a ordem tributária para Buratti.

Também existem pedidos de indiciamento para Marcelo Rovai e Antonio Carlos Lino da Rocha, respectivamente ex-diretor e ex-presidente da Gtech. Segundo eles, Waldomiro Diniz e Rogério Buratti tentaram extorquir R$ 6 milhões da multinacional, para permitir a renovação do contrato. Rogério Buratti nega. Diz que a Gtech ofereceu até R$ 16 milhões em propina por novo contrato de operações de loterias com a Caixa.

Mesmo com todo o rolo, o contrato foi assinado.

Garibaldi Alves também quer a punição das empresas MM Consultoria e S. Santos Assessoria, de propriedade do advogado Walter Santos Neto. Ele recebeu R$ 5 milhões da Gtech, dinheiro suspeito de ser propina repassada pela multinacional, em troca do contrato. O advogado teria atuado como intermediário. Para o senador, Walter Santos Neto mentiu ao justificar o uso do dinheiro investigado. Garibaldi Alves acusa Walter Santos Neto e funcionários dele de sacarem R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo:

- Alguns desses saques foram feitos com carro-forte e entregues a ele em sua casa ou no escritório.

251

19/1/2006 Em depoimento à CPI dos Bingos, o motorista Éder Eustáquio de Macedo confirma que dirigiu o Omega blindado no qual viajaram Ralf Barquete, secretário de Finanças de Ribeirão Preto (SP), Vladimir Poleto, assessor do então prefeito Antonio Palocci, e as três caixas de bebida que conteriam dólares de Cuba destinados à campanha de Lula em 2002.

Nervoso e mostrando dificuldades para responder as perguntas, Éder Eustáquio de Macedo dá respostas monossilábicas e fica em silêncio durante longos períodos. Admite ter feito viagem do aeroporto de Amarais (SP) a São Paulo, mas garante não ter saído do carro em nenhum momento. A única coisa que fez foi abrir o porta-malas, acionando botão no painel do carro. Foram os passageiros que colocaram e retiraram a bagagem do porta-malas. Éder Eustáquio de Macedo diz que a carga foi deixada numa churrascaria em São Paulo, onde também ficou Vladimir Poleto. Ralf Barquete foi levado depois para o aeroporto de Congonhas.

Antes de depor, Éder Eustáquio de Macedo foi assessorado pelo advogado Hélio Silveira, defensor de Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular de Antonio Palocci. O escritório do advogado também teria quitado as despesas de hospedagem do motorista em Brasília. Éder Eustáquio de Macedo foi empregado como motorista do Ministério da Fazenda, no Rio.

252

20/1/2006 O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 3, a cassação do mandato do deputado Wanderval Santos (PL-SP). Ele é apontado como beneficiário de R$ 150 mil do valerioduto. O dinheiro foi sacado por seu motorista no Banco Rural. Wanderval argumentou que não soube da operação bancária, e que os recursos foram retirados por ordem do ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), que renunciou ao mandato para escapar da cassação.

No parecer em que recomendou a cassação, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) acusa Wanderval Santos pela prática de "mandato terceirizado", "submissão interessada" e "submissão negociada" ao ex-deputado Carlos Rodrigues, ex-líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Wanderval Santos também teria se desligado da igreja.

O jornal Folha de S.Paulo publica levantamento segundo o qual o publicitário Duda Mendonça fez transferências de R$ 4 milhões de conta do BankBoston nos dias que antecederam o depoimento dele à CPI dos Correios, em agosto. Transferiu R$ 500 mil a Marcelo Mascarenhas Kertész, seu genro, R$ 2,5 milhões à Nov Patrimonial, empresa que pertence aos cinco filhos do publicitário, e R$ 1 milhão para a agência Duda Mendonça Associados.

As duas primeiras transferências ocorreram em 5 de agosto, um dia após o policial David Rodrigues Alves prestar depoimento à CPI e afirmar que sacava dinheiro do valerioduto para entregar a Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda. A terceira transferência foi em 10 de agosto, um dia depois do jornal Correio Braziliense noticiar a existência da *offshore* Dusseldorf, por meio da qual Duda teria recebido recursos de caixa 2 pelos serviços de marketing prestados por ele durante a campanha eleitoral de 2002.

O caso Cuba. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim, impede a CPI dos Bingos de usar informações obtidas por meio da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil. O empresário é dono da locadora de automóveis que cedeu o Omega para transportar as três caixas de bebida nas quais teriam sido acondicionados dólares trazidos de Cuba para a campanha de Lula em 2002.

253

21/1/2006 Mais uma denúncia contra Duda Mendonça. De acordo com reportagem da revista Veja, o publicitário, familiares dele e a sócia Zilmar Fernandes da Silveira receberam ao menos US$ 15 milhões em cinco contas bancárias de agência do Bank of América, em Miami. "Tudo dinheiro de

caixa 2", escreve o repórter Marcio Aith. Uma das contas é ligada à *offshore* Dusseldorf, pela qual Duda Mendonça admitiu que pôs as mãos em R$ 10,5 milhões, transferidos pelo valerioduto, para pagar os serviços prestados à campanha eleitoral de 2002. A bolada equivaleu a US$ 3 milhões.

A segunda conta é anterior, de 1993. Está em nome de uma outra empresa no paraíso fiscal das Bahamas, mas o beneficiário é Duda Mendonça. Ficava originalmente no BankBoston, fundido em 2003 ao Bank of América. Por essa conta, o publicitário teria recebido US$ 8 milhões, "das mais suspeitas e remotas origens". Da reportagem:

"Como nunca declarou ao fisco, pode-se dizer que sua incursão no mundo do caixa 2 não nasceu com o petismo, como jura às lágrimas. Já dura pelo menos 13 anos. As outras três contas do 'dudaduto' no Bank of América não são propriamente do publicitário. São (ou foram) de empresas nas Bahamas que têm ou tiveram as seguintes pessoas como beneficiárias: sua filha Eduarda Mendonça; alguém identificado como sendo 'sua mulher'; e sua sócia Zilmar Fernandes Silveira."

Veja também publica entrevista com o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele afirma ao repórter Alexandre Oltramari que a comissão de inquérito vai investigar se o dinheiro movimentado por Duda Mendonça tem ligação com o financiamento de campanhas políticas do PT:

- Marcos Valério, que sempre foi apontado como o grande responsável pela operação do caixa 2 do PT, agora parece apenas um apêndice do esquema que tinha Duda Mendonça como personagem central.

- **Duda Mendonça era frequentador assíduo do Palácio do Planalto. Dá para acreditar que o presidente também não sabia de nada a respeito das maracutaias do publicitário?**

- Que o presidente Lula tinha ciência, ele tinha. Só não posso dizer quanto ele sabia. O suposto empréstimo ao PT, por exemplo, está hoje em R$ 100 milhões. À Coteminas, empresa do vice José Alencar, o PT deve R$ 11 milhões. Duda Mendonça disse que fez as campanhas do partido do presidente por R$ 25 milhões mas recebeu apenas R$ 10,5 milhões. Duda, portanto, ainda tem R$ 14,5 milhões para receber. O PT ia construir uma sede em São Paulo com R$ 15 milhões. É difícil acreditar que Lula não viu um caixa paralelo de mais de R$ 140 milhões.

- **O presidente disse na televisão que não acredita na existência do mensalão.**

- O presidente está errado ao dizer que não existem provas do mensalão. É um absurdo. Eu sou advogado. O tesoureiro do PT confessa ter distribuído dinheiro a deputados, líderes e presidentes de partidos da base aliada. Há extratos bancários demonstrando isso. Há a confissão e a renúncia de líderes e presidentes de partidos. Há coincidências de repasse de dinheiro com a mudança de parlamentares de partido e com votações de interesse do governo. Só o PL, que deu o vice a Lula, recebeu 24 transferências em menos de seis meses de 2003. São pagamentos semanais, contínuos, em valores muito semelhantes. Como é que não existem provas do mensalão?

Para Osmar Serraglio, Lula pode ser responsabilizado por negligência:

- O presidente não conseguiu reconhecer indícios de corrupção no partido dele. Não conseguiu perceber como seu partido foi eleito com uma minoria e formou uma maioria. Ele foi negligente no governo. Escolheu José Dirceu como seu braço-direito. Ele tinha de ter sido mais vigilante, tinha de ter se dado conta das coisas que estavam acontecendo. É responsabilidade dele.

Negligência é motivo para *impeachment*. Diz Osmar Serraglio:

- Alguém pode ser cassado sem sequer saber o que aconteceu, apenas porque o que aconteceu estava sob seu comando. Ele pode ser cassado porque nomeou, porque é o comandante. No julgamento político não é necessária a comprovação da culpa, mas apenas o convencimento da culpa pelos pares que vão participar do julgamento.

258

26/1/2006 Em depoimento à CPI dos Bingos, o ministro Antonio Palocci (PT-SP) nega irregularidades em serviços de varrição de rua em Ribeirão Preto (SP). Nega a existência de contratos ilegais na época em que foi prefeito da cidade. Nega ter havido caixa 2 nas eleições de 2002, quando coordenou a campanha de Lula. Nega a doação de dólares de Cuba para ajudar a eleição do presidente do PT. Nega o recebimento de dinheiro de casas de bingo para a campanha eleitoral. Como ministro da Fazenda de Lula, nega irregularidades no contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech.

Com fala mansa e pausada, jeito tranquilo, Antonio Palocci, de forma serena, diz ser "fantasiosa" as informações de seu ex-secretário de Governo em Ribeirão Preto, Rogério Buratti, que admitiu ter ouvido menções à operação Cuba. O ministro da Fazenda também é questionado sobre a propina de R$ 50 mil que, segundo o mesmo Rogério Buratti, era repassada a ele, Palocci, mensalmente, na Prefeitura de Ribeirão Preto. Diz o ministro:

- Não é verdade.

- **Então ele é mentiroso?**

- Não quero me pronunciar dessa forma.

Lula comenta o depoimento:

- O Palocci é um monumento de sinceridade, é um monumento de inteligência. Eu acho que, quem assistiu, saiu convencido de que o espetáculo que a CPI queria dar não aconteceu, porque o Palocci foi muito sincero, muito honesto e muito digno.

O Conselho de Ética da Câmara aprova pareceres recomendando a cassação dos mandatos dos deputados Professor Luizinho (PT-SP) e Roberto Brant (PFL-MG). A votação de Roberto Brant termina empatada em 7 votos a 7, e é desempatada pelo deputado Ricardo Izar (PTB-SP), presidente do Conselho de Ética. Roberto Brant recebeu R$ 102 mil do valerioduto, mas alegou que era doação da Usiminas para a sua campanha a prefeito de Belo Horizonte.

Já a cassação de Luizinho é aprovada no Conselho de Ética por 9 votos a 5. O petista apareceu na lista de Marcos Valério como beneficiário de R$ 20 mil. O dinheiro foi sacado no Banco Rural pelo assessor José Nilson dos Santos. Luizinho foi acusado de ter intermediado a conversa entre o assessor e o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O deputado garantiu desconhecer a origem dos recursos, e disse que não ficou com o dinheiro. Não convenceu.

260

28/1/2006 A revista Época publica levantamento sobre operações supostamente fraudulentas que envolvem o Banco do Brasil. Transações com a BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) teriam provocado prejuízos de R$ 30,9 milhões ao banco federal. Os dados estão com a CPI dos Correios. As operações teriam as digitais de Lúcio Funaro, doleiro bem relacionado no meio político. Ele mantém ligações com a corretora Guaranhuns, intermediária na transferência de R$ 6,5 milhões do caixa 2 do PT para o PL.

As investigações da comissão sobre as perdas do Banco do Brasil, ocorridas entre janeiro e novembro de 2003, abrangem 12 operações com um procedimento financeiro chamado swap. Trata-se de empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes com taxas de câmbio iguais. Costuma ser utilizado para antecipar recebimentos em divisas estrangeiras. O diabo é que as transações do Banco do Brasil com Lúcio Funaro terminavam sempre dando menos do que poderiam à estatal. Em seguida rendiam dinheiro ao doleiro, que obtinha melhores cotações no mercado.

A reportagem de Leandro Loyola informa que "todo mundo enxergava as melhores taxas, menos a turma do Banco do Brasil". Em Brasília, de acordo com Época, "suspeita-se que Funaro seja um intermediário especializado em desviar dinheiro público pelo mercado financeiro". A revista entrevista o sócio de uma grande corretora de São Paulo, que define Lúcio Funaro:

- Ele monta operações de cartas marcadas, transforma reais em dólares, lava o dinheiro e o envia para o exterior se o cliente quiser.

261

29/1/2006 O jornal Folha de S.Paulo traz relação de providências importantes que a CPI dos Correios deixou de tomar, após sete meses de apuração do escândalo do mensalão. A reportagem de Rubens Valente e Fernanda Krakovics mostra que não foram quebrados os sigilos de todas as movimentações do Banco Rural e do BMG, para se ter acesso completo a operações conduzidas por ambas instituições.

O procedimento possibilitaria saber se o Banco Rural e o BMG fizeram transações com bancos estatais, corroborando ou não a tese de que havia recursos públicos por trás dos empréstimos ao PT. A quebra dos sigilos traria dados sobre eventuais internações de capital por meio de empresas *offshore* ou outros bancos do exterior, próximos das datas dos R$ 55,8 milhões movimentados pelo valerioduto. Da reportagem:

"A confirmação desse tipo de transação levantaria a hipótese de que os recursos pudessem ser do próprio PT, mantidos em alguma conta não declarada no exterior."

Decisão grave da CPI foi a de não solicitar a quebra dos sigilos bancários, telefônicos e fiscais de todos os deputados acusados de receber o mensalão. Teve amparo no "acordo" segundo o qual a medida seria tomada em âmbito da CPI do Mensalão, o que não ocorreu. A CPI dos Correios jamais solicitou as listas completas dos assessores de deputados e senadores no Congresso Nacional, para cruzar com os nomes dos beneficiados por movimentações financeiras das empresas de Marcos Valério nos bancos suspeitos.

262

30/1/2006 Depoimento confuso à Polícia Federal. O presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), afirma que, em 2002, numa transação intermediada por assessores dele, emprestou R$ 3 milhões do doleiro Lúcio Funaro, para efetuar despesas da campanha de Lula. Para a CPI do Mensalão, ele havia dito que não manteve qualquer relacionamento com a Guaranhuns.

Antes do depoimento à comissão, porém, Valdemar Costa Neto dissera que, por conta da aliança eleitoral com o PT, recebera cheque nominal da corretora, posteriormente convertido em dinheiro. Interessante recordar o que Valério havia dito. Segundo ele, a Guaranhuns recebeu R$ 6,5 milhões do caixa 2 do PT destinados ao PL. Valério também negou a história do cheque nominal.

De volta ao depoimento à Polícia Federal: ao argumentar que não conhecia Lúcio Funaro, Valdemar Costa Neto explicou que o empréstimo de R$ 3 milhões fora tomado junto a um "agiota", a quem desconhecia na época. O ex-deputado garantiu que todo o empréstimo foi integralmente destinado ao pagamento de dívidas de campanha, mas não apresentou os comprovantes.

263

31/1/2006 Depoimento à Polícia Federal: José Genoino (SP), ex-presidente nacional do PT, procura se eximir de responsabilidade por ter assinado, como avalista, empréstimos que o partido tomou junto ao Banco Rural e ao BMG. Afirma que seguiu "decisão conjunta do Diretório Nacional", e que "os detalhes não foram tratados por mim". Culpa o tesoureiro do PT:

- A negociação e a escolha das instituições financeiras ficaram a cargo do Delúbio Soares. Eu simplesmente assinei como avalista.

Apesar de presidente do PT na época, José Genoino sustenta que deixou os pedidos de empréstimos nas mãos de Delúbio Soares, "em confiança".

- Minhas funções eram eminentemente políticas na presidência. As funções administrativas, gerenciais e financeiras eram de competência do Delúbio.

264

1/2/2006 Em depoimento à Polícia Federal, Roberto Jefferson (PTB-RJ) admite ter recebido doação ilegal de R$ 75 mil para a campanha eleitoral de 2002. Veio de esquema operado por Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia de Furnas Centrais Elétricas. De acordo com Roberto Jefferson, Dimas Toledo levou a quantia pessoalmente a seu escritório político, em dinheiro vivo. O diretor de Engenharia da estatal federal só deixou o cargo em 2005, depois que Roberto Jefferson denunciou seu envolvimento no escândalo do mensalão.

A Polícia Federal investiga a autenticidade de um dossiê conhecido como "Lista de Furnas". Apura eventual envolvimento de Dimas Toledo com o "documento". Ele nega. A relação traz os nomes de 156 políticos, a grande maioria de oposição ao governo Lula. Eles teriam recebido R$ 40 milhões do caixa 2 de Furnas Centrais Elétricas, durante a campanha eleitoral de 2002.

A relação de nomes está em papel timbrado de Furnas, mas o carimbo de um cartório de Belo Horizonte poderia ter sido falsificado. A suposta fraude serviria como manobra diversionista. Desviaria a atenção do escândalo do mensalão. Surte efeito. Trava os trabalhos da CPI dos Correios.

O repórter Fernando Rodrigues, da Folha de S.Paulo, informa que a difusão da "Lista de Furnas" pela *internet* foi feita por um militante do PT de Belo Horizonte. Ele teria recebido fotocópia da relação do deputado Rogério Correia (PT-MG). Rogério Correia diz que a obteve do lobista Nilton Monteiro. E Nilton Monteiro, por sua vez, afirma ter entregado o "documento" a um advogado, já morto. E assim o original não existiria mais.

Em entrevista ao repórter Maurício Dias, da revista Carta Capital, Roberto Jefferson fala sobre Dimas Toledo, "Lista de Furnas" e do envolvimento de Lula com o caso. Segundo Jefferson, "Dimas é um homem de tamanho prestígio, de tamanha força, que metade das pessoas incluídas na lista me ligou quando o presidente Lula pediu um nome para substituí-lo em Furnas".

- O senhor já tinha falado desse caixa 2 em Furnas, não?

- Sim, numa entrevista para a Folha de S.Paulo. Falei de um encontro com o Zé Dirceu. Ele me explicou como funcionava e pediu para que o Dimas permanecesse fazendo o caixa do PT e do PTB. Mas o presidente Lula não queria a permanência do Dimas, que ele considerava extremamente tucano. Mas o Dirceu queria que ele permanecesse. Nessa época, o Dimas já transferia dinheiro para o PT. Entregava dinheiro ao Delúbio.

- O que aconteceu?

- Lula reagiu. "Por que recuou?", perguntou o presidente. "Muita pressão", respondi. "E você não sabe resistir à pressão?", insistiu Lula. Eu disse, "então está fechado. Vamos trocar". O Dirceu protestou e disse que se eu tivesse insistido o Dimas ficaria.

- E por que não insistiu?

- Eu disse que era ruim manter o cara. Aí foi a origem de todo o meu problema com Dirceu. Por ter tentado remover o doutor Dimas dessa posição poderosíssima de apoio aos partidos políticos. Ele era tão poderoso que governadores me ligaram para que eu não o tirasse, que não insistisse na troca.

De acordo com Roberto Jefferson, ele havia feito um trato com o ex-ministro José Dirceu, para que os R$ 4 milhões de caixa 2 gerados por Furnas Centrais Elétricas fossem divididos, meio a meio, entre PT e PTB. Isso sem contar "a celebração de novos contratos em volumes vultosíssimos":

- Essa posição de Furnas só não era maior do que a posição da Petrobras. É uma das mais poderosas posições políticas do Brasil. É disputada em luta de carnificina pelos partidos. Exatamente em razão do financiamento eleitoral.

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprova, por 11 votos a 3, pedido de cassação do mandato do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE). Ele é acusado de ter recebido R$ 4,1 milhão de Marcos Valério, mas só admite o recebimento de R$ 700 mil. O dinheiro do caixa 2 do PT teria sido usado para pagar serviços de advocacia em defesa do ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC). A versão de Pedro Corrêa, contudo, foi rechaçada pelo relator do caso, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). Do parecer que traz o pedido de cassação do presidente do PP:

"Corrêa exigiu, como parte da negociação que culminaria com o ingresso do PP na base aliada, que o PT efetuasse repasses de recursos a seu partido."

265

2/2/2006 A Polícia Federal indicia o publicitário Duda Mendonça e a sócia dele, Zilmar Fernandes da Silveira. Ambos vão responder por evasão de divisas, lavagem de dinheiro e operações realizadas em paraísos fiscais. Duda Mendonça não declarou à Receita Federal os R$ 10,5 milhões que admitiu ter recebido do PT no exterior, por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002. Tampouco informou que era o dono da *offshore* Dusseldorf, aberta nas Bahamas para lavar dinheiro. Apesar do indiciamento, Duda Mendonça mantém o contrato para a prestação de serviços publicitários à Petrobras.

268

5/2/2006 O ministro Antonio Palocci (PT-SP) apresentou versão falsa em depoimento à CPI dos Bingos. Disse que o PT pagou as despesas do aluguel do jatinho particular usado por ele, em 23 de julho de 2003. Naquele dia, Palocci fez viagem de ida e volta de Brasília a Ribeirão Preto (SP). Os repórteres Mario Cesar Carvalho e Leonardo Souza, da Folha de S.Paulo, procuraram notas fiscais e recibos que comprovassem o aluguel do avião em diretórios do PT. Nada acharam. O dono da aeronave, empresário José Roberto Colnaghi, reconheceu: não houve pagamento. Da reportagem:

"A história é uma farsa. Não houve pagamento pelo jatinho."

Em seu depoimento à CPI, Antonio Palocci dissera:

- O PT disponibilizou um avião particular, alugou um avião para fazer a viagem.

José Roberto Colnaghi também é dono do avião que teria transportado dólares de Cuba para o PT. Palocci nega a doação do governo cubano, como negou a veracidade da notícia publicada nos jornais de que viajara no avião de José Roberto Colnaghi. Na CPI dos Bingos, porém, o empresário confirmou tudo. Aí veio Palocci, com a história do aluguel do avião. Agora, novamente, o ministro foi desmentido. Do Código de Conduta da Alta Administração Federal, em vigor desde o ano 2000, em seu artigo 7°:

"A autoridade pública não poderá receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada em desacordo com a lei nem receber transporte, hospedagem ou quaisquer favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade."

Em carta enviada à CPI dos Bingos, José Roberto Colnaghi complica a situação de Antonio Palocci. Reafirma que não alugou o avião ao PT:

"Declaro, enfaticamente, que a referida aeronave, que é utilizada para minhas atividades industriais, pecuárias e de lazer, jamais foi locada a terceiros, nem cobrado qualquer reembolso por todos quantos nela já viajaram."

271

8/2/2006 Soraya Garcia, assessora financeira do PT de Londrina (PR) nas eleições de 2004, presta depoimento à CPI dos Bingos. Afirma que a empresa Itaipu Binacional doou R$ 400 mil de caixa 2 para a campanha de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT). Acusa a multinacional norte-americana Gtech de ter quitado aluguéis de veículos usados na campanha. Reitera que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), participou do esquema. E confirma que o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) levou R$ 300 mil em dinheiro vivo para irrigar o caixa do PT de Londrina nas eleições daquele ano.

Soraya Garcia diz que a campanha recebeu 20 mil camisetas fabricadas pela Coteminas, do vice-presidente José Alencar (PL-MG), todas transportadas em caixas da agência de publicidade DNA, de Marcos Valério. A ex-assessora conta que, pressionada pela Justiça Eleitoral para explicar a origem das camisetas, conseguiu nota fiscal fria, da própria Coteminas, depois de muito insistir. O documento foi providenciado pelo tesoureiro Delúbio Soares.

272

9/2/2006 O Conselho de Ética da Câmara rejeita, por 9 votos a 5, parecer que recomendava a cassação do ex-líder do PP, deputado Pedro Henry (MT). É o primeiro caso em que o Conselho de Ética derruba o voto do relator. Pedro Henry foi acusado por Roberto Jefferson de distribuir recursos do caixa 2 do PT para a bancada do PP, e de pressionar o líder do PTB, deputado José Múcio (PE), para que os petebistas também participassem do mensalão.

De acordo com o relator do caso Pedro Henry, deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP), houve uma "união espúria entre PP e PT", resultado de reuniões das quais participaram, pelo PP, Pedro Henry, José Janene (PR) e Pedro Corrêa (PE). Teriam repassado R$ 4,1 milhões do valerioduto ao PP. Trecho da entrevista de Jefferson à Folha de S.Paulo, em 6 de junho de 2005:

- Me lembro de uma ocasião em que o Pedro Henry tentou cooptar dois deputados do PTB oferecendo a eles mensalão, que ele recebia de repasse do doutor Delúbio. E eu pedi ao deputado Íris Simões que dissesse a ele: se fizer, eu vou para a tribuna e denuncio. Morreu o assunto.

Em entrevista ao *blog* Nos Bastidores do Poder, do jornalista Josias de Souza, Roberto Jefferson afirma que o ex-ministro José Dirceu lhe propôs a partilha da "sobra" mensal do esquema montado em Furnas Centrais Elétricas. O presidente do PTB cita o diretor de Engenharia da estatal, Dimas Toledo:

- Dava R$ 4 milhões. R$ 1 milhão ficaria para despesas de diretoria que o Dimas teria, R$ 1,5 milhão iria para o PTB e R$ 1,5 milhão para o PT.

- **O senhor chegou a conversar sobre isso com o próprio Dimas?**

- Sim. Ele esteve em minha casa, em abril do ano passado, a pedido do Zé Dirceu.

- **Ele queria o quê?**

- Formalizar o acordo. Me disse que ficaria para o PTB R$ 1,5 milhão por mês e para o PT R$ 1,5 milhão. Reforçou a conversa que o Zé Dirceu já havia acertado. Eu voltei ao Zé, contei os termos e perguntei: "Está fechado?" Ele disse: "Fechado". Foi quando Lula deu para trás. Disse: "Não, esse cara é um traidor. Ele é tucano. Botamos R$ 1,5 milhão na Cemig, para fazer o programa Luz para Todos nas favelas, e ele só botou placa do governo do Aécio".

- **A proposta da partilha foi feita para que o senhor concordasse com a manutenção do Dimas?**

- Exato. Quem ficava com tudo naquela época era o Delúbio. Tinha também um "grupo dos 12" do PSDB, que ficava com R$ 600 mil por mês. E três eu sei com certeza: Piauhylino, Osmânio Pereira e Salvador Zimbaldi.

O jornalista Janio de Freitas, da Folha de S.Paulo, comenta o trecho da entrevista no qual Roberto Jefferson disse que "Lula deu para trás", e aquele no qual o presidente da República afirmou que Dimas Toledo "é um traidor", porque teria beneficiado o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB):

"O que está implícito na descrição feita por Jefferson é o conhecimento do esquema ilegal por Lula, na condição de palavra final e decisiva. A descrição faz depreender também que, não fosse a omissão em uma placa, o acordo seria aprovado. Lula não 'daria para trás' se, em outra afirmação de Jefferson, a verba mensal já existia e até então ficava para o PT e um grupo seleto de deputados de outros partidos."

Na entrevista de 6 de junho de 2005 à Folha de S.Paulo, Jefferson fornecera outros números do caixa 2 de Furnas Centrais Elétricas. Falou em R$ 3 milhões, divididos da seguinte forma: R$ 1 milhão para o PT nacional, R$ 1 milhão para o PT de Minas Gerais, R$ 500 mil para a diretoria de Furnas e R$ 500 mil para um grupo de deputados. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, dá números uma vez mais diferentes:

- Dimas esteve na minha casa para tratar da partilha. No total eram R$ 4 milhões. R$ 1,5 milhão para o PT e R$ 1,5 milhão para o PTB, mensais, além de R$ 400 mil para as despesas de diretoria que o Dimas teria. Outros R$ 600 mil eram para o grupo dos 12 do PSDB.

Jefferson relata à repórter Ana Paula Scinocca que, diante da recusa de Lula em manter Dimas Toledo em Furnas, tentou substituí-lo por Francisco Spirandel, indicação do PTB. Estava tudo acertado. Aí a revista Veja publicou a reportagem em que Maurício Marinho, funcionário dos Correios, aparecia em gravação pegando propina. Eclodiu o escândalo do mensalão e suspenderam a posse de Francisco Spirandel. Diz Jefferson:

- É por isso que eu sempre disse que tinha o dedo da Abin. Isso aconteceu em razão de o PT querer caixa único.

O jornal O Estado de S. Paulo também informa que Furnas, anualmente, faz investimentos da ordem de R$ 1 bilhão. A estatal federal é responsável pela segunda maior parcela de geração de energia no Brasil, só perdendo para a Itaipu Binacional. A repórter Irany Tereza relaciona os supostos bens de Dimas Toledo, funcionário de Furnas por 30 anos: apartamento na Barra da Tijuca (RJ), casa em Lorena (SP), três casas, apartamento e terreno em Resende (RJ), 15 alqueires de terra em Bocaina (MG) e três automóveis. E isso sem contar os imóveis transferidos para os filhos.

278

15/2/2006 Em depoimento à CPI dos Correios, Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia de Furnas Centrais Elétricas, reconhece ter sido o único alto funcionário da estatal a permanecer no cargo, após as eleições de 2002. Ele nega dispor de padrinho político. Diz que a decisão de mantê-lo em Furnas foi da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (PT-RS).

Dimas Toledo admite encontro com o ex-tesoureiro Delúbio Soares, no fim de 2002. Segundo ele, Delúbio Soares visitou a estatal "para conhecer o que era Furnas, como funcionava". Dimas Toledo também recebeu a visita de Silvio Pereira, secretário-geral do PT na época. Foi em 2003. Durante a reunião, "Silvinho" pediu o organograma de Furnas.

Opinião de Dimas Toledo sobre o encontro com Delúbio Soares:

- Conheci o Delúbio Soares no final de 2002. A eleição já tinha acabado. Ele queria saber o que Furnas fazia. Tivemos uma boa conversa.

Agora, sobre Silvinho:

- Nunca conversei com Silvio sobre contratos ou serviços de empreiteiras para Furnas. A última vez que falei com ele foi no início de 2005.

A Polícia Federal apura o envolvimento dos três filhos de Dimas Toledo em esquema de cobrança de propina de construtoras e prestadoras de serviços contratadas por Furnas. Suspeita-se que empresas eram induzidas a contratar consultorias de fachada, indicadas por Dimas, para viabilizar os acertos.

279

16/2/2006 A Polícia Civil de Goiás indicia Delúbio Soares por peculato. O ex-tesoureiro é acusado de apropriação indevida de dinheiro público. Ele recebeu salários mensais que variaram de R$ 1.240 a R$ 1.400, em 2001 e 2002, como se estivesse prestando serviços ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Na época Delúbio trabalhava em São Paulo, para o PT. As presidentes da entidade sindical naquele período, Noeme Diná, já indiciada, e Neyde Aparecida (PT-GO), eleita deputada, assinaram comprovantes falsos de que Delúbio cumpria jornadas de trabalho de 40 horas semanais em Goiânia.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 3, a cassação do deputado João Magno (PT-MG). Acusado de envolvimento no escândalo do mensalão, ele admitiu ter recebido R$ 426 mil das contas de Marcos Valério. Garantiu, porém, que usou o dinheiro para pagar despesas da campanha política de 2002, quando se elegeu deputado, e das eleições de 2004, quando disputou e perdeu a Prefeitura de Ipatinga (MG). João Magno não registrou os recursos na Justiça Eleitoral. Diz que

aguardava documentos do PT sobre a origem da contribuição. Depois que o escândalo do mensalão veio à tona, aí, sim, decidiu prestar contas ao Tribunal Regional Eleitoral.

282

19/2/2006 Mais indícios de caixa 2 na relação Duda Mendonça/PT. A CPI dos Correios fez levantamento sobre R$ 9,3 milhões oficialmente destinados ao publicitário por comitês eleitorais do PT, para pagar serviços prestados a seis candidaturas do partido nas eleições municipais de 2004. Os técnicos não encontraram registros de que o dinheiro tenha sido depositado nas contas da Cep (Comunicação e Estratégia Política), a empresa de Duda Mendonça responsável pelos trabalhos. Tampouco há depósitos em outras contas bancárias ligadas dele. É como se Duda não tivesse recebido pelos serviços.

O repórter Diego Escosteguy, de O Estado de S. Paulo, ouviu as desculpas costumeiras. Do advogado de Duda Mendonça, Tales Castelo Branco:

- Quem tem que explicar como se deram os pagamentos é o PT. Duda recebeu pelos serviços prestados e já explicou tudo à Receita Federal.

Para o tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, a responsabilidade não é do partido, mas dos comitês eleitorais:

- Não participamos dos contratos dos comitês municipais.

A lógica: o dinheiro foi repassado para Duda Mendonça em paraísos fiscais no exterior. Ou, para quem quiser acreditar: os recursos de caixa 2, recebidos em espécie, pagaram fornecedores durante a campanha. Não sobrou nada.

Detalhe: um dos "empregados" da Cep de Duda é Luiz Favre, marido da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP), derrotada em uma das seis campanhas tocadas pelo publicitário. Salário de Luiz Favre, R$ 14 mil mensais. Depois da campanha, Luiz Favre teria recebido uma bolada de R$ 148 mil do "patrão".

284

21/2/2006 Relatório preliminar da CPI dos Correios indica que nove fundos de pensão elevaram de R$ 48,8 milhões para R$ 533 milhões os investimentos no Banco Rural e no BMG, de 2003 a 2004. O aumento de mais de 10 vezes ocorreu em aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancário) e FIFs (Fundos de Investimento Financeiros) e levou em conta as reaplicações.

A CPI suspeita que os investimentos funcionaram como mecanismo de compensação, um tipo de premiação pelos "empréstimos" concedidos pelos dois bancos ao esquema PT/Marcos Valério. Como exemplo, apresenta os casos dos fundos Funcef (Caixa Econômica Federal), Nucleos (estatais nucleares), Portus (portuários) e Previ (Banco do Brasil). Nenhum deles tinha aplicações nos bancos Rural e BMG. Investiram R$ 84,7 milhões em 2004.

A Polícia Federal faz a identificação de duas empresas de fachada localizadas no paraíso fiscal das Bahamas. Elas receberam recursos da Dusseldorf, *offshore* do publicitário Duda Mendonça. A Dusseldorf recebeu dinheiro do caixa 2 do PT. As empresas são a Raspberry e a Strongbox. Os depósitos vieram da Dusseldorf e somam US$ 632 mil. As duas *offshores* têm o mesmo endereço em Nassau, capital das Bahamas.

A transferência de dinheiro entre *offshores* é um método clássico para despistar a origem e o destino de recursos ilegais. Os nomes da Raspberry e da Strongbox estavam nos arquivos do MTB Bank, de Nova York, fechado sob a acusação de movimentar altas somas operadas por doleiros. Funcionaria como uma lavanderia de dinheiro. As duas *offshores* mantiveram contas no BankBoston de Miami. Fizeram depósitos em conta do MTB Bank em nome da empresa Maximus, com sede no Uruguai.

As investigações também detectam que a Dusseldorf fez remessa de US$ 730 mil para o banco Crédit Suisse, em Zurique, em 19 de setembro de 2003. A remessa seguiu depois para conta do banco suíço no BankBoston e, de lá, a beneficiário não-identificado. A Dusseldorf teria repassado US$ 473 mil para a conta do Bankhaus Carl, em 19 de dezembro de 2003. Suspeita-se de duas coisas: o Bankhaus poderia ser instituição financeira com sede em Bremen, na Alemanha, ou operadora de conta no banco Chase Manhattan, em Miami.

Outra empresa, a Prudential Securities, sobre a qual não há informações, recebeu US$ 100 mil da Dusseldorf, em 16 de dezembro de 2003. O dinheiro foi creditado em conta do Chase Manhattan, em Nova York. Em 1998, Duda Mendonça recebeu recursos por meio de outra empresa, a Eleven, que tinha conta no Citibank de Nova York. Suspeita-se que essa conta recebeu US$ 5 milhões de dinheiro supostamente desviado da Prefeitura de São Paulo de 1993 a 1996, na gestão de Paulo Maluf (PP-SP), para quem Duda trabalhou.

285

22/2/2006 A Polícia Federal indicia Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL. Ele é acusado de lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública. Teria recebido R$ 1,6 milhão do empresário Marcos Valério. O dinheiro chegou ao PL por conta do acerto com o PT. Jacinto Lamas confessou ser o autor de retiradas, "em pacotes lacrados". Não deu informações sobre o destino do dinheiro. Alegou que fez os saques por determinação do presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), e garantiu ter entregado toda a quantia a Valdemar, sem nem conferir as somas que transportou.

Os repasses do valerioduto ao PL seriam de R$ 10,8 milhões. O dinheiro também teria chegado ao partido por meio de operações financeiras intermediadas por corretoras. Valdemar Costa Neto renunciou ao mandato. Disse que os repasses fizeram parte de acordo eleitoral com o PT, e assegurou ter usado o dinheiro para pagar despesas da campanha eleitoral de 2002.

292

1/3/2006 Os Estados Unidos divulgam relatório mundial sobre o combate ao crime organizado. O Brasil e o escândalo do mensalão ocupam espaço de destaque. O documento cita as investigações desencadeadas por autoridades brasileiras contra "figuras públicas corruptas, incluindo inspetores de alfândega, autoridades federais tributárias e altas figuras políticas, e o uso de empresas *offshore* para lavagem de dinheiro".

Ao abordar o caso brasileiro, o relatório do governo norte-americano fala num "leque de atividades corruptas de escopo espetacular", e salienta que investigações realizadas por CPIs "revelaram um escândalo de corrupção de várias camadas, envolvendo a alegada compra de votos pelo Partido dos Trabalhadores do presidente, e financiada por propinas em contratos". O documento menciona pagamentos efetuados em contas no exterior e faz alusões aos bancos Rural e BMG, que "serviriam de conduto para pagamentos ilícitos, por meio de contas bancárias de uma firma de publicidade".

295

4/3/2006 Marcos Valério fez chantagem em conversas por telefone com o ex-deputado José Borba (PR), ex-líder do PMDB na Câmara dos Deputados, acusado de receber R$ 2,1 milhões do caixa 2 do PT. José Borba renunciou com medo de ser cassado. A reportagem de Alexandre Oltramari e Otávio

Cabral, da revista Veja, informa que Valério teria exigido proteção da CPI dos Correios. Senão, acusaria repasse de dinheiro a Borba, que pretendia comprar apoio da ala oposicionista do PMDB e se manter no cargo de líder do partido.

Valério estaria pronto a denunciar o recebimento de mensalões por parte de deputados do PMDB, e a dizer que entregou dinheiro para José Borba pagar o apresentador de televisão Carlos Massa, o "Ratinho", em 2004. Em troca, ele usaria seu programa no SBT como palanque para Lula e a então candidata à reeleição em São Paulo, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT). De fato, Ratinho fez uma entrevista com o presidente durante um churrasco na Granja do Torto, e repetiu alguns trechos da gravação várias vezes em seu programa de televisão.

A revista relata as "relações estreitas" entre José Borba e Marcos Valério. Descreve quatro reuniões entre os dois, de setembro de 2004 a março de 2005, no hotel Sofitel, em São Paulo. Participaram Delúbio Soares e o advogado Roberto Bertholdo, assessor de José Borba. Bertholdo havia sido nomeado pelo governo Lula para o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

De acordo com a reportagem, Borba seguia para Brasília depois das reuniões e, numa sala da Câmara dos Deputados, recebia filas de deputados do PMDB:

"Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite."

Os repórteres entrevistaram um ex-aliado de Bertholdo, não identificado pela revista. Ele afirma que 55 deputados do PMDB, pertencentes à base de apoio do governo Lula, recebiam mensalões. Variavam de R$ 15 mil a R$ 200 mil, conforme o cacife do agraciado. O entrevistado da revista conta que certa vez Bertholdo lhe mostrou, dentro de um jatinho particular, uma caixa de papelão com R$ 8 milhões em dinheiro vivo. Bertholdo não tinha medo:

- Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo.

O advogado Sérgio Renato Costa Filho gravou conversas que manteve com Roberto Bertholdo, seu ex-sócio. Uma delas remete ao caso do pagamento ao apresentador Ratinho. De acordo com o grampo, Bertholdo diz assim:

- Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba, no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

"Cinco paus" seriam R$ 5 milhões. Em outra gravação, Bertholdo menciona o diretor-geral da Itaipu Binacional, o petista Jorge Samek. Ele teria cobrado US$ 6 milhões de propina da empresa Voith Siemens, para perdoar uma dívida. Do diálogo dos advogados, após Bertholdo falar dos US$ 6 milhões:

- **6 paus em dólar?**

- É, temos que pegar pelo menos três.

- **Sim.**

- (...) Se quiserem me tirar do Conselho, não me tiram por causa do PMDB. É minha função lá dentro.

- **Sim, claro.**

- (...) O Samek não põe a gente pra dentro do jogo. Vai tomar no c...

- **Eu também acho. Podia ter chamado...**

- Não. Podiam falar: "Ó, tamo fazendo..."

- **Então...**

- E aí pegar como doação de campanha, mesmo...

- **Hum-hum.**

- Com gosto.

- **Hum-hum.**

A reportagem esclarece que Jorge Samek integra o seleto grupo de amigos de Lula. Costuma participar de churrascos e festas na Granja do Torto. Samek já foi próximo de Bertholdo. Pegou carona em viagens para Brasília no jatinho do advogado, na época em que Bertholdo fazia parte do Conselho de Administração de Itaipu. Agora, Bertholdo está preso em Curitiba. É acusado de vários crimes, entre os quais grampear um juiz federal, vender sentenças judiciais, lavar dinheiro, fazer tráfico de influência e o de torturar o ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, para se apoderar das fitas gravadas por ele.

296

5/3/2006 O jornal Correio Braziliense reproduz trechos de uma conversa gravada. Nela, o ex-motorista do senador Romero Jucá (PMDB-RR), Roberto Jefferson Marques, admite ter feito saque de R$ 50 mil na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Na fita, Marques comenta sua ida ao banco:

- Eu só cheguei lá e disse: "Meu nome é Roberto Jefferson Marques". Aí, o cara falou: "Ah, tudo bem". Só isso. E me entregou um envelope amarelo, grampeado em cima. Não abri, não fiz nada.

De acordo com a gravação, o motorista, conhecido como "Xuxa", recebeu determinação do senador, que foi ministro da Previdência Social do governo Lula, para fazer a retirada no Banco Rural. O dinheiro deveria ser entregue a um certo homem, identificado como Magela. Assim Marques procedeu.

A reportagem, de Luciene Soares, Rodrigo Lopes e Marcelo Rocha, conta que Marques ficou assustado com a eclosão do escândalo do mensalão. Romero Jucá tratou de desligá-lo do gabinete em Brasília, e tirá-lo da capital federal. Ele foi para Belém, onde passou mais de um mês. Sem trabalho, voltou a procurar o senador. Sem sucesso. O Correio Braziliense relata:

"A fita cassete em que Roberto Marques faz as revelações foi gravada no final de outubro de 2005, durante uma conversa no interior de um veículo. O interlocutor de Marques, que fez a gravação, prefere não se identificar. Marques estava desempregado. Depois que tomou conhecimento do que dizia seu ex-motorista, o senador voltou a empregá-lo. Hoje, ele trabalha na Prefeitura de Boa Vista, cuja titular é Tereza Jucá, mulher de Romero Jucá. Agora, Marques nega ter feito saques a pedido do senador. Afirma desconhecer qualquer coisa relacionada ao assunto."

299

8/3/2006 Mais um escândalo. Em depoimento à CPI dos Bingos, Francisco Chagas da Costa, motorista que trabalhou entre março de 2003 e fevereiro de 2004 para a "república de Ribeirão Preto". Ele prestou serviços a assessores e outras pessoas ligadas ao ministro Antonio Palocci (PT-SP) em Brasília. São eles: Ademirson Ariosvaldo da Silva, Rogério Buratti, Vladimir Poleto e Ralf Barquete. Afirma

ter visto o ministro "três vezes, mais ou menos", na chamada "casa dos prazeres", alugada no Lago Sul. Diz o motorista:

- Foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foi poucas vezes. (...) Umas três vezes, mais ou menos. Eu o vi entrando na casa.

Recorda-se que, em janeiro, Antonio Palocci foi questionado pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, sobre a casa alugada por Poleto, que pagou R$ 60 mil em dinheiro pela locação, um adiantamento equivalente a seis aluguéis. No depoimento de Palocci, o relator perguntou:

- **Vossa excelência não esteve nenhuma vez na casa que ele alugou no Lago Sul?**

- Aqui em Brasília?

- **Sim.**

- Não, nenhuma vez.

- **A casa que era utilizada para reunir empresários.**

- Não estive nenhuma vez.

Francisco Chagas da Costa afirma que Antonio Palocci foi à "casa dos prazeres" sem carro oficial. Usava o automóvel Peugeot de Ralf Barquete, assessor da presidência da Caixa Econômica Federal, nomeado para o cargo por influência de Palocci. Ralf Barquete foi um auxiliar importante de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Outra declaração espinhosa do motorista:

- Eles faziam festa e levavam as meninas para a casa. Eu levei as meninas, sim. Várias vezes. Deixava lá.

As "meninas" são garotas de programa, agenciadas por Jeany Mary Corner. Perguntado se a conhecia, o motorista afirma:

- Essa era a mulher que arrumava as meninas para a casa. Fazia festas e levava para a casa. Cheguei a vê-la duas vezes.

Francisco Chagas refere-se a Ademirson Ariosvaldo da Silva. Descreve como o secretário particular de Antonio Palocci se referia ao ministro:

- Eu ouvia falar: "Tenho uma reunião com o chefão". "Temos de falar com o chefão tal hora". Podia ser ele, eles não falavam ministro Palocci, não. Falavam chefão. Quando queriam falar com o chefão, pediam para ir ao Ministério da Fazenda.

O motorista relata que transportou duas vezes para a "casa dos prazeres" o empresário Roberto Carlos Kurzweil, dono do automóvel no qual teriam sido transportados dólares de Cuba para o PT. Uma terceira vez levou-o do hotel em que estava hospedado ao Ministério da Fazenda, para onde também se dirigiram dois empresários de jogo angolanos. Seriam José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio. Segundo Rogério Buratti, eles fizeram uma doação de R$ 1 milhão em caixa 2 para a campanha de Lula em 2002.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, Rogério Buratti volta a confirmar o jantar do qual participaram Antonio Palocci e os dois empresários angolanos, em 2002. Foi em São Paulo na casa de Roberto Carlos Kurzweil, que conhecia o ministro desde 1991. Uma das empresas dele, a Rek, cuidava da

coleta de lixo em Ribeirão Preto, quando Palocci era vereador do PT. Eleito prefeito, Palocci aumentou o número de serviços prestados pela Rek. Diz Rogério Buratti:

- Soube desse jantar por causa das relações que tinha com o Palocci. Eu não vi o dinheiro para a campanha ser entregue, mas essas coisas ninguém vê. Mas tenho certeza absoluta de que a contribuição aconteceu. Não tenho dúvidas.

Em votação secreta, a Câmara dos Deputados absolve dois parlamentares acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Roberto Brant (PFL-MG) recebeu R$ 102 mil do esquema de Marcos Valério. O dinheiro foi sacado por um assessor, Nestor Francisco de Oliveira. O outro deputado absolvido é o Professor Luizinho (PT-SP), cujo assessor José Nilson dos Santos fez retirada de R$ 20 mil do valerioduto. Roberto Brant recebe 283 votos a favor da absolvição. Outros 156 deputados pedem a cassação do mandato. Necessita-se de pelo menos 257 votos para efetivar a cassação. Luizinho teve 253 votos pela absolvição e 183 pela perda do mandato.

Outros dois deputados já haviam sido absolvidos pelo plenário da Câmara: Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG). E quatro renunciaram para fugir da cassação: Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA). Apenas dois foram cassados: Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Dirceu (PT-SP).

Depois da absolvição, festa para Luizinho. Amigos reúnem-se no apartamento do deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). Estão lá o líder do PT na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Também participam da confraria o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT-SP), o prefeito de Santo André (SP), João Avamileno (PT), e a assessora especial da Presidência da República, Miriam Belchior. O evento é fechado à imprensa. Diz Luizinho:

- Não vou querer ficar fazendo festa com algo que não se pode festejar. Seria uma falta de sensibilidade.

Depoimento à CPI dos Correios. Lúcio Funaro, apontado como antigo dono da corretora Guaranhuns, afirma ter ouvido comentários no mercado financeiro, segundo os quais João Vaccari Neto, integrante da direção da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT), é o responsável por operações mantidas pelos fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Lúcio Funaro é investigado por ter provocado prejuízos de R$ 100 milhões aos fundos de pensão. Declaração de Lúcio Funaro:

- O que ouço no mercado é que o João Vaccari, que foi presidente do Sindicato dos Bancários e é ligado ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e ao governo do PT, seria o responsável pela operação desses fundos. O Marcelo Sereno seria o responsável pela operação dos fundos menores.

A Polícia Federal encaminha ao STF (Supremo Tribunal Federal) inquérito que apurou o escândalo do mensalão. Traz 226 depoimentos em 4.500 páginas. Há 40 pessoas relacionadas para indiciamento, entre políticos, empresários, operadores do mercado financeiro, lobistas e servidores públicos. Cinco pessoas são citadas: Duda Mendonça, Marcos Valério, José Genoino, Delúbio Soares e Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil.

301

10/3/2006 Em entrevista à Folha de S.Paulo, o advogado Roberto Bertholdo, ex-assessor parlamentar do PMDB e ex-conselheiro da Itaipu Binacional, afirma ao repórter José Maschio que o deputado José Janene (PP-PR) e o doleiro Alberto Youssef têm esquema para retirar dinheiro de estatais e destiná-lo ao pagamento de mensalões.

Roberto Bertholdo, que trabalhou no gabinete do ex-líder do PMDB na Câmara, ex-deputado José Borba (PR), diz que José Janene e Alberto Youssef são donos da corretora Bônus-Banval, envolvida no escândalo do mensalão. Segundo Bertholdo, 80% dos recursos adquiridos via corrupção eram transformados em dinheiro vivo, por meio da corretora. Ele aponta para o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), que foi ministro do presidente Lula:

- Quando o Eunício Oliveira assumiu o Ministério das Comunicações, o Janene e o Youssef me apareceram com o currículo do diretor da Bônus-Banval, Breno Fischberg, e outro corretor da Bônus, para que o PMDB indicasse um deles à presidência do Postalis. Eles queriam armar um amplo esquema no governo. Nós não aceitamos.

Bertholdo afirma ter visto Alberto Youssef levando sacolas com dinheiro ao apartamento do deputado José Janene, em Brasília:

- Por pelo menos três vezes. Uma vez, ele abriu uma sacola para mostrar algo ao Janene e vi que eram reais. Uma outra vez, as sacolas eram tão pesadas que a Cleide, a cozinheira do Janene, teve que ajudar o Youssef a levar as sacolas para um aposento interno do apartamento.

Segundo Roberto Bertholdo, o dinheiro era para pagar parlamentares da base aliada do governo Lula:

- Quem ele pagava e os nomes que ele me passou, eu só falo ao procurador-geral da República. Mas ele e o Youssef operavam muito dinheiro.

302

11/3/2006 A revista Veja revela a identidade do ex-aliado do advogado Roberto Bertholdo, entrevistado na semana anterior. Trata-se de Antonio Celso Garcia, o "Tony Garcia". Ele conta ao repórter Alexandre Oltramari que foi candidato a senador e tinha Roberto Bertholdo como suplente em sua chapa. Não se elegeu e acabou preso, acusado de cometer fraude em consórcio. Em troca da liberdade, passou a colaborar com a Justiça. Atraía Bertholdo para conversas gravadas pela polícia. A entrevista de Tony Garcia:

- **Como o senhor soube que Bertholdo pagava o mensalão do PMDB?**

- Ele me falava que tinha encontros semanais em São Paulo com pessoas que operavam essas coisas com o PMDB.

- **Com quem eram os encontros?**

- Com Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno. Ele me dizia que falava mais com o Silvio Pereira e o Delúbio.

- **O Marcos Valério não aparecia?**

- Bertholdo nunca falou dele. O Valério não era fonte dele. Ele dizia que a fonte dele era mesmo a direção do PT.

- Onde eram os encontros?

- Em escritórios ou hotéis. O Meliá era um deles. O escritório era o do Silvio Pereira. Ele tinha um escritório fora da sede do PT. Bertholdo tinha reuniões quase que religiosamente às segundas-feiras.

- O que acontecia nos encontros?

- Bertholdo dizia que tratava de indicações políticas do PMDB para o governo e também pegava recursos para fazer acertos dentro do PMDB. Ele dizia que apanhava o dinheiro, em espécie, em São Paulo, e depois o transportava a Brasília em jatos particulares ou alugados. Voava pessoalmente com dinheiro vivo. Muitas vezes estava acompanhado do assessor, Guilherme Wolf. O Bertholdo nunca andava com menos de R$ 50 mil, R$ 100 mil em dinheiro. Ele falava que era para fazer coisas eventuais, atender um ou outro.

- O senhor sabe quantos deputados do PMDB recebiam dinheiro de Bertholdo?

- Ele deixava claro que eram mais de 50 deputados do PMDB. Mas nunca falou em nomes e eu nunca perguntei porque não era do meu interesse. Os dirigentes maiores do partido, como Michel Temer, eu sei que não participavam, até porque estavam se afastando do governo. Ele só dizia que cada deputado tinha um preço. Havia uns que custavam R$ 10 mil, outros que custavam R$ 15 mil, outros R$ 20 mil, outros R$ 100 mil, outros R$ 200 mil. Que dependia do grau de importância do deputado e das matérias votadas.

- Onde o dinheiro era entregue aos deputados?

- Numa sala ao lado da liderança do PMDB na Câmara, quase sempre à noite. Ou então numa casa que ele alugou no Lago Sul e onde fazia festas para membros do PMDB, PT, ministros... Ele dizia que houve festa até com a presença do presidente da República.

- Mas nunca citou os deputados do mensalão?

- É fácil saber. Basta ver quem eram os deputados do PMDB que votavam com o governo. Quanto mais polêmicas eram as matérias em votação, e quanto mais o PT deixava de cumprir os compromissos acertados, mais as coisas se complicavam. Bertholdo me dizia que a única maneira de resolver era com dinheiro vivo.

- Então era dinheiro em troca de voto favorável aos projetos de interesse do governo?

- Não só projetos. Ele me disse que levantou R$ 8 milhões junto ao PT para fazer do José Borba líder do PMDB, por exemplo. E tempos depois, quando a turma do Anthony Garotinho destituiu o Borba, ele me disse que gastou outros R$ 6 milhões pagando a deputados do partido para o Borba voltar a ser líder. O caso do "Ratinho" também não é projeto. Bertholdo me contou uma vez que, junto com o Delúbio, estava negociando o apoio do Ratinho ao governo. Depois de um tempo, numa conversa por telefone, ele me disse o seguinte: "Lembra do negócio do Ratinho? Já deu certo. Está fechado. Teu amigo é f... Prestei o maior serviço ao presidente. Inclusive o Ratinho vai ajudar o PT em outras coisas no programa dele".

- Bertholdo chegou a dizer se pagou R$ 5 milhões ao Ratinho?

- Nesse caso, ele nunca falou em pagamento. Só falou que tinha ido ao Ratinho, aproveitando a amizade que o Ratinho tem com o Borba, porque queria trabalhar isso para o PT.

- O dinheiro que Bertholdo manipulava vinha todo dos contatos dele com a cúpula do PT em São Paulo?

- Não, Bertholdo me falou várias vezes que também tinha dinheiro que vinha de Itaipu. O dinheiro para as campanhas no Paraná ele me falava que vinha de empreiteiros com contratos com Itaipu. Depois que ele assumiu o cargo de conselheiro de Itaipu, em 2003, várias vezes narrou para mim e para o seu então sócio, o Sérgio Costa, como ele tentava influenciar e cobrar dívidas antigas para credores de Itaipu.

- Como era?

- Ele dizia que o Samek era ligação forte dele. Mas que o Samek tentava fazer negócios sozinho ou com o Paulo Bernardo e que às vezes deixava ele fora da coisa. Mas que andava se enfronhando no esquema, estreitando relacionamento com o Samek. Tempos depois, o Samek passou a viajar com o Bertholdo nos jatos que ele locava para se deslocar de Foz do Iguaçu a Curitiba e Brasília.

- O senhor viu os dois juntos?

- Nunca, mas era isso o que Bertholdo propagava. Ele também tinha um relacionamento muito estreito com o José Dirceu. Eu mesmo ouvi duas conversas do Bertholdo com o José Dirceu. Uma delas ocorreu num aparelho de rádio Nextel. O relacionamento dele com José Dirceu era tão próximo que, uns 20 dias depois que o Waldomiro Diniz deixou o governo, o Bertholdo me disse que tinha sido convidado para assumir o lugar do Waldomiro Diniz... Eu ainda falei: "Vai sair um cara para entrar outro e ser queimado e jogado aos leões". Uma semana depois, ele voltou de Brasília e disse: "Vou operar isso por fora. Tenho muito mais liberdade assim". Ele efetivamente tinha um relacionamento estreito com a cúpula do PT e com a base do governo. Ele me disse que até operava contas do PT no exterior.

- Onde?

- Ele me disse que operava contas do PT, com doleiros, em Luxemburgo. Em 2003 e 2004, por exemplo, ele foi duas ou três vezes a Luxemburgo. O passaporte dele foi aprendido pela Polícia Federal. O registro deve estar lá. Ele me disse que um dos doleiros do PT era o Toninho Barcelona. Ele me falou isso numa conversa por telefone, no ano passado. Tenho certeza de que está gravado e está com a Polícia Federal.

Tony Garcia também concede entrevista à Folha de S.Paulo. Ele envolve o deputado José Mentor (PT-SP) no esquema PT/PMDB/Itaipu Binacional. Afirma que o advogado Roberto Bertholdo costumava comentar a influência que detinha sobre a CPI do Banestado, decorrente da relação com o relator da comissão, o petista José Mentor. De acordo com Tony Garcia, Bertholdo ajudou José Mentor e o tesoureiro Delúbio Soares a operar um esquema em Luxemburgo, do qual participou também o doleiro "Toninho Barcelona".

Bertholdo teria prestado "assessoria" à CPI do Banestado. Incluiria pessoas para serem ouvidas, como o dono de casa de bingo Luiz Antonio Scarpin, de Curitiba. O objetivo era fazer chantagem. Diz Tony Garcia:

- O Bertholdo conseguiu que o Mentor convocasse o Scarpin para depor em Brasília. Depois, exigiu dele R$ 300 mil para aliviar sua barra na comissão. Acontece que o Scarpin gravou as chantagens do Bertholdo e tiveram que fazer um acordo. No acordo, o Scarpin escapou da convocação. Mas a força-tarefa do Banestado tem fita mostrando que o Mentor recebeu para retirar o nome do Scarpin.

Outra afirmação Bertholdo, segundo Tony Garcia ao repórter José Maschio:

- Ele me dizia, e está gravado pela Polícia Federal, que Itaipu era o braço do governo para arrecadação. Ele disse que estava operando com a Itaipu para levar recursos, em dinheiro vivo, para as campanhas petistas de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cruzeiro do Oeste, onde o candidato vitorioso foi "Zeca Dirceu", filho do então chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Tony Garcia cita o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek:

- A bronca do Bertholdo era que ele não participava do esquema de captação junto aos empreiteiros, e se queixava de que o Paulo Bernardo e o Jorge Samek controlavam isso. Ele disse que queria entrar no esquema porque precisava de dinheiro para seu esquema no PMDB. Disse que iria falar com o Samek em uma viagem ao Rio de Janeiro para resolver o caso.

Em outra reportagem, Veja descreve um achaque da empresária Jeany Mary Corner, a agenciadora de garotas de programa em Brasília. Os repórteres Fábio Portela e Juliana Linhares contam que Jeany Mary Corner e suas "recepcionistas" teriam testemunhado e colaborado em atos de corrupção. Em vez de denunciá-los, ela resolveu cobrar pelo silêncio.

Emissários ligados a ela procuraram Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), o ex-chefe de gabinete de Palocci, Juscelino Dourado, e outro integrante da "república de Ribeirão Preto", Rogério Buratti. Pressionaram. Jeany Mary Corner iria conceder entrevistas bombásticas e seria melhor tirá-la de circulação até 2008.

São os seguintes os fatos que, segundo a revista, viriam a público nas entrevistas de Jeany Mary Corner: além de fornecer garotas de programa para festas na "casa dos prazeres", alugada no Lago Sul, ela pagou mensalões de R$ 50 mil a oito deputados, por solicitação de Rogério Buratti.

Jeany Mary Corner teria apresentado os doleiros Fayed Antoine Traboulsi e Chico Gordo a Rogério Buratti, e permitido que a casa dela fosse usada para divisões de dinheiro. As "meninas" participaram da repartição, seguindo instruções de Rogério Buratti deixadas por escrito. Depois de contado, o dinheiro era posto dentro de revistas colocadas em envelopes de papel.

Algumas garotas de Jeany Mary Corner rodaram Brasília para entregar os envelopes recheados de dinheiro. Quem guiava o carro era Francisco Chagas da Costa, motorista de Buratti. Em 2003 houve cinco operações do gênero. Jeany Mary Corner teria recebido R$ 50 mil para ficar quieta, dinheiro entregue por Feres Sabino, ex-secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Em entrevista ao jornal O Globo, ela declarou:

- Fiquei no anonimato esse tempo todo. Fui muito digna. Diferentemente de outros que abriram a boca. Por isso, pedi ajuda. Isso é chantagem?

303

12/3/2006 Alguns dos principais expoentes do escândalo do mensalão continuam a controlar cargos federais dos mais cobiçados, mesmo após terem sido acusados de envolvimento no esquema de corrupção. Reportagem de Diego Escosteguy, do jornal O Estado de S. Paulo, mostra que, com o aval do presidente Lula, os ex-deputados José Dirceu (PT-SP) e Valdemar Costa Neto (PL-SP) e o deputado José Janene (PP-PR) mantêm nomeações estratégicas para alguns dos 20 postos mais importantes do Governo Federal.

Conforme o levantamento, Dirceu é responsável por indicações para os cargos de diretor de Finanças de Itaipu, presidente da BR Distribuidora, diretor de Exploração e Petróleo e diretor de Serviços da

Petrobras. Além disso, divide com o senador Carlos Wilson (PT-PE) a vaga de diretor de Engenharia da Infraero e, com José Janene, o cargo de diretor de Abastecimento da Petrobras. José Janene também seria autor da indicação do presidente do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito).

Valdemar Costa Neto, por sua vez, nomeou o diretor de Infraestrutura e o presidente do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). O PT indicou cinco dos 20 cargos mais importantes: diretor de Finanças da Petrobras, diretor de Mercado Consumidor da BR Distribuidora, diretora do Fundo da Marinha Mercante e, finalmente, os diretores Comercial e de Tecnologia da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Fazem parte da lista, ainda, as indicações do ministro Antonio Palocci (PT-SP) para a presidência do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para a Diretoria Internacional da Petrobras, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para a presidência da Transpetro e do PMDB para as superintendências da Receita Federal do porto de Santos (SP) e do aeroporto de Guarulhos (SP).

Os 20 cargos são visados pelo volume de recursos dos contratos gerenciados. A Petrobras, por exemplo, faz investimentos de R$ 23 bilhões por ano. É curioso o caso do ex-deputado Valdemar Costa Neto, que renunciou para evitar a possível cassação do mandato. Ele aumentou seu poder junto a Lula durante a crise política. Em troca da mobilização que fez para eleger Aldo Rebelo (PC do B-SP) à presidência da Câmara dos Deputados e de outros serviços que prestou ao presidente, passou a controlar todo o Dnit.

305

14/3/2006 Uma história que mistura pacotes de dinheiro e prostitutas. Francenildo Santos Costa, o caseiro da "casa dos prazeres", a mansão alugada em Brasília por próceres da chamada "república de Ribeirão Preto", concede entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. Ele complica a situação do ministro Antonio Palocci (PT-SP). Na "casa dos prazeres" houve festas animadas por garotas de programa, "meninas" agenciadas por Jeany Mary Corner.

A mansão de 700 metros no Lago Sul, com quatro suítes, salão de jogos, churrasqueira, piscina, quadra de tênis e sistema de segurança com câmeras de vídeo e sensores de luz, teve uso intenso durante oito meses. Só foi devolvida depois que o escândalo Waldomiro Diniz ganhou as páginas dos jornais, no início de 2004. A entrevista do caseiro Francenildo à repórter Rosa Costa:

- O que chamou mais a sua atenção nos meses em que conviveu com os inquilinos de Ribeirão Preto?

- A forma de pagamento. Era muito bom.

- O pagamento era em cheque?

- Nunca saiu cheque, não. Só em dinheiro.

- Quem morava na casa?

- Ninguém morava lá. Passavam só a noite.

- Quem eram as pessoas?

- Vladimir Poleto, doutor Ralf Barquete, doutor Rui, Ademirson e o chefe.

- Quem é o chefe?

- A gente não chamava de Palocci lá na frente deles. Eles achavam ruim. Tinha que chamar de chefe.

- **E eles chamavam Palocci de chefe ou só os empregados?**

- Não, era todo mundo: "Olha, o chefe vem hoje. Vamos sair fora e deixar a casa para o chefe". Isso quando ele ia durante a semana, porque geralmente ele ia no sábado e no domingo.

- **O senhor conheceu o ministro pessoalmente?**

- Eu via de longe, porque a casa tem sensor de luz que se acendia quando ele aparecia. Via a cara dele de terno e tudo. Num sábado à tarde, cheguei a ver ele com o doutor Rogério e doutor Rui Barquete.

- **Onde havia sensores de luz?**

- Dentro da casa, para clarear o terreno. Ele pediu para desligar os sensores em volta da casa, mas não teve como desligar. Era para ninguém vê-lo. No jardim tem luzes. Ele falava que não era para ligar a luz do jardim, que queria a casa escura do lado de fora.

- **Ele chegava sozinho?**

- Chegava sozinho, vinha num Peugeot prata, de vidro escuro, dirigindo sozinho.

- **De quem era o carro?**

- Era de uso do doutor Ralf.

- **O senhor morava na casa?**

- Sim. A casa fica do lado da garagem. Quem está lá dentro dá pra ver quem está lá fora.

- **O senhor via o ministro chegando?**

- É, a gente via.

- **Mas ele disse que nunca foi à casa.**

- Do lado dele, eu não sou nada, mas ele está mentindo.

- **Quantas vezes ele foi à casa?**

- Se for contar, que eu me lembre, umas dez ou 20 vezes. Não foram três como Francisco falou.

- **Ele jogava tênis?**

- Teve um sábado em que estava jogando tênis com o doutor Rogério e Rui, à tarde.

- **Buratti frequentava a casa?**

- Umas três vezes o chefe foi para conversar com o doutor Rogério, lá numa sala que tinha televisão. Eles sempre ficavam lá. O doutor Rogério ficava lá com a mulher dele, Carla. Quando iam para São Paulo, Carla vinha no final de semana.

- **O senhor via dinheiro na casa?**

- Via, via notas, pacotes de R$ 100 e R$ 50 na mala de Vladimir. Ele trazia muito dinheiro. Eu sabia que tinha muito dinheiro porque ele saía do quarto e fechava a porta do quarto.

- Quem pagava as contas?

- Era Vladimir. Vinha uma verba lá de São Paulo.

- De onde vinha o dinheiro?

- Vinha da empresa do doutor Rogério. Era ele quem pagava as despesas, os empregados. Ele passava o dinheiro para Vladimir.

- O senhor participou alguma vez da entrega de dinheiro?

- Um dia o Francisco me chamou para ir ao Ministério. Disse: "Vamos ali mais eu, que você está à toa mesmo". Chegamos lá, Francisco parou o carro no estacionamento, ligou para o doutor Ademirson. Esperamos uns 20, 30 minutos. Aí ele desceu e Francisco entregou o envelope. Eu vi Francisco pegando o dinheiro. Dava para ver que era muito dinheiro, não era pouco. Acho que R$ 5 mil, R$ 6 mil, R$ 7 mil.

- O pagamento dos empregados da casa também era feito com dinheiro enviado por Buratti?

- Era. Ele passava o dinheiro ao Vladimir, que pagava a gente.

- O dinheiro vinha de São Paulo?

- O dinheiro vinha lá da empresa de São Paulo, eles chamavam de verba.

- Como era o pagamento de vocês?

- Eles pagavam no dia 1º. Falavam que era até dia 5, mas pagavam antes. Davam R$ 750, R$ 770, mais um pouquinho. Vladimir era ótimo patrão.

- Onde ele pegava o dinheiro?

- Tinha vez que ele vinha com o dinheiro na mala, vinha do aeroporto, vinha de fora. Sempre pagavam na terça ou na quinta-feira.

- O senhor levou dinheiro outras vezes para Ademirson?

- Francisco deve ter levado muitas vezes. Pelo que eu conversei com ele, ele levou dinheiro para cada um deles. Levava para os apartamentos, para um e outro, doutor Rogério, doutor Ralf. Se precisava de dinheiro trocado, aí Vladimir fazia um pacote numa mesa que tinha lá, separava e mandava Francisco distribuir. Francisco me falou isso.

- O dinheiro que o motorista Francisco levava era para Ademirson ou para o chefe?

- Não posso informar, não. Não sei o que eles faziam com esse dinheiro, não.

- Alguma vez alguém falou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

- Ele era bem falado lá, mas quando falavam no nome de Lula iam lá para dentro. Falava nos eventos, nas viagens que ele ia fazer.

- **A casa era mobiliada?**

- Não, Vladimir comprou tudinho. As camas vieram assim que ele fez o contrato. As camas novas, tudo camona boa, bonita.

- **Eles guardavam roupa dentro daquela casa?**

- O Vladimir, o doutor Rogério, o doutor Ralf, sim.

- **Por que o senhor decidiu contar tudo isso agora?**

- É porque o Francisco depôs na CPI e citou a mim e minha mulher. Fiquei meio com medo e resolvi falar logo.

A entrevista de Francenildo Santos Costa repercute. Ao tomar conhecimento do teor das declarações do caseiro, antes mesmo da publicação da entrevista, Antonio Palocci apressa-se a informar, por meio de sua assessoria, que reiterava o que dissera à CPI dos Bingos: "Nunca foi à casa do Lago Sul e, portanto, não tem qualquer relação com as atividades realizadas na mesma".

Publicada a entrevista, Antonio Palocci aproveita a participação numa teleconferência para tratar de desmentir o caseiro. Diz o ministro:

- Quero até ressaltar que eu não guio aqui em Brasília. Uso carro oficial ou ando com a minha esposa.

Em mais uma nota, a assessoria do ministro da Fazenda volta à carga:

"O ministro Antonio Palocci continua afirmando o que disse à CPI dos Bingos. Ele não foi àquela casa no Lago Sul e não tem conhecimento de qualquer atividade que acontecia na casa. E mais: o ministro não sabe dirigir em Brasília."

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 9 votos a 5, pedido de cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP). Em seu parecer, o relator do caso, deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), acusa Cunha de mentir sobre o saque de R$ 50 mil feito por sua mulher. Cunha disse que ela foi ao banco tratar do pagamento de uma conta de TV a cabo, mas a mulher sacou dinheiro do caixa 2 do PT. Entre as denúncias, Cunha é acusado de favorecer Marcos Valério ao conduzir licitação irregular para contratar a agência SMPB, de Valério, para administrar conta de publicidade da Câmara.

Para o relator, a contratação da SMPB tem "conflito de interesse", pois Cunha já contratara Valério anteriormente, para a campanha à presidência da Câmara. Além disso, Cunha admitiu que Valério lhe dera uma caneta Mont Blanc. O empresário pagou passagens aéreas para uma assessora de Cunha.

Cezar Schirmer vincula a conquista da conta de publicidade da Câmara ao saque de R$ 50 mil efetuado na agência do Banco Rural do Brasília Shopping, apenas um dia após Cunha receber Valério para café da manhã na residência oficial. O relator também viu irregularidades em notas fiscais com números sequenciais. Elas foram apresentadas por Cunha, para tentar justificar os R$ 50 mil sacados pela mulher. O dinheiro pagaria pesquisas eleitorais.

Novas informações sobre as contas bancárias do publicitário Duda Mendonça no exterior. Documentos enviados por autoridades norte-americanas à CPI dos Correios revelam a existência de mais seis contas secretas. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, foi identificada a Stuttgart Company, empresa de Duda Mendonça fora do Brasil. No total, são dez as contas no exterior. Das seis novas, a metade foi aberta no BankBoston da Flórida, em nome da Stuttgart Company, de Rita de Cássia Santos Moraes, ex-mulher de Duda Mendonça, e de Eduardo de Matos Freiha, sócio do publicitário. As outras três pertencem à Dusseldorf. Uma delas, no BAC Florida Bank, recebeu US$ 1,1 milhão. Doleiros teriam depositado o dinheiro.

306

15/3/2006 Francenildo Santos Costa concede entrevista coletiva. Diz que o ministro Antonio Palocci (PT-SP) esteve várias vezes na "casa dos prazeres", entre 2003 e 2004. Segundo o caseiro, Antonio Palocci costumava ir à mansão "quinta-feira sim, quinta-feira não", além de alguns sábados e domingos.

Francenildo Santos Costa conta que havia sempre uma mulher nas noites de quinta em que Antonio Palocci esteve na "casa dos prazeres". Normalmente Vladimir Poleto ou Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro, a traziam. Ademirson Ariosvaldo da Silva vinha com um carro Santana preto, com placas de Ribeirão Preto (SP).

O caseiro relata que Palocci chegava às 18 ou 19 horas, sempre guiando o Peugeot de Ralf Barquete, e ia embora às 20h30, outras vezes às 22 horas, "não tinha hora certa". Ele afirma, contudo, que Palocci não participava de festas promovidas pelo grupo de pessoas de Ribeirão Preto, sempre com três ou quatro garotas, às terças-feiras. Deputados do PT, uns "cinco ou seis" de acordo com o caseiro, também estiveram nas festas. Palavras do caseiro:

- Entrei numa barca furada. Pensava que eram pessoas honestas, e não eram. No final era essa sujeira que está aí. Pessoas que fazem esse tipo de coisa não deveriam estar num cargo lá em cima.

Francenildo Santos Costa recorda que algumas garotas, certa vez, teriam consumido drogas, o que revoltou Vladimir Poleto. Ele telefonou para alguém e disse que não queria mais aquelas mulheres na casa. O caseiro fala sobre a noite em que conversou com Palocci pelo interfone:

- Eu estava fechando a casa quando tocou o telefone. Ele disse: "Estou perdido aqui e tô querendo sair". Abri o portão dos fundos e ele foi embora.

A Câmara dos Deputados cassa o mandato do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), por 261 votos contra 166. Apenas quatro votos a mais do que o mínimo de 257 necessários para a perda do cargo. Em compensação, os votos secretos absolvem o ex-líder do PP, deputado Pedro Henry (MT). Ambos foram acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela absolvição 255 deputados, contra 176 que pedem a condenação.

A principal acusação contra Pedro Henry veio de Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ele disse que o pepista tentou cooptar dois deputados do PTB, oferecendo-lhes as vantagens do mensalão. O PP foi contemplado com R$ 4,1 milhões do caixa 2 do PT, conforme informações de Marcos Valério, mas só admitiu ter posto as mãos em R$ 700 mil. Trecho do relatório do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que apreciou o caso de Pedro Corrêa:

"O PP disse que o dinheiro foi utilizado para pagar o advogado para Ronivon Santiago. Era dinheiro repassado pelo PT. No Acre, o PT movia ações contra Ronivon, mas aqui, no plano federal, o PT

fornecia recursos para defender Ronivon; lá, o PT apontava fraudes contra Ronivon, mas aqui oferecia subsídios para o deputado."

O TCU (Tribunal de Contas da União) decide investigar contrato de publicidade da Petrobras com a agência Duda Mendonça Associados. O contrato inicial, de dezembro de 2003, previa pagamentos no total de R$ 63 milhões por serviços prestados pelo publicitário. Num primeiro aditivo, o valor subiu em R$ 21,5 milhões. Até dezembro de 2005, o contrato sofreu mais seis alterações, e alcançou um teto de R$ 213,9 milhões.

Em depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça silencia. Munido de *habeas-corpus* para não ser preso, o publicitário recusa-se a responder até perguntas simples, como os nomes dos filhos e da mulher. "Não vou responder", repete, várias vezes, Duda Mendonça.

307

16/3/2006 Depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa à CPI dos Bingos é interrompido por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). Autor do pedido de suspensão, o senador Tião Viana (PT-AC). Teria atendido solicitação de Lula. No recurso, o senador petista alega que eventuais informações prestadas por Francenildo Santos Costa não teriam relação com o objeto das investigações da comissão de inquérito. O ministro Cezar Peluzo, do STF, concordou com a alegação. Trecho do seu despacho:

"Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada a uso de casas de bingo para a prática de crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores."

Antes de ser interrompida a sessão da CPI, Francenildo Santos Costa já falara aos senadores por quase uma hora. Ele reafirmou que o ministro Antonio Palocci (PT-SP) frequentava a "casa dos prazeres".

- Confirmo até morrer.

Ele lembra quando levou "bebida energética" ao ministro:

- Foi um dia na quadra de tênis. Levei vinho e Redbul. Foi entre as 3 e meia e 4 da tarde.

Sobre a primeira vez que viu Antonio Palocci:

- Na primeira vez, o Ademirson levou ele. Quando o carro chegou, vi ele saindo. No outro dia, comentei com o Francisco: "O chefe é o Palocci, né?"

Francenildo Santos Costa relata que soube pelo motorista Francisco Chagas da Costa de um desentendimento entre Rogério Buratti e Antonio Palocci:

- Ouvi do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.

Ele confirma que Rogério Buratti trazia dinheiro à mansão:

- Vi na mala do Vladimir quando ele fazia o pagamento. Era dinheiro que forrava o fundo da mala.

Rogério Buratti admite que a empreiteira Leão Leão contribuiu com recursos para pagar as despesas da "casa dos prazeres", da mesma forma que a Rek, do empresário Roberto Carlos Kurzweil, e a

Asperbras e a Soft Micro, estas duas do empresário José Roberto Colnaghi. Sobre a Leão Leão, diz ao repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha de S.Paulo, que a empreiteira fornecia dinheiro para custear atividades como viagens e gastos com transporte, e foi assim que ajudou a pagar as despesas da mansão. Buratti afirma que não cabe a ele dizer se Palocci frequentava a "casa dos prazeres":

- Não quero dizer se encontrei o ministro ou não na casa porque isso não cabe a mim, cabe ao ministro. Não nego que me encontrei com o ministro em Brasília umas cinco, seis ou sete vezes, seja no Ministério ou na casa dele. Para mim, isso não é crime. Por isso, não nego.

E mais:

- O que interessa saber é se ocorreram atividades ilegais ou ilícitas naquela casa. Eu posso dizer que nunca presenciei atividades ilegais lá.

O Ministério Público encaminha à Procuradoria-Geral da República lista com os nomes de 52 deputados do PMDB. A relação contém nomes de parlamentares de 21 Estados e do Distrito Federal. A lista englobaria todos aqueles que supostamente teriam rateado R$ 6 milhões para impedir a saída do ex-deputado José Borba (PMDB-PR) da liderança do partido, em fevereiro de 2005. Na época, o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB-RJ) teria articulado um movimento dentro do partido para derrubá-lo do cargo.

308

17/3/2006 O *site* da revista Época na *internet* divulga extratos bancários do caseiro Francenildo Santos Costa. Pertencem a uma conta da Caixa Econômica Federal. A agência fica no Lago Sul, em Brasília. Os documentos bancários, sigilosos, foram emitidos às 20h58 da noite anterior. Mostram depósitos de R$ 25 mil na conta do caseiro da "casa dos prazeres".

A revista Época também publica que Francenildo Santos Costa reconhece a autenticidade dos extratos bancários, e afirma que o dinheiro veio de seu pai biológico, Eurípedes Soares da Silva, dono de pequena empresa de ônibus em Teresina. Ele havia mandado o dinheiro em segredo, pois nunca reconhecera Francenildo como filho. Escondera o relacionamento que tivera com a mãe do caseiro. Eurípedes Soares da Silva confirma aos repórteres Andrei Meireles e Gustavo Krieger ser o autor dos depósitos.

Os extratos publicados por Época caem como uma bomba em Brasília. Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL):

- Esse governo consegue liminar para proteger os direitos sexuais do Palocci e seus esquemas de corrupção, e invade os direitos individuais de um rapaz.

Do senador Pedro Simon (PMDB-RS):

- A CPI até agora não conseguiu quebrar o sigilo de Paulo Okamotto, mas o caseiro teve a conta devassada um dia depois de o STF nos proibir de ouvi-lo.

Em entrevista, Francenildo Santos Costa manifesta indignação:

- Mexeram nas minhas contas. O que posso esperar mais? Por que fizeram isso comigo? Por que não fizeram com o chefe?

Em Santa Catarina, Lula é enfático:

- Eu devo muito, mas muito de tudo o que nós fizemos, a um homem chamado Antonio Palocci.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, descarta a abertura de investigação contra o ministro da Fazenda:

- A Polícia Federal, nesses três anos, nunca se prestou a esse tipo de exploração política, e não será agora que vai fazê-lo. Palocci está fazendo um grande trabalho pelo País, é merecedor de toda a confiança do presidente Lula, do governo e da sociedade, e não será afastado do cargo.

A mãe de Francenildo Santos Costa, a lavadeira desempregada Benta Maria dos Santos Costa, confirma que Eurípedes Soares da Silva é o pai do rapaz. Ela explica ao repórter Expedito Filho, do jornal O Estado de S. Paulo, que o empresário fez um acordo com o caseiro, para evitar que o assunto fosse parar na Justiça. A família de Eurípedes Soares da Silva não sabia que Francenildo é filho dele. Diz Benta Maria dos Santos Costa:

- O Eurípedes começou a enviar o dinheiro porque ficou com medo de "Nildo" entrar na Justiça e obter registro com o nome do pai.

Benta Maria concedeu entrevista em Nazária (PI), onde vive:

- Meu filho é um simples caseiro, sim, mas criei ele sozinha para ser um homem honesto e falar toda a verdade. O que adianta ser filho de papai e mamãe e não falar a verdade?

O repórter também ouve o pai do caseiro. Diz Eurípedes Soares da Silva:

- Para me amedrontar, ele disse que falaria para minha família. Aí, me derrubou todinho. Mandei o dinheiro para evitar um escândalo para minha mulher e minhas duas filhas.

O motorista Francisco Chagas da Costa reafirma declarações do caseiro Francenildo Santos Costa, o "Nildo". De fato, ambos levaram envelope com dinheiro, a pedido de Vladimir Poleto, ao estacionamento do Ministério da Fazenda. Ali, a encomenda foi entregue a Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci. O repórter Leonardo Souza, da Folha de S.Paulo, entrevista Francisco Chagas da Costa. O jornalista pergunta sobre a relação de Antonio Palocci com o advogado Rogério Buratti:

- **Sempre que o Buratti vinha a Brasília ele se encontrava com Palocci?**

- Quando não se encontravam, se falavam no telefone.

- **O senhor presenciou encontros de Palocci com Buratti?**

- Às vezes em que se encontravam era na casa.

- **Quantas vezes eles se encontraram na casa?**

- Não sei, muitas vezes. Se eu falar dez vezes, quatro vezes, estou mentindo, né? Muitas vezes.

- **O senhor viu Palocci na casa?**

- Eu vi ele entrando na casa. Ele ia de carro.

- **Em que carro?**

- Um Pegeout prata, de propriedade de Ralf Barquete.

310

19/3/2006 Mais evidências do relacionamento estreito entre o ministro Antonio Palocci (PT-SP) e a empreiteira Leão Leão. O corretor de imóveis Carlos Magalhães intermediou o aluguel de uma casa no setor de mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, a integrantes da "república de Ribeirão Preto". O imóvel foi alugado pelo grupo em 2003, antes da "casa dos prazeres". A locação, de R$ 9 mil, foi feita por Rogério Buratti e Ralf Barquete, em nome de um tal Osvaldo. Ele seria ligado à Cinco Telecom, empresa da qual Rogério Buratti também é sócio, informa a Folha de S.Paulo.

Os inquilinos teriam dado R$ 22 mil, por meio da Leão Leão, para pagar a primeira parcela da construção de uma quadra de tênis na casa. Não deram a segunda. O dinheiro não foi devolvido. Vladimir Poleto também participou do negócio. A casa foi visitada por Antonio Palocci antes de ser alugada, de acordo com a reportagem de Andréa Michel e Leonardo Souza. O ministro aprovou o imóvel. A "república de Ribeirão Preto" ocupou a residência por seis meses. Teve problemas com o caseiro. Diz o corretor Carlos Magalhães:

- Ele foi mandado embora e eles trouxeram um de São Paulo. Eles não quiseram o menino lá mais porque ele estava fofocando, falando que Palocci estava indo lá, que eles levavam mulheres. Aí, no dia em que chegou mudança de São Paulo, com uns quadros, obras de arte, num domingo, o irmão da dona da casa barrou porque não aguentava mais a farra que estavam fazendo.

311

20/3/2006 O delegado Wilson Damázio, da Polícia Federal, admite que foi informado pelo próprio caseiro Francenildo Santos Costa sobre os depósitos em sua conta na Caixa Econômica Federal. Ocorreu na noite de quinta-feira, 16 de março, quando Francenildo pediu proteção policial. Naquela noite, os extratos bancários do caseiro saíram da Caixa. No dia seguinte estavam no *site* da revista Época. Entre os documentos apresentados por Francenildo à Polícia Federal, o cartão da conta poupança na qual recebera os R$ 25 mil depositados pelo pai. A Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça.

A Caixa reconhece que o formulário usado para a extração dos dados da movimentação bancária de Francenildo é exclusivo do sistema interno do banco. Clientes não têm acesso. A quebra do sigilo deu-se dentro da estatal. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, decide manter liminar que suspendeu o depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos.

Relatório de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre contrato firmado entre a Petrobras e a empresa GDK apontam favorecimento em licitação e superfaturamento de US$ 23 milhões. O TCU pede a suspensão de pagamentos ainda não efetuados. Os auditores que analisaram o caso recomendam aplicação de multa a Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, acusando-o de criar dificuldades aos trabalhos de investigação conduzidos pelo TCU, informa reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

O contrato para reformar a plataforma petrolífera P-34, no valor de US$ 89 milhões, foi firmado entre uma subsidiária da Petrobras, a Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), e a GDK. O repórter Diego Escosteguy revela que o contrato estava sob responsabilidade de Renato Duque, diretor de Serviços da Petrobras. A nomeação dele para o cargo teria passado pelo crivo do então secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Para obter a celebração do negócio, a GDK teria conseguido informações antecipadas e privilegiadas. Em troca, "Silvinho" ganharia o famoso jipe Land Rover.

312

21/3/2006 Não se fala em outra coisa em Brasília: a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo

Santos Costa passou pela presidência da Caixa Econômica Federal. Os dados extraídos do sistema da Caixa, com a senha de um alto funcionário, teriam seguido para o assessor de imprensa do ministro Antonio Palocci (PT-SP), jornalista Marcelo Netto, responsável por encaminhar as informações para serem publicadas pela revista Época.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, subordinado ao ministro Palocci, recusa-se a conceder entrevista. Faz uma semana que Palocci não despacha no Ministério da Fazenda. Desde que o jornal O Estado de S. Paulo publicou entrevista com o caseiro, Palocci refugiou-se em sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado do gabinete de Lula. Usa entradas e elevadores privativos. Evita contatos com a imprensa. Entra e sai pela garagem do subsolo. Não deixa a sede do Governo Federal nem para almoçar. Seus assessores têm de se deslocar do Ministério da Fazenda até o Palácio do Planalto, para onde também são transferidas ligações telefônicas ao ministro.

313

22/3/2006 A Câmara dos Deputados absolve o deputado João Magno (PT-MG), acusado de se beneficiar do esquema do mensalão. 201 parlamentares votam pela cassação do mandato, mas outros 207 decidem livrá-lo. A votação é secreta. O parlamentar petista alegou que os R$ 426 mil recebidos do valerioduto foram usados integralmente em despesas de campanhas eleitorais.

Câmeras de televisão filmam a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) dançando entre as poltronas da Câmara, para comemorar a absolvição do colega. A deputada agita os braços e rebola. Arrisca passos de samba no meio do plenário. Ri o tempo todo. Dá um beijo em João Magno. Está feliz da vida.

A cena é reprisada várias vezes nos telejornais. Causa indignação. Fica conhecida como a "dança da impunidade". Ângela Guadagnin é afastada do Conselho de Ética da Câmara. O jornalista Marcos Augusto Gonçalves, da Folha de S.Paulo, escreve:

"A indecência celebratória da 'caminhada mais saltitante' (como a parlamentar definiu a coisa) ficará como um símbolo do ruidoso naufrágio de um partido que se apresentava à sociedade como guardião dos bons costumes e reformador da 'política tradicional'."

Ângela Guadagnin não seria reeleita em 2006.

A Câmara também absolve o deputado Wanderval Santos (PL-SP), acusado de envolvimento no esquema do mensalão. A favor da cassação votam 242 parlamentares, 15 a menos que o número necessário. E 179 decidem absolvê-lo. Ele foi acusado de "terceirizar" o mandato para a Igreja Universal do Reino de Deus, da qual foi bispo até o início do escândalo. Um assessor do deputado sacou R$ 150 mil do valerioduto, em agência do Banco Rural.

A princípio, Wanderval Santos negou a retirada. Depois, negou ter dado ordem para o saque. Responsabilizou o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), coordenador político da igreja. Carlos Rodrigues renunciou ao mandato para evitar cassação. De Wanderval Santos:

- A verdade é que eu não sabia, não autorizei, não recebi e nem permiti que se recebesse qualquer valor do senhor Marcos Valério.

314

23/3/2006 O governo Lula decide envidar esforços para salvar Antonio Palocci (PT-SP). Em vez de apurar as acusações de Francenildo Santos Costa contra o ministro, a Polícia Federal anuncia a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do caseiro. Ele é o escolhido para ser investigado pelos federais, sob comando do ministro Márcio Thomaz Bastos. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades

Financeiras, do Ministério da Fazenda) também abre inquérito contra o rapaz. Os estrategistas do PT tentam descobrir motivação política para encobrir o que Francenildo viu na "casa dos prazeres".

Chamado a depor na Polícia Federal, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, não aparece. Alega razões pessoais e manda dois advogados no lugar. A assessoria da Caixa divulga nota sobre o caso. Em vez de tratar o assunto como "crime de quebra de sigilo bancário", usa o eufemismo "divulgação indevida" de extratos bancários. Lula afasta rumores sobre a queda de Jorge Mattoso. Palavras do presidente da República:

- Não faz sentido, não faz sentido! Mesmo porque sou eu que tenho que tomar a decisão.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, fala em "sindicato do crime":

- Não é possível que persista essa retaliação à pessoa que teve a coragem de testemunhar contra a segunda figura mais importante da República.

316

25/3/2006 A imprensa reúne informações sobre os bastidores da crise. A revista Época noticia que quinta-feira à tarde, dia 23, os ministros Antonio Palocci (PT-SP), Márcio Thomaz Bastos e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, mantiveram encontro sigiloso, no Palácio do Planalto. Palocci também teria se reunido com Lula. A reportagem de Gustavo Krieger relata que Mattoso disse ser impossível negar que o acesso aos extratos de Francenildo fora executado em computador dentro das dependências da Caixa.

Palocci pressionou Mattoso. Queria que ele assumisse a responsabilidade pela violação, e depois pedisse demissão. O presidente da Caixa não aceitou. O jornal O Estado de S. Paulo publica declaração de Jaques Wagner (PT-BA). O ministro das Relações Institucionais garante que o Palácio do Planalto não deu ordem para a quebra do sigilo bancário. Ora, se não foi Mattoso nem o Planalto, quem foi? A revista Veja dá uma pista: a CPI dos Bingos trabalha com a informação de que o jornalista Marcelo Netto, assessor de Palocci, foi mesmo o responsável por fazer chegar à revista Época os extratos bancários.

317

26/3/2006 A Folha de S.Paulo publica na primeira página o editorial "Abuso de poder": "A desfaçatez, o uso sistemático da mentira, o empenho em desqualificar qualquer denúncia, nada disso constitui novidade no comportamento do governo Lula. Chegou-se nos últimos dias, entretanto, a níveis inéditos de degradação ética, de violência institucional e de afronta às normas da convivência democrática". O jornal acrescenta:

"Na tentativa inútil de salvar a credibilidade em farrapos de um ministro, viola-se o sigilo bancário de um cidadão comum, o caseiro Francenildo Costa – enquanto toda sorte de malabarismos jurídicos e parlamentares protege as contas de Paulo Okamotto, celebrizado pelos nebulosos favores que prestou ao presidente. Fato ainda mais grave, o caseiro se torna alvo de investigação por parte da Polícia Federal, num ato indisfarçável de ameaça e abuso de poder. A iniciativa – tomada em tempo recorde – não tem paralelo na história recente do País, infelizmente pródiga em situações nas quais representantes do poder público se viram às voltas com denúncias sérias de corrupção."

318

27/3/2006 Caem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. O destino do superministro é selado durante depoimento de Mattoso à Polícia

Federal. O presidente da Caixa confessa que entregara pessoalmente a Palocci os extratos bancários de Francenildo. Mattoso é indiciado por violação ilegal de sigilo.

O presidente da Caixa admite que levou os documentos bancários do caseiro à casa de Palocci, na noite de 16 de março. Mattoso determinara ao assessor Ricardo Farhat Schumann que levantasse os dados de Francenildo. Ricardo Farhat Schumann, assim como Mattoso, é egresso da administração da ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT). O assessor de Mattoso também atuou na administração do prefeito Celso Daniel (PT) em Santo André. Lá, Ricardo Farhat Schumann foi denunciado por envolvimento em contratos firmados em caráter de emergência, sem licitação, que teriam causado prejuízos de R$ 9,6 milhões. Também perde o emprego o assessor de imprensa de Antonio Palocci, jornalista Marcelo Netto.

Comentário do caseiro Francenildo Costa:

- Está ficando provado que o lado mais fraco não é o do simples caseiro. É o da mentira.

319

28/3/2006 A imprensa reconstrói os momentos críticos da violação do sigilo bancário de Francenildo Santos Costa. Em reunião no Palácio do Planalto, na manhã de 16 de março, Lula e os ministros Antonio Palocci e Márcio Thomaz Bastos decidiram entrar com medida no STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir o depoimento do caseiro à CPI dos Bingos. Obtiveram sucesso.

Durante aquela tarde, Palocci e Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal, voltaram a se reunir no Palácio do Planalto, na sala ocupada pelo ministro, vizinha ao gabinete de Lula. Foi quando Palocci teria pedido a violação do sigilo bancário. Mattoso cumpriria a determinação.

As suspeitas sobre Francenildo Santos Costa vinham de informações de um jardineiro. Ele contara à jornalista Helena Chagas, de O Globo, que o caseiro dispunha de dinheiro para comprar um terreno ou uma casa.

Naquela mesma noite, o presidente da Caixa telefonou para Palocci e informou que havia movimentações consideradas atípicas na conta bancária do caseiro. Ambos julgaram que Francenildo Santos Costa havia sido subornado pela oposição para atacar Palocci.

Jorge Mattoso se dirigiu em seguida à casa do ministro. Chegou lá às 23 horas. Entregou-lhe os extratos bancários e saiu em cinco minutos. Já estavam na residência Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico do Governo Federal, um auxiliar do ministro Márcio Thomaz Bastos. Também aguardava a documentação o jornalista Marcelo Netto, assessor de Palocci.

Coube a Marcelo Netto a tarefa de divulgar os extratos para a revista Época, onde trabalhava seu filho, o repórter Matheus Leitão. Registre-se que já havia passado pela casa do ministro Palocci o chefe de gabinete do ministro Márcio Thomaz Bastos, Cláudio Alencar. Daniel Goldberg e Cláudio Alencar, aliás, estiveram duas vezes na casa de Palocci, naquele fatídico 16 de março.

A revista Veja relata que no auge da crise, no dia 23, Mattoso voltou à casa de Palocci, onde encontrou o advogado Arnaldo Malheiros, amigo de Márcio Thomaz Bastos. Durante a conversa, teria surgido a proposta de oferecer R$ 1 milhão para algum funcionário da Caixa assumir a autoria da quebra do sigilo. Informação adicional: Arnaldo Malheiros foi advogado dos ex-dirigentes do PT Delúbio Soares e Silvio Pereira, com honorários pagos pelo PT.

Veja revela que Mattoso contou toda a história da violação do sigilo bancário de Francenildo Santos Costa ao presidente Lula, em 24 de março. Ou seja, confessou o crime que teria sido executado a mando de Palocci, 72 horas antes do afastamento do ministro. Ainda assim, Lula tentou segurá-lo.

Outro dado importante, noticiado pela Folha de S.Paulo: Márcio Thomaz Bastos foi informado por seus assessores da reunião da noite do dia 16 na casa de Palocci, logo no dia seguinte, 17 de março. Foi o dia em que a revista Época divulgou os extratos. Mesmo de posse da informação, o ministro da Justiça só teria contado a Lula o acontecido no dia 20. Estranho. Márcio Thomaz Bastos continuaria a elogiar Palocci, em todas as oportunidades.

De qualquer forma, Lula tinha informações comprometedoras contra o ministro da Fazenda ao menos uma semana antes da demissão ser consumada. Fez que não sabia? Ora, Palocci ocupava sala ao lado do gabinete do presidente. Tinha acesso livre às dependências de Lula. Como imaginar que o presidente desconhecesse a conspiração urdida contra o caseiro?

320

29/3/2006 A CPI dos Correios divulga o relatório final das investigações. A comissão de inquérito rejeita a tese defendida pelo PT e o Palácio do Planalto, segundo a qual os pagamentos efetuados a deputados da base aliada do Governo Federal faziam parte apenas de um esquema de caixa 2, com vistas a quitar despesas de campanhas eleitorais. O mensalão existiu. O documento é assinado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator dos trabalhos:

"Em verdade, é reduzir-se em demasia a inteligência dos brasileiros imaginar que será bastante dizer que os milhões não foram distribuídos a parlamentares, mas sim corresponderiam a caixa 2 de campanhas."

O relatório afirma:

"Sem argumento para explicar o inexplicável, a defesa dos beneficiários foi a admissão de um crime, para evitar a confissão de outros praticados: a não-contabilização das despesas de campanha, conhecida na sociedade como caixa 2, e não a prática de corrupção. Aliás, a tese do caixa 2 só apareceu meses depois do início do escândalo, e já então de forma orquestrada."

A conclusão da CPI dos Correios ocupa 1.839 páginas. Serraglio solicita o indiciamento de 118 pessoas, entre ex-ministros, parlamentares, dirigentes e assessores de partidos políticos, a cúpula do PT em 2003 e 2004, funcionários públicos, empresários, publicitários, representantes de fundos de pensão, dirigentes dos bancos Rural, BMG, Santos e do Brasil, além de operadores do mercado financeiro. Dos 118 pedidos de indiciamento, 38 são ligados a irregularidades ocorridas em fundos de pensão, 35 relativos a esquemas identificados nos Correios, 25 por envolvimento com as operações conduzidas pelo empresário Marcos Valério e 17 são deputados ou ex-deputados.

O relator cede a pressões, porém, e poupa altos funcionários da administração federal, lideranças do partido do governo e o presidente da República. O ex-ministro José Dirceu (PT-SP), por exemplo, seria denunciado por crimes de corrupção ativa, peculato e formação de quadrilha. Foi citado só por corrupção ativa. O documento do relator acusa José Dirceu de ser "o grande idealizador desse esquema de corrupção, destinado a garantir uma base de apoio ao governo na Câmara dos Deputados". E mais:

"Várias pessoas confirmaram que o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu sabia dos empréstimos e do esquema do mensalão. O ministro estava a par de todos os acontecimentos e coordenava as decisões, junto com a diretoria do PT".

O ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP) foi acusado preliminarmente de peculato, tráfico de influência, corrupção ativa e formação de quadrilha. Acabou responsabilizado por tráfico de influência e corrupção ativa. O relator Osmar Serraglio também protege o grande beneficiário do escândalo do mensalão, o maior interessado em garantir maioria parlamentar no Congresso Nacional, a fim de assegurar cobertura política e votos necessários em apoio a projetos de seu governo: Lula, o presidente

da República. Ao se referir a Lula, Serraglio usa os termos "cúspide", que significa "a ponta", e "lobrigar", para dizer "entender". O documento afirma:

"Como é de sabença, não incide, aqui, responsabilidade objetiva do chefe maior da nação, simplesmente por ocupar a cúspide da estrutura do poder executivo, o que significaria ser responsabilizado independentemente de ciência ou não. Em sede de responsabilidade subjetiva, não parece que havia dificuldade para que pudesse lobrigar a anormalidade com que a maioria parlamentar se forjava. Contudo não se tem qualquer fato que evidencie haver se omitido."

Alterações feitas nas últimas horas, antes da apresentação do relatório, também retiram do documento o nome de Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", filho do presidente. Ele seria citado por causa das relações de sua empresa, a Gamecorp, com a Telemar, uma concessionária de serviços públicos. O relatório afirma, porém, que "sem dúvida, cabe ao Ministério Público angariar novas informações e esclarecer a nação sobre esta questão delicada, que desacata a cidadania e fere a credibilidade política do País".

Ao abordar a compra de ações da Gamecorp pela Telemar, o relatório faz referências ao fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, que é acionista da Telemar. Aponta que a Petros "não demonstrou interesse em esclarecer, da atribulada compra, por aquela empresa de telefonia, das debêntures conversíveis da firma Gamecorp, de propriedade de um dos filhos do presidente da República". O documento acrescenta: "Neste caso, não deve haver a presunção de ilícito, mas não se pode descartar o delicado aspecto político e ético, por envolver investidores cujos interesses dependem de regulação oficial".

O empresário Marcos Valério é acusado por falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção ativa, supressão de documento, fraude processual, crimes contra a ordem tributária, peculato e atos de improbidade administrativa. Já o publicitário Duda Mendonça, marqueteiro de Lula, é acusado por crimes contra o sistema financeiro, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Segundo o relatório, Duda Mendonça organizou "uma operação internacional destinada a ocultar ou dissimular valores, o que caracterizaria lavagem de dinheiro".

O ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que denunciou o escândalo do mensalão, é acusado de crime eleitoral, crime contra a ordem tributária e por corrupção passiva. De acordo com o relatório final da CPI, Jefferson trabalhou para engendrar "uma rede de influência na administração dos Correios, baseada, sobretudo, na indicação política para a ocupação de cargos com vistas à captação de recursos para fins de financiamento eleitoral".

Para a CPI dos Correios, os empréstimos do Banco Rural e do BMG ao valerioduto são uma fraude que procurou esconder as verdadeiras fontes do mensalão. Os créditos, apesar de concedidos, não seriam pagos. Os bancos receberiam compensações na forma de contratos com o governo do PT. O relatório pede o indiciamento da presidente do Banco Rural, Katia Rabelo, e do presidente do BMG, Ricardo Guimarães.

José Genoino (SP), ex-presidente do PT, é acusado por falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e crime eleitoral. E Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do partido, pelos mesmos crimes, mais o de peculato. Ambos foram poupados, na última hora, da acusação de formação de quadrilha. O ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, é denunciado por tráfico de influência.

O relatório considera o fundo Visanet, gerido pelo Banco do Brasil, a principal origem do dinheiro do valerioduto. O documento afirma que o Banco do Brasil adiantava repasses à agência de publicidade DNA, de Marcos Valério, o que permitia a obtenção de vantagens financeiras. Os ganhos irregulares com as operações teriam somado R$ 23,9 milhões, e provocaram pedidos de indiciamento para o ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP) e o diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. O relator conclui que também contribuíram com recursos para o esquema de repasse de dinheiro a

parlamentares da base aliada as siderúrgicas Usiminas e Cosipa e a companhia telefônica Brasil Telecom.

Durante os trabalhos de apuração, a CPI dos Correios não requereu a quebra de sigilo bancário de nenhum dos parlamentares investigados. Da mesma forma, nenhum novo nome surgiu, apesar de a comissão ter obtido uma relação com cerca de 60 assessores parlamentares que estiveram no Banco Rural, em datas nas quais foram efetuados saques para pagar o mensalão.

321

30/3/2006 O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 9 votos a 4, o pedido de cassação do mandato do deputado José Mentor (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Ele recebeu R$ 120 mil de Rogério Tolentino, sócio de Valério, cujo indiciamento também foi solicitado pela CPI dos Correios, sob a acusação de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

José Mentor procurou se defender dizendo que o dinheiro foi pagamento por serviços de consultoria jurídica prestados a Rogério Tolentino. A tese não foi aceita. O deputado Nelson Trad (PMDB-MS), autor do parecer que pede a cassação do deputado, comenta os tais serviços de consultoria usados como justificativa por José Mentor:

- São estudos genéricos, mais parecidos com trabalhos escolares do que com algo que vá servir a alguém, aparentemente sem utilidade prática.

324

2/4/2006 Novas histórias envolvendo próceres da "república de Ribeirão Preto". O empresário Roberto Carlos Kurzweil pagou as despesas do voo de helicóptero que levou o então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT), a Angra dos Reis (RJ). A viagem ocorreu em novembro de 2002, logo após a eleição de Lula, conforme relata reportagem da Folha de S.Paulo. Como se sabe, Palocci foi coordenador da campanha vitoriosa do PT.

Em Angra, Palocci ficou numa casa com seis suítes, cuja diária é estimada em R$ 2 mil. Segundo o repórter Mario Cesar Carvalho, Palocci voltou à mesma casa um ano depois, já ministro da Fazenda. Novamente a convite do empresário Kurzweil, que possui residência no mesmo condomínio.

Kurzweil foi frequentador da "casa dos prazeres", o estopim da queda de Palocci. Em 1995, durante a primeira gestão de Palocci na Prefeitura de Ribeirão, a municipalidade firmou contrato com a empresa Rek, de Kurzweil, para tratamento de esgoto. O negócio renderia R$ 400 milhões até 2010.

O helicóptero que transportou Palocci a Angra é avaliado em US$ 1,5 milhão. Pertenceria aos angolanos Artur José Valente Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo. Os dois teriam ligações com casas de bingo e seriam responsáveis por doação de R$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002. Palavras do advogado Rogério Buratti. O mesmo Rogério Buratti, aliás, seria sócio dos angolanos, na empresa de telecomunicações Cinco Telecom. Da mesma forma que Kurzweil. Os dois angolanos também seriam citados como envolvidos no caso da morte do prefeito de Campinas (SP), "Toninho do PT".

A primeira viagem a Angra, para comemorar a vitória de Lula, reuniu, na bela cidade do litoral fluminense, Palocci, a mulher e a filha, Ademirson Ariosvaldo da Silva, que seria nomeado secretário particular do ministro da Fazenda, e Donizete Rosa, outro fiel assessor do prefeito de Ribeirão Preto. Ele também seria dono de cargo importante no governo Lula. Donizete Rosa estava acompanhado da mulher, Isabel Bordini, acusada de envolvimento com planilhas fraudulentas que teriam servido para desviar dinheiro dos contratos de limpeza pública de Ribeirão. Esteve na celebração, ainda, Ralf Barquete, o poderoso secretário de Finanças de Palocci, na mesma Ribeirão Preto.

Na segunda viagem, em 2003, Palocci, já ministro, foi mais reservado. Acompanharam-no apenas a mulher e a filha, além da família de um amigo muito especial, que levou a mulher e os três filhos: Rogério Buratti. Trata-se do mesmo Rogério Buratti com quem Palocci negou manter relacionamento, desde o seu afastamento da Secretaria de Governo de Ribeirão Preto, ainda no primeiro mandato do prefeito Palocci (1993-1996), após um rumoroso caso de corrupção. O empresário Kurzweil e a família também estavam em Angra.

326

4/4/2006 Antonio Palocci (PT-SP) presta depoimento à Polícia Federal e é indiciado por crime de quebra de sigilo bancário e por violação de sigilo funcional. Ele afirma aos federais que o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, esteve em sua casa em 16 de março, mas não para entregar extratos bancários do caseiro Francenildo Santos Costa. Foi lá para tratar da abertura de escritórios da Caixa no Japão e nos Estados Unidos.

Palocci tenta encobrir que Mattoso chegou à sua casa às 23 horas, tarde da noite, e ficou por apenas cinco minutos. Esteve lá para entregar os documentos bancários obtidos mediante a violação do sigilo. O ex-ministro confessa, no entanto, que recebeu dados dos extratos bancários. E o que fez? Obviamente, nenhuma ilicitude. Tratou de triturar toda a documentação, no dia seguinte.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 1, processo de cassação do mandato do deputado Josias Gomes (PT-BA). Ele é acusado de sacar pessoalmente R$ 100 mil das contas de Marcos Valério. Chegou a deixar cópia da própria carteira de parlamentar na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. Defesa do deputado Josias Gomes:

- Eu conhecia o Delúbio havia 25 anos. Nunca imaginei que ele me deixaria nessa situação.

O dinheiro, claro, foi usado para pagar dívidas de campanha eleitoral.

No lançamento de uma campanha de combate à corrupção eleitoral, Cesar Asfor Rocha, corregedor-geral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), afirma que a origem do caixa 2 está sempre ligada a recursos públicos. Combatê-lo significa atacar a criminalidade, pois assim se evita sonegação, fraudes, falsificações e o abuso do poder econômico. Diz o corregedor:

- O que é o caixa 2? No mínimo é sonegação. Se uma pessoa não pode revelar de onde vem toda a despesa que efetua é porque não tem lastro, não tem recursos com origem legítima, legal ou comprovada, que possa ser mostrada ou que possa compatibilizar com aquela receita. É, efetivamente, coisa de bandido, porque é fruto de sonegação.

327

5/4/2006 A Câmara dos Deputados absolve, por 256 votos a 209, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Ele é o oitavo deputado que recebeu dinheiro do caixa 2 do PT a se livrar da cassação. Foi mais um beneficiado pelo expediente do voto secreto.

João Paulo Cunha mandou a mulher, Márcia Milanésio Cunha, buscar R$ 50 mil na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Foi em setembro de 2004. Na época, ele exercia o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. No início, negou o saque. Depois, disse que o dinheiro foi usado para pagar pesquisas eleitorais. João Paulo Cunha defendeu-se:

- Eu estava convicto de que o dinheiro vinha dos cofres do PT. Não peguei dinheiro escuso, de origem indeterminada, peguei na tesouraria do PT.

Errado. Pegou, ou melhor, mandou a mulher pegar, fora do horário bancário, para não ser vista, na agência do Banco Rural. E só admitiu o recebimento porque não convenceu ninguém com a história de que Márcia Milanésio Cunha foi à agência resolver problema com a fatura da TV a cabo. Foi essa a explicação que ele deu a princípio, para justificar a presença da mulher nas dependências do Banco Rural. Após ser desmascarado, saiu-se com a justificativa de que o dinheiro do valerioduto foi usado em campanha eleitoral.

Declaração do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), o relator que pediu a cassação de João Paulo Cunha no Conselho de Ética da Câmara:

- O padrão ético da maioria do plenário está bem abaixo das expectativas. Ele pegou o dinheiro do Marcos Valério, mentiu e fez um contrato lesivo ao patrimônio da Câmara, com o mesmo Valério.

328

6/4/2006 A absolvição do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) provoca rebelião no Conselho de Ética. Seis deputados desligam-se do órgão. Em virtude do escândalo do mensalão, o Conselho recomendara 11 cassações e duas absolvições. O plenário da Câmara, em votações secretas, acatou as duas absolvições, mas reverteu seis pedidos de perda de mandato. Salvou os denunciados. Falta ainda apreciar dois casos, mas ninguém mais seria cassado.

Abandonam o Conselho de Ética os deputados Orlando Fantazzini (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Júlio Delgado (PSB-MG), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Benedito de Lira (PP-AL) e Cezar Schirmer (PMDB-RS).

Alheios à crise, mensaleiros comemoram a decisão favorável a João Paulo Cunha. Os deputados Professor Luizinho (PT-SP) e José Mentor (PT-SP) bebem vinho e se divertem em restaurante, ao lado do ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA), que renunciou com medo de ser cassado. Na época, Paulo Rocha achou que a crise não acabaria em pizza.

330

8/4/2006 A revista Veja traz informações sobre o encontro de 23 de março na casa de Antonio Palocci (PT-SP). Reuniram-se com o ex-ministro, naquela tarde, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e o advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho, trazido por Márcio Thomaz Bastos. A revista Veja classifica o encontro como uma conspiração para encobrir o crime de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

O ponto nevrálgico da discussão na residência de Palocci, segundo a reconstituição dos acontecimentos feita pelos repórteres Marcelo Carneiro, Giuliano Guandalini, Thaís Oyama e Victor Martinho: arrumar quem, por R$ 1 milhão, assumisse a responsabilidade pela quebra do sigilo.

Segundo a reportagem, a tarefa de arregimentar candidatos à bolada foi atribuída a Carlos Augusto Borges, vice-presidente da Caixa. Ele é sindicalista histórico, homem de confiança de Lula. Foi nomeado para o cargo, aliás, por decisão do presidente. Grave. A revista também afirma que outra vice-presidente da Caixa, Clarice Coppetti, teria aceitado a missão, ou melhor, o suborno. Mas foi identificado um problema: ela é casada com Cesar Alvarez, um assessor especial da Presidência da República. Novamente, tudo muito próximo de Lula. A lambança não prosperou.

Trechos de depoimento da então prefeita de São José dos Campos (SP), Ângela Guadagnin (PT), são publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo. Ela desmentiu, nove anos atrás, a versão de que Paulo Okamotto jamais assediou administrações municipais petistas, para obter dinheiro e engordar o caixa 2 do PT. Ângela Guadagnin foi ouvida por uma comissão do PT, após a acusação de Paulo de Tarso Venceslau. Ex-secretário de Finanças do governo de Ângela Guadagnin em São José dos Campos, Venceslau disse que a Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios), empresa ligada ao advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, vendia serviços a prefeituras petistas e, em troca, recheava os cofres do PT com dinheiro de caixa 2.

Em 7 de junho de 1997, Ângela Gadagnin admitiu que Paulo Okamotto solicitou uma lista de fornecedores da cidade, com vistas a arrumar contribuições para o PT. O testemunho dela, porém, por decisão do presidente do partido na época, ex-deputado José Dirceu (SP), não provocou maiores consequências. Trecho gravado:

- Ângela, deixa eu perguntar uma coisa. Falando do Paulo Okamotto, ele em algum momento procurou você, falando de fornecedores, querendo saber de fornecedores da Prefeitura para fins de captação de recursos para o partido?

- Procurou.

- E ele queria saber o quê?

- Exatamente quais ele poderia procurar para ver se podiam estar ajudando, coisa assim.

- Ele perguntou a relação de fornecedores da Prefeitura para que ele procurasse, para ajudar financeiramente o partido, é isso?

- Sim.

- Ele procurou?

- Sim.

Agora, trecho do depoimento de Paulo Okamotto à comissão. Ele mesmo descreve como fazia as abordagens:

- Você está contente com essa política, quer que essa política continue, ganhe, está a fim de contribuir para isso? Então nós vamos pedir para o nosso cara de finanças procurá-lo, tudo bem?

332

10/4/2006 O advogado Rogério Buratti concede entrevistas aos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo. Reconhece que se reuniu "três vezes no máximo" com o ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), na "casa dos prazeres". Buratti vinha negando isso. Agora, fala abertamente: a mansão do Lago Sul era "ponto de apoio pessoal", principalmente para empresários de Ribeirão Preto (SP) que estavam em Brasília. Dá como exemplo ele mesmo, que representava a empresa Leão Leão, e nomeia Roberto Carkos Kurzweil, da Rek, Ruy Barquete, da Procomp, e José Roberto Colnaghi.

Para Buratti, a casa foi um erro. "O objetivo não foi atendido, só deu problema". Ele fala ao repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha:

- As pessoas que frequentavam a casa à noite, como amigos, levavam acompanhantes boa parte das vezes. Isso não significa que havia festas e que as festas tinham objetivos comerciais. Essa foi uma das grandes dificuldades para admitir a existência da casa. Acabou parecendo que era a casa dos prazeres.

Cada pessoa que tem atividades em Brasília e quer receber uma acompanhante não precisa ter uma casa. Essa atividade que o Francenildo disse haver certamente deve ter havido. Duas, três ou quatro pessoas que levaram umas meninas para a casa... Atividades que não são comerciais, são particulares.

- Isso não tinha a ver com *lobby*? Quem pagava as garotas?

- Cada pessoa que frequentava a casa e resolvia levar uma garota de programa ou não para dentro da casa se responsabilizava pelo pagamento da garota. Na verdade, está sendo revelada por meio da casa uma atividade cotidiana em Brasília. As meninas que frequentavam aquela casa, hoje continuam frequentando outros lugares em Brasília e fazendo a mesma coisa.

Buratti diz acreditar que "as empresas" que usaram a casa "devem ter contribuído" com as despesas de manutenção do local. Cita a Rek, a Procomp e as empresas de Colnaghi.

- Por que o ministro não reconhece que frequentou a casa?

- Porque a casa ganhou contornos morais. As negativas dele devem ter a ver com esse aspecto moral. Eu sempre neguei na CPI que tivesse visto o ministro na casa porque isso criou um constrangimento muito importante na minha vida. Até hoje as pessoas falam que minha atual namorada é uma menina que frequentava a casa em Brasília, e não é verdade. Essa questão, como me incomoda até hoje, por invadir a privacidade, deve ter incomodado o ministro.

- Por que só agora o senhor decidiu revelar que viu Palocci na casa?

- O ex-ministro Palocci é uma pessoa por quem tenho profundo respeito. A questão fundamental: há ou não há ilicitude na casa? Se desde o começo a gente tivesse tratado isso com tranquilidade... "Olha, eu frequentei aquele imóvel, amigos meus de Ribeirão buscavam fazer negócios a partir dele, mas não há atividade ilícita que eu tenha feito ali..." Resolvi falar porque não vejo mais isso como um problema. Admitir isso deve tranquilizar as pessoas. O que deve ser focado é se houve negócios ilícitos a partir da casa que devam ser investigados? Se as pessoas encontravam mulheres, é um problema particular delas, não um problema público.

Buratti conta ao repórter Ricardo Brandt, do Estadão, que conversou com Palocci dentro da "casa dos prazeres" sobre o caso do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Fala de Ralf Barquete, importante auxiliar de Palocci em Ribeirão, levado no início do governo Lula para a Caixa. Ele também cita Marcos Andrade, ex-executivo da Gtech. O repórter indaga sobre pedido de interferência no contrato. Buratti responde:

- Quem foi procurado pela Gtech foi o Ralf, dentro da Caixa. Até porque o Ralf já estava na casa. Ele tinha informações limitadas a respeito desse processo, pois ele estava lá havia um mês. Eles buscavam um contato com alguém vinculado ao Palocci, porque eles estavam buscando relações com o governo. E quando eles me procuraram em São Paulo, o Marcos Andrade simultaneamente, eles buscam um contato dentro da Caixa com alguém vinculado ao ministro Palocci. E aí são indicados a falar com o Ralf.

- Você estava atuando como lobista nisso, então?

- Eu atuava como executivo da Leão Leão...

- Mas eles não te procuram como executivo da Leão...

- O Marcos Andrade me procura como um eventual lobista para eles dentro da Caixa, em função da notícia de que eu teria relacionamentos. Essa notícia de que eu teria relacionamentos eles me informaram que tiveram em São Paulo. Na cidade de São Paulo, através de pessoas do PT. Tanto que o

primeiro contato foi em São Paulo. Essa foi a primeira abordagem diferente que eu recebi. Eles também estabeleceram um segundo caminho através da própria Caixa, que o Ralf me relatou depois. Ele disse que o Jorge Mattoso, num jantar com ele no Blue Tree, disse que a Gtech havia procurado alguém vinculado ao ministro e ele teria dito que o Ralf era esse contato. O Mattoso havia comunicado a ele num jantar no Blue Tree, pois os dois moravam lá na época. O Ralf não quis fazer o contato e falou isso para o Palocci, porque ele estava entrando na Caixa com o objetivo de ser técnico, e não ser representante do Palocci, até porque ele queria outro cargo. Aí ele me pediu para eu ter a conversa com a Gtech. Que eu fosse o porta-voz do que a empresa queria.

- O que a empresa queria?

- A empresa relatou que eles mantinham contato, tinham dificuldade e queriam abrir as portas, pois queriam se relacionar diretamente com o governo e com o PT. E falavam inclusive que estavam sendo procurados por outros grupos do PT, mas que não eram grupos dominantes do ponto de vista do nível de governo.

- Falaram em quem? Em Waldomiro Diniz?

- Não, nunca. Nunca falaram de Waldomiro para mim. Mas falaram de outro grupo e que eles se sentiam incomodados e queriam saber qual era o canal e achavam que o Palocci naquele momento era uma pessoa que pudesse dar uma definição para eles.

- Qual era o acordo?

- A proposta é que fosse renovado o contrato, pois eles iam renovar, mas tinham problemas técnicos a resolver, principalmente vinculados a correspondentes bancários. Eles faziam propostas de que eles poderiam colaborar com o PT.

- Com quanto?

-Aí a proposta variava de fato de R$ 5 milhões a R$ 16 milhões. Não era mais nenhuma sondagem profissional. Eu ouvi essa conversa, relatei para o Ralf e levamos essa proposta. Eu participei dessa conversa. Eu e o Ralf fomos juntos conversar com o Palocci, na casa dele.

- Quando e onde?

- Na casa dele, no final de março, início de abril. Nessa época não existia a mansão, ainda. Era a casa dele. O Ralf frequentava a casa dele. Fomos recebidos por ele e eu relatei a conversa.

Burattti garante que o "negócio" não prosperou.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entregam o relatório final dos trabalhos de investigação ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Na última hora, foram incluídos os pedidos de indiciamento do banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, e da ex-presidente da Brasil Telecom, Carla Cicco. Ambos são acusados por crimes de sonegação fiscal, tráfico de influência e corrupção ativa.

De acordo com Osmar Serraglio, a Brasil Telecom, na época sob controle do Opportunity, injetou R$ 823 mil em empresas de Marcos Valério, por serviços de publicidade que não seriam prestados. Além disso, outros R$ 3 milhões teriam ingressado em contas bancárias de empresas de Marcos Valério, quantia que posteriormente iria ser remetida a empresas no exterior. Existe muito mais

dinheiro na jogada, contudo: a Telemig Celular e a Amazônia Celular, pertencentes à *holding* da Brasil Telecom, repassariam R$ 158 milhões para as agências de Marcos Valério, em cinco anos, por supostos serviços de publicidade. Para o relator, o dinheiro alimentou o valerioduto e serviu para "aparar arestas" entre Daniel Dantas, o PT e o governo Lula.

333

11/4/2006 O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, divulga a conclusão do inquérito conduzido por ele sobre o escândalo do mensalão. 40 pessoas são denunciadas ao STF (Supremo Tribunal Federal) em decorrência das investigações. O procurador-geral endossa acusações da CPI dos Correios, mas seu relatório proporciona impacto maior. Afinal, ele não poderia ser acusado de agir por ambições políticas, partidárias ou eleitorais.

Logo na introdução da denúncia, os acusados. Entre os nomes, 20 "estrelas". A relação: José Dirceu, Luiz Gushiken, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcos Valério, João Paulo Cunha, Pedro Corrêa, José Janene, Valdemar Costa Neto, Professor Luizinho, João Magno, Anderson Adauto, Duda Mendonça, José Borba, Carlos Rodrigues, Zilmar Fernandes da Silveira, Simone Vasconcelos, Henrique Pizzolato e Roberto Jefferson.

Antonio Fernando de Souza ressalva que "todas as imputações feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson ficaram comprovadas". Investigações "evidenciaram o loteamento político dos cargos públicos em troca de apoio às propostas do governo, prática que representa um dos principais fatores do desvio e má aplicação de recursos públicos, com o objetivo de financiar campanhas milionárias nas eleições, além de proporcionar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos, empresários e lobistas que atuam nessa perniciosa engrenagem".

Capítulo à parte, em seguida, trata exclusivamente do relatório do procurador-geral da Repúlica.

335

13/4/2006 O editorial "Um libelo arrasador", de O Estado de S. Paulo, comenta a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Para o jornal, Lula é o "beneficiário por excelência da corrupção em escala inédita promovida pelo PT". O editorial responsabiliza o presidente da República, por ser "impossível imaginar que não tivesse conhecimento":

"O que torna absolutamente críveis as conclusões do trabalho, além da manifesta isenção do seu autor, é a consistência da análise da engrenagem por trás dos crimes perpetrados, com o entrelaçamento dos ramos político-partidário, publicitário e financeiro da quadrilha. Mas a denúncia convence acima de tudo por sua irrepreensível objetividade. É o que a distingue do relatório final da CPI dos Correios. Este, embora também tenha comprovado a prática do mensalão, foi uma conta de chegar, como costumam ser os resultados das investigações parlamentares, produto ao mesmo tempo de fatos apurados e pressões, ou negociações, políticas."

"Nada remotamente parecido com isso influenciou o inquérito dirigido pelo procurador-geral. A independência e a seriedade com que agiu transparecem na simplicidade do seu texto, desprovido dos contorcionismos verbais ou do estilo barroco presentes no documento da CPI. Com sujeitos, verbos e predicados em ordem direta, Antonio Fernando de Souza dispensa eufemismos e chama as coisas pelos nomes – a começar do mais arrasador deles, 'quadrilha'. Está lá: 'compra (pelo PT) de suporte político de outros partidos' e 'financiamento irregular de campanhas'."

337

15/4/2006 A revista Veja comenta a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza: "Ali estão escritos em detalhes e com precisão jurídica os mecanismos de funcionamento do

que talvez seja – com exceção da nomenklatura soviética – a maior quadrilha jamais montada com o objetivo de garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político, o PT de Lula. A hierarquia da quadrilha descrita pelo promotor tem como chefe José Dirceu, deputado cassado por corrupção que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula. Abaixo dele estão quase todos os 'companheiros de luta' de Lula, gente com quem ele conviveu intimamente por quase três décadas. O procurador-geral deixou vago no organograma da quadrilha o posto logo acima de José Dirceu. Mas o quebra-cabeça não é de difícil solução. Basta montar as peças e aparece o mais provável ocupante daquele posto. É isso que aponta o bom senso. Basta tentar montar com as peças do quebra-cabeça uma outra imagem que não a de Lula. Não encaixa".

Para Veja, é evidente que o presidente era o beneficiário do esquema que tinha como objetivo sustentar o projeto de poder do PT: "O novo quadro desmonta a principal defesa de Lula, que sempre disse desconhecer todas as ações ilegais e clandestinas em torno do mensalão". A revista afirma: "Afinal, se estava alheio a tudo, pode-se inferir sem exagero que Lula desconhecia como se construía o apoio a seu governo e ignorava o que faziam seus principais auxiliares. Um presidente pode ser enganado por autores da corrupção que ocorre num ministério de importância média comandado por um aliado recém-chegado – mas é inverossímil que não seja informado sobre o que se faz no coração de seu governo, uma instituição como a Casa Civil, comandada por um homem como José Dirceu, a quem ele mesmo chamou de 'capitão do time'. Por não atender aos mínimos requisitos lógicos, o dilema de saber ou não saber tornou-se questão ultrapassada. O que se precisa investigar agora é como Lula se articulava com o bando dos 40. Que relações financeiras tinha com o 'chefe da quadrilha', o deputado cassado José Dirceu?"

338

16/4/2006 O editorial "Lula com a palavra" comenta, na Folha de S.Paulo, a denúncia do procurador-geral Antonio Fernando de Souza. Para o jornal, o presidente deve explicações à sociedade. "Desde o início da crise, refugia-se num silêncio calculado, de vez em quando interrompido por esparsas evasivas, contradições flagrantes e vagos desabafos sentimentais".

"Formação de quadrilha. Corrupção ativa e passiva. Lavagem de dinheiro e peculato. No âmago do governo Lula, formou-se uma organização criminosa com vistas a manter-se no poder."

"Não são frases de algum oposicionista enraivecido, e sim do relatório elaborado pelo procurador-geral da República, formalizando denúncia contra os responsáveis pelo mensalão. Entre eles, o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o das Comunicações, Luiz Gushiken, os três principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, o então presidente da Câmara dos Deputados e um ex-diretor do Banco do Brasil."

"Só uma quadrilha? Ou mais de uma? Também o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o grupo capitaneado por ele enredam-se numa outra coleção de acusações policiais."

O editorial centra em Lula: "Fui traído, disse ele mais de uma vez. Mas por quem? Lula foi prudente em não citar nome nenhum: muitos ainda não eram do conhecimento público quando a frase foi pronunciada pela primeira vez; a lista, até hoje em aberto, poderia sem dúvida oferecer diversos novos candidatos ao indiciamento criminal".

"O presidente não sabia de nada? 'O importante', afirmou numa famosa entrevista em julho de 2005, 'não é se você sabia ou não, porque, se eu tivesse condição de saber, não teria acontecido'. (...) Naquela ocasião, Lula recorria apenas ao truque vocabular de referir-se a hipotéticos 'erros' cometidos por seu partido: 'o PT, se cometeu erros, tem que explicar para a sociedade brasileira que erros cometeu'."

"Mais do que erros, entretanto, é o que Lula tem de explicar agora. 'Já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT', prosseguia ele naquela entrevista, sintomaticamente gravada nos jardins de um certo

'Museu do Ar', em Paris. 'Depois que eu virei presidente da República, eu não pude mais participar da reunião do diretório do PT'."

"Mas participou, ao que tudo consta, de reuniões com ministros perto dos quais as figuras de um Delúbio Soares e de um Silvio Pereira assumem o papel de aprendizes, de coadjuvantes, de bodes expiatórios numa farsa monumental."

"Farsa de um governo eleito com a bandeira da 'ética na política' e que tem, como principal recurso para provar sua inocência, o argumento de que todo o episódio do mensalão se resumiu a um caso de caixa 2 – 'o que é feito no Brasil sistematicamente', disse Lula, para corrigir-se meses depois. Trata-se 'de prática condenada pela sociedade brasileira', afirmou finalmente, com tardia convicção. É a mesma convicção com que garantiu, em dezembro passado, que 'a CPI vai terminar e eles não vão provar o mensalão'."

"Foram essas as certezas, foram essas as considerações do presidente da República ao longo da crise – extraídas a custo dos raros momentos em que se alçou ao dever civil de prestar contas pelo descalabro de seu governo. Nada mais se ouviu do presidente. Exceto o espetáculo da auto-congratulação balofa, da banalidade conceitual e da defesa da própria ignorância – que não se resume ao tema de sua falta de instrução formal, mas àquele, muito mais grave, que diz respeito às façanhas de delinquência organizadas em seu círculo mais próximo."

O ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PMDB), relata ter sido procurado por José Dirceu (PT-SP) na véspera da votação do processo de cassação do ex-ministro. José Dirceu precisava de apoio para ser absolvido na Câmara dos Deputados. Buscava suporte do ex-governador. Anthony Garotinho falou aos repórteres Plínio Fraga e Sérgio Costa, da Folha de S.Paulo. Palavras de Garotinho sobre o encontro com José Dirceu:

- Ele falou que eu devia ter muita mágoa dele: "Mas saiba que tudo o que eu fiz, tudo, fiz porque o Lula mandou. Você acha que ia mandar bloquear o dinheiro do Rio e o Palocci iria obedecer? Todo político tem alguém que faz o lado mau. Estou pagando agora por ter feito o lado mau".

Comentário de José Dirceu sobre a entrevista de Garotinho:

- Não vou bater boca com ele.

O relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), entrega à Procuradoria-Geral da República lista com nomes de assessores de parlamentares que estiveram na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, usada para efetuar pagamentos do mensalão. A relação traz funcionários do ex-ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e dos deputados José Militão (PTB-MG), Moacir Micheletto (PMDB-PR) e Benedito de Lira (PP-AL).

Todos alegam que os funcionários foram resolver problemas pessoais no Rural. Claudia Luiza de Morais, assessora de Eunício Oliveira, esteve 22 vezes na agência bancária, inclusive em 17 de dezembro de 2003. Eunício ainda era líder do PMDB naquele dia. Foram efetuados três saques suspeitos.

340
18/4/2006 Em depoimento à Polícia Federal, a jornalista Helena Chagas, diretora da sucursal do jornal

O Globo em Brasília, desmente Antonio Palocci (PT-SP). Ela nega ter afirmado ao ex-ministro da Fazenda que o caseiro Francenildo Santos Costa recebera quantia significativa em dinheiro.

Helena Chagas recebeu telefonema de Antonio Palocci na tarde de 15 de março, véspera da violação do sigilo bancário. Segundo ela, Palocci informara que o senador Tião Viana (PT-AC) lhe dissera sobre o suposto dinheiro do caseiro. Em depoimento à Polícia Federal, Palocci havia dito que Helena Chagas comentara com ele que Francenildo "tinha um bom dinheiro".

A jornalista mora ao lado da "casa dos prazeres". Ouviu de seu jardineiro, Leonardo Moura, que Francenildo recebera dinheiro. Ela comentou o assunto com Tião Viana. Em depoimento à Polícia Federal, Leonardo Moura confirma a história. Conta que o caseiro voltou de férias em janeiro dizendo que o pai havia lhe dado uma quantia, com a qual pretendia comprar um terreno nos arredores de Brasília. Ao ver a fotografia de Francenildo nos jornais, Leonardo Moura relatou a Helena Chagas o que ouvira do caseiro.

Fica a impressão de que Tião Viana e Antonio Palocci se fixaram no "dinheiro" de Francenildo Santos Costa, com a suposição de que o caseiro fora subornado pela oposição. Em consequência, houve a quebra do sigilo bancário do rapaz. Acharam que, ao desqualificar o caseiro, quaisquer denúncias sobre a "casa dos prazeres" não teriam mais credibilidade.

341

19/4/2006 A Polícia Federal conclui inquérito sobre a quebra do sigilo bancário de Francenildo Costa. Antonio Palocci é apontado como mandante do crime. Jorge Mattoso, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e o jornalista Marcelo Netto, ex-assessor de Palocci, aparecem como co-autores.

Palocci e Mattoso são acusados de violação do sigilo funcional e quebra de sigilo bancário, crimes cujas penas podem chegar a dez anos de prisão. O ex-ministro é indiciado por prevaricação, por não ter tomado providências legais ao receber os extratos das mãos de Mattoso. Palocci também fez denúncia caluniosa ao tentar provocar uma investigação contra o caseiro, com base em acusação falsa. Marcelo Netto é indiciado por repassar os extratos à imprensa.

A reconstituição da Polícia Federal: em 16 de março, Palocci reuniu-se com Mattoso no Palácio do Planalto, das 17h às 20h. Depois do encontro, no caminho para a Caixa, Mattoso tentou sem sucesso localizar Clarice Copetti, vice-presidente da Caixa. Já na estatal, Mattoso chamou o consultor Ricardo Schumann, a quem entregou o nome completo e o CPF do caseiro, e pediu as informações sigilosas sobre a conta bancária.

Os extratos foram entregues a Mattoso num restaurante. O presidente da Caixa telefonou a Palocci. Descreveu a existência de depósitos "atípicos" e levou os extratos à casa do ex-ministro. Palocci estava "contente" e "entusiasmado" com os rumores de que o caseiro recebera dinheiro de políticos da oposição. Pôs as mãos nos extratos depois das 23h. Horas depois, os documentos já estavam com jornalistas da revista Época.

A Polícia Civil de São Paulo indicia Palocci por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato e falsidade ideológica. Os crimes estão vinculados a denúncias de fraudes em contratos de limpeza pública em Ribeirão Preto (SP), na época em que Palocci foi prefeito da cidade.

Durante depoimento prestado em Brasília, o ex-ministro afirma que, se houve irregularidades, a responsabilidade é do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). O Ministério Público não aceita. Declaração do promotor Daniel de Angelis:

- Uma organização que dá um prejuízo de R$ 30 milhões em quatro anos não passaria despercebida pelo prefeito.

A Câmara dos Deputados absolve o deputado José Mentor (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela cassação 241 deputados, 16 a menos que o necessário. Outros 175 votam pela absolvição. Há oito abstenções, seis cédulas em branco e dois votos nulos. José Mentor é o último deputado ligado ao ex-ministro José Dirceu (PT-SP) a ser julgado. Já se livraram da cassação João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP) e Paulo Rocha (PT-PA), que renunciou para não perder o mandato.

José Mentor recebeu R$ 120 mil de empresa de Marcos Valério. Alegou que prestou serviço de consultoria a Rogério Tolentino, sócio de Valério. A justificativa não foi aceita pelo relator do caso no Conselho de Ética, Nelson Trad (PMDB-MS). Para ele, Mentor recebeu pagamento para não aprofundar investigações contra o Banco Rural na CPI do Banestado, a pedido de Valério.

Enquanto os deputados decidiam em votação secreta a sorte de Mentor, uma representação encaminhada pelo procurador-geral de São Paulo, Rodrigo Rebello Pinho, era protocolada na presidência da Câmara. O presidente da Casa, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), não a divulgou. A denúncia só viria a público cinco dias depois, ao chegar à Corregedoria.

A denúncia: o doleiro Richard Andrew de Mol Van Otterloo afirmou ao Ministério Público que pagou R$ 300 mil a José Mentor para ser excluído do relatório final da CPI do Banestado. Mais: Flávio Maluf, filho do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP-SP), foi quem orientou o pagamento da propina, pois temia que o "efeito cascata" de eventual depoimento de Otterloo implicasse Paulo Maluf. É que Richard Andrew Otterloo tinha negócios com o doleiro Vivaldo Alves, o "Birigui", apontado como operador do ex-prefeito.

Uma investigação sobre o doleiro poderia levar à descoberta da conta Jazz e, a partir dela, se chegaria à conta Chanani, atribuída a Paulo Maluf. Otterloo disse ao Ministério Público que ele e o sócio Raul Henrique Srour procuraram um intermediário de José Mentor, sob orientação de Flávio Maluf, e entregaram o dinheiro num *flat* em São Paulo. Otterloo também teria executado operações ilegais para internar US$ 30 milhões em nome de Maluf.

De acordo com o relato de Otterloo, José Mentor cumpriu sua parte no trato ao entregar-lhe, antecipadamente, em disquete, o relatório final da CPI, sem o seu nome. Otterloo tampouco foi intimado a depor.

Do termo de declaração de Otterloo: "Esclarece ainda que teve notícia de que outros doleiros também foram procurados para pagar propina a José Mentor, não sabendo se houve efetivo pagamento".

Explicação da assessoria de José Mentor: o deputado afirma ter determinado a quebra dos sigilos bancário e fiscal de vários doleiros durante a investigação, mas não se lembra se Otterloo estava entre eles. O nome do doleiro não apareceu no relatório final.

Aldo Rebelo foi providencial para garantir a absolvição de José Mentor.

O Ministério Público abre inquérito para investigar a participação do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) e do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho (PT-SP), no esquema de desvio de dinheiro em Santo André (SP), durante a gestão do prefeito Celso Daniel (PT). Os dois são acusados pelos crimes de formação de quadrilha, receptação e lavagem de dinheiro. Conforme os irmãos de Daniel, João Francisco e Bruno, Gilberto Carvalho, secretário de Governo de Santo André, levou propina a José Dirceu.

Em 2002, o Ministério Público chegou a pedir a abertura de investigação contra Dirceu. Foi barrado por Nelson Jobim, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal). Na época, Dirceu, ainda deputado, tinha foro privilegiado.

Sempre Nelson Jobim.

342

20/4/2006 A Justiça Federal do Ceará bloqueia os bens do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente do PT, José Genoino. Ele é investigado no caso em que seu assessor, José Adalberto Vieira da Silva, foi preso com US$ 100 mil escondidos na cueca e outros R$ 200 mil acondicionados numa maleta, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

O inquérito quebrou os sigilos telefônicos de dois celulares do irmão de José Genoino e as informações bancárias de três empresas. O Ministério Público concluiu que houve favorecimento ao consórcio STN (Sistema de Transmissão do Nordeste), num empréstimo de R$ 300 milhões concedido pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Em troca de facilidades para a obtenção do crédito, o STN teria concordado em pagar propina. O dinheiro em poder do assessor de José Nobre Guimarães teria sido parte do suborno.

343

21/4/2006 Apesar de cassado, o ex-ministro José Dirceu continua atuando no cenário político. Mantém conversas com o presidente Lula e integrantes do primeiro escalão do Governo Federal, como o ministro Tarso Genro (PT-RS). De reportagem de Malu Delgado e Catia Seabra, na Folha de S.Paulo:

"Relatos de petistas, de ministros e de parlamentares dão conta de que, nos bastidores, Dirceu executa ações políticas nos Estados para favorecer o projeto de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conversa com parlamentares, orienta petistas, traça estratégias sobre a ofensiva petista nas CPIs, participa de almoços e jantares com políticos e empresários."

Se José Dirceu mantém relacionamento com Lula depois de tudo o que aconteceu – e continuaria a mantê-lo durante o segundo mandato do presidente do PT – o mínimo a se dizer é que Lula não foi traído como alegou algumas vezes. Nem poderia. José Dirceu teve apenas a responsabilidade de operar o mensalão. Lula, ao que tudo indica, foi, desde o princípio, o chefe.

Do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), autor do processo que recomendou ao Conselho de Ética a cassação de Dirceu, ao comentar a notícia de que o ex-ministro se deslocou de São Paulo a Juiz de Fora (MG), em jatinho particular, para se reunir com o ex-presidente da República Itamar Franco (PMDB-MG):

- É no mínimo estranho que uma pessoa que saiu logo após o processo afirmando que iria escrever para se sustentar porque estava quebrado e, mesmo sem o livro, o que se viu foi uma sequência de viagens e um estilo de vida que não se sabe de onde vem a sustentação para fazê-lo.

352

30/4/2006 Levantamento do governo dos Estados Unidos sobre movimentações financeiras do publicitário Duda Mendonça. Os dados foram encaminhados para investigações no Brasil. As operações ocorreram em junho e julho de 2003, no início do governo Lula. Somam US$ 1,6 milhão, de acordo com reportagem da Folha de S.Paulo.

O dinheiro saiu da empresa *offshore* Dusseldorf, a mesma que foi usada por Duda Mendonça para receber dinheiro de caixa 2 por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002. Numa das

movimentações, US$ 875 mil seguiram para a Pirulito Company, ligada a Eduardo de Matos Freiha, sócio de Duda Mendonça. A empresa fica em Nassau, capital do paraíso fiscal das Bahamas, onde está localizada a Dusseldorf. A conta bancária foi aberta 15 dias antes da remessa, no BankBoston de Miami.

A Dusseldorf fez operações no mesmo BankBoston de Miami. De lá saíram US$ 500 mil para a conta da Stuttgart Company, aberta dois meses antes, e US$ 218 mil para a Raspberry Company. O dinheiro circulou. A maior parte foi para as *offshores* Ágata e Maximus, cujo controle é atribuído a doleiros responsáveis por movimentações de milhões de dólares por meio de um banco suspeito de lavar dinheiro, o MTB de Nova York.

355

3/5/2006 O garçom Anderson Ângelo Gonçalves, o "Jack", presta depoimento à CPI dos Bingos. Ele menciona o empresário angolano José Paulo Teixeira Figueiredo no caso do assassinato de Antonio da Costa Santos, o "Toninho do PT", ex-prefeito de Campinas (SP). Toninho do PT foi morto a tiros em 10 de setembro de 2001. José Paulo Teixeira Figueiredo, empresário do jogo apontado como dono de casas de bingo, é investigado por ligações com Antonio Palocci (PT-SP). Ele teria doado US$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002, conforme informações de Rogério Buratti.

Em depoimento fechado, Jack cita o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Segundo o garçom, Bastos tentou convencê-lo a não testemunhar sobre o caso. Na época, o escritório de advocacia de Bastos prestava serviços à família de Toninho do PT. Estranho. Jack relata que ouviu conversas entre José Paulo Teixeira Figueiredo e integrantes do PT no bingo Taquaral, em Campinas. O garçom trabalhava lá. Foram encontros nas madrugadas dos dias 3 e 6 de setembro de 2001. O prefeito foi assassinado quatro dias depois.

De acordo com Jack, o prefeito de Campinas foi morto porque contrariou interesses de empresários do jogo. Ele ouviu José Paulo Teixeira Figueiredo tramar vingança contra Toninho do PT. Estava inconformado por não obter licença de funcionamento para casas de bingo. O garçom diz que o PT montou operação para evitar o esclarecimento do crime. Afirma que Lauro Câmara Marcondes, militante do partido, participou dos encontros nas madrugadas. Ele se tornou secretário municipal em Campinas, após o assassinato do prefeito. Também esteve nos encontros alguém identificado como "Andrezinho", apontado como o traficante incumbido de matar Toninho do PT.

Sobre o envolvimento do ministro da Justiça, Jack conta que manteve encontro com Bastos em meados de 2002. Diz ter recebido oferta de R$ 200 mil para não depor nem prestar esclarecimentos sobre o crime. E denuncia: sofreu ameaças após se reunir com Bastos.

A Câmara dos Deputados absolve, em votação secreta, o deputado Josias Gomes (PT-BA), mais um que se livra da acusação de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela cassação 228 deputados, 29 a menos que os 257 votos necessários. Outros 190 votam pela absolvição do petista. Há ainda 19 abstenções, cinco votos em branco e um anulado.

Acusado de receber R$ 100 mil de Marcos Valério, Josias Gomes negou no primeiro momento ter posto as mãos no dinheiro. Contou que foi ao Banco Rural apenas para obter informações sobre um empréstimo que desejava fazer. Depois confessou o saque. Esteve pessoalmente na agência e apresentou documento antes de fazer a retirada. Disse que não sabia a origem do dinheiro, cujo repasse fora autorizado por Delúbio Soares. Alega que usou a soma para quitar despesas da campanha eleitoral na Bahia. Para o deputado, o mensalão nunca existiu. Foi criado pela imprensa. Do discurso de Josias Gomes:

- Refuto as acusações que são impostas. Não sou corrupto. Jamais o serei.

Do relator do caso, deputado Mendes Thames (PSDB-SP), para quem Josias Gomes deveria ser cassado porque, entre outras coisas, efetuou saque em 2003, ano em que não havia eleições:

- É fato. Recebeu valores provenientes do valerioduto.

Com nova formação, o Conselho de Ética absolve, por 8 votos a 5, o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Ele foi acusado de receber R$ 3,7 milhões do valerioduto. Antes das mudanças no Conselho de Ética, o PT tinha apenas um voto no órgão. Agora, tem três. Os deputados Eduardo Valverde (PT-RO), Anselmo (PT-RO) e Neyde Aparecida (PT-GO) votam a favor de Vadão.

356

4/5/2006 Toma posse o novo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Marco Aurélio Mello. Ele critica o que chama de "projeto de alcançar o poder de forma ilimitada e duradoura". Marco Aurélio Mello discursa:

- Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou o país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam, o que lhes daria carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal tivessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em País de tantos miseráveis. Faz de conta que tais tipos de abuso não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Para Marco Aurélio Mello, o indiciamento de autoridades se tornou banal:

- São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques: o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, se esforça para sobreviver e progredir.

Mais um escândalo da era Lula. A Polícia Federal deflagra a Operação Sanguessuga. Prende 46 políticos, empresários e assessores acusados de se beneficiar de esquema fraudulento de venda de ambulâncias para prefeituras. A fraude movimentaria R$ 110 milhões. A metade do dinheiro teria sido desviada. Entre os presos, os ex-deputados Ronivon Santiago (PP-AC), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e um assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O esquema funcionava a partir do Ministério da Saúde. Era ali que despachava a funcionária Maria da Penha Lino, nomeada como assessora em 2005. Na época, o ministro era o atual deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG). Ele deixou o cargo, mas a funcionária, apontada como líder das operações, foi mantida no posto pelo novo ministro, Agenor Álvares da Silva.

Outros dois funcionários do Ministério da Saúde também foram acusados de facilitar os negócios fraudulentos das ambulâncias. As suspeitas sobre as atividades da quadrilha foram oficialmente informadas ao primeiro ministro da Saúde da era Lula, Humberto Costa (PT-PE), em 2004. Ele não nega:

- Recebi, sim, essa informação. Montei um grupo de trabalho para averiguar a denúncia, mas não se chegou a nenhum resultado.

O ex-ministro Humberto Costa, nomeado depois secretário de Comunicação do PT, não suspendeu a liberação das emendas para a compra de ambulâncias. As transações continuaram. Dezenas de parlamentares que apresentaram emendas ao Orçamento podem estar envolvidos. O esquema era controlado pela empresa Planam, com sede em Mato Grosso, responsável pela venda das ambulâncias superfaturadas. Maria da Penha Lino prestaria serviços para a Planam. A propina era dividida entre os envolvidos.

A Polícia Federal desvendou a operação: representantes da Planam procuravam prefeituras e ofereciam um pacote para a aquisição das ambulâncias. Já vinha com a promessa de que parlamentares iriam apresentar emendas ao Orçamento prevendo recursos para as compras. Com o dinheiro garantido, as prefeituras encaminhavam projetos ao Governo Federal. Solicitavam as ambulâncias. A aprovação dos contratos era acelerada dentro do Ministério da Saúde. Para assegurar que os veículos realmente seriam adquiridos do esquema da Planan, empresas fantasmas participavam das licitações, a fim de garantir as melhores condições e ofertas por parte da empresa de Mato Grosso. Mais de mil ambulâncias foram negociadas.

Circulam listas com suspeitos. Uma traz os nomes de 62 parlamentares. Outra, de 70 prefeitos. Depois surgiria menção a 107 deputados e senadores. Logo os números oscilariam até 170 parlamentares. Um escândalo. Maria da Penha Lino, presa, entrega 81 nomes. O advogado dela, Eduardo Mahon, comenta o depoimento de Maria da Penha Lino à Polícia Federal. O advogado menciona o trecho em que a funcionária pública se referiu ao motorista Fernando Freitas, que levava os donos da Planam à garagem do Congresso:

- Na garagem, pegavam as malas e colocavam o dinheiro no paletó, nas meias e nas cuecas. Passavam pelo detector de metal da chapelaria. Não dava nada. Subiam à Câmara. Iam de gabinete em gabinete, fazendo os acertos. Acabava o dinheiro, voltavam para o carro e pegavam mais. Na cara dura, na cueca, na meia.

O motorista Fernando Freitas confirma à Polícia Federal que transportou ao Congresso Nacional, em Brasília, os empresários Darci Vedoin, Luiz Antonio Trevisan e Ronildo Medeiros, todos de Cuiabá. Eles levavam "grandes quantidades de dinheiro" no porta-malas do Toyota Corolla, em "maletas tipo executivo". O dinheiro era posto nos bolsos e nas meias dos empresários, e eles entravam no prédio do Congresso. O motorista admite ter efetuado retiradas bancárias para a Planam com outros funcionários da empresa.

A Câmara anuncia a abertura de investigação sobre o envolvimento de 16 acusados. São os seguintes deputados: Almir Moura (PFL-RJ), Fernando Gonçalves (PTB-RJ), Isaías Silvestre (PSB-MG), João Batista (PP-SP), João Correia (PMDB-AC), Marcos Abramo (PP-SP), Maurício Rabelo (PL-TO), Neuton Lima (PTB-SP), Paulo Baltazar (PSB-RJ), Professor Irapuan Teixeira (PP-SP), Reinaldo Gripp (PL-RJ), Ricarte de Freitas (PTB-MT), Vieira Reis (PRB-RJ), Wellington Fagundes (PL-MT), Zelinda Novaes (PFL-BA) e Reginaldo Germano (PP-BA).

359

7/5/2006 O jornal O Globo publica entrevista-bomba com Silvio Pereira, o "Silvinho", que ocupava o cargo de secretário-geral do PT quando estourou o escândalo do mensalão. Ficou famoso por ganhar um jipe importado Land Rover, de um executivo da GDK, empresa contratada pela Petrobras. Agora, Silvinho denuncia um plano para faturar R$ 1 bilhão. Afirma, sem titubear: quem mandava no PT "eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu".

Silvinho recebeu a repórter Soraya Aggege em seu apartamento em São Paulo. Concedeu oito horas de entrevista. Depois, arrependido do que disse, pediu para as declarações não serem publicadas. Poderiam provocar nova crise política. A repórter argumentou que a entrevista era importante, e ele mesmo tinha concordado com a publicação da matéria.

Nervoso, Silvinho teria ameaçado se matar. Passou a se bater e a destruir o apartamento. "Vão me matar. Eles vão me matar. Não faça isso comigo. Tem muita gente importante envolvida nisso". Soraya Aggege deixou o local. Documentos repassados à repórter e um caderno de anotações ficaram retidos pelo ex-secretário-geral do PT. As declarações dele à repórter de O Globo sobre as quais se arrependera:

- Marcos Valério é um homem muito, muito inteligente. Ele atuou na campanha do Lula na normalidade. Depois foi crescendo. Ele tinha quatro pontos de interesse com o governo. Não se esqueça que ele vem do Banco Central, foi funcionário de lá. Por que você acha que acharam ele 17 vezes acionando o BC? Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem. O plano era faturar R$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity. Tinha ações dele lá que renderiam dinheiro. Mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com o Daniel Dantas, mas o governo era dividido com essa história. (...) O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária.

Em outro trecho da entrevista, a fonte do dinheiro do esquema. Diz Silvinho:

- Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue, e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer. O Delúbio começou a usar o Marcos Valério para pagar as contas. Agora, da lista do Banco Rural, o Delúbio não sabia, não. O que aconteceu é que Delúbio perdeu o controle. Ele só sabia de três ou quatro deputados do PT. O resto, que recebeu no Banco Rural, não era esquema do Delúbio. Tudo o que foi sacado não tinha a ver com o Delúbio. Quem mais sacou? Há muita hipocrisia.

Silvinho omite quem, no comando do PT e do governo Lula, fazia a interface com Marcos Valério, indicando-lhe como proceder e encaminhar questões de interesse do esquema. Mas o entrevistado diz, em última análise, que Marcos Valério engoliu o PT:

- O PT virou refém do Marcos Valério, não tinha mais jeito. O Marcos Valério estabeleceu canais próprios com petistas e não-petistas. Tem muita gente, muitos partidos. Só que tudo caiu na nossa conta. Não tinha jeito de ser diferente. Quando estourou, nos encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: "Olha, tenho três opções: entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como o PC Farias, ou o meio termo". Foi isso.

Como se sabe, PC Farias, acusado de ser o principal operador do esquema de desvio de dinheiro perpetrado no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), foi assassinado. Marcos Valério, portanto, optou pelo meio termo. Um ponto curioso: Silvinho diz que "meu papel era convencer os ministros do PT a liberarem cargos para os aliados". Mas havia outras coisas, obviamente, como ele mesmo diz:

- Ganhei uma dimensão que não tinha, trânsito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tentou tudo. Mas eu não ia a festas com eles.

Ou seja, quem "ia a festas", esses sim, pertenciam ao primeiro time e seriam os grandes responsáveis pelo esquema. Em outro ponto da entrevista, Silvinho aponta os mandantes:

- Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time.

Ele acrescenta:

- Para cargos foi criada uma comissão: Genoino, Delúbio e eu. Só não mexi com os fundos de pensão. Os fundos ficaram por conta do Sereno e do Delúbio. Os maiores ficaram com o Gushiken. Mas não houve nada de errado com os fundos.

Não é o que apontam as investigações.

Diz Silvinho:

- Com os cargos, eu tentava cumprir os acordos do partido. Mas o governo não cumpria, não funcionava. Mesmo com o Roberto Jefferson. Eu ia sempre lá para tentar fazer os ajustes. Tinha um descontentamento muito grande do PTB. Os ministros bloqueavam.

De acordo com Silvinho, "o PT deu muito dinheiro ao PTB". Ele revela um número desconhecido sobre a dívida do PT:

- No fim do ano de 2003, a dívida era de R$ 120 milhões. Aí veio a campanha de 2004. E como eu soube da conta? Marcos Valério entra na minha sala e mostra a conta. Ele não conseguia chegar no Zé. Ele então me mostrou a dívida. E todos imaginavam que a conta era de R$ 50 milhões.

Claríssima a importância de Valério no esquema. Era ele o tesoureiro de fato do PT, o grande operador de dinheiro dentro do partido. Agora, uma declaração enigmática, mas das mais importantes da entrevista de Silvinho:

- A verdade do PT não tem como ser digerida pela mídia. Como o Delúbio consegue, com uma assinatura dele mesmo, R$ 50 milhões? Olha, eu acho que o Delúbio não parou e olhou a coisa como um todo. Ele não é corrupto. Não é. Quem decidia tudo isso? Não havia uma decisão, não é como vocês pensam. Atrás do Marcos Valério deve haver 100 Marcos Valério. É um mecanismo, e que agora continua no País.

Informações sobre uma conta bancária no paraíso fiscal da ilha de Cayman, no Caribe, agitam o Congresso. Ela registrou depósitos de R$ 11,1 milhões e foi operada por aparelho de fax instalado na sala da liderança do PMDB no Senado. Documentos obtidos pelo repórter Rubens Valente, da Folha de S.Paulo, mostram que o dinheiro foi transferido em 2003 para outra conta, que chegou a ter R$ 15,5 milhões no ano seguinte.

As operações teriam sido conduzidas por um assessor de nome Francisco Sampaio de Carvalho. Ele foi levado à liderança do PMDB pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Na época, Renan Calheiros era o líder do partido. Em 2005, por indicação de Renan Calheiros, o assessor passou a atuar como consultor do presidente do Senado. Documentos sobre as movimentações financeiras também foram recebidos pelo fax da presidência do Senado. Em meio aos trabalhos de apuração da reportagem, Francisco Sampaio de Carvalho se afastou do cargo.

360

8/5/2006 A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) decide encaminhar à Procuradoria-Geral da República notícia-crime contra Lula. Quer uma investigação do presidente por envolvimento no escândalo do mensalão. Para a OAB, há indícios de participação de Lula em crimes de corrupção.

Durante reunião do conselho da OAB, fica decidido que não será formalizado pedido de abertura de processo de *impeachment*. A decisão traz alívio ao PT. A maior parte dos integrantes do conselho entende que o pedido de *impeachment* é politicamente inoportuno, devido à proximidade das eleições e à falta de legitimidade do Congresso para julgar o presidente da República por crime de responsabilidade.

Para o relator do caso, Sérgio Ferraz, que votou pela abertura do processo, existem mais indícios contra Lula do que havia contra o ex-presidente Collor. Em 1992, a OAB pediu o *impeachment* de Collor. Diz o relator:

- Estamos imersos em grave crise institucional. O que temos em mãos não são meros artifícios oposicionistas, em busca de rendimentos e lucros eleitorais.

Da advogada Elenice Carille, autora da proposta de abertura de processo por crime de responsabilidade contra Lula:

- A ignorância criminosa dos fatos, que invoca o presidente da República, importa em crime por omissão, em crime que não deixa impressão digital e que não deixa qualquer prova material, mas nem por isso deixa de ser crime.

362

10/5/2006 A CPI dos Bingos analisa documento em poder da Justiça dos Estados Unidos. Consta que o PT tentou extorquir "dezenas de milhões de dólares" do grupo Opportunity. O ofício foi enviado ao juiz Lewis A. Kaplan, de Nova York, pelo escritório de advocacia Bóies, Schiller Flexner, contratado para defender nos Estados Unidos o banqueiro Daniel Dantas, controlador do grupo Opportunity. O documento, de 13 de abril de 2005, é assinado pelo advogado Philip C. Korologos: "O ódio e a perseguição relacionados ao Opportunity começaram com a recusa do banco, em 2002 e 2003, de aceitar a sugestão do Partido dos Trabalhadores de pagar dezenas de milhões de dólares ao partido, para evitar pressões governamentais sobre o Opportunity".

Segue trecho de declaração do mesmo advogado Philip C. Korologos, durante conversa ocorrida em 26 de abril, menos de duas semanas depois, com advogados do Citibank e o juiz de Nova York: "Há pressão do governo, há pressão dos fundos de pensão, há desejos de fazer negócios com a Telemar. Há interesses comerciais, conforme explicados por Gustavo Marin, presidente do Citibank no Brasil, da Brasil Telecom, e reportados do seu encontro com o presidente do Brasil".

A Brasil Telecom é uma das mais importantes operadoras de telefonia fixa do País. Informações apuradas pela Folha de S.Paulo dão conta de que mais de um emissário do PT mandou recados a executivos do Opportunity, manifestando interesse por doações. Segundo a repórter Janaína Leite, "a insinuação era que uma contribuição de R$ 90 a R$ 110 milhões poderia aplacar o clima de guerra do governo contra o banqueiro".

O Opportunity sustenta a versão de que a abordagem de integrantes do PT foi informada ao Citibank, associado à época ao banco brasileiro. Os dois sócios teriam se negado a dar o dinheiro. Daniel Dantas é desafeto do grupo do PT ligado ao movimento sindical bancário e aos fundos de pensão, um setor sob influência do ex-ministro Luiz Gushiken (PT-SP).

O Opportunity tentava recuperar o controle da Brasil Telecom. A Justiça norte-americana afastou o grupo da gestão da empresa e favoreceu o Citibank na disputa societária. Daniel Dantas travava guerra judicial com o Citibank e os fundos de pensão ligados ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. O problema vinha desde 1998, com a privatização da Brasil Telecom. A empresa foi comprada por consórcio formado pelo Opportunity, gestor de recursos do Citibank, pela Telecom Itália e os fundos de pensão do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. Em 2005, o Opportunity perdeu disputa com a Telecom Itália e foi abandonado pelo Citibank, que decidiu se associar aos fundos de pensão.

Daniel Dantas prestou depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão para explicar contratos que manteve com as agências de publicidade de Marcos Valério. Os contratos foram suspensos após a eclosão do escândalo do mensalão, mas mesmo assim a Brasil Telecom chegou a transferir R$ 3,9

milhões para a SMPB e R$ 823 mil para a DNA. O banqueiro admitiu ter se reunido duas vezes com o ex-ministro José Dirceu em 2003, mas negou que fez doações em dinheiro ao partido do presidente da República.

O Conselho de Ética aprova parecer, por 9 votos a 1, em favor da absolvição do deputado Vadão Gomes (PP-SP). Ele é acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. O parecer em defesa de Vadão Gomes foi preparado pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

363

11/5/2006 Em depoimento ao Ministério Público Federal, Silvio Pereira, o "Silvinho", afirma que o apetite por cargos do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) foi o responsável pela desagregação da base aliada do Governo Federal. De acordo com o ex-secretário-geral do PT, o comportamento de José Dirceu provocou insatisfação nos partidos que apoiavam o presidente Lula.

Segundo Silvinho, parlamentares aliados, contrariados, passaram a votar contra o governo. Para o Ministério Público, o impasse produziu uma relação de chantagem. Com o objetivo de aliviar a tensão, o Governo Federal teria decidido cooptar os aliados por meio do esquema do mensalão.

O ex-secretário-geral do PT informou que gerenciava um sistema que fazia a triagem das indicações para cargos de confiança na administração federal. O banco de dados reunia os nomes de pessoas indicadas por sete partidos que apoiavam o governo, a saber: PL, PP, PTB, PMDB, PSB, PPS e PC do B.

As nomeações eram encaminhadas ao Ministério da Casa Civil e cabiam a instâncias superiores. Na hora da partilha, prevaleceu em muitos casos a hegemonia do PT. Manifestava-se a força do ex-ministro José Dirceu, o que gerava conflitos com os aliados.

O PT, por sua vez, informa que vai negociar dívida de R$ 300 mil com o escritório do advogado Arnaldo Malheiros Filho, contratado para defender Silvinho. Apesar de Silvinho ter sido formalmente desligado do PT em julho de 2005, o partido continuou patrocinando a defesa do ex-secretário-geral. O mesmo Arnaldo Malheiros Filho foi contratado pelo PT para fazer a defesa do ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

364

12/5/2006 Um ano depois do início da crise política, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), estopim do escândalo do mensalão, "comemora" a prorrogação dos contratos das empresas Skymaster Airlines e Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos). As duas foram acusadas de montar esquema fraudulento que teria provocado rombo de R$ 86 milhões. Mesmo assim, houve a renovação dos contratos para operar as linhas da rede postal aérea noturna. Eles preveem gastos de R$ 90 milhões.

Os Correios prorrogaram os contratos com a alegação de que não realizaram nova licitação para os serviços. O presidente da estatal, Jânio Cezar Luiz Pohren, emite nota para justificar a renovação. Afirma que os contratos serão mantidos até a conclusão de estudos para uma nova moldagem da rede postal noturna. Não estabelece prazos.

365

13/5/2006 Ocorreram encontros entre o banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, e o ex-presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, um petista que, segundo matéria publicada na revista

Veja, operou na clandestinidade em 2003 e 2004, "achacando empresas e empresários". A revista Veja, porém, vai muito além. Trecho da reportagem:

"Dantas alega estar apenas defendendo-se de pressões e achaques dos petistas que queriam tirá-lo do comando da Brasil Telecom. Ainda que existam fortes evidências nesse sentido, o banqueiro não cabe na fantasia de vítima. Principalmente quando se sabe que usou dinheiro para acercar-se de pessoas próximas do presidente Lula e de José Dirceu. Dantas tentou seduzir Fábio Luís Lula da Silva, o 'Lulinha', e seus sócios da Gamecorp. Antes de o grupo ser vendido à Telemar, o banqueiro pagava a Lulinha e sua trupe R$ 100 mil mensais, para que fornecessem conteúdo ao portal de *internet* da Brasil Telecom. Por último, ofereceu uma bolada para tornar-se sócio da Gemecorp. No fim, *game over* para Dantas: Lulinha preferiu os agrados da rival Telemar. Dantas deu também R$ 1 milhão ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Até hoje, ninguém explicou o que o compadre fez para merecer tanto dinheiro. Teixeira se limita a dizer que foi em troca de um serviço 'sigiloso'. O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o 'Kakay', também mereceu atenção especial. Amicíssimo do deputado cassado por corrupção José Dirceu, ele foi contratado por Dantas a peso de ouro. Levou R$ 8 milhões para 'assessorar' o banqueiro. Com isso, Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula, tornou-se mais sensível aos pleitos do Opportunity. Tem mais. Dantas deu a Marcos Valério as contas publicitárias da Telemig e da Amazônia Celular, num total de R$ 130 milhões. Além de fazer anúncios para Dantas, o carequinha levava ao banqueiro as propostas não republicanas de Delúbio Soares. Em 2004, o banqueiro colocou na sua folha de pagamentos a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, petista histórico e marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e 1994. A Matisse foi contratada para 'reposicionar' a marca da Brasil Telecom. Mas o que fez mesmo foi ajudar a 'reposicionar' Dantas frente ao governo petista."

Entrevista de Dantas concedida ao colunista Diogo Mainardi também faz parte da edição de Veja. O banqueiro afirma que o ex-tesoureiro Delúbio Soares pediu entre US$ 40 milhões e US$ 50 milhões para "resolver as dificuldades" do Opportunity com o governo do PT. Dantas informa que o "pedido" foi feito a seu ex-cunhado Carlos Rodenburg, diretor do Opportunity na época, em um encontro intermediado por Marcos Valério. Diz Dantas:

- O que houve foi uma sugestão de que, se déssemos uma quantia expressiva ao partido, eles poderiam nos ajudar a resolver as dificuldades que estávamos tendo com o governo.

Dantas teria levado o pedido ao Citibank, seu parceiro norte-americano naquele momento, com a opinião de que o repasse de quantia "muito grande" ao PT poderia estancar as dificuldades do grupo com o governo Lula. Mary Linn, diretora do Citibank, teria desaconselhado e o pagamento não ocorreria.

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro (PT-RS), anuncia que o governo brasileiro vai processar Daniel Dantas. Horas mais tarde, cauteloso, Tarso Genro prefere direcionar seu ataque à revista Veja:

- O presidente Lula informou que vai tomar todas as medidas legais e legítimas contra uma matéria que é caluniosa, difamatória e construída de forma arbitrária pela revista para atacar, sem nenhum fundamento, a honra do presidente da República.

Como se vê, Daniel Dantas foi poupado.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), ex-ministro da Previdência Social, revela que toda a negociação para abrir as portas do chamado crédito consignado ao BMG ocorreu dentro do Palácio do Planalto, e foi capitaneada pelo ex-ministro José Dirceu (PT-SP). As operações elevaram os lucros do BMG de R$ 90,2 milhões, em 2003, para R$ 275,3 milhões, apenas um ano depois. E envolveram Lula,

segundo a revista Isto É: o presidente da República assinou o decreto que permitiu a bancos privados oferecer créditos consignados aos segurados do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Abriu um filão de mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas ao BMG.

De acordo com Amir Lando, "a coisa" não passava pelo Ministério da Previdência Social. "Era articulada na Casa Civil e operada diretamente no INSS", cujo presidente na época era Carlos Bezerra (PMDB-MT). Amir Lando falou aos repórteres Rudolfo Lago e Rodrigo Rangel:

- Tudo era acertado na Casa Civil.

Diz Amir Lando:

- Numa reunião fechada da CPI do Mensalão, o próprio Valério disse que o BMG era um banco ligado ao PT.

Conforme o senador peemedebista, o BMG tinha experiências anteriores com crédito consignado em prefeituras do PT e associações sindicais. O ex-ministro afirma ter relatado ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que ouviu mais de uma vez rumores de que existiam "cobranças de vantagens" para permitir a habilitação dos bancos.

Inquérito instalado pelo Ministério Público investiga contrato de aluguel de computadores para o INSS, no valor de R$ 260 milhões. A suspeita é decorrente de decisão posterior do próprio INSS. O órgão federal comprou computadores para equipar as agências por R$ 30 milhões.

Além de responsabilizar Carlos Bezerra pelo ato supostamente lesivo aos cofres públicos, a ação do Ministério Público aponta o envolvimento do ex-presidente da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), José Jairo Ferreira Cabral. Tido como amigo do presidente Lula e indicado para o cargo pelo PT, José Jairo Ferreira Cabral foi casado com Sandra Cabral, uma das principais assessoras de José Dirceu naquele período.

368

16/5/2006 Lenha na fogueira. Carlos Rodenburg, ex-diretor do grupo Opportunity, afirma à repórter Sonia Racy, de O Estado de S. Paulo, que sentiu "uma pressão para ajudar o partido", durante encontro mantido com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Sem usar a expressão "extorsão", Carlos Rodenburg descreve que Delúbio Soares, em nome de um suposto esforço para melhorar a relação entre o grupo Opportunity e o governo Lula, explicou as dificuldades do PT e mencionou um "furo" de US$ 40 milhões a US$ 50 milhões nas finanças do partido.

Carlos Rodenburg e Delúbio Soares encontraram-se duas vezes no primeiro semestre de 2003, no hotel Blue Tree, em Brasília, e num apart-hotel, em São Paulo. Carlos Rodenburg garante: o dinheiro não foi pago. O grupo Opportunity queria o apoio do Governo Federal para manter o controle da Brasil Telecom. O primeiro encontro com Delúbio foi decorrente de um pedido do próprio diretor do Opportunity, agendado por Marcos Valério. A segunda reunião foi solicitada por Delúbio, por sugestão de Valério.

As palavras de Delúbio, segundo Carlos Rodenburg:

- Ele disse o seguinte: "Olha, Carlos, estamos com dificuldades financeiras muito grandes, com um furo de caixa de US$ 40 a US$ 50 milhões. O PT está com esse furo e tem que se ajustar".

Sobre a segunda reunião:

- No segundo encontro, desta vez pedido por ele, eu disse que não era possível ajudar. Acho que não agradei.

- **E aí?**

- Aí, os fatos falam por si só.

- **O senhor considerou essa conversa com Delúbio uma extorsão?**

- Não, senti como uma pressão para ajudar o partido.

- **Foram essas as únicas vezes que vocês tiveram contato com a campanha do PT?**

- Teve uma terceira vez. Um dia, no escritório do Opportunity, em São Paulo, fui informado de que um tal de Ivan Guimarães queria falar comigo. Não tinha marcado encontro, não foi indicado por ninguém. Me trouxe o que, vim a saber depois, era um *kit* de contribuição do PT, com uma fita do Lula, um broche e uma caneta dentro de uma caixa. Achei estranho, disse que concessionária de governo não pode contribuir.

370

18/5/2006 A Polícia Federal apreende computadores e documentos no escritório do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Suspeita-se que pessoas ligadas a José Janene tenham sido beneficiárias de R$ 5,3 milhões do valerioduto. Meheidin Hussein Jenani, primo e assessor do deputado, movimentou R$ 295 mil em agência da Caixa Econômica Federal de Londrina (PR). O salário dele é de apenas R$ 1.834. A maior parte dos depósitos nas contas de pessoas ligadas a José Janene ocorreu entre 2003 e 2005, período áureo dos repasses do caixa 2 do PT.

A mulher do deputado, Stael Fernanda, apareceu como compradora de fazendas em Londrina e Faxinal (PR), e de dois terrenos em condomínio de luxo em Londrina. Num deles, estava sendo erguida residência de 2 mil metros quadrados de área construída, avaliada em R$ 2 milhões.

372

20/5/2006 O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, reuniu-se em segredo com o banqueiro Daniel Dantas. O grave é que Dantas acusou Bastos de ter dinheiro guardado no exterior, não declarado, conforme apontou a revista Veja. Segundo o repórter Marcio Aith, "Bastos deveria esforçar-se para prender o banqueiro, e não se sentar à mesa com ele para tratar de negócios".

Os dois teriam celebrado pacto segundo o qual o governo ficou de não pôr a Polícia Federal atrás de Dantas, enquanto o banqueiro se prontificou a não fornecer dados que comprometessem autoridades brasileiras na CPI.

Bastos teria procurado neutralizar um suposto dossiê de 41 páginas, com documentos sobre 27 contas bancárias em paraísos fiscais, todas recheadas com dinheiro ilegal de próceres da República, inclusive de Lula. A revista sustenta que Dantas entregou o dossiê à reportagem. Ele nega. O material foi encaminhado por Veja ao procurador-geral Antonio Fernando de Souza.

De acordo com a revista, Dantas pagou US$ 838 mil pelo dossiê a Frank Holder, ex-diretor da agência de investigações Kroll. Pretendia usá-lo para fazer chantagem. Veja refere-se a uma ata com o resumo de uma conferência telefônica realizada em 10 de fevereiro de 2005, entre Dantas, assessores e diretores da Kroll. No documento, o banqueiro relata que o ex-ministro José Dirceu e integrantes do governo Lula não iriam prejudicar os interesses do Opportunity, desde que ficassem livres de investigações da Kroll.

Veja também recorre a matéria publicada pela revista Carta Capital. A publicação lembra que o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), aliado de Dantas, fez alusões a contas bancárias no exterior, durante depoimento de Luiz Gushiken (PT-SP) à CPI dos Correios, em setembro de 2005. Heráclito Fortes discorreu sobre a Kroll para Luiz Gushiken:

- Não era uma característica da Kroll, no mundo inteiro, fazer gravações telefônicas, como se queria provar e mostrar. Mas, sim, fazer o rastreamento de contas e outras atividades.

O senador pontuou o que, no entender dele, estaria por trás do receio às atividades da agência de investigações:

- O medo da Kroll tem outro fundamento, senhor Gushiken, e a verdade vai chegar. É só questão de esperar, é só questão de tempo. Na verdade, o pavor que o governo tem da Kroll tem outro fundamento, e vamos chegar à verdade.

Parece claro que o senador Heráclito Fortes fez referência a somas de dinheiro de figurões, aplicadas ilegalmente no exterior.

375

23/5/2006 Delúbio Soares depõe à CPI dos Bingos. Recusa-se a assinar termo comprometendo-se a dizer a verdade, mas admite a participação em reunião com o banqueiro Daniel Dantas e o diretor do Opportunity, Carlos Rodenburg. Estava acompanhado de Marcos Valério. Foi em 22 de julho de 2003, no hotel Blue Tree, em Brasília. O encontro foi a pedido Valério. O ex-tesoureiro negou que a reunião serviu para exigir dinheiro. Delúbio teria insinuado durante o encontro que o PT queria US$ 40 milhões de Dantas. Diz Delúbio:

- Conversei com muitos empresários. Não tem ninguém que diga que eu pedi dinheiro.

Sobre o objetivo da reunião, então:

- O conteúdo foi que o Partido dos Trabalhadores não gostava do Opportunity. Eu não disse que gostava, nem que não gostava. O PT não tinha nenhuma restrição.

A campanha do PT em 2002 recebeu R$ 1 milhão de empresários de bingo?

- Nunca tive relacionamento com pessoas ligadas a jogos. Nunca entrei em casa de bingo. Nem em quermesse eu jogava bingo. Nunca recebi recursos de bingos. Não conheço o assunto, não conheço ninguém. Me declaro incompetente.

Mais direto, impossível.

Num dos momentos mais acalorados do depoimento, Delúbio diz que não pode ser responsabilizado por decidir, sozinho, sobre operações financeiras que alimentaram o caixa 2 do PT. O diálogo é com o presidente da CPI, o senador Efraim Morais (PFL-PB). Diz Delúbio:

- Eu tinha uma procuração política da direção do partido.

- **De quem? Do presidente Lula, de Dirceu?**

- Eu tinha uma autorização política.

Mais uma vez, Delúbio Soares mata no peito.

Manobra do governo na CPI evita a convocação de Daniel Dantas. Também fica de fora Jorge Mattoso, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e Daniel Goldberg, o assessor de Márcio Thomaz Bastos. E isso sem falar em Marcos Valério que, da mesma forma, foi desobrigado de prestar depoimento.

376

24/5/2006 A Câmara dos Deputados absolve o 11º acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Livra-se da cassação o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Em votação secreta, Vadão recebe 243 votos em sua defesa, contra 161 a favor da perda do mandato. Há 16 abstenções, quatro votos em branco e um nulo. Vadão foi acusado de receber R$ 3,7 milhões do caixa 2 do PT. O Conselho de Ética da Câmara aprovou parecer, inocentando-o. O autor foi o deputado Eduardo Valverde (PT-RO). Diz o petista:

- Seria fácil seguir o consenso de grande parte dos meios de comunicação, me aproveitar disso e crucificar mais um. Mas assumi a responsabilidade de remar contra a maré. Sei que amanhã parte da imprensa estampará que foi absolvido mais um mensaleiro.

Vadão teria recebido os R$ 3,7 milhões de Valério em dois pagamentos, feitos em hotéis de São Paulo. Delúbio confirmou a história. Há registro de telefonemas entre Vadão, Valério e Delúbio, alguns dias antes dos repasses. Do deputado João Fontes (PDT-SE):

- Não podíamos ter a esperança de cassação de Vadão Gomes numa Câmara contaminada por mensaleiros e sanguessugas.

O Congresso desiste de investigar a "máfia dos sanguessugas". Transfere a responsabilidade para a Procuradoria-Geral da República. Fica sem efeito sindicância aberta na Câmara para apurar suposta participação de 16 deputados no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas, compradas por prefeituras de todo o País. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), decidem desautorizar investigações sobre o envolvimento de parlamentares. O procurador-geral solicita ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquéritos criminais contra 15 parlamentares. Os nomes dos investigados não são divulgados. No fim, ninguém seria punido. Mais uma vez.

381

29/5/2006 A Justiça Federal determina o sequestro de bens e o bloqueio de ativos financeiros da mulher do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Stael Fernanda tem salário declarado de R$ 5.000, como assessora do marido, mas desde 2003 teria adquirido patrimônio superior a R$ 2 milhões. A ação também atinge Mehedin Hussein Jenani e a mulher dele, Rosa Alice Valente, ambos assessores de José Janene.

388

5/6/2006 A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) formaliza notícia-crime contra Lula. A denúncia é entregue pelo presidente da entidade, Roberto Busato, ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Traz três justificativas para investigar Lula. A primeira é o aporte de R$ 10 milhões da Telemar à Gamecorp, empresa pertencente a Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha". Da notícia-crime: "A Gamecorp, comandada por Fábio Luís da Silva, filho do presidente da República, associou-se com a Telemar, em operação milionária, sequer comunicada à Comissão de Valores Mobiliários."

O segundo ponto citado é um decreto presidencial, de agosto de 2004, que permitiu ao banco BMG entrar no setor de crédito a aposentados e pensionistas, apesar de não ser instituição autorizada a fazer pagamentos de benefícios da Previdência Social. Menos de duas semanas após o decreto, o BMG

assinou convênio com o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Obteve acesso a um mercado milionário, no qual atuou sozinho com a Caixa Econômica Federal, por quase dois meses. Da notícia-crime:

"O decreto presidencial facultou ao banco BMG atuar no crédito a funcionários federais, ressarcido mediante consignação em folhas de pagamento de vencimentos, sem que a referida instituição integre a rede de pagamentos do sistema previdenciário."

Na terceira investigação, a OAB propõe apurar as razões do silêncio de Lula em relação ao mensalão. Quer os detalhes sobre a compra de votos, caixa 2 e supostos atos de improbidade. A notícia-crime justifica a denúncia:

"A indesculpável e inexplicável omissão do presidente, nos episódios do mensalão, na formação de caixa 2 para o financiamento das campanhas do PT e na prevenção/repressão a atos de improbidade cometidos pelos mais chegados auxiliares do chefe do executivo."

389

6/6/2006 O editorial "Um ano depois", da Folha de S.Paulo, menciona o período transcorrido desde a entrevista em que Roberto Jefferson denunciou o esquema do mensalão. O jornal alerta para "impedir que o mensalão se torne apenas um episódio no rol de escândalos esquecidos da política nacional":

"A ruína ética e o desmoronamento das cúpulas do PT e do governo Lula são itens de destaque no balanço da crise. A despeito disso, o lulismo agora patrocina uma campanha cujo objetivo é apagar, nos eleitores, a memória do que foi o escândalo de corrupção. A estratégia oportunista se vale dos altos índices de popularidade presidencial – ancorados em dinheiro transferido a famílias pobres e melhoras discretas no emprego – e aposta no desgaste que o tempo decorrido desde as primeiras denúncias emprestou ao tema."

390

7/6/2006 O banqueiro Daniel Dantas presta depoimento à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça, do Senado). Ele confirma que o ex-sócio Carlos Rodenburg foi procurado por Delúbio Soares e o petista Ivan Guimarães. Os dois queriam que o Opportunity contribuísse com o PT. Conforme Dantas, os integrantes do PT ficaram contrariados por Rodenburg ter negado o pedido. Dantas afirma que Delúbio procurou Rodenburg para explicar as dificuldades financeiras do PT. Reitera a menção à quantia de US$ 40 milhões a US$ 50 milhões, mas garante não ter dado dinheiro:

- Somos administradores de fundos, não seria possível atender a esse pleito.

Em outra parte da audiência na CCJ, Dantas diz que foi chamado pelo ex-ministro José Dirceu (PT-SP) para uma reunião no Palácio do Planalto. Dirceu afirmou que o governo desejava resolver a disputa entre o Opportunity e os fundos de pensão pelo controle da Brasil Telecom. E que o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, iria tratar do assunto em nome do governo. No encontro, Cássio Casseb teria dito ao banqueiro para abrir mão do controle da Brasil Telecom. Declaração de Daniel Dantas:

- Perguntei o que receberia em troca. Ele disse: "Nada". O tom do Delúbio não era de intimidação, ao contrário do Casseb, nitidamente intimidatório.

Apesar da crise, a agência Duda Mendonça Propaganda cresceu mais de 100% entre 2004 e 2005. Passou da 22ª para a 16ª posição no *ranking* das maiores do País. O faturamento passou de R$ 75,8

milhões para R$ 158,4 milhões. Os dados são do jornal Meio&Mensagem, com base em pesquisa Ibope/Monitor. Só de janeiro a abril de 2006, o faturamento da agência atingiu R$ 74,6 milhões, graças às despesas de propaganda efetuadas pela Petrobras.

395

12/6/2006 A Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, autua três ex-dirigentes do Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários das estatais nucleares. Paulo Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Abel de Almeida foram acusados de irregularidades na gestão de recursos. As multas variam de R$ 60 mil a R$ 100 mil. Os dois primeiros teriam tido as nomeações no fundo de pensão chanceladas pelo petista Marcelo Sereno.

O próprio fundo apresentou denúncia-crime contra os três. Contabilizou R$ 40 milhões de prejuízos, em aplicações suspeitas de venda e compra de títulos. Os resultados sempre redundavam em perdas para o fundo, e em lucro para terceiros. Do relatório da Secretaria de Previdência Complementar:

"A contumácia de compras efetuadas pelo preço máximo, representando um acréscimo que oscila entre 3% e 28% sobre o preço mínimo praticado no dia, além de vendas efetuadas pelo preço mínimo, ou mesmo abaixo deste, mostra que os negócios foram conduzidos com o intuito de prejudicar o Nucleos."

396

13/6/2006 O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 12 votos a favor e uma abstenção, a cassação do deputado José Janene (PP-PR). Ex-líder do PP, Janene foi apontado como beneficiário de R$ 4,1 milhões do valerioduto. Ele admitiu ter intermediado repasse de R$ 700 mil para pagar honorários do advogado do ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC). Só. Segundo Janene, o dinheiro não foi declarado porque o PT jamais apresentou documentos atestando a origem dos recursos. Do relator do caso, Jairo Carneiro (PFL-BA):

- O recebimento dos R$ 700 mil é suficiente para a cassação, como ocorreu com Pedro Corrêa, mas o recebimento de outros valores está comprovado.

Desde o início da crise política, 18 deputados federais foram acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Quatro renunciaram logo, para evitar a abertura de processos. Foram absolvidos 10. Houve três cassados: José Dirceu (PT-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE).

Falta só a votação secreta do caso de José Janene. Ele seria absolvido em 6 de dezembro, ainda durante o primeiro mandato de Lula. Apenas 210 deputados votariam pela cassação, 47 a menos do que o mínimo necessário. Outros 128 decidiriam pela absolvição. Haveria ainda 23 abstenções e cinco votos em branco. Apenas 366 dos 513 deputados compareceriam à sessão. Desabafo de Nelson Trad (PMDB-RS), então:

- Eu creio que esta legislatura está definitivamente marcada com o sinete de imoral, dos anos tristes em que vivemos.

399

16/6/2006 O STF (Supremo Tribunal Federal) abre inquérito para investigar o deputado José Mentor (PT-SP). Ele é acusado de ter recebido R$ 300 mil para excluir do relatório da CPI do Banestado o nome do doleiro Richard Andrew de Mol Van Otterloo. Os trabalhos da CPI, em 2003 e 2004, tinham o objetivo de investigar esquema de remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

A denúncia contra José Mentor tem como base depoimento do próprio Richard Andrew Otterloo. Ele afirmou ao Ministério Público que entregou o dinheiro em São Paulo e recebeu um disquete com o conteúdo do relatório, para se certificar de que não fora incluído em qualquer denúncia. Do termo de declaração:

"Tal valor foi efetivamente pago em espécie em um *flat* localizado no bairro do Itaim Bibi, nesta capital, ao intermediário indicado por José Mentor."

Mentor não comenta. No escândalo do mensalão, ele foi acusado de receber R$ 120 mil de caixa 2. Acabou absolvido. Ficou a suspeita de que o dinheiro era propina para livrar o Banco Rural das garras da CPI do Banestado.

402

19/6/2006 A equipe técnica que trabalhou na CPI dos Correios descobre indícios de que o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) recebeu outros R$ 30 mil do valerioduto. Ele foi inocentado de pôr as mãos em R$ 50 mil. Desta vez, num cruzamento de dados, apurou-se que Silvana Paz Japiassu, assessora de João Paulo Cunha, esteve duas vezes no Banco Rural do Brasília Shopping.

Numa das idas à agência, em 16 de abril de 2004, passou por lá Eliane Alves Lopes, funcionária da SMPB, e sacou R$ 30 mil. Naquele dia, Silvana Japiassu também recebeu duas ligações da SMPB. Eliane Alves Lopes era responsável por retiradas da conta corrente da agência de Marcos Valério no Brasília Shopping, e supostamente fez repasses de valores a assessores de deputados. Cerca de 50 desses assessores passaram pela agência do Banco Rural. Foram realizados cruzamentos de ligações telefônicas entre assessores, gabinetes de parlamentares e a agência de Valério.

No início da crise relacionaram-se retiradas de R$ 200 mil a João Paulo Cunha. Ele admitiu apenas os R$ 50 mil. Silvana Japiassu trocou 187 telefonemas com empresas de Valério. Ela ganhou passagens aéreas do empresário, no valor de R$ 3.600. João Paulo Cunha não comenta.

403

20/6/2006 A CPI dos Bingos conclui os trabalhos. O relatório do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) é aprovado por 12 votos a dois. Os votos contra são dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). O documento tem 1.400 páginas. Pede o indiciamento de 79 pessoas e quatro empresas. Entre os denunciados, Antonio Palocci, Paulo Okamotto, Jorge Mattoso, Waldomiro Diniz, Sérgio Gomes da Silva, Rogério Buratti, Vladimir Poleto, Ademirson Ariosvaldo da Silva, Donizete Rosa, Carlinhos Cachoeira, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto. O ex-ministro José Dirceu e o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, são poupados.

Apesar de não indiciado, Gilberto Carvalho teve o nome citado 50 vezes nas 78 páginas do capítulo que trata da corrupção em Santo André (SP) e da morte do prefeito Celso Daniel (PT), crime qualificado como "de mando". Gilberto Carvalho teria sido um dos principais estrategistas de operação para impedir a investigação do assassinato. O relator menciona conversas entre Gilberto Carvalho e Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", nas quais se procurou configurar a morte de Celso Daniel como crime comum. Do relatório:

"O caso Santo André envolve o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, flagrado em gravações telefônicas combinando estratégias e reuniões para reforçar a defesa de Sérgio Gomes da Silva, além de ter sido apontado como responsável pela coleta de arrecadação ilegal para o então presidente do PT, José Dirceu."

O relatório da CPI menciona Lula em dois episódios. Um deles, a suposta doação irregular de dinheiro de empresários do bingo para a campanha eleitoral de 2002. O outro, a acusação de envolvimento de assessores do presidente em esquemas de cobrança de propina em prefeituras do PT.

O documento aborda vários casos investigados pela CPI. Entre eles, a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional norte-americana Gtech, celebrada, segundo o que foi apurado, mediante o pagamento de propina. Os contratos supostamente fraudulentos de limpeza pública em Ribeirão Preto (SP) também foram objeto dos trabalhos. O relatório pede o indiciamento do ex-prefeito Gilberto Maggioni (PT) e de altos funcionários da Prefeitura de Ribeirão. Sobre a operação para trazer dólares de Cuba à campanha eleitoral do PT em 2002, o relatório conclui ser preciso aprofundar as investigações. De qualquer forma, a versão de que houve apenas o transporte de caixas de bebida é considerada inverossímil.

Antonio Palocci teve o indiciamento solicitado por formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa. Paulo Okamotto, o amigo de Lula, foi citado por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária. Ele teria ligações com o suposto esquema de extorsão em prefeituras do PT, e fez o pagamento de dívida de Lula junto ao partido, com recursos não esclarecidos. Do relatório:

"Tais pagamentos nunca foram devidamente comprovados, dando margem à suspeita que, na verdade, o dinheiro seja oriundo do esquema de caixa 2 que abastecia a tesouraria petista."

Em relação aos bingos, a denúncia mais grave é fundamentada em informações de Rogério Buratti, ex-secretário de Governo de Antonio Palocci em Ribeirão Preto. Ele mencionou contribuição ilegal de R$ 2 milhões para a campanha de Lula. Metade do dinheiro teria sido repassada pelos empresários de jogo Artur José Valente Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo. O relatório solicita o indiciamento dos dois.

O relatório da CPI dos Bingos marcou o fim do escândalo do mensalão, apesar dos inquéritos que continuariam em andamento, das investigações que ficariam em curso, das novas descobertas que certamente viriam e dos futuros desdobramentos do maior esquema de corrupção governamental que se tem notícias no Brasil, em todos os tempos.

Capítulo 7

Na denúncia do procurador-geral da República, mensalão foi ação de 'organização criminosa'

"Os denunciados operacionalizaram desvio de recursos públicos, concessões de benefícios indevidos a particulares em troca de dinheiro e compra de apoio político, condutas que caracterizam os crimes de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, corrupção e evasão de divisas."

A acusação acima, do procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, faz parte do inquérito sobre o escândalo do mensalão. Ele denunciou, em 11 de abril de 2006, 40 pessoas ao STF (Supremo Tribunal Federal). A denúncia endossou os resultados da CPI dos Correios, e foi além.

Logo na introdução do documento, os 20 dos acusados com participação notória no esquema: José Dirceu, Luiz Gushiken, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcos Valério, João Paulo Cunha, Pedro Corrêa, José Janene, Valdemar Costa Neto, Professor Luizinho, João Magno, Anderson Adauto, Duda Mendonça, José Borba, Carlos Rodrigues, Zilmar Fernandes da Silveira, Simone Vasconcelos, Henrique Pizzolato e Roberto Jefferson.

Para o procurador, "todas as imputações feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson ficaram comprovadas". As apurações "evidenciaram o loteamento político dos cargos públicos em troca de apoio às propostas do governo, prática que representa um dos principais fatores do desvio e má aplicação de recursos públicos, com o objetivo de financiar campanhas milionárias nas eleições, além de proporcionar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos, empresários e lobistas que atuam nessa perniciosa engrenagem".

Ao abordar a movimentação financeira dos investigados, Antonio Fernando de Souza apontou: os denunciados "mantinham um intenso mecanismo de lavagem de dinheiro com a omissão dos órgãos de controle, uma vez que possuíam o apoio político, administrativo e operacional de José Dirceu, que integrava o governo e a cúpula do Partido dos Trabalhadores".

Sobre José Dirceu: "É certo que José Dirceu, então ocupante da importante chefia da Casa Civil, em razão da força política e administrativa de que era detentor, competindo-lhe a decisão final sobre a indicação de cargos e funções estratégicas na administração pública federal, foi o principal articulador dessa engrenagem, garantindo-lhe a habitualidade e o sucesso".

O procurador-geral admitiu dificuldade para identificar a origem do dinheiro do esquema, "em razão de expedientes adotados pelos próprios investigados, que se utilizaram de uma elaborada engenharia financeira, facilitada pelos bancos envolvidos, notadamente o Banco Rural, onde o dinheiro público mistura-se com o privado, perpassa por inúmeras contas para fins de pulverização até o seu destino final, incluindo muitas vezes saques em favor do próprio emitente e outras intrincadas operações com *offshores* e empresas titulares de contas no exterior, tendo como destino final paraísos fiscais".

O relatório traz capítulo com o sugestivo nome de "Quadrilha". Refere-se à "existência de uma sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude". A denúncia:

"Pelo que já foi apurado até o momento, o núcleo principal da quadrilha era composto pelo ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, o ex-secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira, e o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoino."

"Como dirigentes máximos, tanto do ponto de vista formal quanto material, do Partido dos Trabalhadores, os denunciados, em conluio com outros integrantes do partido, estabeleceram um engenhoso esquema de desvio de recursos de órgãos públicos e de empresas estatais e também de concessões de benefícios diretos ou indiretos a particulares em troca de ajuda financeira."

"O objetivo desse núcleo principal era negociar apoio político, pagar dívidas pretéritas do partido e também custear gastos de campanha e outras despesas do PT e dos seus aliados."

"Com efeito, todos os graves delitos que serão imputados aos denunciados ao longo da presente peça têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal, no que concerne ao núcleo integrado por José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Genoino, garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros partidos políticos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias campanhas eleitorais."

O procurador-geral da República citou os nomes de sócios e funcionários do empresário Marcos Valério, todos denunciados no inquérito:

"Nesse ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o até então obscuro empresário Marcos Valério aproxima-se do núcleo central da organização criminosa (José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira e

José Genoino) para oferecer os préstimos da sua própria quadrilha (Ramon Hollerbach, Cristiano de Mello Paz, Rogério Tolentino, Simone Vasconcelos e Geyza Dias dos Santos) em troca de vantagens patrimoniais no Governo Federal."

Em conjunto com dirigentes do Banco Rural, "Marcos Valério desenvolveu um esquema de utilização de suas empresas para transferência de recursos financeiros para campanhas políticas, cuja origem, simulada como empréstimo do Banco Rural, não é efetivamente declarada, mas as apurações demonstraram tratar-se de uma forma de pulverização de dinheiro público desviado através dos contratos de publicidade".

Antonio Fernando de Souza afirma que Marcos Valério e os sócios "utilizavam suas empresas e contratos de publicidade com empresas privadas para operacionalizar esquema de repasse de dinheiro não-contabilizado a candidatos a cargos eletivos, diante da possibilidade de contabilização desses recursos como gasto de publicidade, mediante o desconto de um percentual sobre o valor transferido. Para esse fim valiam-se do mesmo esquema de transferência de dinheiro em espécie operado junto ao Banco Rural".

A "complexa organização criminosa", conforme o procurador-geral da República, contava com apoio da alta direção do Banco Rural, a saber: Kátia Rabello, presidente, e os vice-presidentes José Roberto Salgado, Ayanna Tenório Torres de Jesus e Vinícius Samarane.

A denúncia segue: não há dúvida de que a cúpula do PT se associou, "de forma estável e permanente" aos núcleos publicitário, de Marcos Valério, e financeiro, junto ao Banco Rural: "Conspurca-se a manifestação popular, base do sistema democrático, instituindo-se sistema de enorme movimentação financeira à margem da legalidade, com o objetivo espúrio de obter a compra de votos de parlamentares à custa do desvio de recursos públicos".

O procurador-geral descreveu que a "associação criminosa" entre integrantes do PT, empresas de Valério e o Banco Rural tinha a finalidade de transferir, periodicamente, vultosas quantias para parlamentares ou pessoas indicadas por eles. Sempre com autorização de Delúbio Soares, "sem qualquer contabilização por parte dos responsáveis pelo repasse ou pelos beneficiários".

A apuração concluiu: "no mínimo, R$ 55 milhões, repassados pelos Bancos Rural e BMG, foram entregues à administração do grupo de Marcos Valério, sob o fundamento de pseudos empréstimos ao publicitário, empresas e sócios, e foram efetivamente utilizados nessa engrenagem de pagamento de dívidas de partido, compra de apoio político e enriquecimento de agentes públicos".

A denúncia continua: "Também foram repassados diretamente pelos Bancos Rural e BMG vultosas quantias ao Partido dos Trabalhadores, comandado formal e materialmente pelo núcleo central da quadrilha, sob o falso manto de empréstimos bancários".

"Desse modo, o núcleo do Banco Rural, em troca de vantagens indevidas, ingressou na engrenagem criminosa com o aporte de recursos milionários, mediante empréstimos simulados, além de montar uma sofisticada estrutura de lavagem de capitais para o repasse dos valores pagos aos destinatários finais."

O procurador-geral acusou os dirigentes do BMG de "injetarem recursos milionários na empreitada delituosa, mediante empréstimos simulados". Segundo a denúncia, "ficou comprovado que o banco BMG foi flagrantemente beneficiado por ações do núcleo político-partidário, que lhe garantiram lucros bilionários na operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos, pensionistas e aposentados do INSS, a partir de 2003".

O relatório explica: "O banco BMG, que sequer é um banco pagador de benefícios previdenciários e que possui uma insignificante capilaridade de agências, solicitou autorização ao INSS para efetuar os

chamados empréstimos consignados aos aposentados e pensionistas e, apesar de pareceres contrários da área jurídica e do fato de que a regulamentação vigente, naquela ocasião, permitia que somente bancos pagadores de benefícios pudessem habilitar-se para a concessão desses créditos, o então presidente do INSS, Carlos Gomes Bezerra, adotou diversas providências para permitir a atuação do BMG nesse mercado".

"Todos os fatos que se desenrolaram desde então demonstram que as ações desenvolvidas pelo núcleo político-partidário foram pautadas exclusivamente para beneficiar o banco BMG, que, não por acaso, foi a primeira instituição financeira não pagadora de benefícios previdenciários habilitada à concessão dos créditos consignados, o que lhe rendeu vultosa lucratividade, decorrente, principalmente, dos mecanismos utilizados em seu benefício, que lhe permitiram sair na frente de todo o mercado de bancos pequenos; negociar esses empréstimos com os aposentados inclusive por telefone e, posteriormente, ceder essa carteira, em uma operação extremamente suspeita, à Caixa Econômica Federal."

Em outro trecho, o relatório traz justificativa para a troca de apoio político por cargos. Conforme o ex-deputado Roberto Jefferson, grafa o documento, "as diretorias e outros cargos relevantes na administração pública, resultantes da composição político-partidária, têm a função de arrecadar dinheiro do próprio órgão público, pela sistemática do desvio e superfaturamento, e também de pressionar empresas privadas que se relacionam com esses órgãos a fazer 'doações'".

O relatório refere-se uma vez mais a Jefferson. Afirma que o presidente nacional do PTB salientou que indicações para cargos, mudanças de partidos e compra de apoio político eram "tratadas diretamente com o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. Tratavam, inclusive, do 'mensalão', matéria que foi objeto de conversa entre ambos em cinco ou seis oportunidades".

A denúncia: "José Dirceu comandava a indicação para o preenchimento de cargos na administração federal, contando com o assessoramento de Silvio Pereira, como representante do PT, Marcelo Sereno e de Sandra Cabral, ambos assessores especiais da Casa Civil que tinham a função de acompanhar essas nomeações".

Mais: "Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira, dirigentes do Partido dos Trabalhadores, atuavam no esquema como se fossem representantes do governo. Silvio Pereira, em diversos depoimentos, foi apontado como um dos responsáveis pelas indicações para o preenchimento de cargos e funções públicas no Governo Federal, fato pelo mesmo confirmado. Ou seja, não obstante tratar-se apenas de um integrante da cúpula do Partido dos Trabalhadores, secretário do partido, atuava nos bastidores do governo, negociando as indicações políticas espúrias que, em última análise, proporcionavam o desvio de recursos em prol de parlamentares, partidos políticos e particulares". (...)

"Com a base probatória colhida, pode-se afirmar que José Genoino, até pelo cargo partidário ocupado, era o interlocutor político visível da organização criminosa, contando com o auxílio direto de Silvio Pereira, cuja função primordial na quadrilha era tratar de cargos a serem ocupados no Governo Federal. Delúbio Soares, por sua vez, era o principal elo com as demais ramificações da quadrilha (Marcos Valério e Rural), repassando as decisões adotadas pelo núcleo central. Tudo sob as ordens do denunciado José Dirceu, que tinha o domínio funcional de todos os crimes perpetrados, caracterizando-se, em arremate, como o chefe do organograma delituoso."

De acordo com o procurador-geral, eram frequentes "as reuniões no Diretório do PT, em Brasília, entre Marcos Valério, Delúbio Soares e Silvio Pereira, além de encontros no *hall* do hotel Blue Tree, também em Brasília, onde Marcos Valério passou a se hospedar para facilitar os contatos". E mais:

"Marcos Valério também confirmou que se valeu da sua influência junto aos bancos Rural e BMG para solucionar problema enfrentado pela ex-esposa do então ministro José Dirceu, que pretendia

vender o seu imóvel, obter um empréstimo e arrumar um emprego. Marcos Valério e Rogério Tolentino resolveram todas as três pendências acima, o que evidencia a troca de favores no esquema."

O relatório cita que Dirceu "era a segunda pessoa mais poderosa do Estado brasileiro, estando abaixo apenas do presidente da República". E acrescenta:

"Assim, a atuação voluntária e consciente do ex-ministro José Dirceu no esquema garantiu às instituições financeiras, empresas privadas e terceiros envolvidos que nada lhes aconteceria, como de fato não aconteceu até a eclosão do escândalo, e também que seriam beneficiados pelo Governo Federal em assuntos de seu interesse econômico, como de fato ocorreu."

"Se por um lado integrantes da cúpula do Governo Federal e do PT dispuseram-se a estruturar uma forma de financiamento do próprio partido e dos seus aliados, formando-se, à custa do dinheiro público, uma sólida base governista capaz de garantir a continuidade no poder desse grupo, por outro, nos termos confessados pelo próprio Marcos Valério, este e os seus sócios aproximaram-se dos dirigentes do PT, notadamente Delúbio Soares, com a finalidade de oferecer as suas empresas como mecanismo operacional desse esquema, já contando com o apoio dos bancos Rural e BMG também interessados em se beneficiar em deliberações governamentais, os quais mantinham, principalmente o Rural, atividades financeiras suspeitas com o grupo de Marcos Valério."

"O início desse relacionamento, que se transformou, segundo informado por Marcos Valério, em uma sólida amizade, e que teve, por parte de Marcos Valério, a intenção de apresentar o seu *modus operandi* de desvio de recursos públicos e utilização de instituições financeiras para lavagem de dinheiro, gerou excelentes resultados para esse publicitário que, logo de início, promoveu a campanha publicitária do deputado João Paulo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, o qual, uma vez eleito, contratou justamente a empresa SMPB para as campanhas institucionais da Câmara, situação eivada de ilegalidades que será descrita no tópico seguinte."

Em seguida, o relatório faz nova menção ao ex-deputado Roberto Jefferson. Desta vez, trata dos R$ 20 milhões que seriam transferidos ao PT e ao PTB, numa transação para a aquisição da Telemig pela Brasil Telecom, "operação acompanhada diretamente pelo ex-ministro José Dirceu".

Aqui, o inquérito classifica Marcos Valério como "experiente no ramo da criminalidade", dono de "rede própria de servidores corrompidos para facilitar suas atividades ilícitas". Por isso o empresário teria assumido "o papel de principal organizador dos crimes perpetrados pelo núcleo central da quadrilha", formado por Dirceu, Genoino, Delúbio e Silvio Pereira.

O procurador-geral relatou que Valério intermediou reuniões de Carlos Rodenburg, acionista do grupo Opportunity, com a finalidade de solucionar problemas daquela instituição com o Governo Federal. Intermediou também visita de Delúbio e Genoino à siderúrgica Usiminas:

"Ou seja, Delúbio Soares, além de atuar como representante do PT, também se relacionava com empresários e terceiros na qualidade de integrante do Governo Federal, com legitimidade para discutir a questão do relacionamento com grupos econômicos extremamente influentes, como é o caso do Opportunity. Uma instituição privada desse porte, em hipótese alguma, solicitaria o auxílio de Marcos Valério para uma reunião com Delúbio Soares se não vislumbrasse nesse encontro uma possibilidade de atendimento a seus pleitos legítimos ou ilegítimos."

Sobre a agência de Valério: "A empresa SMPB era o comitê central das atividades criminosas do núcleo Marcos Valério, fornecendo a estrutura logística e humana para a consecução dos objetivos da organização criminosa, empregando como mão-de-obra as denunciadas Simone Vasconcelos e Geyza Dias, ambas responsáveis pela parte financeira da referida empresa."

Agora, sobre Geyza Dias dos Santos: "Ela encaminhava, principalmente via correio eletrônico, a qualificação dos beneficiários dos polpudos valores ilícitos que eram originados, lavados e, por fim, entregues pela organização criminosa. Além disso, recebia alguns beneficiários na sede da SMPB e organizava pessoalmente os repasses de valores em algumas situações, como no caso envolvendo parte dos pagamentos ilícitos, inclusive no exterior, aos publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes".

Simone Vasconcelos, diretora da agência de Valério, por sua vez, "era peça fundamental na engrenagem criminosa, pois tinha como ofício repassar o dinheiro para os beneficiários finais da engenharia criminosa montada":

"Essas entregas, ordinariamente efetuadas na sede da agência bancária, também ocorriam em hotéis. Ela também tinha a função de telefonar para os destinatários dos valores, informando que já estavam disponíveis e orientando o local e a forma de recebimento."

Trecho do relatório: "Quanto à sistemática e frequência dos saques de valores vultosos, em espécie, principalmente na agência do Banco Rural em Brasília, são relevantes as informações prestadas pelo então tesoureiro dessa agência, senhor José Francisco de Almeida Rego, o qual informou que a partir de 2003 os saques em espécie tornaram-se polpudos, frequentes e operacionalizados por fax, telefonemas ou correios eletrônicos encaminhados pela agência de Belo Horizonte, indicando o valor e a qualificação do sacador do dinheiro em espécie no banco".

Sobre Rogério Tolentino, sócio de Valério: "Seu envolvimento pode ser visualizado em atuações específicas da quadrilha, como a entrega de dinheiro ao deputado federal José Mentor sob a justificativa de uma consultoria jurídica, buscando excluir o Banco Rural das investigações parlamentares, sua ida junto com Marcos Valério e Emerson Palmieri para Portugal para fechar uma das operações do bando, e sua participação no episódio envolvendo o procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes".

Mais um capítulo da denúncia, chamado de "Desvio de recursos públicos". Descreve que as empresas de Valério administravam verbas de publicidade do Banco do Brasil, Ministério do Trabalho, Eletronorte, Ministério dos Esportes, Correios e Câmara dos Deputados, mas, no entanto, "eram contumazes sonegadoras fiscais, mantinham contabilidade paralela e emitiam notas fiscais falsas para justificar custos na prestação de serviços publicitários".

A emissão de notas fiscais falsas servia "para justificar pagamentos de serviços sem a devida contraprestação, além de outras práticas ilícitas destinadas a justificar o recebimento de vultosas quantias, posteriormente repassadas ao esquema operacionalizado pelo núcleo Marcos Valério".

Várias páginas do relatório são dedicadas à promíscua relação entre Valério e o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP). Aqui, destaca-se o "desvio" de R$ 252 mil do contrato entre a SMPB Comunicação e a Câmara, "em proveito próprio" de Cunha. O montante foi usado para pagar uma subcontratada, a IFT (Ideias, Fatos e Texto), do jornalista Luis Costa Pinto, assessor do deputado. Em troca, a empresa se comprometeu a elaborar boletins mensais, mas jamais teria entregado nada. A denúncia:

"Na verdade, a subcontratação foi uma armação para que o Luis Costa Pinto fosse bem remunerado (R$ 20 mil por mês) para prestar assessoria direta a João Paulo Cunha."

Para Antonio Fernando de Souza, a SMPB foi remunerada, sem prestar serviços, à medida que subcontratou "99,9%" do objeto licitado com a Câmara dos Deputados, contrato cujo valor alcançava R$ 10,7 milhões.

"A SMPB, do núcleo Marcos Valério, participou do contrato apenas para intermediar subcontratações, recebendo honorários de 5% por isso. Referida situação caracteriza grave lesão ao erário, além do crime de peculato."

Para o procurador, a prática das subcontratações permitiu que Cunha desviasse R$ 536 mil do contrato mantido entre a Câmara e a SMPB. Tudo "em proveito do núcleo Marcos Valério da organização criminosa".

O inquérito analisou contrato da DNA Propaganda, de Valério, com o Banco do Brasil. Acusa "o desvio de recursos públicos em benefício de terceiros, bem como o pagamento indevido de serviços que não foram prestados pela agência de publicidade contratada, entre diversas outras ilicitudes".

Cita auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) na DNA. A agência de Valério "desviou em proveito próprio, no mínimo, R$ 4,2 milhões". Destes, R$ 2,9 milhões referem-se a pagamentos de bonificações por fornecedores na gestão de Henrique Pizzolato na Diretoria de Marketing do Banco do Brasil:

"O desvio desses recursos efetivou-se porque os dirigentes do Banco do Brasil responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, em conluio com o grupo de Marcos Valério, permitiram que a agência de publicidade cobrasse do fornecedor subcontratado a comissão denominada 'bônus de volume' que, no caso de ambos os contratos firmados com o Banco do Brasil, deveria ser integralmente devolvida ou mesmo descontada da fatura emitida pelo fornecedor contra o banco."

Para o procurador-geral, desvios relacionados ao bônus de volume do Banco do Brasil podem chegar à cifra de R$ 37,6 milhões. O inquérito descreve a "profunda ligação" entre Pizzolato e o PT. Por isso, Pizzolato "participou do crime de peculato ora narrado. Sua indicação para um cargo estratégico dentro das pretensões da organização criminosa foi fruto dessa vinculação".

Da denúncia de Antonio Fernando de Souza: "O ex-ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken, e o ex-diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, em atuação orquestrada, desviaram, no período de 2003 e 2004, em benefício do grupo liderado por Marcos Valério e do Partido dos Trabalhadores, vultosas quantias do fundo de investimento Visanet, constituído com recursos do Banco do Brasil".

O Banco do Brasil liberou para a DNA, a título de antecipação de recursos dos serviços de publicidade da Visanet, R$ 73,8 milhões. A denúncia: "Com efeito, uma vez sob disposição do núcleo Marcos Valério, o montante foi empregado para pagar propina e dívidas de campanhas eleitorais por ordem de José Dirceu, José Genoino, Silvio Pereira e Delúbio Soares. Além disso, como já relatado, uma das antecipações serviu para abater um dos empréstimos do BMG que suportaram a engenharia ora denunciada".

O relatório esmiúça irregularidades descobertas no contrato de R$ 12,8 milhões entre a SMPB e o Ministério dos Esportes, e no contrato da DNA com a Eletronorte, no total de R$ 42,2 milhões. Entre os expedientes suspeitos, recebimento de comissões sem a correspondente prestação de serviços, sobrepreços na aquisição de bens, simulação de cotação nos preços de serviços subcontratados, pagamento por serviços não-realizados e apresentação de propostas fraudulentas, para justificar a subcontratação de serviços.

O próximo capítulo tem o título de "Lavagem de dinheiro". O procurador-geral da República acusa a existência de um "sofisticado mecanismo de branqueamento de capitais", implementado pelo núcleo de Valério:

"A sistemática criada pelos dirigentes do Banco Rural, aprimorada a partir do início de 2003, possibilitou a transferência, em espécie, de grandes somas em dinheiro com a ocultação e dissimulação da natureza, origem, movimentação e destino final."

Cabia a Delúbio dizer a Valério quem receberia e qual valor a ser entregue:

"A estrutura articulada pelos dirigentes do Banco Rural possibilitou que o grupo de Marcos Valério, notadamente Simone Vasconcelos e Geyza Dias, comunicasse ao gerente da conta da SMPB ou DNA no Banco Rural de Belo Horizonte, agência Assembléia, a operação que seria desencadeada, ou seja, pagamento de determinada quantia, nas praças de Belo Horizonte, Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, qualificando a pessoa que efetuaria o recebimento e transporte, em malas ou sacolas, dos recursos financeiros."

O procurador-geral anotou o comportamento do funcionário do Banco Rural: "Nos dois anos dos intensos saques, o tesoureiro José Francisco destacou que nenhum recebedor fazia conferência do numerário, limitando-se a acondicionar os vultosos recursos em uma mala, bolsa ou sacola que levavam para tal finalidade ou lhes eram entregues pela própria Simone Vasconcelos. Por seu turno, Simone Vasconcelos, conforme declarado na fase inquisitorial, limitava-se a entregar o numerário à pessoa identificada para o seu recebimento, sem conferir sequer a identidade".

Do inquérito: "O Banco Rural, embora tivesse conhecimento dos verdadeiros sacadores/beneficiários dos recursos sacados na 'boca do caixa', registrou no Sistema do Banco Central (Sisbacen – opção PCAF 500, que registra operações e situações com indícios de crime de lavagem de dinheiro) que os saques foram efetuados pela SMPB Comunicação e que se destinavam a pagamento de fornecedores".

A denúncia apresentou "situações de pagamentos, pelo esquema de lavagem", envolvendo João Cláudio Genu, assessor do PP, o deputado Josias Gomes (PT-BA) e ainda Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL, e José Luiz Alves, assessor do ex-ministro dos Transportes, Anderson Adauto (PL-MG).

De acordo com o procurador-geral, as agremiações políticas corrompidas, pagas com vultosas quantias, "chegaram a estruturar quadrilhas autônomas para viabilizar o cometimento dos crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais, consistentes no recebimento direto ou disfarçado dos pagamentos de propina em troca de integrarem a base de apoio do Governo Federal".

O inquérito prossegue: "Além dos pagamentos que foram comprovados pelos documentos obtidos em razão do cumprimento de medida de busca e apreensão no Banco Rural, é preciso registrar que vários repasses foram efetuados diretamente por Marcos Valério e Simone Vasconcelos sem qualquer registro formal, ainda que rudimentar".

Em relação ao PP, a acusação relaciona os deputados José Janene (PR), Pedro Corrêa (PE), Pedro Henry (MT) e o assessor João Cláudio Genu. Todos denunciados pelo "recebimento de vantagem indevida" de R$ 4,1 milhões, num acordo que implicava apoio do partido ao Governo Federal. A denúncia:

"Após formalizado o acordo criminoso com o PT (José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira), os pagamentos começaram a ser efetuados pelo núcleo publicitário-financeiro. Os recebimentos, por sua vez, eram concretizados com o emprego de operações de lavagem de dinheiro para dissimular os reais destinatários dos valores que serviram como pagamento de propina."

No primeiro momento, os denunciados decidiram receber por meio de um intermediário, o assessor João Cláudio Genu. Os saques eram efetuados por Simone Vasconcelos no Banco Rural e repassados a Genu, em malas ou sacolas, dentro da agência do Brasília Shopping, em quarto do hotel Grand Bittar, em Brasília, ou na própria sede da SMPB na capital federal.

Depois, com a finalidade de "sofisticar as manobras de encobrimento da origem e natureza dos expressivos montantes auferidos pela quadrilha", foram utilizadas as empresas Bônus-Banval, de Enivaldo Quadrado e Breno Fischberg, e Natimar, de Carlos Alberto Quaglia.

No PL, os denunciados são o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), os irmãos Jacinto e Antonio Lamas, Lúcio Funaro e José Carlos Batista. Os três primeiros receberam, em 2003 e 2004, cerca de R$ 10,8 milhões em propina.

A denúncia: "O acordo criminoso com os denunciados José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira foi acertado na época da campanha eleitoral para a Presidência da República em 2002, quando o PL participou da chapa vencedora".

Para dissimular os destinatários, operações de lavagem de dinheiro: "De fato, consciente de que os montantes eram oriundos de organização criminosa voltada para o cometimento de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, os denunciados articularam mecanismo para dissimular a origem, natureza e destino dos valores auferidos".

Os repasses foram intermediados pela Guaranhuns Empreendimentos, de Lúcio Funaro e José Carlos Batista. Não obstante, "a obtenção dos recursos em espécie também era empreendida por Valdemar Costa Neto, que costumava receber altas quantias em sua própria residência".

O procurador-geral acrescentou: "Logo após, junho de 2003, iniciou-se a sistemática de repasse de dinheiro pelo mecanismo de lavagem disponibilizado pelo Banco Rural, através do recebimento, em espécie, por Jacinto ou Antonio Lamas, na agência do Banco Rural em Brasília; no hotel Kubitschek, em Brasília; no hotel Mercure, em Brasília; e na filial da empresa SMPB, também localizada em Brasília".

Em âmbito do PTB, a propina em troca de apoio político foi recebida pelo ex-presidente José Carlos Martinez, falecido, Roberto Jefferson e o deputado Romeu Queiroz (MG), com a ajuda de Emerson Palmieri. A acusação:

"Os denunciados, cientes de que os montantes recebidos tinham como origem organização criminosa dedicada ao cometimento dos crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, engendraram mecanismo para dissimular a origem, natureza e destino dos valores auferidos." (...)

"Em dezembro de 2003, Roberto Jefferson manteve contato com Romeu Queiroz, secretário do PTB, para que este retomasse os mecanismos estruturados durante a gestão de José Carlos Martinez para a obtenção de recursos financeiros. Romeu Queiroz procurou o então ministro Anderson Adauto, o qual manteve entendimentos com Delúbio Soares, que se prontificou a retomar as transferências através da empresa SMPB, o que de fato ocorreu, nos termos abaixo narrados." (...)

"Assim, em janeiro de 2004, José Hertz, coordenador do PTB em Belo Horizonte, recebeu um telefonema de Emerson Palmieri que o orientou a buscar um envelope a ser entregue por Simone Vasconcelos. Primeiramente, José Hertz pegou um envelope com dinheiro na agência do Banco do Brasil em Belo Horizonte e, depois, recebeu outro envelope contendo dinheiro na agência do Banco Rural em Belo Horizonte."

"José Hertz deslocou-se até Brasília e entregou ambos os envelopes contendo dinheiro a Emerson Palmieri na data de 5/1/2004, ocasião em que Emerson Palmieri ligou para Roberto Jefferson informando o seguinte: 'assunto resolvido'."

Outro enrosco: o "núcleo central da quadrilha" acertou um repasse de R$ 20 milhões ao PTB, mas só teria providenciado a entrega de R$ 4 milhões, em duas parcelas. O caso já foi relatado em detalhes.

Sobre o PMDB: o ex-deputado José Borba (PR), líder do partido na Câmara, "integrou o esquema de corrupção em troca de apoio político". E recebeu, segundo admitiu Valério, R$ 2,1 milhões. A denúncia:

"Ciente da origem ilícita dos recursos (organização criminosa voltada para a prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional), bem como dos mecanismos de lavagem empregados para a transferência dos valores, José Borba atuou para não receber diretamente o dinheiro, de forma a não deixar qualquer rastro de sua participação no esquema". O relatório ressalva:

"No entanto, ficou comprovado o pagamento de uma das parcelas disponibilizadas pelo grupo de Marcos Valério, no valor de R$ 200 mil ao ex-deputado federal José Borba, que recebeu esse dinheiro das mãos de Simone Vasconcelos. Nessa ocasião, o próprio José Borba compareceu na agência do Banco Rural em Brasília e procurou o então tesoureiro do Banco Rural em Brasília João Francisco de Almeida para a entrega do dinheiro, o que foi confirmado por Simone Vasconcelos."

"Todavia, José Borba recusou-se a assinar qualquer documento que comprovasse o recebimento da importância acima, fazendo com que Simone Vasconcelos se deslocasse até essa agência, retirasse, mediante a sua própria assinatura, a quantia acima informada, e efetuasse a entrega desse numerário ao então parlamentar."

O relatório dedica capítulo à "Lavagem de dinheiro (Partido dos Trabalhadores e o ex-ministro dos Transportes)". A denúncia:

"Objetivando não se envolverem nas operações de apropriação dos montantes, pois tinham conhecimento que os recursos vinham de organização criminosa destinada à prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, Paulo Rocha, João Magno, Luiz Carlos da Silva (vulgo 'Professor Luizinho') e Anderson Adauto empregaram mecanismos fraudulentos para mascarar a origem, natureza e, principalmente, destinatários finais das quantias."

O procurador-geral explicou: "Nas retiradas em espécie, buscando não deixar qualquer sinal da sua participação, os beneficiários reais apresentavam um terceiro, indicando o seu nome e qualificação para o recebimento dos valores". Dessa forma, o ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA) recebeu R$ 920 mil, dos quais ao menos R$ 600 mil por meio da assessora Anita Leocádia Pereira Costa, que pegou dinheiro em agências bancárias e quarto de hotel:

"Anita Leocádia agia profissionalmente como intermediária de Paulo Rocha, tendo ciência que estava viabilizando criminosamente o recebimento de valores em espécie. Diferente de outros casos, não foram saques pontuais. Pelo contrário, sua atuação foi habitual e constante como auxiliar de Paulo Rocha na prática dos crimes."

O deputado João Magno (PT-MG) pôs as mãos em R$ 350 mil: "João Magno tinha pleno conhecimento da atuação da quadrilha ora denunciada, tanto é que, para se preservar, utilizou-se de interpostas pessoas para o recebimento dos valores disponibilizados pelo núcleo político-partidário por intermédio do núcleo publicitário-financeiro, valendo-se da estrutura disponibilizada pelo núcleo financeiro (Banco Rural)".

Já o deputado Professor Luizinho (PT-SP), ex-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, "também com pleno conhecimento da atuação dos núcleos político-partidário e financeiro-publicitário na prática dos crimes narrados nesta petição recebeu, de forma dissimulada, através de interposta pessoa, a importância de R$ 20 mil". Agora, o ministro de Lula filiado ao PL:

"Anderson Adauto, ex-ministro dos Transportes, e o seu chefe de gabinete, José Luiz Alves, também com pleno conhecimento dos crimes praticados pelos integrantes da quadrilha descritos nesta petição, receberam diretamente do núcleo publicitário-financeiro da quadrilha a importância de R$ 1 milhão."

O último capítulo do relatório, "Evasão de divisas e lavagem de dinheiro – Duda Mendonça e Zilmar Fernandes". A denúncia:

"Em razão de um débito milionário junto ao núcleo político-partidário da organização criminosa decorrente da campanha eleitoral de 2002, Delúbio Soares apresenta Marcos Valério a Duda Mendonça e Zilmar Fernandes para viabilizar o adimplemento. Aliás, ficou evidente no curso da investigação que Zilmar Fernandes é o braço operacional financeiro de Duda Mendonça."

Do procurador-geral: "Com efeito, em fevereiro de 2003, a denunciada Zilmar Fernandes sacou três parcelas de R$ 300 mil em espécie na agência do Banco Rural em São Paulo. Posteriormente (abril de 2003) e adotando idêntico procedimento, recebeu em espécie duas parcelas de R$ 250 mil".

"Entretanto, buscando sofisticar a forma de pagamento para evitar qualquer registro formal, ainda que rudimentar, das operações, os denunciados Zilmar Fernandes e Duda Mendonça informaram ao núcleo publicitário-financeiro que o restante dos repasses deveria ser efetuado no exterior na conta titularizada pela *offshore* Dusseldorf Company Ltd."

A *offshore*, registrada nas Bahamas, recebeu recursos da ordem de R$ 10,8 milhões: "Deste modo, conscientes de que os recursos recebidos tinham como origem organização criminosa voltada para a prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, os denunciados deliberadamente articularam esquema para dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e a propriedade dos valores".

O procurador-geral da República concluiu: "O contexto criminoso acabou evidente na medida em que, mesmo após receber parte do saldo da campanha de 2002 pela sistemática descrita nesta petição, Duda Mendonça e Zilmar Fernandes ainda fecharam dois outros 'pacotes' de serviços com o Partido dos Trabalhadores, o primeiro no montante de R$ 7 milhões e o segundo no montante de R$ 24 milhões, objetivando as campanhas do ano de 2004".

Em 7 de março de 2006, mais de um mês antes de apresentar a denúncia do escândalo do mensalão ao STF (Supremo Tribunal Federal), o procurador-geral Antonio Fernando de Souza solicitou a prisão preventiva de 14 dos 40 denunciados. O ministro Joaquim Barbosa, do STF, negou o pedido. Antonio Fernando de Souza voltou a solicitar as prisões preventivas dois meses depois, mas, da mesma forma, o pedido não foi aceito. Eis a lista dos 14 denunciados que tiveram as prisões preventivas solicitadas: José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcos Valério, Ramon Hollerbach Cardoso, Cristiano de Mello Paz, Rogério Lanza Tolentino, Simone Reis Lobo de Vasconcelos, Geiza Dias dos Santos, Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Vinícius Samarane e Ayanna Tenório Torres de Jesus.

Capítulo 8

O assassinato do prefeito Celso Daniel, coordenador da eleição de Lula em 2002

Em março de 2003, logo após assumir a Presidência da República, Lula recebeu em sua casa, em São Bernardo do Campo (SP), Mara Gabrilli. Durante 20 minutos, o presidente ouviu um relato que misturava chantagem e extorsão contra os donos da empresa de ônibus Expresso Guarará, pertencente à família de Mara Gabrilli. Para prestar serviços em Santo André (SP), cidade vizinha de São Bernardo do Campo, os proprietários da Expresso Guarará eram obrigados a pagar propina à Prefeitura do PT. Palavras de Mara Gabrilli:

- Contei como era o esquema, quem cobrava a propina, e como a Prefeitura tirou a licença para a empresa da minha família operar algumas linhas, em represália ao fato de meu pai não ter dado propina a partir de certo momento.

Mara Gabrilli não deixou dúvidas. Indicou para Lula os responsáveis pelo esquema de corrupção: o secretário de Serviços Municipais, Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança do prefeito Celso Daniel (PT), Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra".

- Eu falei ao presidente sobre o pagamento da caixinha que meu pai era obrigado a fazer a cada dia 30. E falei da retaliação imposta à empresa desde que eu e minha irmã, Rosângela, denunciamos o fato ao Ministério Público.

Ao denunciar a corrupção em Santo André à CPI dos Bingos, em 2005, Rosângela Gabrilli afirmou que os donos de empresas de ônibus na cidade eram pressionados a contribuir para o caixa 2 do PT desde 1997, durante a segunda gestão do prefeito Celso Daniel. Cabia ao Expresso Guarará o repasse de R$ 40 mil mensais, em dinheiro vivo. Do depoimento de Rosângela:

- Os achaques eram feitos com intimidação e ameaça. Diziam que o Klinger tinha sempre um revólver preso na canela. Isso constrangia muito. E ele lembrava a cada momento: "Com o poder não se brinca, o poder tudo pode".

Antes de sair do apartamento de Lula, Mara Gabrilli ouviu o presidente dizer que tomaria providências e lhe daria uma resposta. Não foi o que aconteceu:

- Ocorreu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Celso Daniel foi sequestrado em 18 de janeiro de 2002, no início do ano que terminaria com a eleição do presidente da República. Celso Daniel era coordenador de campanha de Lula. O corpo do então prefeito foi achado dois dias depois. Os assassinos o torturaram antes de matá-lo, provavelmente para obter os números das senhas das contas secretas em paraísos fiscais no exterior onde, possivelmente, ele guardava dinheiro para a campanha do PT.

O médico João Francisco Daniel, irmão do prefeito morto, contou sobre a conversa que teve com Gilberto Carvalho (PT-SP), secretário de Governo de Celso Daniel, após a missa de sétimo dia, em 26 de janeiro de 2002. Importante ressaltar que, um ano depois, ao assumir o cargo de mais alto mandatário da nação, Lula nomeou Carvalho para o posto estratégico de chefe de gabinete do presidente. Lula levou-o de Santo André para Brasília.

Depois da missa de sétimo dia, Gilberto Carvalho esteve na casa de João Francisco Daniel e, emocionado, fez uma confissão que pediu para ser mantida em sigilo. Admitiu que, durante a administração Celso Daniel, entregou dinheiro repassado por empresas que mantinham contratos com a Prefeitura, diretamente para o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP). Declaração do médico João Francisco Daniel:

- Achei estranho Carvalho me contar isso, mas ele contou. Contou três vezes. Falou que, com muito medo, pegava seu Corsa preto e ia até São Paulo entregar o dinheiro para o então deputado José Dirceu.

Cerca de dez dias depois, Gilberto Carvalho voltou ao assunto com João Francisco Daniel, quando se queixou de Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", o ex-segurança de Celso Daniel acusado de ser o mandante da morte:

- O Gilberto disse que o Sérgio era muito violento, que constrangia os empresários colocando revólver na mesa quando ia conversar com eles.

Na terceira conversa, Gilberto Carvalho admitiu ter levado, de uma só vez, R$ 1,2 milhão a José Dirceu. Para João Francisco Daniel, Celso Daniel autorizara o esquema de corrupção, mas com a finalidade de dar dinheiro ao PT. E resolvera rompê-lo ao descobrir que parte substancial da propina acabava nas mãos de Sombra, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto.

- Quando ele ficou sabendo que esse grupo estava enriquecendo de maneira estratosférica, ele realmente tentou brecar aquele tipo de coisa.

Uma das funções de Celso Daniel, como coordenador da campanha de Lula, era arrecadar fundos para as despesas com a eleição. O "grupo" de Santo André, porém, teria decidido pôr as mãos no dinheiro. Por isso o prefeito teria sido torturado. Queriam informações sobre o paradeiro do caixa 2. Em seguida o eliminaram. João Francisco Daniel expôs o irmão ao Ministério Público:

- Não tive saída. Infelizmente, ele montou um caixa 2 em Santo André, para as campanhas do PT.

De fato, duas testemunhas revelaram ao Ministério Público as evidências de que Celso Daniel participava do esquema. Uma empregada doméstica que trabalhou para o então prefeito viu, oito meses antes do assassinato, três sacolas plásticas de supermercado, num canto da lavanderia do apartamento. As sacolas estavam abarrotadas de maços de dinheiro, preso por elásticos, em notas de R$ 10, R$ 50 e R$ 100, tudo sob um lençol branco.

O outro depoimento é de um garçom do restaurante Baby Beef, de Santo André, frequentado por Celso Daniel, Sombra, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto. Os quatro tinham o costume de sentar em volta da mesma mesa. O garçom viu Ronan, empresário do setor de transportes e de coleta de lixo, tirar da bolsa um maço de dinheiro e entregá-lo a Klinger. Vereador e secretário de Celso Daniel, Klinger Luiz de Oliveira tratou de esconder a soma sob o guardanapo, para que ninguém visse o que era. Em outra ocasião, o mesmo garçom reparou uma mulher chegar ao restaurante para entregar uma sacola cheia de dinheiro a Ronan Maria Pinto.

Declaração do promotor Roberto Wider Filho:

- Esses depoimentos mostram que Celso Daniel tinha envolvimento com o esquema de corrupção. A presença de notas de R$ 10 é um indicativo de que os recursos podem ter origem no esquema de caixinha de ônibus.

Para o Ministério Público, o esquema começou a implodir quando Celso Daniel descobriu que a propina não vinha irrigando os cofres do PT, como o prefeito desejava, mas morria nas mãos de Sombra, Klinger e Ronan.

Do promotor Roberto Wider Filho:

- Ele foi eliminado porque se opôs ao esquema ao verificar que o dinheiro estava sendo direcionado para os integrantes da quadrilha, e não mais para as campanhas eleitorais de seu partido.

Outro irmão do prefeito morto, Bruno Daniel, depôs à CPI dos Bingos:

- Há evidências de que existia na Prefeitura de Santo André um esquema de arrecadação para o PT. Suponho que Celso enveredou naquilo como um mal necessário para viabilizar as atividades do partido, e lamentavelmente deu no que deu. O que possivelmente aconteceu é que parcelas desses recursos começaram a ser destinadas para outras finalidades, razão pela qual Celso resolveu alterar a situação e esta pode ter sido a motivação do crime.

Bruno Daniel criticou o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), designado pelo PT, com aval de Lula, para acompanhar o caso. Luiz Eduardo Greenhalgh defendia a tese de que o assassinato havia sido crime comum, sem vinculação com a política. O irmão Bruno Daniel não concordava:

- O povo de nossa cidade não aceita as explicações dadas até o momento, porque são superficiais e contraditórias para um crime que desde o início se revelou complexo. Falamos com outros membros do PT esperando trazer elementos para elucidar o caso. E o que posso afirmar é que poucas pessoas dentro do partido contribuíram para isso.

Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, ocupou papel central no caso Celso Daniel. Era pessoa de inteira confiança do prefeito. Exerceu a função de motorista e segurança particular de Celso Daniel. Ocupou cargo em comissão no gabinete do prefeito. Quando Celso Daniel foi deputado, nomeou Sombra como seu assessor parlamentar. Sombra era muito próximo.

O ex-motorista enriqueceu. Na noite do sequestro, Celso Daniel jantara com Sombra no sofisticado restaurante Rubayat, na zona sul de São Paulo. Os dois foram para lá no luxuoso automóvel Pajero de propriedade de Sombra. O carro foi abordado de forma suspeita na volta a Santo André, tarde da noite.

Apesar da experiência como segurança particular e de estar no comando de um veículo blindado, Sombra alegou problemas mecânicos que o levaram a diminuir a velocidade e a parar. Não ficou claro tampouco por que a trava da porta ao lado de Celso Daniel abriu, expondo o prefeito aos criminosos.

Os promotores suspeitam de que Sombra conhecia um dos acusados de atacar o prefeito. Falou-se até de um suposto pagamento de US$ 40 mil. Teria sido feito ali mesmo, na cena do crime, aos homens supostamente contratados para fazer o sequestro.

Um morador testemunha da ação dos criminosos, que agiram na região dos "três tombos", na zona sul de São Paulo, relatou que arrancaram Celso Daniel "como um animal" da Pajero. Enquanto isso, Sombra teria mantido atitude passiva e demonstrado "aparente cumplicidade".

Uma mulher passava pelo local na hora do sequestro. Celso Daniel ainda estava dentro do veículo, com a cabeça encostada no vidro. Ela viu Sombra fora da Pajero, com ar de tranquilidade, falando ao telefone.

Se já não houvesse a intenção de matar o prefeito, é possível que Celso Daniel tenha percebido, durante a ação dos criminosos, o envolvimento do "amigo" com os sequestradores. A solução seria eliminá-lo.

Antes de ser morto o prefeito foi barbaramente torturado. Num crime comum de sequestro, a vítima geralmente é poupada. A sua boa integridade física é condição para o pagamento do resgate. Celso Daniel foi torturado para que fornecesse informações aos criminosos. Declaração do perito criminal Carlos Delmonte Printes, que examinou o corpo de Celso Daniel:

- É absolutamente excepcional a ocorrência de morte em casos de sequestro-relâmpago. Com relação ao sequestro convencional, nunca examinei um caso em que houvesse ritual de tortura, crueldade e desproporcionalidade que verifiquei no exame do corpo do prefeito.

Como evidências da tortura, o perito criminal apontou a expressão de terror na face, queimaduras nas costas e lesões no corpo, provocadas por estilhaços de balas disparadas perto da vítima, com a finalidade de amedrontá-la. Para matá-lo, alvejaram-no oito vezes, diretamente no rosto, tórax, pernas e mãos.

O médico legista Paulo Vasques também viu o corpo de Celso Daniel. Confirmou a prática de tortura antes do assassinato. Referiu-se a marcas de coronhadas na cabeça e à rigidez muscular decorrente da

tensão nervosa. Informou que o prefeito vestia outra calça quando o corpo foi encontrado, pois o traje não apresentava as marcas de tiro existentes no corpo dele.

Sérgio Sombra chegou a ficar oito meses na prisão, acusado de ser o mandante do crime. O STF (Supremo Tribunal Federal), por decisão do ministro Nelson Jobim, determinou a sua libertação. O mesmo Nelson Jobim impediu investigações sobre o envolvimento de José Dirceu com a corrupção em Santo André. Em seu segundo mandato como presidente da República, Lula nomeou Nelson Jobim (PMDB-RS) ministro da Defesa.

Na hora de dar explicações à CPI dos Bingos, Sérgio Sombra irritou os senadores. Insistia não saber por que a porta do carro blindado se abriu:

- A porta abriu de repente, do lado do Celso, não sei como.

Ao ser questionado sobre quatro depósitos bancários descobertos em sua conta, num total de R$ 40 mil, todos feitos por Luiz Alberto Gabrilli, proprietário da Expresso Guarará, Sombra saiu-se assim:

- Acho que ele se enganou, pode ter feito pagamento cruzado, por engano.

De acordo com o Ministério Público, empresários que mantinham contratos com a administração de Santo André eram forçados a entregar dinheiro vivo ao esquema, todos os meses. Durante uma época, por algum desarranjo na organização criminosa, a propina foi depositada diretamente na conta bancária de Sérgio Sombra. Ficou o rastro. Ainda na CPI, Sombra tentou explicar uma transferência bancária de Luiz Alberto Gabrilli, feita em 1997:

- Tinha vários depósitos para receber por serviços de segurança que prestei. Esse dinheiro, só fiquei sabendo agora que havia sido depositado por ele na minha conta. Não sei como foi parar na minha conta.

A Polícia Civil de São Paulo não responsabilizou nenhum dos atores políticos suspeitos de envolvimento no assassinato de Celso Daniel. O caso intrigou também pelas mortes violentas de seis pessoas que testemunharam ou estiveram, por algum momento, nas cenas do crime.

Entre os mortos, o garçom Antonio Palácio de Oliveira, que serviu Celso Daniel e Sérgio Sombra no restaurante Rubayat, pouco antes do sequestro. Ele chegou a receber um depósito bancário misterioso, no valor de R$ 60 mil, antes de morrer. Mas dois homens o perseguiram em sua motocicleta. Durante a fuga perdeu o controle, bateu num poste e perdeu a vida.

O homem que presenciou a morte do garçom e contou à polícia o que viu, também foi morto. Paulo Henrique Brito levou um tiro nas costas.

Investigações chegaram a apontar ligações de amizade entre Sombra e Dionísio de Aquino Severo, que teria namorado a ex-mulher de Sombra. Dionísio Severo, acusado de envolvimento no sequestro, foi resgatado de helicóptero de um presídio, de forma espetacular, dois dias antes do sequestro. Depois do crime, recapturado, o mataram numa cadeia em Guarulhos (SP).

Intrigante também a morte do investigador de polícia Otávio Mercier, que conversou com Dionísio Severo um dia antes da fuga do presídio. Foi alvejado por homens que tentavam entrar em sua casa.

Manoel Sérgio Estevam, o "Sérgio Orelha", abrigou Dionísio Severo em seu apartamento, logo após a morte do prefeito. Foi assassinado com vários tiros.

Por fim, morreu o homem que chamou a polícia ao achar o corpo de Celso Daniel, jogado em uma estrada de terra em Juquitiba (SP). Assassinaram Iran Moraes Redua com dois tiros.

Quatro anos depois da morte de Celso Daniel, a família do economista Bruno Daniel, irmão do prefeito assassinado, foi obrigada a deixar o País. Partiu às escondidas para Paris, onde o governo da França a recebeu como perseguida política no Brasil. Bruno Daniel, a mulher e os três filhos do casal, moradores de Santo André, não suportaram as ameaças de morte que se seguiram ao depoimento de Bruno, no qual ele acusou José Dirceu e Gilberto Carvalho de envolvimento no esquema montado por Celso Daniel.

Em abril de 2006, o Ministério Público abriu inquérito para investigar o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu, acusado de se beneficiar do dinheiro desviado em Santo André. Gilberto Carvalho também foi objeto de investigação. Apesar disso, Lula o manteve na posição estratégica de chefe de gabinete do presidente da República.

José Dirceu e Gilberto Carvalho foram citados por crimes de formação de quadrilha, receptação e lavagem de dinheiro. O Ministério Público também anunciou investigação sobre a origem de R$ 500 mil supostamente repassados pelo PT ao advogado Aristides Junqueira, que foi contratado para defender o PT no caso Celso Daniel.

O Ministério Público acabou denunciando Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e Maurício Mindrisz, que ocupou o cargo de superintendente da Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental) em Santo André. Todos foram acusados por crimes de formação de quadrilha, fraude e dispensa ilegal de licitação.

Conforme a denúncia, os quatro, em parceria, atuavam com o prefeito Celso Daniel para desviar recursos públicos. Formavam "quadrilha organizada estável", com o objetivo de "cumprir como meta estabelecida um mega-esquema de corrupção".

Para os promotores, Sombra, mesmo sem ocupar cargo na Prefeitura, exercia grande influência na administração municipal. O esquema favorecia Ronan Maria Pinto, dono de empresas de transporte e de coleta de lixo, que mantinham contratos com o governo municipal.

Uma dessas empresas, a Rotedali, foi contratada 12 vezes para executar serviços de limpeza, varrição e manutenção de aterro sanitário, em transações que envolveram cerca de R$ 50 milhões. Parte do dinheiro teria alimentado o caixa 2 do PT. Dos 12 contratos, dez foram celebrados sem licitação. A Justiça e o Tribunal de Contas do Estado contestaram cinco deles. Sombra foi sócio de Ronan em negócios com empresas de ônibus em Fortaleza e Cuiabá.

Trecho da denúncia dos promotores Roberto Wider Filho, Amaro José Thomé Filho e Adriana Ribeiro Soares de Morais:

"Sérgio, aproveitando-se de seu prestígio junto à administração, idealizou com Daniel a formação da sociedade delinquente e era um dos destinatários dos recursos ilícitos. Foi tesoureiro da campanha eleitoral de 1996. Arrecadou diretamente parte do dinheiro, que foi depositado na sua conta corrente."

No início do segundo mandato de Lula, em 2007, o Ministério Público pediu o bloqueio de bens do PT e de Gilberto Carvalho, no montante de R$ 5,3 milhões. O valor correspondia à estimativa de dinheiro desviado pelo esquema de corrupção na área de transporte público em Santo André. A ação civil pública também denunciou Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e vários empresários. Da denúncia:

"Formaram uma quadrilha determinada a arrecadar recursos através de achaques a empresários, bem como através de desvio de dinheiro dos cofres públicos municipais, conforme outras denúncias já ajuizadas, relativas a contratos de obras públicas e de coleta e destinação final de lixo, ambas recebidas judicialmente". Outro trecho da denúncia:

"Todos os recursos auferidos pela quadrilha, na concepção do finado prefeito Celso Daniel, deveriam financiar campanhas eleitorais do PT, tanto em âmbito municipal e regional quanto em âmbito nacional. O dinheiro amealhado era, em parte, separado e entregue a Gilberto Carvalho, que o transportava, em seu veículo particular, ao escritório de José Dirceu, que recebia os recursos ilícitos em espécie, na qualidade de presidente do PT, para o financiamento de campanhas do interesse daquela agremiação."

Em 9 de fevereiro de 2006, prestou depoimento ao Ministério Público o ex-secretário de Habitação de Mauá (SP), Altivo Ovando Júnior. Mauá, na Grande São Paulo, é vizinha de Santo André. A cidade foi governada pelo prefeito Oswaldo Dias (PT) de 1997 a 2000, período em que Altivo Ovando Júnior exerceu o cargo de secretário. Ele narrou fatos ocorridos durante a campanha de Lula a presidente da República, em 1998. Do depoimento:

"O declarante se recorda de que, no pleito de 1998, Lula compareceu no gabinete do prefeito de Mauá, oportunidade em que, utilizando termos chulos, cobrou de Oswaldo Dias maior arrecadação de propina em favor do PT."

A frase de Altino Ovando Júnior sobre o pedido de Lula:

"Ele dizia: 'Pô, Oswaldão, tem que arrecadar mais. Faz que nem o Celso Daniel em Santo André. Você quer que a gente ganhe a eleição como?"

Capítulo 9

Promotores pediram prisão de Antonio Palocci, acusado por envolvimento com a 'máfia do lixo'

Morto Celso Daniel (PT), prefeito de Santo André (SP), Lula escolheu um outro prefeito para substituí-lo na coordenação da campanha, durante o processo eleitoral de 2002: Antonio Palocci (PT), de Ribeirão Preto (SP). Eleito presidente da República, Lula nomeou Antonio Palocci seu ministro da Fazenda. No primeiro mandato (2003-2006), ele foi um dos mais influentes auxiliares do Governo Federal. Fez parte do chamado "núcleo duro" de Lula, juntamente com os ministros José Dirceu (PT-SP) e Luiz Gushiken (PT-SP). A dupla caiu em 2005, após envolvimento no escândalo do mensalão.

Antonio Palocci também caiu, mas só no ano seguinte, em decorrência do crime de quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. O funcionário o acusara de frequentar uma mansão em Brasília, alugada pela chamada "república de Ribeirão Preto". O casarão servia para festas com garotas de programa. Palocci suspeitou que o caseiro o denunciara por ter sido subornado pela oposição. Achou que comprovaria a propina ao pôr as mãos em extratos bancários. Mas a desconfiança não procedia. O pai do caseiro dera o dinheiro. Além do mais, não haveria o que justificasse quebrar o sigilo.

Antes de ser afastado, porém, Palocci sofreu diversas acusações por atos de ilegalidade em Ribeirão Preto. As denúncias de corrupção eram ainda mais graves que a quebra do sigilo. Afinal, ao longo da trajetória do PT a ética na política foi propagada, em alto e bom som, como sendo a bandeira mais importante do partido. Apesar disso, Lula protegeu Palocci o quanto pôde.

Poucos dias antes do segundo turno das eleições que reelegeram Lula em 2006, o Ministério Público de São Paulo denunciou Palocci, recém-eleito deputado federal. Promotores pediram à Justiça a sua prisão preventiva por crimes de formação de quadrilha, peculato e adulteração de documentos públicos. Acusaram-no de chefiar o grupo que fraudou contratos de limpeza pública na Prefeitura de Ribeirão,

provocando prejuízos de R$ 30,7 milhões. A ação criminal pediu a condenação do ex-ministro a 225 anos de prisão.

Em 2007, Palocci foi condenado em primeira instância pela Justiça, por duas irregularidades cometidas em Ribeirão: a doação de materiais de construção para a Associação dos Funcionários da USP (Universidade de São Paulo) e o polêmico projeto Vale dos Rios, que previa a construção de uma ponte suspensa no centro da cidade. As obras não andaram. Foram gastos R$ 4,7 milhões na iniciativa, mas só teria havido justificativa para R$ 323 mil. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) considerou irregulares a dispensa de licitação, o contrato e as despesas autorizadas e efetuadas por Palocci.

Auxiliares de Palocci que ocuparam postos de comando na Prefeitura de Ribeirão também foram condenados. Donizete Rosa é um deles. Nomeado diretor-superintendente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados, autarquia do Ministério da Fazenda) no governo Lula, ele não perdeu o cargo federal com a condenação. E saiu-se assim ao ser confrontado com a decisão da Justiça, no caso da doação de materiais:

- Não me lembro disso, não fui ouvido e nem participei da autorização para essa doação. Estranho o meu nome ser citado.

O TCE condenou também contrato sem licitação firmado com a empreiteira Leão Leão, para operar o aterro sanitário de Ribeirão. Entre as denúncias de irregularidades da época em que Palocci exerceu o mandato de prefeito da cidade, um dos casos mais rumorosos foi o suposto direcionamento para comprar um "molho de tomate refogado, peneirado, com ervilhas", que era produzido por apenas uma empresa. O produto seria usado na merenda escolar da rede municipal de ensino. Teve ainda a acusação de gastos com agência de publicidade sem contrapartida de prestação de serviços, contrato suspeito com publicitários e despesas supostamente irregulares com propaganda para a Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto).

A Coderp, aliás, estava sob o comando de Juscelino Dourado, secretário da Casa Civil do prefeito Palocci. Um diretor da Coderp, Augusto Pereira Filho, admitiu receber "complemento salarial", um dinheiro não-contabilizado. O valor teria sido negociado com Juscelino Dourado. Quando Palocci deixou Ribeirão e foi para Brasília, nomeado por Lula, levou Juscelino Dourado para ser seu chefe de gabinete e braço direito, no Ministério da Fazenda.

Juscelino Dourado foi afastado em 2005, na tentativa de desvincular Palocci de irregularidades apuradas pelo Ministério Público em Ribeirão. Os promotores haviam tomado conhecimento de um esquema de caixa 2. Envolveria fornecedores da Prefeitura e a gráfica Villimpress, também de Ribeirão. Por meio das operações teriam sido emitidos boletos bancários superfaturados, além de duplicatas simuladas e notas fiscais frias de serviços gráficos. As "despesas" somavam até R$ 50 mil por dia. A operação teria sido feita propositadamente para fazer "sobrar" dinheiro. Incluiria a troca de reais por dólares e envolveria repasses por baixo do pano para o PT.

O projeto Fábricas de Equipamentos Sociais também chamou a atenção dos promotores. A administração municipal torrou R$ 5,5 milhões para executar uma obra, mas fez apenas a metade. Um dos coordenadores do programa, Roberto Costa Pinho, assumiu o cargo de secretário de Desenvolvimento do Ministério da Cultura na administração Lula. Ele admitiu à CPI do Mensalão ter recebido R$ 300 mil do esquema de Marcos Valério. Alegou que o dinheiro pagaria por serviços de assessoria política.

Roberto Costa Pinho explicou, contudo, que ficou deprimido por ter sido exonerado do Ministério da Cultura, no início de 2004. O afastamento ocorreu após ser acusado de cometer irregularidades em contratos públicos. Em razão disso ele não se sentiu em condições de prestar os tais serviços de assessoria política. Mesmo assim ficou com os R$ 300 mil. Justificou à CPI dizendo que Delúbio Soares, tesoureiro do PT, não pediu o dinheiro de volta:

- A secretária dele ligou, disse que Delúbio sabia da minha doença e não faltariam oportunidades para eu prestar serviços ao PT.

O caso mais grave em Ribeirão, no entanto, teria sido o envolvimento do prefeito Antonio Palocci com a "máfia do lixo". O autor da denúncia ocupou cargo estratégico durante a primeira administração de Palocci na cidade. Mais que isso, era amigo pessoal de Palocci, com quem manteve relações fraternas ao longo dos anos, como se verá, inclusive no governo Lula. Em 17 de agosto de 2005, no auge do escândalo do mensalão, o Brasil fica sabendo da prisão de um certo advogado Rogério Buratti. No longínquo ano de 1992, ele chegara a Ribeirão Preto. Sem nada, dirigindo um fusca. Tinha a missão de coordenar a campanha do candidato a prefeito da cidade pelo PT naquele ano, um desconhecido vereador chamado Antonio Palocci. Eleito, Palocci retribuiu. Fez de Rogério Buratti o secretário municipal de Governo.

Treze anos depois, Rogério Buratti seria denunciado pelo Ministério Público, por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, num esquema de compra e venda de propriedades rurais e empresas de ônibus. Teria tentado destruir contratos de venda de imóveis e documentos que o incriminariam em negócios suspeitos. Buratti foi acusado de comprar três fazendas em dois anos, antes de trocá-las por duas empresas de ônibus, no valor de R$ 2,6 milhões, convenientemente registradas em nome de terceiros.

O mais explosivo, no entanto, acabou sendo o indiciamento de Buratti por suspeita de envolvimento com a "máfia do lixo", um esquema que fraudava licitações e contratos de limpeza pública em cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais. Em troca de redução da pena, Buratti fez acordo com os promotores. Comprometeu-se a colaborar com a Justiça nas investigações.

Rogério Buratti fora vice-presidente da empreiteira Leão Leão, a principal doadora de dinheiro para a segunda campanha de Antonio Palocci para se eleger prefeito de Ribeirão, em 2000. Ela detinha contratos de limpeza pública na cidade. Buratti desligara-se da Leão Leão em 2004, contudo, na esteira de outro escândalo, este já do governo Lula: a extorsão de dinheiro da multinacional norte-americana Gtech. Não vem ao caso aqui, mas Buratti e Waldomiro Diniz, outro assessor do PT famoso na era Lula, teriam tramado para conseguir propina de até R$ 16 milhões da multinacional, interessada em fechar contrato milionário com a Caixa Econômica Federal. O banco estatal é subordinado ao Ministério da Fazenda, na época controlado por Palocci.

Ao procurar proteger Palocci no caso Gtech, Buratti alegou que o ministro decidira não interferir no contrato com a Caixa. Não teria demonstrado interesse na oferta que seria, em tese, destinada ao PT. Acredite se quiser. Note-se que, segundo o relato de Buratti, não houve "interesse" pela propina. Jamais "indignação", "repulsa" ou, ainda mais correto, a imediata abertura de inquérito para apurar uma tentativa de suborno. A oferta de "até R$ 16 milhões", portanto, não significou nada de tão grave. O depoimento de Buratti sugeriu outra explicação para a falta de "interesse" de Palocci. O ministro teria decidido respeitar o "interesse" de outro ministro no negócio. A tratativa com a multinacional já vinha sendo tocada por Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu (PT-SP) no Ministério da Casa Civil. Assim explicou Buratti:

- Tenho informações, não posso confirmar, de que havia uma negociação em curso, principalmente voltada com o que se falava que era o grupo do Rio, o que contribuiu na campanha através do Waldomiro Diniz. Tenho a impressão de que, como eles não conseguiram trilhar o caminho através de mim, eles podem ter continuado no caminho que já existia.

Em troca do benefício da delação premiada, Buratti acusou Palocci de receber R$ 50 mil mensais de propina, no período em que foi prefeito pela segunda vez, em 2001 e 2002. Como se sabe, Palocci renunciou ao cargo de prefeito em 2003 para assumir o comando do Ministério da Fazenda. Quem subornava o prefeito, acusou Buratti, era a empreiteira Leão Leão. O advogado fez a denúncia para seis promotores e um delegado de polícia.

Além de vice-presidente da Leão Leão, Buratti foi presidente da Leão Ambiental, braço da empresa responsável por serviços de limpeza urbana. Sabia do que estava falando. Acusou Ralf Barquete de envolvimento no esquema. Barquete era secretário de Finanças do prefeito Palocci, guindado para a assessoria da Caixa Econômica Federal com o advento do governo Lula. Palavras de Buratti sobre o mensalão do prefeito Palocci:

- Esse dinheiro foi pago mensalmente durante toda a gestão do prefeito Palocci, ou seja, durante dois anos. Quem indicou o Ralf para receber esse dinheiro foi o próprio Palocci à empresa Leão. Como eu integrava a diretoria, tinha conhecimento. Ralf apanhava o dinheiro na tesouraria da empresa. Quem entregava era o gerente financeiro da época.

Buratti explicou que os R$ 50 mil eram uma compensação pela garantia dos pagamentos dos contratos de limpeza pública em dia. Mas, possivelmente, era mais que isso. A Prefeitura teria acordos por baixo do pano com a empreiteira. Faria repasses de dinheiro antecipados à Leão Leão. Quebraria, com isso, irregularmente, a ordem cronológica de pagamentos. Buratti relatou como justificavam a entrega de propina ao prefeito nos balanços da Leão Leão:

- O pagamento ocorria com a simulação de compras, utilizando-se notas frias. O pagamento da mensalidade era condicionado ao pagamento que a Prefeitura fazia. Antes e depois das licitações havia reuniões com as empresas, tendo em vista um acordo para a disputa em um determinado local. É um procedimento natural.

Mais detalhes sobre o funcionamento do esquema, conforme o depoimento de Rogério Buratti ao Ministério Público:

- Em algumas cidades onde a Leão Leão tinha contratos de coleta de lixo havia um apoio da administração pública na licitação. Onde havia esse apoio ocorria uma colaboração na elaboração dos editais e nas informações gerais, privilegiadas, da licitação. Outro benefício era com relação à fixação do cronograma, fixando-se datas de abertura e divulgação de acordo com os interesses comuns, ou seja, da prefeitura e da empresa. Quando a empresa sagrava-se vencedora, combinava-se com o prefeito uma forma de contribuição financeira. A contribuição ocorria dentro de um porcentual de 5% a 15%, a depender do contrato, em relação ao faturamento. O dinheiro era levado diretamente ao prefeito.

Para comprovar as acusações de Buratti, o Ministério Público apreenderia farta documentação na sede da Leão Leão. No computador de Wilney Barquete, que substituiu Buratti na presidência da Leão Ambiental, acharam um arquivo com o nome de "despesas diversas". Lá estava o que os promotores apontaram como o "mapa da propina". Entre as informações protegidas por senhas, uma trazia os seguintes dizeres: "50000 – dr". Para o Ministério Público, "dr" seria uma referência ao doutor Palocci, que é médico sanitarista. E "50000" o valor do suborno mensal, de R$ 50 mil.

A quebra do sigilo bancário da Leão Leão mostrou que a operação montada em Ribeirão poderia ter servido como embrião para o esquema do mensalão do governo Lula. Entre 15 de janeiro de 2002 e 22 de outubro de 2003 foram emitidos 686 cheques pela Leão Leão, num total de R$ 9,4 milhões. O "mapa da propina" revelou três padrões de saques, sempre em valores próximos a R$ 12 mil, R$ 30 mil ou R$ 50 mil. Estes seriam os três níveis de suborno.

A coisa funcionava assim: a Prefeitura fazia medições de serviços de varrição e de coleta de lixo acima do efetivamente realizado, e pagava a mais à Leão Leão. A varrição do Bosque Municipal de Ribeirão e a coleta de lixo hospitalar, por exemplo, teriam sido intencionalmente superdimensionadas. Em seguida, justificava-se a retirada do dinheiro público pago a mais para a empreiteira por meio da aquisição fictícia de produtos e serviços pela Leão Leão. Empresas forneceriam notas frias e obteriam 2% do valor das notas.

A CPI dos Bingos analisou 331 cheques, cujos valores foram sacados em dinheiro vivo na agência bancária existente dentro da Leão Leão. O dinheiro saía em carro-forte da empreiteira. Os números bateram: os R$ 2,8 milhões supostamente desviados em 2002 corresponderiam a 12 pagamentos de R$ 226 mil. Este seria o custo mensal da corrupção do prefeito Palocci.

Voltemos a Rogério Buratti: um ex-secretário de Obras de Ribeirão, engenheiro Luiz Fernando Alessi, acusou Palocci e Buratti de receberem dinheiro não-contabilizado da Leão Leão, durante a campanha eleitoral de 1992. O ex-secretário também denunciou Palocci, já no posto de prefeito, por proteger Buratti, seu secretário de Governo, apesar das relações "atípicas" mantidas por ele com as empreiteiras. De Luiz Fernando Alessi:

- As empreiteiras passaram a ser chamadas na Secretaria de Governo e às vezes acontecia, por exemplo, de eu encontrar um dono de construtora e ele comentar: "Olha, estive com Buratti e mudei o cronograma da obra tal".

Na época, o ex-secretário de Obras relatou o que vinha acontecendo ao prefeito Palocci. Foi afastado da Prefeitura. Buratti também perdeu o emprego de secretário, mas por outro motivo. Luiz Fernando Alessi recebeu uma fita que derrubaria Buratti. Palavras de Alessi:

- Era uma gravação em que Rogério Buratti combinava uma compensação para um empresário da área da construção civil, da Almeida Filho. Comecei a compreender que isso tinha a ver com uma obra viária na avenida Antonio e Helena Zerrenner, onde havia sido aberta uma concorrência. Era a maior e mais cara obra viária que a Prefeitura estava fazendo em 1994. Mas a licitação foi cancelada e anulada. A justificativa é que esqueceram de colocar uma ponte no projeto. Pouco tempo depois reabriram a licitação, a empresa Almeida Filho não apresentou preço. Coisa estranha, a empresa desistir. Em seguida, aparece a fita do Buratti conversando com o empresário que ganhou e desistiu. E ele diz que "o prefeito mandou dar uma compensada pra você".

A tal "compensada" funcionaria como espécie de "cala-boca", porque a obra iria ser tocada por outra empresa. Nome da outra empresa: Leão Leão. O jornal Folha de S.Paulo publicou as declarações do ex-secretário Luiz Fernando Alessi e repercutiu o caso com Buratti, que se manifestou assim:

- O Palocci, quando administra uma cidade, ou quando está num cargo executivo, quer ter todas as informações, quer ter tudo na mão, ele coordena efetivamente. O Alessi nunca entendeu qual era o papel dele e qual era o meu papel. O papel dele era realizar obras, o meu papel era coordenar o governo.

Em seu segundo mandato como prefeito, Palocci assinou 19 contratos com a Leão Leão. Como se sabe, Buratti ocupava estrategicamente um posto no comando da empreiteira. Do total de contratos, nove foram firmados sem licitação pública, no valor de R$ 4,2 milhões. Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, Buratti admitiu que a Leão Leão e a gráfica Villimpress trabalharam em conjunto na campanha de Lula para o Planalto:

- A Leão pagou material de campanha produzido pela Villimpress para o PT, tratando-se da campanha de 2002, para presidente.

Em depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no final de 2005, Palocci negou qualquer irregularidade com a limpeza pública de Ribeirão Preto em 2001 e 2002, a cargo da Leão Leão. Saiu-se assim:

- Não fui eu que fiz a contratação dessa empresa, nem a prorrogação do contrato. O contrato foi feito no governo anterior ao meu e foi renovado no governo posterior ao meu.

Vamos por partes: Palocci não assinou um contrato específico, mas o gerenciou. E poderia ter feito exigências para não rompê-lo. Outro ponto: o ex-prefeito deu a entender que passou ao sucessor os negócios de Ribeirão Preto com a Leão Leão, da forma como os encontrou. Não foi bem assim.

De fato, o antecessor de Palocci na Prefeitura de Ribeirão, Luiz Roberto Jábali (PSDB), assinou contrato de coleta de lixo com a Leão Leão. Mas da seguinte forma: quando Jábali assumiu o comando da administração municipal, em 1997, depois dos quatro anos do primeiro mandato de Palocci, reduziu o custo da tonelada de lixo recolhida pela empresa Rek, de R$ 50 para R$ 42. Depois baixou o valor novamente, para R$ 35. Em 1999 contratou a Leão Leão, por R$ 17 a tonelada. Um terço dos R$ 50 de Palocci pelo serviço.

Palocci ganhou a eleição de 2000 e reassumiu a Prefeitura. O valor da tonelada de lixo recolhida pela Leão Leão oscilou para R$ 23. Em 2004, Palocci havia virado ministro. O vice dele, Gilberto Maggioni (PT), que mandava na Prefeitura, elevou o preço da tonelada para a casa dos R$ 32,76.

Gilberto Maggioni foi acusado por Buratti, aliás, de continuar recebendo a propina de R$ 50 mil, antes destinada exclusivamente ao prefeito Palocci. Em 2003, ano em que se tornou prefeito de Ribeirão, Maggioni comprou três terrenos na cidade. Num deles, de 1.162 metros quadrados, em loteamento de alto padrão, estava construindo uma residência de 562 metros quadrados.

Para não perder o emprego de ministro, Antonio Palocci tratou de se desvencilhar de Rogério Buratti. Negou ter recebido R$ 50 mil mensais de propina, mas poupou o detrator. Preferiu atacar os promotores. Convocou entrevista coletiva em Brasília. Manifestou-se assim:

- Não me sinto traído pelo Rogério Buratti, porque não tinha relação de confiança com ele no último período. Não esperava que ele fosse utilizar uma acusação dessa natureza. Compreendo a situação dada, a pessoa depondo, com prisão, com algema, tendo sido oferecida a ela a liberdade em troca da delação de outras pessoas, que é um ambiente em que tudo pode acontecer.

Mais uma vez, não é bem como Palocci falou. A quebra de sigilo telefônico de Buratti iria revelar, dias depois da entrevista do ministro, que o advogado trocou pelo menos 30 ligações com Palocci e assessores diretos dele, no Ministério da Fazenda. Foram seis telefonemas do celular de Buratti para a casa de Palocci em 2003, num total de 28 minutos de conversa.

Ainda na entrevista, Palocci admitiu ter frequentado a casa de Buratti algumas vezes nos últimos anos, mas justificou com a relação de amizade entre as mulheres e os filhos de ambos. Em 2002, ainda prefeito de Ribeirão, Palocci esteve em três churrascos na casa de Buratti, na época em que o advogado era vice-presidente da Leão Leão. Da entrevista do ministro:

- Não esperava por isso, que o Rogério Buratti fizesse uma coisa dessas. Agora, eu compreendo a situação em que ele foi colocado. Os motivos que o levaram a falar isso eu não conheço.

Lula comentou as declarações de seu ministro da Fazenda:

- Palocci mostrou a segurança de uma pessoa inocente.

Cabe ressaltar que Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro Palocci, admitiu encontros com Buratti no Ministério da Fazenda. Buratti os negara, para proteger o amigo. Em gravações, Buratti referiu-se a Juscelino Dourado como o "J". Juscelino Dourado também foi investigado por fraudes em licitações na Prefeitura de Ribeirão Preto. Prova das relações Palocci/Buratti no governo Lula é a audiência concedida pelo ministro da Fazenda ao empresário João Vaz Guedes, presidente da Somague, um grupo português da área da construção civil, associado à Leão Leão de Ribeirão. O Ministério da Fazenda negou formalmente duas vezes ter havido reunião de Palocci com o empresário. Depois

recuou. O encontro se deu em 13 de maio de 2003. Buratti solicitou o agendamento da reunião ao chefe de gabinete, Juscelino Dourado. Depois, explicou:

- Liguei para o Juscelino, pedindo a audiência. Ele mandou eu mandar um *email*, que a Somague mandasse o *email*, que ele iria conversar com o ministro e, com certeza, o ministro receberia.

Em depoimento à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Palocci voltou a negar irregularidades. Os parlamentares perguntaram por que ele não processava Buratti. Resposta do ministro:

- Algumas pessoas estão sofrendo processos não apenas por eventuais falhas ou irregularidades. Sofrem perseguição por terem sido meus assessores.

Na verdade, quem sofreu perseguição foram os funcionários do Daerp (Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto) que depuseram à Polícia Civil e confirmaram o esquema de corrupção na cidade administrada por Palocci. Doze testemunhas denunciaram fraudes nos serviços de limpeza executados pela Leão Leão. Isabel Bordini, superintendente do Daerp, foi apontada como operadora do esquema. Ela era mulher do todo-poderoso Donizete Rosa, secretário municipal nas duas gestões de Palocci como prefeito. Depois, como vimos, ele foi nomeado no governo Lula para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Por determinação de Isabel Bordini teriam sido falsificadas ordens de serviço, boletins de medição e planilhas relacionadas ao serviço de limpeza pública. A acusação se estende do período do segundo mandato de Palocci, em 2001 e 2002, até o do sucessor dele, Gilberto Maggioni (PT), que governou Ribeirão até o fim de 2004. Ele teria mantido o mesmo esquema engendrado por Palocci. Os valores pagos pela varrição de ruas e de calçadas eram até três vezes maiores que os serviços efetivamente prestados. Do depoimento de uma funcionária municipal, cuja identidade foi mantida em sigilo para protegê-la:

"Após umas duas horas, vinha a determinação da Isabel para que fosse aceita a planilha apresentada pela Leão Leão, mesmo em prejuízo da Prefeitura. Que, mesmo contrariado, o funcionário era obrigado a acertar os dados e, para isso, precisava fazer uma ordem de serviço para complementar e justificar aquela diferença."

Segundo o delegado de polícia Benedito Antonio Valencise, que investigou a corrupção em Ribeirão, os funcionários do Daerp eram coagidos, ameaçados e pressionados por superiores para alterar informações em relatórios públicos. Estimou-se em R$ 400 mil mensais os desvios com a limpeza pública:

- O superfaturamento está 100% comprovado. Para cada R$ 1 de serviço prestado, R$ 2 eram superfaturados.

Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal no início de 2006, Rogério Buratti confirmou o mensalão de R$ 50 mil a Palocci e inocentou Isabel Bordini de irregularidades nas medições dos serviços de limpeza pública. Responsabilizou Palocci e Maggioni:

- Não acredito que Isabel tenha ordenado qualquer procedimento irregular. Ela é funcionária exemplar e controlava o contrato de acordo com as determinações dos prefeitos. A Leão tratava diretamente com o prefeito, e muitas vezes, antes de liberar as medições, Isabel dizia que ia confirmar se o valor estava correto com o prefeito.

O delegado Valencise relatou à CPI dos Bingos a existência de notas fiscais e planilhas frias que justificavam o indiciamento de Palocci por crimes de peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Para ele, Palocci determinou que Isabel Bordini fraudasse os serviços de limpeza pública:

- Segundo consta no inquérito, a ordem vinha do prefeito. Era um acordo feito entre ele e o proprietário da empresa. Em seguida essa ordem era repassada pelo prefeito a Isabel, e ela a cumpria. Tratava-se de um esquema muito grande, envolvendo muitas pessoas, impossível de ser mantido por funcionários subalternos.

De acordo com Valencise, Palocci e Maggioni receberam, além da propina mensal de R$ 50 mil, dinheiro de caixa 2 em nome do que foi definido como "equilíbrio de contrato", um mecanismo para fraudar a limpeza pública. O esquema compensava também os supostos preços baixos apresentados pela Leão Leão para vencer licitações. Do delegado de polícia:

- Na apuração, comprovou-se que as documentações, com os relatórios diários dos trabalhos realizados pela empresa, já chegavam prontas ao Daerp, e não coincidiam com os dados da fiscalização do Daerp, que eram bem menores. Entretanto, os funcionários do Daerp eram obrigados a fazer novas planilhas, devidamente falsificadas, e eram essas ordens de serviço que cobriam e justificavam as saídas a mais dos valores em reais.

A Polícia Civil concluiu a investigação dos supostos serviços fraudulentos de varrição em Ribeirão com a identificação de 174 notas fiscais frias que simulariam compras da Leão Leão. Na verdade, justificariam a saída de dinheiro não-contabilizado da empreiteira, para irrigar o esquema político.

Em abril de 2006, estimou-se em R$ 30,7 milhões o desvio de dinheiro público com contratos de limpeza em Ribeirão Preto. Ao ser indiciado, um mês após o afastamento do Ministério da Fazenda por conta da quebra do sigilo de Francenildo Santos Costa, Palocci afirmou que, se houvesse irregularidades com a varrição da cidade, a responsabilidade teria de ser do Daerp. O Ministério Público não aceitou. Do promotor Daniel de Angelis:

- Uma organização que dá um prejuízo de mais de R$ 30 milhões em quatro anos não passaria despercebida pelo prefeito.

Capítulo 10

Oito ministros do governo Lula.
Oito casos de corrupção

Logo no primeiro ano de governo Lula, em 2003, uma crise expôs a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva (PT-RJ). Ela viajou para a Argentina e se reuniu com um grupo de evangélicos. O compromisso de natureza particular, porém, teve despesas pagas pelos cofres públicos. Benedita da Silva tentou escapulir do problema ao alegar que participou de reuniões de trabalho em Buenos Aires. Assim justificaria gastos com dinheiro do contribuinte. Não colou. Perdeu o emprego de ministra em janeiro de 2004.

Enquanto o escândalo do mensalão vinha à tona, em maio de 2005, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinava a abertura de inquérito criminal para investigar outro ministro de Lula. Romero Jucá (PMDB-RR), da Previdência Social, era suspeito de fazer uso irregular de empréstimos concedidos pelo Basa (Banco da Amazônia) a um frigorífico de sua propriedade. Apesar de receber dinheiro para implementar a Frangonorte, Jucá não pôs o negócio para funcionar. Pior: os empréstimos teriam sido obtidos mediante fraude, com a garantia de sete fazendas que, simplesmente, não existiriam.

Lula decidira nomear Romero Jucá, apesar das denúncias que pesavam sobre ele: além do empréstimo bancário que escancarara propriedades rurais fantasmas, havia acusações de desvio de verbas públicas, compra de votos, transações suspeitas com emissoras de rádio e televisão em nome de laranjas e até a contratação ilegal de empresas de limpeza em Boa Vista. A capital de Roraima era administrada pela

prefeita Teresa Jucá, mulher de Romero Jucá. As empresas investigadas fraudariam o peso do lixo para aumentar o faturamento. O Ministério Público descobriu até o caso de um cachorro morto, recolhido pelo serviço de coleta de lixo de Boa Vista. Pesava 400 quilos...

Romero Jucá não se sustentou no cargo. Deixou de ser ministro, mas voltou forte no segundo mandato de Lula como líder do governo no Senado. Enrolou-se novamente. No final de 2007, a Polícia Federal deflagrou a Operação Metástase, a fim de debelar um esquema de fraudes na Funasa (Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde). Entre os mais de 30 presos, acusados de desviar R$ 34 milhões, estava o coordenador da Funasa em Roraima, ex-deputado Ramiro José Teixeira. Ele fora nomeado para chefiar o órgão por indicação de Jucá, dois anos antes. De acordo com as investigações, era o líder do esquema de corrupção.

A Funasa deveria cuidar de saneamento básico e da assistência à saúde de populações indígenas. As fraudes tinham origem em verbas federais provenientes de emendas parlamentares da bancada de Roraima no Congresso. Romero Jucá destinou R$ 10,5 milhões em emendas à Funasa de Roraima em 2007. Os desvios ocorreriam na compra de remédios, contratos de saneamento básico e de transporte aéreo para atendimento médico. Lula não deu demonstrações de se importar. Manteve o seu líder de governo no Senado.

Em dezembro de 2007, Romero Jucá foi formalmente denunciado ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. O líder de Lula teria obtido, de forma fraudulenta, empréstimo de R$ 3,1 milhões junto ao Basa (Banco da Amazônia), em 1996. O dinheiro deveria ter viabilizado o tal abatedouro. Entre as acusações a Jucá, desvio de parte dos recursos da operação de crédito destinada à Frangonorte e problemas com as propriedades inexistentes, relacionadas como garantia.

Duro para Lula, porém, foi perder ainda no primeiro mandato, em 2005 e 2006, o "núcleo duro" do governo formado pelos ministros mais próximos: José Dirceu (PT-SP), da Casa Civil, braço-direito e capitão do time; Antonio Palocci (PT-SP), que deu estabilidade à economia ao garantir a manutenção das regras do jogo e acalmar os mercados; e Luiz Gushiken (PT-SP), da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, responsável pelo setor de publicidade, justamente o mais exposto pelo escândalo do mensalão, graças ao envolvimento de Marcos Valério, dono de agências de propaganda. Gushiken também tinha ascendência junto aos poderosos fundos de pensão, envolvidos em operações suspeitas que somavam dezenas de milhões de reais.

Dissecamos aqui o envolvimento de Dirceu com o esquema de corrupção. O nome dele aparece em praticamente todos os arranjos e tramas com dinheiro de caixa 2. Sua imagem começou a ser desfazer com o caso Waldomiro Diniz. Dirceu não teve saída. Foi obrigado a abrir mão de seu braço-direito na Casa Civil, pois uma fita mostrava Diniz pedindo propina a um empresário do jogo.

O esquema de Dirceu foi sempre muito pesado. Passavam por ele todas as decisões importantes que envolviam interesses do PT, bem como a estratégia e os métodos adotados para obter apoio da base aliada no Congresso. Onipresente, Dirceu teria sido receptor de dinheiro desviado de Santo André (SP) nos tempos de Celso Daniel (PT), por exemplo, ao mesmo tempo em que salvava a pátria ao levar pessoalmente mala de dinheiro a Londrina (PR) a fim de irrigar as finanças combalidas de uma campanha eleitoral do PT.

Os tentáculos de Dirceu estavam por todos os lugares. Se jogadas que poderiam representar dezenas de milhões de dólares, como o acerto perseguido pelo PT junto ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, transitavam sob seus domínios, coisas menores não eram menosprezadas. Em Campina Grande (PB), por exemplo, cidade pobre do sertão semi-árido, um arranjo teria levado a administração municipal do PT a entregar "mesada" de R$ 600 mil a Marcelo Sereno, outro importante assessor de Dirceu na Casa Civil. Um depoimento obtido pelo Ministério Público indicaria que a "mesada" acabaria mesmo com Dirceu, para o uso que achasse conveniente.

Cabe relatar o ocorrido em Mauá (SP), cidade vizinha a Santo André na Grande São Paulo, durante a administração do prefeito Oswaldo Dias (PT). Na época, Dirceu era presidente nacional do PT. O nome dele foi mencionado num relato sobre corrupção feito pelo ex-secretário municipal de Habitação, Altivo Ovando Júnior, que concedeu entrevista ao repórter Rodrigo Pereira, do jornal O Estado de S. Paulo, em maio de 2006:

- **O ex-ministro José Dirceu esteve no gabinete do ex-prefeito de Mauá Oswaldo Dias, no período em que o senhor foi secretário?**

- Ele foi várias vezes ao gabinete do prefeito. Teve vários encontros, era comum comparecer lá.

- **O senhor presenciou essas conversas? Ele falava sobre arrecadação de dinheiro para o PT?**

- Ele comentava abertamente que era obrigatório ter esquema de arrecadação de dinheiro, que todo município petista participava. Os esquemas de arrecadação eram obrigatórios em todas as cidades.

- **Envolvia o quê? Contratos de ônibus, de lixo?**

- Eu não gerenciava, nunca gerenciei. Mas com lixo e construtoras era em todas as prefeituras. Era aberto, todo mundo sabia que envolvia construtoras, contratos de lixo, essas coisas. Hoje isso está público, todo mundo conhece. Mas eles sempre fizeram, sempre existiu essa indústria de arrecadar dinheiro.

Trecho do inquérito enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelos promotores Amaro Thomé, Roberto Wider e Adriana Soares de Morais:

"José Dirceu, que se auto-intitulava paradigma da ética e da probidade, hoje figura como denunciado porque seria o idealizador e principal articulador de um mega-esquema de corrupção, que teve como um dos laboratórios, justamente, a cidade de Santo André."

Vale registrar o depoimento de Ruy Vicentini, tesoureiro do PPS paulistano. Ele relatou ao Ministério Público, em julho de 2005, um esquema de entrega de dinheiro a vereadores durante o mandato da prefeita Marta Suplicy (PT) em São Paulo (2001-2004). O objetivo era garantir maioria parlamentar ao governo petista na Câmara Municipal. Ruy Vicentini mencionou Mario César Aga, chefe da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Governo:

- Mario Aga falava que o esquema na Câmara Municipal era de grana e que não tinha mais jeito de outra negociação. Se a Prefeitura quisesse parar alguma investigação sobre a administração era na base do dinheiro, e que cada votação tinha um valor.

Em sua acusação, Ruy Vicentini citou os secretários municipais Rui Falcão, Carlos Zarattini e Valdemir Garreta, todos do PT:

- O secretário de Governo de dona Marta, Rui Falcão, organizou, a partir de seu gabinete, o caixa único. O Zarattini e o Garreta arrecadavam o dinheiro dos empresários de ônibus e do lixo, e o que sobrava era enviado para o gabinete do José Dirceu.

Após ser afastado do Ministério da Casa Civil e ter o mandato de deputado federal cassado em 2005, Dirceu continuou forte, dando as cartas no PT e, em grande medida, influenciando o governo Lula, inclusive no segundo mandato.

Antonio Palocci, por sua vez, caiu do governo Lula porque se negou a admitir que frequentou uma casa em Brasília na qual seu grupo de amigos fazia festas com prostitutas. Preferiu se envolver com o crime de quebra do sigilo bancário do caseiro, a testemunha de que ele também esteve com garotas de

programa. Grave mesmo contra Palocci, no entanto, foram as fortes evidências do esquema de corrupção montado em Ribeirão Preto (SP), na época em que ele foi prefeito da cidade. Palocci teria recebido propina de uma prestadora de serviços. A denúncia veio de um amigo, com quem manteve relações ao longo dos anos, inclusive no período do Ministério da Fazenda.

Luiz Gushiken, amigo pessoal de Lula, teve a vida complicada, entre outros motivos, pela confissão de um auxiliar próximo, que ocupava o cargo estratégico de diretor de Marketing do Banco do Brasil. Os fatos foram aqui relatados, da mesma forma que a relutância de Lula. O presidente da República fez o diabo para tentar não perder seus auxiliares mais próximos.

No caso de Gushiken, somou-se ainda a confusão com a publicidade do governo nas revistas de Luis Leonel, seu cunhado, que conseguiu a proeza de praticamente dobrar o faturamento durante a administração federal do PT. Como se não bastasse, empresa ligada a Gushiken, a Globalprev, firmou contrato sem licitação com a Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. No período de Gushiken à frente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a influência do ministro junto aos fundos de pensão teria ajudado a Globalprev, especializada na preparação de planos de aposentadoria. A empresa teria obtido um dos maiores crescimentos registrados no País, no ramo da previdência complementar.

O sexto ministro suspeito de corrupção afastado do governo Lula foi Silas Rondeau Cavalcanti Filho, de Minas e Energia, da cota do PMDB. Os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), na época presidente do Senado, foram os responsáveis por sua indicação. Silas Rondeau chegou a presidir a Eletronorte e a Eletrobrás no governo Lula, mas aguentou pouco tempo como ministro. Ao nomeá-lo, em julho de 2005, Lula discursou:

- O Silas tem 30 anos de experiência no setor elétrico. Foi chamado não por minha amizade, ou pela do Sarney ou do Renan, mas por sua competência.

Em 17 de maio de 2007, a Polícia Federal deflagrou a Operação Navalha. Silas Rondeau caiu cinco dias depois. Além de ministro, Rondeau tinha assento nos Conselhos de Administração de Itaipu e da Petrobras, pelo qual recebia R$ 17 mil mensais. Durante a ação dos federais, foram presas 46 pessoas, todas acusadas de pertencer à quadrilha capitaneada pela empreiteira Gautama, do empresário Zuleido Soares Veras. A organização criminosa agiria em vários Estados, principalmente no Nordeste, com tentáculos poderosos em Ministérios e prefeituras.

A Polícia Federal mapeou o desvio de R$ 100 milhões. O bando forjava obras fantasmas, fraudava contratos de saneamento básico, construção de pontes, estradas e do programa federal Luz para Todos, com o intuito de pôr as mãos em dinheiro público. Liderado por Zuleido Veras, preso durante a operação, o esquema envolveria uma rede de agentes políticos, funcionários públicos, lobistas, sócios e empregados. Entre os métodos da chamada "máfia das obras", a entrega de somas de dinheiro, carros de luxo e o pagamento de viagens a integrantes do bando, todos acusados por fraudar licitações, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

Um dos presos foi Ivo Almeida Costa, que manteria ligações com os senadores José Sarney e Renan Calheiros. Era chefe de gabinete e braço direito de Silas Rondeau. Durante dez anos acompanhou-o como homem de confiança, inclusive no governo Lula. Foi acusado de participar de fraude no Luz para Todos. Figura carimbada ao lado do ministro, Ivo Almeida Costa era encarregado das relações com parlamentares e empresários. Ligeiro, Rondeau demite-o no mesmo dia da prisão. O ministro também providenciaria o imediato afastamento de Jorge Targa Juni, presidente da Cepisa (Companhia Energética do Piauí), preso durante a operação.

A Polícia Federal cogitou prender o próprio Silas Rondeau, acusado de receber propina da Gautama para fraudar o Luz para Todos no Piauí. Os federais interceptaram diálogos telefônicos, com

autorização da Justiça, entre Ivo Almeida Costa e Zuleido Veras. A conversa entre os dois mencionou uma funcionária da Gautama, Tereza Freire Lima. Do inquérito policial:

"Ivo liga, Zuleido fala que o 'negócio vai chegar hoje de tardezinha com Tereza, aí Tereza vai passar para você'. Ivo fala que está bom". Um outro diálogo, entre Zuleido Veras e Tereza Freire Lima, no qual a funcionária se refere a Ivo Almeida Costa: 'Tereza diz que ele falou que tinha um compromisso hoje à noite e pediu para ela guardar, pois só poderia pegar a encomenda na terça. (...) Zuleido fala que, inclusive, tinha tirado 20 dele, mas segunda tem que repor... é que o valor era 120'."

Silas Rondeau caiu acusado de receber propina de R$ 100 mil. A ação da Polícia Federal, rastreando o dinheiro destinado ao ministro, é digna de roteiro de cinema. Os agentes federais seguiam Zuleido Veras e funcionários da Gautama. No dia 14 de março de 2007, por exemplo, fotografaram o funcionário Florêncio Brito Vieira sacando R$ 300 mil em agência da Caixa Econômica Federal em Salvador. O dinheiro seria enviado a Brasília. Entre os dias 20 de março e 3 de abril daquele ano, os suspeitos transportariam R$ 600 mil. Viajariam em aviões, com dinheiro escondido em sacolas, pastas e malas.

Os policiais documentaram funcionários da Gautama fazendo saques em agências da Caixa e do Banco do Brasil na capital da Bahia. Em 9 de março, um empregado de Zuleido Veras fez um trato com um gerente do Banco do Brasil. Era para registrar um saque de R$ 145 mil em dois dias diferentes. Assim evitariam a comunicação de uma retirada acima de R$ 100 mil ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda).

O dinheiro teria sido usado para subornar Adeílson Bezerra, secretário de Infraestrutura de Alagoas, também preso durante a Operação Navalha. Zuleido Veras levaria o dinheiro pessoalmente a Maceió. Para evitar que fosse identificado com a grana pelo sistema de segurança do aeroporto, pagou uma passagem para um funcionário, apenas para que ele trouxesse a soma até a sala do embarque. Lá, o dinheiro foi entregue ao dono da Gautama. Em seguida, o empregado deixou a área e cancelou a viagem.

Os R$ 100 mil destinados a Silas Rondeau seriam uma comissão pelo superfaturamento de R$ 2 milhões em trecho do Luz para Todos. As medições técnicas fraudadas apontariam despesas de R$ 7 milhões, mas o dispêndio deveria ter sido de apenas R$ 5 milhões. A licitação tocada pela Gautama, de R$ 70 milhões, levaria energia elétrica a 80 municípios do Piauí.

A propina seria passada ao ministro em 13 de março de 2007. Florêncio Brito Vieira a teria transportado numa pasta. Ele sacou o dinheiro na Caixa Econômica Federal em Salvador e pegou avião para Brasília. No aeroporto da capital federal, seguido por agentes, encontrou-se com Tereza Freire Lima, a secretária particular de Zuleido Veras. Antes, ela já havia telefonado ao dono da Gautama para informar que Sérgio Luiz Pompeu Sá, apontado como lobista da empreiteira, aguardava com ansiedade o desfecho da operação.

Florêncio Brito Vieira pegou uma sacola vermelha vazia com Tereza Freire Lima e se dirigiu ao banheiro do aeroporto. Em seguida, devolveu a sacola para ela. O dinheiro estaria dentro. Os federais monitoraram a chegada de Maria de Fátima Palmeira, diretora financeira da Gautama, encarregada de transportar a propina até o Ministério de Minas e Energia. Fitas do circuito interno de segurança ajudaram a rastreá-la. Às 12h46, Maria de Fátima Palmeira entrou no elevador privativo do ministro, com a sacola a tiracolo, recheada de dinheiro. Três minutos depois, caminhou pela ala que dá acesso ao gabinete de Silas Rondeau. Às 13h22, Maria de Fátima Palmeira despediu-se de Ivo Almeida Costa, cuja sala de trabalho dava de frente para o gabinete do ministro, e foi embora pelo elevador de uso comum. Rondeau havia deixado o local um minuto antes, pelo elevador privativo.

A Polícia Federal dispõe de gravação comprometedora de conversa entre Zuleido Veras e Sérgio Luiz Pompeu Sá. Na conversa, Sérgio Sá relata que Silas Rondeau "está indócil com aquilo", o que foi

interpretado como um atraso na entrega da propina prometida. Sérgio Sá autorizou o acesso de Maria de Fátima Palmeira ao Ministério de Minas e Energia, por portaria privativa. Já nas dependências do Ministério, Sérgio Sá se reuniu com Ivo Almeida Costa e a representante da Gautama. Questionado posteriormente sobre Sérgio Sá, Silas Rondeau limitou-se a dizer que ele não era funcionário do Ministério. Rondeau também se complicaria ao negar ter se reunido com Zuleido Veras. O empresário esteve três vezes no Ministério, de acordo com investigações policiais, sendo que em uma delas se reuniu pessoalmente com o ministro.

Em 18 de maio, dia seguinte da deflagração da Operação Navalha, Lula tirou Silas Rondeau de Brasília e o levou para Araguaína (TO), para ver obra de estrada de ferro. Providencialmente, carregou consigo Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, e fez elogios ao senador José Sarney (PMDB-AP). Tratou de proteger a todos. Lula recusou-se a falar sobre as investigações da Polícia Federal. Apenas discursou:

- Quero agradecer a presença do Renan, que atendendo a um convite meu veio conhecer a obra.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, dias depois, Renan Calheiros admitiu conhecer Zuleido Veras:

- Eu conheci o Zuleido há mais de 20 anos, quando ele trabalhava na OAS. Eu tenho relação com ele, mas não é uma relação frequente.

- **Ele já foi à residência oficial do Senado?**

- Não me recordo. Mas ele foi no gabinete, é normal. O que não pode haver é negócio.

Palavras de Renan.

Depois da viagem a Araguaína, Lula seguiu para o Paraguai. Levou Silas Rondeau a tiracolo. Lá, sabe-se que se reuniu separadamente com o ministro por 30 minutos. No dia seguinte, ainda em Assunção, Lula recusou-se a tratar do caso, dizendo aos jornalistas que, em seguida, no lado brasileiro da fronteira, falaria. Em Foz do Iguaçu (PR), o presidente evitou a imprensa.

Ao desembarcar em Brasília, Silas Rondeau foi direto para a casa de José Sarney. A reunião entrou pela madrugada. Na manhã seguinte, Sarney manteve encontro com Renan Calheiros e, depois, com Lula e Renan, juntos. Rondeau afastou-se do governo naquele mesmo dia.

Em 7 de dezembro de 2005, ainda em seu primeiro mandato, Lula concedeu audiência a políticos alagoanos interessados em implementar o chamado Sistema Pratagy, para abastecer Maceió de água tratada. As obras vinham se arrastando havia quase 25 anos. Renan Calheiros apresentou a reivindicação de mais verbas para os serviços. Justificou a necessidade de construir a barragem do rio Pratagy e as correspondentes adutoras e sub-adutoras. As obras ficariam a cargo da empreiteira Gautama.

Oito dias depois da audiência, Lula assinou a Medida Provisória que traria R$ 70 milhões para o Sistema Pratagy. Era o contrato mais caro entre o Governo Federal e a Gautama, a beneficiar um Estado. Até o escândalo estourar, a União já havia liberado R$ 30 milhões para as obras. Com o detalhe: outros R$ 120 milhões de verbas federais foram previstos para o Sistema Pratagy no início do segundo mandato de Lula.

Dos R$ 30 milhões liberados, a CGU (Controladoria-Geral da União) estimou os desvios pelo grupo de Zuleido Veras em R$ 3,1 milhões. Com a Operação Navalha, os negócios ligados ao Sistema Pratagy provocaram o afastamento do secretário de Recursos Hídricos do Ministério da Integração

Nacional, Rogério Menescal, e do secretário de Infraestrutura de Alagoas, Adeílson Bezerra, exonerado pelo governador Teotônio Vilela Filho (PSDB).

O esquema, conforme a Polícia Federal, começara na gestão do ex-secretário de Infraestrutura de Alagoas, Olavo Calheiros, na segunda metade da década de 90. Na época, a Gautama expandia os negócios em Alagoas. Olavo Calheiros, irmão de Renan Calheiros, teria ligação com Adeílson Bezerra, flagrado em escuta telefônica. Ele acertou o recebimento dos tais R$ 145 mil, a propina que teria sido levada pessoalmente por Zuleido Veras, em troca da liberação de R$ 3,1 milhões do contrato das obras do Sistema Pratagy. As medições teriam sido fraudadas e as obras, não executadas. Eleito deputado, Olavo Calheiros (PMDB-AL) teria recebido R$ 400 mil da Gautama.

Outro chamuscado pela Operação Navalha foi o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). De acordo com as investigações da Polícia Federal, era suspeita a proximidade da administração piauiense com o esquema de fraudes da Gautama. A empreiteira teria providenciado edital de licitação para obra do programa Luz para Todos, um encargo que deveria ser do governo estadual. Jorge Targa Juni, presidente da Cepisa (Companhia Energética do Piauí), aliás, como vimos, foi preso durante a ação dos federais.

O inquérito policial apontou que o lobista Sérgio Sá "intermediou contatos com o governador Wellington Dias, Jorge Targa e o ministro Silas Rondeau". Em determinada interceptação telefônica, Sérgio Sá revelou intimidade com Wellington Dias. Comentou com Zuleido Veras que sugerira ao governador trocar de advogado, contratando o mesmo profissional que atendia a Gautama.

Sérgio Sá relatou ter se reunido em Brasília com Wellington Dias e Silas Rondeau. Contou que combinou com o governador uma obra na rodovia BR-020, que seria direcionada para a Gautama e a Engemix. O lobista também teria ligação com essa segunda empresa. Trecho da gravação do telefonema:

"O Wellington Dias disse que quando assinar o convênio com a União, de delegação, aí ele se comprometeu, ele pessoalmente, ir no Lula e pedir para ser incluído no PPI". PPI é a sigla para Projeto Piloto de Investimentos.

Em outro trecho de conversa captada pelos agentes federais, Sérgio Sá, referindo-se a conversa com Silas Rondeau, informaria que "estava tudo encaminhado" com relação ao resto do dinheiro destinado ao Luz para Todos. Por telefone, o lobista também disse a Zuleido Veras que "conversaram bastante sobre a questão dos editais" das obras no Piauí.

No início de julho de 2007, um mês e meio depois da Operação Navalha, Lula sinalizou que nomearia Silas Rondeau novamente para comandar o mesmo Ministério de Minas e Energia. Na ocasião, Lula tratou de defender o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Ao referir-se a Silas Rondeau, Lula disse que o ex-ministro fora "injustiçado":

- Ninguém provou nada contra esse rapaz.

Fazendo coro a Lula, o ministro da Justiça, Tarso Genro (PT-RS), afirmou:

- Eu examinei as peças, depois que o processo se tornou público, e não vi nenhum delito que pudesse ser imputado ou provado contra Rondeau.

Em meados de outubro, cinco meses depois do escândalo, Lula voltaria a se manifestar em defesa do ex-ministro:

- Temo que os que acusaram o Silas é que vão ter que prestar uma boa explicação. Vamos aguardar.

O caso com a empreiteira Gautama envolveu outras celebridades ligadas ao partido do presidente. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi citado nas gravações. Um amigo dele pediu ajuda a Zuleido Veras para pagar dívida de R$ 24 mil junto a uma empresa aérea. O senador contratou o voo, mas não pagou o aluguel do avião. Em 23 de maio de 2007, com o nome nos jornais, Delcídio Amaral informou ter quitado a dívida com um cheque pré-datado.

A coisa pegou na Bahia, sede da Gautama. Ao efetuarem a prisão do prefeito de Camaçari (BA), Luiz Carlos Caetano (PT), os federais acharam em sua casa, em dinheiro vivo, R$ 142 mil. O Ministério das Cidades havia liberado R$ 11,5 milhões para a Gautama executar obra de urbanização contratada pela Prefeitura. O secretário de Obras de Camaçari, Iran César de Araújo e Silva, acabou preso com o prefeito durante a Operação Navalha. A Caixa Econômica Federal também estaria envolvida na maracutaia.

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ter usado a lancha de luxo de Zuleido em novembro de 2006, em passeio com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT-RS), mas negou envolvimento com a Gautama:

- Eu o conheço, já o conhecia antes, já o vi em avião, no parlamento. Mas não tenho nenhuma intimidade com ele.

Outro trecho das declarações de Jaques Wagner:

- Se alguém acha que eu vou beneficiar alguém por causa de um passeio de lancha, eu acho uma bobagem. Sinceramente, nem lembro da lancha.

Jaques Wagner, amigo do prefeito preso de Camaçari, fez comentários sobre presentes da Gautama entregues a políticos. Palavras do governador, apontando para um objeto dourado em cima da mesa de seu gabinete:

- A gente vai ter que escolher se está a fim de fazer a melhora da democracia ou se a gente vai ficar fazendo hipocrisia. Eu, como governador eleito, fim de ano, devem chegar 30, 40 gravatas, agenda, uma garrafa de vinho, uma faca de churrasco. Isso aí a Nestlé acabou de me dar de presente.

Uma das maiores jogadas da Gautama teria ocorrido em Mauá (SP), na Grande São Paulo. Licitação de R$ 1,6 bilhão seria direcionada, durante o mandato do prefeito Oswaldo Dias (PT), para beneficiar a Ecosama, um braço da Gautama criado justamente para tocar o contrato em Mauá. A concessão de Oswaldo Dias autorizou a Ecosama a gerenciar os serviços de captação e tratamento de esgotos de Mauá por 30 anos, o que daria uma receita mensal em torno de R$ 1,7 milhão para a empresa.

Uma semana antes do término do mandato de prefeito, em 23 de dezembro de 2004, Oswaldo Dias deu um presente a Zuleido Veras. Assinou, como "interveniente anuente", dois empréstimos da Caixa Econômica Federal à Ecosama, no valor de R$ 42,7 milhões. Na prática, Oswaldo Dias tornou a Prefeitura de Mauá responsável pelos empréstimos à empresa, caso houvesse rompimento do contrato entre a Ecosama e a administração municipal, e a empresa alegasse não ter condições de quitá-lo.

A Caixa Econômica Federal não exigiu propriedades ou bens para conceder os empréstimos e admitiu ter liberado R$ 15 milhões para a empresa de Zuleido Veras, antes da Operação Navalha. Os negócios com a Ecosama levaram o Ministério Público a pedir à Justiça a abertura de ação de responsabilidade civil por improbidade administrativa contra Oswaldo Dias. Em 2008, Oswaldo Dias foi novamente eleito prefeito de Mauá.

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) condenou a concessão que deu à empresa de Zuleido Veras os serviços de água e esgoto em Mauá. Considerou irregular a exigência de índice 3,0 (R$ 3,00 em conta bancária para cada R$ 1,00 de dívidas da empresa), quando a prática é um índice de 1 a 1,5. De 41

empresas que retiraram o edital, só duas foram habilitadas e chegaram a apresentar propostas. Conforme o relator do processo no TCE, conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, "raríssimas seriam as empresas capazes de atender requisito com semelhante grau de rigorismo".

Entre janeiro de 2004 e março de 2007, a Gautama teria recebido R$ 45,2 milhões em repasses diretos do Governo Federal. Depois do escândalo, a CGU (Controladoria-Geral da União) declarou a empreiteira inidônea. Na Câmara dos Deputados, manobra dos governistas enterrou a instalação da CPI da Navalha. O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ficou na incômoda situação de ter de responder se as contribuições de empreiteiras para campanhas eleitorais inibiriam os trabalhos da comissão de inquérito:

- Não posso admitir que nós criminalizemos a democracia com suposições que, eu diria, vão exatamente contra a representação popular. Acho que isso é um desserviço.

A campanha de Arlindo Chinaglia a deputado federal, em 2006, recebeu R$ 412 mil de empreiteiras, quase um terço do total de doações declarado por ele. O presidente da Câmara foi o quinto parlamentar que mais recebeu dinheiro de empreiteiras. De acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 285 deputados e 40 senadores, aproximadamente a metade dos integrantes do Congresso Nacional, foram patrocinados por R$ 27 milhões doados por empreiteiras nas eleições de 2006. A Gautama, empreiteira média, não apareceu entre o grupo das que mais deram dinheiro.

Em 12 de maio de 2008, quase um ano depois da Operação Navalha, o Ministério Público Federal denunciou 61 pessoas ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). Integrantes de "sofisticado grupo criminoso" foram acusados de envolvimento no esquema de corrupção da Gautama. Todos citados por formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica, fraudes em licitações, crimes contra o sistema financeiro e corrupção ativa e passiva.

Além do ministro Silas Rondeau e do empresário Zuleido Veras, foram denunciados os governadores do Maranhão, Jackson Lago (PDT), de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), e os ex-governadores do Maranhão, José Reinaldo Tavares (PSB), e de Sergipe, João Alves Filho (DEM). O grupo liderado pelo dono da Gautama visava a "obtenção ilícita de lucros através da contratação e execução de obras públicas, praticando, para tanto, diversos crimes autônomos, como fraudes a licitações, peculato, corrupção ativa e passiva, crimes contra o sistema financeiro, dentre outros delitos".

Em outro trecho da denúncia, o Ministério Público Federal pontuou que o esquema "identificava nos Ministérios a existência de recursos destinados a obras públicas nos Estados e municípios. Em seguida, cooptava agentes políticos e servidores públicos para viabilizar a realização dos convênios entre os Ministérios e os entes federativos. (...) Posteriormente, passava a atuar na fase da licitação, para que a Gautama fosse vencedora no procedimento, seja isoladamente ou em consórcio com outras construtoras".

Silas Rondeau teria recebido propina para facilitar contrato de R$ 128 milhões e autorizar a construção de uma adutora em Sergipe. No caso da fraude no programa Luz para Todos no Piauí, a denúncia cita ações do lobista Sérgio Sá "junto a diversos órgãos públicos para dirigir à Gautama as obras de construção das redes que levariam luz elétrica à área rural do Piauí, além de atuação destacada no Ministério de Minas e Energia, mais especificamente com o então ministro Silas Rondeau, para viabilizar os termos aditivos aos contratos firmados entre a Eletrobrás, Cepisa e Gautama".

O ex-ministro Silas Rondeau acabou acusado por formação de quadrilha, desvio de recursos públicos, gestão fraudulenta, corrupção ativa e passiva. Zuleido Veras recebeu 103 denúncias por corrupção ativa, três por peculato e ainda por formação de quadrilha e fraude em licitação. O dono da Gautama "estabelecia as diretrizes de atuação da quadrilha, coordenava e controlava as ações dos demais agentes, funcionários da empresa e intermediários".

O senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-governador do Maranhão (1991-1994), afilhado político do senador José Sarney (PMDB-AP), substituiu Silas Rondeau no Ministério de Minas e Energia. Até 2010, seria o responsável por investimentos da ordem de R$ 275 bilhões.

Em outubro de 2008, o trio José Sarney/Silas Rondeau/Edison Lobão voltou ao noticiário "político". A Polícia Federal do Maranhão acusou o empresário Fernando Sarney, filho de José Sarney, de tráfico de influência no Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, Eletronorte, Caixa Econômica Federal e na Valec, estatal federal responsável pela construção da ferrovia Norte-Sul.

A operação Boi Barrica, nome emprestado do folclore maranhense, investigou ligações de Fernando Sarney e empresários na intermediação de negócios privados com empresas estatais. A Polícia Federal chegou a pedir a prisão preventiva de Fernando Sarney. Acusou-o de pertencer a uma organização criminosa. A rede de lavagem de dinheiro teria movimentado irregularmente mais de R$ 10 milhões em três anos. Fernando Sarney obteve *habeas-corpus* no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para não ser preso.

O ex-ministro Silas Rondeau foi apontado como integrante ativo do esquema. O ministro Edison Lobão, por sua vez, teve o nome citado como alvo de influência. Os diretores de estatais mencionados no relatório da Polícia Federal, todos do Maranhão, tinham ligações históricas com a família Sarney.

A Polícia Federal pediu o bloqueio das contas bancárias de Silas Rondeau, Fernando Sarney, da mulher dele, Tereza Murad Sarney, da filha do casal, Ana Clara Sarney, de Ulisses Assad, diretor da Valec, de Astrogildo Quental, diretor da Eletrobrás, e dos empresários Flávio Lima e Gianfranco Perasso.

Em gravação captada pela Polícia Federal com autorização da Justiça, Fernando Sarney conversa com Giancarlos Perasso e menciona Flávio Lima. Para a Polícia Federal, "dois americanos" seriam US$ 2 milhões. O trecho do diálogo começa com Fernando Sarney:

- Isso, eu falo se é possível, se a gente tem condições de imediato, a minha intenção é que, eu falei com quase dois americanos, mas não cheguei a tanto, não... Mas você sabe do que eu preciso, né? São aqueles problemas que você sabe, você tem ideia da coisa, o Flavinho pode te dar uma ideia melhor, mas é algo próximo disso, tá?

- Tá, dois inteiros, né?

- É algo em torno, vou definir isso com o Flavinho aqui e você veria exatamente como seria feito, tá?

Em 22 de novembro de 2007, outra baixa. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, denunciou ao STF (Supremo Tribunal Federal) 15 pessoas acusadas de envolvimento no chamado "mensalão mineiro". Entre os denunciados, o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG). Ele deixou o governo Lula no mesmo dia.

O esquema de corrupção, investigado em Minas Gerais, ocorreu em 1998, durante a campanha para a reeleição do governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Walfrido dos Mares Guia era vice-governador na época, homem de confiança do governador e atuante na campanha eleitoral. Eduardo Azeredo, que perdeu aquela eleição para Itamar Franco (PMDB-MG), seria eleito senador quatro anos depois. O candidato a vice-governador de Eduardo Azeredo na eleição de 1998, Clésio Andrade, foi denunciado. Ele havia sido sócio do empresário Marcos Valério, acusado de operar o esquema ilegal.

Como se sabe, Marcos Valério chegou ao estrelato em 2005, durante o escândalo do mensalão do governo Lula. No caso do mensalão mineiro, que também resultou em denúncia contra Valério, o esquema de desvio de dinheiro público e a distribuição de valores tiveram a finalidade, pelo que se

apurou, de eleger Eduardo Azeredo para um segundo mandato de governador. No esquema do governo Lula, diferentemente, o dinheiro ilegal remunerou parlamentares que apoiavam a administração federal.

De acordo com o procurador-geral da República, o esquema em Minas Gerais, sete anos antes, serviu como "origem e laboratório" do esquema do mensalão que favoreceu Lula. Antonio Fernando de Souza denunciou Walfrido dos Mares Guia, o senador Eduardo Azeredo e Marcos Valério. Todos foram citados sete vezes por peculato (desvio de dinheiro público) e seis vezes por lavagem de dinheiro (dissimulação da natureza e origem do dinheiro). Outro acusado importante foi Cláudio Mourão da Silveira, secretário de Administração de Eduardo Azeredo, escolhido para ser o responsável pela coordenação financeira da campanha de 1998.

Entre as operações que engordaram o mensalão mineiro, o procurador-geral da República relatou sete empréstimos bancários de Marcos Valério para a campanha de Eduardo Azeredo, no total de R$ 28,5 milhões, mais R$ 3,5 milhões desviados das estatais mineiras Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), Comig (Companhia Mineradora de Minas Gerais) e Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais). Há suspeitas, ainda, sobre R$ 1,6 milhão, de outra estatal mineira, a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). O dinheiro teria sido destinado à agência de publicidade SMPG, de Valério.

Trecho da denúncia: "Diante da demanda de recursos que a campanha eleitoral exigiria, Eduardo Azeredo, Walfrido dos Mares Guia, Cláudio Mourão e Clésio Andrade, tendo em vista a condição de integrantes da cúpula do Estado de Minas Gerais e da organização da campanha eleitoral, delinearam o modo de atuação que seria empregado para viabilizar a retirada de recursos públicos da Copasa, Comig e Bemge".

Para anotar: o presidente do Bemge na época era José Afonso Bicalho Beltrão da Silva. Quando o escândalo foi denunciado pelo procurador-geral da República, José Afonso Bicalho ocupava o posto de secretário de Finanças do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT). Apesar de denunciado ao STF, José Afonso Bicalho não perdeu o cargo. Dos R$ 500 mil que saíram do Bemge para divulgar evento esportivo naquele ano de 1998, não se encontrou documentos que pudessem justificar o patrocínio do banco estatal.

Sobre o ex-vice governador e ministro de Lula, conforme a denúncia: "Walfrido dos Mares Guia sabia da captação ilícita de recursos e concorreu para a engrenagem ilícita de financiamento, razão pela qual não hesitou em participar da operação destinada a atender exigência de Cláudio Mourão, que cobrava de Eduardo Azeredo o pagamento da dívida. Atender a demanda de Mourão significava impedir qualquer tipo de publicidade para os crimes perpetrados em 1998."

Aqui, Walfrido dos Mares Guia se enrolou: investigações mostraram que a Samos Participação, empresa dele, fez operação de crédito de R$ 500 mil no Banco Rural, em 2002. O dinheiro, conforme Walfrido, foi empréstimo dele ao amigo Eduardo Azeredo, e não precisava nem ser devolvido. De fato, não o foi. A bolada seguiu para uma conta bancária de Marcos Valério, que a usaria para quitar dívidas de caixa 2 da campanha de 1998. Era uma exigência de Cláudio Mourão. Desconfia-se que o dinheiro serviu mesmo para manter Cláudio Mourão calado. Valério teria repassado outros R$ 700 mil ao mesmo Mourão, para assegurar os segredos da campanha de 1998. Detalhe: os avalistas do empréstimo de R$ 500 mil são os próprios Walfrido dos Mares Guia e o ex-governador Eduardo Azeredo. Mais um detalhe: a Receita Federal apurou que a Samos Participação, de Walfrido, movimentou R$ 22,2 milhões naquele ano de 2002, mas declarou apenas R$ 1,1 milhão de receita.

Outro trecho da denúncia do procurador-geral da República envolve Walfrido dos Mares Guia e o publicitário Duda Mendonça. O mesmo Duda que ocupou lugar de destaque no escândalo do mensalão, por ter admitido o recebimento de dinheiro de caixa 2 para pagar a campanha eleitoral que elegeu Lula em 2002. Pois bem: por coincidência, Duda foi o publicitário responsável pela campanha de Eduardo Azeredo em 1998. Da denúncia do procurador:

"Walfrido dos Mares Guia era vice-governador do Estado de Minas Gerais em 1998, eleito em 1994, quando foi o coordenador financeiro da campanha. Em 1998, lança-se como candidato a deputado federal e participa ativamente dos destinos financeiros e políticos da disputa eleitoral. Ele negociou a contratação de Duda Mendonça, por intermédio de Zilmar Fernandes, pelo montante de R$ 4,5 milhões, sendo que o valor oficialmente declarado foi de apenas R$ 700 mil."

Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda, também ganhou projeção no escândalo do mensalão em 2005. Voltando: Walfrido dos Mares Guia elegeu-se deputado em 1998. Obteve imunidade. Conforme o relatório de Antonio Fernando de Souza, Cláudio Mourão admitiu, em depoimento à Polícia Federal, que os R$ 4,5 milhões de Duda foram acertados com Walfrido e o pagamento, feito com dinheiro emprestado por Marcos Valério no Banco Rural. Segundo o procurador-geral da República, os empréstimos de Valério no Rural, da mesma forma como no escândalo do mensalão da era Lula, eram fictícios e dissimulavam a origem ilegal do dinheiro usado no esquema.

Da denúncia do procurador-geral, que cita dois sócios de Valério e o candidato a vice-governador na chapa de 1998: "Esse valor – R$ 4,5 milhões – foi quitado pela cúpula da campanha por meio do numerário injetado criminosamente pelos mecanismos profissionais operados por Marcos Valério, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach e Clésio Andrade". Os publicitários Cristiano de Mello Paz e Ramon Hollerbach Cardoso também tiveram os nomes relacionados na denúncia encaminhada ao STF.

A origem da investigação em Minas Gerais vem de cópias de operações bancárias e uma relação de beneficiários de R$ 100 milhões, cujo vazamento foi atribuído ao lobista Nilton Monteiro. Para efeito de comparação, Eduardo Azeredo declarou à Justiça Eleitoral que o valor gasto na campanha ficou na casa dos R$ 8,5 milhões. A documentação assinada por Cláudio Mourão, supostamente autêntica, relaciona os R$ 100 milhões, dos quais R$ 24 milhões teriam cabido a Walfrido dos Mares Guia.

Os federais apuraram que R$ 10,8 milhões da bolada foram doados a 170 candidatos de 19 partidos políticos. O PT teve o maior número de agraciados, com 35 nomes (total de R$ 880 mil). Em seguida veio o PFL, com 14 beneficiados (R$ 1,3 milhão). No PSDB, o mais aquinhoado teria sido Aécio Neves, com R$ 110 mil. Em 1998, Aécio Neves foi eleito deputado federal.

Quatro anos depois, Aécio Neves elegeu-se governador de Minas Gerais. Nomeou o coordenador da sua campanha eleitoral, Danilo de Castro (PSDB-MG), como secretário de Governo. Em 2004, Danilo de Castro apareceu como avalista de um empréstimo de R$ 707 mil, firmado pela agência SMPB, de Marcos Valério, no Banco Rural. Um ano antes, o Governo de Minas Gerais contratava, por R$ 16,2 milhões, as agências SMPB e DNA, também de Valério. "Coincidentemente, as empresas de Marcos Valério venceram licitações para a publicidade do Governo de Minas, justamente com Danilo de Castro como secretário responsável pelo certame", afirmou Antonio Fernando de Souza. Em 2006 Aécio Neves foi reeleito governador.

Voltemos ao episódio de 1998: Luiz Flávio Zampronha, delegado da Polícia Federal, classificou o mensalão mineiro como "complexa organização criminosa". Valério faria empréstimos bancários, devolvidos em seguida com recursos supostamente desviados de empresas estatais, por meio de campanhas publicitárias fictícias, patrocínios para eventos esportivos, superfaturamento de serviços e outras fraudes. Além das estatais Bemge, Copasa, Comig e Cemig, o relatório da Polícia Federal apontou, como origem do dinheiro de caixa 2, a Fundação Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho e empresas contratadas pelo Governo de Minas.

Para a Polícia Federal, seis empreiteiras doaram por baixo do pano R$ 8,2 milhões para a campanha de Eduardo Azeredo. Foram as seguintes: ARG, Queiroz Galvão, Egesa, Tratex, Erkal e Servix. Durante a administração de Eduardo Azeredo (1995-1998), as seis empresas teriam recebido R$ 296 milhões para executar obras no Estado.

Conduzido pelo delegado Luiz Flávio Zampronha, o inquérito investigou supostos créditos bancários que alimentaram a campanha de 1998. De acordo com o policial, o esquema mineiro deixou "evidente que tais empréstimos não passaram de adiantamentos que foram posteriormente cobertos com recursos públicos desviados ou com valores disponibilizados por empresários que possuem fortes interesses econômicos junto ao Estado". O policial comparou os esquemas de Minas e de Brasília. Concluiu que ambos misturaram os caixas de empresas de Marcos Valério, recursos de contratos publicitários e dinheiro de doações eleitorais clandestinas. Do inquérito:

"Essa técnica, conhecida como *commingling* ou mescla, caracterizada por esquemas que procuram ocultar os recursos de origem criminosa dentro das atividades normais de estruturas empresariais, é a mais utilizada por organizações criminosas. Valério acredita na infalibilidade da metodologia (...) para dissimular a origem e ocultar o destino dos recursos da campanha, desconhecendo que essa tipologia de lavagem de dinheiro já foi devidamente esquadrinhada ao longo dos anos pelos organismos de repressão ao crime organizado."

O procurador-geral da República denunciou o ex-governador Eduardo Azeredo ao STF por ter sido o "principal beneficiário" do mensalão mineiro. O mesmo Antonio Fernando de Souza, contudo, poupou Lula no caso do escândalo do mensalão, apesar de o presidente da República, da mesma forma, ter sido o principal beneficiário do suborno de parlamentares que lhe garantiram maioria no Congresso Nacional.

Walfrido dos Mares Guia, aliás, cumpriu papel importante ao blindar Lula no primeiro mandato, fazendo uma cortina de fumaça acerca do envolvimento do presidente da República com o esquema do mensalão. Ministro do Turismo nomeado com o aval do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), que denunciou o esquema, Walfrido não deu eco às acusações de Jefferson.

Ao denunciar o mensalão, Jefferson o apontara como testemunha das operações de compra de deputados e do alerta que fizera pessoalmente a Lula. Sem o endosso de Walfrido, ficou mais difícil acusar o presidente da República de não ter cumprido o dever constitucional de mandar investigar as denúncias que lhe teriam sido encaminhadas. Walfrido recebeu a recompensa. No segundo mandato, Lula o nomeou ministro das Relações Institucionais. Walfrido tornou-se figura central de todos os acertos, promessas, nomeações, negociações e liberação de verbas que envolviam parlamentares no início do segundo governo Lula. Ele resolvia problema do presidente, mas ficou difícil dissociá-lo do mensalão mineiro. Além da história do empréstimo de R$ 500 mil no Banco Rural e do depósito do dinheiro na conta de Marcos Valério para, supostamente, pagar dívida de Eduardo Azeredo com Cláudio Mourão, Walfrido havia sido o "homem forte" da campanha eleitoral de 1998.

A Polícia Federal apreendera anotações feitas por Walfrido na época, contendo indicações de valores que seriam repassados a políticos por caixa 2. Em um dos casos, ele registrara no manuscrito repasse para Júnia Marise (PDT-MG), candidata a senadora e aliada de Eduardo Azeredo. Uma semana depois, policiais identificaram a entrada de R$ 200 mil nas contas bancárias pessoais de dois assessores dela, a partir de uma conta da SMPB de Valério.

Homem rico, Walfrido possuía 595 escolas, uma das maiores redes de ensino particular do País. No final de 2005, passado o susto do escândalo do mensalão que poderia ter derrubado Lula, estreitou os laços de amizade com o presidente. Levou-o, em companhia da primeira-dama, dona Marisa Letícia, para passar dois dias na fazenda Vila do Carvalho, perto de Ouro Preto (MG), onde criava cavalos e mantinha coleção de cachaças de Minas Gerais.

Ameaçado pelas denúncias de corrupção da campanha de 1998, Lula tratou de proteger o ministro e amigo: "Vá em frente, Walfrido, defenda-se", teria lhe dito o presidente no final de setembro de 2007. Lula ensaiou acabar com a fama de ser chefe de um governo com "queixo de vidro", expressão usada no boxe para definir lutadores que vão ao solo ao levar o primeiro golpe.

No dia 24 daquele mês, ao tomar conhecimento da solicitação da Polícia Federal ao STF para quebrar o sigilo bancário da empresa Samos Participações, de Walfrido dos Mares Guia, Lula estava em Nova York. Telefonou para tranquilizar o ministro amigo:

- Toca para frente e faça seu trabalho.

Três dias depois, no Palácio do Planalto, o presidente falou aos jornalistas:

- O Walfrido tem me dito reiteradas vezes que se ele tivesse um milímetro de dúvida das coisas que ele fez, já teria me entregue o cargo. Por isso, ele merece a minha confiança total, e nós vamos fazer o que tiver de ser feito.

Menos de dois meses depois, Walfrido teve de sair do governo. Se não caiu no primeiro round da luta, foi ao chão logo no segundo.

Já fazia tempo, porém, que Walfrido estava no noticiário da corrupção. No período em que foi vice-governador de Minas (1995-1998), solicitou 20 viagens em aviões oficiais para levar a mulher, filhos e amigos para Angra dos Reis (RJ), onde possuía casa de praia. As aeronaves do governo eram requisitadas sempre nos finais de semana e feriados. O Ministério Público o denunciou e pediu ressarcimento do dinheiro público.

Em 2005, a quebra do sigilo bancário das empresas de Marcos Valério pela CPI dos Correios revelou pagamentos de R$ 100 mil a parentes do ministro do Turismo. Walfrido tratou de justificar o dinheiro, atribuindo-o à venda de roupas finas em loja da família, a M. Guia.

No relatório da Polícia Federal sobre a investigação do mensalão mineiro, Cláudio Mourão cita Walfrido por ter prestado informações ao Banco Rural segundo as quais as empresas de Valério tinham crédito junto ao Governo de Minas Gerais. Isso teria permitido que Valério levantasse R$ 9 milhões para a suspeita campanha de Eduardo Azeredo.

No último dia útil de 2006, no apagar das luzes do primeiro mandato de Lula, Walfrido, ainda no Ministério do Turismo, assinou a liberação de R$ 2,4 milhões para a construção, entre outras coisas, de poço artesiano que beneficiaria empreendimento particular em Barretos (SP).

Na véspera da queda de Walfrido, Lula reuniu-se com o ministro por duas horas. No dia seguinte, com a divulgação da notícia, o presidente emitiu nota aos jornalistas para dizer que "mantenho integral confiança na pessoa do ministro que, estou seguro, será inocentado das acusações". E mais:

"Durante quase cinco anos, Walfrido desempenhou com competência e dedicação as funções que lhe atribuí, primeiro à frente do Ministério do Turismo, depois no comando da articulação política do governo. Trata-se de uma grande perda."

Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) denunciou, em julho de 2008, ilegalidades "sistêmicas" em 31 contratos do Ministério do Turismo, todos assinados pelo então ministro Walfrido dos Mares Guia. Os contratos previam repasses de R$ 9,2 milhões a entidades privadas. O TCU pediu o ressarcimento aos cofres públicos de R$ 1,3 milhão referente a 11 dos contratos firmados, e determinou a suspensão dos outros 20 contratos que foram autorizados mas não haviam sido efetivados.

A denúncia do procurador-geral da República sobre o mensalão mineiro foi aceita pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em novembro de 2009. O ministro Joaquim Barbosa pediu a investigação do ex-governador Eduardo Azeredo por crime de peculato, aquele em que o servidor público se apropria de dinheiro ou bens públicos, e por lavagem de dinheiro. Para Joaquim Barbosa, os casos do mensalão e do mensalão mineiro tinham semelhanças. O STF acolheu a denúncia contra o senador tucano por cinco votos a três.

Eduardo Azeredo não gostou da decisão do Ministério Público de apresentar como prova de sua relação com Marcos Valério a troca de 58 ligações telefônicas entre os dois. Segundo ele, os telefonemas ocorreram ao longo de cinco anos e ele, Azeredo, só teria retornado duas das ligações de Valério. Depois, Azeredo reconheceria que conversou por telefone com Valério mais vezes. O senador comparou a sua situação à de Lula:

- O presidente Lula alegou que não sabia e foi inocentado. Acho estranho. Não vou entrar no mérito da questão, mas a situação é basicamente muito semelhante. Eu era governador, com uma campanha descentralizada, com delegações de poderes, e o presidente Lula também concorreu em situação semelhante e ele não recebeu nenhum inquérito a esse respeito.

Com Walfrido dos Mares Guia no Ministério das Relações Institucionais em 2006, no segundo mandato de Lula, a pasta tornou-se o departamento federal responsável pela distribuição da fisiologia. No começo da era Lula, em 2003, a atribuição fazia parte do Ministério da Casa Civil, sob comando de José Dirceu (PT-SP). Quem tocava o dia a dia das relações com os parlamentares era o assessor Waldomiro Diniz, posteriormente forçado, como vimos, a se afastar do governo. Também passaram pelas Relações Institucionais Aldo Rebelo (PC do B-SP), Jaques Wagner (PT-BA) e Tarso Genro (PT-RS).

Para suceder Walfrido, Lula escolheu o deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE). Ele ocupara o posto de líder do PTB na Câmara dos Deputados por influência do presidente do partido, Roberto Jefferson (RJ). Como Walfrido, que virou ministro do Turismo com a anuência de Jefferson, Múcio tinha fortes ligações com o presidente do PTB. Mas, da mesma forma que Walfrido, agiu para blindar Lula ao não dar eco às denúncias de Jefferson sobre o pagamento de mensalões. Como Walfrido, foi recompensado por Lula. No segundo mandato, Múcio tornou-se líder do governo na Câmara dos Deputados. Com a saída de Walfrido, Múcio foi promovido mais uma vez. Virou o ministro das Relações Institucionais no lugar de Walfrido.

Na véspera de se tornar ministro, porém, Múcio teve longa conversa com Roberto Jefferson, o presidente nacional do PTB. Não se sabe o que conversaram. Foi Jefferson quem o trouxera para o PTB. Plantador de cana-de-açúcar, Múcio sempre se posicionou como defensor de interesses dos usineiros de Pernambuco. Durante o escândalo do mensalão, Jefferson o mencionou várias vezes como testemunha das tentativas de cooptação e suborno de deputados do PTB por parte da direção do PT.

Na denúncia do mensalão, o nome de Múcio apareceu como um dos articuladores do acordo pelo qual o PT ficou de repassar R$ 20 milhões ao PTB, na campanha eleitoral de 2004. Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, relatou reunião da qual Múcio e Jefferson participaram, para discutir com José Genoino, Delúbio Soares e Silvio Pereira, a cúpula do PT, a entrega de dinheiro de caixa 2 para o PTB. Mas Múcio silenciou. Não prejudicou Lula. No final de 2009, para recompensá-lo pelos diversos serviços prestados, Lula o indicou para uma vaga no TCU (Tribunal de Contas da União).

Em 19 de dezembro de 2007, Walfrido dos Mares Guia voltou a Brasília pela primeira vez desde que saíra do governo Lula. Abriu sua casa para comemorar o final do ano. Participaram da festa os ministros Dilma Rousseff (PT-RS), da Casa Civil, Nelson Jobim (PMDB-RS), da Defesa, e o ex-ministro José Dirceu (PT-SP). A comemoração entrou pela madrugada. José Múcio foi a grande atração. Tocou músicas de sua autoria no violão, interpretou compositores românticos, dançou e recitou poemas nordestinos.

O ano de 2008 começou quente. Lula logo perdeu sua ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro (PT-SP). Ela fez despesas irregulares com cartão de crédito bancado pelo governo. O chamado "dinheiro de plástico" deveria ser usado para efetuar gastos decorrentes do exercício da função, como compra de materiais de escritório e serviços de manutenção. Pois bem: Matilde Ribeiro gastou R$ 171.556 em 2007, e mandou a conta para o governo. Foram R$ 14.300 em média por mês, mais que os R$ 10.700 do salário de ministra.

A Comissão de Ética Pública pediu à CGU (Controladoria-Geral da União) investigação sobre indícios de atos criminosos. Somente em 2007, Matilde Ribeiro usou dinheiro público para pagar 67 contas em hotéis. Apesar de tentar justificar os gastos com viagens para 14 Estados com a finalidade de intensificar contatos com governadores, a ministra usou o cartão, na maioria das vezes, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e nos finais de semana. Na capital paulista, hospedava-se no luxuoso hotel Pestana, nos Jardins, e gostava de frequentar o sofisticado restaurante Miski, especializado em comida árabe, próximo do hotel. E era freguesa de outros bons restaurantes da cidade.

No Rio, Matilde Ribeiro ficava no tradicional hotel Glória e optava pelo restaurante Empório Santa Fé, no Flamengo. A ministra não dispensou incursões ao bar Amarelinho, famoso pelo chope gelado. Em 16 de julho de 2007, chamou a atenção o uso do cartão corporativo para saldar contas em três restaurantes no Rio. Matilde Ribeiro esteve no Empório Santa Fé, na churrascaria Cajuti e no Quiosque Pertaqui. Uma pedra no sapato dela: o gasto misterioso de R$ 461,16 num *free-shop*, após viagem de lua-de-mel. A ministra alegou que fez a compra com o cartão do governo por engano, mas só devolveu o dinheiro quase três meses depois, com a notícia nos jornais.

Matilde Ribeiro gastou a maior parte do dinheiro alugando automóveis. Jamais fez licitação para contratar os serviços. Solicitava, sempre que conseguia, veículos Astra, com motorista. E sempre na mesma locadora, a Localiza. Em 2007, foram R$ 120.281. No ano anterior, nos cinco meses que teve o cartão do governo nas mãos, fez gastos no valor de R$ 55.532, sendo R$ 43.883 com aluguel de carros. E em janeiro de 2008, antes de ser obrigada a deixar o cargo, já havia feito um dispêndio de R$ 11.623 com a locação de veículos. Total em 18 meses: R$ 175.788, apenas em aluguel de automóveis. Média mensal de R$ 9.766.

O escândalo do "dinheiro de plástico" atingiu outros dois ministros de Lula: Orlando Silva (PC do B-BA), dos Esportes, e Altemir Gregolin (PT-SC), da Pesca. O primeiro pagou conta de restaurante no bairro dos Jardins, em São Paulo, no valor R$ 468. Em outra ocasião, num único dia, usou o cartão corporativo para quitar duas contas em restaurantes da capital paulista: R$ 198 em churrascaria e R$ 217 em restaurante francês. Orlando Silva se encrencou ao usar o cartão corporativo para pagar R$ 8,30 por uma tapioca, quitute da cozinha nordestina. Cinco meses depois, devolveu o dinheiro.

Já Altemir Gregolin tratou de explicar gastos de R$ 512 num restaurante em Brasília com a alegação de que recebera uma comitiva pesqueira da China. Os preferidos de Altemir Gregolin eram os restaurantes italianos de Chapecó (SC). Os três ministros, juntos, pagaram despesas com cartão corporativo em 158 restaurantes, lanchonetes e bares em 2007. No caso de Altemir Gregolin, chamou a atenção três despesas em restaurantes cariocas na Quarta-Feira de Cinzas. Defendeu-se com a alegação de que trabalhara no Carnaval daquele ano. Assistira aos desfiles com o ministro da Pesca da Noruega, que estava no Brasil para ver uma escola de samba cujo tema do enredo era o bacalhau.

Quem afinal teve de deixar o cargo e perder a mordomia dos cartões corporativos foi Matilde Ribeiro. Saiu do governo em 1º de fevereiro de 2008, sem explicar a compra no *free-shop*. Em agosto de 2008, o Ministério Público Federal a denunciou à Justiça. A ex-ministra foi acusada de improbidade administrativa por ter causado "grave dano ao erário" ao utilizar dinheiro público de forma "imoral". O Ministério Público cobrou a devolução de R$ 160 mil gastos por Matilde Ribeiro com o cartão corporativo.

Pelo menos outros dez ministros de Lula participaram da farra dos cartões, mas foram prevenidos: puseram assessores para fazer as compras. São os seguintes: Hélio Costa (Comunicações), Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia), Tarso Genro (Justiça), Jorge Hage (Controladoria-Geral da União), Paulo Bernardo (Planejamento), Fernando Haddad (Educação), Nelson Jobim (Defesa), Gilberto Gil (Cultura), Nilcéa Freire (Políticas para Mulheres) e Alfredo Nascimento (Transportes).

Orlando Silva, dos Esportes, foi rápido no gatilho. Convocou à imprensa às pressas para anunciar a devolução de R$ 30.870, tudo o que havia gastado com o cartão corporativo. Justificou a medida

"radical" por estar indignado com o noticiário, que teria "ultrapassado os limites". Ele só admitiu um erro: a maldita tapioca, de R$ 8,30. Lula elogiou o gesto do ministro.

Em 6 de fevereiro de 2008, quatro dias depois, veio à tona a informação de que Orlando Silva usara o cartão corporativo para pagar R$ 2.791 referentes a diárias no luxuoso Plaza Copacabana Hotel, no Rio, onde se hospedou com a mulher, a filha e a babá, num fim de semana prolongado. Ele não comentou.

Na posse do novo ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, Lula fez desagravo a Matilde Ribeiro. Disse que ela, ausente da festa, não cometera crime ou delito, mas apenas falhas administrativas. O presidente a definiu como a mesma "companheira intocável" dos tempos de militância no PT de Santo André (SP), terra do ex-prefeito Celso Daniel.

O governo Lula disponibilizou 11.510 cartões de crédito para funcionários federais. Em 2003, no primeiro ano de sua gestão, chegaram a R$ 8,7 milhões os gastos com cartões. Em 2007, quatro anos depois, as despesas alcançaram R$ 78 milhões, quase nove vezes mais. Dos R$ 78 milhões, R$ 58 milhões sacados em dinheiro vivo, em caixas eletrônicos. Gastos secretos, usando os cartões, também foram altos. Em 2008, atingiram o teto de R$ 18,7 milhões.

Capítulo 11

O presidente do Senado, aliado de Lula. Outro caso de corrupção

José Renan Vasconcelos Calheiros teve vida modesta até virar político. Filho de pequeno produtor rural, cresceu em Murici (AL), cidade pobre do Nordeste. Vendeu sandálias feitas com pneus velhos para dispor de algum dinheiro. Quando entrou para a política, em 1978, tinha um fusca. Mais nada. Renan Calheiros ficou milionário.

Em 25 de maio de 2007, um dia antes de a revista Veja chegar às bancas de jornal, havia rumores sobre uma denúncia contra o poderoso presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Em Brasília, o presidente da República tratou de defender o aliado:

- Não vi nenhuma matéria ainda, conversei com o Renan ontem e anteontem. O Renan está tranquilo.

Lula acrescentou, para não deixar dúvidas sobre a sua posição:

- Essas coisas têm de ter um processo, uma investigação, a chance daqueles que são acusados prestarem suas explicações.

A reportagem descreveu que Renan Calheiros usou os "serviços" de um funcionário da empreiteira Mendes Júnior, uma das maiores do País, para dar dinheiro vivo à mãe da filha que ele teve fora do casamento. O problema é que os R$ 12 mil mensais, entregues sempre em *cash*, dentro de envelopes, nas dependências do escritório da Mendes Júnior em Brasília, correspondiam praticamente à totalidade do salário do senador. A suspeita, lógica: o dinheiro não era dele, mas um mimo da empreiteira. Reforçava a suspeita o fato de Renan Calheiros não ter declarado os valores no Imposto de Renda.

Publicado o escândalo, Lula telefonou a Renan Calheiros para manifestar o seu apoio. A assessoria do presidente, solícita, divulgou o teor da fala de Lula:

- Renan, sou solidário a você. Estou muito solidário e tenho certeza de que você vai explicar as acusações.

Os pagamentos à jornalista Mônica Veloso, mãe da pequena Maria Catharina, eram feitos por Cláudio Gontijo, assessor da Diretoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Mendes Júnior. Nos encontros regulares entre Renan e a jornalista, revelaria ela depois, não se falava em dinheiro. Muito menos de sua origem. Conveniente. Mas as somas chegaram em espécie às mãos de Mônica Veloso, de março de 2004 a novembro de 2005, dentro dos tais envelopes. Isso durou até Renan reconhecer a paternidade.

Cláudio Gontijo foi fiador do apartamento duplex alugado à jornalista em área nobre de Brasília, e providenciou seguranças para a mãe e a filha do senador. O representante da empreiteira teria colocado à disposição de Renan um *flat* no hotel Blue Tree de Brasília, para encontros reservados.

O mesmo Cláudio Gontijo também teria arrumado dinheiro para a campanha eleitoral de Renan Calheiros Filho (PMDB), o "Renanzinho", eleito prefeito de Murici (AL) em 2004, e para um amigo, o médico José Wanderley Neto, eleito vice-governador de Alagoas, na chapa encabeçada por Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), outro amigo de Renan. O prestativo funcionário da Mendes Júnior confirmou a entrega de dinheiro à jornalista, mas negou que fosse da empreiteira para a qual trabalhava. Nas palavras dele:

- Só posso dizer que não era meu.

Lula voltou a se manifestar. Usou o programa de rádio "Café com o Presidente" para reiterar o apoio a Renan Calheiros. Citou a revista Veja:

- A reportagem o colocou sob suspeita. Isso não quer dizer que o senador Renan seja culpado. Até prova em contrário, ele é inocente.

Em discurso no Senado, Renan pediu desculpas à mulher, Maria Verônica Calheiros, e informou que repassou dinheiro deduzido de seus subsídios de senador a Mônica Veloso. Deu cheques após o reconhecimento da paternidade. Afirmou ter constituído um fundo de R$ 100 mil, de suas próprias reservas, para as despesas com a educação da criança. E explicou que a escolha de Cláudio Gontijo como interlocutor entre as partes se deu porque era seu amigo e também amigo da jornalista.

O líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, José Múcio (PTB-PE), assistiu ao depoimento de Renan. Foi ao Senado prestigiar o aliado do chefe. A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), elogiou a agilidade e a eficiência das explicações de Renan. Da senadora:

- Acho que temos uma situação de estabilidade no Senado.

Do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), após ouvir o discurso de Renan:

- Na minha visão, assunto encerrado. Os fatos foram explicados à exaustão.

Por meio do advogado Pedro Calmon, porém, Mônica Veloso contestou: os R$ 12 mil referentes à pensão e ao aluguel do apartamento foram entregues, sempre em dinheiro vivo, por Cláudio Gontijo. Mas ele não era amigo da jornalista. Tratava-se de alguém do círculo de relações de Renan Calheiros, apresentado a ela para efetuar os pagamentos. Mônica Veloso desmentiu o fundo de R$ 100 mil para a educação da menina. As duas remessas de R$ 50 mil cada uma, também em dinheiro vivo, foram entregues em sacolas pretas de náilon no escritório do advogado do senador, Eduardo Ferrão, em Brasília. Quem as recebeu foi Pedro Calmon, advogado de Mônica Veloso. O dinheiro serviu para pagar os R$ 9 mil mensais que Renan Calheiros concordou em dar "por fora" à jornalista em 2006, após o reconhecimento da paternidade, além dos R$ 3 mil oficiais da pensão alimentícia, esta estipulada a partir de dezembro de 2005 em valor compatível à renda líquida do senador. Renan não havia cumprido o combinado e acabou quitando os atrasados com o dinheiro vivo acomodado nas sacolas pretas de náilon.

Baixada a poeira, a líder do PT no Senado voltou a se manifestar. Disse que se os documentos apresentados por Renan não se mostrassem suficientes, ele poderia apresentar novas provas e dar novas explicações. De Ideli Salvatti:

- A bancada se reuniu e tivemos o entendimento de que o senador Renan Calheiros merece de todos nós uma presunção de inocência.

O problema é que Renan não dispunha de comprovantes atestando que os pagamentos feitos a Mônica Veloso tinham origem em recursos próprios. Isso no período anterior ao reconhecimento da paternidade. Não havia provas de que a fonte do dinheiro era lícita e não os "presentes" da Mendes Júnior, repassados por Cláudio Gontijo. O senador tampouco explicou a denúncia de que o funcionário da empreiteira deixara à sua disposição o *flat* no Blue Tree.

Agora, o grave: obras da Mendes Júnior no valor de R$ 46 milhões, no porto de Maceió, receberam emendas de Renan Calheiros na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), no mesmo período em que Cláudio Gontijo efetuava os repasses mensais a Mônica. Renan solicitou três vezes aumentos para as metas anuais de construção do cais da capital de Alagoas. Numa emenda apresentada em 2005, solicitou acréscimos de 50%, equivalentes a R$ 8 milhões. No total, as emendas do presidente do Senado alcançaram R$ 13,2 milhões. Por meio da assessoria, Renan informou não se lembrar de todas as emendas encaminhadas à LDO. Não fez qualquer outro comentário.

O senador Sibá Machado (PT-AC), presidente do Conselho de Ética do Senado, concedeu entrevista em 30 de maio de 2007. Um processo seria aberto para investigar Renan Calheiros. Indagado sobre a perda de autoridade do presidente do Senado, Sibá Machado respondeu:

- Acho que não, a Casa inteira o respeita muito. Não tem nada confirmado, então não pode haver prejulgamento.

A fim de justificar condições para pagar Mônica Veloso, Renan informou ganho de R$ 1,9 milhão em quatro anos, principalmente com a venda de gado. Isso explicaria depósitos regulares em suas contas bancárias, em valores de R$ 10 mil a R$ 50 mil, e daria consistência às despesas com o aluguel adiantado de um ano do apartamento da jornalista em Brasília, um acerto de R$ 43.200 feito por Cláudio Gontijo. O problema: indicar, efetivamente, que boa parte do dinheiro em suas mãos era oriunda de transações agropecuárias.

Cabe assinalar que na declaração de bens apresentada por Renan Calheiros à Justiça Eleitoral em 2002, ano da primeira eleição de Lula, não constavam fazendas de gado em nome do senador. Naquele ano, conforme levantamento da revista Veja, o senador Renan Calheiros, reeleito em Alagoas, dispunha de R$ 1,6 milhão referente a uma casa e a um *flat* em Brasília, um apartamento em Maceió e duas caminhonetes de luxo.

Em 2006, último ano do primeiro mandato de Lula, Renan elevara seu patrimônio para R$ 9,8 milhões, mais de seis vezes o de 2002, a saber: três fazendas em Alagoas, apesar de apenas uma estar registrada em seu nome, 1.742 cabeças de gado, mansão na badalada praia de Barra de São Miguel (AL), apartamento em Maceió e cinco caminhonetes de luxo. Da relação não constavam outras duas fazendas, que teriam sido arrendadas do irmão e deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), nem a Correio Gráfica, Editora e Produtora, empresa que pertenceria ao grupo ligado a Renan Calheiros.

Depois de dois dias de "investigações", sem ouvir testemunhas, o relator do processo contra Renan Calheiros no Conselho de Ética do Senado, Epitácio Cafeteira (PTB-MA), solicitou o arquivamento do caso. Era 13 de junho de 2007. Alegou "absoluta ausência de provas ou indícios" de quebra de decoro parlamentar. A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), concordou com o rito sumário e acusou jornalistas de condutas caluniosas:

- A imprensa não está imune. Acima de tudo, quem acusa tem o ônus de apresentar provas. E isso inclui a imprensa.

Renan Calheiros deu o caso como encerrado.

Dia seguinte ao das declarações de Ideli Salvatti, o Jornal Nacional, da Rede Globo, exibiu reportagem com os "compradores" de gado do presidente do Senado, na periferia de Maceió. Entrou osso na defesa de Renan. A Carnal Carnes de Alagoas estava inativa, apesar de o senador ter afirmado que vendeu R$ 127 mil para o pequeno açougue. O dono do humilde estabelecimento, João Teixeira dos Santos, negou a versão. Outra "empresa", a GF da Silva Costa, fora apontada por Renan como compradora de R$ 164 mil de suas carnes. O que deveria ser a sede do estabelecimento era uma pobre casa particular. Não havia um bife por lá.

O contador da GF, Roberto Gomes de Souza, admitiu também cuidar da contabilidade da Carnal Carnes. Disse não se lembrar de negócios com o senador. A tal GF, da mesma forma, estava desativada. Era uma "fábrica de notas fiscais", se descobriria depois, tendo emitido R$ 1,8 milhão em notas falsas, apenas em fevereiro de 2005. Maior cliente de Renan Calheiros, conforme a defesa do senador, a MW Ricardo da Rocha teria adquirido R$ 429 mil em carnes. A "empresa" era na verdade o pequeno açougue São Jorge, cujo faturamento anual não passava de R$ 23 mil.

A defesa de Renan também apresentou dois cheques, no total de R$ 126 mil, atribuídos a Marcelo Nunes Amorim. Ele era motorista e morador de um bairro popular de Maceió, em rua com esgoto a céu aberto. Os cheques justificariam a compra de mais de 30 mil quilos de carne. Marcelo Nunes Amorim teria assinado os cheques para atender um pedido do cunhado, dono de outro pequeno açougue, pois ele não disporia nem de cheques para forjar a aquisição da carne do senador.

Com a revelação de que empresas de fachada, em nome de "laranjas", todas elencadas por Renan, serviam para lavar dinheiro, fazer operações fraudulentas e sonegar impostos, ficou frustrada a manobra para encerrar as investigações. O senador Epitácio Cafeteira abandonaria a relatoria do caso. Mesmo assim, o líder do governo Lula no Senado, Romero Jucá, defendeu uma limitação às apurações. Queria apenas a identificação da procedência dos documentos apresentados por Renan, sem diligências a Alagoas nem convocações para depoimentos de supostos compradores de carne. Bancou a versão de Renan. De Romero Jucá:

- Estou de posse de documentos que efetivamente comprovam a comercialização, a posse e o recebimento pelo presidente Renan dos valores declarados no Imposto de Renda.

Mais problemas para Renan: perícia do INC (Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal) registrou ausência de coincidência nas informações sobre parte do gado supostamente vendida pelo senador, cuja movimentação deveria estar atestada em GTAs (Guias de Trânsito Animal), em conformidade com notas fiscais de venda. A investigação não concluiu que as notas fiscais eram autênticas e, portanto, as transações comerciais descritas por Renan poderiam muito bem não ter ocorrido. Em resumo: uma confusão enorme entre o número de cabeças de gado, as respectivas GTAs e as notas fiscais. Detalhe: as tais GTAs foram emitidas pela Prefeitura de Murici (AL), cujo prefeito era Renan Calheiros Filho, o "Renanzinho".

Sobre outros documentos encaminhados pelo senador ao Conselho de Ética: faltaram comprovantes de depósitos, houve duplicidade de cheques usados na mesma transação, o total da soma de recibos não batia com o que foi supostamente recebido, comprovantes eletrônicos de depósitos apareceram com datas anteriores às das vendas e outros recibos mencionaram os mesmos cheques para justificar vendas em dias diferentes. Pareceu que tudo foi arranjado e montado às pressas, e por isso tantas imperfeições.

Outra dor de cabeça: para demonstrar que tinha dinheiro para pagar Mônica Veloso, Renan inflou vencimentos e incluiu no extrato de rendimentos verbas indenizatórias recebidas do Senado durante

quatro anos, no valor de mais de R$ 812 mil. A verba indenizatória serve para ressarcir os parlamentares de despesas com aluguel de escritórios, condomínios, gastos com combustível, consultorias, serviços de segurança e contas de telefone. Não é renda.

Apesar da inconsistência dos argumentos de defesa de Renan e, portanto, das evidências de conduta inadequada e quebra do decoro parlamentar, Lula manteve o apoio ao presidente do Senado. O que fez Lula assumir o desgaste de defender um político execrado pela opinião pública? Por que o temor e o rabo-preso de Lula? O que Renan saberia ou poderia revelar? A postura do presidente da República serviu para recompensar o apoio de Renan durante a crise do mensalão? Renan ameaçou contar o que sabia?

Em 27 de junho de 2007, Lula recebeu Renan no Palácio do Planalto. Oficialmente, a Presidência da República informou que a reunião fora uma solicitação do senador. A assessoria de Renan informou que partira de Lula a iniciativa do encontro. Tanto faz. De todo modo, a partir dali mudou a estratégia de defesa de Renan. Em vez de resolver logo o caso, forçando o encerramento do processo, a ideia passou a ser a de prolongá-lo ao máximo, à exaustão, com a finalidade de cansar a opinião pública. Quando a imprensa deixasse de noticiar e a sociedade não estivesse mais prestando tanta atenção ao assunto, se daria a tacada para absolver o presidente do Senado.

Da reunião entre Lula e Renan vazou o de praxe: Lula se declarou solidário e se queixou da imprensa. Exemplificou com o "linchamento" contra o irmão Genival Inácio da Silva, o "Vavá", investigado pela Operação Xeque-Mate da Polícia Federal. Lula também reclamou do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Insinuou que o senador não cumpria acordos políticos e agia como julgava conveniente. Já Renan saiu do gabinete do presidente da República dizendo que não iria renunciar. Palavras do senador:

- O presidente Lula é um amigo e pretendo cultivá-lo dessa forma. Essa coisa de pedir apoio e solidariedade é muito corriqueira na vida das pessoas.

Em seguida, Lula reuniu-se com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e com um importante articulador do partido na Casa, senador Tião Viana (PT-AC). Conversaram sobre o papel que o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) poderia desempenhar para ajudar a debelar a crise. Mercadante era homem da absoluta confiança do presidente da República. Para registrar: o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), presidente nacional do PT, e o ex-ministro José Dirceu, atuante como sempre, já haviam defendido publicamente a permanência de Renan na Presidência do Senado.

No mesmo dia da reunião entre Lula e Renan veio à tona gravação de conversa telefônica entre Mônica Veloso e Cláudio Gontijo, o da Mendes Júnior. A certa altura, quando a jornalista perguntou sobre um pedido de Renan para Gontijo pagar despesas de campanha eleitoral, o representante da empreiteira afirmou, reproduzindo o que seria uma solicitação do senador:

- É sempre assim: "Cláudio, arruma aí, pede emprestado".

Renan Calheiros vinha repetindo, desde o início da crise, que Cláudio Gontijo era apenas um amigo, e jamais lhe pagou quaisquer despesas.

Dia seguinte é o da nomeação do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para mais um mandato. Em solenidade no Palácio do Planalto, Lula, Renan e a imprensa, que registrou as palavras do presidente da República. Lula defendeu o presidente do Senado:

- Uma coisa me inquieta como cidadão, me inquieta no comportamento da Polícia Federal e no comportamento do Ministério Público. Muitas vezes não temos o cuidado de evitar que pessoas sejam execradas publicamente, antes de serem julgadas.

Lula falou como se Renan tivesse apresentado provas satisfatórias contra as denúncias que pesavam sobre ele. Após o discurso do presidente, Renan sorriu e deu dois tapinhas de agradecimento nas costas de Lula. Aos jornalistas, demonstrando alívio, o presidente do Senado comentou:

- Acharam que era fácil me derrubar...

Renan agradeceu o apoio de Lula e lembrou do escândalo do mensalão:

- Quando houve a crise com Lula, eu o apoiei com a mesma compreensão.

A essa altura, a pressão da opinião pública pelo afastamento de Renan já havia derrubado outro relator do caso, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), e o próprio presidente do Conselho de Ética do Senado, Sibá Machado (PT-AC). Wellington Salgado, aliado de Renan, exigiu que o relatório inocentando o amigo fosse votado no mesmo dia em que assumiu os trabalhos. Frustrado, renunciou em menos de 24 horas. Sibá Machado, por sua vez, foi acusado de fazer corpo-mole e não defender Renan como poderia. Saiu para não prejudicar ainda mais a sua imagem.

Para substituí-lo, PMDB e PT bancaram o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), acusado de integrar organização criminosa desmantelada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público em 2002. A investigação levou à descoberta de 14 cheques no valor de R$ 283 mil, todos em favor de um assessor e de um irmão do senador. A propina teria sido depositada por empreiteira beneficiada por obras custeadas a partir de emendas apresentadas por Leomar Quintanilha ao Orçamento da União. A denúncia implicou o senador em fraudes em quatro licitações, superfaturamento de obras e pagamento por obras não executadas. Da mesma forma que Renan, Leomar Quintanilha elevou o patrimônio comercializando gado durante o governo Lula. No período da administração do PT, o patrimônio declarado por Leomar Quintanilha à Receita Federal passou de R$ 1 milhão para R$ 1,9 milhão.

Líder do governo no Senado, Romero Jucá apressou-se em defender a legitimidade da indicação de Quintanilha, seu colega de partido:

- Não existe nenhum impedimento legal contra o senador Quintanilha, nada que o impeça de presidir o Conselho de Ética.

Afinado com Romero Jucá, Quintanilha devolveu o processo contra Renan à Mesa Diretora do Senado e na prática pôs o caso na estaca zero. Se tudo desse certo para os estrategistas do presidente do Senado, o processo seria arquivado, em votação secreta, pelo conjunto dos senadores. A manobra não prosperou, contudo, e o caso voltou para o Conselho de Ética.

Nova denúncia contra a família Calheiros: em 2003, o irmão do senador, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), abriu a Conny Indústria e Comércio de Sucos e Refrigerantes em Murici (AL). A fábrica, conforme levantamento da revista Veja, valia menos de R$ 10 milhões, mas foi vendida à Schincariol, segunda maior cervejaria do País, por R$ 27 milhões.

Para construir a fábrica, Olavo Calheiros ganhou de graça terreno de 45 mil metros quadrados da Prefeitura, que estava nas mãos de outro irmão dele, o prefeito Remi Calheiros. A fábrica ficou isenta do pagamento de água por três anos. Para erguer as instalações, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) concedeu empréstimo de R$ 6 milhões, que seria quitado em 20 anos. Negócio perfeito. Principalmente porque o empréstimo não foi honrado. O gerente do banco que autorizou a operação de crédito recebeu a devida recompensa. Por indicação de Renan virou superintendente do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) em Alagoas.

Com o fechamento do negócio com a Schincariol, Olavo Calheiros teria posto no bolso R$ 17 milhões. Por que a Schincariol teria desembolsado três vezes mais pela fábrica dos Calheiros? A reportagem de Veja explicou que Renan fez gestões junto ao Ministério da Justiça e ao INSS (Instituto Nacional de

Seguro Social), que planejava executar dívida de R$ 100 milhões da cervejaria. No ano anterior, alguns dirigentes da Schincariol chegaram a ser presos acusados de sonegar R$ 1 bilhão. Possível resultado da interferência do senador, a dívida executada acabou somando apenas R$ 49.700.

Solícito, Renan Calheiros também visitou a Receita Federal, que deveria aplicar multa milionária à Schincariol e cobrar dinheiro sonegado. Possível resultado da interferência do senador, a dívida foi pulverizada pelas fábricas da cervejaria espalhadas pelo País, o que complicaria e retardaria quaisquer cobranças. Para constar: 11 certidões da Conny Indústria e Comércio de Sucos e Refrigerantes desapareceram da Junta Comercial de Alagoas. Os documentos faziam referências a alterações de contrato e decisões da diretoria.

Renan voltou a se encontrar com Lula. Disse que não deixaria o cargo de presidente do Senado. Lula baixou a cabeça. Em 11 de julho de 2007, ambos almoçaram juntos, em companhia das mulheres, Marisa e Verônica, durante recepção à governadora-geral do Canadá, Michaëlle Jean. Na ocasião, Lula sugeriu que Renan tirasse férias com a família.

Fortalecido por mais um gesto de apoio do presidente da República, Renan usou o cargo de presidente do Senado para retardar a investigação no Conselho de Ética. Adiou quatro dias, até a véspera do recesso parlamentar, o envio de documentos apresentados por sua defesa para a perícia da Polícia Federal. Os documentos seriam a comprovação de que Renan obteve ganhos de R$ 1,9 milhão com a venda de gado, e assim disporia de dinheiro para dar a Mônica Veloso. Engraçado o senador protelar a entrega das provas que o absolveriam. O governo assentiu. De Romero Jucá, líder de Lula no Senado:

- O governo está acompanhando tudo com preocupação, solidário a Renan e torcendo para que tudo seja resolvido dentro da trilha da normalidade.

Do presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), ao dizer que Renan merecia o apreço do partido por ter sido sempre aliado de Lula:

- Não aceitamos linchamento público nem constrangimento para forçar o presidente do Senado a se licenciar da função ou a renunciar.

Depois de várias manobras protelatórias, a Polícia Federal recebeu ofício do ministro da Justiça, Tarso Genro (PT-RS), com autorização para analisar os documentos. Só que a papelada não chegou a ser enviada. Só a autorização. Pareceu piada. A Polícia Federal teve de requisitá-la formalmente. Durante todo o período de perícia, aliás, a defesa de Renan tratou de encaminhar mais relatórios, retardando e confundindo o trabalho dos agentes federais.

A Secretaria da Fazenda de Alagoas atrasou remessa de notas fiscais e comprovantes de supostas transações com gado. A Secretaria de Agricultura de Alagoas demorou a encaminhar atestados de vacina e outros documentos. A defesa do presidente do Senado procurou construir a versão de que o irmão de Renan, deputado Olavo Calheiros, foi um dos compradores do gado. Outro comprador teria sido o matadouro e frigorífico Mafrial, que não anexou notas fiscais próprias, mas as de um conjunto de empresas fantasmas ou irregulares. Os supostos compradores não chegaram a ser localizados ou não mandaram informações para documentar e dar sustentação às operações.

Em 1º de agosto de 2007, a sede do Mafrial, em Satuba (AL), foi assaltada. A quadrilha de seis homens armados levou dinheiro, cheques e documentos. Funcionários testemunharam que os assaltantes perguntaram sobre "os documentos do Renan". O assalto ocorreu 48 horas após suposta ação de fiscalização da Secretaria da Fazenda de Alagoas no estabelecimento, e apenas poucas horas antes do prazo final de entrega do demonstrativo de abate de gado. Estranho. O Mafrial não encaminhou parte dos documentos solicitados.

Importante frisar que quando fez a sua defesa no Conselho de Ética, Renan apresentou recibos que comprovariam a venda de gado para açougues e compradores de carne em Maceió, mas não citou o tal Mafrial como um deles. Só depois o nome do frigorífico surgiu. Mesmo aceitando a nova versão do senador, não dá para fugir do fato: ao negociar com o Mafrial, Renan aceitou receber cheques e emitir notas fiscais para terceiros.

A Polícia Federal apurou que pessoas cujos nomes apareciam assinando os cheques não tinham vínculos com as empresas supostamente envolvidas nas transações. Além disso, o Mafrial não possuía autorização para comprar carne, mas apenas para abater, armazenar e transportar, o que também atrapalhava a nova versão de Renan sobre o destino do gado.

Em outra frente, os irmãos Renan e Olavo Calheiros foram acusados por grilagem das terras de Antonio Gomes Vasconcelos, primo em segundo grau dos Calheiros, em Murici (AL). Os irmãos também o teriam ameaçado. A fazenda teria sido subtraída com a ajuda do Cartório de Registro de Imóveis de Murici. Apareceu em nome de Dimário Calheiros, primo de Renan e de Olavo. Dimário Calheiros informou que estava sendo usado como "laranja" pelos dois irmãos, e negou ser o proprietário das terras. O cartório chegou a sofrer intervenção. A tabeliã Maria de Lourdes Ferreira Moura foi afastada.

Em outro caso de grilagem, Genival Mendes de Melo acusou o deputado Olavo Calheiros de ter se apropriado da fazenda São Bernardo e a registrado em seu nome como fazenda Capoeirão. A área serviria como garantia para a obtenção do empréstimo bancário que viabilizou a implantação da fábrica de refrigerantes Conny, a mesma vendida depois para o grupo Schincariol. As denúncias de grilagem chegaram ao Ministério Público Federal, mas não foram investigadas pelo Senado.

Mais uma denúncia contra o presidente do Senado nas páginas da revista Veja: a edição de 4 de agosto de 2007 apresentou indícios de que o patrimônio de Renan era ainda maior que os quase R$ 10 milhões previamente estimados. Ele seria dono de duas emissoras de rádio em Alagoas, no valor de R$ 2,5 milhões, e teria sido proprietário de um jornal diário, avaliado em R$ 3 milhões. Todos registrados em nomes de "laranjas", para que Renan ficasse no anonimato. Os negócios teriam sido fechados à margem da legislação, com dinheiro vivo, em reais e dólares, e contratos de gaveta.

Renan associara-se ao usineiro João Lyra para comprar as empresas de comunicação. Os dois pagaram o equivalente a R$ 2,6 milhões, metade a cada um. Criaram a JR Rádiodifusão, sendo "J" de João Lyra, e "R" de Renan. O empresário teria emprestado R$ 700 mil para o presidente do Senado honrar a sua parte. O dinheiro em espécie, sempre em dólares e reais, acabou devolvido a João Lyra em envelopes transportados por Everaldo Ferro, assessor de Renan. Os outros R$ 650 mil que cabiam ao senador foram saldados em quatro parcelas, sempre em dinheiro vivo, entregues por Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes, primo e sócio de Renan.

Tito Uchoa, aliás, vale menção à parte. Filho de um ex-prefeito de Murici (AL), foi acusado pelo Ministério Público por improbidade administrativa. Era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas, cargo que ocupou indicado por Renan. Ganhava R$ 1.390, mas o salário importaria pouco. É o que sempre acontece nesses casos. No cargo, teria participado de esquema de direcionamento de licitações, fraudes em contratos e superfaturamento de preços. A reforma do prédio da Delegacia Regional do Trabalho teria proporcionado desvio de R$ 1 milhão. A empreiteira escolhida para executar as obras seria de propriedade de Jubson Uchoa, irmão de Tito.

Pau para toda obra, espécie de testa-de-ferro, Tito Uchoa prestava serviços a Renan. Seus negócios se misturavam com os do senador. Admitiu ter em seu nome uma fazenda de Renan no interior de Alagoas. Além de sócio de Renanzinho no Sistema Costa Dourada de Radiodifusão, Tito Uchoa tinha outra sociedade com o filho de Renan na empresa Correio Gráfica, Editora e Produtora. Ao todo, o grupo de Renan teria ligações com sete emissoras de rádio em Alagoas. O senador recusou-se a comentar a reportagem de Veja.

Renanzinho, por sinal, teve renda líquida anual, como prefeito de Murici, de R$ 55.400 em 2005. Naquele mesmo ano, porém, comprou uma camionete de luxo, por R$ 45.280. Já Tito Uchoa, que teria vendido em 2004 uma fazenda por R$ 400 mil a Renan Calheiros, não informou à Receita Federal a posse ou a venda da propriedade, o que reforçava a suspeita de que o imóvel era mesmo, desde o princípio, do próprio senador. E ele, apenas um testa-de-ferro.

Em 6 de agosto de 2007, o STF (Supremo Tribunal Federal) abriu inquérito para apurar suspeitas de enriquecimento ilícito, uso de documentos falsos, prevaricação e crimes financeiros atribuídos a Renan Calheiros. O pedido foi apresentado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Os sigilos bancário e fiscal do senador foram quebrados. A Mesa do Senado, por sua vez, solicitou ao Conselho de Ética que fizesse investigações sobre as ligações de Renan com empresas de rádio em Alagoas, grilagem de terras e eventuais favorecimentos à cervejaria Schincariol.

Pouco antes de uma sessão em memória do senador Antonio Carlos Magalhães, em 8 de agosto, Renan concedeu entrevista para dizer que recebera telefonema do presidente Lula, que estava em viagem na Nicarágua. Em Manágua, Lula conversou com jornalistas sobre as denúncias contra Renan. Palavras do presidente da República:

- O que nós precisamos é permitir que as pessoas tenham tempo de provar se são culpadas ou não e, ao mesmo tempo, serem julgadas corretamente.

Agora, as palavras do presidente do Senado sobre o telefonema recebido:

- Vocês sabem que, com o presidente Lula, mais do que uma relação político-partidária, eu tenho relação de amizade pessoal. Ele é meu amigo.

Os peritos do INC (Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal) não identificaram documentos capazes de comprovar que o dinheiro movimentado por Renan vinha mesmo do comércio de gado. A coisa funcionou assim: o senador alegou que vendeu carne ao frigorífico Mafrial, não sendo responsável pelo repasse do produto a empresas de idoneidade duvidosa. A defesa de Renan não apresentou notas fiscais do Mafrial, nem o frigorífico remeteu documentos para comprovar transações com o senador.

Para ficar claro: os peritos identificaram empresas fictícias e correntistas de aluguel apontados como os compradores da carne das fazendas de Renan. O esquema seria operado por Zoraide Beltrão, proprietária do Mafrial. Ela mostrou notas fiscais dos tais compradores, em nome de pequenos açougues, empresas de fachada para lavar dinheiro e facilitar a sonegação de impostos.

Entre 2004 e 2006, por exemplo, o esquema da Mafrial movimentara entre R$ 1 milhão e R$ 1,5 milhão mensais, em contas bancárias em nome das "laranjas" Carnal Carnes de Alagoas, Stop Carnes e GF da Silva Costa, cujo dono, Genildo Ferreira da Silva Costa, um modesto ex-empregado de Zoraide Beltrão, apareceu como responsável por fazer movimentação bancária de R$ 500 mil por mês. O Mafrial declarou vendas de R$ 5,1 milhões, mas nenhum contribuinte declarou ter efetuado quaisquer compras do frigorífico.

Em 15 de agosto, Lula e Renan Calheiros reuniram-se no Itamaraty, durante almoço oferecido ao presidente do Benin, Boni Yaji. Lula elogiou o trabalho de Renan no Senado e culpou a oposição pelas agruras do senador:

- Estou vendo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam.

Renan não se surpreendeu com o apoio:

- Lula já fez isso umas quatro ou cinco vezes. Demonstra que, mais do que uma relação política, nós temos uma relação pessoal.

Naquela noite, Lula voltaria ao assunto:

- Eu acho desagradável quando alguém é execrado na primeira página do jornal, sem que se tenha feito uma apuração correta, só porque alguém foi lá e disse que era.

O Senado recebeu, em 21 de agosto de 2007, laudo de 70 páginas com os trabalhos do INC (Instituto Nacional de Criminalística). O relatório apontou inconsistências na evolução patrimonial de Renan Calheiros. Saques bancários apresentados pelo senador como prova de pagamentos a Mônica Veloso, com recursos próprios dele, não bateram com valores nem datas de entrada de dinheiro na conta bancária da jornalista. Não havia sequer uma prova de transferência direta de Renan para Mônica no período que antecedeu o reconhecimento da paternidade. Os documentos apresentados pela defesa não atestaram capacidade econômico-financeira de Renan para custear a pensão.

Do laudo: "Foi apresentada relação de pagamentos realizados à jornalista. Entretanto, essa relação somente discrimina o mês do pagamento. Assim, faltam parâmetros que permitam afirmar se o representado possuía ou não saldo para realizar os pagamentos".

Os papéis de Renan tampouco comprovavam a venda de 2.200 bois ou o faturamento de R$ 1,9 milhão com atividades rurais em quatro anos, conforme alegara a defesa do senador. Simplesmente não havia provas de que o gado era mesmo dele, conforme o laudo, "devido a diversas inconsistências verificadas nos documentos examinados e, também, por não ter sido disponibilizado conjunto de documentos que ateste a propriedade do gado".

O laudo fez 30 ressalvas relacionadas à evolução patrimonial de Renan e às operações com animais. Ficou a impressão de que o senador providenciou uma maquiagem de patrimônio para justificar a posse de recursos, sem cuidados para fechar contas ou apresentar números consistentes.

Um exemplo das incongruências foi obtido na análise dos livros-caixa das fazendas de Renan, que deveriam apresentar as despesas efetuadas nas propriedades. Do laudo da Polícia Federal:

"A ausência de registros de despesas de custeio, sob o aspecto da disponibilidade de recursos como justificativa patrimonial, implica resultado fictício da atividade rural, que se reflete na evolução patrimonial."

Tem mais: Renan afirmou que encerrou o ano de 2003 com 1.040 cabeças de gado. Informou 100 nascimentos de animais no ano, mais a venda de 264 exemplares, até 25 de abril de 2004. Isso daria um rebanho de 876 cabeças. Só que, ao mesmo tempo, o senador afirmou ter vacinado 1.500 animais, 624 a mais do que havia sido declarado. O senador também relatou que em 2004 houve 472 nascimentos em seu rebanho, mas os documentos de vacinação dão conta de que só 200 matrizes estavam em idade de reprodução nas fazendas dele. Para a conta fechar, todas teriam de ter gerado mais de dois bezerros naquele ano, mas o período de gestação dos bovinos é de nove meses. Para quem não sabe, casos de bezerros gêmeos são muito raros.

Outro problema: para compensar despesas sem cobertura, Renan declarou na última hora ter emprestado R$ 178 mil da empresa Costa Dourada Veículos, uma prestadora de serviços do Governo de Alagoas. O valor seria quitado mediante o pagamento de duas promissórias, mas não houve registro de devolução do dinheiro na empresa. A suposta operação tampouco foi declarada no Imposto de Renda de Renan, nem ao menos registrada em cartório. E mais: dos R$ 178 mil, R$ 99 mil teriam sido emprestados em 2005, ano em que a Costa Dourada Veículos registrou lucro de apenas R$ 71 mil. Para anotar: o primo de Renan Calheiros, Tito Uchoa, era o dono da Costa Dourada Veículos. O senador se enrolou ainda mais.

Em sessão tumultuada, o Conselho de Ética do Senado recomendou a cassação do mandato de Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar, em 30 de agosto de 2007. Trecho do parecer assinado pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) no qual é citado o suposto empréstimo tomado na Costa Dourada Veículos:

"O que se extrai dos autos é a dissimulação, a negação da verdade. À medida que as investigações avançavam e novos fatos surgiam, diferentes versões eram apresentadas, por meio de documentos que não comprovam a versão apresentada pelo representado. O exemplo do empréstimo é bastante elucidativo."

Como se não bastasse, mais uma denúncia contra Renan. O advogado Bruno de Miranda Lins, ex-marido de uma assessora do presidente do Senado, acusou o pai dela, empresário Luiz Carlos Garcia Coelho, de operar esquema de arrecadação de dinheiro ilegal em benefício de Renan, em ministérios sob comando do PMDB. Renan teria recebido "sacolas de dinheiro".

O advogado Bruno de Miranda Lins relatou à revista Época que ele próprio transportou dinheiro de propina pelo menos em seis ocasiões. Fez dois saques no BMG, um de R$ 1,5 milhão e outro de R$ 500 mil. Carregava o dinheiro em sacolas. Em depoimento prestado à Polícia Civil de Brasília, Bruno de Miranda Lins afirmou que o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) privilegiou o BMG na concessão de créditos consignados.

De acordo com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, o BMG foi "flagrantemente beneficiado" ao obter autorização do INSS para oferecer empréstimos consignados a 23 milhões de aposentados e pensionistas. Havia pareceres contrários à autorização, pois as normas em vigor só permitiam à Caixa Econômica Federal, pagadora de benefícios, a operação das concessões. Os pareceres foram ignorados e o BMG se tornou o primeiro banco privado de pequeno porte a ter acesso a esse mercado. Atuou sem concorrentes e conseguiu lucros milionários. Uma carta assinada pelo presidente Lula chegou a ser distribuída aos segurados da Previdência Social, comunicando a novidade das linhas de crédito exploradas pelo BMG.

Além de Renan, o líder do governo Lula no Senado, Romero Jucá, também teve o nome implicado na maracutaia entre o INSS e o BMG. Bruno de Miranda Lins o acusou. Em 2005, Jucá ocupava o cargo de ministro da Previdência Social, nomeado por Lula. O INSS estava subordinado a ele. Bruno de Miranda Lins acusou o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que havia sido presidente do INSS. Contou que, a mando de Luiz Carlos Garcia Coelho, levou pessoalmente R$ 150 mil a Bezerra. Foi de Bezerra, aliás, o ato que formalizou a autorização para o BMG explorar empréstimos consignados.

No dia seguinte à nova denúncia, o ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB-RS), importante auxiliar do presidente Lula, foi fotografado à luz do dia conversando com Renan na frente da casa do senador. Em seguida, Jobim deixou o local no automóvel do advogado de Renan, Eduardo Ferrão.

Em votação aberta, em 5 de setembro de 2007, o Conselho de Ética do Senado aprovou, por 11 votos a 4, pedido de cassação de Renan. A Comissão de Constituição e Justiça confirmou a decisão. Renan seria julgado pelo plenário do Senado, em votação secreta. No mesmo dia, Lula se manifestou:

- Renan tem mostrado as provas e essas provas são analisadas na Comissão de Ética, na Comissão de Justiça e no plenário. Vamos ver a decisão.

O Palácio do Planalto jogou pesado. O ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), passaram a procurar aliados para transmitir a posição do presidente Lula: a cassação do mandato de Renan não interessava ao governo. De Renan:

- O PT sempre teve e terá em relação a mim um comportamento de aliado, proporcional ao que sempre tive com ele. A minha relação com o PT nunca esteve tão boa como está agora.

Na véspera da votação no Senado, Lula voltou a se manifestar:

- Eu não posso acreditar numa moeda de uma única face. Quer dizer que se absolver o Renan vai ter problema e se condenar não tem problema?

Na mesma linha, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP):

- A gente não pode prejulgar, tem que ouvir a defesa até o final.

Em 12 de setembro, votação secreta no Senado absolveu Renan de receber dinheiro de Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, para pagar pensão à jornalista Mônica Veloso. Foram 40 votos favoráveis ao presidente do Senado, 35 contra e seis abstenções. Eram necessários 41 votos para cassar Renan. Mercadante, homem do presidente Lula, confessou de pronto: absteve-se. Ajudou a absolver Renan. Alegou ausência de provas.

Ficou documentada a comemoração da senadora Fátima Cleide (PT-RO), ao lado dos senadores Sibá Machado (PT-AC), João Pedro (PT-AM), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Ideli Salvatti (PT-SC). Fátima Cleide declarou:

- Nós somos a bancada da abstenção!

Do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Britto:

- A absolvição do senador evidencia a urgência de uma reforma política profunda no País. O resultado da votação, na contramão do clamor público, distancia ainda mais o Senado, instituição vital ao equilíbrio federativo, da sociedade que deveria representar.

No dia seguinte, os aliados de Renan já tramavam unificar as outras denúncias contra o senador, para votá-las em bloco, de uma vez só. De Lula:

- Precisamos nos habituar a acatar o resultado das instituições. Não posso admitir que eu só possa acatar o resultando quando ele favorece aquilo que eu pensava. Houve uma votação pelas regras do Senado, e o Renan foi absolvido.

Em troca do apoio a Lula durante a crise do mensalão, em 2005, a bancada do PMDB no Senado, liderada por Renan Calheiros, indicou três ministros e passou a dar as cartas na Funasa (Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde). Renan escalaria o seu time para tomar conta do órgão.

Investigações do Ministério Público, TCU (Tribunal de Contas da União) e CGU (Controladoria-Geral da União) identificaram contratos assinados pela Funasa por valores até dez vezes acima dos praticados no mercado. Uma das empresas acusadas de se beneficiarem do esquema, a Brasfort Administração e Serviço, fornecedora de mão-de-obra terceirizada, teria posto as mãos em R$ 21,5 milhões. Outra empresa, a LWS, da área de informática, estaria envolvida em operação superfaturada que teria rendido R$ 2,6 milhões. Um processo para desenvolvimento de uma TV para treinamento de médicos à distância, orçado inicialmente em R$ 6,9 milhões, acabou chegando a R$ 71,4 milhões.

Em junho de 2008, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra Paulo Lustosa, cuja indicação para presidir a Funasa teria partido de Renan Calheiros, e contra Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, também nomeado por influência de Renan, na Coordenação de Logística da Funasa. Os dois foram acusados de improbidade administrativa. Ambos teriam atuado para beneficiar a empresa Brasfort.

Os procuradores federais pediram a devolução de R$ 56,6 milhões aos cofres públicos. Outro ex-presidente da Funasa, Valdi Camarcio Bezerra (PT-GO), também foi responsabilizado. Em fevereiro de 2003, o faturamento da Brasfort era de R$ 170 mil. Em setembro de 2006, chegou a R$ 2 milhões. A Funasa voltaria ao noticiário em novembro de 2008. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acusou a direção do órgão:

- As denúncias de escândalos, corrupção, desvio de dinheiro estão todo dia na imprensa. A situação é muito grave. Não podemos deixar a situação do jeito que está. Temos de mudar.

Logo após, em solenidade ao lado do presidente da Funasa, Danilo Forte, José Gomes Temporão tentou amainar a declaração. Disse que se referira a gestões passadas. O curioso é que Danilo Forte, apadrinhado do líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), e do ex-ministro das Comunicações de Lula, deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), tinha sido diretor-executivo da Funasa na gestão anterior, período em que Paulo Lustosa era presidente do órgão. Em todo o caso, Temporão havia dito mais, ao abordar a proposta de transferir o controle do programa de saúde indígena da Funasa para uma nova secretaria a ser criada pelo Ministério da Saúde:

- O Ministério não vai se dobrar a outros interesses que querem manter a situação de baixa qualidade, corrupta e totalmente contra os princípios do SUS. Isso a gente não aceita.

De fato, auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União) apurou um rombo de R$ 67,8 milhões em obras públicas de saneamento e serviços de atenção à saúde indígena a cargo da Funasa, em apenas três anos de governo Lula. O dinheiro teria sido desviado por meio de contratos superfaturados e no pagamento de obras não executadas. O TCU (Tribunal de Contas da União) também detectou irregularidades na aplicação de recursos públicos da Funasa. A empresa Brasfort, por exemplo, seria definida como uma espécie de feudo da família Calheiros dentro da Funasa.

As estocadas de José Gomes Temporão, ligado ao PMDB, provocaram uma rebelião no partido. Parlamentares pediram a sua cabeça. O ex-presidente da Funasa, Paulo Lustosa (PMDB-CE), eleito deputado em 2006, discursou da tribuna da Câmara para defender a demissão de Temporão. O PT também arregalou os olhos. Sonhou em voltar a controlar o Ministério da Saúde. Com a crise, Temporão chegou a exigir a troca do presidente da Funasa, mas Lula, como sempre, decidiu pôr panos quentes. No fim ficaram ambos, o ministro Temporão e Danilo Forte. Tudo do jeito que estava.

Cabe ressaltar que, em meio à crise, Paulo Lustosa foi denunciado pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal, por improbidade administrativa. A ação pedia a devolução de R$ 3,7 milhões pagos pela Funasa à empresa OMS Consultoria e Sistemas, acusada de ser contratada de forma irregular durante a gestão de Lustosa. O contrato foi considerado suspeito por diversas irregularidades, tais como licitação dirigida, superfaturamento de preços e pagamento por serviços não executados. O negócio acabou cancelado após a saída de Lustosa da presidência da Funasa.

A Operação Metástase, da Polícia Federal, chegou a prender 32 pessoas em outubro de 2007, todas acusadas de fraudar licitações na Funasa. Na época, os federais estimaram em mais de R$ 34 milhões os prejuízos com a compra de medicamentos e a contratação de obras e táxi aéreo para uso da Funasa. Paulo Lustosa estava respondendo a cinco ações por improbidade administrativa em junho de 2009. A última acusação era de superfaturamento de até 1.100% na contratação da empresa Digilab, para implementar uma tal de TV Funasa. O Ministério Público queria a devolução de R$ 6,5 milhões aos cofres públicos. O caso da Digilab fez a CGU (Controladoria-Geral da União) determinar o impedimento de Paulo Lustosa. Ele não poderia exercer cargos públicos por cinco anos. Ao longo de 2009, a Polícia Federal anunciou investigações para apurar corrupção em escritórios da Funasa na Paraíba, Tocantins e Ceará.

Mas voltemos aos problemas de Renan Calheiros com o decoro parlamentar. "Resolvido" o caso dos pagamentos à jornalista Mônica Veloso, a tropa de choque do presidente do Senado decidiu agir rápido.

Em 14 de setembro de 2007, o senador João Pedro (PT-AM), relator do processo que deveria investigar supostos benefícios de Renan à cervejaria Schincariol em troca de vantagens pessoais, anunciou não haver provas contra o senador. O petista informou a decisão de não ouvir ninguém sobre o caso e de solicitar o arquivamento imediato da denúncia ao Conselho de Ética.

Preocupado com o desgaste que o arquivamento traria, o PT mudou a tática em seguida. Passou a defender a unificação de todos os processos contra Renan. Assim, não haveria o mal-estar de se enterrar o caso Schincariol logo após o de Mônica Veloso, ao mesmo tempo em que, agrupadas as denúncias, todos os problemas do senador seriam solucionados de uma só vez. Mesmo assim, João Pedro acabaria recomendando oportunamente a absolvição de Renan e obtendo o arquivamento do caso Schincariol no Conselho de Ética.

Fortalecido com a primeira absolvição no plenário do Senado e a guarida de Lula e do PT, Renan achou que não seria mais cassado e ainda asseguraria o cargo de presidente do Senado. Para manter o posto e mostrar força, trabalhou para derrubar a Medida Provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. Quis mostrar que, sem ele, Lula estaria em apuros.

Mas as coisas não andaram como Renan desejou. A Mesa Diretora do Senado encaminhou mais uma denúncia ao Conselho de Ética. Desta vez, a acusação tinha como base o depoimento do advogado Bruno de Miranda Lins. Segundo ele, Renan estava envolvido em esquema de cobrança de propina em ministérios e órgãos públicos controlados pelo PMDB.

Por ironia, não foi a série de denúncias de corrupção o fator que mais complicou a vida do presidente do Senado. Renan entrou em apuros quando cometeu o erro de investigar os colegas. Só nesse momento os senadores se uniram para acabar com o seu poder político. Renan achou que, descobrindo podres dos outros, poderia, por meio de chantagem, obter apoio. O resultado da ação errática seria a formalização de mais uma denúncia contra ele.

Para pressionar os senadores do PT, Renan tratou de espalhar informações supostamente comprometedoras à imprensa. Tião Viana (PT-AC) tinha uma funcionária fantasma no gabinete. Recebia do Senado, mas trabalhava na sede do partido. Ela foi demitida. Contra Aloizio Mercadante (PT-SP), Renan vazou a informação de que teria o que dizer sobre o envolvimento de assessores dele no chamado escândalo do dossiê.

Já para prejudicar Ideli Salvatti (PT-SC), o presidente do Senado poderia trabalhar pela instalação da CPI das ONGs, o que escancararia suposto envolvimento da senadora com organizações suspeitas de desvios e financiamentos irregulares de campanha em Santa Catarina. Por fim, Renan moveria seu canhão contra Serys Slhessarenko (PT-MT), que teria participado do que ficou conhecido como a máfia dos sanguessugas.

Provocou alvoroço a acusação de que Renan mandou um assessor implantar câmeras de vídeo em um hangar do aeroporto de Goiás, para complicar a vida de dois senadores do Conselho de Ética que votaram pela cassação de seu mandato. De acordo com a denúncia, Renan queria flagrar Marconi Perillo (PSDB-GO) e Demóstenes Torres (DEM-GO) entrando em aeronaves de empresários, para depois fazer chantagem.

O assessor escolhido para fazer o serviço em Goiás, Francisco Escórcio, era figura carimbada no Senado. Tinha ligações históricas com José Sarney (PMDB-AP) e chegou a trabalhar com Waldomiro Diniz no Ministério da Casa Civil, na época do ministro José Dirceu (PT-SP). Se Renan decidira bisbilhotar a vida de dois senadores, poderia muito bem procurar devassar a dos demais. Houve uma revolta generalizada no Senado.

A gota d'água para os senadores foi a descoberta de que Renan usara a máquina do Senado para descobrir eventuais notas frias apresentadas pelos colegas na prestação de contas das verbas indenizatórias. Aqui, sim, Renan teria atuado contra todos os senadores. Não seria mais perdoado.

Como se não bastasse, Renan ainda errou a mão ao articular o afastamento dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), como forma de retaliação pela defesa que fizeram da sua saída da presidência do Senado. Neste caso, a trapalhada o queimou dentro do próprio PMDB. O afastamento dos dois da CCJ acabou sendo revogado.

Em 11 de outubro de 2007, Renan pediu licença por 45 dias da presidência do Senado. Ele renovaria a licença, mas não voltaria ao cargo. Renan não teve limites. O secretário-adjunto da Mesa do Senado, Marcos Santi, solicitou demissão do posto durante as investigações sobre a origem do dinheiro de Renan no caso Mônica Veloso. Ele não aceitou o uso da máquina do Senado para interferir nos processos que tramitavam no Conselho de Ética.

Como exemplo da manipulação, Marcos Santi citou um pedido para redigir texto para o então presidente do Conselho de Ética, senador Sibá Machado (PT-AC). O parecer deveria negar solicitação para a realização de diligência em Alagoas que buscaria documentos comprometendo a versão de Renan Calheiros sobre a renda auferida com a comercialização de gado. Com a trama, Renan queria acelerar a votação do relatório e arquivar o caso Mônica Veloso, ainda no início das investigações.

Três dias depois do afastamento de Renan da presidência do Senado, mais uma denúncia de corrupção. O caso da KSI Consultoria e Construções foi revelado pelo repórter Ricardo Brandt, no jornal O Estado de S. Paulo. A empresa-fantasma recebeu dos cofres da União R$ 280 mil, por meio da Funasa, para construir 28 casas em Murici (AL). O dinheiro, claro, veio de emenda apresentada por Renan ao Orçamento da União. A KSI era controlada por um aliado de Renan, de nome José Albino Gonçalves de Freitas. A obra foi contratada pelo prefeito de Murici, Renanzinho.

Sem sede própria, a "empresa" teria faturado R$ 1 milhão dos cofres federais, graças a convênios com várias prefeituras do interior de Alagoas. O tal José Albino, que trabalhou como assessor de Renan, chegou a operar uma segunda empresa de fachada em Alagoas, de nome Caiçara Construções. Renan também beneficiou a Caiçara. Conseguiu dinheiro para obras na Prefeitura de Flexeiras (AL), cidade vizinha de Murici, por meio de emendas ao Orçamento. Na época, Flexeiras era governada por uma prima do senador.

Havia suspeitas, ainda, sobre outras três empresas. Desde 2004, segundo ano do governo Lula, elas faturaram juntas R$ 46 milhões em verbas federais. As empresas Lacerda Engenharia, Maris Construções e Materiais e Cicla Construções e Representações de Materiais atuavam no interior de Alagoas, em prefeituras que celebravam contratos graças a emendas de Renan.

A Operação Carranca, da Polícia Federal, prenderia os empresários ligados a essas e outras empresas que agiam em Alagoas, inclusive na cidade de Murici, todos acusados de fraudar licitações públicas com recursos federais entre 2004 e 2007. O prejuízo apurado pelos federais alcançava R$ 20 milhões. As empresas simulavam que disputavam as licitações, mas eram coirmãs ou fantasmas, montadas para fraudar contratos com o governo.

Do procurador Rodrigo Tenório, do Ministério Público de Arapiraca (AL), que participou das investigações: "Eles tinham um contrato para pavimentar 300 metros de asfalto e faziam 200. Tinham de fazer casas com muros separados e faziam geminadas".

Supostamente alheio à nova denúncia envolvendo Renan, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), articulou a rejeição das representações contra o senador alagoano. Para agradar a oposição,

tratou também da rejeição de uma representação contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), envolvido no caso do mensalão mineiro.

O objetivo de Lula era salvar a pele de Renan, evitando a cassação do aliado que ficaria sem mandato por 10 anos, mas desde que Renan renunciasse de vez à presidência do Senado e pusesse um ponto final à crise. Não importava a quebra do decoro parlamentar. Nunca importou. De sobra, o "acordão" facilitaria a aprovação da emenda constitucional que prorrogaria a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). A prorrogação até o ano de 2011 da CPMF, conhecida como imposto do cheque, possibilitaria uma arrecadação de R$ 40 bilhões por ano e era estratégica para o governo.

Havia um problema pela frente: o processo da compra em nome de laranjas de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, por Renan Calheiros e o seu aliado na época, o usineiro e ex-deputado João Lyra, que confessou tudo. O caso vinha sendo relatado pelo combativo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que seguramente não aliviaria para Renan.

A parceria oculta de R$ 2,5 milhões entre Renan e Lyra foi confirmada pelo contador José Amilton Barbosa. Para constar: a Constituição e o Regimento do Senado proíbem parlamentares de dirigirem ou serem proprietários de empresas de comunicação. Desfeita a sociedade da dupla Renan/Lyra, uma das rádios acabou em nome de Renanzinho.

João Lyra, que virou inimigo de Renan Calheiros, pôs mais lenha na fogueira. Denunciou um pagamento de R$ 500 mil que disse ter feito ao então presidente do Senado. O "pedágio" teria sido cobrança de Renan para facilitar a regularização, no Senado, de concessão de operação da rádio que ficara com Lyra depois de desfeita a sociedade. A propina teria sido paga a Tito Uchoa.

O relatório de Jefferson Péres pedindo a cassação de Renan Calheiros foi aprovado em 14 de novembro de 2007 pelo Conselho de Ética do Senado, por 11 votos a 3. Mas, lembre-se: aqui, o voto foi aberto. A perda do mandato só é decidida em plenário, pelo conjunto dos senadores, em votação secreta. E para evitar isso Lula se mexeu, naquele mesmo dia 14 de novembro, sacramentando no Palácio do Planalto uma articulação que absolveria o aliado. Da série de reuniões para discutir a estratégia governista participaram, além do próprio Renan, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), e o senador Edison Lobão (PMDB-MA), aliado de José Sarney (PMDB-AP), que seria nomeado por Lula ministro de Minas e Energia.

Na véspera da votação secreta, Tião Viana pediu que os senadores não abrissem o voto. "Pelo regimento, se configura quebra de decoro", ameaçou o petista. Seguindo o script acertado com Lula, Renan renunciou à presidência do Senado em 4 de dezembro de 2007. Na mesma sessão secreta, ele acabaria absolvido no processo das compras das rádios e do jornal, por 48 votos a 29. Houve três abstenções. Só 29 senadores, portanto, votaram a favor da cassação. Eram necessários 41 votos para Renan perder o mandato.

Na saída do Senado, Renan declarou: "Saio de alma lavada". Seguiu para a casa do senador José Sarney, tida como o centro do poder do PMDB. Durante a comemoração com próceres do partido, sonoras gargalhadas foram ouvidas do lado de fora da residência. Dando prosseguimento ao acordão, no dia seguinte o presidente do Conselho de Ética do Senado, Leomar Quintanilha (PMDB-MS), mandou arquivar todas as outras denúncias contra Renan.

Renan preservou o mandato de senador. Em pouco tempo voltaria a ser poderoso, após a eleição de José Sarney para a presidência do Senado. Foi recompensado por Sarney

Capítulo 12

Sob a conveniência da 'segurança nacional', Lula não revelou gastos com cartão corporativo

As despesas do governo Lula com cartões corporativos se transformaram numa caixa preta. Só a Presidência da República teria efetuado gastos secretos superiores a R$ 20 milhões entre 2004 e 2007. Na esteira das investigações conduzidas pelo Congresso Nacional, Lula se viu obrigado a afastar a sua ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro (PT-SP), que não teve como justificar as despesas com o chamado dinheiro de plástico.

Para evitar a quebra de sigilo dos cartões corporativos e amansar deputados e senadores oposicionistas, o Palácio do Planalto urdiu a elaboração de um dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e da ex-primeira dama, Ruth Cardoso. Os dados foram preparados e divulgados pelo Ministério da Casa Civil, sob o controle de Dilma Rousseff (PT-RS).

A responsável pela formatação da documentação foi apontada como sendo Maria de la Soledad Castrilho, a "Marisol", que ocupava os cargos de diretora de Recursos Logísticos e chefe de gabinete de Erenice Guerra, a secretária-executiva e principal assessora da ministra Dilma Rousseff. E quem vazou o dossiê foi José Aparecido Nunes Pires, militante histórico do PT, levado para o Ministério da Casa Civil pelo antecessor de Dilma Rousseff, José Dirceu.

Ora, se Lula não queria divulgar com transparência os seus gastos em nome da segurança do presidente da República, o que justificaria tornar públicas as despesas do antecessor? De qualquer forma, a jogada do governo deu certo. Desviou o foco das atenções da CPI dos Cartões sobre desvios, irregularidades e até enriquecimento ilícito para o debate político sobre o dossiê de FHC.

Vale registrar distorções acerca do uso dos cartões corporativos em nome da Presidência da República no segundo mandato de Lula, mesmo que pouco tenha vindo à tona em razão das sistemáticas rejeições da base aliada do governo aos requerimentos com pedidos de informação à CPI. Das poucas coisas que ficaram públicas, houve o pagamento insignificante de R$ 112,11 de uma conta de *internet* de Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", filho do presidente, efetuada em setembro de 2003.

Dez funcionários da Presidência da República foram autorizados a usar cartões corporativos para fazer compras de interesse de Lula em 2007. Gastaram R$ 3,6 milhões. Do total, os ecônomos, nome técnico dos funcionários, retiraram R$ 352 mil em dinheiro vivo. Com a notícia nos jornais, receberam orientação para não conceder entrevistas. Informações sobre os gastos chegaram a conhecimento público por meio do Portal da Transparência, um *site* na internet gerenciado pela CGU (Controladoria-Geral da União). Depois os dados foram retirados da rede mundial de computadores.

Antes das informações terem sido subtraídas da internet, era possível saber os gastos de cada um dos dez ecônomos a serviço da Presidência da República entre 2003 e 2007. Juntos, despenderam R$ 11,6 milhões, sendo que sacaram R$ 1,7 milhão em dinheiro vivo em caixas eletrônicos.

Em março de 2003, Lula viajou a Ponta Porã (MS) para inaugurar um assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. Após a viagem, o Palácio do Planalto apresentou 27 notas fiscais para justificar o aluguel de veículos que haviam sido feitos com os cartões, durante o período em que o presidente permaneceu naquela cidade do Mato Grosso do Sul. O TCU (Tribunal de Contas da União) descobriu que as notas eram frias. Somavam R$ 206 mil, enquanto a empresa Limosine Service – Russos & Filhos, responsável pela locação dos automóveis, teria cobrado apenas R$ 40 mil pelos serviços.

A auditoria do TCU apurou que o endereço da empresa locadora em Ponta Porã era fictício. Da auditoria: "Em um dos endereços, o analista não encontrou a empresa em funcionamento, obtendo a informação de que, naquele endereço, nunca existiu empresa locadora de veículos".

O Ministério Público Federal decidiu investigar os gastos com cartões corporativos da Presidência da República, com base em auditoria preliminar do TCU. Foram identificadas irregularidades em 35% das notas fiscais analisadas, todas referentes a dispêndios sigilosos. Os procuradores procurariam saber se houve pagamentos indevidos em viagens de Lula, ou nos serviços de segurança oficial dos familiares do presidente.

Entre os problemas apontados pelo TCU havia vias de documentos fiscais anexadas às prestações de contas do Palácio do Planalto com valores diferentes daqueles que constavam nas vias dos talonários das empresas responsáveis pela prestação de serviços ou o fornecimento de bens e produtos.

Do relatório do TCU: "A incompatibilidade entre os valores configura sonegação fiscal. Nesse caso, deve-se considerar também a possibilidade de haver conluio entre o fornecedor e o servidor responsável pelo pagamento com o objetivo de cobrar a maior da administração".

Um dos casos sob investigação do Ministério Público procurava apurar uma locação de veículos ocorrida em empresa de Santana do Parnaíba (SP). No talonário constava a prestação do serviço de aluguel no valor de R$ 3,1 mil. Já a prestação de contas referente àquele mesmo serviço, apresentada pelo Palácio do Planalto, somava R$ 40,4 mil. Ou seja, era 13 vezes maior.

Em outro caso, uma empresa de locação de veículos, com sede em São Paulo, teria prestado serviços à Presidência da República por mais de R$ 1 milhão no período de um ano e meio. Problemas: não foi emitido documento fiscal hábil e parte das notas apresentava endereço fictício.

Chamou atenção dos procuradores gastos da Presidência da República numa padaria em Brasília. A via da nota que fazia parte do talonário da empresa apresentava a despesa de R$ 9,44. Já o Palácio do Planalto computou um gasto de R$ 99,44. Ou seja, algum gatuno simplesmente pôs um "9" a mais, para embolsar R$ 90. Uma vergonha.

As chamadas despesas sigilosas do conjunto do Governo Federal chegaram a quase R$ 100 milhões entre 2004 e 2007. Cerca de 11 mil cartões foram distribuídos pela administração Lula a mais de 7 mil funcionários federais. O estranho é que os gastos secretos saltaram de R$ 16,9 milhões em 2004, para R$ 20,9 milhões em 2005. No ano seguinte, alcançaram R$ 25 milhões. Em 2007 atingiram R$ 35,7 milhões, mais que o dobro do registrado em 2004.

Dois anos depois, informações disponíveis no Portal da Transparência davam conta de que gastos sigilosos já representavam 45% do total realizado com cartões corporativos. Só os dispêndios da Secretaria de Administração da Presidência, que incluíam as despesas do presidente Lula, alcançaram R$ 4,5 milhões apenas nos primeiros sete meses de 2009. Isso representava 13% do total de gastos secretos do Governo Federal naquele período.

Ao longo da administração do PT foram detectadas diversas despesas suspeitas usando o chamado dinheiro de plástico. Levantamento da CPI dos Cartões apurou os seguintes gastos: R$ 990 mil em supermercados, 750 mil em farmácias, R$ 43 mil em padarias, R$ 40 mil em assinaturas de televisão a cabo, R$ 33 mil em floriculturas, R$ 24 mil em lojas de instrumentos musicais, R$ 22 mil em lojas de brinquedo, R$ 15 mil em sapatarias, R$ 14 mil em serviços de lavagem de automóveis, R$ 8 mil em lojas de doces e chocolates, R$ 7 mil em lojas de roupas femininas, R$ 5 mil em bares e R$ 4 mil em lojas de roupas de crianças. Tudo dinheiro público.

Detalhe: 452 estabelecimentos comerciais e de serviços que receberam pagamentos por meio de cartões corporativos emitidos pela administração federal eram, por coincidência, de propriedade ou

relacionados de alguma forma a 473 servidores federais comissionados, isto é, tinham ligações com pessoas nomeadas para cargos de confiança por influência política.

Alguns casos chamaram a atenção e ganharam as páginas dos jornais: no Ministério das Comunicações, reformaram uma mesa de sinuca por R$ 1.400. O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini (PT-SP), pagou, com cartão corporativo, fotografias pessoais e a estadia em hotel durante evento partidário. O ministro das Cidades, Olívio Dutra (PT-RS), por sua vez, torrou R$ 970 em sofisticada padaria de Brasília.

Mas voltemos à Presidência da República. Chegaram a R$ 407 mil os dispêndios com cartão corporativo nas duas residências de Lula em Brasília no ano de 2007. Uma média de R$ 33,9 mil por mês, ou mais de R$ 1 mil por dia, para abastecer o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto.

Apenas três ecônomos gastaram R$ 205 mil em supermercados, açougues e lojas de bebida em nome de Lula naquele ano. Um dos funcionários, José Henrique de Souza, assessor especial do presidente, teria abastecido as dispensas das residências oficiais gastando R$ 55,4 mil em supermercados, R$ 23,8 mil em açougues, R$ 14,8 mil em mercados, R$ 2,4 mil em lojas de bebidas, R$ 2 mil em peixarias e R$ 1,2 mil em padarias.

Para registrar: dos 150 funcionários da Presidência da República que gastaram R$ 6,2 milhões com cartões corporativos em 2007, só 68 tiveram as despesas reveladas pelo *site* da CGU. Não havia informações sobre o paradeiro da gastança dos outros 82 servidores federais. Sabe-se apenas que eles torraram R$ 5,3 milhões, sendo R$ 1,4 milhão sacado em dinheiro vivo.

Um segurança de Lula fez despesas em São Bernardo do Campo (SP), onde o presidente tem residência, durante nove meses de 2007. Conforme o Portal da Transparência, Luiz Gonzaga Barbosa Aragão, oficial das Forças Armadas, gastou R$ 45.750 em lojas de materiais de construção, embalagens plásticas, móveis para escritório, equipamentos de informática, materiais de limpeza e esportes. Ele comprou esteira ergométrica por R$ 3.450, artigos esportivos por R$ 800 e deixou R$ 390 numa loja de instrumentos musicais que também comercializava produtos eletrônicos.

Em Florianópolis, João Roberto Fernandes Júnior, segurança de Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha de Lula, gastou R$ 55 mil naquele mesmo ano, em lojas de autopeças, materiais de construção, ferragens, supermercados, combustível e até munição. Chamaram a atenção R$ 21 mil em duas lojas de autopeças, R$ 1.800 numa livraria e R$ 1.114 em loja de banheiras e piscinas.

Em janeiro de 2008, o Ministério Público do Distrito Federal abriu inquérito para apurar suspeitas de uso irregular de cartões corporativos no pagamento de despesas de hospedagem da comitiva precursora de uma viagem de Lula a Ribeirão Preto (SP) e Sertãozinho (SP), cidades onde o presidente entregaria uma usina termoelétrica e iria a uma feira agrícola em maio de 2003.

Agentes de segurança e equipe de apoio técnico que formavam o escalão avançado do Palácio do Planalto ficaram hospedados em dois hotéis. Descobriu-se depois que um cartão corporativo do Governo Federal pagou R$ 3.030 referentes a 22 diárias de pessoas que não faziam parte da comitiva oficial. Outro cartão corporativo bancou despesas de R$ 1.475 em diárias que excediam o período de permanência dos funcionários federais.

Em Sertãozinho, um cartão de crédito do governo serviu para deixar R$ 23.830 em hotel da cidade. Três anos depois, apurou-se que o mesmo hotel cobrava preços inferiores. O custo da comitiva não teria ultrapassado os R$ 10.208. Uma diferença de R$ 13.622. Somando-se a outros gastos efetuados pela comitiva de Lula durante a viagem, o Ministério Público concluiu que R$ 18.127 teriam sido pagos a mais. Ou embolsados pelos espertalhões.

O TCU (Tribunal de Constas da União) constatou diversos problemas no uso de cartões corporativos da Presidência da República. Para justificar gastos, funcionários apresentaram notas fiscais emitidas sem autorização do órgão fiscal e em nome de firmas com endereços fantasmas. Houve falta de recolhimento de tributos e notas "calçadas". Explica-se: sempre em poder do "cliente", elas têm a característica de apresentar valores superiores aos registrados nas vias dos talonários. O expediente é usado para render dinheiro extra, em geral embolsado pelos responsáveis por fazer a prestação de contas.

Sob o manto da segurança nacional e com a anuência do presidente, torraram dinheiro público em sigilo. Não eram gastos emergenciais ou despesas de viagem que só poderiam ser feitas com o uso de cartões corporativos. Não se tratou disso. Não fizeram licitações, pregões ou outras modalidades de concorrência pública. Não deram explicações. Não houve transparência. Não houve controle algum. Tudo em nome de se proteger Lula.

Capítulo 13

Em 5 anos, Lula repassou R$ 12,6 bilhões para ONGs. Dinheiro para amigos, mal fiscalizado

A administração Lula repassou R$ 12,6 bilhões a 7.700 ONGs (Organizações Não-Governamentais) por meio de 20 mil convênios entre 2003 e 2007. Apesar dos valores expressivos, não havia mecanismos para selecionar adequadamente as entidades escolhidas como prestadoras de serviço. Quase não existiu controle na aplicação dos recursos federais, nem rigor na hora de acertar as contas. Suspeitou-se de desvios. Parte do dinheiro poderia ter sido embolsada por gente amiga. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) encarregada de apurar irregularidades quase não avançou. Os governistas travaram as investigações. Não houve quebra de sigilos bancários e fiscais para identificar responsáveis pela eventual roubalheira.

A proposta para criar a CPI surgiu após a identificação de Jorge Lorenzetti, o amigo e churrasqueiro de Lula, como protagonista do escândalo do dossiê, no final de 2006. Na época Jorge Lorenzetti fora apontado pela Polícia Federal como o responsável pela articulação da compra do tal dossiê. Ele também era colaborador de uma ONG, a rede Unitrabalho, suspeita de desvios. A Unitrabalho recebeu R$ 5,4 milhões da Fundação Banco do Brasil.

As denúncias respingaram em Ideli Salvatti (PT-SC), então líder do partido do presidente da República no Senado. Ela teria ligações com a ONG Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, que recebeu R$ 5,2 milhões do Governo Federal entre os anos de 2003 e 2007. Suspeitava-se que parte do dinheiro destinado à formação e qualificação de mão-de-obra rural teria sido usada em campanhas do PT. A filha de Jorge Lorenzetti, Natália, aliás, trabalhava no gabinete da senadora Ideli Salvatti.

Associou-se ainda o nome de Jorge Lorenzetti ao de outra ONG de Santa Catarina, a Rede 13. Entre os fundadores da entidade estava Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente Lula. A ONG funcionaria como um braço do programa Fome Zero e teria recebido R$ 7,5 milhões do Governo Federal até ser extinta. A oposição suspeitou da Rede 13, que também serviria para repassar dinheiro público a integrantes do PT.

Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) chegou a apontar que 54% das verbas federais destinadas a ONGs eram repassadas a entidades sem capacidade para realizar as atividades propostas. A metade dos R$ 3 bilhões liberados a ONGs e Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) em 2006, conforme estimativa do TCU, foi desviada. Não é pouco: R$ 1,5 bilhão.

Malversação de dinheiro público. Para fiscalizar atividades de 270 mil ONGs e Oscips, o Ministério da Justiça dispunha de 12 funcionários.

Exemplo de descontrole e desperdício de dinheiro público foi o tratamento do governo Lula à ONG Agência de Desenvolvimento Solidário, ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Com sede em São Paulo, a entidade recebeu R$ 8 milhões do Ministério da Educação para executar o Programa Brasil Alfabetizado. Não cumpriu o estabelecido.

Entre as irregularidades detectadas em 59 ONGs conveniadas com o Ministério da Educação havia grupos de alunos-fantasmas, turmas com número de alunos abaixo do previsto, professores sem receber salários, professores cadastrados à revelia, classes registradas em locais desativados e, principalmente, inexistência de prestações de contas sobre serviços que foram pagos e deveriam ter sido realizados. Funcionava tudo como se as entidades existissem apenas como forma de transferir dinheiro público a seus donos.

A CGU (Controladoria-Geral da União) inspecionou "serviços" do Instituto do Trabalho Dante Pellacani em Belford Roxo (RJ). Era uma fraude. Não encontrou quatro alfabetizadoras inscritas pela ONG para ministrar aulas. Dos 40 alunos da amostra analisada, 16 nem sequer existiam. Dos sete nomes que constavam na relação de beneficiários e possuíam telefone em casa, três não participavam das atividades. Dos outros, quatro nem foram localizados.

Em março de 2008, a ONG Associação Nacional de Cooperação Agrícola, ligada ao MST (Movimento dos Sem-Terra), foi condenada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) a devolver R$ 4,4 milhões repassados pelo Ministério da Educação, por irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado. Como prestação de contas, a ONG apresentou relações com os nomes de supostos beneficiários, mas não mostrou listas de presenças nem controle de frequência de alfabetizandos e alfabetizadores.

Outro caso suspeito envolveu as ONGs Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo e Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural, ligadas ao MST. Receberam R$ 5,8 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não ficou demonstrada a aplicação do dinheiro.

Levantamento da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em Brasília, concluiu que R$ 330 milhões foram repassados pelo Governo Federal a 546 ONGs por meio de convênios supostamente irregulares. Houve casos de entidades criadas alguns meses antes das assinaturas dos convênios que autorizariam a liberação dos recursos.

Na gestão do ministro Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), o Ministério do Turismo assinou convênios com 55 entidades no valor de R$ 11,8 milhões. Todas as organizações tinham menos de três anos de existência. Uma delas, a Associação dos Amigos, situada no Rio de Janeiro, tinha cinco meses quando recebeu R$ 499 mil para promover trabalhos de incentivo ao turismo.

O TCU (Tribunal de Contas da União) estranhou a liberação de R$ 300 mil por parte do Ministério do Turismo para um congresso da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), realizado em agosto de 2006. Lula participou do evento. O repasse das verbas federais foi considerado contrário ao interesse público. Em menos de cinco anos, a Abrasel recebeu R$ 24 milhões em dinheiro do governo, sendo que apenas um dos convênios, firmado em 2004, consumiu R$ 11,4 milhões do Ministério do Turismo. O TCU apontou irregularidades na parceria e favorecimento ao presidente da Abrasel, Paulo Solmucci. Ele manteria ligações com Lula.

Em outro caso, uma ONG criada em agosto de 2003 recebeu R$ 1,6 milhão em janeiro de 2004, para "atender demandas de empresas e associações em busca de certificação do projeto Fome Zero". O dinheiro foi liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

Já a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste recebeu R$ 3,7 milhões do Governo Federal, sendo R$ 2,3 milhões diretamente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para anotar: o secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, foi dono da ONG por dez anos. Entre as tarefas que a entidade se comprometeu a executar com dinheiro público se destacam as seguintes: dinamização das ações de desenvolvimento rural sustentável, consolidação da estrutura de gestão de 12 cooperativas de crédito rural singulares, articulação do território agreste meridional e mata sul e estudo propositivo no Estado de Pernambuco. Deu para entender?

A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, controlada pelo ministro Altemir Gregolin (PT-SC), repassou recursos, por meio de convênios, a entidades dirigidas por filiados do PT em Santa Catarina. Foram R$ 101 mil para a Colônia de Férias Z-14 e R$ 100 mil para a Casa Familiar do Mar, ambas presididas pelo petista Obadias Barreiros. A Associação de Pescadores da Barra do Camacho, de Jaguaruna (SC), ligada ao deputado Paulo Serafim, também do PT, recebeu outros R$ 59 mil.

O Ministério do Trabalho e Emprego, sob comando do PDT, chegou a responder por R$ 31,8 milhões transferidos a ONGs por meio de convênios que ficaram pendentes de regularização. O ministro Carlos Lupi (PDT-RJ) assinou parceria considerada suspeita, no valor de R$ 4,4 milhões, com a ONG Confederação Nacional dos Evangélicos. O acerto foi feito menos de dois meses depois que um diretor da entidade se filiou ao PDT.

Outras quatro entidades ligadas ao PDT também receberam dinheiro liberado pelo ministro Carlos Lupi. Três delas foram recomendadas pela Força Sindical, sendo que duas tinham suas sedes no mesmo edifício que abriga a central sindical. O presidente da Força, aliás, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), foi acusado de participar de esquemas que desviaram dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho).

A CPI das ONGs chegou a apontar cinco deputados como tendo ligações com organizações não-governamentais investigadas pelo Senado. São eles: Adão Pretto (PT-RS), Marcos Maia (PT-RS), Assis Miguel do Couto (PT-PR), Anselmo de Jesus (PT-RO) e Sandra Rosado (PSB-RN).

A ONG Ifas (Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical), com sede em Goiânia, assinou convênio de R$ 7,1 milhões com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No início de 2008 já havia recebido R$ 4,6 milhões do estipulado, apesar de a entidade ter deixado de demonstrar como organizara os cursos técnicos para a formação de lideranças rurais graças aos quais pôs as mãos no dinheiro público. Não emitiu relatórios que comprovassem a execução dos serviços nem provou como empregou as verbas federais. A transação virou caso de polícia. Teve ordem de busca e apreensão por parte da Justiça Federal. Os repasses foram suspensos e as contas bancárias, bloqueadas. Descobriu-se que um dos fundadores da Ifas era Delúbio Soares, o conhecido ex-tesoureiro do PT.

O Instituto Novo Horizonte foi criado para oferecer cursos de treinamento a crianças pobres. Bonito. Na prática teria engolido R$ 1,8 milhão do Ministério da Ciência e Tecnologia. Michael Vieira da Silva, ex-funcionário da ONG, denunciou a abertura de empresa de fachada, emissão de notas fiscais frias e a maracutaia segundo a qual eram simuladas compras de material didático. Os serviços não teriam sido prestados. Em outro caso suspeito envolvendo o Ministério da Ciência e Tecnologia, a ONG Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó recebeu R$ 11,2 milhões em três anos.

Voltemos à maracutaia do Instituto Novo Horizonte. Numa única operação, denunciada na revista Veja, teria havido fraude em despesas de R$ 1,1 milhão na aquisição de material didático. Em outro convênio, desta vez com o Ministério do Esporte, a ONG pôs as mãos em R$ 1,6 milhão. Dirigentes do Instituto Novo Horizonte teriam ligações com o secretário de Inclusão Social do Ministério da Ciência

e Tecnologia, Joe Valle, e com Agnelo Queiroz (PC do B-DF), que exerceu o cargo de ministro do Esporte de Lula. Michael Vieira da Silva teria repassado R$ 150 mil em dinheiro vivo a Agnelo Queiroz.

Enquanto Agnelo Queiroz foi ministro do Esporte, beneficiou sua base eleitoral em Brasília. As ONGs Associação João Dias de Kung Fu, Federação Brasiliense de Kung Fu, Associação dos Funcionários do Ceub e Associação Gomes de Matos receberam R$ 4,7 milhões. Houve acusações sobre a existência de listas de assinaturas simuladas para forjar frequências em cursos e de notas fiscais frias para justificar despesas a dirigentes do PC do B.

Quando Agnelo Queiroz foi substituído por Orlando Silva (PC do B-SP), o Ministério do Esporte continuou a priorizar a distribuição de recursos em favor de ONGs. Mas priorizou São Paulo, base eleitoral do novo ministro. Dos R$ 14,1 milhões distribuídos a entidades não-governamentais por Orlando Silva no início de seu mandato, a maior beneficiária foi a Confederação Nacional das Associações de Moradores, com sede na capital paulista. Recebeu R$ 5,2 milhões. A presidente da entidade era filiada ao PC do B, da mesma forma que os dirigentes de outras quatro ONGs agraciadas por Orlando Silva. Juntas, as entidades paparam outros R$ 8,9 milhões.

A ONG Bola Pra Frente, com sede em Jaguariúna (SP), recebeu R$ 8,5 milhões em 2008. Foi o terceiro maior repasse a uma entidade privada sem fins lucrativos feito pelo Ministério do Esporte naquele ano. O problema é que a presidente da ONG, vereadora Karina Valéria Rodrigues, era filiada ao mesmo PC do B do qual fazia parte Orlando Silva. Karina Valéria Rodrigues, por sua vez, escolheu a RNC Comércio de Produtos Alimentícios e Artigos Esportivos para fornecer alimentos por dois anos à sua ONG. Valor do contrato: R$ 4,4 milhões. A RNC foi a maior doadora da campanha de Karina.

Capítulo 14

Traquinagens da família Lula da Silva.
As andanças de Genival, o "Vavá"

Dona Marisa Letícia, a primeira-dama, mandou fazer um canteiro de quatro metros de diâmetro com flores vermelhas em forma de estrela, o símbolo do PT, nos jardins do Palácio da Alvorada. Tentou caracterizar a residência oficial do presidente da República como uma sede do partido.

Luís Cláudio Lula da Silva, filho do presidente, usou avião da FAB (Força Aérea Brasileira) com 14 amigos. Foi durante as férias de 2004. O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) tentou de todos os modos verificar a veracidade da história. Só conseguiu confirmar a mordomia junto ao Gabinete Institucional da Presidência da República. Antes, havia feito sucessivos requerimentos à Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Casa Civil e Ministério da Defesa. Ninguém admitia o uso do avião oficial. Mas existiu.

Cinco anos depois, em outubro de 2009, Lula nem deu atenção ao caso. Desta vez quem pegou carona no avião do governo foi Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", filho mais velho do presidente. Ele e 15 acompanhantes. O "Sucatinha", um Boeing 737 da FAB, já estava perto de Brasília quando o piloto recebeu ordens para voltar a São Paulo e pegar a turma do Lulinha. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também voou na aeronave, que seguiu novamente para Brasília. O Palácio do Planalto só informou que Lulinha e os amigos eram convidados do presidente da República. Ponto final.

De acordo com relato do economista Paulo de Tarso Venceslau, o amigo de Lula, Paulo Okamotto, resolveu um problema provocado por Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente. Eram tempos da eleição para o Palácio do Planalto de 1994. Lurian teria saído de uma loja em São Paulo sem pagar

pelas mercadorias que levara consigo. A missão de Paulo Okamotto era pagar pelos produtos evitando que a história vazasse para os jornais. Ele conseguiu.

Em junho de 2009, o marido de Lurian, Marcelo Sato, foi acusado de tráfico de influência em transações que envolviam a execução de obras no porto de Itajaí (SC). O Governo Federal tinha liberado R$ 350 milhões para reconstruir as instalações do porto, mas haveria 19 irregularidades na contratação de empreiteiras. Marcelo Sato participou de reunião para discutir as obras ao lado do deputado Décio Lima (PT-SC), um ex-superintendente do porto. Na época, o genro de Lula era assessor da deputada estadual Ana Paula (PT-SC), mulher de Décio Lima. O procurador Marcelo da Mota disse ao repórter Hugo Marques, da revista Isto É, que Marcelo Sato seria investigado:

- Há indícios para investigar a intervenção de Marcelo Sato junto a órgãos do Governo Federal.

Sandro Luís Lula da Silva, outro filho do presidente, foi funcionário-fantasma do PT. Os repórteres Lílian Christofoletti e José Alberto Bombig, da Folha de S.Paulo, revelaram o caso. Contratado por R$ 1.522, Sandro Luís prestava "serviços à distância". Empregado do PT durante mais de três anos, Sandro Luís teria passado a prestar serviços em casa, em São Bernardo do Campo (SP), desde que o pai se tornara presidente da República.

Deram diversas explicações. Numa primeira versão, o PT informou que o filho de Lula nunca trabalhara no partido. Depois, o PT alegou que o rapaz deixou de ser funcionário em meados de 2002. E, por fim, o partido informou que ele fora desligado dos quadros da legenda "há uma ou duas semanas", ou seja, em junho de 2005, na mesma época em que a reportagem foi publicada.

Os repórteres ouviram o presidente do PT de São Paulo, Paulo Frateschi:

- Ele não ia todos os dias. Às vezes, aparecia um dia por semana, um dia por mês. Ele não precisa ir ao diretório para trabalhar. Trabalha na casa dele, até porque precisa apenas de um computador para realizar o serviço.

Paulo Frateschi não informou quais serviços Sandro Luís prestava ao PT.

Quem ocupou páginas de jornal foi Fábio Luís Lula da Silva. O jornal O Globo, do Rio, publicou em julho de 2005 que a Telemar, uma das maiores operadoras de telefonia do País, havia comprado ações da Gamecorp, empresa de Lulinha. Note-se que a Telemar, concessionária de serviço público, era constituída com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco do Brasil e fundos de pensão de empresas estatais. A notícia falava na aplicação de R$ 5 milhões na Gamecorp. Com o negócio, a Telemar disporia de ações da empresa de Lulinha e do direito de usar programas de jogos produzidos pela Gamecorp em telefones celulares.

Lulinha havia montado a Gamecorp, com capital de R$ 10 mil, numa sociedade firmada no ano anterior com Kalil e Fernando Bittar, filhos de Jacó Bittar, velho amigo de Lula, nomeado por influência do presidente como conselheiro da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. O negócio com a Telemar elevou a R$ 7 milhões a expectativa de faturamento da Gamecorp em 2006. A transação foi intermediada pela BDO Trevisan, empresa de consultoria de Antoninho Marmo Trevisan. Ele era outro amigo de Lula, nomeado para o Conselho de Ética Pública da Presidência da República.

Para ganhar a vida, Lulinha dava aulas de informática. Teve rápida ascensão com a eleição do pai. A Telemar patrocinou viagens dele aos Estados Unidos, Japão e Coreia. O caso da Gamecorp eclodiu no meio da crise do escândalo do mensalão. Antes de viajar para a França, Lula aproveitou uma reunião ministerial para repelir as denúncias de favorecimento à empresa do filho:

- Estão querendo mexer na minha vida privada. Isso é uma baixaria, um golpe baixo, um desrespeito. Isso é irracional.

Dois meses depois, o banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, prestou depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão. Reconheceu ter bancado almoços e jantares para Fábio Luís Lula da Silva em 2003, durante viagem de Lulinha ao Japão. Daniel Dantas disse que a Brasil Telecom fez gestões para comprar a Gamecorp. Chegou a pagar R$ 100 mil mensais para a Gamecorp fornecer conteúdo ao portal da Brasil Telecom na *internet*, antes de frutificar o negócio de Lulinha com a Telemar.

A empresa do filho do presidente da República voltou a ser notícia em 2006, com a revelação de que a Telemar decidira injetar R$ 5 milhões por ano em patrocínios e produções dos programas de televisão da Gamecorp. Em três anos, o pacote da concessionária de serviço público à empresa do filho do presidente da República chegaria a R$ 15 milhões.

Com o sucesso empresarial, a Gamecorp, especializada em videogames e programas de jogos eletrônicos para televisão, passou a comprar parte da programação da TV Bandeirantes e da Mix TV. A Gradiente anunciou nos programas da Gamecorp. O dono da empresa, Eugênio Staub, foi dos primeiros homens de negócio a apoiar Lula nas eleições de 2002. A Sadia, outra grande empresa, também passou a patrocinar os programas da Gamecorp. Lá, outro empresário de sucesso ligado a Lula fez carreira. Trata-se de Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no primeiro mandato do presidente Lula.

Em junho de 2006, anunciou-se que a Gamecorp passaria a se chamar Game TV, a partir de uma parceria com o Canal 21, do grupo da TV Bandeirantes, que também mudava o nome para PlayTV. A empresa de Lulinha coordenaria seis horas diárias de programação, com a exibição de programas sobre games, videoclipes e atrações para o público infantil. O contrato tinha duração prevista de dez anos. Não foram divulgados dados sobre o faturamento da empresa de Lulinha, mas a TV Bandeirantes admitiu que R$ 250 mil do montante de R$ 3,1 milhões de verbas publicitárias que irrigariam os cofres da PlayTV e da Gamecorp, em 2006, viriam de empresas e órgãos federais.

No final de 2005, a revista Veja contou a história de Genival Inácio da Silva, o "Vavá", o mais velho dos seis irmãos do presidente Lula. Metalúrgico aposentado, ele abrira escritório para intermediar pedidos de empresários junto a prefeituras do PT, empresas estatais e órgãos do Governo Federal. Fazia tráfico de influência. Da reportagem de Marcelo Carneiro e Camila Pereira:

"Vavá, filiado ao PT, confirmou a Veja que recebe e encaminha pedidos de empresários interessados em 'trabalhar com o governo', mas disse que, 'por enquanto', não recebeu nenhum pagamento pelo serviço. 'Até agora ninguém pagou nada ainda. Espero ganhar um dia'."

O irmão de Lula começou negando aos repórteres que exercesse o papel de intermediário para empresários. Disse que seu escritório prestava "assessoria social para pessoas que precisam". Depois, Vavá confessou:

- Se o presidente tem empresários que procuram ele para fazer negócio, nada melhor do que você ajudar.

Admitiu ter mantido contato com César Alvarez, assessor especial do presidente Lula, e Edimilson Antonio Sant'Anna, diretor de Operações da Petrobras Distribuidora. Tudo por solicitação de empresários da Federação Brasileira de Hospitais, do advogado Daniel Freire Garcia e de um executivo do ramo da construção civil, identificado por Vavá como José Ernesto. O irmão de Lula reconheceu que ia amiúde a Brasília, com passagens aéreas pagas por empresários. Para fazer o quê?

- Passear.

Por intermediação de Vavá, César Alvarez recebeu o empresário português Emídio Mendes, do Riviera Group, que atuava nos setores imobiliário, turístico e energético. A reunião foi no Palácio do Planalto, com a presença de Vavá. Algum tempo depois, o empresário português e Vavá foram recebidos por Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula. Emídio Mendes ainda fez uma visita à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, graças à influência de Vavá.

A Polícia Federal desferiu a Operação Xeque-Mate em 4 de junho de 2007. Prendeu 79 pessoas acusadas de pertencer a uma organização criminosa ligada à exploração de máquinas caça-níqueis. Cerca de 600 agentes federais foram mobilizados em Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Entre os presos havia empresários, advogados, policiais civis e policiais militares. Eles foram acusados de contrabando de componentes eletrônicos para caça-níqueis, corrupção e tráfico de drogas. A organização movimentaria R$ 250 mil por dia. Durante a ação, dezenas de carros de luxo, caminhões, máquinas de jogo, dólares e ouro foram apreendidos.

A Operação Xeque-Mate iria prender Vavá. A Polícia Federal chegou a pedir a prisão do irmão de Lula, mas a Justiça indeferiu. Autorizou apenas uma operação de busca e apreensão na casa dele, situada na Vila Paulicéia, em São Bernardo do Campo (SP). Os federais vasculharam a residência e indiciaram Vavá por tráfico de influência e exploração de prestígio.

A Polícia Federal também prendeu Dario Morelli Filho, cujo filho tinha como padrinho o próprio presidente Lula. Na época, Dario Morelli Filho ocupava cargo político na Prefeitura de Diadema (SP), cujo prefeito, José de Fillipi Jr. (PT), fora o tesoureiro da campanha de reeleição de Lula em 2006. O prefeito o afastou no mesmo dia. Amigo de mais de 20 anos da família Lula da Silva, Dario Morelli Filho foi acusado de formação de quadrilha, contrabando de componentes para máquinas caça-níqueis, falsidade ideológica e corrupção ativa. Ele daria dinheiro a policiais para não ser perturbado.

Dario Morelli Filho foi apontado como sócio oculto do ex-deputado Nilton Cezar Servo, outro conhecido de Lula, numa casa de jogos clandestina em Ilha Bela, no litoral de São Paulo. Os dois corromperiam policiais para manter os caça-níqueis em operação. Nilton Servo, apontado como o chefe da quadrilha, fugiu da Operação Xeque-Mate. Prenderam-no logo no dia seguinte. Ele exploraria jogos de azar e caça-níqueis no Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia e São Paulo. Teria ligações com a Associação Nacional de Bingos e Jogos, e gostava de falar das três ou quatro vezes que esteve na chácara de Lula, em São Bernardo do Campo, para comer coelho com o presidente.

Outra façanha de Nilton Servo: participou de pescaria com Lula e o então governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT (1999-2006), no Pantanal. Zeca do PT, aliás, teria apoiado casas de bingo e máquinas caça-níquel como primeiro mandatário do Mato Grosso do Sul. O comandante da Polícia Militar de seu governo, coronel Ivan Almeida da Silva, elegeu-se deputado estadual pelo PSB, numa dobradinha com Nilton Servo, que não se elegeu. O coronel também seria ligado à organização criminosa, mas não foi acusado.

Dario Morelli Filho, por sua vez, era um faz-tudo da família Lula da Silva. Atuava como motorista, assessor e segurança. Gostava principalmente da área de segurança e inteligência. Em 2003, registrou um boletim de ocorrência sobre o roubo de um celular de Marisa Letícia. Em 2006, Dario Morelli Filho esteve numa delegacia de polícia em São Bernardo do Campo para registrar queixa de um roubo que teria ocorrido na chácara Los Fubangos, de propriedade de Lula, na beira da represa Billings.

Em 1989, Dario Morelli Filho integrara o corpo de segurança da primeira campanha de Lula a presidente da República. Em 1994 foi o responsável pelo esquema de escolta do então candidato a governador de São Paulo, deputado José Dirceu (PT). Prestou serviços para diretórios do PT e para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, berço político de Lula. Chegou a trabalhar na Prefeitura de Mauá, na Grande São Paulo, nos tempos em que a administração municipal esteve sob comando do PT.

Nos anos 90, montou a própria empresa de vigilância privada. Fazia segurança em casas de jogo. Em 2006, Dario Morelli Filho admitiu ter sido contratado para alugar veículos à campanha de Aloizio Mercadante (PT), que disputou e perdeu o Governo de São Paulo. Recebeu R$ 187 mil pelos serviços. Dario Morelli Filho também teria sido funcionário-fantasma do gabinete de Roberto Gouveia (PT-SP), na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em depoimento à Polícia Federal, admitiu ter se encontrado duas vezes com Lula em 2006, na casa do próprio presidente, em São Bernardo.

Vavá conheceu Dario Morelli Filho nas festas do PT, e estreitou as relações de amizade na residência do próprio Lula. Na casa de Dario Morelli Filho em Caraguatatuba, no litoral de São Paulo, Vavá teria conhecido Nilton Servo. De acordo com as investigações da Polícia Federal, Vavá passou a receber valores que variavam de R$ 2 mil a R$ 3 mil de Nilton Servo, em troca de serviços de *lobby* e promessas de benefícios e vantagens em órgãos do Governo Federal.

Durante as investigações, a Polícia Federal interceptou uma série de ligações telefônicas com autorização da Justiça. Nesta, captada às 19h45 de domingo, 25 de março de 2007, Vavá conversou com Nilton Servo para informar que Lula esteve em sua casa naquele dia. De fato, apurou-se depois que o presidente passara o domingo em São Bernardo do Campo, sem agenda oficial. No diálogo, "máquinas", conforme a Polícia Federal, eram caça-níqueis. O primeiro a falar foi Vavá:

- O homem teve aqui hoje. O homem teve aqui hoje, entendeu?

- **Hein?**

- O homem teve aqui hoje, entendeu?

- **Entendi.**

- Passou aqui, ficou uma hora e meia aqui.

- **Falou com você?**

- Conversou. Eu falei pra ele sobre o negócio das máquinas lá. Ele disse que só precisa andar mais rápido, né?, bicho.

- **Hein?**

- Disse que só precisa andar mais rápido, viu? Tá certo?

- **Com certeza. Meu irmão.**

- Hã?

- **O Lula é meu irmão.**

Dispensável falar da gravidade do diálogo, envolvendo Lula. Três dias antes, em outra ligação, Vavá pedira a Nilton Servo:

- Ô, arruma dois pau pra eu?

Em 11 de março, outro diálogo entre os dois. Começou com Nilton Servo:

- Vou ver se hoje eu coloco uma coisa pra você. Mas o mais certeza é amanhã. Porque ontem eu tava em Caraguá, eu fui consultar um depósito que fizeram pra mim, fizeram em cheque, daí não tinha liberado hoje.

- Põe uns cinco, tá bom?

Dois dias depois, Nilton Servo ligou para Vavá:

- Meu cunhado tá em São Paulo, eu pedi pra ele, meu cunhado, Serra, pra entregar pessoalmente aquele negócio. Falo com você amanhã, então.

Agora, um diálogo de deixar os cabelos em pé. A conversa telefônica ocorreu duas semanas antes da deflagração da Operação Xeque-Mate, entre Vavá e José Ferreira da Silva, o "Frei Chico", outro irmão de Lula. Frei Chico foi o inspirador que levou Lula para o sindicalismo. Ele atuava como consultor em sindicatos da região do ABC, na Grande São Paulo.

Ressalte-se que Frei Chico se apresentou como "Roberto" na ligação a Vavá. A Polícia Federal demorou alguns dias até descobrir de quem se tratava. Vavá, porém, sabia muito bem com quem falava, como se percebe pelo diálogo. Os dois provavelmente já sabiam das escutas telefônicas e trataram de manter a conversa a mais cifrada possível. Registre-se: anteriormente, o ministro da Justiça, Tarso Genro (PT-RS), informara a Lula que havia investigações envolvendo Vavá. O diálogo começou com Vavá:

- Sexta-feira eu preciso ir a Brasília.

- **Sexta-feira? Acho que você... Quero conversar sobre isso mesmo, cara.**

- Hum?

- **Não vai sem falar comigo, não. Porque tem, tem uma bronca da porra.**

- De quê?

- **Não sei, Vavá. Depois te falo, tá?**

- Tá bom. (...) Ah, vou de manhã e volto à tarde, num voo só. Vou conversar com o Lula mesmo.

- **Eu dev... O Lula quer que você vá lá, ouvi-lo à noite, pra conversar com ele à noite.**

- Hã?

- **Tá? Então eu quero ver com você direito isso. (...) Ele quer que eu vá com você, mas se você for sozinho, ele também... Tá? Quer conversar na casa dele, tranquilo, tá? Então vamos pensar num dia aí.**

- Eu só vou de tarde e vou voltar, não vou ficar lá, não.

- **É, mas... Vavá, eu quero saber... Vavá, por que tem umas bronca lá, que você anda apresentando uma pessoa lá nos ministérios e ele...**

- Eu?

- **Vavá! Depois nós conversa, tá?**

Dois dias depois, em outra conversa telefônica, Vavá confirmou estar informado sobre as investigações da Polícia Federal. Ele pediu R$ 2 mil ao interlocutor, identificado como Rinaldo. O dinheiro seria pagamento por suposto *lobby* nos Correios. Vavá explicou por que evitou ir a Brasília:

- Eu não fui porque a Polícia Federal está filmando muito, né?, Rinaldo. Vou esperar passar mais uns dias, aí eu vou lá.

Entre 11 e 17 de maio de 2007, sete conversas telefônicas indicaram o vazamento de informações sobre a operação da Polícia Federal. Dario Morelli Filho, o compadre de Lula, alertou Nilton Servo do que estava acontecendo, "um pepino feio". Dario Morelli Filho gabou-se ao dizer que com ele nada aconteceria, possivelmente por sua ligação com o presidente da República. O diálogo começou com o compadre de Lula:

- Quando eu for aí, eu compro um telefone no meu nome (...) e a gente cancela todos os seus.

- **Joia, então.**

- Para, se eles rastrearem o seu telefone, não cair. Se rastrearem o meu, quando bater nas coisas lá, o cara já vê meu nome, e já pensa duas vezes antes de fazer alguma coisa.

A fim de resolver o problema dos grampos que haviam sido instalados a partir de determinação vinda de Brasília, Dario Morelli Filho disse que se encontraria com um aliado na capital federal, o ex-deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). Iria "fazer um escândalo". Nilton Servo se reuniria depois com o ex-deputado, chamado nos diálogos de "Sig", para discutir o assunto.

Em seguida, a reprodução de uma conversa mantida em 14 de março de 2007 entre Nilton Servo e seu cunhado, identificado pela Polícia Federal apenas como Piovesan, mas que era chamado de Serra no telefone. Na ligação, Nilton Servo disse que Vavá "tem futuro". Em outras gravações entre Servo e Vavá, Lula é definido como o "homem". Nas palavras de Nilton Servo:

- Eu achei que não ia ter dificuldade de arrumar uns 30 mil pro Vavá, em 30, 70 dias. Arrumo cinco, mais cinco. De picado em picado, eu arrumei pro Vavá uns 14, 15 paus.

- **Acho que você não deve arrumar mais nada, até ver se ele consegue mexer com o doce. Se conseguir (...), vai ganhar é muito.**

- Eu tô trazendo o pessoal pra cá agora, neste final de semana. Tô trazendo inclusive o filho do homem, entendeu? Uma nova... Já tive um final de semana junto, já tive outro final... Eu tô ficando bem dentro do negócio. Para, a partir da semana que vem, já partir firme.

Naquele mesmo 14 de março, Nilton Servo conversa com um empreiteiro, chamado no telefone de Acácio. Ficou a dúvida se Nilton Servo pediu dinheiro ao tal Acácio para repassar a Vavá, como insinuou, ou se usou o nome do irmão do presidente para embolsar a quantia. Mais uma vez, Nilton Servo citou "o filho do homem". A Polícia Federal não teria investigado o envolvimento de algum dos filhos de Lula na quadrilha. Nilton Servo iniciou o diálogo, gravado com autorização da Justiça:

- Eu falei com o Vavá: "Ó, Vavá, tem que tirar esses caras da fita aí. Se quiser ajudar, depois que tiver já na mão, então aí você vê quem você quer ajudar. Porque senão vira uma confusão, já estavam falando em seu nome, negócio de 12 mil, três parcelas". O Vavá, deixa eu explicar pra você, é uma pessoa que tem que saber usar. Pegar o Vavá: "Olha, Vavá, eu tô com isso em tal lugar. Eu vou te levar aqui em Brasília (...). E você vai pedir isso lá". É uma pessoa que você tem que direcionar (...). E você, se puder dar essa ajuda... Porque eu vinha ajudando o Vavá (...). Ele pediu uma força pra mim. Uns 15, 20 paus, mas coisa particular, disse que vai me pagar. (...) Quero saber se tem condições de arrumar esses cinco mil (...).

- **Tá, (...) te dou um retorno.**

- (...) Ele deve imaginar que eu tô ganhando alguma coisa. (...) Eu venho dando uma força, uma semana arrumo uns 3 mil, outra 2 mil. (...) Eu tô ajudando porque eu sei que... Vai num lugar que vai dar certo. (...) O Dario é diferente, (...) a despesa é por conta dele, é outra linhagem. (...) Tanto é que o Dario tá vindo pra cá amanhã. Pra Campo Grande. Tá vindo ele e tá vindo o filho do homem. Nem o Vavá sabe disso.

Durante a busca que fez na casa de Vavá, a Polícia Federal encontrou um envelope endereçado a Lula, no qual havia uma solicitação para que o presidente resolvesse problema referente a uma ordem judicial em Porto Alegre. Os federais também acharam um documento dirigido ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com pedido de acordo por parte de uma empresa que esperava receber dívida de cerca de R$ 13,7 milhões.

Em depoimento à Polícia Federal, Vavá disse ter se encontrado uma vez num restaurante em São Paulo com o homem identificado como Acácio, que teria interesses no ramo da terraplanagem. Nilton Servo estava presente. Vavá negou ter exercido *lobby* em órgãos públicos em nome do empresário. Disse também ter apresentado um fazendeiro chamado André, de Assis (SP), ao advogado Silvio Assis, em Brasília, para que fosse revertida uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) vencida pela Usina Maracaí. A ação previa o pagamento de uma indenização milionária.

Do diálogo entre Nilton Servo e o irmão dele, Nivaldo, em 19 de março de 2007, no qual Servo diz que não adianta mandar Vavá sozinho para Brasília:

- O Vavá é irmão do Lula. E o Vavá disse que tinha como resolver esse problema. Só que o Vavá é meio espirolado, é uma pessoa séria, mas não tem noção de muita coisa. (...) Mas não adianta o Vavá ir pra Brasília (...). Então você vai assessorar.

- **Tudo bem.**

- Eu só quero que acompanhe. Porque o que vai acontecer: depois que der certo, o Vavá, tonto, "ah, me dá 10 mil, 20 mil, 5 mil". A conta é um negócio de 1 milhão.

O relatório da Polícia Federal menciona o assunto:

"Por sua vez, Nilton Cezar Servo e seu irmão, Nivaldo Servo, estão solicitando uma 'comissão' em caso de êxito de Vavá no seu *lobby* junto aos ministros do STJ e consequente reforma da sentença judicial, pois foram os responsáveis por lhe colocar em contato com André e seus familiares".

Em outra conversa com o irmão Nivaldo, Nilton Servo cita Dario Morelli Filho, "que é o mais forte de todos, mais forte do que o Vavá", e um auxiliar da primeira-dama Marisa Letícia. Do relatório da Polícia Federal:

"Nilton diz a Nivaldo que inclusive aquela pessoa que o levou num encontro, o 'Marcinho', até esses dias ele era o motorista da Marisa. Nilton diz a Nivaldo que o Marcinho trabalhou 12 anos com a Marisa".

A análise dos grampos deixou claro que Vavá não mantinha negócios apenas com empresários do jogo. Em 31 de maio de 2007, por exemplo, o irmão de Lula teria mantido conversa com um investigador de polícia de Mauá (SP), conhecido por "Gildo". Ele pediu ajuda para transferir um filho policial federal de São Borja (RS). Na ligação, Vavá pediu que fosse redigido um documento solicitando a transferência, para ser entregue ao ministro da Justiça, Tarso Genro (PT-RS). O suposto policial sugeriu então que o documento pudesse ser enviado ao ministro "ou para dona Marisa", a primeira-dama. Vavá não quis:

- Para Marisa, não!

Em 17 de junho de 2007, dava-se como certa a denúncia do Ministério Público Federal contra Dario Morelli Filho, o compadre de Lula, e Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão mais velho do presidente. Os dois seriam acusados de envolvimento em "poderosa organização criminosa", responsável pela exploração de jogos de azar. O relatório da Polícia Federal sobre o caso informava que "a característica mais marcante dos grupos criminosos investigados é, sem dúvida, a continuidade delitiva".

Do relatório: "Embora tenham sido realizadas no decorrer das investigações diversas apreensões de máquinas de caça-níqueis, o fato é que em nenhum momento essas operações policiais foram capazes de inibir as ações dessas organizações criminosas, que continuaram operando normalmente, não interromperam suas atividades delituosas".

Dois dias depois, o Ministério Público Federal denunciou 39 pessoas, incluindo Nilton Cezar Servo e Dario Morelli Filho, o compadre de Lula. Vavá, porém, para surpresa dos policiais federais que conduziram as investigações, acabou sendo poupado.

Deixaram de fora o irmão do presidente.

Capítulo 15

Duas tragédias, apagão aéreo e corrupção na Infraero. Compadre de Lula ganhou milhões

Antes mesmo da primeira tragédia aérea da era Lula, na qual perderam as vidas todos os 154 passageiros e tripulantes do avião da empresa Gol que caiu no Mato Grosso em 29 de setembro de 2006, a crise no setor da aviação já incomodava o governo do PT. E não por conta dos problemas no controle do tráfego aéreo, uma das possíveis causas do desastre com o avião da Gol. Era por corrupção. O TCU (Tribunal de Contas da União) divulgara, quase um ano antes, relatório com irregularidades em contratos de publicidade e informática da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), a estatal federal encarregada de administrar 67 aeroportos no País.

Em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), os dispêndios da Infraero com propaganda foram de R$ 2,5 milhões. Dois anos depois, já nos tempos de Lula, a gastança alcançou os R$ 15,3 milhões. Técnicos do TCU identificaram contratos sem licitação e ausência de pesquisas de preço para evitar superfaturamento nos serviços. A agência de publicidade encarregada dos trabalhos, a Signo Comunicação, era de Anderson Pires, conhecido pelas ligações com o partido do presidente da República. Ele recebeu R$ 10 milhões para fazer a propaganda da Infraero. Após assinar o contrato com a estatal, aliás, Anderson Pires foi trabalhar na campanha do candidato petista Avenzoar Arruda à Prefeitura de João Pessoa.

A crise nos aeroportos chegou a tal ponto que a oposição apelou ao STF (Supremo Tribunal Federal) para constituir a CPI do Apagão Aéreo em março de 2007, tantas foram as manobras da base aliada de Lula para impedir os trabalhos de investigação. A CPI acabou instalada, mas em setembro daquele ano a tropa de choque que defendia os interesses da administração do PT impediu a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, um ex-senador do PTB, amigo de Lula, que se transferira para o PT e fora eleito deputado federal. Ele era suspeito, entre outras irregularidades, de envolvimento no superfaturamento de obras no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o mais movimentado do País.

Quando Lula assumiu, em 2003, os gastos federais com a Infraero eram inferiores a R$ 400 milhões por ano. Três anos depois, já beiravam os R$ 900 milhões. O temor pelos desdobramentos da CPI, entre outros motivos, vinha da eventual exposição do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, que trabalhava para empresas do setor aéreo. Motivos não faltavam.

O TCU decidiu reduzir em R$ 100 milhões a estimativa de gastos para a construção do terceiro terminal de passageiros do aeroporto internacional de Guarulhos (SP), o mais importante do País. Havia suspeitas de irregularidades em obras nos aeroportos de Viracopos (Campinas, SP), Salgado Filho (Porto Alegre) e Santos Dumont (Rio). No Espírito Santo, teriam mandado construir uma pista que dava de frente com um morro, o que a inviabilizou. Parece piada. Em Recife, a questão era de superfaturamento na compra de obras de arte para embelezar o terminal do aeroporto da pobre capital pernambucana.

Em agosto de 2008, o TCU trabalhava com levantamentos que indicavam superfaturamento de contratos da ordem de R$ 3 bilhões em obras da Infraero em nove aeroportos do País. Dois meses depois, a estatal revogaria licitação para a construção do novo terminal do aeroporto de Guarulhos. É que o TCU apontara um sobrepreço de R$ 83,5 milhões nas obras das pistas, do pátio, do sistema viário e de drenagem. Por ora, o aeroporto não seria mais ampliado.

Mas voltemos no tempo. Nas vésperas do Natal de 2003, o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, participou de reunião em que ficou definida a contratação da empresa na qual já trabalhara a filha de um diretor Comercial da Infraero, José Wellington Moura. A FS3 Comunicação e Sistemas foi escolhida para fornecer "sofisticado" programa de computador, pela bagatela de R$ 26,8 milhões. A CGU (Controladoria-Geral da União) decidiu investigar eventual favorecimento e o contrato acabou suspenso por determinação do TCU. A empresa beneficiada tinha sido constituída apenas quatro meses antes da assinatura do contrato, mas mesmo assim a Infraero dispensara licitação pública alegando a "notória especialização" da contratada.

O *software* deveria controlar a publicidade veiculada nos aeroportos, mas funcionou precariamente por apenas dez meses. Em consequência das falhas no sistema, teriam ocorrido desvios milionários de recursos de propaganda. Desvendado o caso, o diretor José Wellington Moura foi demitido.

Estimou-se que a falta de controle sobre a comercialização de espaços publicitários nos aeroportos brasileiros implicaria, anualmente, desvios de cerca de R$ 100 milhões. A Infraero deveria receber, por exemplo, R$ 1 de participação por cada propaganda instalada em carrinho de transporte de bagagem. Mas não haveria controle sobre os R$ 42 efetivamente cobrados por aquele espaço publicitário. Segundo a CGU, existiriam dois contratos. Um para registrar os valores inferiores, que era usado para os repasses oficiais das empresas de publicidade. E um outro com os valores verdadeiros. Este, com os custos de fato cobrados dos anunciantes, seria um contrato "de gaveta".

Outro negócio suspeito: para adquirir uma frota de 79 ônibus, a Infraero decidiu contratar a empresa Brasília Motors no início de 2007. Pagaria R$ 631 mil por veículo. Total do negócio: R$ 49,8 milhões. O problema é que a NVR/Busdcar ofereceu os mesmos ônibus por R$ 366 mil a unidade, o que daria R$ 28,9 milhões. Uma diferença de quase R$ 21 milhões. Mesmo assim, a Infraero preferiu a empresa mais cara. A compra acabaria cancelada.

Em outra transação suspeita, um terreno de 240 mil metros quadrados do Governo do Distrito Federal seria vendido ao aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília. O negócio envolveria Josenvalto Reis, assessor da Infraero, e o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF). Roriz, diga-se de passagem, renunciaria em seguida, por outros motivos, para evitar a possível cassação do mandato. De qualquer forma, o objetivo dos autores da empreitada, conforme o que foi apurado, era usar o terreno, no final, para um empreendimento imobiliário. A jogada renderia até R$ 160 milhões, mas terminou cancelada.

Em mais uma maracutaia envolvendo a administração do aeroporto de Brasília, a CGU considerou irregular um contrato da Infraero com a Shell do Brasil, por meio do qual cederam, sem licitação, uma área para a comercialização de combustíveis. Se não bastasse, o posto favorecido ainda teria vendido gasolina adulterada.

Por essas e outras, a CGU abriu investigação para apurar casos de enriquecimento ilícito de diretores e ex-dirigentes da Infraero. Cinco diretores da estatal chegaram a ser afastados, sem contar o ex-presidente Carlos Wilson, que saiu para disputar vaga na Câmara dos Deputados e obter imunidade parlamentar pelo PT de Pernambuco. Ele morreu de câncer em 2009. Em seu lugar havia assumido o comando da Infraero o brigadeiro José Carlos Pereira, apontado como afilhado de Lula, por conta da amizade de sua ex-mulher com a primeira-dama, Marisa Letícia. Lula politizou os cargos da Infraero. A direção dos aeroportos de Guarulhos e Congonhas, por exemplo, teria sido ocupada por indicação do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Em 17 de julho de 2007, o maior desastre aéreo da história do País tirou a vida de 199 pessoas. Um avião da empresa TAM, com 176 pessoas a bordo, explodiu ao se chocar com um prédio, após tentativa frustrada de parar na pista molhada e escorregadia do aeroporto de Congonhas. Depois de um ano ficou comprovado, entre outras coisas, que a textura do asfalto da pista de Congonhas estava abaixo do padrão mínimo de segurança. A tragédia ocorrera 17 dias após a abertura da pista principal do aeroporto, que fora liberada ao tráfego sem o grooving, as ranhuras que ajudam a escoar as águas e aumentar o atrito dos pneus das aeronaves, em dias de chuva.

Recorda-se que o aeroporto de Congonhas havia passado recentemente por obras, mas nos salões de embarque que acomodavam lojas e davam conforto aos passageiros. Os usuários ganharam novas e eficientes escadas rolantes para se movimentar no terminal. Embora a pista auxiliar já tivesse sido reformada, as obras na pista principal sofreram atrasado de pelo menos um ano e meio. Dois meses antes do desastre com o avião da TAM a própria Infraero decidiu abrir auditoria para apurar as razões da demora. Por conta desse retardamento, a estatal assinou contrato emergencial de R$ 20 milhões, sem concorrência pública, para reformar a pista. Ficou a dúvida: será possível que funcionários da Infraero agiram deliberadamente para protelar a obra, a fim de alegar depois a urgência da reforma e dispensar a licitação pública?

Importante ressaltar, ainda, que as obras de R$ 188 milhões realizadas em Congonhas, conforme levantamento do TCU, teriam diversas irregularidades, como sobrepreço de até 252% e superfaturamento de quase R$ 13 milhões. A ponte de embarque de passageiros, por exemplo, foi comprada por R$ 2,2 milhões, apesar de o preço de mercado indicá-la por R$ 630 mil. A Infraero pagou R$ 62,45 por cada "forma plana para peça pré-moldada", enquanto o valor de referência, apurado pelo TCU, era de R$ 29,91. Pelo concreto estrutural com especificação "fck 20", a estatal federal despendeu R$ 568,65. O preço apontado pelo TCU não ultrapassaria os R$ 316,67.

A CPI do Apagão Aéreo no Senado concluiu os trabalhos em outubro de 2007, com um relatório de 1.102 páginas. Acusou o desvio de R$ 500 milhões em obras de dez aeroportos brasileiros, no período de quatro anos do governo Lula. Alguns empreendimentos, contratados pela Infraero, chegaram a ser superfaturados em até 400%. Conforme os trabalhos da CPI, 23 dirigentes da estatal federal e 14 empreiteiras poderiam ser responsabilizados. O ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, seria o chefe do esquema de corrupção. Na gestão dele a Infraero conduziu licitações no valor de R$ 3 bilhões.

Os maiores desvios foram detectados nos aeroportos de Guarulhos, Macapá, Vitória e Santos Dumont, onde os superfaturamentos alcançariam, respectivamente, R$ 254 milhões, R$ 52 milhões, R$ 44 milhões e R$ 41 milhões. Houve quantificação dos desfalques, ainda, nos aeroportos de Goiânia, Salvador, Congonhas e Viracopos, com os seguintes valores: R$ 35,7 milhões, R$ 28,4 milhões, R$ 12 milhões e R$ 3,5 milhões, respectivamente. A tropa de choque governista acabou frustrando os trabalhos. Aprovou relatório final de apenas 22 páginas. Retirou pedido de indiciamento de Carlos Wilson e de outros nove funcionários graduados da Infraero, sendo que três deles haviam sido exonerados por justa causa por recomendação da CGU.

Para moralizar a Infraero, o ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB-RS), determinou o corte de 98 funcionários de "confiança" que ingressaram na estatal por indicação política. As exonerações ocorreram em junho de 2009 e incluíram, entre outros, um irmão e uma cunhada do líder do governo

no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a ex-mulher do líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), e apadrinhados do ministro das Relações Institucionais, José Múcio (PTB-PE), e do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Segundo Jobim, os demitidos eram "jabutis no galho":

- Se está lá é porque alguém botou, porque jabuti não sobe em árvore.

Em setembro de 2009, a Polícia Federal preparava ação de busca e apreensão em algumas das maiores empreiteiras do País, investigadas por fraudes em licitações, tráfico de influência, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva em obras em aeroportos contratadas pela Infraero. As informações sobre a operação vazaram e os trabalhos foram prejudicados.

A Polícia Federal também detectou evidências de formação de cartel em licitações conduzidas pela Infraero para serviços de inspeção de bagagem, controle de entrada de passageiros, limpeza de terminais, reboque de aeronaves, movimentação e proteção de carga e, finalmente, para despacho operacional de voos nos aeroportos. Ou seja, não ficava nada de fora.

De acordo com a denúncia, empresas combinariam resultados de pregões eletrônicos e alternariam entre si os contratos para celebrá-los pelos preços máximos. Com a anuência de funcionários da Infraero e da Anac, a organização excluiria competidores por meio de editais direcionados e uso abusivo do instrumento da dispensa de licitação. Trecho do inquérito policial:

"Conforme se depura, existe forte indício de restrição ao caráter competitivo do certame, direcionamento da licitação e formação de cartel."

As obras de reforma e ampliação do aeroporto de Congonhas levaram o Ministério Público Federal em São Paulo a entrar com ação civil pública contra 11 funcionários da Infraero e dirigentes de empreiteiras, em dezembro de 2009. A procuradora Suzana Fairbanks Lima de Oliveira denunciou direcionamento em licitação, sobrepreço de materiais e superfaturamento. Somente dois aditivos acrescentaram R$ 37,5 milhões ao valor inicial das obras. A procuradora criticou a demora de 18 meses para reformar a pista principal, que estava em situação crítica. Trecho da ação que aborda a contratação de obras em caráter de emergência em Congonhas:

"Não se questiona aqui a configuração da situação emergencial. O que se busca comprovar é a omissão dos responsáveis da Infraero na adoção de medidas administrativas voltadas à solução dos problemas da pista principal que, se tomadas em tempo hábil, não teriam ensejado o surgimento da situação emergencial."

Os escândalos aéreos atingiram o compadre de Lula, advogado Roberto Teixeira. Em entrevista aos repórteres Mariana Barbosa e Ricardo Grinbaum, publicada em 4 de junho de 2008 pelo jornal O Estado de S. Paulo, Denise Abreu, ex-diretora da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), denunciou ter sido pressionada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT-RS), e pela secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, para facilitar a venda da VarigLog, empresa de cargas da companhia Varig. Os compradores eram o fundo de investimento norte-americano Matlin Patterson em sociedade com três brasileiros que constituíram a Volo do Brasil.

O advogado Roberto Teixeira representava interesses dos compradores da VarigLog. Denise Abreu relatou que a advogada Valeska Teixeira, filha de Roberto Teixeira, de quem Lula era padrinho de casamento, circulava livremente pela Anac. Para Denise Abreu, Valeska Teixeira era truculenta:

- Ela liga direto da reunião para o pai. Sabe pressão psicológica? Ao fim da reunião, acompanhada pelo esposo, ela diz: "Agora temos de ir embora porque papai já está no gabinete do presidente Lula".

O problema estaria num rol de exigências de Denise Abreu para comprovar a origem do capital envolvido no negócio. A legislação brasileira vedava a estrangeiros o controle de mais de 20% das

empresas aéreas nacionais. Havia a suspeita de que os três brasileiros pudessem ser laranjas dos investidores do fundo americano. A então diretora da Anac teria sido pressionada, após exigir por ofício informações complementares sobre a situação econômica dos sócios brasileiros. Declaração de Denise Abreu:

- Logo que expedi esse ofício, a senhora Valeska Teixeira, filha de Roberto Teixeira, foi à Anac, no Rio. Teve uma reunião bastante calorosa com o superintendente de serviços aéreos e, aos gritos, dizia que queria falar comigo. Na ocasião, pedi para levá-la à minha sala. Ela disse que divergia dos termos do ofício, que era muito amiga do ministro José Dirceu e afilhada do presidente da República.

Denise Abreu também era ligada ao ex-ministro José Dirceu (PT-SP), que a levou para o governo Lula. Ela foi assessora jurídica do Ministério da Casa Civil no tempo em que José Dirceu comandou a pasta. Depois, foi transferida para a Anac. No caso do acidente com o avião da TAM em Congonhas, Denise Abreu foi denunciada por apresentar à Justiça, antes da tragédia, um laudo que liberava a pista principal do aeroporto, como se fosse um documento oficial da Anac. O laudo não estava vigor, era apenas um estudo.

Em novembro de 2008, a Polícia Civil de São Paulo chegou a anunciar o indiciamento de dez pessoas por crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo, sob a acusação de responsabilidade pelo acidente com o avião da TAM. Entre outros, a lista de indiciados trazia os nomes do ex-presidente da Infraero, José Carlos Pereira, do ex-presidente da Anac, Milton Zuanazzi, de Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro, diretor de segurança de vôo da TAM, e de Denise Abreu.

De acordo com o delegado de polícia Antonio Carlos Menezes Barbosa, a Infraero e a Anac liberaram de forma inadequada a pista de Congonhas. Ele se referiu a 11 incidentes ocorridos na véspera do acidente com o avião da TAM:

- Haveria a necessidade de medir o coeficiente de atrito. Pelo número de incidentes da véspera, seria prudente interditar a pista para fazer esses exames.

Dias depois, a Justiça proibiu os indiciamentos. O juiz Hélio Narvaez, da 1ª Vara Criminal do Fórum do Jabaquara, situado nas proximidades do aeroporto de Congonhas, entendeu que a divulgação dos nomes, antes do indiciamento formal, violou os direitos individuais dos citados. Eles deveriam contar com inocência presumida até a culpa ser comprovada. Os eventuais indiciamentos ficariam para o Ministério Público, na fase processual, caso os promotores denunciassem o caso à Justiça.

De qualquer forma, no caso da venda da VarigLog, Denise Abreu contou aos repórteres que a ministra Dilma Rousseff pediu para não se exigir a comprovação da origem do capital ou declarações de Imposto de Renda dos brasileiros que participavam do grupo interessado em comprar a VarigLog. Assim, Dilma Rousseff teria protegido a sociedade representada por Roberto Teixeira. Da entrevista de Denise Abreu:

- Numa reunião, a ministra se insurgiu contra as duas exigências dizendo que isso não era da alçada de uma agência reguladora, mas do Banco Central e da Receita. Falou que era muito difícil fazer qualquer tipo de análise tentando estudar o Imposto de Renda dos sócios da Volo porque era comum as pessoas no Brasil sonegarem imposto. Ela disse que nunca seria revelado como se deu a entrada desse dinheiro no País, porque poderia haver um contrato de mútuo entre as empresas e que esse contrato, de gaveta, nunca apareceria.

O jornal também ouviu Marco Antonio Audi, um dos empresários brasileiros que integravam a sociedade compradora da VarigLog. Quando concedeu a entrevista, ele e os outros brasileiros estavam afastados da direção do negócio por decisão da Justiça, em meio a uma disputa comercial com o fundo Matlin Patterson, representado pelo chinês Lap Wain Chan. Marco Antonio Audi afirmou ter feito pagamentos num total de US$ 5 milhões a Roberto Teixeira, o compadre de Lula, para ele cuidar do

caso. Com o litígio, Teixeira teria se bandeado para o lado do fundo norte-americano. Antes do litígio, porém, o compadre de Lula "resolveu tudo" para Marco Antonio Audi:

- Não sei o que o Roberto Teixeira negociou. Eu só sei que investi nele, ele tinha de trazer resultados e trouxe.

- **Sua influência foi decisiva?**

- Cem por cento decisiva.

- **Como era o poder dele? Onde ele era mais influente? Na Anac, no Planalto?**

- Ele me apresentou a várias pessoas. Ao presidente da República, à ministra Dilma Rousseff, ao ministro Waldir Pires, ao Luiz Marinho.

- **Qual o propósito das visitas?**

- Ele dizia que era importante conhecer fulano de tal. Eu pegava o avião e ia lá. Conversava, falava das nossas intenções. Eram encontros 100% formais.

- **Ele demonstrava intimidade com ministros?**

- Muita. Não é pouco. Chegava nos ministérios e era reconhecido na recepção. Mandavam subir. Ele tentou várias vezes ter conversa atravessada comigo. Mas neguei todas as investidas. Hoje vejo que era minha inocência. Mas eu nunca deixei ninguém chegar perto da gente. Nossa contabilidade, da Volo, VarigLog e Varig, está aberta para qualquer um.

Em outra parte da entrevista, Marco Antonio Audi falou da empresa Voloex. O chinês Lap Wain Chan recorreu à Justiça para que esta nova empresa assumisse a parte dos brasileiros na VarigLog. De Audi:

- A Voloex é uma empresa que foi alaranjada pelo Lap com a ajuda do Roberto Teixeira. Está tudo em uma investigação policial. Eles compraram uma empresa de Santana do Parnaíba (SP), mudaram a razão social, transferiram a sede para a rua Padre João Manuel, mesma rua do escritório de Roberto Teixeira, e colocaram a irmã do Lap como sócia. Agora, vejam vocês, o Roberto Teixeira, que tanto defendeu a parte nacional e convenceu a Anac que nós não éramos laranjas, ajudou o Lap a criar uma empresa de laranjas para nos substituir. Gozado isso. E, se o Teixeira hoje diz para o cliente dele que nós somos laranjas, então ele sabia desde lá de trás que nós éramos laranjas? Ou ele agiu em nome do governo ou estava enganando o governo.

- **Quem está acusando vocês de serem laranjas?**

- O Lap. Sob a orientação de quem? Um cara como o Roberto Teixeira é um estrategista. Se você falar alguma coisa para ele que ele não queira, ele vira as costas e vai embora. Eu tive de brigar com ele várias vezes. Ele é deus. O que ele quer tem de ser feito ou você não contrata ele.

- **Você disse que tinha muito medo do Roberto Teixeira. Por quê?**

- Pelo poder que ele tem. Onde? No governo, na Justiça. As verdades vão aparecer. Talvez seja tarde, e eu esteja morto. Não morto, morto. Mas morto empresarialmente.

A Varig, a mais tradicional companhia aérea brasileira, estava à beira da falência no início da era Lula. Tinha dívidas estimadas em R$ 7 bilhões. Foi separada em duas empresas. Uma, a parte "podre", ficou com as dívidas. A outra, "saudável", foi comprada pela VarigLog, por US$ 24 milhões. Teixeira se vangloriou, conforme carta escrita por ele e endereçada a Audi, de ter livrado a VarigLog "das dívidas

trabalhistas da Varig, coisa que a muitos parecia impossível". Meses depois, também com intermediação de Teixeira, a VarigLog revendeu a Varig "saudável" à empresa Gol, por US$ 320 milhões.

Mas voltemos aos US$ 5 milhões que teriam sido pagos por Marco Antonio Audi a Roberto Teixeira. O advogado negou ter posto a mão na dinheirama. Repetiu, várias vezes, que os valores eram inferiores aos mencionados. Duas semanas após à entrevista de Denise Abreu, Teixeira deveria dar explicações sobre o caso à Comissão de Infraestrutura do Senado. O Palácio do Planalto articulou e conseguiu cancelar o depoimento. Lula, aliás, designou seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho (PT-SP), para defender o Governo Federal das denúncias de Denise Abreu. Em Brasília, Teixeira foi questionado por repórteres. O compadre disse que, em vez de US$ 5 milhões, seu escritório de advocacia recebera entre US$ 300 mil e US$ 350 mil. Muito bem.

Dois dias depois, a reportagem de O Estado de S. Paulo obteve documentos da VarigLog e da Varig com informações de que Teixeira pusera as mãos em R$ 7,1 milhões, ou seja, US$ 3,2 milhões ao câmbio da época, em troca dos serviços prestados à VarigLog. Isso sem contar outros US$ 682 mil que ainda eram cobrados por outros trabalhos. Teixeira teve de admitir que os US$ 3,2 milhões eram mesmo os honorários recebidos. Explicou que os tais "US$ 300 mil a US$ 350 mil" divulgados anteriormente diziam respeito apenas ao período de abril a junho de 2006. O compadre de Lula foi além: os contratos de seu escritório com a VarigLog, com honorários, custas judiciais e outras despesas, poderiam alcançar a cifra de US$ 5 milhões.

Reportagem de Rubens Valente e Iran Alves, publicada na Folha de S.Paulo, revelou em 24 de junho de 2008 que dois filhos de Lula, Marcos Cláudio Lula da Silva e Sandro Luís Lula da Silva, abriram a Flexbr Tecnologia, uma empresa de tecnologia da informação. A sede do negócio, em São Bernardo do Campo (SP), ficava a dois quilômetros da casa de Lula. O imóvel registrado como sede da Flexbr Tecnologia, um sobrado de 200 metros de área construída, sete salas e três banheiros, era de propriedade da empreiteira Mito Empreendimentos, fundada por Teixeira. A empresa estava registrada na época em nome da mulher e da filha do advogado, Elvira Angelina e Valeska Teixeira. Mais: a ampla reforma executada no imóvel, sede da empresa dos filhos de Lula, havia sido contratada pela Mito Empreendimentos. A Presidência da República e Teixeira recusaram-se a comentar o assunto.

A parceria Lula/Teixeira também teria beneficiado outro filho do presidente, Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha". O compadre do presidente representou Lulinha em processo movido contra a revista Veja e Alexandre Paes dos Santos, conhecido como o lobista APS. Em 2006, a revista publicou que Lulinha praticara tráfico de influência a partir do escritório de APS em Brasília. Conforme Veja, Lulinha e seu sócio Kalil Bittar na empresa Gamecorp estariam fazendo *lobby* em favor da Telemar. Os dois teriam consultado o então secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, sobre eventual obstrução legal para que a Telemar comprasse a concorrente Brasil Telecom. A empresa de jogos eletrônicos Gamecorp recebeu investimento superior a R$ 10 milhões da Oi (ex-Telemar).

Ao caso VarigLog: Roberto Teixeira reuniu-se seis vezes com Lula no Palácio do Planalto, apesar de os encontros não terem sido anunciados nem divulgados. Foram reuniões "cordiais", como definiu o compadre do presidente, e não fizeram parte da agenda oficial de Lula, apesar de três encontros terem acontecido em momentos delicados do processo de venda da VarigLog para o fundo Matlin Patterson e os sócios brasileiros, e no período que antecedeu a venda da Varig à Gol.

A visita de Teixeira a Lula em 22 de agosto de 2006 foi anterior à obtenção do certificado concedido pela Anac, que autorizava a Varig a voar. Já as reuniões de 2 de janeiro e 16 de fevereiro do ano seguinte antecederam a venda da Varig para a Gol. Não sobravam obstáculos à frente de Teixeira. Lula e o compadre estiveram juntos no Palácio do Planalto, ainda, em 14 de abril de 2008. Não se sabe o que trataram.

Dois dos encontros entre Lula e Teixeira ficaram conhecidos. Num deles, em 15 de dezembro de 2006, o advogado levou os sócios da VarigLog para comemorar a autorização de voo concedida à Varig. No outro, em 27 de março de 2007, pouco mais de três meses depois, Teixeira foi fotografado, com os empresários Nenê Constantino e Constantino Jr., no elevador do Palácio Planalto. Era dia de comemorar com Lula a compra da Varig pela Gol.

Não foi só. A ministra Dilma Rousseff admitiu ter recebido Roberto Teixeira em pelo menos duas ocasiões, de forma reservada, no Ministério da Casa Civil. Ela reconheceu que os encontros tiveram caráter extraordinário, pois não costumava atender advogados de empresas com interesse em decisões de governo. As reuniões não fizeram parte da agenda pública de Dilma Rousseff e trataram da venda da Varig. Num dos encontros, Valeska Teixeira, afilhada do presidente Lula, também esteve presente.

Dilma Rousseff não quis se manifestar sobre a ligação entre Lula e Teixeira. Perguntada se poderia ter havido algum impedimento para a atuação do advogado na operação de venda da Varig, afirmou:

- Eu vou pedir por favor. Eu não vou responder sobre essa questão.

E arrematou, para não deixar dúvidas:

- Não tenho o que responder sobre advogado nenhum. E não vou responder.

Para registrar: seis meses após a autorização do negócio com o fundo norte-americano Matlin Patterson e os sócios brasileiros, transação corroborada por Dilma Rousseff, a Anac admitiu ter errado ao endossar a transferência da VarigLog para a Volo do Brasil, pois o controle desta empresa por grupo estrangeiro era irregular perante a legislação brasileira. Em outras palavras: a Anac aprovou a compra da VarigLog pela Volo apenas com base nas informações prestadas pela pretendente. Não analisou quaisquer outros laudos.

Dois ex-diretores da Anac confirmaram que Dilma Rousseff e sua secretária-executiva, Erenice Guerra, agiram para acelerar a tramitação da venda da Varig para a Volo do Brasil. Do ex-diretor Leur Lomanto:

- A ministra e Erenice diziam que a gente criava dificuldades. Não sei se chamaria isso de pressão, mas o problema é que queriam culpar a Anac pela quebra da Varig. Acho que advogados e representantes da empresa diziam algo ao Planalto, mas a realidade era outra. Eles não cumpriam as exigências.

Segundo o ex-diretor Jorge Velozo, o Palácio do Planalto se mobilizou para acelerar a venda da Varig:

- Evidentemente, nós também achávamos que o processo tinha que andar. A Varig era uma preocupação nacional. Mas tinha que ser dentro da legalidade e da segurança.

A Justiça de São Paulo determinou a apreensão do passaporte do chinês Lap Wain Chan em 9 de abril de 2008, depois de flagrada uma tentativa de transferência de um saldo de mais de US$ 80 milhões de conta bancária da VarigLog na Suíça para a Volo Logistics, uma subsidiária do fundo Matlin Patterson. A investida para sacar o dinheiro teria sido feita por meio de ordem de transferência enviada por fax do escritório de Roberto Teixeira.

O juiz da 17ª Vara Cível de São Paulo, José Paulo Magano, considerou a tentativa de sacar o dinheiro uma afronta à ordem judicial que já havia negado a transferência, solicitada anteriormente. Para o juiz, os recursos deveriam ser investidos na própria VarigLog. O juiz José Magano decidiu aplicar multa milionária e solicitou à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar Lap Wain Chan, Teixeira e Marco Antonio Audi. Empresas do compadre de Lula teriam dívidas superiores a R$ 2 milhões com a União, conforme laudos em poder da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

A amizade entre Lula e Roberto Teixeira vinha da década de 70. O advogado era padrinho de Luís Cláudio, o filho mais novo do casal Lula e Marisa Letícia. O presidente, por sua vez, era padrinho de casamento de Valeska Teixeira, filha de Teixeira. No caso da compra da VarigLog e da Varig, Audi relatou que quando Valeska Teixeira queria impressionar alguém, pegava o telefone e "ligava" para dizer que iria passar o final de semana "na casa do Dindo", numa referência ao padrinho dela, o presidente Lula.

Em 1989, Teixeira emprestou uma casa para Lula morar em São Bernardo do Campo. Lula ficou no imóvel, sem pagar aluguel, até 1997. Em 1993, o secretário de Finanças de São José dos Campos, Paulo de Tarso Venceslau, denunciou desvio de dinheiro em prefeituras do PT, num esquema comandado por Teixeira. O caso terminou com a expulsão de Venceslau do PT.

Roberto Teixeira foi quem cuidou de introduzir legalmente o apelido "Lula" ao nome oficial de Luiz Inácio, quando o então sindicalista resolveu seguir carreira política. Em 1993, Lula teria coordenado uma caixinha de R$ 400 mil para pagar o resgate de um sobrinho de Teixeira que havia sido sequestrado. Pode-se dizer que a ascensão de Lula se deu junto à de Teixeira.

Depois de morar na casa de Teixeira, Lula comprou três apartamentos. A cobertura onde mora em São Bernardo, no edifício Green Hill, e mais dois apartamentos menores no edifício Kentucky, na mesma cidade. Todos os imóveis passaram pelas mãos de Teixeira antes de ser transferidos a Lula.

Para justificar a aquisição da cobertura, Lula alegou as vendas de um automóvel a Teixeira, transação rumorosa que não ficou bem explicada, e de um terreno herdado por Marisa Letícia que, na verdade, só seria vendido quase quatro anos após a compra do apartamento. O construtor do edifício Green Hill, por outro lado, teria sido beneficiado pela revogação de um processo de desapropriação, documento assinado por Djalma Bom, um ex-colega de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos, na época prefeito interino de São Bernardo.

Além de Roberto Teixeira, outro nome fez parte dos negócios de Lula com imóveis em São Bernardo do Campo. É o de Antonio Celso Cipriani, um ex-agente da Polícia Federal, dono da falida empresa aérea Transbrasil. Teixeira casou com uma filha do antigo dono da Transbrasil, Omar Fontana. Assim chegou ao Conselho de Administração da empresa.

Quando o PT festejou a conquista da Presidência da República em 2002, Teixeira levou Antonio Celso Cipriani para o palanque montado na avenida Paulista, em São Paulo. O dono da Transbrasil participou do comício da vitória ao lado de Lula. Em 2003, Teixeira teria atuado junto ao relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), para evitar a quebra do sigilo bancário e fiscal de Cipriani. Havia a suspeita de que o dono da Transbrasil movimentara cerca de US$ 100 milhões no exterior, enquanto a companhia aérea amargava um passivo de R$ 1 bilhão.

Uma das maiores e certamente a mais polêmica ação da Polícia Federal na era Lula foi a Operação Satiagraha, deflagrada em 8 de julho de 2008. A investigação começou a partir do escândalo do mensalão. A CPI dos Correios apurou que a Telemig Celular e a Amazônica Celular, empresas controladas pelo grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, estavam entre as principais alimentadoras do chamado valerioduto. As duas teriam injetado R$ 152 milhões nas agências de publicidade de Marcos Valério, que eram as responsáveis por irrigar o esquema de corrupção. Dantas tentou se aproximar de Lula e do PT já em 2003. Pretendia influenciar os investimentos de fundos de pensão de empresas estatais e manter o controle da Brasil Telecom.

A ação prendeu Daniel Dantas, o megainvestidor Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta. No total, 24 pessoas tiveram as prisões temporárias e preventivas decretadas. A Polícia Federal investigava crimes de gestão fraudulenta, formação de quadrilha, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e uso de informações privilegiadas. Apenas um dos fundos de investimento de Daniel Dantas, acusado de manipular recursos irregulares, teria recebido US$ 2 bilhões entre 1992 e 2004. O

banqueiro foi acusado de manipular resultados contábeis, transferir recursos entre empresas de forma irregular e usar caixa 2.

Entre os presos estava um emissário de Daniel Dantas, cuja missão seria subornar um delegado da Polícia Federal com US$ 1 milhão para evitar a investigação de Daniel Dantas e de seus parentes. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal requisitaram formalmente a prisão do advogado e ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), conhecido pelas relações próximas com o presidente Lula. Apesar de ter sido acusado de envolvimento com a organização criminosa, a Justiça negou a prisão de Greenhalgh.

O relatório da Polícia Federal citou o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) e o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Advogado, Mangabeira Unger exerceu o cargo de *trustee* (procurador) da Brasil Telecom, empresa ligada a Daniel Dantas. O relatório também apontou as atividades do publicitário Guilherme Henrique Sodré Martins, o "Guiga", conhecido como amigo do governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). Ele seria peça importante no organograma de Daniel Dantas.

Outros três nomes vieram à tona com a Operação Satiagraha: Sigmaringa Seixas, ex-deputado (PT-DF), advogado e amigo de Lula; Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula; e Roberto Teixeira, advogado e compadre do presidente. Se já não bastasse, Lula tinha outro motivo para se preocupar: o caso poderia resvalar no filho Fábio Luís Lula da Silva, o "Lulinha", que cogitou fazer uma sociedade entre a empresa dele, a Gamecorp, e Dantas.

Na casa de Hugo Chicaroni, a Polícia Federal aprendeu R$ 1,3 milhão em dinheiro vivo. Ele foi preso por participar, com Humberto José da Rocha Braz, ex-presidente da Brasil Telecom, da tentativa de suborno do delegado Vitor Hugo Rodrigues Alves Pereira. O policial fazia parte da equipe do delegado Protógenes Queiroz, responsável pelas investigações, e teria recebido a oferta de US$ 1 milhão num restaurante do bairro de Santa Cecília, em São Paulo.

Gilberto Carvalho admitiu ter se reunido três vezes em 2008 com Luiz Eduardo Greenhalgh, no Palácio do Planalto, e reconheceu que Greenhalgh, apontado pela Polícia Federal como lobista de Dantas, aproveitou um dos encontros para pedir informações sobre uma suposta investigação conduzida pelo governo acerca de Humberto José da Rocha Braz, o homem de confiança de Dantas acusado de tentar subornar o delegado da Polícia Federal. Com a prisão decretada, aliás, Braz fugiu. Só foi se entregar cinco dias depois.

De qualquer forma, Gilberto Carvalho atendeu o amigo Greenhalgh. Depois, reconheceu publicamente ter acionado o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), ligado à Presidência da República, para informar Greenhalgh que não havia investigação em âmbito do GSI contra Braz. Greenhalgh teria alegado que o cliente fora abordado de forma suspeita no Rio de Janeiro. Eis um trecho da conversa mantida entre Gilberto Carvalho e Greenhalgh em 29 de maio de 2008. O chefe de gabinete de Lula fez a ligação. Mencionou a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Correa. Palavras de Gilberto Carvalho:

- O general me deu o retorno agora... É o seguinte, não há nenhuma pessoa designada na Presidência... na Abin... com esse nome, a placa do carro não existe, é fria, tá? Eles aqui acham que a única alternativa é que tenha sido caso de falsificarem documento... eles não consideram possível que seja da Abin, eu não falei com o Luiz Fernando ainda, mas não tem jeito... a Polícia Federal não usa a PM, eles não se misturam de jeito nenhum, tá?... Então eu acho que o mais provável é que o cara tava armando mesmo alguma coisa... Mas com documento falso, que também no Rio é muito comum, porque daqui não tem, eu pedi, insisti, fiz com o máximo cuidado tal.

Em seguida, Greenhalgh diz que "seria bom dar um toque no Luiz Fernando também". Reação de Gilberto Carvalho:

- Eu vou dá, eu vou dá, amanhã cedo eu tenho que falar com ele. Vou levantar isso daí também.

- **Tem um delegado chamado Protógenes Queiroz que parece que é um cara meio descontrolado.**

- Ele tá onde, o Protógenes, agora?

- **Aí, tá aí em Brasília.**

Note-se bem: Gilberto Carvalho levou informações de bastidores, da inteligência do Governo Federal, para o advogado de um acusado de fazer parte de uma organização criminosa. Em dezembro de 2008, a procuradora da República Ana Carolina Alves Araújo Romam abriu inquérito civil para apurar se Gilberto Carvalho usou o alto cargo federal para obter e passar informações a Greenhalgh. Ele foi inocentado.

Em relatório de 26 de junho de 2008, o delegado Protógenes Queiroz afirmou que Greenhalgh integrava "escalão especial" da organização criminosa, "travestido de advogado". Do inquérito: "Devido à sua condição anterior de ex-deputado federal e membro do PT, frequenta a ante-sala do gabinete da Presidência da República, buscando apoio para negócios ilícitos do grupo, notadamente no gabinete da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff e do chefe de gabinete da Presidência da República Gilberto Carvalho e intimamente próximo ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu".

De acordo com o delegado, Greenhalgh transitava nos "subterrâneos" dos gabinetes dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), "em busca de decisões favoráveis ao grupo". Fazia **lobby** junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Para não ser reconhecido, Greenhalgh era chamado nas conversas telefônicas entre os operadores de Daniel Dantas de "LEG", uma referência às iniciais de seu nome, ou de "Gomes". Greenhalgh teria recebido pelo menos R$ 650 mil da organização de Daniel Dantas.

Já a ministra Dilma Rousseff era tratada por "Margaret" pelos acusados, uma possível alusão à ex-primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher. Ela recebeu Greenhalgh duas vezes em audiências em 2008, e outras duas vezes em 2007. Nessas últimas, os encontros não constaram da agenda oficial de Dilma Rousseff. Conforme o apurado nas investigações, Greenhalgh queria da ministra aval para a fusão entre a Brasil Telecom e a Oi (Telemar). A criação da supertele era um negócio estimado em R$ 13 bilhões. A operação iria render cerca de R$ 1 bilhão a Daniel Dantas.

Agora, o grampo telefônico que interceptou diálogo entre Greenhalgh e o ex-deputado e advogado Sigmaringa Seixas (PT-DF), em 16 de maio de 2008. Necessário esclarecer que Sigmaringa Seixas, o "Sig", era frequentador da casa de Lula. Na conversa, o amigo do presidente foi tratado como "a melhor pessoa" para montar "uma estratégia de aproximação" entre o Palácio do Planalto e Daniel Dantas. Isso atenderia pedido do banqueiro. De Greenhalgh:

- Eu estou convencido, para o que eles querem, você é a melhor pessoa, entendeu? Pelo menos pra conversar, pra sentir, pra ver uma estratégia de aproximação.

Questionado pelo jornal Folha de S.Paulo, Sigmaringa Seixas "explicou" desta forma as palavras de Greenhalgh:

- Ele nunca me pediu qualquer tipo de aproximação. Você não vai encontrar nenhuma conversa minha, com quem quer que seja do governo, sobre isso.

O jornal insistiu no fato de que Greenhalgh usou a expressão "estratégia de aproximação". De Sigmaringa Seixas:

- Eu disse que não faria, entendeu? Eles queriam que eu... eu disse que não faria, foi isso que eu fiz. Eu liguei para o Greenhalgh, "bom, não tem como ver, só posso ver se existe na Justiça de Brasília". Sigmaringa Seixas arrematou, ao dizer que não se lembrava da conversa:

- Eu não sabia que o Greenhalgh estava procurando qualquer outro tipo de aproximação, mas eu não o estou criticando.

A agenda de Humberto Braz, acusado de tentar subornar o delegado da Polícia Federal, continha os nomes de Marcos Valério, que dispensa apresentação; Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil envolvido no escândalo do mensalão; Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular do Brasil; Duda Mendonça, marqueteiro de Lula; Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda; Roberto Teixeira, compadre de Lula; e do advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o "Kakay", amigo do ex-ministro José Dirceu.

Três anos depois de cassado, aliás, José Dirceu continuava ativo. A Polícia Federal interceptou ligação de Evanise Maria da Costa Santos, coordenadora de relações públicas da Secretaria da Administração da Presidência da República e apontada como namorada de Dirceu, marcando encontro entre o ex-ministro e Greenhalgh. O telefonema partiu da sala ocupada por Evanise Maria, no segundo andar do Palácio do Planalto, em 9 de maio de 2008. A reunião ocorreria no hangar da empresa TAM, no aeroporto de Brasília.

Kakay, o amigo de José Dirceu, teria recebido R$ 8,3 milhões de Daniel Dantas, conforme revelou auditoria interna da Brasil Telecom. Já o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, teria posto as mãos em R$ 1,2 milhão, de acordo com o mesmo levantamento. Os pagamentos a Teixeira começaram em 2003, três meses após a posse de Lula. Detalhe: nos dois casos, os auditores não teriam encontrado contratos ou comprovação de serviços. Os pagamentos se deram no período anterior a meados de 2005, no qual a Brasil Telecom era controlada por Dantas. Depois, fundos de pensão de empresas estatais obtiveram na Justiça o comando da empresa e decidiram realizar a auditoria.

Também teriam prestado serviços advocatícios a Dantas na Brasil Telecom os advogados José Luís Oliveira Lima, que depois se tornou advogado de José Dirceu, e o escritório Ráo, Cavalcanti e Pacheco Advogados, que tinha como sócio, até 2002, o ex-ministro da Justiça de Lula, Márcio Thomaz Bastos. Criado em 2004 na gestão do ministro Bastos, o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional) teria favorecido o grupo Opportunity ao suspender investigação sobre supostas aplicações de brasileiros num fundo localizado no paraíso fiscal das ilhas Cayman.

Em 2006, Dantas encontrou-se com Bastos na casa do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) em Brasília. Participaram da reunião o ex-deputado Sigmaringa Seixas e o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Eles conversaram sobre um suposto dossiê contra o presidente Lula e a cúpula do PT, que teria sido elaborado por Dantas. Naquele momento, o banqueiro era pressionado por fundos de pensão que tentavam retirar o Opportunity do controle da Brasil Telecom. José Eduardo Cardozo foi acusado de usar prerrogativas de deputado para defender Dantas.

A auditoria interna da Brasil Telecom também revelara que o ministro Roberto Mangabeira Unger, *trustee* de Dantas nos Estados Unidos, recebera cerca de US$ 2 milhões por serviços prestados. Ao assumir o cargo de ministro, Mangabeira Unger consultou a Comissão de Ética Pública para saber se poderia acumular os dois cargos. Apesar da negativa, teria demorado um ano para se desligar da ação judicial movida contra a Brasil Telecom, àquela altura já controlada por fundos de pensão de empresas estatais. Mangabeira Unger garantiu ter devolvido os US$ 2 milhões recebidos até 2005, mas admitiu que ganhou quantia superior a US$ 1 milhão nos "cinco a sete anos" que prestou serviços à Brasil Telecom.

Seis dias após a deflagração da Operação Satiagraha, já estava definido o afastamento do delegado Protógenes Queiroz, responsável pelas investigações. Motivo: a direção da Polícia Federal não fora

informada com antecedência do pedido de prisão do ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e tampouco tinha tido conhecimento das gravações das conversas telefônicas mantidas pelo chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. No mesmo dia entrou em férias o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Correa. Os delegados que conduziam as investigações, por sua vez, consideraram um boicote do comando da Polícia Federal a falta do reforço de 50 agentes solicitados para conduzir os trabalhos, com a finalidade de analisar cerca de uma tonelada de equipamentos e documentos apreendidos.

Lula chegou a avalizar o afastamento de Protógenes Queiroz. Depois, com a repercussão negativa, fez declaração pública para dizer que esperava que o delegado voltasse e concluísse o caso. Mas Protógenes Queiroz não foi reconduzido às investigações. Em 18 de julho de 2008, o delegado afastado denunciou a obstrução das investigações e afirmou ter sido obrigado a deixar o comando do inquérito por imposição da cúpula da Polícia Federal.

Capítulo 16

STF abriu processos contra 40 mensaleiros. José Dirceu foi acusado de corrupção ativa e formação de quadrilha

Dois anos e três meses após a divulgação da fita em que Maurício Marinho, alto funcionário dos Correios, pôs no bolso do paletó R$ 3 mil e com o gesto marcou o início do escândalo do mensalão, o STF (Supremo Tribunal Federal) começou o julgamento dos 40 políticos e empresários acusados de envolvimento com o esquema de corrupção, na maior denúncia criminal da história investigada pela corte suprema do País. Em 22 de agosto de 2007, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, sustentou a denúncia no plenário do STF. Para ele, "o mensalão não existiria se não tivesse integrantes do governo" envolvidos na maracutaia. Referindo-se diretamente ao ex-ministro José Dirceu (PT-SP), afirmou: "É fato público que Dirceu sempre teve e ainda tem grande importância nas decisões do PT".

O procurador-geral da República citou José Dirceu e os dirigentes do PT José Genoino, Delúbio Soares e Sílvio Pereira para dizer que os quatro líderes do partido do presidente da República "ditavam as diretrizes, tinham o comando do procedimento criminoso". Para Souza, "a promiscuidade com o poder é o caldo de cultura perfeito para a viabilidade de interesses escusos". O procurador-geral falou em "quadrilha" e "organização criminosa":

- Os autos revelam de forma incontroversa os repasses, especialmente para parlamentares, de elevadas quantias em espécie, muitas vezes entregues em hotéis, a beneficiários que nem conferiam os valores recebidos, dinheiro acondicionado em pastas, sacolas e em envelopes de grande porte, valores depositados em conta no exterior não declarada, mediante a utilização de doleiros e de empresa *offshore*.

Os quatro petistas foram denunciados por agirem no que Souza chamou de "núcleo central da organização criminosa", cujo objetivo era buscar apoio político de parlamentares, pagar dívidas partidárias e arcar com gastos de campanhas eleitorais do PT e de partidos da base aliada do presidente Lula. Ele qualificou o empresário Marcos Valério como o "principal artífice do procedimento criminoso". Lembrou um jantar que reuniu José Dirceu e Marcos Valério em 2004, como evidência de que os dois mantinham relação próxima. Deu como exemplo, ainda, um fato que envolveu Simone Vasconcelos, ex-diretora da SMPB, agência de publicidade de Valério:

- Os autos revelam uma fartura incrível de dinheiro em espécie que transitou por caminhos tortuosos. Era tanto dinheiro circulando de modo atípico que Simone Vasconcelos, em determinada oportunidade,

teve que pedir um carro-forte para transportar R$ 650 mil para a sede da empresa em Brasília, onde o montante foi repassado.

O procurador-geral acrescentou:

- Os repasses sempre à margem dos procedimentos bancários mais expedidos e mais seguros. Tal descrição, que é típica do submundo do crime, revela a rotina vivenciada pelos denunciados por muito tempo. Ao invés de valer-se dos mecanismos bancários mais ágeis e seguros, sempre se efetuava repasses de valores em espécie, acondicionados em pastas 007, em pacotes ou sacos de lona, em locais inadequados, tais como recepção e quartos de hotéis, bancas de revistas, ou mediante depósitos de contas no exterior, sempre com a máxima preocupação de impedir a identificação dos destinatários.

Na sustentação da denúncia, a menção ao caso Visanet, esquema por meio do qual dinheiro público do Banco do Brasil foi repassado a empresas de Marcos Valério e, em seguida, serviu para irrigar a corrupção:

- Foram recursos privados, oriundos de empresas com interesses patrimoniais escusos perante o governo, e dinheiro público, como no caso Visanet, as fontes que mantiveram ativo o ilícito sistema de transferência de recursos para parlamentares, dirigentes partidários e credores de partidos.

A denúncia foi corroborada por relatórios reservados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda), segundo os quais haveria indícios de operações suspeitas contra 27 dos 40 julgados pelo STF. Segundo reportagem de Andréa Michael, da Folha de S.Paulo, documentos do Coaf registraram que mensaleiros fizeram operações financeiras suspeitas para lavar R$ 1,2 bilhão entre 2001 e 2007.

Além disso, o Ministério Público do Distrito Federal propôs cinco ações de improbidade administrativa por mau uso do dinheiro público contra 35 dos 40 denunciados. Todos responderiam a processos civis por participação no esquema de compra de apoio político no Congresso. Entre os acusados estavam José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcos Valério, Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Anderson Adauto (PMDB-MG).

Em outra ação por improbidade administrativa, o Ministério Público do Distrito Federal decidiu processar o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) por enriquecimento ilícito e violação dos princípios de moralidade na administração pública. Ele foi acusado de ter recebido R$ 50 mil de Marcos Valério no Banco Rural, dinheiro sacado pela mulher do parlamentar. Em troca da propina, teria havido a contratação da agência SMPB pela Câmara dos Deputados, presidida na época por Cunha. A ação implicou também Silvana Paz Japiassu, assessora do deputado, que teria recebido de Marcos Valério passagens aéreas e hospedagens para ela e a filha.

Para completar, as supostas dívidas contraídas nos Bancos Rural e BMG para sustentar o chamado valerioduto, atualizadas em mais de R$ 100 milhões, não haviam sido pagas após mais de dois anos. Um indício de que não passavam mesmo de "pseudos-empréstimos", "empréstimos simulados" ou, em português claro, operações de lavagem de dinheiro para irrigar o esquema de caixa 2 que teria sido engendrado por lideranças do PT a fim de obter apoio e maioria no Congresso, favorecendo o governo Lula. Os empréstimos, portanto, teriam sido forjados e não faria sentido quitá-los.

Em 28 de agosto de 2007, o STF decidiu abrir processos criminais contra todos os 40 acusados pela Procuradoria-Geral da República. José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares foram acusados por corrupção ativa e formação de quadrilha, ou seja, por oferecer ou dar vantagens indevidas, e por associação em bando com o objetivo de cometer crimes. Outros dois ex-ministros de Lula também estavam entre os denunciados. Luiz Gushiken (PT-SP), da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, por peculato, ou seja, uso do cargo para fazer apropriação indevida, e Anderson Adauto

(na época no PL, atual PR), do Ministério dos Transportes, por corrupção ativa e lavagem de dinheiro, isto é, ocultar ou dissimular a origem criminosa de dinheiro ou bens.

Além dos cinco denunciados, mais dez se destacaram entre os demais. São os seguintes: Marcos Valério, Duda Mendonça, Roberto Jefferson, Silvio Pereira, João Paulo Cunha, Valdemar Costa Neto, José Janene, José Borba, Paulo Rocha e Henrique Pizzolato. Eis a relação dos outros 25 nomes: Pedro Corrêa, Pedro Henry, Bispo Rodrigues, João Magno, Emerson Palmieri, Romeu Queiroz, Jacinto Lamas, João Cláudio Genu, Enivaldo Quadrado, Breno Fischberg, Carlos Alberto Quaglia, Antonio Lamas, Ramon Hollerbach, Cristiano Mello Paz, Rogério Tolentino, Simone Vasconcelos, Geiza Dias, Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Ayanna Tenório, Vinícius Samarane, José Luiz Alves, Anita Leocádia, Professor Luizinho e Zilmar Fernandes.

Ao defender o processo contra José Dirceu, o ministro Joaquim Barbosa, relator do caso no STF, afirmou que o ex-ministro "era o mentor e o comandante supremo da trama, em que outros personagens faziam o papel de meros auxiliares". Do relator Joaquim Barbosa:

- Está suficientemente demonstrado na denúncia que José Dirceu seria o mentor, o chefe incontestável do grupo, a pessoa a quem todos os demais prestavam deferência.

José Dirceu, como ministro da Casa Civil, era o principal auxiliar do presidente Lula. Não há dúvida sobre isso. Mas ele não engendraria um esquema de tamanha complexidade, com o intuito de corromper parlamentares com dinheiro público, sem a anuência do chefe. Lula, aliás, foi o grande beneficiário da maioria forjada, que lhe deu apoio e votos no Congresso. Só Lula poderia ser considerado o "comandante supremo da trama", ou o "chefe incontestável do grupo", como definiu o ministro Joaquim Barbosa.

O STF aceitou investigar uma nova denúncia da Procuradoria-Geral da República, que não havia sido incluída anteriormente. De acordo com a acusação, dinheiro público repassado pelo Ministério do Esporte à agência de publicidade SMPB, de Marcos Valério, acabou na conta bancária de Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do deputado Paulo Rocha (PT-PA).

Funcionou assim: R$ 202 mil do Ministério do Esporte foram depositados em conta da SMPB no Banco do Brasil, em 16 de dezembro de 2003. Dois dias depois, houve transferência de R$ 200 mil daquele total para outra conta da SMPB, desta vez no Banco Rural. No mesmo dia, R$ 146 mil seguiram para uma segunda conta da SMPB, no mesmo Banco Rural. O destino do dinheiro seria ainda uma terceira conta da agência de publicidade, naquela agência do Rural. No mesmo 18 de dezembro, Anita Leocádia Pereira Costa sacou R$ 120 mil do total. Conforme a denúncia, o dinheiro que ficou com a petista era, originalmente, do Ministério do Esporte.

Também fez parte da denúncia da Procuradoria-Geral da República ao STF a acusação de Lúcio Bolonha Funaro, operador do mercado financeiro. Ele havia feito um acordo de delação premiada. Afirmou que, com outros dois doleiros, emprestou R$ 3 milhões ao então presidente do PL (atual PR), deputado Valdemar Costa Neto (SP). O dinheiro serviria para cobrir supostos gastos da campanha eleitoral do presidente Lula em 2002.

De acordo com Lúcio Funaro, Valdemar Costa Neto era beneficiário de uma conta secreta abastecida com dinheiro de propina no banco BCN de Nova York. O doleiro disse que tomou conhecimento dessa conta em 2002. Quem lhe contou foi Henrique Borenstein, ex-diretor do BCN, ao procurar dar garantias de que os R$ 3 milhões emprestados a Valdemar Costa Neto seriam mesmo devolvidos. Havia a conta secreta do BCN. De Henrique Borenstein:

- Fique tranquilo. Eu administro essa conta e ela tem um saldo de US$ 1,2 milhão. Se Valdemar não pagar, eu transfiro o dinheiro para você.

Conforme reportagem de Diego Escosteguy, na revista Veja, a conta em Nova York foi abastecida pelo pai de Valdemar, o ex-prefeito de Mogi das Cruzes (SP) Waldemar Costa Filho. Ele contraíra empréstimos do BCN para os cofres da administração municipal, no começo dos anos 90, a juros "muito acima" dos praticados no mercado. Da reportagem publicada em 29 de maio de 2009: "O pagamento pela camaradagem do prefeito, ou seja, a propina, era depositado na conta aberta por Borenstein em Nova York, cujo beneficiário era o filho, o deputado Valdemar Neto".

Em três depoimentos prestados entre novembro de 2005 e março de 2006, Lúcio Funaro disse ainda que José Dirceu poderia ter recebido R$ 500 mil de fundos de pensão. Trecho do depoimento:

"Que tem conhecimento de que o diretor-presidente e o diretor financeiro da Portus foram indicados por Dirceu; que essa transação envolveu um pagamento 'por fora', que não sabe se destinado ao próprio deputado ou ao PT, da ordem de R$ 500 mil."

O doleiro acusou o deputado José Mentor (PT-SP) de receber propina para livrar suspeitos que deveriam ser investigados pela CPI do Banestado, da qual José Mentor foi relator, em 2004. Funaro admitiu ter sido sócio oculto da empresa de fachada Guaranhuns, acusada de repassar dinheiro do mensalão.

Três meses após o início do julgamento do mensalão pelo STF, o procurador-geral anunciou novas provas baseadas em perícias do Instituto de Criminalística, da Polícia Federal. De acordo com Antonio Fernando de Souza, foi possível rastrear dinheiro público do Banco do Brasil, de forma a comprovar o uso de recursos do fundo Visanet no esquema de corrupção.

A denúncia criminal havia sido feita com base no depoimento de testemunhas. Com a conclusão dos trabalhos de perícia, ficou registrada a "dança" de R$ 73,8 milhões do Banco do Brasil para as agências de publicidade DNA e SMPB, de Marcos Valério, a partir da suposta determinação do ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Luiz Gushiken (PT-SP). Depois disso, o mesmo dinheiro público teria abastecido o valerioduto.

Conforme o laudo do Instituto de Criminalística, a DNA se apropriou indevidamente de pelo menos R$ 39,5 milhões do Banco do Brasil. O dinheiro lastreou empréstimos que engordaram o caixa 2 do PT. Os peritos fizeram uma varredura em números de contas bancárias, valores envolvidos, datas e locais das retiradas. Os R$ 39,5 milhões incluíram lucros em aplicações financeiras feitas com dinheiro antecipado pelo Banco do Brasil, serviços devidamente quitados sem que houvesse comprovação da execução dos trabalhos e honorários considerados exagerados.

Entre as operações irregulares, a DNA embolsou R$ 5,3 milhões ao obter deságios com fornecedores, desconto que deveria ter sido devolvido ao cliente. A autorização formal para depositar R$ 73,8 milhões da Visanet na conta da DNA foi dada pelo então diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Anteriormente, os valores eram destinados direta e individualmente aos fornecedores.

Após o acolhimento da denúncia pelo STF, todos os mensaleiros, um a um, depuseram sob orientação de advogados dos mais bem pagos do País. Trataram de refutar as acusações e desqualificar a denúncia do procurador-geral da República. Nada de ilegal teriam cometido. Todos – garantiram e reiteraram – não tinham envolvimento com quaisquer fatos que os desabonassem. Negaram todas as evidências. Admitiram tão somente o uso de dinheiro de caixa 2, e para pagar despesas de campanha eleitoral. Um crime menor. Articulados, advogados de defesa evitaram fazer perguntas que pudessem prejudicar os outros réus. Ao contrário. Trataram de se reunir constantemente e interpelar os denunciados de forma a ajudar uns aos outros.

O depoimento do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), cassado na esteira do escândalo do mensalão, foi exceção. Ele afirmou ter negociado com o PT o pagamento de serviços advocatícios para o então

deputado Ronivon Santiago (PP-AC), em troca de apoio parlamentar ao governo Lula. O dinheiro teria sido pago em três parcelas, sendo duas de R$ 300 mil, em agência do Banco Rural em Brasília, e outra de R$ 100 mil, entregue em hotel da capital federal.

Deu-se bem Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT que durante os bons tempos do mensalão ganhou de presente um jipe Land Rover de empresa fornecedora da Petrobras. Ele fez acordo com a Procuradoria-Geral da República para suspender o processo que seria obrigado a responder. A punição de "Silvinho": durante três anos, teria de prestar 750 horas de serviços comunitários à Prefeitura de São Paulo. Além disso, o ex-secretário-geral se comprometeu a comparecer periodicamente à Justiça e a comunicar previamente qualquer viagem longa que pretendesse fazer.

Silvinho se disse "aliviado" com o que conseguiu. Ao aceitar a punição dos trabalhos comunitários, contudo, admitiu ter cometido práticas delituosas e pôs em situação constrangedora os outros acusados, companheiros seus, que respondiam por crimes mais graves e não puderam se beneficiar do acordo que o livrou de uma condenação mais rigorosa.

No governo Lula, Silvinho foi responsável pela distribuição de cargos de segundo escalão. Como se sabe, as posições na máquina administrativa não valiam pelos salários que representavam, mas sim pelo poder que seus ocupantes desfrutavam ao usar o emprego público para enriquecer, fraudando licitações, contratos e desviando os recursos que deveriam servir para atender as necessidades do povo e do País. Afinal, o dinheiro que sustenta as máquinas públicas vem de impostos arrecadados da população.

Apesar dos serviços comunitários, Silvinho usufruiu o segundo mandato de Lula. Em 2007, Júlio César dos Santos, dono da TGS Consultoria e sócio do onipresente José Dirceu, subcontratou a DNP Eventos, empresa registrada em nome da mulher de Silvinho, Deborah Neistein, e do irmão dele, Ademir Pereira. Aparentemente, a empresa era dirigida mesmo por Silvinho e deveria organizar um evento cultural no Espírito Santo. A TGS, por sua vez, havia sido contratada sem licitação pela Petrobras. A prestação de serviços rendeu R$ 55 mil à DNP. Sempre a Petrobras na vida de Silvinho.

Em 2008, Silvinho estaria construindo uma pousada em Ilha Bela, praia do litoral norte de São Paulo. Lá, foi visto com frequência desfilando num novo automóvel. Não um Land Rover, como o que provocara o escândalo em 2005, mas um autêntico Toyota Fielder, avaliado em R$ 65 mil.

Outro personagem que "brilhou" na era Lula, o publicitário Duda Mendonça. Ao depor no processo do mensalão, em janeiro de 2008, disse desconhecer a origem dos R$ 10,5 milhões repassados a ele por Marcos Valério, numa empresa *offshore*, em pagamento por serviços prestados em campanhas eleitorais, entre as quais a que elegeu o presidente Lula em 2002.

Em seu depoimento, Duda Mendonça admitiu o não-pagamento de impostos e informou ter quitado multa referente à sonegação, no valor de R$ 4,3 milhões. Apesar da acusação de lavagem de dinheiro, o publicitário continuou prestando serviços à Petrobras no segundo mandato de Lula, dentro de um contrato de R$ 250 milhões. Duda Mendonça também teria expandido negócios agropecuários em propriedade rural no sul do Pará.

Ao depor à CPI dos Correios, em 2005, o diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, afirmou ter recebido ordem do então ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Luiz Gushiken (PT-SP), para repassar recursos de publicidade do fundo Visanet a empresa de Marcos Valério. O dinheiro, como se sabe, acabaria no PT e financiaria atividades de caixa 2 do partido do presidente da República.

Ao depor à Justiça no processo do mensalão, acusado de corrupção passiva, Henrique Pizzolato voltou atrás e livrou o ex-ministro Luiz Gushiken de qualquer responsabilidade. Em fevereiro de 2008

justificou a reviravolta ao alegar que, na época da CPI, "estava sob ameaça de que iam me prender. Não tive condições de raciocinar. Fui coagido, ameaçado e humilhado". É mesmo?

Henrique Pizzolato teve dificuldades ao explicar à Justiça o episódio em que mandou o *officeboy* Luiz Eduardo Ferreira pegar envelope com R$ 326 mil em agência do Banco Rural no Rio de Janeiro. Ele estava atendendo, segundo ele mesmo, a um pedido de uma secretária de Marcos Valério, a quem não conhecia. Tampouco conhecia o conteúdo do envelope, o qual Marcos Valério desejava que chegasse às mãos do PT. Segundo Pizzolato, ele simplesmente deixou o envelope com os "documentos" para "pessoa do PT", na portaria do prédio em que residia. Obviamente não revelou o nome do recebedor.

O incrível da história é que, após pôr as mãos no envelope com R$ 326 mil, em janeiro de 2004, o então diretor do Banco do Brasil comprou um apartamento em Copacabana, na badalada zona sul do Rio, por R$ 400 mil. Aqui, Pizzolato se contradisse: depois de garantir ter quitado o imóvel com pagamento em cheque, acabou por confessar a entrega de R$ 100 mil em dinheiro vivo. Mas a vida não deixou de sorrir para Pizzolato: aposentado pelo Banco do Brasil com R$ 13 mil mensais, continuava morando no mesmo e bem situado apartamento em Copacabana.

Luiz Gushiken também se deu bem. Apesar de denunciado por peculato e acusado pelo desvio de recursos de contratos de publicidade do Governo Federal para empresas de Marcos Valério que irrigaram o caixa 2 do PT, o ex-ministro, um dos auxiliares mais próximos de Lula, abriu uma empresa de consultoria em 2007. E voltou a morar numa chácara no interior de São Paulo.

O único revés do ex-ministro teria sido a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) de aplicar-lhe multa de R$ 30 mil. Mesmo assim, Gushiken iria recorrer. De acordo com o levantamento do TCU, em sua gestão houve contratos de publicidade com orçamentos forjados e falta de controle sobre a veiculação de anúncios federais. Uma auditoria apuraria supostos prejuízos de R$ 9 milhões com serviços de publicidade não-prestados ou superfaturados. A maracutaia envolveria, entre outros, o publicitário Duda Mendonça.

Os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP, ex-PL) e Paulo Rocha (PT-PA) definitivamente não tiveram do que reclamar. Com medo de cassação depois de acusados de envolvimento com o mensalão, renunciaram aos mandatos, ainda em 2005, para se candidatarem no ano seguinte. Reeleitos, os dois tiveram os processos por decoro parlamentar arquivados pelo Conselho de Ética da Câmara. A medida também beneficiou o deputado João Magalhães (PMDB-MG), que fora envolvido com a máfia das ambulâncias.

Note-se que tanto Valdemar Costa Neto quanto Paulo Rocha foram denunciados pelo procurador-geral da República por fazer parte de organização criminosa e, por isso, passaram a ser investigados pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O primeiro sofreu a acusação de receber R$ 6,5 milhões do valerioduto. O segundo, teria posto as mãos em R$ 920 mil.

Interessante o adendo ao relatório que livrou os mensaleiros, de autoria do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), segundo o qual parlamentares não devem ser investigados pelo Conselho de Ética por fatos ocorridos em legislaturas passadas, exceto se acusados após as eleições ou se surgirem fatos novos na denúncia. Ou seja: a investigação de deputados que renunciaram seria uma afronta à vontade dos eleitores, não importando se os senhores parlamentares abriram mão dos mandatos aproveitando brecha na legislação para fugir da cassação, nem se usaram o dinheiro supostamente desviado a fim de comprar os votos necessários para garantir os novos mandatos. Para constar: o patrimônio de Paulo Rocha teria subido 1.248% entre os anos de 2002 e 2006, isto é, ainda no primeiro mandato do presidente Lula.

Cabe ressaltar, ainda, o paradeiro de dois mensaleiros, estrelas de primeira grandeza em razão dos cargos ocupados. José Genoino (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP), respectivamente presidente nacional do partido e presidente da Câmara dos Deputados, no primeiro governo Lula. Ambos

voltaram a Brasília em 2007, protegidos por mandatos de deputado federal. Se antes eram participantes e eloquentes, passaram a se "esconder" no fundo do plenário, como se o tempo fosse capaz de apagar a mácula do escândalo do mensalão.

Agora Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do PT, para quem as investigações do mensalão dariam em nada e seriam, no futuro, motivo de "piada de salão". Apesar de receber como professor da rede pública de Goiás durante sete anos, sem trabalhar, Delúbio Soares ainda mantinha o direito de lecionar, mais de dois anos após a descoberta do "fantasma". Ele não fora desligado do cargo, apesar de já condenado a restituir R$ 164 mil recebidos indevidamente.

Em Buriti Alegre (GO), conforme descreveu o repórter Hudson Corrêa, na Folha de S.Paulo, Delúbio Soares era uma celebridade. Em 15 de agosto de 2007, por exemplo, ele subiu no palanque com o governador Alcides Rodrigues Filho (PP) para inaugurar um frigorífico. Depois, Delúbio Soares acompanhou o governador ao aeroporto local, num automóvel Vectra registrado em nome do irmão do ex-tesoureiro, o vereador de Goiânia Carlos Soares (PT). Detalhe: um outro veículo escoltava o carro de Delúbio, com dois homens. Para dar segurança ao ex-tesoureiro.

Em 23 de janeiro de 2008, Marcos Valério, enigmático, encaminhou quatro questões a Delúbio Soares, que depunha à Justiça no processo do mensalão. Vale a pena: 1) O interrogando participou de alguma reunião nos anos 2003 a 2005 com Antonio Palocci? Para tratar de qual assunto? 2) Se encontrou alguma vez Marcos Valério fora do Brasil? 3) Se encontrou alguma vez com alguma autoridade chinesa? 4) Frequentou a Granja do Torto, em Brasília? Em caso afirmativo, em companhia de quem?

Não se sabe o que Marcos Valério pretendia. Pareceu ser uma ameaça velada ao PT, inclusive a Lula, como quem diz "façam o que estou pedindo". Não há notícias se obteve êxito. É provável que sim, tanto que não voltou mais ao assunto. Ao contrário. Seu depoimento à Justiça tratou de refutar todas as evidências que existiam contra ele e contra outros personagens do mensalão. Confirmou-se, por outro lado, que Marcos Valério se encontrou com petistas, depois de espernear. Quanto a Delúbio Soares, manteve-se frio. Característica dele. Não respondeu a provocação de Marcos Valério. Pelo menos em público.

Em seu depoimento, o ex-tesoureiro agradeceu Marcos Valério pelos empréstimos que abasteceram os cofres do PT nos anos de 2003 e 2004, o que teria permitido a ele cobrir dívidas e despesas do partido. Por outro lado, Delúbio Soares disse não ter tomado decisões sozinho, e que o comando do PT sabia do rombo nas finanças do partido. Nas palavras do ex-tesoureiro:

- Fizemos uma reunião no Partido dos Trabalhadores, com todos os Estados, agora estou me lembrando, quase R$ 26 milhões era a dívida dos diretórios regionais. E eu apresentei esse problema à executiva. A executiva: "Encontra uma solução".

Da reunião teriam participado, conforme Delúbio Soares, o senador Aloizio Mercadante (SP), o deputado Jorge Bittar (RJ), a então prefeita Marta Suplicy (SP), o presidente da legenda, José Genoino (SP), e os dirigentes partidários Silvio Pereira, Valter Pomar, Romênio Pereira e Joaquim Soriano. A solução encontrada por Delúbio Soares, soube-se depois, foi o valerioduto.

Bode expiatório, Delúbio Soares acabou sendo o único expulso do PT por conta do escândalo do mensalão. Silvio Pereira solicitou a própria desfiliação, e José Genoino e Marcelo Sereno, secretário de Comunicação, renunciaram aos cargos. Mas Delúbio Soares não se deu mal. Como celebridade, o velho amigo de Lula dos tempos de sindicalismo andava para cima e para baixo em São Paulo. Quando não estava na capital paulista, passava a maior parte do tempo na fazenda de Buriti Alegre, registrada em nome do pai. Em Goiânia, o ex-tesoureiro passou a se apresentar como consultor de empresas. Lá teria aberto uma agência de publicidade, para vender anúncios na *internet*.

Daqueles que perderam o emprego em decorrência do escândalo do mensalão, o ex-ministro José Dirceu parece ter sido quem mais demonstrou competência para se adaptar à condição de consultor de empresas. Segundo a revista Veja, o capitão do time de Lula, fora do governo, embolsava até R$ 150 mil por mês em consultorias, circulava em carro com motorista e frequentava os melhores restaurantes, onde era visto com charutos cubanos.

José Dirceu comemorou com festa o lançamento de seu site na *internet*, implantou fios de cabelo para melhorar o visual e teria comprado uma casa para a mãe, no interior de Minas Gerais. Sócio de um escritório de advocacia, tocava uma empresa de consultoria, mas a maior parte do tempo viajava para a Europa, Estados Unidos, Canadá e vários países da América Latina, sem contar os numerosos percursos dentro do Brasil.

O ex-ministro Dirceu tinha para descansar o belo sobrado em Vinhedo (SP), dentro de condomínio fechado. Ali ocorreu talvez a única dor de cabeça do ex-deputado, além do constrangimento de ter de reconhecer, em depoimento à Justiça, que se reuniu com Marcos Valério e diretores dos bancos Rural e BMG no Ministério da Casa Civil. Quatro meses após deixar o governo, ladrões arrombaram a casa de Vinhedo e levaram aparelho televisor de plasma, charutos, chocolates e um tapete vermelho.

Como José Dirceu, Marcos Valério também virou consultor de empresas e fez implante de cabelo para mudar a aparência. Apesar de ter ficado com os bens bloqueados pela Justiça, o empresário reformou sua mansão no bairro de Castelo, em Belo Horizonte, e arrendou uma fazenda no interior de Minas Gerais, a fim de criar cavalos de raça. Manteve também a mansão em Brumadinho, região metropolitana da capital mineira, e atendia clientes no elegante escritório do bairro de Savassi, na zona sul de Belo Horizonte. No lugar das malfadadas agências de publicidade SMPB e DNA, Marcos Valério comandava a nova agência Bárbara Comunicação. Vida nova.

Um dos pivôs do escândalo do mensalão, denunciado por formação de quadrilha, corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, Marcos Valério seguia confiante de que se livraria das acusações de envolvimento com operações de crédito milionárias, supostamente forjadas para justificar a movimentação de caixa 2 do PT. Ao depor à Justiça Federal, em fevereiro de 2008, disse que o então ministro José Dirceu sabia dos empréstimos tomados pela SMPB junto aos bancos Rural e BMG, embora tivesse tratado do assunto apenas com o "amigo" Delúbio Soares e o secretário-geral do PT, Silvio Pereira.

Como o lendário Al Capone, os maiores apuros de Marcos Valério pareciam girar em órbita dos problemas com o Imposto de Renda. Em junho de 2007, a Justiça Federal instaurou ação penal por sonegação de R$ 54,7 milhões de tributos da agência de publicidade DNA, entre 1999 e 2002. Conforme o Ministério Público, Marcos Valério e seus sócios lesaram o Fisco com a "simulação do furto de um veículo que, segundo os réus, transportava documentação exigida pela Receita durante autuações que tinham o objetivo de apurar a real movimentação financeira da empresa".

Para se livrar de uma condenação de dois anos e 11 meses por crime contra a ordem tributária, Marcos Valério pagou R$ 6,8 milhões ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) em maio de 2006. De acordo com o Ministério Público, a fraude ocorrera no pagamento de funcionários da DNA, entre 1996 e 1999. Alguns receberam salários por fora da folha de pagamento, enquanto outros ganharam mais do que o declarado na contabilidade da empresa.

Em maio de 2008, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenou Marcos Valério por falsidade ideológica e por comprar notas fiscais frias para a agência SMPB nos anos de 2002 e 2003. O empresário pagaria entre 3% e 4% do valor de cada nota falsa emitida. Condenado a um ano de prisão em regime aberto, teve a pena convertida em multa de dois salários mínimos somada à prestação de serviços comunitários por dois anos.

Dois meses depois, a 9ª Vara Criminal da Justiça Federal de Belo Horizonte recebia denúncia do Ministério Federal. Marcos Valério e a mulher, Renilda Santiago, passariam a responder, com outros ex-sócios da SMPB, por crimes de sonegação tributária, falsificação de documentos públicos, uso de documentos falsos e formação de quadrilha. Os réus teriam sonegado pelo menos R$ 90 milhões em impostos, entre 2003 e 2004.

Foram detectadas fraudes na movimentação bancária da agência SMPB junto a várias instituições financeiras. Conforme a acusação, recursos vultosos saíram e entraram nas contas da empresa, lançados, na maioria dos casos, como empréstimos para o PT. Ao mesmo tempo, valores incorretos sobre as operações eram registrados na contabilidade da SMPB. A agência de publicidade não teria recolhido vários impostos.

Em novembro de 2008, o Ministério Público Federal em Belo Horizonte denunciou Marcos Valério e outras 26 pessoas, incluindo dirigentes e ex-diretores do Banco Rural, por crimes ligados ao chamado mensalão mineiro. O esquema de caixa 2 teria desviado pelo menos R$ 3,5 milhões de recursos públicos para a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) em 1998. Entre os acusados estava João Heraldo Lima, que ocupava o cargo de secretário da Fazenda de Eduardo Azeredo na época do mensalão mineiro. Ele havia se tornado presidente do Banco Rural. Também foi denunciado Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Em 1998, Rogério Tolentino era juiz eleitoral em Minas Gerais. Teria recebido R$ 300 mil para favorecer Eduardo Azeredo nas eleições.

Da mesma forma que José Dirceu, pouco se soube das atividades de Marcos Valério como consultor de empresas depois do escândalo do mensalão. Um dos "trabalhos" do empresário, porém, veio à tona em 10 de outubro de 2008. Deu o que falar. Naquele dia foram presos Marcos Valério, o sócio Rogério Tolentino, policiais federais e advogados, durante a Operação Avalanche da Polícia Federal. A acusação: forjar um inquérito policial contra dois fiscais da Fazenda paulista, responsáveis por multar em R$ 104,5 milhões a empresa Praiamar, do empresário Walter Faria. A Praiamar fazia parte grupo Petrópolis, detentor da marca de cerveja Itaipava.

O falso inquérito tinha a finalidade de intimidar e constranger os fiscais. Familiares deles seriam interrogados e desmoralizados, e com isso se esperava forçar a anulação da multa por fraude fiscal no comércio de cerveja. Marcos Valério teria contratado dois advogados que, associados a três investigadores de polícia, teriam levantado informações pessoais sobre os fiscais. Com base nos dados obtidos, encomendaram o inquérito policial a dois delegados federais. Valério teria armado tudo na condição de conselheiro da Praiamar.

A Justiça Federal de Santos, no litoral sul de São Paulo, aceitou acusação do Ministério Público Federal contra Marcos Valério. Ele passou a responder por formação de quadrilha, corrupção ativa e denunciação caluniosa. Teria havido uma trama para provocar um acidente automobilístico com a finalidade de ferir um dos fiscais da Fazenda que multaram a cervejaria. Walter Faria, dono da Petrópolis, também virou réu. De acordo com a Polícia Federal, ele ofereceu R$ 3 milhões pela abertura do falso inquérito e o vazamento da história para a imprensa. Se os fiscais fossem presos, pagaria R$ 5 milhões.

Capítulo 17

Dois anos depois, Polícia Federal desmantelou outra organização criminosa nos Correios

Apesar de a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) ter sido a ponta do novelo do maior esquema de corrupção da administração federal do PT, Lula deixou a coisa correr solta. Lavou as mãos. Em 2005, no calor do escândalo, ainda demitiram três funcionários, incluindo Maurício Marinho, o

chefe de Contratação e Administração de Material, afastado após gravação clandestina mostrá-lo recebendo propina. Remanejaram outros 20 servidores, todos ocupantes de cargos de chefia na época. Note-se bem: eles foram transferidos de função, mas mantidos na empresa. E as "cartas do jogo", antes divididas entre PMDB, PT e PTB se concentrariam no segundo mandato de Lula no partido do ministro das Comunicações, Hélio Costa (PMDB-MG), cuja legenda se tornara a principal base de apoio do governo. Deu no que deu.

Dois anos após o escândalo do mensalão, a Polícia Federal e o Ministério Público desencadearam a Operação Selo. Era agosto de 2007. Prenderam uma quadrilha especializada em fraudar licitações, vender produtos e fornecer serviços para os Correios. A ironia é que entre os cinco presos estava o empresário Arthur Wascheck Neto, apontado como o responsável por encomendar a gravação das imagens de Maurício Marinho em 2005. Este o contrariara e a filmagem teria sido uma vingança. De qualquer forma, Arthur Wascheck Neto continuaria na ativa, operando dentro dos Correios. Para o delegado federal Daniel França, a corrupção nos Correios se assemelhava a um câncer, que ressurgia por metástase. Declaração do delegado:

- Como os traficantes fazem no morro, quando são mortos ou presos, acontece o mesmo no serviço público. Uma quadrilha sai e entra outra para praticar os mesmos atos ilícitos no seu lugar.

Por orientação de Lula, o PMDB indicara toda a nova linha de comando dos Correios. Do presidente Carlos Henrique Custódio aos principais dirigentes da empresa, todos eram padrinhos de Hélio Costa (PMDB-MG), José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Romero Jucá (PMDB-RR), o líder do governo no Senado. As investigações apontaram a existência de uma tabela da propina, quitada com dinheiro, empregos, passagens, mimos e outras vantagens. As máfias incrustadas nos Correios englobariam cerca de 20 empresas.

A história do empresário Arthur Wascheck Neto vinha de longe. No governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) ele foi envolvido com uma compra superfaturada de bicicletas. O escândalo ajudou a derrubar o então ministro da Saúde, Alceni Guerra. Com o tempo, Arthur Wascheck Neto concentraria suas ações nos Correios. Preso, foi acusado de ser lobista e intermediador junto ao grupo de empresários denunciado por fraudar licitações. A quadrilha corromperia funcionários para vender produtos com especificações abaixo do previsto em editais e, portanto, repassaria bens de qualidade inferior. Assim, podia oferecer preços menores. Venceu licitações para entregar cofres, geladeiras, tênis, botas, capas de chuva e guarda-chuvas.

Em consequência da Operação Selo, perdeu o cargo o diretor de Operações dos Correios, Carlos Roberto Samartini Dias. Foi afastado, apenas. Não houve anúncio de sua demissão. Ele manteria ligações com o empresário Marco Antonio Bulhões, preso pela Polícia Federal. Para o procurador Bruno Acioli, Arthur Wascheck Neto era um "símbolo, subproduto da corrupção e da impunidade que imperam no País". Do procurador Bruno Acioli, que estimou prejuízos em milhões de reais para a estatal federal:

- Ele lesa, frauda, chantageia e corrompe há anos, sem que nada aconteça.

Um dos casos que mais chamou a atenção foi o do transporte de cargas pelo correio aéreo noturno. Em novembro de 2007, a Justiça Federal determinou a indisponibilidade de aeronaves, imóveis e veículos das empresas Skymaster Airlines e Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos), acusadas de fraudar licitação e desviar R$ 413 milhões dos Correios. Ambas agiriam em conluio para controlar contratos de prestação de serviços.

Sete meses antes, porém, o TCU (Tribunal de Contas da União) já havia determinado aos Correios a suspensão da licitação para o correio aéreo noturno. Considerou viciadas as regras do certame e não viu motivo para "contratação emergencial", com reajuste de 61% e valores despendidos que passariam

dos R$ 82,5 milhões e atingiriam R$ 132,7 milhões. Os esforços da CPI dos Correios para apurar irregularidades quase não adiantaram nada.

Em janeiro de 2008, quase três anos depois das primeiras notícias acerca do esquema de corrupção nos Correios, a Polícia Federal apresentou um relatório de 130 páginas sobre o caso. O ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) foi denunciado por formação de quadrilha, acusado de realizar um "verdadeiro loteamento" da empresa federal, com vistas a operar o que se descreveu como "fábricas de dinheiro". As empresas contratadas pelos Correios teriam de destinar de 3% a 5% de tudo o que recebiam para engordar os cofres do PTB.

Computador apreendido com dirigente do partido mostrou detalhes da contabilidade da propina, incluindo nomes de empresas, valores de contratos, funcionários responsáveis pela cobrança de propina, frequência de pagamentos e porcentuais acertados e encaminhados ao PTB. Licitações dirigidas, compras supérfluas, empresas agindo em conluio e superfaturamento de produtos e serviços permearam contratos da ordem de R$ 8 bilhões. Do relatório da Polícia Federal:

"As solicitações de contribuições aos fornecedores da ECT por parte dos empregados dos Correios, membros da quadrilha, eram explícitas e algumas vezes chegavam à beira da extorsão. Além da entrega de dinheiro em troca de informações e de benefícios indevidos nos procedimentos administrativos de licitação, nas prorrogações de contratos, na repactuação de preços, os fornecedores da ECT também contribuíam diretamente para o partido nas campanhas eleitorais."

O relatório também apontou para o PT. O ex-diretor de Tecnologia dos Correios, Eduardo Medeiros, indicado para o cargo com o beneplácito da dupla José Dirceu/Silvio Pereira, teria favorecido a empresa Novadata, de Mauro Dutra, o "Maurinho", amigo de Lula. A Novadata teria obtido reajuste inexplicável no valor de um de seus contratos, além de ter vencido uma licitação com critérios supostamente irregulares. A empresa teria sido poupada de pagar multas por atrasos na execução de serviços. Do relatório:

"Apesar de ainda não ter sido cabalmente provado, Mauro Dutra é suspeito de ter feito acertos com servidores de pelo menos duas áreas dos Correios para vencer uma licitação e, também, para obter reajuste de R$ 5,5 milhões no valor de um contrato". O inquérito da Polícia Federal acrescentou:

"Ao longo dos anos vem ocorrendo, tanto nos Correios quanto em outras empresas estatais do País, uma espécie de 'loteamento' dos cargos em comissão a pessoas dos mais diversos matizes políticos que se alternam no poder. Através desse instrumento censurável, busca-se angariar recursos financeiros junto às empresas privadas fornecedoras de serviços e produtos ao aparelho estatal, em compensação aos ajustes escusos realizados pelos gestores de tais empresas. Esses recursos, geralmente provenientes de 'caixa 2', são, em parte, destinados aos partidos políticos infiltrados nas empresas públicas à custa da dilapidação do erário levada a cabo por meio de fraudes de toda ordem realizadas em licitações."

No arquivo de computador de Fernando Godoy, assessor de Antonio Osório Batista, diretor de Administração dos Correios, os federais encontraram uma planilha que registrava compra superfaturada de 1 mil furgões da marca Fiat. Cada veículo teria sido adquirido por R$ 34 mil, enquanto o preço de mercado era de R$ 27,5 mil. Além disso, a planilha indicava propina de R$ 1 mil por automóvel, totalizando R$ 1 milhão, do qual R$ 50 mil teriam sido destinados ao PTB. Tanto Antonio Osório Batista como Fernando Godoy foram indicados para ocupar postos estratégicos nos Correios por Roberto Jefferson.

Pode-se dizer que Jefferson era um símbolo da política brasileira. Acusado em diversos escândalos e falcatruas, manteve o cargo de presidente nacional do PTB. O partido, por sua vez, fez parte da base de apoio político do governo Lula, em seus dois mandatos. Em setembro de 2008, o Ministério Público Federal no Distrito Federal denunciou Jefferson e mais sete servidores dos Correios à Justiça,

incluindo Antonio Osório Batista e Maurício Marinho, por formação de quadrilha e "prática de corrupção generalizada".

Para os procuradores da República Bruno Acioli, Raquel Branquinho e José Alfredo de Paula, os Correios foram "vítima da ação organizada de quadrilhas compostas basicamente por empregados públicos, políticos, empresários e lobistas". O grupo teria recebido R$ 5 milhões de propina em pouco mais de dois anos de governo Lula. Quanto a Roberto Jefferson, era o responsável por monitorar o desempenho de correligionários do PTB na estatal. "Um gênio do crime", na definição de Bruno Acioli. Sob comando de Jefferson, os petebistas tinham a missão de arrecadar fundos para o partido.

Os desvios de recursos nos Correios ocorreriam há mais de uma década e, portanto, viriam do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). O grupo de Roberto Jefferson teria herdado o esquema. De acordo com a denúncia, Jefferson, líder da quadrilha, "repassava demandas financeiras e, assessorado pelo denunciado Roberto Garcia Salmeron, monitorava o desempenho do denunciado Antonio Osório em sua missão de arrecadar fundos para o PTB". Roberto Garcia Salmeron, amigo do presidente do PTB, trabalhou durante anos nos Correios e, conforme a denúncia, seria uma espécie de consultor para desvios de recursos de contratos da estatal.

Ao depor como réu no processo do mensalão, em fevereiro de 2008, Roberto Jefferson admitiu ter recebido R$ 5 milhões do caixa 2 do PT, em troca do apoio parlamentar do PTB ao governo Lula. Segundo ele, R$ 1 milhão pagaram a produção de comerciais de televisão do partido em 2003, e R$ 4 milhões serviram para quitar despesas da campanha petebista nas eleições municipais de 2004. O prefeito de Juiz de Fora (MG), Carlos Alberto Bejani (PTB), teria sido um dos agraciados, com R$ 750 mil. Ele também foi apoiado pelo PT. Em 2008, renunciou em meio a um escândalo de corrupção. De acordo com o relato de Roberto Jefferson, o PTB também recebeu, do governo Lula, o Ministério do Turismo, a presidência da Eletronorte, uma diretoria dos Correios e a presidência do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil).

A propósito de Mauro Dutra, o Maurinho. Além da Novadata, supostamente metida nas tramoias que ocorreram nos Correios, o empresário dirigiria a ONG Ágora, que durante quase quatro anos foi investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal. Criada para organizar e dar cursos de capacitação a trabalhadores, a Ágora foi acusada de desviar R$ 900 mil do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). O valor fora corrigido para R$ 1,8 milhão em abril de 2008, quando da condenação do amigo de Lula. Cabia recurso.

No final de outubro de 2008, a Polícia Federal pôs em ação a Operação Déjà Vu, para desmantelar um suposto esquema fraudulento em licitações e na venda e transferência de agências franqueadas dos Correios, com o envolvimento de funcionários da estatal. A maracutaia representaria rombo de R$ 30 milhões por ano. Os federais prenderam 15 suspeitos, acusados de crimes de extorsão, tráfico de influência, corrupção ativa, corrupção passiva, advocacia administrativa, formação de quadrilha, falsidade ideológica e descaminho. Apreenderam R$ 500 mil em dinheiro, cinco automóveis de luxo e vários computadores. A Polícia Federal agiu em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Havia indícios de crimes em franquias, que serviriam para a remessa de mercadorias ao exterior.

A CPI dos Correios chegou a propor 21 projetos de lei para prevenir e combater a corrupção, com o intuito de eliminar mecanismos usados para desviar dinheiro público. Previam programas nacionais que estimulassem denúncias sobre fraudes, projetos com objetivo de reduzir o número de cargos políticos nos governos, leis contra a improbidade administrativa, propostas para alterar e dar mais rigor aos contratos de publicidade e fiscalizar fundos de pensão, movimentações atípicas de dinheiro e operações financeiras internacionais. Nada foi adiante.

Pior: um grupo de dez empresas investigadas pela Polícia Federal, com executivos indiciados e até presos, conseguiu manter contratos com o governo Lula. A União destinou R$ 514 milhões a essas

empresas entre janeiro de 2005 e abril de 2007, conforme o relato do repórter Rubens Valente, na Folha de S.Paulo. Apenas cinco dessas empresas receberam a bagatela de R$ 396 milhões no período, a maior parte dos recursos proveniente do Ministério da Saúde. O então ministro Humberto Costa (PT-PE), aliás, chegou a ser indiciado pela Polícia Federal, durante as investigações da Operação Vampiro sobre fraudes em compras de hemoderivados, em 2004.

Outro caso intrigante foi o da Operação Sentinela, desencadeada pela Polícia Federal no mesmo ano de 2004. Cinco empresas de vigilância foram acusadas de fraudar contratos. Uma delas era a Confederal, cujo proprietário havia sido o ex-ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE). As cinco empresas receberam R$ 118 milhões de órgãos federais, entre janeiro de 2005 e abril de 2007, ou seja, após a ação dos federais. Detalhe: as injeções de dinheiro público nessas empresas dobraram após a Operação Sentinela. Nenhuma foi declarada inidônea pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A Operação Navalha foi das mais ruidosas. Derrubou o então ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, uma indicação do PMDB. Pois bem: em setembro de 2007, o Ministério de Minas e Energia decidiu arquivar os processos administrativos disciplinares abertos contra os funcionários Ivo Almeida Costa, assessor direto de Silas Rondeau, e José Ribamar Lobato Santana, diretor do programa Luz para Todos na época do escândalo. Ivo Almeida Costa foi acusado de intermediar propina de R$ 100 mil a Silas Rondeau, um suborno da empreiteira Gautama. Ficou por isso mesmo.

Outro final patético foi o do esquema criminoso de venda de ambulâncias superfaturadas para prefeituras, com recursos de emendas de parlamentares ao Orçamento da União. A maracutaia, "investigada" pela CPI dos Sanguessugas, era coisa grande: envolvia 493 prefeituras de todo o País e somou fraudes avaliadas em R$ 110 milhões. Em agosto de 2006, a CPI aprovou relatório parcial, apontando a ligação de 69 deputados e três senadores com a chamada máfia dos sanguessugas. Não foi além disso.

Em 21 de dezembro de 2006, o Conselho de Ética da Câmara encerrou os trabalhos daquela legislatura sem punir qualquer deputado. Os senadores também se livraram. Eles foram acusados de receber propina da empresa Planam em troca da apresentação de emendas que destinavam recursos para municípios adquirirem ambulâncias superfaturadas.

Importante ressaltar que o relator da CPI foi o senador Amir Lando (PMDB-RO), ex-ministro do governo Lula. Ele não pediu indiciamento de ninguém, ao contrário do que indicara seu relatório parcial. Livraram-se todos, pois: deputados, senadores, servidores federais, funcionários municipais, prefeitos e empresários, com a exceção de cinco ex-chefes de executivos municipais mato-grossenses e 26 servidores públicos. Eles foram denunciados em novembro de 2008 pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso.

O STF (Supremo Tribunal Federal), por sua vez, instaurou outro processo contra 11 suspeitos de envolvimento no escândalo do mensalão, em abril de 2007. Entre os denunciados estavam José Genoino, ex-presidente nacional do PT, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido, o empresário Marcos Valério e a mulher dele, Renilda Santiago, e dirigentes de bancos. Todos foram acusados por diversos crimes, como gestão fraudulenta e falsidade ideológica. A ação fora aberta pela Justiça Federal de Minas Gerais e o STF a ratificou.

De acordo com o Ministério Público, o BMG concedeu empréstimos ao PT e a empresas de Marcos Valério em troca de vantagens que deram lucros bilionários, decorrentes da autorização para o BMG fazer a "operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos, pensionistas e aposentados do INSS, a partir de 2003". As operações de crédito foram consideradas irregulares, pois "a situação econômico-financeira dos tomadores era incompatível com o valor", e também em razão das parcas garantias oferecidas pelo PT e por Marcos Valério, apontadas como insuficientes.

Em agosto de 2008, a Receita Federal multou o PT em R$ 1,3 milhão, por conta da suposta omissão de valores arrecadados pelo caixa do partido. As receitas não contabilizadas chegariam a R$ 2,4 milhões, dos quais R$ 1,4 milhão proveniente de contas de Marcos Valério. A maior parte teria sido usada para pagar dívidas do partido, por intermédio da agência SMPB.

Agora, Antonio Palocci (PT-SP). O desmembramento das encrencas nas quais o ex-ministro se meteu, no primeiro mandato de Lula, merece comentários. Em 2006, ao ser afastado do governo, Palocci era o principal auxiliar do presidente. Ele não resistiu à denúncia de que mandara quebrar o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que o acusara de frequentar uma casa em Brasília para se divertir com garotas de programa.

Mais grave, ainda: Palocci era acusado de ter recebido propina de R$ 50 mil mensais, na época em que foi prefeito de Ribeirão Preto (SP). O contundente da história era que o autor da denúncia, o advogado Rogério Tadeu Buratti, fora secretário de Governo de Palocci, mantinha relações estreitas com o ex-ministro e havia sido vice-presidente da empreiteira Leão Leão, justamente a empresa que teria bancado o mensalão de R$ 50 mil para o prefeito.

Em seu depoimento original, após ser preso em agosto de 2005, Rogério Buratti relatou a seis promotores de Justiça e a um delegado de polícia que Palocci recebera propina durante os anos de 2001 e 2002, até se desligar da administração municipal para assumir o cargo de ministro da Fazenda de Lula. Pois bem: quase dois anos depois, em junho de 2007, Buratti decidiu fazer uma nova declaração oficial, para se retratar das "insinuações e atribuições feitas e da suspeita levantada em relação a Antonio Palocci".

Ou seja, não era mais verdadeira a história da propina de R$ 50 mil. Na época do primeiro depoimento, Buratti informara que os valores do mensalão estavam "vinculados ao contrato de coleta e varrição aqui em Ribeirão Preto, pois se não houvesse esse contrato, em tese não teria a contribuição". O advogado aceitara contar o que sabia em troca do benefício da delação premiada. A cooperação lhe devolveu a liberdade e garantiu que não fosse denunciado. Quando foi preso, Buratti era acusado de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Caso fosse condenado, poderia ficar preso por 13 anos.

Para recordar, Buratti foi assessor do então deputado estadual José Dirceu (PT-SP), em 1987. Na primeira gestão do prefeito Palocci em Ribeirão Preto (1993-1996), ocupou o cargo de secretário de Governo até ser afastado num caso de suspeita de corrupção. Em 1999 tornou-se vice-presidente da Leão Leão. A empreiteira foi a maior financiadora da campanha de reeleição do prefeito Palocci em 2000. Mantinha diversos contratos com a administração. Em troca de vantagens indevidas, daria propina. Buratti saiu da Leão Leão em 2004, depois de envolvido no caso da rumorosa extorsão à multinacional Gtech. A empresa norte-americana estava interessada em renovar um contrato com a Caixa Econômica Federal. O banco oficial era subordinado ao ministro da Fazenda, à época Antonio Palocci.

Ao justificar o novo depoimento que inocentava Palocci, Buratti argumentou que no anterior estava preocupado com a saúde da mãe. Por isso, "submeteu-se à vontade dos representantes do Ministério Público e da polícia, concordando com suas exigências para poder livrar-se das suas ameaças, que eram concretas, e daquela situação humilhante e constrangedora". Disse que, em 2005, ao depor à CPI dos Bingos, foi "tomado de pânico, temendo nova prisão diante das câmeras de televisão que transmitiam o evento para todo o País". Bobagem: os dois amigos, aliados históricos, orientados por bons advogados, esfriaram a cabeça e decidiram que o melhor era proteger Palocci.

O delegado de polícia seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, responsável pelas investigações da chamada máfia do lixo na cidade, minimizou a importância do novo depoimento de Buratti:

- Ele foi um caminho para as investigações, mas a chave de tudo foram as provas que nós encontramos. Havia notas falsas na empresa, ordens de serviço falsas na Prefeitura que eram usadas no esquema.

Em 26 de fevereiro de 2008, seis dias após ter feito a declaração acima, o delegado Benedito Antonio Valencise foi afastado do cargo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, houve uma decisão administrativa. Mais de um ano depois de ter sido aberta ação no STF para investigar o envolvimento de Palocci com a máfia do lixo, o processo continuava parado em Brasília, sem a designação de um relator.

A suposta quadrilha chefiada por Palocci havia sido acusada de desviar R$ 30 milhões, por meio do superfaturamento dos serviços prestados pela empreiteira Leão Leão. Conforme o Ministério Público, a Leão Leão recebeu "quantia superior a três vezes o valor original do contrato". Para os promotores, a empreiteira "apresentava planilhas com valores de distância superiores ao que realmente tinham sido varridos". A ação citava casos de medição de 44 a 50 quilômetros de varrição diária, "quando na realidade eram varridos aproximadamente quatro quilômetros".

Palocci também era acusado de introduzir alterações no sistema de compras de produtos alimentícios em Ribeirão Preto, o que talvez beneficiasse determinadas empresas contratadas pela Prefeitura. Nove contratos teriam provocado prejuízos de R$ 2,1 milhões ao município. Uma das compras autorizadas por Palocci ficara famosa, por exigir um certo molho de tomate peneirado, refogado com ervilhas. Os promotores entenderam a especificação como forma de direcionar a contratação em benefício do fabricante Oderich, do Rio Grande do Sul. Também favoreceria a Cathita, fornecedora exclusiva do produto, da mesma forma que outras empresas ligadas a ela.

De acordo com o relatório do Ministério Público, "esquemas semelhantes ocorreram em outras administrações municipais, sendo a maioria administrada por prefeitos filiados ao PT. Apurou-se que vários artifícios foram utilizados para o favorecimento de tais empresas, que quase sempre concorriam entre si, longe de qualquer ameaça de concorrência de outros fornecedores". Palocci conseguiu imunidade parlamentar ao ser eleito deputado federal em 2006.

Em relação ao caso Gtech, o Ministério Público Federal possuía indícios de que a renovação do contrato entre a multinacional da área de informática e a Caixa Econômica Federal, com vistas ao gerenciamento do sistema de loterias, envolveria pagamentos suspeitos no exterior. A empresa norte-americana teria aberto canais de negociação para a sua recontratação em 2003. Mantivera contatos com Waldomiro Diniz, do grupo do então ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), e com Rogério Buratti, ligado a Antonio Palocci, no Ministério da Fazenda. Ambos, Waldomiro Diniz e Buratti, foram acusados de exigir propina milionária. Em junho de 2007, o Ministério Público ainda tentava rastrear o pagamento de uma comissão de R$ 5,5 milhões. Investigava o ex-presidente da Caixa, Jorge Mattoso, também afastado por conta da quebra do sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa. Mattoso teria autorizado a renovação do contrato com a Gtech por 25 meses, por R$ 650 milhões.

Somente em dezembro de 2009 Waldomiro Diniz sofreu condenação no caso Gtech. A Justiça Federal de Brasília considerou o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares de José Dirceu culpado por tráfico de influência ao "patrocinar interesses escusos e particulares" em contrato de suposto interesse da Caixa. Ele teria se encontrado duas vezes num hotel com dirigentes da multinacional, em reuniões das quais participaria "Carlos Cachoeira", o famoso empresário do jogo que filmara o próprio Waldomiro Diniz pedindo propina para facilitar negócios com o Governo do Rio, em 2002. De acordo com a denúncia, Waldomiro condicionara a parceria Caixa/Gtech à contratação de Buratti como consultor, por "valor superior a R$ 10 milhões".

Enfim, o episódio da violação do sigilo bancário de Francenildo Costa. O Ministério Público Federal entendeu o crime como parte da estratégia de Palocci para tentar provar que o caseiro recebera pagamento para acusá-lo. O ministro teria determinado a violação, cumprida por Jorge Mattoso. Conforme a Procuradoria-Geral da República, os telefonemas entre os envolvidos comprovariam a

trama. Em fevereiro de 2008, Palocci, Mattoso e o assessor de imprensa do ex-ministro, Marcelo Netto, foram denunciados ao STF.

Em outubro de 2008, a revista Piauí relatou que haveria oferta em dinheiro para Francenildo Santos Costa inocentar Palocci. O ex-ministro precisava se livrar da acusação para tentar a candidatura a governador de São Paulo, em 2010. O advogado do caseiro, Wlicio Chaveiro Nascimento, segundo a revista, fora procurado por um intermediário do dono de um restaurante frequentado por dirigentes do PT. Francenildo Costa foi ouvido pela revista. Palavras dele:

- Eles falaram em R$ 1 milhão, mais uma casa, para eu negar tudo. O Wlicio me disse assim: "O conhecido falou em R$ 1 milhão de reais. O dinheiro é bom: você arranja a tua vida e eu fico com a metade. Mas o dinheiro também é ruim: você vai ter que mentir e vai correr perigo. No teu lugar, eu não aceitaria".

O caseiro não aceitou.

Palocci, contudo, se deu bem. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, acabou recomendando ao STF (Supremo Tribunal Federal), em 23 de abril de 2009, a rejeição e o arquivamento da denúncia de envolvimento do ex-prefeito com a máfia do lixo de Ribeirão Preto. Segundo ele, não haveria provas para fundamentar a denúncia criminal. O requerimento de Souza foi acatado pelo STF. Por outro lado, a Procuradoria-Geral defendia a abertura de processo criminal para julgar Palocci pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Quatro meses depois, porém, por cinco votos a quatro, o STF decidiu que Palocci não deveria sequer responder pela quebra do sigilo. Para o presidente do STF e relator do caso, ministro Gilmar Mendes, não havia elementos suficientes para comprovar a participação do ex-ministro da Fazenda. Dá para acreditar? Palocci escapou.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), ex-ministro da Previdência Social do presidente Lula, deixou o cargo em 2005. Havia a acusação de que, com um sócio, oferecera propriedades rurais fantasmas como garantia de um empréstimo no Basa (Banco da Amazônia) para pôr em operação um abatedouro de aves em Boa Vista. O abatedouro não chegou a funcionar e o empréstimo deixou de ser pago. Ficaram R$ 25 milhões de prejuízos. O caso ficou conhecido como o escândalo do frangogate. Note-se que Romero Jucá manteve prestígio junto ao presidente da República, tanto que, no segundo mandato de Lula, foi nomeado líder do governo no Senado.

Em novembro de 2008, o STF arquivou o caso, por prescrição da pena. O STF não chegou nem a analisar o mérito da ação. O pedido de prescrição foi feito pelo advogado do senador. Da denúncia formulada pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza: "Os denunciados obtiveram, em 27 de junho de 1996, mediante fraude, financiamento em instituição financeira, uma vez que se utilizaram de imóveis inexistentes como garantia, a fim de receberem a segunda parcela do empréstimo". Romero Jucá também se saiu ileso no STF.

Vale registrar declaração do caseiro Francenildo Santos Costa ao repórter Rubens Valente, publicada na Folha de S.Paulo de 8 de junho de 2009:

- Nós estamos no Brasil, e no Brasil hoje em dia acontece de tudo em termos de política. O cara apronta, apronta, e ainda sai livre da acusação, é candidato, faz o que quer. Isso é a política do Brasil.

Capítulo 18

TCU recomendou paralisar obras irregulares; Petrobras foi campeã em aumento de custos

O TCU (Tribunal de Contas da União) elaborou relatório de fiscalização com indícios de graves irregularidades em 63 obras do Governo Federal, a ponto de recomendar, em setembro de 2009, a paralisação de 41 empreendimentos da administração Lula. Entre os casos mais graves, a Petrobras. Na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, cujos serviços àquela altura estavam estimados em R$ 4 bilhões, técnicos do TCU detectaram sobrepreços e critérios de medição inadequados. Na reforma da refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, com obras orçadas num total de R$ 2,5 bilhões, também teria havido a prática de sobrepreço.

Das 41 obras em piores situações, 14 estavam a cargo do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes). Outras cinco obras eram tocadas pelo Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Ministério da Integração Nacional). Além da cobrança de preços acima da média do mercado, o TCU identificou restrições à competitividade nas licitações, deficiência em projetos apresentados e orçamentos incompletos. Para o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, a interrupção dos serviços é medida extrema:

- Não nos interessa a paralisação de obras, mas não poderíamos deixar que prosperassem a fraude, o conluio e a corrupção.

Além das duas refinarias faziam parte da lista de casos mais graves as seguintes obras, com os respectivos custos: construção/ampliação das estradas BR-101 (no Rio de Janeiro), no valor de R$ 80 milhões; BR-158 (na divisa entre Pará e Mato Grosso), de R$ 64 milhões; BR-364 (em Rondônia), R$ 62,8 milhões; BR-265 (corredor Leste, em Minas Gerais), R$ 31,5 milhões; e BR-317 (na divisa entre Amazônia e Acre), no valor de R$ 23 milhões.

Dois aeroportos estavam na relação: o de Guarulhos (SP), com obras estimadas em R$ 69,8 milhões, e o de Vitória, com serviços estimados em R$ 5 milhões. Faziam parte da lista de obras irregulares a ampliação da rede de energia elétrica no Piauí, orçada em R$ 203 milhões; a construção da barragem Berizal, em Minas Gerais, estipulada em R$ 6,6 milhões; e os projetos de irrigação entre Santa Cruz e Apodi, no Rio Grande do Norte, no valor de R$ 15,7 milhões, e do Baixio de Irecê, na Bahia, de R$ 48 milhões.

Algumas obras sofreram aumentos de custos expressivos, o que alertou o TCU. Cinco delas a cargo da Petrobras: o gasoduto Urucu-Coari-Manaus subiu de R$ 2,4 bilhões, no início das obras, em 2006, para R$ 4,5 bilhões, em março de 2009. Justificativa da Petrobras: a estatal resolvera implementar "tecnologia inédita" no País. O gasoduto Cacimbas-Catu, entre o Espírito Santo e a Bahia, teve os custos elevados de R$ 2,9 bilhões para R$ 3,5 bilhões. Segundo o TCU, havia contratos firmados sem licitação e o superfaturamento nos serviços de aplicação de asfalto alcançara 2.400%. Trabalhos de escavação em 183 quilômetros da obra foram acordados em R$ 1,6 milhão, enquanto o mesmo serviço em outro trecho, de 171 quilômetros, recebeu orçamento de R$ 10 milhões.

As plataformas marítimas P-52 (campo Roncador) e P-53 (campo Marlim Leste) sofreram reajustes, respectivamente, de R$ 3,2 bilhões para R$ 3,5 bilhões, e de R$ 2,9 bilhões para R$ 3,9 bilhões. Integrava a lista a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, cujas obras tiveram aumento de R$ 18,7 bilhões para R$ 19,2 bilhões.

Os custos aumentam com termos aditivos que passam a ser incorporados aos contratos iniciais. Eles alteram projetos básicos, multiplicam valores de obras e introduzem novos serviços. A plataforma P-56, cujo destino era a bacia de Campos (RJ), é outro exemplo. A sua construção subiu de R$ 2 bilhões

para R$ 2,4 bilhões. A refinaria de Duque de Caixas, no Rio de Janeiro, teve 24 anexos ao contrato original. Os aditivos previam pagamentos por serviços não estabelecidos anteriormente e até reajuste salarial aos operários. Naquela obra teria ocorrido direcionamento de contratos.

De 2007 a 2009, a construção da eclusa de Tucuruí (PA) foi reajustada de R$ 548 milhões para R$ 815 milhões, um aumento de quase 50%. Chamaram a atenção do TCU os custos da via perimetral (margem direita) do porto de Santos (SP), que praticamente dobrou de preço, de R$ 55 milhões para R$ 107 milhões. Os seguintes reajustes em obras do setor de transportes causaram estranhamento: arco rodoviário do Rio de Janeiro, de R$ 756 milhões para R$ 1,1 bilhão; BR-101, em Pernambuco, de R$ 715 milhões para R$ 818 milhões; BR-101, no Rio Grande do Norte, de R$ 281 milhões para R$ 374 milhões; e a ferrovia Transnordestina, de R$ 4,5 bilhões para R$ 5,4 bilhões. Em julho de 2009, o TCU havia determinado a redução de R$ 120 milhões no contrato firmado entre a Eletronuclear e a construtora Andrade Gutierrez, para construir a usina nuclear de Angra 3 (RJ). Haveria sobrepreço nos serviços.

Como o Brasil é grande, antes do exame de mais problemas registrados na área da Petrobras, a paciência do leitor é preciosa para uma lista de outras 27 obras suspeitas de irregularidades, de acordo com o mesmo relatório do TCU. Em ordem de grandeza: construção do trecho rodoviário do corredor Leste, no Espírito Santo, com serviços orçados em R$ 95 milhões; obras do contorno rodoviário de Foz do Iguaçu (PR), de R$ 74,7 milhões; complexo viário Baquirivu-Guarulhos (SP), R$ 69,8 milhões; construção de trecho do corredor rodoviário da fronteira norte, em Roraima, R$ 15,6 milhões; restauração de rodovias federais no Espírito Santo, R$ 11,4 milhões; acesso rodoviário no corredor Leste, no Espírito Santo, R$ 10,7 milhões; construção de trechos rodoviários na BR-393 (ES), R$ 9,7 milhões; distrito industrial de Manaus, de R$ 1,2 milhão; e obra na BR-010, a Tocantins-Maranhão, R$ 1 milhão.

Agora, obras de drenagem e de construção de barragens: adutora Italuís, no Maranhão, com custo estimado em R$ 299 milhões; adutora de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, R$ 131 milhões; adutora de Serra da Batateira, na Bahia, R$ 67,7 milhões; construção da barragem de Rangel, no Piauí, R$ 53,8 milhões; drenagem do Tabuleiro dos Martins, em Maceió, R$ 53,6 milhões; obras de saneamento na região do rio Paraibuna, em Minas Geais, R$ 35 milhões; construção do sistema adutor do sudeste do Piauí, R$ 34,5 milhões; obras de controle de enchentes no rio Poty, no Piauí, R$ 25,2 milhões; e construção da barragem de Congonhas, em Minas Gerais, R$ 500 mil.

Por fim, as últimas oito obras com suspeitas de irregularidades, acompanhadas, como em todos os casos, de seus custos totais: construção dos terminais de granéis do porto de Barra do Riacho, no Espírito Santo, no valor de R$ 347 milhões; expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no Maranhão, R$ 242 milhões; construção da fábrica de hemoderivados de Pernambuco, R$ 136 milhões; construção da linha 3 do Metrô, no Rio de Janeiro, R$ 65 milhões; construção da sede do Tribunal Regional Federal, no Distrito Federal, R$ 19,7 milhões; construção do porto de Camargo, em Campo Mourão (PR), R$ 10,1 milhões; construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina (MS), R$ 1,5 milhão; e reforma do campus da Universidade de Pelotas (RS), R$ 1,3 milhão.

A Petrobras é um caso aparte. Maior empresa nacional, faturou R$ 240 bilhões em 2008 e respondia, no final do segundo governo Lula, por mais de 90% dos investimentos das estatais brasileiras. Suas 21 subsidiárias aplicavam R$ 60 bilhões por ano. Desde a posse de Lula, em janeiro de 2003, até abril de 2009, a empresa firmou contratos de prestação de serviços no valor de R$ 129 bilhões, sendo R$ 47 bilhões, mais de um terço do total, sem licitação.

De suas 80 diretorias, gerências e assessorias importantes, 21 foram ocupadas por indicações políticas, a saber: 17 do PT, duas do PMDB e duas do PP. Vale destacar a Braspetro, distribuidora de combustíveis, nas mãos do ex-senador tucano Sérgio Machado (CE), apadrinhado do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e o próprio presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), ligado ao governador da Bahia, Jaques Wagner (PT).

Em 25 de março de 2009, a Polícia Federal deflagrou a Operação Castelo de Areia, para desbaratar uma quadrilha que envolveria diretores da construtora Camargo Corrêa. De acordo com as investigações foram detectadas licitações fraudulentas, obras públicas superfaturadas e remessas ilegais a paraísos fiscais. Havia indícios de uso do chamado "dólar-cabo" para mandar dinheiro ao exterior, sistema pelo qual não há transferências físicas ou eletrônicas de valores entre países, mas compensações por intermédio de contas de doleiros.

As apurações da Polícia Federal apontaram para Fernando Arruda Botelho, sócio da Camargo Corrêa e vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Ele seria responsável por doações da empreiteira a partidos políticos. Sete legendas foram citadas num primeiro momento: PSDB, DEM, PPS, PMDB, PP, PDT e PSB. Depois surgiram menções às agremiações do PT, PTB e PV. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, teria intermediado contribuições a candidatos.

Entre os políticos diretamente mencionados por receber dinheiro da Camargo Corrêa estavam os senadores Agripino Maia (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) e um ex-candidato a prefeito de Recife, Mendonça Filho (DEM). Em seguida viriam outros nomes, mas, da mesma forma, não haveria indicações de doações ilegais para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP), Cândido Vaccarezza (PT-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Aldo Rebelo (PC do B-SP), Michel Temer (PMDB-SP), Paulo Renato (PSDB-SP), Edson Aparecido (PSDB-SP) e Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Empresas do grupo Camargo Corrêa figuravam entre as principais doadoras a candidatos e comitês financeiros nas campanhas eleitorais de 2006 e 2008. Doaram, oficialmente, R$ 38,3 milhões, sendo que, em 2008, os três partidos que mais receberam foram, respectivamente, DEM (R$ 3,1 milhões), PT (R$ 1,2 milhão) e PSDB (R$ 580 mil). Mas não foram apenas doações legais, pelo que se depreende de ligações telefônicas captadas pela Polícia Federal durante as investigações. Este diálogo, por exemplo, foi travado entre Pietro Francesco Giavina Bianchi, diretor da empreiteira, acusado por ligações com doleiros, e um interlocutor identificado apenas como "Marcelo", que inicia a conversa:

- **Aquela tulipa, lembra? Chegou a ver?**

- Não. O que é isso?

- **Eram algumas coisas para acontecerem ontem.**

- Sim, mas o que é? Campanha política?

- **É.**

- Por dentro?

- **Não.**

- É. Então não tô sab... nem eu tô sabendo... tudo.

Em mais uma gravação autorizada pela Justiça, o mesmo Pietro Bianchi conversa com Fernando Dias Gomes, outro diretor da empreiteira. Gomes telefonara para Bianchi porque um tal "Luiz" gostaria de saber se o deputado José Carlos Aleluia recebera dinheiro em 2008. Pietro Bianchi responde:

- Mas pagamos, não?

- **É, eu vou dar uma olhada (...). Diz que ele tem um pen drive lá embaixo.**

- Além disso, na minha pasta lá...

- **Hum.**

- ... tem aquela pasta de eleições.

- **Ah, tá bom.**

- E lá tem todos os caras que foram pagos.

- **Eu procuro lá, então.**

- A relação inclusive... bom, inclusive o oficial... a colaboração oficial.

- **Tá bom. Tem as duas, né? Tá bom.**

A Camargo Corrêa teria repassado R$ 178 milhões a políticos e funcionários públicos entre 1995 e 1998, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). A Operação Castelo de Areia poderia se transformar num barril de pólvora. Em 2008, a Camargo Corrêa participava, por exemplo, das obras de construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Anápolis-Uruaçu, em Goiás, pelas quais recebera R$ 44 milhões. A Polícia Federal, por sua vez, investigava, entre outras, cinco grandes obras da empreiteira tocadas em 2009, algumas já relacionadas neste texto: as construções da eclusa da hidrelétrica de Tucuruí (PA), aeroporto de Vitória, Tribunal Regional Federal no Distrito Federal, metrô de Salvador e, principalmente, a refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca (PE), uma parceria do governo Lula com a Venezuela, bandeira do presidente do Brasil. O custo da refinaria era de US$ 4 bilhões em 2005. Chegaria a US$ 12 bilhões em 2009.

Para evitar problemas, Lula agiria com rapidez, solicitando a seu ex-ministro da Justiça, advogado Márcio Thomaz Bastos, que atuasse como criminalista na defesa da Camargo Corrêa. Bastos aceitou na hora, mas negou haver o pedido de Lula. Auditoria do TCU identificara diversas irregularidades na primeira parte da construção da refinaria Abreu e Lima. Teria havido superfaturamento de R$ 121 milhões em serviços executados, inclusive nos de terraplenagem. Usariam o truque do "jogo de planilha", pelo qual itens sujeitos a prováveis compras posteriores receberiam preços mais altos, enquanto aqueles cujas quantidades podem ser reduzidas ao longo da obra ficariam com preços baixos. Existiriam indícios da contratação de funcionários e até de máquinas-fantasmas, além de suspeitas relacionadas à aquisição de laboratório, tanques de armazenamento e cozinha industrial. Uma das contratadas pela Petrobras para tocar as obras em Abreu e Lima, citada pela Polícia Federal, era a EIT (Empresa Industrial Técnica). Ela apareceria como suspeita de efetuar pagamentos indevidos ao grupo do empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

As atividades de Fernando Sarney foram investigadas pela Polícia Federal e justificarão a devida atenção do leitor, conforme veremos nos próximos capítulos. Em todo o caso, cabe registrar as suspeitas dos federais sobre as ligações entre o filho de José Sarney e Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia, afastado do governo Lula no bojo de um caso de corrupção, como já vimos. Mas Silas Rondeau continuaria agindo na gestão do PT. Utilizaria sua influência na Petrobras, da qual era integrante do Conselho de Administração, para beneficiar os negócios do grupo de Fernando Sarney.

Silas Rondeau faria uso de uma consultoria para "mascarar" o recebimento de dinheiro de empresas do setor de energia. Ele figuraria como sócio oculto da RV2, que assinara, por exemplo, contrato de R$ 195 mil com a Multiner, empresa com atuação na construção de usinas eólicas. A Multiner também controlaria a termelétrica de Cristiano Rocha, em Manaus, que recebera financiamento de R$ 27,7 milhões da Petros, o fundo de pensão da Petrobras.

Oito meses após deflagrar a Operação Castelo de Areia, a Polícia Federal concluiu uma nova fase de investigações sobre as atividades da Camargo Corrêa. O delegado Otavio Margornari Russo apontou obras suspeitas de superfaturamento e indícios de doações ilegais a cerca de 200 políticos.

Citou o deputado Walter Feldman (PSDB-SP), que teria recebido US$ 5 mil por mês, de janeiro a dezembro de 1996, além de outros US$ 20 mil em 1998. Fez referências a US$ 45 mil encaminhados em 1996 a "Palácio Band", o que indicaria se tratar do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo de São Paulo.

O nome do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), surgiu como beneficiário de US$ 345 mil, ao lado dos registros de 21 cifras com valores, datas e taxas de câmbio. Os valores repassados pela Camargo Corrêa a Michel Temer seriam redondos, variando de US$ 5 mil a US$ 10 mil e, em alguns anos, com periodicidade mensal.

O delegado federal relacionou o ex-deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), supostamente contemplado com US$ 15.780 em 1998, o ex-senador Gilberto Miranda, com US$ 50 mil, e a Companhia Energética de São Paulo, para onde "doação" de US$ 2,3 milhões teria sido enviada em 1997.

O Ministério Público Federal em São Paulo ofereceu denúncia contra os executivos da Camargo Corrêa Pietro Francesco Giavina Bianchi, Fernando Dias Gomes e Darcio Brunato. Apontou o pagamento de R$ 4 milhões de propina no exterior, um acerto para a empreiteira vencer licitações e construir cinco hospitais no Pará e 23 navios para a Transpetro, uma subsidiária da Petrobras. No caso dos cinco hospitais, o suborno irrigaria os caixas 2 do PT e do PMDB com, respectivamente, R$ 260 mil e R$ 130 mil.

Havia suspeitas de pagamento de propina aos senadores Inácio Arruda (PC do B-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES) pelo suposto envolvimento deles com as obras de construção do metrô de Fortaleza e do aeroporto de Vitória. O diretor da Eletronorte, Adhemar Palocci, irmão do deputado Antonio Palocci (PT-SP), também seria investigado, por conta das obras na eclusa da hidrelétrica de Tucuruí. Os serviços da Camargo Corrêa em Tucuruí gerariam R$ 1 milhão em comissões ilegais, dividido meio a meio entre PT e PMDB. Astrogildo Quental, diretor da Eletrobrás, ligado à família Sarney, poderia estar envolvido na maracutaia de Tucuruí, conforme as investigações.

O nome do deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), um dos expoentes do escândalo do mensalão, da mesma forma que o de Paulo Souza, diretor da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário, empresa do Governo de São Paulo), apareceu ligado a suspeitas relacionadas à construção do rodoanel Mario Covas. Obras da linha 4 do metrô de São Paulo teriam servido para o pagamento de propinas, da mesma forma que as da ponte Jurubatuba, na zona sul da cidade. Foram citados Elton Zacarias, secretário de Habitação da Prefeitura de São Paulo, supostamente envolvido em irregularidades nas obras de urbanização de Paraisópolis, na capital paulista, e os vereadores paulistanos Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e Toninho Paiva (PR-SP), suspeitos de facilitar a compra de um terreno para a Camargo Corrêa. Elton Zacarias teria recebido R$ 1 milhão. Os dois vereadores, R$ 800 mil.

Um dos grandes contratos assinados sem licitação durante a era Lula entre a Petrobras e organizações não-governamentais, no valor de R$ 16,1 milhões, foi o celebrado em outubro de 2008 com o MBC (Movimento Brasil Competitivo), uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). O escopo do convênio era a modernização da gestão pública e o aumento da competitividade do setor. No papel, tudo muito bonito. Como sempre. O problema foi que, entre seus conselheiros, o MBC tinha o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e mais quatro ministros da administração Lula, inclusive a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT-RS).

A Petrobras teria assinado contratos suspeitos, no valor de R$ 203 milhões, com o grupo Protemp, que disponibilizava mão-de-obra. Entre 2005 e 2009, as quatro empresas da organização, cuja sede ficava em Santo André (SP), firmaram 27 contratos com a Petrobras, sendo que 11 por dispensa de licitação. Havia suspeitas de que "laranjas" eram proprietários da Protemp.

O "sócio" Walter Fabri, por exemplo, não passaria de um funcionário da empresa. Deolinda Malentachi, moradora da periferia de Santo André, teria participação majoritária no grupo. Morreu sem deixar bens. Outra moradora da periferia de Santo André, a aposentada Maria Aparecida da Costa, ficaria "sócia" depois de perder os documentos e receber solicitação "para assinar uns papéis". De acordo com a Folha de S.Paulo, ela seguiria orientação de um advogado que a procurara, de nome Saulo de Lima, um ex-secretário do prefeito Dario Lima (PT) em Blumenau (SC).

O repórter Fernando Barros de Mello revelou também o nome de um ilustre "empregado" da Protemp, devidamente terceirizado e instalado no setor de Comunicação Institucional da Petrobras, em São Paulo: José Carlos Espinoza, fiel escudeiro de Lula. Ex-segurança do chefe, chegou ao comando do gabinete regional da Presidência da República em São Paulo, no primeiro mandato de Lula. Participou da elaboração da agenda da campanha de Lula à reeleição em 2006. Deixou o cargo na esteira do escândalo do dossiê, aquele que envolveu o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já relatado aqui.

Na Petrobras, José Carlos Espinoza teria a função, conforme explicou, de fazer a interlocução com os movimentos sociais. Ao esclarecer o que fazia, citou dirigentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Nas palavras de José Carlos Espinoza:

- Por conta exatamente do meio de campo que foi pedido para eu fazer entre os movimentos sociais e a Petrobras. Conheço o José Rainha, o presidente da Contag, o pessoal da Fetraef.

O TCU examinou o destino das aplicações da Petrobras em programas e obras sociais. Eram convênios ou contratos firmados por dispensa de licitação que movimentaram R$ 209 milhões entre 2003 e meados de 2009. A maior parte do dinheiro vinha do chamado FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e beneficiou o PT e os partidos da base aliada do presidente Lula. De dezembro de 2008 a maio de 2009, por exemplo, de R$ 38,6 milhões provenientes de 157 repasses, 54% dos recursos irrigaram administrações do PT. Os 46% restantes foram divididos por 16 partidos. Se considerarmos o PMDB, os dois principais partidos da base aliada, PT e PMDB, embolsaram 67% da verba.

Levantamento do TCU identificou repasses da Petrobras, no valor de R$ 15 milhões, para a CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT) alfabetizar 140 mil trabalhadores entre 2004 e 2005, ainda no primeiro mandato de Lula. Parte do dinheiro compraria 100 mil kits de cadernos, estojos, borrachas, lápis e apontadores para uso de alunos, e outros 4 mil kits, com cadernos, pastas e canetas, seguiriam para professores. Não houve comprovação da distribuição dessas centenas de milhares de itens.

A Petrobras financiou 119 festas de São João na Bahia. A maioria dos eventos beneficiou cidades governadas pelo PT ou por partidos da base aliada, entre 2005 e 2008. Os recursos da estatal eram intermediados pela Aanor (Associação de Apoio e Assessoria a Organizações Sociais no Nordeste), uma organização não-governamental dirigida por Aldenira da Conceição Sena, vice-presidente do PT da Bahia. A entidade recebeu R$ 4,1 milhões para fazer o gerenciamento das festas.

A Folha de S.Paulo apurou que Rosemberg Pinto, assessor especial do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (PT-BA), negociava cotas de patrocínio para as tais festas juninas. Indicava empresas que deveriam ser contratadas pelos prefeitos. Cesira Maccarinelli Ferreira, suplente do Conselho Fiscal da Aanor, era secretária particular do governador Jaques Wagner (PT-BA). Outra dirigente da entidade, Maria das Dores Loiola Bruni, mantivera ligações com o ex-deputado Josias Gomes (PT-BA), um dos envolvidos no escândalo do mensalão.

A CGU (Controladoria-Geral da União) detectou indícios de desvios em oito contratos da Petrobras, no valor de R$ 5,6 milhões, todos celebrados com organizações não-governamentais entre 2003 e 2008. Conforme o jornal O Globo, havia ausência de comprovantes de despesas e dinheiro da estatal em empresas ligadas aos próprios donos das entidades patrocinadas. Um repasse suspeito, no valor de

R$ 1,4 milhão, beneficiou a Associação Vira Lata, uma cooperativa de catadores de papel dirigida por um assessor do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), também citado no escândalo do mensalão.

Outro repasse sob investigação, de R$ 477 mil, favoreceu a Confederação das Mulheres do Brasil, que manteria ligações com o PMDB. Documentos apresentados pela entidade seriam fraudados. Empresas de parentes de diretores da patrocinada teriam sido contratadas com dinheiro da Petrobras. Já o Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) recebeu R$ 2,9 milhões. A CGU apontou diversos problemas no uso do dinheiro por parte da entidade, que era dirigida pelo ex-vereador Ivanir dos Santos (PT-RJ).

Uma organização não-governamental, o Ifas (Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar), com sede em Goiânia, fechou convênio de R$ 4 milhões com a Petrobras em 2007. O acordo previa o plantio de mamona, dendê e girassol em Minas Gerais, Ceará e Bahia. A empresa estatal chegou a repassar R$ 1,6 milhão do estipulado, mas nada saiu do papel, conforme o jornal O Estado de S. Paulo. Entre os nomes dos fundadores do Ifas estava Delúbio Soares, tesoureiro do mensalão.

Durante os dois mandatos de Lula, três empresas foram contratadas 268 vezes pela Petrobras. Juntas, R.A. Brandão Produções Artísticas, Guanumbi Promoções e Eventos e Sibemol Promoções e Eventos, esta última registrada em endereço onde funcionava um canil, no Rio, faturaram R$ 11,6 milhões, em contratos sem licitação. Raphael de Almeida Brandão era sócio das três. Outra coincidência: a responsabilidade pelas contratações estava a cargo do gerente de comunicação de Abastecimento da Petrobras, Geovane de Morais, oriundo do movimento sindical de químicos e petroleiros da Bahia, como, aliás, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, o seu assessor especial, Rosemberg Pinto, e o próprio governador do Estado, Jaques Wagner.

Geovane de Morais teria gastado R$ 150 milhões em 2008, sendo que só haveria autorização para despender R$ 30 milhões. Como foi possível? Ele seria exonerado no começo de abril de 2009, mas, até o final de julho daquele ano, permanecia na Petrobras, em licença médica. Nos negócios suspeitos com recursos públicos firmados por Geovane de Morais surgiriam os nomes de duas produtoras de vídeo, ambas contratadas também por campanhas eleitorais do governador Jaques Wagner e de prefeitos do PT. A Movimento Produções e Eventos e a M&V Produções receberam R$ 7,2 milhões em contratos sem licitação. As empresas estavam em nome do mesmo dono, Vagner Angelim.

Em 2004, Geovane de Morais autorizou a contratação, por R$ 163 mil, da Movimento Produções e Eventos. No ano seguinte, gastou R$ 291 mil com as duas produtoras. Em 2006, ano da eleição de Jaques Wagner a governador, a Petrobras despendeu mais R$ 1 milhão em contratos com as produtoras de Vagner Angelim. Em 2007 a conta foi de R$ 1,8 milhão. Em 2008 mais que dobrou, para R$ 4 milhões. Entre as irregularidades apuradas, Geovane de Morais faria pagamentos sequenciais às empresas. Evitava celebrar contratos. Ao escolher desembolsos picados elevava custos e aumentava os ganhos das prestadoras de serviço. Em 2008 foram 90 pagamentos às duas produtoras. Outros serviços contratados por Geovane de Morais não teriam sido entregues.

A ANP (Agência Nacional de Petróleo) investigou compensações financeiras pagas pela Petrobras, os chamados *royalties*, a prefeituras em cujas cidades havia exploração de petróleo e gás ou instalações para armazenar ou escoar combustível. Encontrou aumento de quase 800% em repasses ocorridos durante os anos Lula, principalmente no Nordeste. Os valores subiram de R$ 16 milhões, em 2002, para R$ 144 milhões, nos primeiros seis meses de 2008.

Levantou suspeita que procuradores da própria agência reguladora, do escritório de Brasília, teriam sido responsáveis por pagamentos superiores aos determinados pela Justiça. Alguns deles fariam defesas negligentes. O jornal O Estado de S.Paulo contou a história do pequeno município de Itambé (PE). Passa por seu território o gasoduto Nordestão 1. A ANP determinara *royalties* em torno de R$ 40

mil por mês em 2007. A Prefeitura contratou a Paradigma Consultoria, dirigida por Eugênio Roberto Maia, superintendente da ANP até 2006. O valor dos *royalties* pulou para R$ 584 mil por mês.

Em outubro de 2009, 15 municípios nordestinos mantinham contratos com a empresa de Eugênio Roberto Maia e brigavam judicialmente contra a ANP. A cidade de Moreno (PE) viu a arrecadação por *royalties* subir de R$ 44 mil, em 2007, para R$ 8,7 milhões, no ano seguinte. No caso de Itambé, a Paradigma Consultoria, com sede no Rio, ganhou R$ 1,1 milhão em comissões. Foi a compensação pelos R$ 11,5 milhões arrecadados em 17 meses pela Prefeitura.

Um caso deu o que falar. Victor de Souza Martins, irmão do ministro da Comunicação, Franklin Martins, era diretor da ANP desde 2005. Ele foi acusado de desviar recursos da Petrobras para esquema de pagamento de *royalties*. Praticaria tráfico de influência a fim de beneficiar a empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento, operada por sua mulher, Josenia Bourguignon Seabra. Pagamentos de *royalties* retroativos, referentes à exploração do campo de Marlim, na bacia de Campos, poderiam gerar uma soma de R$ 1,3 bilhão, e dezenas de milhões em comissões irregulares. Victor de Souza Martins negou.

Doze cidades teriam obtido novos e vantajosos critérios de pagamento de compensações do setor petrolífero, graças a recomendações de Victor de Souza Martins. Os diretores da ANP arbitravam sobre o pagamento de *royalties*. Juntos, cinco dos 12 municípios mais que dobrariam a arrecadação com as compensações, obtendo R$ 176 milhões em 2008. A Polícia Federal admitiu investigar o caso em abril de 2009, mas não confirmou se Victor de Souza Martins estava entre os suspeitos. Um dossiê contra o diretor teria sido elaborado por araponga do próprio setor de inteligência da ANP.

Angra dos Reis (RJ) dobrou a receita mensal com *royalties*, de R$ 2,5 milhões para R$ 5,2 milhões, após contratar, em 2007, a Petrobonus Consulting, empresa especializada em obter o benefício. Onze cidades fizeram o mesmo, sem licitação. O relatório concedendo a compensação a Angra dos Reis foi assinado por Victor de Souza Martins. A consultoria renderia R$ 23 milhões em comissões à empresa. Newton Simão fazia parte dos quadros da Petrobonus. Antes, ele era assessor de Victor de Souza Martins, na ANP. Do secretário de Fazenda de Angra, Roberto Peixoto, em 9 de abril de 2009:

- Fizemos várias tentativas junto à ANP para conseguir enquadramento e não conseguimos. Só tivemos sucesso com a Petrobonus.

Um caso palpitante pôs a ANP na berlinda: o pagamento de R$ 178 milhões, supostamente ilegal, a sindicatos de produtores de álcool de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. O episódio teve a participação do diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, uma liderança do PC do B. O acerto para quitar subsídios que seriam devidos aos usineiros teria sido lesivo aos cofres públicos, pois o valor, muito alto, foi pago em dinheiro, evitando o procedimento padrão de mandar os credores à fila dos precatórios. Além de Haroldo Lima, teriam participado da negociação o deputado José Mentor (PT-SP) e um amigo, o lobista Paulo Afonso Braga Ricardo, que ficaria com comissão de 30% do total, ou seja, quase R$ 50 milhões. O lobista disporia de empresa *offshore* e teria uma ex-empregada doméstica de "sócia".

Havia ainda indícios de fraudes em licitações para reformar plataformas marítimas, no valor de R$ 200 milhões, conforme investigação da Polícia Federal na Operação Águas Profundas, realizada em 2007. O TCU também apontara possíveis irregularidades em contratos para construir plataformas. Com base no trabalho dos federais, o Ministério Público denunciou 26 pessoas por formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, fraude em licitação e falsificação de documentos, incluindo diretores da Iesa Óleo e Gás.

Apesar da ação criminal contra dirigentes da empresa, a Petrobras assinou um contrato com a Iesa Óleo e Gás no ano seguinte, no valor de R$ 190 milhões, para reformar plataformas. A empresa também participava do consórcio encarregado de construir a plataforma P-63, no valor de R$ 1,6

bilhão. Na investigação da Operação Águas Profundas, a Iesa Óleo e Gás admitiu ter entregue R$ 3,5 milhões à Angraporto, para comprar informações privilegiadas e vencer concorrência na Petrobras. A Angraporto, por sua vez, teria pago propina a funcionários da Petrobras, a fim de ganhar os certames. Com os dados, a Iesa obteria contrato para reformar a plataforma P-14. Em 2006, a mesma Iesa doara R$ 1,6 milhão para a campanha eleitoral do PT.

Como a Iesa, a GDK também se metera em confusão e sairia recompensada pela Petrobras. A empresa, com sede em Salvador, tornou-se famosa em 2005, após um de seus executivos presentear o então secretário-geral do PT, Silvio Pereira, com um jipe Land Rover. A revelação do mimo a Silvio Pereira ocorreu no auge do escândalo do mensalão. Na época, a GDK era dona de R$ 512 milhões em contratos com a Petrobras, sendo que a reforma da plataforma P-34, no campo de Jubarte (ES), teria sofrido sobrepreço de US$ 23 milhões. Conforme levantamento da Folha de S.Paulo, após o escândalo a GDK voltaria a ser contratada 19 vezes pela Petrobras. Total dos contratos firmados, entre 2007 e 2009: R$ 584 milhões. O mais alto, no valor de R$ 199 milhões, foi assinado com dispensa de licitação.

Diversas ocorrências justificaram a criação da CPI da Petrobras. Mas o Palácio do Planalto a manteve sob controle desde o início, em agosto de 2009. Oito de seus 11 integrantes eram da base aliada. Lula ainda dispunha do presidente da comissão, senador João Pedro (PT-AM), e do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), seu líder no Senado. Requerimentos da oposição foram derrubados. Não houve acesso a dados considerados sigilosos. Engavetaram a investigação do convênio entre a Petrobras e a Fundação José Sarney. Não prosperaram as tentativas de averiguar a manobra contábil usada pela Petrobras, com a finalidade de alterar seu regime tributário e deixar de pagar R$ 2 bilhões em impostos em 2009.

Ao contrário da CPI dos Correios, que quase o derrubou, Lula, mais experiente, negociou antes e blindou a CPI da Petrobras. No editorial "Sob a regência de Lula", o jornal O Estado de S. Paulo abordou a relação estreita entre o presidente da República e o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP): "O apoio a Sarney é peça-chave nessa formidável construção de poder que Lula rege pessoalmente porque considera a sua prioridade número um. No primeiro mandato, Lula não raro delegou as articulações políticas do governo a Dirceu e aos ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Antonio Palocci, da Fazenda. Neste segundo período, escaldado pelos tropeços no escândalo do mensalão, e até por falta de alternativas, tornou-se ele próprio o seu principal operador político".

Dois meses antes do início dos trabalhos da CPI da Petrobras, Lula já dava uma dica sobre como trabalhava a comissão de inquérito. O presidente estava ao lado de José Sarney, durante um evento em homenagem ao ministro e ex-presidente do TCU, Marcos Vilaça. Lula voltou-se a Vilaça:

- Hoje você é ministro e eu sou presidente. Mas, daqui a um ano e meio, eu não sou mais presidente e vamos estar tomando uma água de coco com uma pituzinha lá em Pernambuco, sem prestar contas à imprensa, sem prestar contas a nenhuma CPI da Câmara ou do Senado, apenas prestando contas ao que nós vamos fazer no futuro.

Logo após a instalação da CPI, Lula voltaria a se manifestar:

- O Senado só tem gente experiente. Você acha que tem algum bobo no Senado? O bobo é quem não foi eleito. Os espertos estão todos eleitos.

Perguntado se os senadores fariam a CPI acabar em pizza, Lula vaticinou:

- Todos eles são bons pizzaiolos.

Capítulo 19

Apesar do desgaste, Lula defendeu José Sarney e retribuiu apoio recebido no caso do mensalão

O mundo político foi marcado pela eleição de José Sarney (PMDB-AP) à presidência do Senado no início de 2009. Se houvesse alguma dúvida sobre o papelão que os senhores parlamentares desempenhariam, naquele sétimo e penúltimo ano da era Lula, acabou desfeita com as primeiras palavras do novo segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados e corregedor da Casa, Edmar Moreira (DEM-MG), eleito na mesma época. Edmar Moreira queria o fim dos julgamentos de deputados por falta de decoro parlamentar. Ninguém mais seria cassado. Propôs um vale-tudo.

É digno de nota o fato de que o novo corregedor responderia a inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por suspeita de apropriação indébita de contribuições previdenciárias e crime contra a ordem tributária. O deputado mineiro não teria repassado para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) um total de R$ 655 mil referentes a contribuições recolhidas dos salários dos funcionários de uma de suas empresas de segurança.

O histórico de Edmar Moreira incluía votos contra as cassações de sete deputados denunciados por envolvimento no escândalo do mensalão e a renúncia à vaga de titular do Conselho de Ética da Câmara. Motivo: ficou indignado com a rejeição de seu relatório absolvendo o deputado José Mentor (PT-SP), que não dera explicações consideradas razoáveis para um dinheiro depositado pelo valerioduto em sua conta bancária. Nem precisava: José Mentor acabou inocentado por seus pares. O elo com o PT proporcionara os votos necessários para Edmar Moreira eleger-se corregedor.

O que o tornou conhecido nacionalmente, contudo, foram as imagens de um castelo estapafúrdio, em estilo medieval, estampadas nos jornais de todo o País. A propriedade suntuosa virou um símbolo da imoralidade política. Acusado de esconder da Justiça Eleitoral o famoso Castelo Monalisa, avaliado em R$ 25 milhões, Edmar Moreira alegou que era dos seus filhos a construção erguida em área de 192 hectares, com 36 suítes dotadas de hidromassagem e torres de até sete andares, em São João do Nepomuceno (MG). O deputado sofreu outra acusação: teria gastado boa parte dos R$ 15 mil mensais da chamada verba indenizatória fornecida pela Câmara para contratar segurança privada. Em vez de usar o dinheiro para cobrir despesas do mandato com serviços de transporte, hospedagens e aluguel de escritórios, por exemplo, justificou o dispêndio de R$ 230 mil dos R$ 360 mil, num período de dois anos, com segurança pessoal.

Pior: Edmar Moreira apresentou notas de duas empresas de sua propriedade, a Ronda e a Itatiaia, como se tivessem sido contratadas por ele com o objetivo de protegê-lo. As investigações apontaram que a Ronda existiria apenas para emitir notas, a fim de justificar o uso da verba indenizatória. As empresas estariam em situação pré-falimentar. O deputado não comprovou a prestação dos serviços. Ficou a forte suspeita de que amealhou os recursos públicos em benefício pessoal. O primeiro relator do caso Edmar Moreira perdeu o cargo após dizer que não via motivos para condenar nem pedir a cassação do colega. Palavras do deputado Sérgio Moraes (PTB-RS):

- Estou me lixando para a opinião pública.

O deputado do castelo não perdeu o mandato.

O destino das verbas indenizatórias tornou-se um escândalo recorrente nos anos Lula. Em 2006 mais de 100 deputados teriam apresentado notas fiscais falsas para justificar gastos com combustível. Provavelmente enfiaram o dinheiro no bolso. As investigações deram em nada. Ninguém foi punido. Em apenas dois meses de 2008, as notas apresentadas pelos senhores deputados justificaram compras de 1 milhão de litros de gasolina, o suficiente para dar 250 voltas ao redor do planeta. Se o leitor

permite outra comparação, 1 milhão de litros de combustível daria para fazer 25 viagens da Terra à Lua.

Ainda antes do Carnaval de 2009, uma bomba: inconformado com a eleição de José Sarney para a presidência do Senado, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) concedeu entrevista ao repórter Otávio Cabral, da revista Veja, e acusou Sarney de não ter compromisso ético. Atacou o próprio partido, "uma confederação de líderes regionais, cada um com seu interesse, sendo que mais de 90% deles praticam o clientelismo, de olho principalmente nos cargos".

- Para que o PMDB quer cargo?

- Para fazer negócios, ganhar comissões. Alguns ainda buscam o prestígio político. Mas a maioria dos peemedebistas se especializou nessas coisas pelas quais os governos são denunciados: manipulação de licitações, contratações dirigidas, corrupção em geral. A corrupção está impregnada em todos os partidos. Boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção.

Jarbas Vasconcelos não perdoou Lula. Para ele, o presidente era chefe de "um governo medíocre". Segundo o senador pernambucano, Lula "havia se comprometido com a sociedade a promover reformas e governar com ética. Com o desenrolar do primeiro mandato, diante dos sucessivos escândalos, percebi que Lula não tinha compromissos com reformas ou com ética".

Sobrou também para o partido do presidente: "O PT denunciava todos os desvios, prometia ser diferente ao chegar ao poder. Quando deixou cair a máscara, abriu a porta para a corrupção. O pensamento típico do servidor desonesto é: 'Se o PT, que é o PT, mete a mão, por que eu não vou roubar?'"

A entrevista teve repercussão nacional. Jarbas Vasconcelos não poupou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), alçado ao cargo de líder do PMDB no Senado com a eleição de José Sarney:

- Ele não tem nenhuma condição moral ou política para ser senador, quanto mais para liderar qualquer partido. Renan é o maior beneficiário desse quadro político de mediocridade em que os escândalos não incomodam mais e acabam se incorporando à paisagem.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi dos poucos a apoiar as investidas de Jarbas Vasconcelos contra o PMDB, o maior partido político do País:

- Acontecem essas mesmas coisas com os outros partidos, com PT, PSDB, DEM, PPS e PTB. Estamos em uma geleia geral. Acontece que alguns têm mais corrupção que outros porque são maiores.

Jarbas Vasconcelos não recuou:

- Não é de hoje que o PMDB tem sido corrupto. Mas Lula tem sido conivente com a corrupção. Não foi Lula ou o PT que inventaram a corrupção, mas essa tem sido a marca do governo dele, a marca do toma-lá-dá-cá.

- A impunidade estimula a corrupção. Se o governador, o senador e o deputado são corruptos e nada acontece, as pessoas logo pensam que também podem fazer corupção.

A retaliação não tardou. Renan Calheiros destituiu Jarbas Vasconcelos da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), um dos órgãos mais importantes do Senado. Lula só se pronunciaria após 40 dias, com a costumeira cara de paisagem, em visita ao Recife:

- Eu sempre tratei o senador Jarbas Vasconcelos tão bem e não sei por que ele, eleito senador, tem agredido tanto o governo.

Depois do castelo, certa mansão de R$ 5 milhões ganhou as páginas dos jornais. Seu ilustre morador, Agaciel Maia, diretor-geral do Senado, comprara o imóvel luxuoso em 1996, apenas um ano após assumir o cargo de chefão do Senado, escolhido por José Sarney, durante sua primeira gestão como presidente da Casa. As fotografias do casarão de 960 metros quadrados, erguido no Lago Sul, área nobre de Brasília, escandalizaram o País. Agaciel Maia registrou-o em nome do irmão, deputado João Maia (PR-RN), mas o imóvel não foi declarado à Receita Federal ou à Justiça Eleitoral.

A mansão derrubou Agaciel Maia do cargo. Durante 14 anos, ele comandou a máquina administrativa do Senado. Fez e desfez, num período em que José Sarney ocupou a presidência da Casa por três vezes. Exemplos: 4 mil postos de trabalho instituídos, mas apenas 150 preenchidos por concurso público. Os demais eram nomeações políticas. Cerca de 700 funcionários do Senado receberiam salários superiores a R$ 25 mil por mês em 2009, extrapolando o teto estabelecido pela Constituição. Para pagar as despesas o orçamento da Casa subiria de R$ 882 milhões a R$ 2,7 bilhões, em uma década. Triplicou.

Entre 2003 e 2005, na segunda gestão de José Sarney à frente do Senado, surgiriam 70% dos 181 cargos de diretor existentes na Casa. Tempos do primeiro mandato de Lula. As atenções, voltadas para o escândalo do mensalão, deixaram à vontade os senhores senadores. Por outro lado, José Sarney, competente operador de bastidores, havia feito o que estava a seu alcance para blindar Lula e livrá-lo do mensalão. No segundo mandato de Lula, porém, a confusão se instalaria no Senado e, como veremos, foi a vez de Lula retribuir. Os dois salvaram-se mutuamente. Antes de iluminarmos mais maracutaias no Senado e como Lula protegeu Sarney, tratemos de outro escândalo que sacudiu o Congresso em 2009: a farra das passagens aéreas.

Em 2 de abril, o jornal Folha de S.Paulo revelou que o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) gastou R$ 469 mil da sua cota de passagens aéreas para fretar jatinhos. Tasso Jereissati contestou o valor, mas admitiu ter usado R$ 358 mil na alocação de aeronaves. Outros três senadores reconheceram ter feito o mesmo: Mário Couto (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM) e Heráclito Fortes (DEM-PI), primeiro-secretário do Senado.

Parlamentares trataram de converter as cotas em bilhetes para viagens de turismo. Levantamento do site Congresso em Foco constatou 1.855 viagens internacionais solicitadas por deputados, apenas no período entre janeiro de 2007 e outubro de 2008. A pesquisa apontou os campeões, aqueles que fizeram o maior número de requisições para deslocamentos ao exterior naquele espaço de tempo. Os cinco recordistas: Dagoberto Nogueira (PDT-MS), com 40 viagens; Léo Alcântara (PR-CE) e Marcelo Teixeira (PR-CE), com 35 cada um; Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), com 29; e Jilmar Tatto (PT-SP), que cravou 28 viagens.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também usou bilhetes aéreos comprados com dinheiro público para viajar. Foi com a mulher para a França e gastou passagens para curtir a Bahia com o irmão e outros três familiares. Os deputados Ricardo Berzoini (PT-SP) e Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidentes nacionais dos respectivos partidos, usaram a cota para distribuir benesses. Ricardo Berzoini forneceu bilhete para a filha ir a Argentina. Rodrigo Maia levou a mulher e a filha a Nova York. Bancou também bilhete ao mesmo destino para uma prima. A mulher de Rodrigo Maia ainda foi a Paris e Londres.

Ex-ministro do governo Lula, o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) presenteou a mulher e a filha com passagens a Miami. O deputado José Genoino (PT-SP) carregou a mulher e o filho a Madri. Vic Pires (DEM-PA) levou parentes e até o namorado da filha a Miami. Monteiro Neto (PTB-PE) mandou emitir bilhetes para a mulher, a filha e o filho nas rotas Santiago, Madri e Buenos Aires. O líder do PP, deputado Mário Negromonte (BA), não economizou: cinco familiares para Nova York. José Carlos Aleluia (DEM-BA) viajou com a mulher e o filho a Paris e Londres.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) cedeu passagem a que tinha direito para a filha ir ao Havaí. "Agi como se a cota fosse minha propriedade soberana. Confesso que caí na ilusão patrimonialista

brasileira", reconheceu, depois. Eugênio Rabelo (PP-CE) bancou com verba da Câmara 77 bilhetes aéreos para jogadores e dirigentes de um time de futebol.

Outro festival foi comandado pelo deputado Fábio Faria (PMN-RN). Deu sete passagens aéreas à namorada. Usou sua cota de bilhetes pagos com dinheiro público para presentear terceiros com viagens aos Estados Unidos. Em uma ocasião, levou 12 pessoas a uma festa em Natal. Descoberta a farra, prometeu devolver R$ 23.748.

Mais viagens de deputados: José Sarney Filho (PV-MA) levou a mulher e o filho a Montevidéu, Buenos Aires, Santiago e Madri. José Aníbal (PSDB-SP) a mulher a Paris. Sandro Mabel (PR-GO) a mulher a Buenos Aires. Henrique Alves (PMDB-RN) a mulher e dois filhos a Buenos Aires, Miami e Nova York. Fernando Coruja (PPS-SC) a mulher e dois filhos a Buenos Aires e Paris. Ivan Valente (PSOL-SP) a mulher a Paris.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) usou a cota pessoal de passagens aéreas para custear viagens da namorada em território nacional. Também a levou a Paris. Informou ter restituído R$ 20.621 aos cofres públicos. Renan Calheiros (PMDB-AL) cedeu várias passagens a terceiros. Entre os beneficiados, o primo Ildefonso Tito Uchoa, o primo acusado de ser testa-de-ferro do senador.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) aproveitou a farra aérea. Com dinheiro público "pagou" viagens e até estadias em hotéis para ela, o marido, filhos, parentes e amigos. No Brasil e no exterior. A Folha de S.Paulo apurou que, em menos de um ano, de maio de 2007 a fevereiro de 2008, Rosalba Ciarlini usou a cota de bilhetes aéreos do Senado para proporcionar 240 viagens. Quase uma por dia. Ao todo, somaram R$ 160 mil. Ela disse ao repórter Leonardo Souza que poderia usar a cota como quisesse:

- Eu cheguei aqui, senadora nova, a orientação era essa.

O deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) usou recursos públicos para adquirir passagens aéreas com destino a Nova York, Miami, Frankfurt e Milão em benefício da mulher, três filhas e uma neta. Depois, justificou:

- A família é sagrada, não tem nada demais.

Leandro Sampaio (PPS-RJ) lançou mão da cota e obteve 11 bilhetes para ele, parentes e amigos. Viajaram para Alemanha, Chile e Argentina. O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) foi a Nova York e Buenos Aires. João Paulo Cunha (PT-SP) usou os bilhetes da Câmara dos Deputados para ir com a mulher e a filha a Bariloche, na Argentina. A assessora Silvana Paz Japiassu e outras três pessoas também ganharam passagens à Argentina.

Não foram apenas deputados que participaram da farra das passagens. Ex-deputados também. A Câmara arcou com bilhetes aéreos entre fevereiro de 2007 e dezembro daquele ano a 116 ex-parlamentares. Do total, 28 usaram as cotas que teriam sobrado da época do mandato para fazer mais de 20 voos cada um. Rasparam o tacho. Solicitaram e obtiveram 896 bilhetes aéreos. Os recordistas: Almeida de Jesus (PR-CE), um dos acusados de envolvimento no escândalo dos sanguessugas, com 81 passagens; Hamilton Casara (PSDB-RO), com 57 bilhetes emitidos; e Miguel de Souza (PR-RO), que usufruiu 56.

A lista dos 28 incluía o ex-ministro do Esporte de Lula, Agnelo Queiroz (transferiu-se do PC do B para o PT-DF em 2008), que depois assumiu o cargo de diretor da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS; Murilo Zauith (DEM), vice-governador de Mato Grosso do Sul; e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

Ex-senadores não ficaram atrás. Onze deles pediram e foram atendidos, com 291 bilhetes aéreos. Mesmo fora do Senado usaram passagens aéreas da Casa em benefício próprio e de parentes e amigos. O vice-governador do Maranhão, João Alberto Souza (PMDB), pôs as mãos em 98 bilhetes. Usou 22 e mandou emitir os demais em nomes de terceiros. Rodolpho Tourinho (DEM-BA) tratou de obter 79 passagens. Roberto Saturnino Braga (PT-RJ), 54 bilhetes.

Joaquim Roriz (PMDB-DF), como se sabe, ficou no cargo apenas cinco meses. Renunciou para escapar de possível processo de cassação. Após sair do Senado, utilizou sete passagens. Teotônio Vilela (PSDB), eleito governador de Alagoas, não abriu mão da cota aérea dos tempos de senador. Requereu oito bilhetes. José Jorge (DEM-PE) virou ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), mas pediu 14 passagens. Jorge Bornhausen (DEM-SC) usufruiu 13 viagens, sem contar os dois bilhetes para os netos irem a Nova York. Saíram da cota do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC). Por fim a ex-senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Usou seis passagens após o término do mandato.

Lula demorou a se manifestar. Mas também deu a sua opinião:

- Não acho um crime um deputado dar uma passagem para um dirigente sindical ir a Brasília. Quando eu era deputado, muitas vezes convoquei dirigentes da CUT e outras centrais para se reunir, com passagens do meu gabinete. Graças a Deus, nunca levei nenhum filho meu para a Europa. Mas um deputado levar a mulher para Brasília... Qual é o crime?

O crime, senhor presidente, é usar dinheiro público. Parlamentares ganham suficientemente bem para pagar do próprio salário passagens às digníssimas esposas. De relatório técnico do TCU (Tribunal de Contas da União):

"É flagrante que a utilização de passagens aéreas em viagens de férias com a família e turismo internacional, como nos casos reportados pela imprensa, caracteriza afronta aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade."

Para o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), fornecer passagens para sindicatos, como Lula admitiu ter feito quando era deputado, é transgressão.

- A prática do presidente Lula é de banalizar a ética. Com essas declarações, ele está dizendo que ética é hipocrisia e todo o mundo deve se locupletar.

Comissão de sindicância instalada na Câmara dos Deputados identificou uma "máfia das passagens". Encontraram indícios de um esquema para vender bilhetes aéreos das cotas de parlamentares em 45 gabinetes. Ou seja, implicaria 45 deputados. Estranhamente, apenas dois poderiam ser responsabilizados. Os outros, tão ciosos, desconheciam que tinham bilhetes aéreos à disposição, deixando tudo nas mãos de espertos assessores...

Os deputados investigados eram Eugênio Rabelo (PP-CE) e Paulo Roberto (PTB-RS). Três outros talvez estivessem envolvidos. No restante dos casos, a culpa iria recair sobre os funcionários. Seriam eles que, em vez de emitir bilhetes pela *internet* para uso dos gabinetes, pegavam as senhas fornecidas pelas companhias aéreas e negociavam com agências de turismo de fachada que, por sua vez, vendiam as passagens para agências estabelecidas.

Uma das agências sem cadastro, a Morena Turismo, pertenceria a Pedro Damião Pinto Rabelo, que compraria passagens da uma funcionária do gabinete do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI). Outra, a Special Tour, teria como representante Marco Aurélio Cunha Vilanova, apontado como funcionário-fantasma do gabinete do deputado Marcio Junqueira (DEM-RR).

Eugênio Rabelo e Paulo Roberto foram absolvidos. Não teriam participado do esquema de venda de passagens. O gaúcho Paulo Roberto, no entanto, seria apontado como suspeito de manter funcionários-fantasmas em seu gabinete e ficar com parte de seus salários.

A farra aérea respingou no governo Lula. Após a nomeação para o primeiro escalão da administração do PT, três ex-deputados usaram e distribuíram a parentes e amigos 64 passagens da Câmara. O ministro das Relações Institucionais, José Múcio (PTB-PE), enfiou no bolso 54 bilhetes. Foi ilustre passageiro por cinco vezes. Desfrutaram da mordomia filho, genro, sobrinho e primo. Voaram entre Brasília, São Paulo, Rio, Recife e Porto Alegre.

Os outros dois ministros que paparam passagens da Câmara dos Deputados são Reinhold Stephanes (PMDB-PR), da Agricultura, e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), da Integração Nacional. Geddel, aliás, também voava em avião particular pelo interior da Bahia. O piloto, Francisco Meireles, era contratado como secretário parlamentar do deputado Edigar Mão Branca (PV-BA), que assumiu o mandato como suplente de Geddel Vieira Lima. Salário do piloto do ministro, pago pela Câmara dos Deputados: R$ 8.040. De Edigar Mão Branca, sobre as atribuições do alto cargo público de Francisco Meireles:

- Comigo aqui a ordem é fazer qualquer coisa, a qualquer hora, o que for necessário.

Mais um ministro de Lula enrolado: Hélio Costa (PMDB-MG), das Comunicações. Usou passagens do Senado para ir com a família a Miami. Os bilhetes saíram da cota do suplente de Hélio Costa no Senado, Wellington Salgado (PMDB-MG), que também cedeu um cargo do gabinete para rechear a conta bancária da secretária do ministro, Eliana Maria Ros. Ela recebia até hora extra do Senado. Salário dela: R$ 7.484. A propósito: Alexandre Costa, filho do ministro, foi nomeado no gabinete do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), de onde só saiu exonerado depois de acusado em 2008 de ser funcionário-fantasma. Em 2009, já fazia mais de seis anos que Januário Rodrigues, motorista da família de Hélio Costa em Belo Horizonte, estava comissionado em Brasília. Nos últimos tempos, como funcionário de Wellington Salgado. Como senador, Hélio Costa teria abrigado em seu gabinete, durante cinco anos, um repórter de uma rádio de Minas Gerais.

Hélio Costa também se enrolou no caso dos ministros de Lula que receberam auxílios-moradia suspeitos, pagos pelo Senado. Além dele, que teve o salário engordado ao longo dos anos em R$ 178.600, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR-AM), recebeu R$ 110.200, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), R$ 57.000. Total de auxílio-moradia nas contas bancárias dos três: R$ 345.800. O benefício não exigia apresentação de notas ou qualquer comprovação de despesas.

Edison Lobão, aliado de José Sarney, empregou o estudante Luiz Gustavo Amorim, namorado de Rafaela Sarney, neta de Sarney, no Ministério de Minas e Energia. Com salário de R$ 2.518, o rapaz não apareceria no trabalho. Enquanto ocupou o cargo de senador, Edison Lobão manteve como assessora parlamentar a nora Marta Fadel Lobão, casada com o filho Márcio Lobão.

E mais: após se afastar do Senado para ser ministro de Lula, Edison Lobão continuou a receber auxílio-moradia destinado aos senadores, no valor de R$ 3.800 por mês. A mulher dele, deputada, também. Recebia R$ 3.000 por mês, da Câmara. Com agravante: o casal morava em casa própria em Brasília.

O jornal O Globo relatou que a mulher do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT-RJ), Maria Margarida Galamba de Oliveira, estava empregada no gabinete da deputada Cida Diogo (PT-RJ). Ela foi contratada por R$ 4.020, para trabalhar de terça a quinta-feira, apenas três semanas após uma funcionária e parente de Cida Diogo, Flávia Martins Marques, ser nomeada, por R$ 5.967, no Ministério do Meio Ambiente. Tudo em família.

Lula não fez comentários sobre a conduta de seus ministros. Nem tomou qualquer providência. Ficou por isso mesmo.

Já foi mencionado que, às escondidas, o Senado criou 181 cargos de diretor, mais que dois postos de direção para cada um dos 81 senadores. A esbórnia, como definiu o jornal O Estado de S. Paulo, foi explicada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS): "É coisa feita para o cara ganhar mais". As diretorias de fachada que não acabavam mais remuneravam muito bem: salários em torno de R$ 20 mil. Dois exemplos: Diretoria de Apoio Aeroportuário, para facilitar o embarque de senadores, parentes e amigos no aeroporto de Brasília, também conhecida como diretoria de fura-fila ou de *check-in*; e Diretoria de Visitação, para acompanhar os turistas que percorriam as dependências do Senado.

Descobriu-se ainda que o Senado adotara a prática de editar atos secretos para instituir cargos, aumentar salários e nomear parentes e amigos, sem divulgá-los em publicações oficiais, sem levar a conhecimento público. Ao todo, foram 544 atos secretos em 14 anos, período em que Agaciel Maia deu as cartas no Senado. Quem denunciou foi o jornal O Estado de S. Paulo. Mandaram às favas o princípio da moralidade na administração pública, que pressupõe transparência no uso do dinheiro público. Com medidas sigilosas criaram, por exemplo, assistência vitalícia odontológica e psicológica a maridos e mulheres de ex-parlamentares. Autorizaram servidores a parcelar em até 99 vezes créditos consignados. Tiveram a coragem de reajustar o auxílio-alimentação dos servidores, com valores retroativos a 12 meses.

Com os atos secretos, espertalhões deixaram escondidos em gavetas textos sucintos, desprovidos de numeração e com decisões suspeitas. Consolidaram ações polêmicas como a de acabar com limitações para 800 servidores efetivos fazerem horas extras. Com conhecimento discreto dos senhores senadores, Agaciel Maia espalhou benesses e multiplicou contratos com empresas terceirizadas. Servidores em viagem ao exterior foram autorizados a receber diárias além dos dias específicos de trabalho. Aumentaram as gratificações de chefes de gabinete de secretarias. Tornaram permanentes adicionais salariais. Instituíram comissões e espalharam conselhos só para proporcionar gordos *jetons* (adicionais de salários) a funcionários.

Ato secreto supostamente autorizado por José Sarney criou uma gratificação-fantasma em 2003. A medida teria implicado despesas de R$ 20 milhões em seis anos. Funcionava assim: servidores de nível médio, desde que indicados para cargos de chefia, passavam a receber um bônus que elevava os ganhos como se já tivessem no final da carreira de nível superior. Haveria mais de 100 casos nessa situação no fim de 2009. Gente ganhando mais de R$ 20 mil.

Durante os dois mandatos do presidente Lula, o Senado adotou como norma prorrogar e aditar contratos com empresas terceirizadas. Valores foram corrigidos, sempre para cima. Em 2009 eram R$ 152 milhões por ano em diversos serviços, como os de limpeza, comunicação e segurança. Sindicâncias detectaram indícios de superfaturamento, excesso de pessoal, altos salários e ausências de justificativa para as contratações.

Com a crise, a luz do dia chegou a iluminar a caixa-preta do Senado, ainda que parcialmente. Revelou-se o pagamento de R$ 6,2 milhões em horas extras para 3.883 funcionários, por serviços prestados em janeiro de 2009. O primeiro mês do ano, para quem não sabe, é de recesso parlamentar, e não havia o que justificasse o benefício. Veio à tona também que com apenas seis meses de mandato, senadores e seus familiares passavam a ter direito a um sistema de saúde vitalício, que consome R$ 17 milhões por ano.

Não havia limite para a gastança. Bastava apresentar recibos que atestassem as despesas. Em 2008, cada um dos 81 senadores despendeu R$ 80 mil. O valor equivale a cerca de R$ 7 mil por mês, incluindo os serviços médicos destinados aos familiares. Já os 310 ex-senadores e seus parentes eram obrigados a obedecer a um limite, embora dispensados de contribuir para o plano de saúde: os gastos

deles não podiam exceder os R$ 32 mil por ano, incluídas aí as despesas com tratamentos odontológicos e psicológicos.

Não foram apenas atos secretos. Havia ainda contas bancárias secretas, contas ocultas ou contas paralelas, como o leitor preferir chamá-las. O fato é que continham R$ 160 milhões em julho de 2009. Tinham sido abertas 12 anos antes. Eram movimentadas livremente por Agaciel Maia. Não faziam parte da contabilidade oficial do Senado, nem do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira, do Governo Federal). Foram abertas e recheadas com dinheiro descontado dos salários dos funcionários do Senado, para o custeio de planos de saúde. A única fiscalização estaria a cargo de uma comissão de 11 servidores, toda indicada por Agaciel Maia. A comissão não se reunira em cinco anos. Serviria para referendar as decisões do diretor-geral. Agaciel Maia manteve em 2008 uma conta bancária com R$ 2 milhões na Caixa Econômica Federal. O valor era incompatível com os seus rendimentos.

A revista Época relatou que Agaciel Maia construiu um *bunker* para encontros íntimos dentro das dependências do Senado. Era acessível por uma escada giratória secreta. Dava numa porta com três fechaduras. Dentro, área de 130 metros quadrados com banheiro privativo, sofás e tapetes vermelhos, spots com luz especial, frigobar, equipamentos de som, vídeo e telão. A secretária de Agaciel Maia, Cristiane Tinoco Mendonça, morava em apartamento funcional do Senado e estacionava seu luxuoso automóvel BMW nas vagas reservadas aos senadores. Para se ter ideia do poder do diretor-geral, José Sarney o autorizou, em janeiro de 2005, a contratar, sem licitação, hospitais e médicos para o plano de saúde dos funcionários do Senado.

Braço-direito de Agaciel Maia, João Carlos Zoghbi, diretor de Recursos Humanos do Senado, afastou-se do cargo em 2009. O jornal Correio Braziliense relatou que ele cedera um imóvel funcional do Senado para o filho morar. João Carlos Zoghbi teria feito uso de ao menos 42 bilhetes aéreos da cota de 12 deputados, contando 10 viagens internacionais, e usado sua influência para empregar vários parentes no Senado por meio de atos secretos.

Em abril de 2009, a revista Época denunciou que João Carlos Zoghbi usou sua ama de leite e babá, Maria Izabel Gomes, uma senhora de 83 anos, sem renda e semi-analfabeta, como laranja para receber quantias milionárias pagas por bancos autorizados a fazer operações de empréstimo consignado a funcionários do Senado. A babá aparecia como controladora de três empresas que fecharam negócios com ao menos quatro instituições financeiras. Apenas uma das empresas da babá, a Contact Assessoria de Crédito, teria recebido R$ 2,3 milhões do banco Cruzeiro do Sul, em nome de comissões referentes a R$ 380 milhões em empréstimos a servidores. O banco Santander também teria tido um contrato comercial com a Contact.

Segundo a reportagem, o banco Finasa/BMC, um braço do grupo Bradesco, elevou a quantia de empréstimos a funcionários do Senado de R$ 5,7 milhões para R$ 156,1 milhões entre 2006 e 2008. Antes, o banco contratara a BC Assessoria de Crédito, outra empresa cuja acionista majoritária era a babá de João Carlos Zoghbi. A terceira empresa da babá, a BM Assessoria de Crédito, foi contratada pelo banco Bancred em 2007. A carteira da instituição no Senado pulou de R$ 4 milhões para R$ 91 milhões. Com a intermediação, a BM teria faturado R$ 541 mil. A BM também teria agenciado empréstimos com desconto em folha de pagamento a servidores e deputados na Câmara.

Com a repercussão do caso da babá, João Carlos Zoghbi e a mulher, Denise Zoghbi, ex-funcionária do Senado, trataram de culpar Agaciel Maia pela corrupção. Acusaram-no de ser dono do Senado. Palavras de Denise a Época:

- Ele fica com a parte do leão. Agaciel está milionário. Eu sei que ele tem casa, apartamento em Natal, uma fazenda no interior do Rio Grande do Norte, várias casas em Brasília em nome dos irmãos. Ele faz bem feito.

- O que todo mundo dentro do Senado sabe é que todas as terceirizadas são dele. Todas as contratações passam por ele.

A revista Época voltou a denunciar João Carlos Zoghbi. Ele também teria explorado negócios de corretagem de seguros de vida no Senado, Câmara dos Deputados e TCU (Tribunal de Contas da União). A transação envolveu a DMZ Corretora de Seguros, supostamente comandada pela babá Maria Izabel Gomes, que teria faturado R$ 236 mil. "Esse número está correto", disse ele.

Não é só. João Carlos Zoghbi, que ficou dez anos no cargo, teria fraudado a folha de pagamento do Senado para aumentar valores disponíveis para crédito consignado. Criava "margens adicionais" de renda, a fim de justificar empréstimos acima do porcentual estabelecido, de 30% dos rendimentos dos funcionários. Foi acusado de montar uma indústria de empréstimos. Em três anos, o mercado de empréstimos no Senado movimentou R$ 1,2 bilhão. As fraudes de João Carlos Zoghbi teriam ocorrido em cerca de 10% dos pedidos de crédito. Beneficiariam mil funcionários e injetariam recursos na Contact Assessoria de Crédito, a empresa em nome da babá. A Polícia Federal indiciou o ex-diretor por formação de quadrilha, concussão (extorsão praticada por agente público) e inserção de dados falsos em sistema público de informação.

A crise no Congresso Nacional respingou em muita gente importante. O senador Tião Viana (PT-AC) ficou furioso com a notícia de que sua filha viajara para o México com o celular funcional dele, bancado pelo Senado. Era um segredo. Tião Viana disse que pagaria a conta, mas se recusou a informar o valor. Afinal, quanto poderia ter sido o gasto do celular em uma viagem de férias de apenas três semanas? Dias depois, a imprensa publicou a despesa: R$ 14.758. Em que diabo de viagem se gasta mais de R$ 700 de telefone por dia?

Tião Viana voltaria a ser notícia de jornal. Ele não declarara à Justiça Eleitoral, em 2006, a compra de um terreno num condomínio residencial de alto padrão, em Rio Branco, adquirido dois anos antes. Na área bem localizada, em frente a um lago com margens arborizadas, o senador construiu uma casa de 477 metros quadrados, avaliada em R$ 600 mil.

A filha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) ocupou por seis anos alto cargo no gabinete do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Salário mensal de Luciana Cardoso, como secretária parlamentar, sem contar benefícios do Senado: R$ 7.600. Ela não despachava em Brasília. Nem no Piauí, terra do senador. Cuidava na própria casa, em São Paulo, das "coisas pessoais dele". Funcionária-fantasma? De Luciana Cardoso à Folha de S.Paulo, para justificar: o gabinete de Heráclito Fortes "é um trem mínimo e a bagunça, eterna". Em seguida, a filha de FHC se desligou do cargo.

Em 2005, o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deu um presentão aos 81 senadores. Cada um ganhou o direito de nomear mais sete pessoas para cargos de confiança, com salários de R$ 9.900. Outro agrado de Renan Calheiros na época: o Senado aumentou, por ato secreto, o valor da verba indenizatória dos senadores. Subiu de R$ 12 mil para R$ 15 mil, com um prêmio: o pagamento foi retroativo a seis meses. Um extra de R$ 18 mil.

Com a revelação da existência dos atos secretos, aliás, Renan Calheiros foi notícia constante nos jornais. Marlene Galdino, ex-presidente da Câmara Municipal de Murici (AL), área de influência do senador, fora nomeada na Diretoria-Geral de Agaciel Maia. Já Renato Friedmann, cujo salário mensal era de R$ 15 mil, seria funcionário-fantasma sob o manto de Renan Calheiros. Apesar de lotado em Brasília, trabalharia na loja da sua família em Porto Alegre. Amélia Neli Pizatto, sogra de Douglas de Felice, assessor de imprensa de Renan, seria outra funcionária-fantasma da cota do senador. Teria recebido por quase seis anos, sem trabalhar, salário mensal de R$ 4.900.

Aliado de Renan Calheiros, José Góis Machado teria ficado dois anos na folha de pagamento do Senado, nomeado por ato secreto, embora vivesse em Alagoas. Renan seria o responsável pela nomeação da funcionária-fantasma Vânia Lins Uchoa Lopes quando foi presidente do Senado. Mulher

de seu primo, Idelfonso Tito Uchoa, ela teria residência em Maceió. Na época em que o caso de Vânia Lins Uchoa Lopes veio a público, a "servidora" estava no gabinete do então presidente do Senado, José Sarney. Renan teria autorizado também o funcionário Rui Palmeira, filho de Guilherme Palmeira, ex-presidente do TCU, a estudar no exterior, sem cortar os seus salários.

Geraldo Anízio de Amorim, chefe de gabinete do prefeito de Murici (AL), Renan Calheiros Filho, o "Renanzinho", teria sido motorista-fantasma por mais de seis anos no gabinete do senador em Brasília. Outros quatro integrantes da "república de Murici" teriam tido empregos no Senado, por influência de Renan Calheiros. Por ato secreto, Alexandre Murta de Araújo Rocha manteria o cargo de funcionário do gabinete de Renan em Brasília, ao mesmo tempo em que era candidato a deputado em Alagoas, contrariando dispositivo da Justiça Eleitoral.

Ato secreto serviu para empregar Ricardo Araújo Zoghbi, filho de João Cargos Zoghbi, o diretor de Recursos Humanos do Senado. O rapaz passou pela liderança do PDT e pelo gabinete do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que disse não conhecê-lo. Cedeu o lugar a pedido de Agaciel Maia:

- Muitas vezes as vagas estão disponíveis. Eventualmente acontece de alguém ocupar a nossa vaga. Mas eu não tenho nenhuma relação com Zoghbi.

Delcídio Amaral abrigou em seu gabinete Lia Raquel Vaz de Souza. Ela fora transferida por ato secreto para o gabinete dele, depois de passar pelo de Demóstenes Torres (DEM-GO). A "funcionária" é filha de Valdeque Vaz de Souza, um dos principais assessores de Agaciel Maia. Demóstenes Torres disse que Agaciel Maia fez a nomeação à revelia. Mas admitiu:

- Os culpados de tudo isso somos nós mesmos, que aceitamos que esse delinquente ficasse por tanto tempo à frente da Diretoria-Geral.

Demóstenes Torres assumiu a responsabilidade pela nomeação em seu gabinete de Marcelo Zoghbi, outro filho do diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. Demóstenes Torres informou que o nomeou a pedido do então senador Edison Lobão. O rapaz ganhou o emprego por ato secreto.

Bem relacionado, Delcídio Amaral prestou favor ao senador José Sarney. Nomeou Vera Portela Macieira Borges, sobrinha de Sarney. Em tese, ela deveria despachar no escritório político de Delcídio Amaral em Campo Grande. Mas não foi vista por lá durante os seis anos em que ficou sob a batuta do senador petista, desde o começo da era Lula.

Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) anunciou a devolução de R$ 328 mil aos cofres públicos. O dinheiro corresponderia a 18 meses de salários e benefícios de Carlos Alberto Andrade Nina Neto, funcionário do gabinete de Arthur Virgílio, durante o período em que o rapaz foi autorizado pelo senador a receber do Senado apesar de morar na Espanha. Com a notícia nos jornais, o tucano não teve outra saída. O funcionário era filho do subchefe de gabinete de Arthur Virgílio, Carlos Homero Vieira Nina. O subchefe ainda tinha a mulher e a irmã empregadas no Senado, sendo que a irmã, por ato secreto. Mais três filhos eram devidamente nomeados no Senado, não apenas o que foi morar na Espanha. Os três no gabinete do líder do PSDB.

Outro episódio envolvendo Arthur Virgílio chamou a atenção: o pagamento do tratamento médico da mãe do senador. Ela tinha o direito de gastar até R$ 32 mil por ano por conta do sistema de saúde do Senado, pois era dependente do pai de Arthur Virgílio, também senador. O Senado cobriu despesas de R$ 723 mil, mais de 22 vezes o limite anual. Ficou a suspeita de que Arthur Virgílio usou do prestígio para liberar o pagamento.

O Senado gastou pelo menos R$ 70 mil para custear as despesas da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) num curso para capacitar executivos de empresas privadas. O caso foi revelado pela Folha de S.Paulo. Ela arrastou consigo um assessor, Paulo André Argenta, para México, Argentina e Espanha. O tal

curso tinha como promotor Luiz Sérgio Gomes da Silva, ex-assessor da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT). Líder do governo Lula no Congresso Nacional, Ideli Salvatti teve o assessor Guilherme Ricardo Chimidt, com salário de R$ 9.900 mensais, nomeado por ato secreto.

A filha do presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), viajou com o pai para os Estados Unidos em fevereiro de 2007. As cinco diárias de Helena Olympia de Almeida Brennand Guerra na cidade de Nova York, no valor de R$ 4.580, foram pagas pelo Senado. Com a notícia na imprensa, Sérgio Guerra informou que teria devolvido o dinheiro, caso tivesse sido cobrado. Em setembro de 2009, o TCU anunciou que iria pedir a restituição.

Não escapou nem a Corregedoria do Senado, responsável por zelar pelo decoro parlamentar. O corregedor, Romeu Tuma (PTB-SP), tinha 46 funcionários comissionados, e parecia comandar um cabide de empregos. Do total, 17 haviam sido nomeados por atos secretos. Enquanto isso...

Durante os cinco anos em que esteve preso, condenado por latrocínio (roubo seguido de morte), o funcionário João Paulo Esteves Coutinho recebeu os salários em dia. Esteve lotado no gabinete do senador Marco Maciel (DEM-PE). Ao todo o Senado depositou R$ 219 mil em nome do preso. História confusa: o irmão dele, Silvio Esteves Coutinho, funcionário no mesmo gabinete de Marco Maciel, teria assinado as folhas de frequência e recebido os salários no lugar de João Paulo. Alegou que o irmão não cumpria expediente por sofrer de tuberculose e alcoolismo. Por cinco anos! Silvio seria o responsável pelo desvio, embora isso não o tenha impedido de continuar empregado no Senado por mais 13 anos. E João Paulo, alheio à irregularidade, cumpriu a pena e reassumiu o cargo. Acabou afastado com diagnóstico de alienação mental. O Senado não divulgou o valor da aposentadoria.

O motorista do ex-deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, Eduardo Nunes Serdoura, morador do Rio, foi acusado de ser funcionário-fantasma do Senado entre 2007 e 2009. A irmã de Caroline Medeiros Collor de Mello, mulher do senador Fernando Collor (PTB-AL), teve cargo na presidência do Senado. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) abrigou Tatiana Maria Pedrosa Maria Lima, casada com Afrísio Vieira Lima Filho, irmão do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

O senador Mão Santa (PMDB-PI) tinha um assessor, Aricelso Lopes, suspeito de ser funcionário-fantasma. No papel exercia a função de coordenador de atividade policial no Senado. Na prática ficava mesmo no Piauí. Explicação do gabinete de Mão Santa: Aricelso Lopes foi contratado para capturar um tal pistoleiro que ameaçava o senador. Outro que vivia no Piauí e também era lotado no gabinete de Mão Santa, nomeado por ato secreto, era Nilton Carvalho Neto, conhecido como o poeta "Neto Sambaíba".

A nora do senador Efraim Morais (DEM-PB), Flávia Carolina Braz Rocha, casada com o deputado Efraim Filho (DEM-PB), tinha cargo no Senado. O filho do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Rafael de Almeida Neves Júnior, foi nomeado por ato secreto. Já o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) teve quatro funcionários emplacados por meio de atos secretos.

Um ato secreto deu cargo de R$ 10 mil a Antonio José Costa Freitas Guimarães no Senado. Ele trabalhava na Câmara para o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA). Outro ato secreto garantiu emprego no Senado para Andressa Alves, filha do deputado Henrique Alves (PMDB-RN). A mulher do governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), Eliane Aquino, recebeu salário mensal de R$ 6.400, durante sete anos, no gabinete do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A primeira-dama não cumpria expediente no Senado.

O sobrinho do senador Paulo Paim (PT-RS), Alexandre Rafael Carvalho Paim, talvez por ter o mesmo sobrenome do tio, foi empregado numa empresa terceirizada, a Adservis, uma das 14 contratadas para prestar serviços no Senado. Juntas, elas empregavam, em 2009, 299 funcionários que tinham

parentesco com servidores do Senado. Só a Adservis tinha 101 parentes. E, claro, dois contratos, no valor de R$ 26,8 milhões por ano, com o Senado.

Ex-deputado do PSOL, João Alfredo foi contratado como consultor pelo gabinete do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). Durante 19 meses recebeu R$ 49.700 da verba indenizatória de Chico Alencar. Já a funcionária Solange Amorelli teria mantido vínculo empregatício no gabinete da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), mesmo nos dois anos em que morou nos Estados Unidos. A ex-mulher do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), Maria Eliane, trabalhou no Senado, nomeada por ato secreto, durante quase três anos.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF), que presidia a Federação do Comércio de Brasília, usou R$ 12 mil da verba indenizatória de seu gabinete para pagar empresa de consultoria de um diretor da Fecomércio, Carlos Augusto Guimarães Baião. Adelmir Santana também admitiu ter tido dois funcionários comissionados em seu gabinete que prestavam serviços para o vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio (DEM).

Secretário de Transportes do Distrito Federal, o deputado licenciado Alberto Fraga (DEM) teve a sogra, Gilda de Souza Dias, e o cunhado, José Alexandre França Brasil, nomeados no gabinete do deputado Osório Adriano (DEM-DF), suplente de Alberto Fraga. Já João Ribeiro da Silva Neto, namorado da filha de Alberto Fraga, foi nomeado para a própria Secretaria de Transportes. Os três sofreram acusação de ser funcionários-fantasmas.

Outro caso envolvendo a dupla: Osório Adriano, o suplente, herdou do gabinete de Alberto Fraga, o secretário, a funcionária Izolda da Silva Lima. Apesar de nomeada na Câmara, ela trabalhava como empregada doméstica na casa de Alberto Fraga. Ele concordou em conceder entrevista à GloboNews:

- É uma empregada que presta serviços domésticos. Perdão... Que presta serviços externos e... Agora, realmente, ficou complicado explicar...

Por dois anos e meio, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) manteve como secretária parlamentar de seu gabinete Maria Helena de Jesus. Só que ela era empregada doméstica no apartamento de Arnaldo Jardim, em Brasília. "Lavo, passo e cozinho", contou Maria Helena. O deputado, por sua vez, com a fotografia nos jornais, tratou de exonerar a funcionária. E explicou:

- Pensei que ela pudesse não só ajudar esporadicamente no gabinete, como também prestando serviços no apartamento. Quando eu soube que isso não era possível, eu a desliguei.

Mais verbas indenizatórias. O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) teria destinado R$ 7 mil mensais para justificar a contratação de serviços de locomoção de interesse de seu gabinete. O beneficiário, um amigo de Ivan Sarney, irmão de José Sarney, possuiria empresa de transporte escolar e fretamento de ônibus. Tem mais: Epitácio Cafeteira também usou verba indenizatória para pagar o condomínio do edifício Granville, em São Luís, onde era proprietário de um apartamento residencial. A despesa foi declarada como aluguel de escritório político.

Outro afilhado político de José Sarney, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), destinou a verba indenizatória, de R$ 15 mil mensais, para pagar o "escritório político", uma fábrica de toldos na periferia de Macapá. O dono da empresa era filiado ao PMDB. Em 18 meses, entre 2008 e 2009, toda a verba indenizatória de Gilvam Borges, de R$ 270 mil, nutriu o correligionário.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) teria usado verba indenizatória para custear gastos particulares. Apesar de morar em apartamento funcional do Senado, lançou mão de R$ 10.616, em maio de 2009, para quitar serviços de conservação, limpeza e segurança prestados pela Cintel Service, empresa contratada para guardar sua residência privada, a Casa da Dinda.

Em ofício de setembro de 2009, o presidente do Senado, José Sarney, encaminhou parecer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para negar a possibilidade de divulgação das notas fiscais apresentadas pelos senadores, referentes a gastos de 2008 ressarcidos por verbas indenizatórias. A divulgação poderia "abalar gravemente as instituições da República". Trecho do documento, assinado pela Advocacia-Geral do Senado:

"Mesmo sendo dinheiro público, por vezes a verba indenizatória também custeia despesas relacionadas à segurança nacional ou que revelam aspectos da intimidade e da vida privada de cada parlamentar."

A Folha de S.Paulo obteve, por via judicial, dados sobre 70 mil notas fiscais apresentadas por deputados nos últimos quatro meses de 2008. Elas justificariam o uso de verbas indenizatórias. O festival de supostas empresas de fachada, com os respectivos endereços-fantasmas, envolveria os senhores Marcio Junqueira (DEM-RR), Severiano Alves (PMDB-BA), Uldurico Pinto (PHS-BA), Zezéu Ribeiro (PT-BA), Tonha Magalhães (PR-BA), Mário de Oliveira (PSC-MG), Eugênio Rabelo (PP-CE) e Airton Cirilo (PT-CE).

O levantamento apontou, entre outras irregularidades, suspeitas de uso indevido de verbas indenizatórias para custear gastos nas eleições de 2008. Teriam feito emprego inadequado do dinheiro os deputados Giovanni Queiroz (PDT-PA), Jader Barbalho (PMDB-PA), Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), Fernando Gabeira (PV-RJ), Paulo Rocha (PT-PA), Narcio Rodrigues (PSDB-MG) e Fábio Ramalho (PV-MG).

Outros deputados teriam usado as verbas para contratar as próprias empresas. São os seguintes, segundo o jornal: Osório Adriano (DEM-DF), Dilceu Sperafico (PP-PR), Antônio Andrade (PMDB-MG), Marcelo Teixeira (PR-CE), Nice Lobão (DEM-MA) e Edmar Moreira (PR-MG).

Por fim, outra dose de auxílio-moradia. O senador José Nery (PSOL-PA) recebia R$ 3.800 mensais, apesar de morar no apartamento de uma assessora em Brasília. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) e a mulher dele, deputada Rita Camata (do PMDB se transferiu para o PSDB-ES), recebiam, ambos, os respectivos benefícios, no total de R$ 6.800. Mas o casal morava em apartamento próprio em Brasília. O senador chorou ao dar explicações.

Outros três senadores receberam auxílio-moradia, mesmo ocupando apartamentos funcionais do Senado. João Pedro (PT-AM), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gilberto Gollner (DEM-MT) prometeram solicitar o cancelamento do benefício, depois que a situação deles se tornou pública. Eles engordaram suas contas bancárias com, respectivamente, R$ 45.600, R$ 79.800 e R$ 41.800. Nenhum dos três senadores falou em devolver o dinheiro.

A Câmara autorizou o deputado licenciado Gastão Vieira (PMDB-MA) a manter um apartamento funcional da Casa em Brasília, mesmo morando em São Luís. Ele era secretário de Planejamento e Orçamento da governadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e suas duas filhas ocupavam o imóvel na capital federal. Roseana Sarney, aliás, usou R$ 11.970 da verba indenizatória do Senado, antes de virar governadora, para contratar a Pads Assessoria de Desenvolvimento Social. A empresa, de São Luís, pertencia a Conceição Andrade, nomeada depois secretária de Desenvolvimento Agrário do Maranhão. Explicação de Conceição Andrade:

- Era um serviço mais de acompanhamento, de elaboração de projeto, alguma coisa assim nesse sentido.

Falta José Sarney. O presidente do Senado morava em imóvel próprio, além de dispor de residência oficial. Mesmo assim, pôs no bolso o auxílio-moradia. Em 26 de maio de 2009, Sarney negou. "Nunca", exclamou. A Folha de S.Paulo informou que o nome dele estava na relação dos beneficiários. Sarney negou novamente. De acordo com assessores, a lista era falsa. No dia seguinte, Sarney teve de admitir. Recebera R$ 3.800 por mês, durante dois anos. Total: R$ 91.200. Explicação, a cargo da

assessoria: Sarney desconhecia o pagamento mensal em sua conta bancária e pediu a suspensão do benefício. Não mencionou eventual devolução da quantia.

Capítulo 20

Lula: 'Sarney tem história para que não seja tratado como se fosse pessoa comum'

O tamanho da crise no Senado não teve precedente. Apesar de cercado por um oceano de acusações, indícios e evidências de abusos, desmandos e uso do cargo em benefício próprio, de parentes, aliados e amigos, o presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-MA), continuou a receber apoio político do presidente Lula. Quanto mais deteriorada e escancarada a situação de Sarney, mais Lula se empenhou em minimizar condutas inadequadas, desqualificar denúncias e apresentar-se como o protetor absoluto do líder maranhense. O presidente da República fez de tudo para salvá-lo. Conseguiu. Aqui, um resumo do escândalo que mobilizou a opinião pública em 2009, entremeado com a defesa do chefe Lula e de seus principais operadores.

Com a revelação de que o Senado tomava decisões por meio de atos secretos, em junho daquele ano, Sarney foi posto na berlinda. Afinal, Agaciel Maia, o diretor-geral apontado como o maior responsável por esconder medidas que implicavam gastos públicos, sem divulgá-las, fora escolhido para comandar a Casa, 14 anos antes, por Sarney. Os atos secretos atingiram diretamente o velho líder do Maranhão.

O escândalo trouxe à tona que João Fernando Michels Gonçalves Sarney, neto de Sarney, havia sido nomeado, com 20 anos, secretário parlamentar do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), num dos postos mais altos da estrutura funcional do Senado. Ficou no "emprego", aparentemente sem aparecer por lá, por quase dois anos. O salário dele era de R$ 7.600, sem contar os benefícios.

Do presidente Lula:

- Eu sempre fico preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele não tem fim e depois não acontece nada.

Em razão da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que proibiu o nepotismo no poder público, o jovem João Fernando, filho do empresário Fernando Sarney, primogênito de José Sarney, não poderia continuar usufruindo a sinecura. Puseram em seu lugar, com o mesmo salário, a mãe, uma ex-candidata a Miss Brasília, Rosângela Terezinha Michels Gonçalves.

Antes da nomeação da mãe do rapaz no Senado, a Polícia Federal gravou uma conversa telefônica entre Fernando Sarney e João Fernando. No diálogo, travado em 27 de agosto de 2008, o pai acalmava o filho, temeroso de perder o emprego, em razão do cerco ao nepotismo no Congresso. Fernando Sarney explicou que já acertara a situação com o senador Epitácio Cafeteira:

- Se tiver que, de alguma forma, ter uma atitude, tiver que sair mesmo, ele já me disse que o lugar é meu, que eu boto quem eu quiser.

De Lula:

- Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo no Brasil, mas eu penso o seguinte: quando o Congresso foi desmoralizado e fechado, foi muito pior para a democracia e para o Brasil.

Com o escândalo do neto de Sarney nos jornais, Epitácio Cafeteira procurou justificar o emprego a João Fernando, filho de relação extraconjugal:

- Eu devia favores ao Fernando. Ele me ajudou na campanha.

Sobre a contratação da mãe, no lugar do neto:

- Eu a convidei. Quem resolve quem trabalha no meu gabinete sou eu.

Agora, o senador responde sobre o trabalho da nova "assessora":

- Não existe tipo de trabalho, no gabinete todos trabalham.

De Lula:

- O que ganharia o Senado em ter uma contratação secreta, se tem mais de 5 mil funcionários transitando por aqueles corredores? Por que haveria de ter alguém secreto? Essa história precisa ser melhor explicada.

Os repórteres Fernando Rodrigues e Valdo Cruz, da Folha de S.Paulo, quiseram saber de José Sarney o que ele achava de Epitácio Cafeteira ter nomeado João Fernando pelos favores devidos a Fernando Sarney. Resposta:

- Vocês acham que eu, como presidente do Senado, tenho minha biografia, vou discutir uma coisa dessa? Não vou discutir um assunto desse. Minha resposta para vocês é essa.

De Lula, reclamando de notícias de jornal sobre nomeações no Senado:

- O povo não aguenta mais que as coisas secundárias sejam transformadas em prioritárias e as prioritárias sejam esquecidas.

Ato secreto nomeou Vera Portela Macieira Borges, sobrinha de José Sarney. Por mais de seis anos, ela recebeu salários de R$ 4.600, sem contar os benefícios, na capital de Mato Grosso do Sul. Oficialmente, prestava serviços no escritório político do senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele confirmou:

- Sarney me solicitou, porque ela estava aqui, em Campo Grande, e eu atendi.

De Lula, criticando a "política do denuncismo" da imprensa:

- O que não pode é todo dia se arrumar uma vírgula a mais ou repetir a mesma matéria. Vai desmoralizando todo mundo, cansando todo mundo. E inclusive a imprensa corre risco, porque ela também tem de ter a certeza de que não pode ser desacreditada.

Sem o sobrenome do irmão famoso, ficou fácil para José Sarney esconder a irmã por parte de pai, Ana Maria da Costa Bastos, em seu gabinete pessoal no Senado. Ela foi nomeada como secretária parlamentar em janeiro de 2005, com salário de R$ 7.400. Em seguida, "rebaixada" para assistente parlamentar, passou a receber R$ 4.900 mensais. Ainda em 2005, no primeiro mandato de Lula, acabou transferida para o gabinete do então senador Edison Lobão, aliado histórico de Sarney. De lá Ana Maria da Costa Bastos só saiu em outubro de 2008, após ser exonerada por ato secreto.

Outra sobrinha de Sarney também conseguiu trabalho no Senado. Maria do Carmo de Castro Macieira foi comissionada no gabinete da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), filha do líder maranhense. Mas não ficava em Brasília. Prestaria serviços em São Luís, no escritório político de Roseana. O ato secreto que a nomeou teve a assinatura de Agaciel Maia.

Do ministro das Relações Institucionais, José Múcio (PTB-PE):

- O apoio ao presidente Sarney é absoluto.

Virgînia Murad de Araújo, parente de Jorge Murad, marido de Roseana Sarney, ganhou cargo de assistente parlamentar na Liderança do Governo no Congresso em 2007. Na época, a líder de Lula era a própria Roseana. Após dois anos, Virgínia Murad permanecia na folha de pagamentos do Senado.

De Lula:

- O governo tem sua programação determinada, acho que todos os senadores, a começar pelo presidente Sarney, têm responsabilidade de dirigir bem os destinos do País, do Congresso. Vamos esperar que essas coisas se resolvam rápido.

Sobrinha de Jorge Murad, Isabella Murad Cabral Alves dos Santos foi contemplada com emprego na Liderança do PTB no Senado em 2007. O líder era Epitácio Cafeteira. Garantida a boquinha, a moça foi morar na Espanha. Recebendo os salários. O senador disse que não sentiu falta de Isabella. "Não sou fiscal de funcionário". E recorreu a outro tio dela, o amigo Eduardo Lago:

- Ele é tio dela e me pediu que nomeasse, mas esqueceu de avisar que ela tinha conseguido uma bolsa de estudos na Espanha.

De Lula, ao reclamar da "predileção pela desgraça" na cobertura jornalística sobre a crise que envolvia José Sarney:

- Há tanta coisa boa que acontece. Quando liga a TV e lê jornal, o que está estampado é a desgraça!

Empossada como governadora em 2009, Roseana Sarney escolheu a filha do senador Epitácio Cafeteira, Janaína, como sua assessora de Programas Especiais do Maranhão. Antes, a moça tinha tido cargo no gabinete do pai. Saíra em razão da legislação antinepotismo.

De Lula:

- Para chegar ao Senado, é preciso ter mais de 35 anos. Se tem problema, só tem uma solução: é consertar o problema. Se não tiver problema, é mostrar que não tem. E foi essa a disposição do presidente José Sarney na conversa que tive com ele. Não vamos fazer disso uma causa nacional, porque temos coisas mais importantes para discutir no Brasil.

Shirley Duarte Pinto de Araújo, cunhada de José Sarney, esteve empregada no gabinete de Roseana Sarney por seis anos, desde o começo da era Lula. Shirley era mulher de Ernane Cesar Sarney Costa, irmão de José Sarney e secretário particular de Roseana. No início do segundo mandato de Lula, o salário dela subiu de R$ 2.400 para R$ 7.600. Os nomes de Ernane e Shirley apareceram na Operação Navalha, que investigou atividades da construtora Gautama. Ela seria destinatária de depósitos suspeitos de dinheiro.

De Lula:

- O povo brasileiro já viu muitos escândalos. Ao longo da história, o que mais vemos são escândalos, divulgados em verso e prosa, que depois não dão em absolutamente nada.

Mais um do clã José Sarney empregado com cargo público. Amaury de Jesus Machado, o "Secreta", apontado pelo jornal O Estado de S. Paulo como mordomo de Roseana Sarney, era funcionário efetivo do Senado. Com as gratificações, ganhava cerca de R$ 12 mil. Estava lotado no gabinete de Mauro Fecury (PMDB-MA), o suplente que substituiu Roseana Sarney quando ela assumiu o governo do Maranhão em 2009.

Secreta, o secretário, trabalhava na residência de Roseana no Lago Sul, em Brasília. Era o faz-tudo da família. Cuidava dos serviços de copa e cozinha, dava ordens a outros empregados da casa e organizava as recepções promovidas por Roseana. Para compensar o apoio de Mauro Fecury a Secreta, o irmão do senador, Sidney de Lima Fecury, tinha emprego no gabinete do deputado José Sarney Filho (PV-MA). Secreta fez ameaça:

- Eu sempre trabalhei no Congresso Nacional e vou processar quem disse o contrário.

De Lula, em reunião reservada com assessores, na qual o presidente dá ordem para "tentar segurar" Sarney:

- Sarney foi eleito. Os senadores o elegeram. Acho que ele tem um compromisso de fazer apuração e me disse que está apurando.

José Sarney criou o Conselho Editorial do Senado. Era como um cabide de empregos. Nathalie Rondeau, então com 19 anos, ganhou cargo no órgão em 2005. Por ato secreto. Ela é filha de Silas Rondeau, nomeado ministro de Minas e Energia do governo Lula, por indicação de Sarney. Tempos depois, acusado de envolvimento no esquema de corrupção da Operação Navalha, Silas Rondeau, como já vimos, teve de se afastar. Nathalie Rondeau, não.

A Operação Navalha celebrizou Zuleido Veras, dono da construtora Gautama. A agenda dele, apreendida pela Polícia Federal, registrava anotações relativas à "Dama", uma referência a então candidata a governadora do Maranhão em 2006, Roseana Sarney. A agenda também mencionava "Roseana" e, em determinada página, a palavra "Dama" havia sido escrita sobre "Roseana". As anotações indicariam doação de R$ 1 milhão para a candidata. Os Sarney não foram incluídos no relatório da Operação Navalha.

De Lula:

- O que eu não quero é transformar as coisas que aconteceram no Senado em uma coisa institucional. Ali todo mundo tem maioridade, todo mundo sabe o que acontece, todo mundo toma a decisão e resolve.

Em 2007, um ato secreto nomeou Luiz Cantuária Barreto, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, um protegido de Sarney, no Conselho Editorial do Senado. Durante 14 meses ele receberia salários de R$ 7 mil. Ato secreto também guindou ao cabide de empregos Ricardo Araújo Zoghbi, filho do diretor de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi.

De Lula, ao dizer que a imprensa tem menos poder que há alguns anos:

- O jornal fica tão velho que todos os jornais criaram blogs para informarem seus eleitores junto com os internautas do mundo inteiro.

Sócia de Maria Adriana Sarney, filha de Fernando Sarney, a empresária Zenicéia Silva de Assis foi nomeada por ato secreto assinado por Agaciel Maia, em 2007, num cargo do Conselho Editorial do Senado. Palavras dela:

- Os assessores do presidente Sarney me avisaram da nomeação.

Zenicéia Silva de Assis não chegou a ocupar o cargo. Achou o salário oferecido, de R$ 2.794, baixo demais. Já Osvaldino Gonçalves de Brito, com ligações estreitas com Sarney, teve a "sorte" de ser efetivado como funcionário de carreira, por ato secreto, sem prestar concurso público.

De Lula:

- Não critico a imprensa por conta do Senado. É pelo denuncismo desvairado, que às vezes não tem retorno. Há uma prevalência da desgraça sobre as coisas boas. A Nação precisa de boas notícias, de autoestima para poder vencer esse embate com a crise internacional.

O Senado empregou dois funcionários vinculados à Fundação José Sarney, entidade privada que mantinha um museu, em São Luís, capital do Maranhão, com acervo do período em que Sarney foi presidente da República (1985-1990). Raimundo Nonato Quintiliano Pereira Filho era dono de cargo em Brasília havia 14 anos, desde a época em que Sarney foi presidente do Senado pela primeira vez. Salário mensal de "Raimundinho", em 2009: R$ 7.600. Em São Luís, ele atuava como coordenador de projetos da Fundação e respondia como presidente da Abom (Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês), entidade cujo "presidente de honra e perpétuo" era Sarney. Já Fernando Nelmásio Silva Belfort manteve cargo no gabinete da Liderança do Governo de 2007 a 2009, período em que a líder de Lula atendia pelo nome de Roseana Sarney. Ele era diretor-executivo da Fundação, localizada no histórico Convento das Mercês, centro histórico de São Luís.

Do senador Edinho Lobão (PMDB-MA), filho do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a respeito de Raimundinho, lotado em seu gabinete:

- No Maranhão, a gente faz parte de uma grande família política. Liberei para trabalhar no Convento porque, trabalhando para o presidente Sarney, ele está trabalhando para nós.

Esculhambado Brasil afora e diante da ameaça de um generalizado "fora, Sarney!", o presidente do Senado quase perdeu apoio do PT. Candidatos às eleições de 2010, senadores petistas temiam o desgaste junto ao eleitorado se ficassem ao lado de Sarney. O líder maranhense cogitou deixar o cargo. Mas, prontamente, Lula entrou em campo e enquadrou os correligionários.

Da África, designou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT-RS), para conversar com Sarney e impedi-lo de se afastar da presidência do Senado. Outro que operou nas sombras para selar o suporte do PT e da base aliada a Sarney, como relatou a revista Veja, foi o ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

Como um articulador político informal de Lula, José Dirceu tomou café da manhã "de amigos" com Sarney. Assegurou que o PT não o atrapalharia no Senado. Aos jornalistas, afirmou que o PT não poderia prejulgar Sarney:

- Tenho procurado ajudar ao alertar desde o começo que há duas questões: a crise institucional no Senado e a tentativa de derrubar Sarney, desestabilizar o governo e a aliança PT e PMDB.

Por trás das alegações em defesa da governabilidade e da necessidade de apoio do PMDB nas eleições de 2010, Lula devolvia, na prática, a ajuda de Sarney na crise do mensalão. Para a opinião pública, porém, o presidente da República tratava de escamotear, usando gíria de futebol.

De Lula, para quem a oposição queria ganhar o Senado no "tapetão":

- Assim não é possível. Isso não faz parte do jogo democrático.

Constrangido, Aloizio Mercadante (SP), líder do PT no Senado, procurou pôr fim à rebelião. O senador petista, mais a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), e outros oito senadores do partido foram visitar Sarney. Coube ao "arrependido" Aloizio Mercadante falar aos jornalistas:

- A renúncia é uma possibilidade que ele pode vir a tomar. Mas, no nosso ponto de vista, não é a melhor escolha, porque a crise não pode ser atribuída a ele. Desses 14 anos de atos secretos, ele foi presidente por apenas quatro anos.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (SP), próximo de José Dirceu, também esteve com o presidente do Senado:

- Fui como líder, prestar solidariedade.

Sarney emprestou irregularmente apartamento funcional do Senado, em seu nome, para o ex-senador maranhense Bello Parga, que não exercia mais o mandato. Favor de Sarney, com dinheiro público. Valéria Freire dos Santos, funcionária de Sarney, nomeada por ato secreto, morou quatro anos em imóvel localizado no térreo de um dos prédios que servem de moradia exclusiva para senadores em Brasília. Favor de Sarney, com dinheiro público.

Dácio Vieira, desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proibiu o jornal O Estado de S. Paulo de publicar informações sobre a Operação Boi Barrica, cujo nome fazia alusão a um conhecido grupo folclórico do Maranhão. A investigação da Polícia Federal corria sob segredo de Justiça. O desembargador atendeu a pedido de Fernando Sarney. A propósito: Dácio Vieira ocupou cargo de confiança na gráfica do Senado, na época em que o órgão era chefiado pelo amigo Agaciel Maia. José Sarney, com quem ele manteria ligações, o indicara para o Tribunal de Justiça.

Sarney utilizou R$ 8.600 da verba indenizatória do Senado para contratar empresa que organizasse seu acervo pessoal de livros. O arquivo ficava na residência particular de Sarney em Brasília. Favor de Sarney, para Sarney, com dinheiro público. Sarney mobilizou por três vezes agentes da Polícia Legislativa do Senado para proteger propriedades de sua família no Maranhão. As despesas com deslocamentos, estimadas em R$ 30 mil, incluíram diárias e passagens aéreas. Sete agentes públicos ficaram dez dias à disposição de Sarney. A justificativa foi o julgamento de seu adversário Jackson Lago (PDT), governador do Maranhão. Ele seria afastado do cargo para Roseana Sarney assumir. O presidente do Senado temia que seus imóveis fossem depredados no processo. Favor de Sarney, para Sarney, com dinheiro público.

Ex-secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira denunciou que, em encontro reservado com a ministra Dilma Rousseff (PT-RS) no final de 2008, pouco antes da eleição de José Sarney à presidência do Senado, recebeu da chefe da Casa Civil pedido para concluir com rapidez investigações nas empresas da família Sarney. Na época, a Receita Federal vasculhava negócios do clã. De Lina Maria Vieira sobre a reunião com a ministra:

- Falamos sobre amenidades e, então, ela me perguntou se eu podia agilizar a fiscalização do filho do Sarney.

A ex-secretária da Receita Federal entendeu as palavras da ministra como um recado "para encerrar" a investigação. Palavras de Lina Maria Vieira:

- Fui embora e não dei retorno. Acho que eles não queriam problema com o Sarney.

A devassa, contudo, não esmoreceu. Na época, Lula apoiava a eleição de Sarney, e continuou ao seu lado depois. Lina Maria Vieira forneceu mais detalhes da reunião. Relatou que o encontro fora solicitado por Erenice Guerra, conhecida como braço-direito de Dilma Rousseff no Ministério da Casa Civil, "e que era para ser sigiloso":

- Estive lá, antes a chefe de gabinete dela foi ao meu gabinete, agendou isso para ser uma coisa informal, que não constasse nem da minha agenda nem da dela. Eu cheguei pela garagem, sem identificação, conversei com ela e voltei.

Lina Maria Vieira foi demitida no auge da crise que envolvia Sarney. Segundo ela, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, justificou a exoneração alegando que a ordem viera "de cima, do Palácio do Planalto".

Um dos principais assessores de José Sarney, o ex-deputado Chiquinho Escórcio, empregou no Senado, com a anuência do chefe, a mulher, Alba Leide Nunes Lima, e a filha, Juliana. A mulher, no próprio gabinete de Sarney. A filha, no do senador Mauro Fecury (PMDB-MA). E ele, Chiquinho, foi escolhido por Roseana Sarney para ser representante do Governo do Maranhão em Brasília. Sem vagas em seu gabinete, Sarney tinha de solucionar o caso de seu assessor de imprensa para o Amapá, Said Dib. Do assessor:

- O presidente Sarney pediu para o Agaciel encontrar uma solução para me manter como assessor, e a solução foi uma lotação na Direção-Geral.

Com respaldo do presidente Lula, José Sarney autorizou a instalação de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar irregularidades na Petrobras. Era uma tentativa de tirar o presidente do Senado do centro da crise. Pensaram que assim desviariam o foco das atenções da imprensa e da oposição. Entretanto, a CPI teria amplo controle por parte dos senadores da base aliada. Eles barrariam qualquer apuração que incomodasse o governo.

De Lula, depois de acertado que PT e PMDB trabalhariam juntos, a fim de blindar José Sarney e a CPI:

- No mensalão, eu fui para o corner e sei o que passei. Agora, no final do meu governo e com eleição pela frente, a base tem que estar unida.

Maria Vandira Peixoto, secretária particular de Sarney, foi nomeada no Senado por ato secreto, assinado por Agaciel Maia. Ganhou o cargo em 2003, no começo do primeiro mandato de Lula, quando Sarney ocupou a presidência da Casa pela segunda vez. Salário da fiel escudeira, em 2009: R$ 9.900.

Em reunião ministerial na Granja do Torto, Lula pediu a seus auxiliares para cerrar fileiras em torno de José Sarney, e lembrou dos "15 minutos de glória" da oposição, nos tempos do mensalão:

- É importante ser leal a Sarney, porque há uma campanha pesada contra ele e não se pode individualizar as acusações.

Gabriela Aragão Guimarães Mendes, filha do ajudante de ordem de Sarney, Aluísio Guimarães Mendes Filho, também conseguiu cargo de Agaciel Maia. Empregada desde 2007 como assessora parlamentar no gabinete do próprio Sarney, a moça não apareceria para trabalhar. Apenas receberia salário.

De Lula:

- Sarney tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum.

Da história: durante a ditadura militar (1964-1985), José Sarney presidiu a Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido político que deu sustentação civil ao regime dos generais. Depois presidiu o PDS (Partido Democrático Social), sucessor da Arena. Ele ingressou no PMDB já no período de abertura democrática, para ser candidato a vice-presidente de Tancredo Neves (1910-1985). Da jornalista Miriam Leitão, em O Globo:

- O presidente Lula sugeriu que olhássemos o passado do senador. Ele tem um passado marcante. Por 21 anos, foi um dos biombos civis de um regime que matou, torturou, censurou, cassou, fechou o Congresso e rasgou a Constituição. Sarney permaneceu fiel a ele. Esse é o passado que o distingue.

Deste autor: se José Sarney não era pessoa comum, como advertiu Lula, e, portanto, estava acima das leis que regem a sociedade, imagine o que o presidente achava de si próprio. Inimputável! Em outras

palavras, Lula, como Sarney, não poderia ser responsabilizado por "deslizes", pois teria prestado relevantes serviços ao País. O que é isso senão o execrável "rouba, mas faz"? O pior, porém: fez-se pouco pelo Brasil, infelizmente, como atesta o nosso baixo grau de desenvolvimento. Apesar da propaganda oficial, basta percorrer bairros mais afastados, periferias, vilas e comunidades brasileiras para ver a angústia e o sofrimento de milhões de pessoas que moram em barracos e casas precárias, sem acesso a saneamento básico nem condições dignas de vida. O Maranhão, aliás, é um dos maiores exemplos da incúria dos nossos administradores. A pobreza, a desigualdade e a exclusão social são consequência da ausência de políticas e homens públicos competentes, comprometidos com a aplicação honesta e responsável dos recursos do povo.

O jornal O Estado de S. Paulo revelou um esquema para emprestar dinheiro a funcionários do Senado, investigado pela Polícia Federal, que envolvia José Adriano Cordeiro Sarney, outro neto de José Sarney. Filho do deputado José Sarney Filho (PV-MA), o rapaz abriu a corretora Sarcris Consultoria, Serviços e Participações em 2007, apenas quatro meses após o diretor de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi, ter iniciado as atividades da Contact Assessoria de Crédito, registrada, como vimos, em nome de sua babá.

Em pouco mais de dois anos, seis bancos autorizaram José Adriano a intermediar operações de crédito consignado no Senado. Ele informou aos repórteres Rodrigo Rangel e Rosa Costa que o "carro-chefe" da Sarcris era o banco HSBC. Sobre o faturamento anual da sua empresa, que atuaria também na Câmara dos Deputados, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar, José Adriano foi lacônico:

- Menos de R$ 5 milhões.

O HSBC admitiu ter executado operações de crédito consignado no Senado intermediadas pela Sarcris. Emprestou R$ 3,6 milhões a funcionários, o que gerou comissão de R$ 182 mil à empresa do neto de Sarney. A Sarcris também teria participado da venda de seguros de vida a servidores do Senado.

Do editorial "Os compadres", da Folha de S.Paulo:

"O presidente da República torna-se fiador do que há de mais retrógrado na política brasileira. Abençoa de bom grado o compadrio – bem como sua matriz, o patrimonialismo – que displicentemente afirma combater. O uso de contratos, cargos e dinheiro públicos para beneficiar amigos e parentes é o roteiro monótono do interminável escândalo do Senado."

Mansão de 694 metros quadrados de área construída, avaliada em R$ 4 milhões, erguida na Península dos Ministros, Lago Sul, área nobre de Brasília. A residência deixou de ser incluída nas relações de bens de José Sarney apresentadas à Justiça Eleitoral, nas eleições de 1998 e 2006. Sarney defendeu-se, alegando ter ocorrido "erro técnico", "equívoco" e "esquecimento". Informou que o imóvel havia sido declarado no Imposto de Renda, também entregue ao TCU (Tribunal de Contas da União). Não mencionou que o IR é protegido por sigilo fiscal. Apenas as declarações à Justiça Eleitoral são públicas e, portanto, acessíveis a eleitores e imprensa. Em 2006, Sarney não declarou à Justiça Eleitoral sua luxuosa casa de praia, no valor de R$ 531 mil, localizada na praia do Calhau, no Maranhão.

Em discurso na posse do novo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, Lula atacou a "imprensa que às vezes quer condenar antes do processo ser feito corretamente":

- A única coisa que eu peço é que uma instituição que tem o poder que tem o Ministério Público brasileiro, garantido pela Constituição, tem o dever e a obrigação de agir com a máxima seriedade, não pensando apenas na biografia de quem está fazendo a investigação, mas pensando, da mesma forma, na biografia de quem está sendo investigado.

Em 2005, sob a tensão do escândalo do mensalão, José Sarney solicitou ao Ministério da Cultura recursos para um projeto cultural da Fundação José Sarney. A entidade privada tinha como presidente vitalício, como se sabe, o próprio José Sarney. A Petrobras atendeu prontamente, por meio da legislação que concede incentivos fiscais a empresas que investem em projetos culturais. Pois bem: quatro anos depois, descobriu-se que pelo menos R$ 500 mil do R$ 1,3 milhão repassado pela Petrobras teriam sido desviados para empresas ligadas ao clã Sarney. A denúncia saiu em O Estado de S. Paulo.

Os repórteres Rodrigo Rangel e Leandro Colon apuraram que o projeto prevendo a digitalização dos documentos do museu não foi executado. Eles deveriam ser acessíveis aos visitantes, em computadores instalados nos corredores do Convento das Mercês. Mas não havia micros por lá.

As diversas suspeitas: para justificar um saque de R$ 145 mil do dinheiro do patrocínio, anexaram recibos da própria Fundação. Em nome da veiculação de comerciais sobre o projeto, R$ 30 mil foram parar nas contas da TV Mirante e das emissoras de rádio Mirante AM e a Mirante FM, todas de propriedade da família Sarney.

Na prestação de contas havia recibo no valor de R$ 35 mil em nome de uma ex-funcionária da Fundação, Raimunda Santos Oliveira. Ela explicou assim:

- Não sei do que você está falando.

Uma das contratadas, a Ação, Livros e Eventos, teve como sócia a mulher de Antônio Carlos Lima, o "Pipoca", secretário de Comunicação da governadora Roseana Sarney. Faturou R$ 70 mil. Das 34 notas fornecidas, 30 eram sequenciais, como se a Fundação José Sarney fosse a única cliente da empresa. Pipoca integrava o Conselho Fiscal da Fundação.

Na época da revelação da maracutaia com o projeto cultural bancado pela Petrobras, Pipoca era assessor do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Félix Alberto Lima, irmão de Pipoca, vinha a ser dono da Clara Comunicação. Ele forneceu R$ 103 mil em notas para o projeto. Alegou que o divulgou:

- Não sei de projeto, me chamaram para fazer esse trabalho, e cumpri isso profissionalmente.

O Centro de Excelência Humana Shalom, por sua vez, teria recebido R$ 72 mil da Fundação José Sarney. No endereço atribuído à empresa, em São Luís, morava a professora Joila Moraes, irmã de Jomar Moraes, integrante do Conselho Curador da Fundação, e amigo de Sarney. Palavras dela:

- A empresa é de um amigo meu, mas nunca funcionou aqui. Eu só emprestei o endereço.

A MC Consultoria Empresarial ficou com R$ 40 mil do dinheiro do projeto. A empresa pertencia a um velho contador e advogado da família Sarney, Marco Aurélio Bastos Cavalcanti, que trabalhava para a TV Mirante. Na prestação de contas do projeto, conforme o jornal, um restaurante localizado na mesma rua da Fundação forneceu 3 mil refeições. Faturou R$ 15 mil.

Uma empresa de comércio de roupas, a Sousa Première, localizada em elegante residência de praia, ministrou curso de "capacitação de história da arte" para 80 pessoas, pelo qual teria cobrado e recebido R$ 12 mil. E a SGC Leite, de Sidney Gonçalves Costa Leite, um dos diretores da Fundação, levou outros R$ 6.500. Da mesma forma, foi incumbida de dar curso a funcionários. A firma estava registrada como reparadora e mantenedora de computadores.

De Lula:

- No Brasil, dependendo da carga de manchetes da imprensa, a pessoa já está condenada. Depois, não adianta ser absolvida, porque não valeu nada aquilo, a pessoa já está condenada.

Filha de Fernando Sarney e Tereza Murad Sarney, Ana Clara desempenhava papel de advogada da Fundação José Sarney. Em escuta feita pela Polícia Federal, com autorização da Justiça, Ana Clara conversa com o avô, em 27 de fevereiro de 2008. José Sarney informa a neta que um empresário iria telefonar. O senador quer que Ana Clara consiga dinheiro para a Fundação:

- Olha, vai te ligar o Richard Klien, que também quer nos ajudar, tá?

No diálogo, Sarney explica como quer que a neta conduza a conversa:

- Então, conversa com ele e diz como é a Fundação e tudo. Diz que nós estamos querendo reconstruir a igreja, que estamos em dificuldades, etc e tal.

O líder maranhense insiste:

- E diz para ele... Mas não põe ele só na igreja, não. Diz que nós precisamos para a manutenção do convento. Que tem que pagar INSS. Toda essa coisa. Vê quanto ele quer nos ajudar aí.

Richard Klien, empresário do setor de transportes portuários, era sócio do banqueiro Daniel Dantas na empresa Santos Brasil. Atuava no ramo de contêineres no porto de Santos (SP). Reportagem da Folha de S.Paulo revelou que Richard Klein doou R$ 270 mil para a campanha de José Sarney, e outros R$ 240 mil para a de Roseana Sarney, em 2006.

Alguns dias depois da conversa entre Sarney e a neta, Richard Klien telefonou e acertou tudo com Ana Clara. O empresário disse à moça que iria "cortar a linguiça em pedaços", ou seja, mandaria o dinheiro em parcelas:

- Vou viajar semana que vem talvez, e tava querendo deixar a primeira remessa pronta. Vou te mandar entre 70 e 100 mil.

De Lula, ao defender que a imprensa "não pode é vender tudo como se fosse um crime de pena de morte":

- Ou seja, uma coisa é matar, outra coisa é você roubar, outra coisa é você pedir um emprego, outra coisa é relação de influências, outra coisa é o lobby.

Ao lado da Fundação José Sarney, na capital maranhense, fica a sede da Abom (Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês), entidade controlada pela família Sarney, cuja finalidade está gravada nos estatutos: ajudar crianças carentes. Nos dois mandatos de Lula, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrobrás injetaram ao menos R$ 3 milhões na Abom. Mesmo inadimplente, a entidade receberia recursos públicos.

De Lula, ao condenar "um crime antecipado":

- O que nós precisamos é não estabelecer a morte precoce. O que nós precisamos é estabelecer um processo de investigação, de julgamento e aí, sim, a pessoa será absolvida ou condenada em função da qualidade da investigação.

A Eletrobrás, sob o comando do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB-MA), repassou R$ 400 mil para a Abom realizar o "Canto de Luz", uma festa de Natal, em 2008. Do total, R$ 83 mil foram para a Sacada Eventos e Produções, empresa de Marizinha Raposo, que teve cargo de assessora parlamentar no gabinete da senadora Roseana Sarney. Outros R$ 11 mil foram para a produtora de

vídeo Farol Digital, que funcionava no mesmo endereço da Sacada Eventos e Produções. E R$ 32 mil rechearam a conta bancária da Rádio Mirante, empresa da família Sarney.

De Lula, ao dizer que há "denúncias que, investigadas, são verdadeiras":

- Mas tem denúncias que não deram em nada e as pessoas já estão condenadas antes. É isso que eu quero evitar.

A revista Veja publicou que auditores do Banco Central encontraram em computadores apreendidos no falido Banco Santos, de Edemar Cid Ferreira, uma contabilidade clandestina mostrando evidências de que José Sarney, amigo do banqueiro, teria sido dono de uma conta bancária secreta no exterior, registrada como "JS-2". Em 30 de outubro de 1999, segundo a revista, os depósitos conteriam US$ 870.564, equivalentes, dez anos depois, a R$ 1,7 milhão. Sarney não registrou qualquer dinheiro no exterior no período. Sabe-se que, um dia antes da intervenção do Banco Central no Banco Santos, em 2004, Sarney teria conseguido retirar R$ 2,2 milhões aplicados na instituição.

De Lula:

- O que eu não posso entender é que toda pessoa que tenha uma denúncia contra ela tenha de renunciar ao cargo.

A Fundação José Sarney fez uma exposição de arte sobre o Descobrimento do Brasil em 2001, organizada por empresa ligada ao banqueiro Edemar Cid Ferreira. Como registrou a Folha de S.Paulo, opositores da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, acusaram-na de gastar R$ 4,3 milhões para reformar instalações da Fundação para o evento. Depois, ela teria destinado mais R$ 1 milhão para prorrogar a mostra, um "sucesso de público".

De Lula:

- Muitas vezes, as pessoas são condenadas antes de se provar que cometeram crimes e é preciso investigar tudo.

O Convento das Mercês, sede da Fundação José Sarney, um prédio histórico de 1654, pertencia ao patrimônio do Governo do Maranhão. Em 1990, foi doado à Fundação, para se transformar no museu de Sarney. Para fazer a exposição de Edemar Cid Ferreira, a governadora Roseana alugou o prédio por R$ 600 mil. Injetou dinheiro do Estado do Maranhão na Fundação do pai.

Do deputado Ricardo Berzoini (SP), presidente nacional do PT:

- O PT defende a permanência de Sarney à frente da Casa e em hipótese alguma trabalhará pelo afastamento. Pedir isso é o mesmo que propor golpe.

Em 15 de julho de 2009 Fernando Sarney, o filho mais velho de José Sarney, foi indiciado pela Polícia Federal por formação de quadrilha, gestão de instituição financeira irregular, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. A Operação Boi Barrica investigou transações financeiras suspeitas nas eleições de 2006 e evasão de divisas e corrupção em setores do Governo Federal sob influência de José Sarney. Fernando Sarney chegou a ter a prisão preventiva solicitada pela Polícia Federal. Não foi preso.

Tereza Murad Sarney, mulher de Fernando, sócia de empresas supostamente envolvidas no esquema, também seria indiciada. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) detectou dois saques suspeitos de R$ 1 milhão cada, perto das eleições de 2006, nas quais Roseana Sarney disputou o governo do Maranhão. Ana Clara, filha de Fernando e Tereza Murad, neta de Sarney, foi incluída entre os investigados.

Além das movimentações da Marafolia Promoções e Eventos, mantida em nome de supostos laranjas, e da São Luís Factoring e Fomento Mercantil, a Operação Boi Barrica teria identificado transações do Governo Federal com empresas desconhecidas, ligadas à construção civil e ao setor de energia. Fernando Sarney estaria por trás da organização criminosa. Ele usaria a influência do pai no Ministério de Minas Energia e em empresas estatais. A São Luís Factoring e Fomento Mercantil, com apenas uma funcionária e sem sede própria, movimentara R$ 11,6 milhões em 2006.

Braço do esquema atuaria na Valec, empresa estatal do Ministério dos Transportes, encarregada da construção da ferrovia Norte-Sul. O diretor de Engenharia da Valec, Ulisses Assad, foi colega de Fernando Sarney na Poli (Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo). Outros colegas da Poli estavam entre os denunciados: Astrogildo Quental, diretor da Eletrobrás, Gianfranco Vitório Artur Perasso e Flávio Barbosa Lima, apontados como testas-de-ferro. Teriam recebido R$ 160 mil de propina, uma compensação por intermediação de Fernando Sarney. Silas Rondeau, ex-ministro das Minas e Energia, também faria parte do grupo.

A Polícia Federal anunciou ter rastreado remessa de Fernando Sarney, no valor de US$ 1 milhão, para conta bancária do Hong Kong and Shanghai Banking, de Qindao, na China. Existiriam contas suspeitas em bancos nas Bahamas e nas Ilhas Verdes do Caribe, paraísos fiscais. Em conversa gravada, Fernando Sarney faria referência a "dois americanos", ou seja, US$ 2 milhões.

As investigações sobre a transferência de dinheiro à China levaram os federais a ir atrás da antiga parceria entre Fernando Sarney e Paulo Delfino Fonseca Guimarães, o "PG". Na década de 90, uma casa de bingo supostamente dele, o Poupa Ganha, assumiu papel destacado num escândalo. PG sofreu acusação de lesar clientes, lavar dinheiro e sonegar impostos.

José Sarney foi padrinho de PG, cujo nome ecoou na CPI do Narcotráfico. Em Codó (MA), uma emissora de televisão recebeu registro em nome de Tereza Murad Sarney e da mãe de PG. Agora, o diálogo gravado pela Polícia Federal entre PG e Ana Clara, filha de Fernando Sarney e Tereza Murad. Começa com referência dele, provavelmente, ao Banco Rural. Quando ela diz "n", estaria querendo dizer "número telefônico":

- Você quer receber aí no Rural na próxima semana ou junto aqui e até a próxima semana pega aqui tudo de uma vez, você escolhe.

- Como seria essa entrega aqui? Quem pegaria? Como seria feito?

- Duas carradas de leite Ninho e duas de Pergalon preços da Nestlé com nota fiscal do distribuidor do Piauí, você arranja quem pega aí.

- Me liga de um bom n.

Do inquérito da Polícia Federal: "Desponta aí a prática de diversos crimes danosos aos cofres públicos, como advocacia administrativa, tráfico de influência, fraude a licitação, falsidade ideológica, falsidade documental, bem como os já aventados crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e, possivelmente, (...) crimes contra a ordem tributária".

De Ricardo Berzoini, presidente do PT:

- É preciso de maturidade e lembrar que Sarney foi eleito.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a ampliação do aeroporto de Macapá, menina dos olhos de José Sarney, na capital do Amapá. As obras foram objeto de pedido pessoal de Sarney ao presidente Lula, ainda no primeiro mandato da administração federal do PT. O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou a paralisação dos serviços em 2006, após detectar supostas irregularidades no

contrato e na sua execução. Haveria um sobrepreço de R$ 17 milhões. As obras vinham sendo tocadas pelo consórcio formado pelas construtoras Beter e Gautama, do empresário Zuleido Veras.

De Lula:

- O Senado tem que ter maioridade para resolver o seu problema. O que não pode é deixar a coisa esticar, esticar, porque, a cada dia, se você vê uma novidade, por menor que ela seja no jornal, cria desgaste na instituição.

O TCU também investigou o programa federal Luz para Todos no Maranhão. O sindicato dos funcionários da Cemar (Companhia Energética do Maranhão) reclamou que 50 mil das 103 mil ligações de energia elétrica previstas para 2005 e 2006 não teriam sido feitas. O contrato entre o Governo do Maranhão e a Cemar foi celebrado em 2004, no período em que Silas Rondeau, um forte aliado do clã Sarney, ainda presidia a Eletrobrás. Ficara estabelecida a aplicação de quase R$ 800 milhões.

Técnicos do TCU constataram 13 mil ligações a menos. Duas curiosidades do Luz para Todos, no Maranhão: a Cemar alegou ter eletrificado 1.578 casas a mais que o estipulado, mas, ao mesmo tempo, registrou a instalação de 77 mil postes a menos do que o necessário. No relatório do sindicato, consta que apenas um fiscal da estatal maranhense vistoriou, em 15 dias, os serviços executados em 2.376 casas, situadas em 12 municípios. Se fosse verdade teria de ter percorrido 158 casas por dia, sem contar o tempo das viagens, o que daria em média quase sete casas por hora, 24 horas por dia, durante 15 dias.

De Lula:

- Os senadores têm que dizer o que querem para o Senado. O que não é possível é que as pessoas permitam que a instituição vá sofrendo desgaste, desgaste, porque isso mata as pessoas e mata a instituição.

Nos arredores de Brasília, um caso inusitado: na década de 80, José Sarney teria comprado área de 540 hectares, que ficou conhecida como sítio São José do Pericumã. Em 2002, o senador vendeu as terras para a Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários, que tinha planos de construir um condomínio de luxo no local. Só que 318 hectares jamais foram registrados em nome de Sarney. Assim, ele teria evitado o pagamento de impostos sobre a propriedade.

A história é enrolada: 33 hectares da área, por exemplo, estavam em nome de um ex-funcionário do Senado, Wanderley Ferreira de Azevedo, ligado a Sarney. Ele os teria adquirido em 2001, mas a propriedade estava em nome de um homem morto cinco anos antes. Sarney, por sua vez, comprara o pedaço de terra, mas não o registrara em seu nome. Mesmo assim o vendeu. Parte da área era suspeita de ter sido obtida por meio de grilagem de terras públicas.

Em resumo: Sarney passou para frente os 540 hectares sem possuir o registro total da área. Vendeu para a Divitex, e ainda ficou dono de pelo menos 10% das ações da empresa. O empresário Jeovane de Morais, dono de motéis em Brasília, o senador Eliseu Resende (DEM-MG) e o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o "Kakay", amigo de José Dirceu e defensor de Sarney eram sócios da Divitex. Para tentar legalizar a área, a Divitex moveria ação judicial por usucapião. Em tempo: a venda do "sítio" São José do Pericumã serviu para Sarney justificar os R$ 2,2 milhões sacados do Banco Santos em 2004, na véspera da intervenção do Banco Central.

De Lula, após reiterar o apoio a Sarney e pedir à bancada de senadores petistas que evitasse fazer comentários públicos sobre o maranhense:

- *Tudo o que eu espero é que o Congresso, agora com a cabeça fria, depois de dez dias de férias para todo mundo, em que cada um foi viajar, descansar, converse. Que se reúnam, como os homens adultos que são, todos com mais de 35 anos de idade, e decidam normalizar a situação do Senado.*

Seis diálogos telefônicos gravados pela Polícia Federal, com autorização judicial, mostraram a participação do senador José Sarney na nomeação de um protegido da família, por meio de ato secreto. As conversas vão de 30 de março a 2 de abril de 2008. A série de diálogos começa com Maria Beatriz Sarney, a "Bia", neta de José Sarney, conversando com o pai, Fernando Sarney. A moça refere-se ao irmão por parte de mãe, Bernardo Brandão Cavalcanti Gomes, que se desligara do Senado após seis anos de "trabalho":

- Hein?, pai?, deixa eu perguntar uma coisa. Meu irmão saiu do Senado, né? Vai sair a exoneração amanhã. Ele arranjou um emprego melhor. Até ganha menos, mas pra carreira dele é melhor. Aí ele resolveu sair, né? Aí você acha que dá pro Henrique entrar na vaga dele ou não?

Henrique Dias Bernardes, no caso, era o namorado de Bia. Fernando Sarney:

- Podemos trabalhar isso, sim.

No dia seguinte, Fernando Sarney relata à filha o que já havia acontecido:

- Já falei com o Agaciel. Peça ao Bernardo pra procurar o Agaciel.

Fernando Sarney conta à filha como abordou o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, para "segurar" a vaga que seria preenchida pelo namorado:

- "Vou pedir pro Bernardo te procurar, o Bernardo vai sair, mas você não põe ninguém até nós dois conversarmos".

Em outra ligação, Bia conta ao pai que o avô, José Sarney, não gostou de ter recebido o currículo do namorado dela:

- Aí ele falou assim: "Ah, você tinha que ter falado antes pra eu já agilizar, não sei o quê..." Aí eu falei: "Não, vô, eu falei com papai, e agora eu já tô te dando o papel, mas não sei, se der, tal, pra colocar ele no mesmo lugar de onde o Bernardo saiu".

Agora, o diálogo entre Fernando Sarney e Aluísio Guimarães Mendes Filho, ajudante de ordem de José Sarney. Fernando menciona a segunda vez que seu pai foi presidente do Senado, em 2003, no começo do governo Lula:

- O irmão da Bia, quando papai era presidente do Senado, eu arrumei emprego pra ele lá. Ele agora tá saindo e eu liguei pro Agaciel pra ver a possibilidade de botar o namorado da Bia lá. Porque me ajuda, viu? É uma forma e tal de dar uma força pra mim. E o irmão tá saindo, é uma vaga que podia ser nossa.

- Lógico.

- Então, era uma ligação de papai pro Agaciel.

- Só pra firmar esse negócio, né?

- É. Papai já tá sabendo. A Bia falou com ele ontem.

- Então tá joia. Eu vou falar com seu pai hoje pra ele dar uma ligada pro Agaciel.

Enfim, Fernando Sarney e José Sarney selam a jogada. O filho diz ao pai que o diretor-geral dispunha de currículos de Bernardo e do namorado de Bia:

- **Eu já falei com o Agaciel.**

- Já falou com o Agaciel?

- **Eu falei, falei.**

- Tá.

- **Pedi pro Agaciel segurar com ele. Agaciel tá com os dois currículos na mão dele, tá com tudo lá.**

- Tá bom. Eu vou falar com ele.

E, 16 dias depois, Henrique Dias Bernardes estava empregado. Contratado como assessor parlamentar, passou a receber R$ 2.700, fora os benefícios do cargo. Com a divulgação das gravações, Sarney explicou aos senadores:

- Não há ninguém nesta Casa que negue o pedido de uma neta.

De Lula:

- Eu não quero para mim, eu não quero para o presidente Sarney, eu não quero para você e para nenhum brasileiro o julgamento precipitado, sem que haja as investigações corretas.

O Ministério Público do Maranhão rejeitou as prestações de contas da Fundação José Sarney dos anos de 2004 a 2007. Decidiu intervir na entidade. Entre outras irregularidades detectou que R$ 975 mil repassados pela Petrobras para recuperar o acervo do museu e outros R$ 500 mil, doados pela Fundação Filantrópica Safra, viraram, indevidamente, aplicações financeiras.

Mais R$ 960 mil, oriundos da Secretaria de Cultura do Maranhão, foram desviados para aplicações em "despesas administrativas". A Quintec, por exemplo, ficou com R$ 48 mil. O endereço da empresa é o mesmo da vice-presidente da Abom (Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês), Maria Martins Pereira. A Abom teria engolido R$ 198 mil em "despesas de manutenção", numa triangulação irregular com a Fundação.

Já o Ministério da Cultura apontou problemas nas contas do Instituto Mirante, presidido por Fernando Sarney, que pôs as mãos em R$ 150 mil captados da Eletrobrás para financiar apresentações de corais de Natal, em 2006. Um terço do dinheiro teria morrido em contas bancárias da TV Mirante, Rádio Mirante e jornal O Estado do Maranhão, pertencentes ao clã Sarney, e na própria Abom, para "ensaios e apresentações". Depois, posando-se de vítima, Sarney anunciaria o fechamento da Fundação.

De Lula:

- Sarney está sendo acusado de muitas coisas, de atos secretos, de contratação de pessoas, e dá a impressão de que é apenas o presidente Sarney, de que é uma coisa que começou ontem.

A MC Consultoria, já citada no caso da suspeita de desvios de repasse da Petrobras para a Fundação José Sarney, manteria ligações com três empresas investigadas pela Operação Boi Barrica. As empreiteiras Lupama, Planor e Proplan, de propriedade de Gianfranco Vitório Artur Perasso e Flávio Barbosa Lima, também mencionados anteriormente, foram acusadas pela Polícia Federal de fazer parte de esquema de desvios de recursos públicos comandado por Fernando Sarney. A Proplan apareceu como suspeita de desviar R$ 2,6 milhões de uma obra para despoluir a lagoa de Jansen, em São Luís.

Fernando Sarney manteria "contatos promíscuos" com Ulisses Assad, diretor da estatal Valec, encarregada de construir a ferrovia Norte-Sul. Sem estrutura para executar obras, a Lupama assumira contrato de R$ 46 milhões para fazer trecho da ferrovia. Investigado por suspeita de superfaturamento e desvio de dinheiro da obra da ferrovia, Ulisses Assad seria afastado da Valec. Ele usaria o cargo para favorecer empreiteiras vinculadas ao clã Sarney. O TCU (Tribunal de Contas da União) apontou superfaturamento de mais de R$ 500 milhões na obra.

De Gilberto Carvalho (PT-SP), chefe de gabinete de Lula:

- Sarney não pode ser o bode expiatório de todos os erros do Senado.

A Fundação José Sarney recebeu de empresa ligada ao ex-senador Gilberto Miranda, amigo de José Sarney, um repasse suspeito de R$ 300 mil. A doação foi feita pela KKW, que representava duas *offshores* com sedes na Inglaterra e no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. O dinheiro ficou registrado como o maior aporte de recursos na Fundação durante o ano de 2007.

Gilberto Miranda admitiu aos repórteres Hudson Corrêa e Alan Gripp, da Folha de S. Paulo, que a KKW pertencia às filhas dele, Juliana e Marcela Scarpa. Como se sabe, *offshores* costumam servir para guardar e repatriar dinheiro ilegal do exterior. Em 2008, a KKW obteve autorização do Ministério de Minas e Energia, área de influência de Sarney, para explorar jazidas minerais de bauxita e manganês em Mato Grosso e no Maranhão.

De Lula:

- Não vejo crise, só divergência no Senado.

A revista Veja relatou que a Petrobras descobriu possíveis mananciais de gás natural na região de Santo Amaro, interior do Maranhão. Houve uma correria pelas terras promissoras. Suspeitava-se de grilagem e estelionato. Teriam ocorrido discrepâncias entre documentos em posse da Adpart, empresa da qual Sarney seria sócio, e certidões de imóveis da área supostamente contemplada com as reservas de gás. Da tabeliã de Santo Amaro, Elke Viviane:

- O pessoal do Sarney trouxe a certidão de compras das terras. Não posso falar mais nada.

De Lula, ao pedir cautela às ações do PT e mandar recado aos senadores "rebeldes" contrários a Sarney, segundo o qual eles não precisariam chamá-lo para o palanque em 2010:

- Se o PT não quer ajudar, pelo menos que não atrapalhe.

José Sarney recebia em meados de 2009 mais que o dobro permitido pela Constituição, que fixou como teto salarial os ganhos de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), ou seja, R$ 24.500, na época. Sarney recebia o chamado "salário duplex": remuneração de senador, de R$ 16.500, acrescida de pelo menos mais R$ 35.560, de duas aposentadorias acumuladas no Maranhão. Total de R$ 52.060. Sarney se recusou a comentar o assunto.

De Lula, ao reforçar ações para manter Sarney na presidência do Senado:

- Se a gente for colocar em uma balança as coisas boas e as coisas más que foram acontecendo no Congresso, as coisas boas são infinitamente superiores. Mas, muitas vezes, as coisas boas não têm o destaque que a gente gostaria que tivesse.

Uma empreiteira comprou dois apartamentos usados pela família de José Sarney em São Paulo. A notícia foi publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em agosto de 2009. A reportagem de Rodrigo Rangel revelou que a Aracati Construções, Assessoria e Consultoria adquiriu os imóveis no edifício

Solar de Vila América, nos Jardins, bairro de alto padrão da capital paulista, onde Sarney já dispunha de um imóvel. O proprietário da empresa, Rogério Frota de Araújo, manteria relacionamento próximo com os filhos do senador Fernando Sarney e o deputado José Sarney Filho (PV-MA).

A Aracati, que mudaria a razão social para Holdenn Construções, Assessoria e Consultoria, tinha negócios no setor elétrico, justamente a área de influência de Sarney no governo Lula. A empresa atuaria na construção de usinas termoelétricas. Rogério Frota Neto esteve em Cachoeiro do Itapemirim (ES) em 2008. Queria ser contratado para fazer uma usina termoelétrica na cidade. Palavras do prefeito Roberto Valadão (PMDB), sobre a visita do empresário:

- Ele disse que é muito amigo do Sarney.

Voltemos ao edifício Solar de Vila América: o dono do apartamento 22, Felipe Jacques Gauer, foi procurado por José Adriano Cordeiro Sarney, neto de Sarney, em 2006. O filho mais velho de José Sarney Filho mostrou-se interessado em comprar o apartamento. Do proprietário do imóvel:

- Ele me fez algumas perguntas e disse que uma pessoa dessa empresa, a Aracati, iria me procurar para acertar a compra do apartamento.

Dias depois, Felipe Jacques Gauer recebeu a visita de Maria Rosane Frota Cabral, irmã de Rogério Frota Neto. Do antigo dono do apartamento 22:

- Direta ou indiretamente, estava evidente que essa empresa tinha alguma relação com a família Sarney. Para mim ficou claro que estavam comprando o apartamento em nome da empresa para não chamar a atenção.

O negócio: Maria Rosane Frota Cabral marcou encontro no saguão do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e levou consigo a escritura pronta e um escrevente de Sorocaba (SP). A transação foi assinada ali mesmo.

O segundo apartamento comprado pela Aracati, o de número 32, pertencia ao casal Liza Heilman e Sidney Wajsbrot, abordado pelo zelador do prédio:

- Ele me disse que o senador Sarney estava procurando um apartamento, que ele já tinha dois apartamentos no prédio e queria um terceiro para um assessor.

O proprietário do imóvel foi contatado por Rogério Frota de Araújo. Mais uma vez a irmã dele, Maria Rosane Frota Cabral, marcou o negócio no aeroporto. Da mesma forma trouxe o escrevente de Sorocaba e cheque nominal. Sarney e seus filhos não apareciam como donos do apartamento.

Do ministro das Relações Institucionais, José Múcio (PTB-PE), ao comentar o apoio de Lula a José Sarney:

- Ninguém foi mais solidário, até pela amizade que tem.

Do líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), afastando a possibilidade de cassação de Sarney:

- O mandato que tenho da bancada é com o pedido de licença temporária como ato de grandeza de Sarney. Não tenho mais nada além disso.

Em discurso no Senado, Sarney, desequilibrado, acusou O Estado de S. Paulo de mover "campanha sistemática" contra ele, "adotando uma prática nazista". Em trecho do pronunciamento afirmou que os senadores não devem explicações "sobre compra de qualquer coisa que usem na vida". De Sarney:

- Deus, eu devo dar explicações sobre compra ou uso de qualquer coisa que eu use na vida aqui para o Senado?

Sarney não esclareceu a relação com a empreiteira que comprou os imóveis.

Em 5 de agosto de 2009, o presidente do Conselho de Ética do Senado, Paulo Duque (PMDB-RJ), arquivou quatro pedidos de investigação contra Sarney, por quebra de decoro parlamentar. Dois dias depois enterrou as outras sete denúncias que restavam. Todas tratavam das irregularidades atribuídas a Sarney, relatadas aqui. Livrou-o do risco de ter o mandato cassado. Comentário do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem Sarney procedeu da forma como Lula achou que deveria:

- A vitória foi de Sarney? A vitória foi de Renan? A vitória foi dos combatentes? Não! A vitória foi de Lula.

O arquivamento dos processos poderia ser revertido pelo plenário do Conselho de Ética, mas Lula sabia disso e manteve a carga:

- O que você não pode é transformar a denúncia em única razão de ser de 81 homens que têm responsabilidade de representar um Estado e uma Nação.

E Lula voltou a acusar "o oba-oba do denuncismo":

- O que não dá é que as pessoas achem que você pode trocar um presidente da instituição todo dia. Aí ninguém tem estabilidade.

Decisão dos 15 senadores do Conselho de Ética, pelo placar de nove a seis, manteve os processos arquivados. Os votos dos três senadores petistas foram decisivos para a absolvição de Sarney. Todos, Ideli Salvatti (SC), Delcídio Amaral (MS) e João Pedro (AM) votaram a favor do líder maranhense. O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou que se desligaria do partido:

- O PT jogou a ética no lixo, vai ter que achar outra bandeira. O partido deu as costas para a sociedade, ao povo e às bandeiras tão caras para tantas pessoas. Posso dizer que tenho vergonha de estar no PT.

Pedido para reavaliar a decisão do Conselho de Ética foi protocolado. Mas a vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), o sepultou.

Lula comemorou:

- Uma oposição, quando não tem argumento para fazer oposição, é pior do que doença que não tem cura.

Capítulo 21

Na crise do mensalão, o PT temeu o *impeachment*. A oposição não agiu. Lula deu a volta por cima

As denúncias em turbilhão ligadas ao escândalo do mensalão, em 2005, deixaram desesperados integrantes do PT e do Governo Federal. Achavam que Lula não resistiria e que o *impeachment* do presidente da República era iminente. "Havia muita gente convicta de que o governo tinha acabado", admitiu o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, em entrevista à revista Veja, em junho de 2008. Houve até uma "famosa noite", em que os ministros Antonio Palocci (PT-SP), da Fazenda, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, sugeriram um acordo à oposição. Para evitar o acirramento da crise,

nas palavras de Gilberto Carvalho, "Lula abriria mão da reeleição em troca do restante do mandato. Aquela noite foi difícil para todos nós".

Os dois ministros procuraram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) por orientação de Lula. Márcio Thomaz Bastos disse a FHC que o País ficaria ingovernável com o *impeachment*. O ex-presidente concordou, conforme o relato do repórter Carlos Marchi, no jornal O Estado de S. Paulo. E comprometeu-se a acalmar a oposição. Do repórter: "Nas semanas seguintes, a sua influência foi sentida e acabou sendo vital para que a oposição refreasse o ímpeto e não chegasse ao limite do pedido de *impeachment*".

FHC avaliou que o afastamento de Lula "criaria uma cisão no Brasil". Outros líderes da oposição, como o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), e o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), também foram procurados por emissários de Lula. O escândalo do mensalão provocaria ainda mais desolação nos dias seguintes. Lula ficaria chocado com o episódio da prisão, com dólares na cueca, de um assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do presidente do PT, José Genoino (SP).

E quando Duda Mendonça admitiu à CPI dos Correios, em agosto de 2005, que recebera, no exterior, proveniente de caixa 2, pagamento pela campanha que havia elegido Lula, os dois ministros demonstraram ao presidente que a confissão do publicitário atingira pessoalmente o mais alto mandatário da nação. A situação, a partir dali, fugiria do controle do governo.

Daquela vez, Antonio Palocci se mostrou desorientado a FHC, e informou-o de que os conselheiros mais próximos de Lula temiam seriamente pelo futuro do presidente. Palocci falou em "desastre". Para ele estava "tudo perdido". Se não bastasse, de acordo com o relato do então ministro da Fazenda ao ex-presidente FHC, havia novos escândalos a explodir, como o de um rombo de R$ 500 milhões no Banco do Brasil. Mas isso jamais veio à tona. E Lula conseguiu o que parecia impossível. Sobreviveu politicamente.

Um ano depois, no País da corrupção e da impunidade, Valdebran Padilha e Gedimar Passos, ambos ligados ao PT, foram presos pela Polícia Federal em um hotel em São Paulo, com R$ 1,7 milhão em cédulas de reais e dólares. O escândalo do dossiê, como ficou conhecido, era uma trama contra políticos do PSDB, e se tivesse dado certo beneficiaria principalmente o candidato do PT a governador de São Paulo, senador Aloizio Mercadante.

Vários colaboradores de Lula se meteram na enrascada. Mas era tarde demais para implicar o presidente. A oportunidade já havia passado. O inquérito do escândalo do dossiê chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal). Mercadante não foi incluído no rol dos indiciados, apesar de o então coordenador de sua campanha, Hamilton Lacerda, ter sido filmado no lobby do hotel com a sacola que conteria o dinheiro para comprar o dossiê. Os "aloprados" do PT, como definiria Lula, tinham a intenção de desmoralizar a oposição, vinculando-a à compra de ambulâncias superfaturadas e à chamada máfia dos sanguessugas. O tiro saiu pela culatra. Apesar de arranhado, Lula foi reeleito em 2006 para mais quatro anos de governo. Quanto a Mercadante, em desvantagem na disputa eleitoral, perdeu ainda no primeiro turno.

Como vimos, Lula tornou-se um mestre na arte da dissimulação. Mostrou habilidades contorcionistas no caso José Sarney. Fez de tudo ao seu alcance para proteger o aliado. E foi assim em todos os episódios aqui relatados, independentemente da gravidade dos fatos. Lula mostraria competência para dizer que não era com ele. Não titubearia na hora de pôr sua máquina parlamentar a serviço do bloqueio das investigações. Trabalharia contra todos os inquéritos que não lhe interessavam. Minimizaria a importância das evidências. Debocharia dos indícios. Ridicularizaria adversários.

A lentidão da Justiça brasileira ajudou. Favoreceu a impunidade. Deixou incólume a corrupção. Dois anos após o escândalo do dossiê, por exemplo, não havia ninguém formalmente denunciado. A

investigação estava parada, com a desculpa da impossibilidade de se descobrir a origem do dinheiro. Ora, não havia mistério algum: o dinheiro veio do caixa 2 do PT e foi usado para beneficiar a candidatura do senador Mercadante. Era só responsabilizá-lo.

Lula foi reeleito. Manteve a alta popularidade. Aumentou-a ainda mais. Seguidores do presidente chegaram a ensaiar a apresentação de uma emenda à Constituição, para autorizá-lo a concorrer a um terceiro mandato consecutivo. A crise econômica internacional talvez tenha freado os ânimos dos amigos. Em todo o caso, Lula passou o segundo mandato negando que soubesse de fatos ligados ao escândalo do mensalão. Em todas as oportunidades refutou o esquema de compra de votos no Congresso. E tratou de defender os aliados.

O ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) é um bom exemplo. Havia renunciado ao mandato para evitar possível cassação em 2005. Fora denunciado por receber um mensalinho de R$ 10 mil para autorizar o funcionamento de um restaurante na Câmara dos Deputados. Claríssimo o seu envolvimento. Não havia como negar. Tanto que, dois anos depois, Severino Cavalcanti acabaria acusado pelo Ministério Público Federal por ter exigido e recebido R$ 137 mil de propina.

Pois bem. Em março de 2008, Lula fez discurso em Recife para dizer que a "elite paulista e do Paraná" derrubara Severino Cavalcanti da presidência da Câmara, como se um esquema de corrupção não tivesse sido desbaratado. "Continuo tendo o mesmo respeito que eu tinha por você", frisou Lula. Naquele ano, Severino Cavalcanti seria eleito prefeito de João Alfredo (PE).

Dois dias após elogiar Severino, Lula partiu para defender o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), outro aliado que, de tão enrolado, se viu forçado a renunciar à presidência do Senado em meio a uma série de denúncias de corrupção e condutas inadequadas. Palavras do presidente da República:

- Não vou permitir que alguém que não tenha moral de fazer crítica a alguém possa fazer com que eu rompa a amizade que tenho com um companheiro que me ajudou tanto tempo como o companheiro Renan Calheiros ajudou no Senado da República.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), trouxe luz a um novo escândalo ao anunciar, em agosto de 2008, a substituição de três contratos suspeitos de fraude assinados na gestão de Renan Calheiros. Eram contratos para a prestação de serviços de manutenção e condução de veículos, comunicação social e vigilância desarmada no Senado. Havia indícios de vícios em licitação, superfaturamento e quebra de impessoalidade, conforme gravações de conversas entre funcionários do Senado. Os três contratos implicavam gastos superiores a R$ 3 milhões mensais.

Como tantas vezes em seu governo, Lula fez que não havia nada demais. Duas semanas após os jornais publicarem a notícia dos tais contratos, o presidente recebeu Renan Calheiros no Palácio do Planalto. Deu-lhe uma boa nova: o Governo Federal iria inaugurar obras no interior de Alagoas, ainda antes das eleições municipais de 2008, em pleno reduto do senador. Dias depois, Lula telefonaria a Renan para outra boa notícia em primeira mão: a administração do PT decidira tocar obras de um metrô de superfície em Maceió. Lula trabalhava abertamente para reabilitá-lo. Ajudou seu filho, Renan Calheiros Filho, o "Renanzinho", a ser reeleito prefeito de Murici (AL).

Em abril de 2008, o jornal O Globo, do Rio, ajudou a entender Lula um pouco melhor. Publicou o artigo "Lula, o pelego?", do professor Francisco Weffort, fundador do PT e secretário-geral do partido de 1984 a 1988. Ele relatou uma viagem internacional na qual acompanhou Lula na década de 80. Um dirigente sindical metalúrgico foi agressivo com Lula na Alemanha. Estava furioso porque enviara dinheiro a São Bernardo do Campo (SP), mas não recebera qualquer prestação de contas do sindicato comandado por Lula. Já naquela época, Lula se desvencilhou do problema. Não sabia de nada.

Na mesma viagem, o mesmo constrangimento voltaria a se repetir nos Estados Unidos. Sindicalistas norte-americanos igualmente não teriam recebido a prestação de contas de um dinheiro encaminhado

ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, berço político de Lula. Novamente Lula desconversou e fez que não era com ele. Francisco Weffort saiu da direção do PT em 1989, e desligou-se do partido em 1995. Trecho do artigo:

"Até então era difícil imaginar que um partido tão afinado com o discurso da moral e da ética pudesse aninhar o ovo da serpente. Minha dúvida atual é a seguinte: será que a leniência do governo Lula em face da corrupção não tem raízes anteriores ao próprio governo? A propensão para tais práticas não teria origem mais antiga, no meio sindical onde nasceu o PT e a atual 'república sindicalista'?"

O casal de ex-petistas Bruno Daniel e Marilena Nakano, irmão e cunhada do ex-prefeito Celso Daniel (PT), deixou às pressas o País e se mudou com os três filhos para a França. Em pleno regime democrático no Brasil, foram oficialmente reconhecidos como refugiados políticos pelo governo francês, em março de 2006, depois de receberem seguidas ameaças de morte por insistirem na elucidação do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP). O caso continuaria sem solução. De Bruno Daniel, em janeiro de 2008, em Paris:

- Depois de termos vivido os duros anos da ditadura militar, não imaginávamos que alguém seria obrigado a sair do País e se refugiar na condição de exilado. Para nossa surpresa, estamos diante dessa dura realidade.

No início deste livro, o leitor foi instado a responder por que Lula nomeara como ministro o filósofo Roberto Mangabeira Unger, que o acusara de ser o chefe do governo "mais corrupto da nossa história". Exageros eventuais de Mangabeira Unger à parte, a resposta é simples: a acusação por ato de corrupção só é inaceitável para quem não é corrupto.